

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO**

**A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO MST: RELAÇÕES DE PODER E
SUBJETIVIDADE**

MIGUEL ÂNGELO LAZZARETTI

JOÃO PESSOA

2007

**A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO MST: RELAÇÕES DE PODER E
SUBJETIVIDADE**

MIGUEL ÂNGELO LAZZARETTI

**A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO MST: RELAÇÕES DE PODER E
SUBJETIVIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para
obtenção do grau de doutor.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marilda Aparecida de Menezes

Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Doutorado em Sociologia

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

L 432p Lazzaretti, Miguel Ângelo

A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade/Miguel Ângelo Lazzaretti. João Pessoa, 2007. 378p.

Orientadora: Marilda Aparecida de Menezes
Tese (doutorado) – UFPB/UFCG

1. Trabalhadores rurais sem terra
2. MST – ação coletiva
3. MST – relações de poder

UFPB/BC

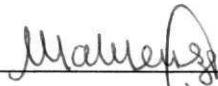
CDU: 331.11(043)

MIGUEL ÂNGELO LAZZARETTI

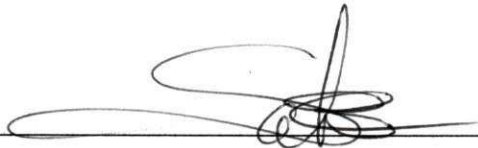
**A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO MST: RELAÇÕES DE PODER E
SUBJETIVIDADE**

Aprovada em 14/02/2007

BANCA EXAMINADORA



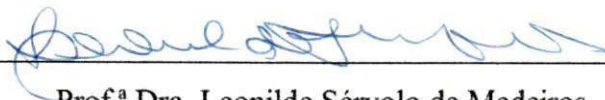
Prof.^a Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Orientadora – UFCG/UFPB – PPGS



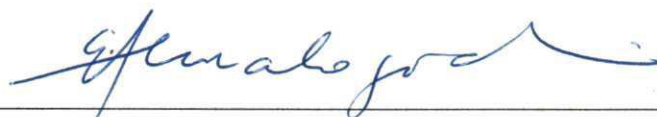
Prof. Dr. Eric Pierre Sabourin
Co-orientador – UnB/CIRAD



Prof.^a Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
Examinadora – UFPE - PPGS



Prof.^a Dra. Leonilde Servalo de Medeiros
Examinadora – UFRRJ – CPDA



Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi
Examinador – UFCG/UFPB - PPGS



Prof.ª Dra. Tereza Correia da Nóbrega Queiroz
Examinadora – UFPB – PPGS

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Lucas, pelo exemplo de filho que é e por compreender a minha ausência durante a realização do doutorado, te amo meu filho.

À minha esposa Simone, pela paciência, dedicação, compreensão e amor que foram fundamentais para vencer mais esta etapa da minha vida, te amo.

IN MEMORIAN

À minha mãe, Umbelina Dal Pieve Lazzaretti, que me deixou durante a realização deste curso. Lembro-me das inúmeras dificuldades que tive para fazer a graduação e recordo do seu esforço para que eu jamais deixasse de estudar, retirando de sua mísera aposentadoria um pouco para que eu pudesse prosseguir nos meus estudos. Gostaria tanto de compartilhar este momento com a Senhora... Te amo para sempre.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas e entidades que contribuíram para que este trabalho se efetivasse, a estas gostaria de expressar minha sincera gratidão. Entre elas agradeço:

- A Deus pela vida.
- À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pelo apoio e incentivo à qualificação.
- A CAPES pela bolsa de estudos parcial a mim concedida.
- À Professora Dra. Marilda Aparecida de Menezes, minha orientadora, pela competência, apoio e incentivo na orientação deste trabalho e pela amizade sincera demonstrada durante a realização do curso de doutorado que não se limitou à minha vida acadêmica, se estendendo também à minha vida familiar.
- Ao Professor Dr. Eric Pierre Sabourin do Cirad-Tera/França, meu co-orientador do trabalho, pela competência, pelo grau de exigência e fundamentalmente pelo grande ser humano que mostrou ser na prática, bem como pela solidariedade que demonstrou nos momentos em que mais precisei para prosseguir neste trabalho acadêmico.
- À minha família e de minha esposa que sempre torceram por mim nesta longa caminhada acadêmica.
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFPB/UFCG pelas significativas contribuições acadêmicas.
- Aos colegas do curso de doutorado da UFPB/UFCG, pela amizade.
- Aos funcionários do curso de doutorado da UFPB/UFCG, Rinaldo, Joãozinho, Zezinho, Márcia e Nanci, pela prestatividade e amizade.
- Aos assentados dos assentamentos Mandacaru e Massangana III que me possibilitaram um rico aprendizado durante a pesquisa de campo.
- Ao INCRA-PB pelas informações prestadas.
- Ao MST-PB pela contribuição a este trabalho, abrindo as portas para a busca de informações necessárias a esta pesquisa.
- Aos amigos do MST-PB, Dilei, Automar, e tantos outros que foram fundamentais para a realização deste estudo.

- Ao CIRAD-Tera/FRANÇA pela viagem de estudos concedida à França e Espanha.
- Ao Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar da UFCG (GPAF), na pessoa de sua coordenadora, a professora Guislaine Duque pelas contribuições acadêmicas e pelo significativo apoio na decisão de estudar o Assentamento Mandacaru.
- Ao Procad pelo apoio e incentivo a pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE BOXES

LISTA DE ANEXOS

RESUMO

ABSTRACT

RÉSUMÉ

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1 AÇÃO COLETIVA E O MST: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	24
1.1 OBJETO E CONCEITOS.....	24
1.2 CARACTERIZAÇÃO E QUESTÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO.....	27
1.3 A PROBLEMÁTICA NO CONTEXTO DE ANÁLISE TEÓRICA: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO SOCIOLÓGICO.....	31
1.4 OUTRAS PISTAS TEÓRICAS INTERPRETATIVAS: MICHEL FOUCAULT, PIERRE BOURDIEU E MAX WEBER.....	50
1.4.1 A noção de poder em Michel Foucault.....	51
1.4.2 O poder simbólico em Pierre Bourdieu.....	57
1.4.3 A ação social em Max Weber como pista metodológica interpretativa.....	60
1.5 HIPÓTESES E OBJETIVOS.....	69
1.6 METODOLOGIA.....	70
1.6.1 O recurso teórico metodológico.....	70
1.6.2 A pesquisa de campo.....	74
1.6.2.1 <i>A escolha dos instrumentos de coleta das informações e dos locais de estudo.....</i>	<i>74</i>
1.6.2.2 <i>Pra onde ir?: a caminhada em busca das informações.....</i>	<i>75</i>
1.6.2.3 <i>A análise e tratamento das informações.....</i>	<i>81</i>
CAPÍTULO 2 MST: TRAJETÓRIA E PRESSUPOSTOS TEÓRICO IDEOLÓGICOS.....	83
2.1 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MST.....	83
2.1.1 O surgimento do MST na Paraíba.....	86
2.2 MST: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, PRINCÍPIOS E A PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA.....	88
2.3 AS BASES TEÓRICO-IDEOLÓGICAS NORTEADORAS DAS AÇÕES COLETIVAS DO MST.....	96
2.3.1 Marx, Engels, Kautsky e os camponeses.....	97
2.3.2 As idéias de Lênin e sua visão sobre o campesinato.....	106
2.3.3 A atualidade do legado humanista de Che Guevara para o MST.....	116

CAPÍTULO 3 O IDEÁRIO TEÓRICO-IDEOLÓGICO COMO MODELO DE ATUAÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS DO MST.....	122
3.1 O MST É UM MOVIMENTO SOCIAL?.....	122
3.2 ALGUNS ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO, PODER E SUBJETIVIDADE NO MST.....	126
3.3 A PRESENÇA DO IDEÁRIO MARXISTA-LENINISTA NOS ESCRITOS DO MST: ORGANICIDADE, MÉTODO E CONSCIÊNCIA.....	133
3.4 A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS DO MST: DOS COMPORTAMENTOS IDEOLÓGICOS À SUPERAÇÃO DOS VÍCIOS ARTESANAIS DE PRODUÇÃO.....	141
3.5 A REVOLUÇÃO CULTURAL NOS OBJETIVOS DO MST.....	151
3.6 A PRODUÇÃO DOS VALORES E DA MÍSTICA NO RITUAL IDEOLÓGICO DO MST.....	156
3.7 ASPECTOS DA REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA E A REFORMA AGRÁRIA PARA O MST.....	164
3.8 A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E O MST.....	181
3.9 A INTEGRAÇÃO DO MST À VIA CAMPESSINA: NOVOS DISCURSOS.....	195
CAPÍTULO 4 A HISTÓRIA AGRÁRIA, AS LUTAS NO CAMPO E OS ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA.....	199
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE.....	199
4.2 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PARAIBANO.....	203
4.2.1 As usinas de açúcar e os trabalhadores assalariados.....	203
4.2.2 A criação de gado e o surgimento dos fazendeiros.....	205
4.2.3 O surto algodoeiro e o capital estrangeiro no estado.....	207
4.2.4 Alguns condicionantes recentes da história agrária da Paraíba.....	209
4.3 AS LUTAS NO CAMPO PELA REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA.....	211
CAPÍTULO 5 A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	222
5.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	222
5.2 OS ATORES DA AÇÃO COLETIVA NO ASSENTAMENTO MANDACARU...	225
5.2.1 Perfil dos assentados não líderes e líderes entrevistados no Assentamento Mandacaru.....	225
5.2.2 Comparação entre os perfis dos assentados não líderes e líderes entrevistados no Assentamento Mandacaru.....	229
5.3 OS TIPOS DE AÇÕES COLETIVAS DESENVOLVIDAS PELO MST EM MANDACARU.....	231
5.3.1 Período inicial: ocupação e formação da entidade representativa.....	231
5.3.2 Período atual no assentamento (período da pesquisa - 2005).....	232
5.4 A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA EM MANDACARU.....	234
5.4.1 O período de organização para a ocupação do assentamento.....	235
5.4.2 O período inicial no assentamento e a primeira organização.....	240
5.4.3 Centralização de poder e a produção de ações coletivas.....	247
5.4.4 O rompimento das estratégias ideológicas na produção de ações coletivas.....	250
5.4.5 As decisões e as práticas das ações coletivas sob uma nova delegação de poder	252
5.4.6 As motivações e interpretações das ações coletivas: a subjetividade dos assentados.....	255

5.4.7 A motivação e interpretação dos líderes de Mandacaru para as ações coletivas: a busca de um sentido.....	258
5.4.8 As relações sócio-econômicas e os valores produzidos pelas ações coletivas.....	263
CAPÍTULO 6 A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO ASSENTAMENTO MASSANGANA III.....	269
6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III.....	269
6.2 OS ATORES DA AÇÃO COLETIVA NO ASSENTAMENTO MASSANGANA III.....	271
6.2.1 Perfil dos assentados não líderes e líderes entrevistados no Assentamento Massangana III.....	272
6.2.2 Comparação entre os perfis dos assentados não líderes e líderes entrevistados no Assentamento Massangana III.....	275
6.3 OS TIPOS DE AÇÕES COLETIVAS DESENVOLVIDAS PELO MST EM MASSANGANA III.....	277
6.3.1 Período inicial.....	277
6.3.2 Ações coletivas no período da cooperativa (1999-2001).....	277
6.3.2.1 <i>Ações coletivas no roçado de feijão e na produção de mudas de caju.....</i>	<i>278</i>
6.3.3 Ações coletivas fora do assentamento.....	278
6.4 CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA EM MASSANGANA III.....	278
6.4.1 Primeira fase: a organização para a ocupação.....	278
6.4.2 A criação das primeiras organizações e os conflitos iniciais.....	282
6.4.3 Novas práticas sociais: a produção da ação coletiva na cooperativa.....	286
6.4.4 O rompimento na produção de ações coletivas.....	289
6.4.5 As motivações dos assentados não líderes e líderes para as ações coletivas.....	293
6.4.6 As relações econômicas e os valores sociais produzidos pelas ações coletivas...	296
6.4.7 Novos cenários: individualização e o papel dos líderes no contexto atual.....	299
CAPÍTULO 7 ANÁLISE COMPARATIVA DA PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	305
7.1 A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NOS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS.....	305
7.1.1 O processo de ocupação dos assentamentos estudados.....	305
7.1.2 As ações coletivas na fase de assentamento: o período inicial.....	307
7.1.3 Comparação entre os perfis dos atores da ação coletiva nos assentamentos estudados.....	312
7.1.3.1 <i>Comparação entre os perfis dos assentados não líderes entrevistados nos assentamentos Mandacaru e Massangana III.....</i>	<i>312</i>
7.1.3.2 <i>Comparação entre os perfis dos assentados líderes entrevistados nos assentamentos Mandacaru e Massangana III.....</i>	<i>315</i>
7.1.4 Os tipos de ações coletivas desenvolvidas.....	318
7.2 O SENTIDO DAS AÇÕES COLETIVAS: A REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA PELOS ATORES.....	321
7.3 RELAÇÕES DE PODER NOS ASSENTAMENTOS: PODEREMOS VIVER JUNTOS?.....	330
7.4 O MST ENTRE O REAL E O ABSTRATO: QUE DEMOCRACIA CONSTRUIR NOS ASSENTAMENTOS E COM QUE IDEOLOGIA?.....	338
7.4.1 Subjetividade e escolha.....	338
7.4.2 A visão dos líderes estaduais sobre as ações coletivas.....	341

7.4.3 Que ideologia ou democracia construir nos assentamentos?.....	347
7.5 RETORNO ÀS HIPÓTESES DO TRABALHO.....	353
7.5.1 Afirmação ou negação das hipóteses?.....	353
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	357
BIBLIOGRAFIA.....	367
ANEXOS.....	378

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - COLETA DE DADOS NOS ASSENTAMENTOS E NA SEDE ESTADUAL DO MST.....	80
TABELA 2 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS EXISTENTES NA PARAÍBA DE ACORDO COM A ENTIDADE PRESTADORA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL.....	215

LISTA DE BOXES

BOXE Nº 1 – INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES ENCONTRADAS NA ÁREA DO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	224
BOXE Nº 2 – PERFIL DOS ASSENTADOS NÃO LÍDERES ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	225
BOXE Nº 3- PERFIL DOS ASSENTADOS LÍDERES ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO MANDACARU.....	227
BOXE Nº 4 – INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES ENCONTRADAS NA ÁREA DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III.....	270
BOXE Nº 5 – PERFIL DOS ASSENTADOS NÃO LÍDERES ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO MASSANGANA III.....	272
BOXE Nº 6 – PERFIL DOS ASSENTADOS LÍDERES ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO MASSANGANA III.....	274

LISTA DE ANEXOS

ANEXO – A
ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ANEXO – B
MAPA DA PARAÍBA COM A LOCALIZAÇÃO DOS ASENTAMENTOS
ESTUDADOS

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização que luta pelo acesso à terra e pela melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas sob sua coordenação. Neste sentido, este movimento tem produzido diversas formas de ações coletivas nos assentamentos no intuito de garantir que os agricultores possam se viabilizar econômica e socialmente. Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar a produção da ação coletiva do MST tendo em vista as relações de poder geradas nos assentamentos e a subjetividade dos assentados. A pesquisa está baseada em estudos de casos em dois assentamentos do estado da Paraíba: Mandacaru (na região do Semi-árido) e Massangana III (na região da Zona da Mata). Este estudo, amparado na teoria dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, introduzida por Touraine, entre outros, mostra como o MST procura impôr *à priori* modelos de ações coletivas nos assentamentos, sem procurar primeiro compreender as realidades rurais brasileiras e tentar um diálogo estratégico entre as visões de mundo dos assentados e a ideologia do movimento. A pesquisa constatou que, nos projetos de assentamento acompanhados, os assentados do MST não têm correspondido em termos de aceitação, ao modelo teórico-ideológico norteador das práticas do movimento. Os estudos de caso mostram que nos dois assentamentos, apesar de haver uma identificação de algumas famílias com os ideais do MST, a sua expressão coletiva só pode existir se for construída a partir da interação entre os assentados e o movimento. A imposição de modelos de produção e de sociedade não combina com as trajetórias sociais, culturais e históricas das famílias assentadas. O sentido e o significado dado às ações coletivas pelos assentados não refletem os ideais de revolução e de sociedade socialista do MST. Essas conclusões apóiam-se sobre numerosas entrevistas, observações de campo e convívio com os assentados durante várias semanas nos dois assentamentos e sobre um minucioso estudo dos documentos internos e externos do MST desde sua fundação até o ano de 2005. Esses elementos comprovaram que a reforma agrária não é um fim em si para o movimento, mas um meio para atingir o tão sonhado ideal da sociedade socialista. Porém esse sonho está ausente do pensamento da maioria dos assentados entrevistados de Mandacaru e Massangana III. Por outro lado, o MST enfrenta dificuldades para a promoção de ações coletivas devido às atitudes e comportamentos de seus líderes que têm gerado relações de poder nos assentamentos, em função de favorecimentos ou de benefícios pessoais. Em Massangana III, as ações coletivas foram interrompidas devido a conflitos internos entre as próprias lideranças e os assentados, resultando no desenvolvimento do assentamento não mais na forma coletiva, mas sim individualizada e/ou familiar. Verificamos nos assentamentos estudados que os assentados possuem uma dívida moral com o MST gerada por uma relação de reciprocidade assimétrica produzindo respeito, obediência e dependência. Porém, outros valores humanos de solidariedade, amizade ou responsabilidade estão sendo gerados pelas relações locais. Elas se fundamentam no reconhecimento da luta pela terra do MST por um lado e pela mudança de estratégia de atuação dos líderes de outro. É o caso do Assentamento Mandacaru, onde há uma continuidade nas ações coletivas no assentamento por parte dos líderes locais que privilegiaram o diálogo, escutando, discutindo e implementando os projetos e pontos de vista dos assentados em primeiro lugar.

ABSTRACT

The Landless Workers Movement (MST) is an organization which fights for land and improving the life quality of land reform settlers. The movement has produced diverse forms of collective action in the settlements which can guarantee the social and economic viability of the settlers. In this perspective, the aim of this study is to analyze the production of collective action of the MST considering the power relations generated in the land reform settlements and the subjectivity of the settlers. The research is based on case studies in two settlements in the State of Paraíba: Mandacaru in the Semi-Arid Region and Massangana III in the Zona da Mata Region. This study has drawn on theories of the "New Social Movements" proposed by Alain Touraine, among others authors. It shows that MST seeks rather to introduce models of collective action in the land reform settlements than to understand the Brazilian rural realities and try a strategic dialogue between the world visions of the settlers and the movement ideology. The research identified that in the settlements supported by the Landless Workers Movement, the settlers has not accepted the ideological model which guide the practices of the movement. The case studies in the two settlements showed that although some families are identified with the principles of MST, the collective representation can only exist if constructed from the interaction between the settlers and the movement. The introduction of models of society and forms of production organization has not been appropriated to the social, cultural and historical trajectories of the settled families. The sense and meaning attributed to the collective action by the settlers do not express the ideals of the revolution and socialist society of MST. These conclusions are grounded on the interviews, field observation during many weeks in the settlements and a detailed analysis of the internal and external documents of MST since its formation until the year 2005. Those elements prove that the agrarian reform is not itself a end, but rather a way to achieve the dreaming ideal of socialist society. But, this dream is absent from the mentality of the vast majority of the settlers interviewed in Mandacaru and Massangana III. Added to this, the MST face difficulties in the promotion of collective actions due to attitudes and behaviors of its leaders who has generated power relations in the settlements on behalf of personal benefits. In Massangana III, the collective actions were interrupted due to internal conflicts between the own leaderships and the settlers. The settlements is more based on the family social organization than the collective form. We noticed that in the studied settlements the settlers have a moral debt with the MST generated in the asymmetrical reciprocity relation producing respect, obedience and dependence. But, other human values of solidarity, friendship or responsibility are generated by local relations. They are based on the recognition in the fight for land of MST and the change of strategy of the leaders action. That is the case of Mandacaru Settlement where there is the continuity of collective action in the settlement from local leaders who first uses the dialogue, listening and discussing the projects and points of views of the settlers.

RÉSUMÉ

Le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre (MST) est une organisation qui lutte pour l'accès à la terre et pour l'amélioration de la qualité de vie des familles installées sous sa coordination. Dans ce but, ce mouvement a introduit diverses formes d'action collective dans les périmètres de réforme agraire (les *assentamentos*) afin que les nouveaux agriculteurs puissent s'intégrer économiquement et socialement. Dans ce cadre, l'objectif de cette étude est d'analyser la production d'action collective du MST à partir des relations de pouvoir dans les projets de réforme agraire et de la subjectivité des agriculteurs. La recherche repose sur des études de cas dans deux "*assentamentos*" de l'Etat de la Paraíba au Nordeste du Brésil: Mandacaru (région semi-aride) et Massangana III (région littorale de la Mata). Cette étude se base sur la théorie des « Nouveaux mouvements sociaux », introduite, entre autres, par Touraine montre comment MST cherche à imposer a priori des modèles d'action collective dans les « *assentamentos* », sans chercher à comprendre d'abord les réalités des diverses communautés rurales brésiliennes et sans passer par un dialogue entre les visions du monde des agriculteurs et l'idéologie du mouvement. La recherche a permis de constater que dans les deux *assentamentos* étudiés, les agriculteurs militants du MST ne partageaient pas le modèle théorique idéologique orientant les pratiques du mouvement. Les deux études de cas montrent qu'en dépit d'une identification de quelques unes des familles avec les idéaux du MST, l'expression d'action collective dépend d'abord de la construction d'interactions entre les agriculteurs et le mouvement. L'imposition de modèles de production d'action collective ou de modèles de société ne correspond pas aux trajectoires sociales, culturelles et historiques des familles installées. Le sens donné aux actions collectives par les agriculteurs ne reflète pas les idéaux de révolution ou de société socialiste du MST. Ces conclusions s'appuient sur de nombreux entretiens et observations participantes avec les agriculteurs des deux *assentamentos* durant plusieurs semaines et sur une minutieuse analyse des documents internes et externes du MST depuis sa fondation jusqu'à 2005. Ces éléments confirment que la réforme agraire n'est pas un objectif premier pour le MST, mais un moyen pour atteindre le rêve d'un idéal de société socialiste. Mais ce rêve est absent des pensées et priorités de la plupart des agriculteurs interrogés à Mandacaru e Massangana III. Par ailleurs le MST doit faire face à des difficultés pour promouvoir ses actions collectives à cause des comportements de ses leaders qui ont engendré des relations de pouvoir et de dépendance dans les *assentamentos*, en fonction de faveurs ou de bénéfices personnels comme le montre les études de cas. A Massangana III, les actions collectives ont été interrompues à cause de conflits internes entre les dirigeants de la coopérative et les agriculteurs. Dans les deux cas, les agriculteurs font état d'une dette morale par rapport au MST, engendrée par une relation de réciprocité asymétrique qui produit surtout obéissance et dépendance. Cependant, d'autres valeurs éthiques et sentiments, par exemple d'amitié, responsabilité et de solidarité sont engendrées par les relations locales entre agriculteurs. Celles-ci sont dues en partie à la reconnaissance du combat pour la terre du MST et par les changements de stratégie de certains leaders locaux par rapport aux directives du mouvement. C'est par exemple le cas à Mandacaru où la continuité des actions collectives a pu être assurée par des leaders locaux qui ont privilégié le dialogue, l'écoute, discutant et mettant en œuvre des projets collectifs selon les points de vue des agriculteurs.

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa o processo de produção de ações coletivas nos assentamentos de reforma agrária coordenado pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Para este estudo, a ação coletiva pode ser entendida como as ações sociais desencadeadas pelo movimento nos assentamentos em torno da produção de temas e ações que afetam diretamente a organização coletiva das comunidades.

Ressaltamos que não é nosso foco estudar as ações nacionais promovidas pelo MST como greves, marchas e ocupações. Centramos a investigação nas relações de coordenação e de poder existentes entre assentados não líderes e líderes do MST no intuito de promover ações coletivas a partir de pressupostos teórico-ideológicos do movimento. Procuramos mostrar o sentido e/ou o significado que os líderes e não líderes do MST dão a essas ações em dois assentamentos localizados no estado da Paraíba.

A trajetória de construção desse objeto de estudo não começou apenas com a aprovação no doutorado em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande. As reflexões sobre as ações que o MST promove em seus assentamentos vêm de longo tempo, iniciado na década de 1980 (mais particularmente a partir de 1987). Desde aquele período, realizamos vários projetos de pesquisa e extensão, desenvolvidos como professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), sobre as trajetórias que marcaram a existência da luta pela terra no Brasil. A dissertação de mestrado realizada no Estado da Paraíba (2000) deu lugar à publicação de um livro em 2003 sobre a ação coletiva em assentamentos e a organização dos assentados.

Para nós, a construção de ações coletivas nos assentamentos passa pelo debate em torno do processo de reforma agrária que enfrenta um momento de anomia grave e mostra a necessidade de um debate crítico em torno da falta de alternativas. Entendemos que este debate está ocultado atrás de discussões entre o Governo e MST/CPT sobre estatísticas e valores ou entre posições ideológicas como o discurso revolucionário a-histórico do MST e o discurso reacionário das elites e da mídia que querem manter a injustiça e diabolizam os

movimentos e o processo de reforma agrária a partir de casos isolados transformados em generalidades.

Por outro lado, há por parte do atual governo, que se diz representante dos trabalhadores rurais e os movimentos sociais, a pregação de um discurso de que se pôs fim à reforma agrária de mercado do período do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, na prática o que se percebe é que o modelo “distributivista” atual continua pelo viés do mercado, já que a terra expropriada para fins de reforma agrária continua sendo paga, em valores iguais ou acima do mercado local para os ex-proprietários.

Talvez a explicação mais coerente para este engessamento da reforma agrária esteja no tipo de pacto realizado entre o governo e os movimentos de luta pela terra em função da posição hegemônica do MST como interlocutor de todos os movimentos sociais com o INCRA. Outra explicação são os entraves acumulados pelo judiciário e Ministério Público nos governos anteriores (pressão da elite agrária e seus defensores) que têm colocado inúmeras barreiras legais e jurídicas, impedindo ou limitando a expropriação de terras não produtivas, sobretudo se forem ocupadas.

O marasmo da reforma agrária brasileira pode também ser explicado pela burocracia do INCRA e pelo desinteresse de seus agentes em tomar qualquer iniciativa que possa dar encaminhamento na resolução dos problemas agrários urgentes.

O que nos levou a construir este objeto de estudo tem a ver com as interrogações surgidas durante nossa experiência junto ao MST em assentamentos no Rio Grande do Sul e no Paraná. Estas dúvidas surgiram pela maneira como o movimento promovia suas ações coletivas, pois muitas vezes notávamos que não eram bem aceitas pelos assentados e que estes não entendiam muito bem o significado da mística e das intenções do MST em transformar a sociedade e fazer dos assentados massas revolucionárias em potencial.

Para nós ficava a hipótese de que aceitavam as prerrogativas revolucionárias do MST, principalmente em agradecimento pela conquista da terra. Víamos que o desejo dos assentados era ter seu espaço produtivo para reproduzir sua família e, acima de tudo, adquirirem dignidade e respeito como pequenos produtores rurais e não mais como sem terra.

Sendo assim, procuramos enfatizar nossa pesquisa pela óptica da subjetividade que, como bem define Max Weber, é o sentido visado pelos agentes, no caso líderes e não líderes, ou seja, a interpretação que possuem das ações coletivas ao conduzi-las. Ou seja, quais os motivos, meios e fins das ações sociais em que se envolvem. Nesse cenário, preocupamo-nos com a idéia de indivíduo como célula efetivadora de sentido de processos históricos.

Nesta perspectiva, escolhemos estudar a produção de ações coletivas do MST a partir de dois assentamentos na Paraíba localizados em regiões distintas do estado. O Assentamento Mandacaru na região do Semi-árido paraibano (no município de Sumé) e o Assentamento Massangana III na região da Zona da Mata (no município de Cruz do Espírito Santo).

Tendo como preocupação encaminhar a investigação a partir da óptica da subjetividade, procuramos dar ênfase à busca de um referencial teórico que nos desse a possibilidade de trilhar este caminho para além das tradicionais análises marxistas dos movimentos emancipatórios.

Desta forma, no primeiro capítulo deste trabalho, desenvolvemos, a partir da análise de Mancur Olson sobre a “lógica da ação coletiva”, um início de discussão crítica sobre os objetivos de grupos que promovem ações coletivas com intuito econômico. Procuramos na leitura do chamado paradigma dos “Novos Movimentos Sociais”, na figura de Alain Touraine, entender este acionalismo nos assentamentos via a subjetivação e/ou individuação dos atores coletivos. Mobilizamos, para a análise da dinâmica dos assentamentos, a contribuição de Max Weber e sua noção de ação social, bem como o pensamento de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, que entendem o sujeito como produzido a partir de relações de poder e de consentimento (poder simbólico) manifestados nas regras morais e legais.

No segundo e terceiro capítulos, baseamo-nos na metodologia weberiana, que prevê um aprofundamento do objeto de estudo da maneira mais completa possível para compreender as ações sociais em seu desenvolvimento e seus efeitos. Discorremos sobre a luta pela reforma agrária no país e o surgimento do MST no Brasil e na Paraíba. Em conjunto, descrevemos e discutimos a trajetória deste movimento, seus princípios ideológicos e estratégicos e a sua proposta de reforma agrária. Também, por dispormos de um extenso material (cadernos de formação, cartilhas, documentos internos, etc), por nós arquivados, de toda a trajetória do MST, iniciamos uma discussão mostrando as principais idéias do pensamento de Marx, Engels, Kautsky, Lênin e Che Guevara sobre os camponeses, que são utilizadas e pregadas pelo movimento, para, em seguida, discutir a incidência dessas idéias nos documentos públicos e internos do movimento, bem como a presença do ideário marxista-leninista no que se refere à organicidade, ao método e à consciência, categorias muito citadas nos documentos do MST, entre outras discussões.

No quarto capítulo, apresentamos como se constituiu o desenvolvimento rural no Nordeste, que influenciou a história agrária da Paraíba no intuito de entender o comportamento dos assentados nos assentamentos em estudo quanto a suas participações ou não em ações coletivas. Isto permitiu estabelecer uma ligação entre a história agrária do

estado e a possível influência desta no comportamento dos assentados. Também mostramos alguns condicionantes recentes da história agrária da Paraíba e as lutas no campo que influenciaram a organização do MST no estado.

O quinto e sexto capítulos discorrem sobre as características de cada assentamento estudado traçando um perfil dos atores e das ações coletivas, comparando-os. Também apresentamos uma caracterização das ações coletivas e da sua evolução nos dois locais de estudo obedecendo à relação construída e aos objetivos propostos. Estes dois capítulos refletem o material empírico coletado durante a pesquisa de campo.

No sétimo e último capítulo, apresentamos uma análise comparativa sobre a produção da ação coletiva nos dois assentamentos com a comparação dos perfis dos assentados líderes e não líderes, acompanhado de uma reflexão que permeia o sentido e/ou a representação dos atores destas ações, das relações de poder inerentes à prática de ações coletivas pelo MST, a visão dos líderes estaduais, a democracia nos assentamentos e um retorno às hipóteses deste trabalho com conclusões gerais da discussão.

Por último, apresentamos as considerações finais do trabalho a partir de uma reflexão baseada no referencial teórico utilizado e nas evidências empíricas.

CAPÍTULO 1

AÇÃO COLETIVA E O MST: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 OBJETO E CONCEITOS

O objeto deste estudo é a análise da produção da ação coletiva dentro do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com ênfase no papel das lideranças e na subjetividade dos assentados sob a coordenação desse movimento no estado da Paraíba. O MST foi escolhido porque ele se propõe a produzir uma ação coletiva que represente os interesses coletivos dos trabalhadores sem terra e assentados. A análise centra-se na investigação das relações de poder, existentes entre líderes e assentados, bem como procura desvendar os mecanismos de defesa implícitos na subjetivação que os assentados (tanto líderes como não líderes) têm das propostas de ação do movimento.

Por ação coletiva entendemos, de acordo com OLSON (1999:19), “a ação de um grupo de indivíduos que têm interesses comuns expressos na defesa de um objetivo comum”. A argumentação de Olson segue a seguinte linha de raciocínio: primeiro é preciso admitir que, por mais variados que possam ser os desejos humanos, eles podem ter pontos em comum; num segundo momento, os homens reconhecem ter interesses comuns, o que Marx chamaria de adquirir consciência; a partir desses interesses comuns, os homens planejam uma atuação coordenada para alcançá-los. Esta atuação coordenada, que tem origem num reconhecimento consciente de interesses comuns, recebe o nome de ação coletiva (Olson, 1999). É importante ressaltar que a ação coletiva, segundo Olson, é, portanto, composta por ações racionais com referência a fins.

A idéia de Olson¹ é que os grupos tendem a agir em favor de seus interesses grupais, mas como uma extensão lógica de um comportamento racional centrado em seus próprios interesses individuais, ou seja, segundo o autor, os membros de um grupo agem por interesses pessoal e individual. Este conceito poderia expressar a idéia de que os assentados, apesar de

¹ - Olson é um opositor declarado das idéias de Karl Marx. Isto fica claro em sua obra “A Lógica da Ação Coletiva” (1999: 113-125).

publicamente dizerem-se defensores do MST, agem coletivamente para promover seus interesses comuns ou grupais tendo em vista a defesa do seu interesse individual. Olson, ao contrário da análise dos pequenos grupos, diz que “os membros de um grande grupo não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto, ou ao menos algum incentivo à parte” (OLSON, 1999:14).

No entanto, cabe questionar a perspectiva tão fechada e utilitarista como a de Olson, no sentido de abrir a possibilidade de mostrar outras inter-relações sociais que não somente a do interesse material individualista nas ações coletivas.

Por isso, estudos como de Diniz, Duque, Sabourin & Oliveira (2004), Sabourin (1999, 2003, 2003a, 2003b), Menezes, Sabourin & Tonneau (2004), Malagodi, Menezes & Silva (2003), Moreira (1997), são importantes para nos contrapor a essa idéia de uma lógica de ação coletiva individualista. Não se trata de desqualificar as idéias de Olson, mas de mostrar seu caráter explicativo parcial, referenciado pela teoria utilitarista da escolha racional, quer dizer, por uma interpretação racional e instrumental das ações humanas, sem considerá-las nas sua especificidade e diversidade².

Para que possamos analisar, entender e explicar as ações coletivas nos assentamentos do MST na Paraíba, buscamos compreender como são produzidas estas ações pelo movimento. Desta forma, por produção da ação coletiva do MST, entendemos a produção de objetos de representação, que, em cada período, o movimento compreende serem os “direitos” e/ou interesses dos trabalhadores rurais. Estes objetos correspondem aos temas de representação, bem como às ações do movimento. Os temas são os objetivos ou objetos comuns explícitos nos discursos, práticas e materiais escritos pelo movimento para os quais existe uma mobilização coletiva e as ações correspondem ao conjunto de atividades práticas orientadas pelo MST, desde a organização da rotina na sede e nos assentamentos até a realização de atos de maior impacto, como ocupações de terras e sedes de órgãos públicos, acampamentos, passeatas, plantação coletiva, ou bloqueios de estradas.

Para este estudo, as ações coletivas podem ser entendidas como as ações sociais desencadeadas pelo movimento nos assentamentos em torno da produção de temas e ações que afetam diretamente a organização coletiva das comunidades. Não estudamos aqui as ações nacionais promovidas pelo MST como greves, marchas e ocupações.

² - Essas diversas diferenças serão tratadas na parte deste capítulo que tratará de apresentar as idéias de Mancur Olson sobre sua lógica da ação coletiva. Se a idéia de Olson é correta para análise de todos os grupos sociais ou não, só a pesquisa de campo poderá mostrar. Um dos objetivos desta tese é interrogar-nos constantemente a respeito de teorias e práticas sobre o objeto proposto.

Entendemos, desta forma, que os indivíduos possuem interesses individuais, mas estes interesses podem ser comuns a vários indivíduos. Quando eles se unem para buscar este interesse, comum a todos, geram uma ação coletiva. Esta ação coletiva se concretiza através de temas e ações que possuem o objetivo de buscar realizar este interesse comum.

A tese, então, tem como objetivo geral verificar como são produzidas as ações coletivas nos assentamentos de reforma agrária, identificando e caracterizando os tipos de ações sociais decorrentes. Para tanto, elegemos dois enfoques analíticos dessa ação: primeiro as relações de poder entre os líderes e não líderes assentados e segundo, as formas que os assentados subjetivam as ações.

Sendo assim, através da pesquisa empírica, verificar-se-á se tais ações, consideradas coletivas, traduzem a vontade, ou seja, o interesse de todos, ou é imposta através de relações de poder pelos líderes do movimento. Daí explica-se o porquê de se estudarem os assentados (líderes e não líderes) individualmente, pois, a partir das interpretações dos indivíduos, resgataremos o sentido que estes sujeitos sociais (nos assentamentos do MST) dão às ações coletivas na perspectiva de sua interação e efetivação (que podem corresponder às propostas do movimento ou não). Então, entendemos que, pela comprovação empírica, poderemos constatar de fato a natureza da ação que o MST produz. A tese centra-se na seguinte questão: realmente podemos afirmar que a ação produzida pelo MST é uma ação coletiva conforme a definimos anteriormente?

Por papel das lideranças, entendemos a atuação de alguns membros dos assentamentos que atuam como delegados do MST ou representantes das reivindicações do grupo em contraponto ao Estado e/ou ao próprio movimento³.

A subjetividade dos trabalhadores rurais assentados pode ser compreendida como o sentido visado independente do curso da ação do MST, ou seja, a representação que o agente tem da sua ação ao conduzi-la, ou ainda o sentido que ele mentaliza como sendo o significado de sua ação social. Dentro do esquema analítico weberiano, seriam as concepções ou representações que os agentes (individuais) têm dos motivos, meios e fins das ações sociais em que se envolvem (Weber, 1994). Ganha espaço, assim, no cenário da pesquisa a idéia de indivíduo como célula efetivadora do sentido de processos históricos, unidade que abriga e executa sentidos socialmente engendrados no processo de existência social. Desse modo, não interessam a essa pesquisa social processos psíquicos profundos, mas sim aqueles recursos postos a funcionar na perspectiva de interação e efetivação de ações coletivas.

³ - Por lideranças entendemos aqueles assentados que exercem um papel hierárquico nas organizações nos assentamentos e/ou são reconhecidos pelos outros assentados como representantes das idéias e práticas do MST.

É importante também para este estudo, sob nosso ponto de vista, a perspectiva de subjetivação no entendimento de Touraine (1998), quando enquadra neste termo o esforço do indivíduo em ser ator, de agir sobre seu próprio ambiente e criar, deste modo, sua própria individuação voltada à valorização de um objetivo. É a possibilidade de ser do sujeito e não a realização da vontade dos outros num primeiro momento.

1.2 CARACTERIZAÇÃO E QUESTÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO

Este estudo originou-se de indagações e interrogações frente a um fenômeno empírico que chamou a atenção pela sua pertinência sociológica, ou seja, como as famílias assentadas, que não tiveram experiências com trabalho coletivo, de um movimento social, possam produzir ações coletivas e viabilizarem um projeto sócio-econômico de cunho ideológico socialista?

O que nos chamou mais a atenção ainda foi que uma parte das famílias no estudo que desenvolvemos anteriormente no estado da Paraíba⁴ não tinham trabalhado na agricultura antes de serem assentadas e aquelas que trabalharam no campo antes de serem assentadas não tiveram experiência de trabalho coletivo. O que, então, move essas pessoas a participarem de ações coletivas segundo uma lógica centralizada (marxista-leninista), que muitas vezes é diferente das que habitualmente são exercidas pelos agricultores familiares?

O desenvolvimento das circunstâncias e os contextos da realidade social-histórica determinam o mundo ideal e as intenções de seres humanos, uma vez que estes, em virtude da experiência social, conhecem as circunstâncias e os contextos e por eles se orientam. Isto faz com que a referência a este mundo material parta do que é dado. Ora, o que é dado? São as relações capitalistas de produção que fazem com que os indivíduos transformem na medida do possível o desejo de um mundo melhor e ideal para o objetivamente possível. Os assentados têm o desejo histórico de melhorarem de vida e neste ponto o MST vem ao seu encontro para a construção de um mundo melhor. Aliás, Weber (1994), já nos dizia que os interesses determinam as ações sociais dos seres humanos no cruel confronto com as necessidades da vida, ou seja, de que as percepções e concepções de agentes humanos costumam ser determinadas de maneira significativa e em grande parte pela situação social, econômica e política em que eles se encontram. Trata-se de conhecer, neste trabalho, o contexto objetivo

⁴ - LAZZARETTI, Miguel Ângelo. Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel, EDUNIOESTE, 2003.

em que estão inseridos os sujeitos da pesquisa e compreender se a escolha (o significado) pelas ações coletivas com 'fundo socialista' correspondem aos interesses dos assentados. Ou melhor, qual o sentido que esses sujeitos coletivos imprimem em suas ações coletivas.

Pareceu-nos que nas motivações para a participação haveria questões a serem compreendidas e que muitas vezes os assentados do MST nos davam pistas de que não concordavam plenamente com aquelas idéias e práticas instauradas pelos líderes. Nesse caso, há a probabilidade de que as ações coletivas produzidas possam ser asseguradas pela criação de mecanismos coercitivos, ou a oferta de bens individuais paralelos aos bens coletivos.

Estudos feitos por pesquisadores de assentamentos de reforma agrária no Brasil, entre eles Carvalho (1998), por exemplo, têm demonstrado que em apenas 13% dos assentamentos do MST há uma aceitação para o trabalho coletivo e que a grande maioria dos assentados ligados ao movimento demonstram muita resistência a esse tipo de iniciativa.

Concordamos com Caume (2002), quando diz que ao analisar um assentamento não se pretende produzir um outro discurso verdadeiro sobre os assentamentos e os assentados, mas desembaraçar o emaranhado discursivo que produz efeitos de verdade, o imbricamento da verdade com relações de subordinação dos indivíduos.

O que nos interessa, a partir das questões levantadas e que envolvem contradições inerentes a indivíduos e grupos sociais em contextos conflitivos, é verificar as capacidades democráticas das ações coletivas desses movimentos sociais, pois, como bem observa Touraine (1996), o risco de um desfecho autoritário está sempre presente. Touraine, que estudou os principais movimentos sociais revolucionários da América Latina, nos diz que, quanto mais um poder político domina um movimento social, tanto menos oportunidades existem de se criar uma sociedade democrática, e prevalece a tendência para o surgimento de um poder absoluto que se declara o único capaz de estabelecer o reino da igualdade, ou seja, de reduzir ou de abolir as desigualdades sociais, substituindo todas as formas diversificadas de dominação social pela igualdade de todos mediante sua submissão a um poder absoluto. Assim, compreende Touraine, a democracia revolucionária tende regularmente a se autodestruir.

Por isso, nossa contribuição, ao estudar o fenômeno da ação coletiva em assentamentos de reforma agrária do MST, é exatamente poder clarear ou evidenciar essas contradições que existem na construção da democracia que o movimento prega e que possam estar andando em descompasso ou não com o interesse dos assentados.

A diferença deste estudo para outros que envolvem análises de poder nos assentamentos (sem pretender ser totalmente inovador nem exaustivo) é precisamente captar

aquilo que poucos estudos têm evidenciado sobre o comportamento e aspirações mentais desses agricultores. O que queremos é dar vazão ao indivíduo enquanto agente construtor de realidades sociais e históricas coletivas. Em última instância, o indivíduo em seu processo de interação, quando empresta objetividade à abstração histórica no plano mais geral. Como nos diz Azevedo (2003), o indivíduo em seu processo de vivência como célula efetivadora do sentido dos processos sociais. No caso, verificar se os assentados dão outro sentido que não aquele somente político às suas ações.

O significado das ações coletivas mentadas pelos assentados pretende ser revelado a partir dessa óptica, ou seja, trata-se de, a partir da ação social em construção, investigá-la, compreendê-la em seu sentido, como afirma COHN (1979:80), “não adianta (...) constatar da maneira mais precisa e rigorosa que, sempre expostas à determinada situação, as pessoas reagirão de maneira idêntica. Falta compreender por que se reage assim. Vale dizer, precisamos ter condições para uma ‘reprodução interna’ da motivação das pessoas”.

Tentar entender a mentalidade dos assentados não é uma tarefa simples, seria uma tentativa de compreendermos as aspirações destes agentes que mudam de hábitos, são conduzidos a superarem “vícios” e implementar mudanças em seus comportamentos sociais para fazer uma revolução cultural. Tudo isso como se fossem desviados e cheios de defeitos de caráter, aquilo que os líderes chamam de cultura negativa que deforma os hábitos e a organização. Ora, os líderes querem chamar os assentados para produzirem ações coletivas que criem problemas para a classe dominante e para o imperialismo, como se os assentados estivessem sendo ameaçados de forma real, como uma sombra do corpo, por esses agentes todos os dias.

O conteúdo desta organicidade, que quer, segundo o MST (2004), ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias, formar militantes/quadros, ter o controle político do espaço geográfico, implantar os círculos orgânicos, manter-se permanentemente vigilante, afastar os inimigos e acumular forças dá um sentido de verdadeiras brigadas às ações produzidas. Mas, os assentados querem fazer isso mesmo?

Não nos enganemos com o suposto interesse de um mundo melhor propagandeado pelo MST dizendo que no socialismo não existirão opressores e oprimidos. A história mostrou que isso não é verdade, que o socialismo real só existiu teoricamente e que, tendo chances de se mostrar na prática, continuaram existindo relações de classe entre os dirigentes e a massa dos operários. Segundo Navarro (2003), o MST é fruto de uma visão dogmática de seus líderes e de seus militantes funcionários que são pagos para impor essa visão. Isto se chama a lógica da ação coletiva e nada mais, diz Navarro. Particularmente não acreditamos nessa

visão do autor e sim na idéia de que o MST é fruto de uma relação dialética frente ao mundo capitalista na fase neoliberal, ou seja, excluídos socialmente buscando reintegrarem-se à sociedade de forma propositiva e nova, no caso, o socialismo.

Delineando o problema nos termos acima descritos, começam a surgir as questões que nortearão o estudo e serão o fio que conduzirá toda a investigação que se segue:

Questão 1: Quais os interesses e por que os assentados do MST se atraem para aceitar produzir ações coletivas em seu conjunto, baseadas em princípios socialistas? A resposta parece ser óbvia do ponto de vista do senso comum, centrada na idéia da incapacidade de manter-se produtivo no mercado capitalista de forma individual, mas perde esta obviedade quando encarada pelo prisma sociológico, capaz de perceber relevantes questões acerca do que parece um mero componente cotidiano.

Parece-nos que uma primeira hipótese para tentar responder a questão acima colocada é que a reação dos assentados pode ser explicada por sua historicidade, ou seja, por ordem da cultura clientelística e autoritária presente na vida anterior de mando e de obediência e que se repete agora como submissão aos novos mandantes.

Outra hipótese para responder a essa questão seria afirmar que aceitam por medo de verem-se compelidos a deixarem a terra em função da impossibilidade de manterem-se competitivos na agricultura de mercado de forma individual e/ou “encantam-se” com as promessas do MST e a possibilidade de prosperarem economicamente de forma coletiva.

Para buscar esclarecer essas questões que envolvem sujeitos ditos coletivos, parece-nos pertinente, como hipótese, a idéia de Olson (1999) de que os grupos agem para promover seus interesses baseados na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesses individuais. Ou seja, num comportamento racional centrado nos próprios interesses.

Questão 2: Por que as relações entre assentados e lideranças são conflituosas, como demonstram diversos estudos acerca desta problemática em vários pontos do Brasil, como por exemplo o estudo de Brenneisen (2002), ou melhor, por que não têm dado certo as experiências de produção de ações coletivas centradas nas idéias socialistas? Será que os assentados aceitam a coletivização ou a participação em ações coletivas do movimento por gratidão ao MST por este ter-lhes ajudado a conquistar a terra? E as lideranças possibilitam espaços de subjetivação e/ou individuação aos assentados?

Questão 3: Qual a relação entre adesão ao movimento e as ações coletivas entre a fase de luta pela terra e a de produção no assentamento?

Questão 4: Qual é o projeto individual e qual é o projeto coletivo da maioria dos assentados? E em que converge ou não com o do MST, e se converge, é suficiente para funcionarem as ações coletivas ou não?

Questão 5: Qual a representação do MST de movimento social, do seu papel e qual é a dos assentados? Qual a representação e estratégia do MST e de seus líderes na Paraíba para a organização e funcionamento da produção agrícola no assentamento? E qual é a dos assentados?

1.3 A PROBLEMÁTICA NO CONTEXTO DE ANÁLISE TEÓRICA: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO SOCIOLÓGICO

Este trabalho busca estudar uma realidade muito complexa e delicada em termos de análise. Isto porque envolve uma organização multifacetada em termos de interesses e objetivos de seus participantes. O MST apresenta-se como um movimento que tem mudado as relações de produção na sociedade rural brasileira e que possui idéias homogêneas enquanto agente de transformação da sociedade. É claro que a realidade mostra que nem tudo é desta forma. Existem grandes resistências a esse projeto inovador que quer marcar esta nova estratégia de produção e de sociabilidade nos assentamentos. Existem resistências nem sempre objetivas, explícitas, mas resistências subjetivas que não combinam com a maneira como se desenvolvem os projetos de coletivismo apresentados e colocados em prática nas múltiplas realidades dos assentamentos rurais pelo Brasil afora.

Podemos nos interrogar sobre os limites que se impõem na construção da democracia interna do movimento. São barreiras culturais, sociais e organizacionais presentes na maneira original de fazer produzir a terra, maneiras sempre presentes na trajetória dos trabalhadores rurais que não são acostumados a trabalharem coletivamente, que muitas vezes os dirigentes do MST dizem serem “vícios artesanais de produção” que podem desqualificar seus atributos de produtores e, portanto, colocam-os como atrasados e individualistas.

Desta forma, a realidade que analisamos nessa pesquisa não permite em hipótese alguma nos limitar a apenas um contexto teórico de análise, pois diversas e complexas são as realidades dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Por isso, nos debruçaremos sobre o arcabouço teórico de alguns pensadores sociais que podem ajudar a elucidar a problemática da ação coletiva sob a perspectiva da análise das relações de poder entre líderes e assentados, bem como sobre os aspectos subjetivos que envolvem essas relações na construção da

democracia no Brasil e do objetivo maior do MST que é a efetivação de um modelo socialista de organização nos assentamentos.

Nesse sentido, mais do que uma simples descrição de temas e ações do MST em nível nacional e de reações sociais a estes, o principal objetivo, ao investigar esse tema, é o de refletir sobre as modificações que tais criações de contestação ou protesto elaboradas por esse movimento social engendram nas propriedades e atributos dos grupos e dos atores em conflito em nível local e, em última análise, no social. Para isso, procuraremos expor a visão de alguns autores contemporâneos que discutem os fatores inibidores e facilitadores da ação coletiva tendo em vista uma das questões centrais que particularmente interessa a essa tese: como são produzidas as ações coletivas do MST e como se dão as relações entre líderes e assentados e o que, subjetivamente, carregam em seus pensamentos os assentados sobre as estratégias socialistas com modelos de sociabilidade e de produção coletivos do MST.

Por existir de acordo com Gohn (1997a), uma inadequação do paradigma tradicional marxista, denominado por alguns como clássico ou ortodoxo, para a análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 60 do século passado, propomos a análise da produção da ação coletiva do MST a partir de autores com visões diferenciadas, como Mancur Olson e Alain Touraine, que criaram esquemas interpretativos também diferentes do marxismo na análise dos movimentos sociais, enfatizando os interesses individuais, a intenção dos atores, seus valores e a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou de um movimento social.

Esta opção pela discussão teórica com esses autores que de certa forma ao analisarem os movimentos sociais se desprendem de categorias marxistas torna-se interessante não por descartarem o marxismo, mas sim por colocarem elementos pós-marxistas no âmbito micro de análise, tais como o cultural e o político, que o marxismo, de certa forma, tende a subjugar ao econômico. Este novo paradigma, como nas palavras de GOHN (1997a:122), “abre a possibilidade de retorno e recriação do ator, a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, independente do condicionamento das estruturas”.

Outro fator preponderante para a escolha teórica de análise da ação coletiva via o paradigma dos chamados novos movimentos sociais diz respeito ao abandono da idéia desse sujeito histórico pré-determinado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela consciência autêntica de uma vanguarda partidária e do centralismo democrático leninista. Este novo sujeito criado é um coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários e

comunitários. Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais (GOHN, 1997a:122-123).

Existem diversas considerações sobre a ação coletiva, ligadas a diferentes contextos de análise de pequenos ou grandes grupos que se organizam na sociedade. Na sua grande maioria vinculam-se à análise dos movimentos sociais, como as obras de Touraine, (1989, 1996, 1998, 1999, 2002), e também de Olson, (1999) que analisam a organização sindical e sua relação com o Estado, para citar algumas das mais importantes.

Nesse sentido, o que nos preocupa é o debate contemporâneo que segundo Orenstein (1998) costuma datar pela atualização neoclássica proposta por Olson em 1965 em sua famosa obra “A Lógica da Ação Coletiva”. Neste trabalho, Olson, estudando grupos sociais e grandes organizações (norte-americanas), analisa e confronta estudos sobre certos aspectos do comportamento coletivo para formular uma teoria que se aplica, mais adequadamente, às grandes organizações com significativo componente econômico. A idéia de Olson é de que, quando há objetivos econômicos envolvidos, grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente, tentam promover esses interesses comuns.

Para Olson (1999), o ponto lógico para iniciar qualquer estudo sistemático sobre organizações é o seu propósito, e um propósito que de fato é característico da maioria das organizações, e com certeza de praticamente todas com um importante aspecto econômico é a promoção dos interesses de seus membros. As organizações podem, portanto, para o autor, desempenhar uma função importante quando há interesses comuns ou grupais a serem defendidos e, embora elas freqüentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, sua função e característica básica é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos⁵.

Apesar do conceito de ação coletiva expresso por Olson na Lógica da Ação Coletiva indicar para a união entre pessoas na busca de interesses e objetivos comuns, o autor sugere que “assim como pode se supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização” (OLSON, 1999:20).

⁵ - Neste ponto as idéias de Olson aproximam-se das de Marx quando este dizia que em certas circunstâncias, a ação coletiva pode ser entravada pela existência de uma contradição entre interesse comum e interesse individual. Os famosos exemplos dos “pequenos camponeses” no *18 Brumário* ou da concorrência entre capitalistas em *O Capital* são suficientes para ilustrar esse ponto. Os problemas dos camponeses de delimitação de propriedades, a necessidade em que se encontraram os capitalistas de investir levam-nos a pôr de lado seu interesse de classe em favor de seu interesse individual.

O foco principal e muito contestado no pensamento de Olson é de que os grupos sempre agem para promover seus interesses baseados na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesses pessoais e individuais. Esta característica de ação coletiva centra-se na idéia de que os grupos tendem a agir em favor de seus interesses grupais, como uma extensão lógica de algo muito aceito do comportamento racional e centrado nos próprios interesses.

Em outras palavras, geralmente se deduz que se os membros de um determinado grupo têm interesse ou objetivo comum, e se todos eles ficariam em melhor situação se esse fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas nos próprios interesses, agir para esse objetivo (OLSON, 1999:14).

A polêmica da idéia de Olson está no fato pragmático e utilitarista da associação política, ou seja, na questão de que as pessoas só se afiliam a um grupo quando há possibilidade de conseguir algo através desse pertencer. Em outras palavras, Olson acredita que, ao contrário de uma ação individual independente, uma ação coletiva é muito mais eficiente na defesa dos interesses do indivíduo. Para o autor, a noção amplamente difundida, presente em todas as ciências sociais, de que os grupos tendem a promover seus interesses é, portanto, injustificável, pelo menos quando se baseia, como geralmente ocorre, na pressuposição de que os grupos agem em interesse próprio porque os indivíduos também o fazem. No entanto, conforme o autor, “a costumeira visão de que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco mérito, se é que tem algum” (OLSON, 1999:15). Ou seja, nem sempre os interesses comuns produzem uma ação coletiva. Não é porque todos têm um interesse comum que irão se organizar para produzir uma ação coletiva em prol desse interesse.

Para Zauli (2000), Olson argumenta que o postulado da racionalidade individual não autoriza a conclusão de que indivíduos com interesses comuns produzirão ações coletivas. Ao contrário, o postulado da racionalidade individual aponta para a tendência de que os indivíduos se abstenham de qualquer engajamento em ações coletivas destinadas à provisão de seus bens, a não ser que haja coerção ou outro tipo de incentivo que leve os membros do grupo a agir com o interesse comum.

Para nós, explicar a participação de assentados em ações coletivas respaldadas por um **cunho ideológico socialista** teria como única explicação plausível, na lógica de Olson, os incentivos seletivos, que funcionariam como instrumento de coação dos indivíduos através de punições, bem como de recompensas àqueles que conformassem seu comportamento ao

interesse coletivo. Daí mais uma vez vem a lembrança das facilidades que o MST proporciona aos seus militantes e à sua base, como por exemplo, o encaminhamento dos empréstimos, outros recursos do Estado, escolas, lazer e tantas outras benesses.

Esta seria a imagem mais realista da participação em ações coletivas porque faz parte de uma estratégia instrumental que “é uma estratégia orientada ao logro de objetivos particulares de bens públicos” (BERDEGUÉ, 2003:02). Seria a participação em ações coletivas de forma conjuntural, como, por exemplo, em algum projeto que possa render dinheiro ou insumos para a lavoura e/ou ainda ganhos passageiros, de quem não tem nada a perder.

A idéia de ação coletiva expressa por Olson possui um viés ideológico e pode ser entendida da mesma forma como Gramsci interpretou a ideologia, cujo significado para este autor é o de cimentar e unificar o bloco social. No caso, a idéia (ideologia de ação coletiva) de Olson tem um poder de convencimento de que as ações coletivas servem apenas para responder a priori a interesses individuais. Desta forma, Amman, ao falar da análise gramsciana de ideologia, nos alerta para o perigo do convencimento destas ideologias com fundo individualista e nos diz que, “deste tipo de ideologia, de significado mais alto, Gramsci distingue aquelas ideologias arbitrárias, racionalistas, que não criam senão movimentos individuais, embora até elas sejam úteis, na medida em que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma” (AMMAN, 1997:21).

Sob esse ponto de vista chama a atenção o papel dos líderes que, no caso, estabelecem um vínculo orgânico com trabalhadores sem terra e em tais condições representam uma força potencial na luta por uma nova hegemonia no sentido de um desenvolvimento capaz de homogeneizar a massa a uma concepção superior de existência, que origine uma nova unidade orgânica entre eles próprios e os trabalhadores⁶.

Nesse sentido, os líderes podem de um lado afirmar a ideologia dominante e de outro, deflagrarem um movimento cultural que objetive desconstruir a idéia da produção de uma ação coletiva centrada em interesses individuais para uma contra-ideologia necessária para a transformação social.

As relações entre os participantes (assentados) e os líderes da organização que canalizam a ação coletiva (MST) estão determinadas segundo BERDEGUÉ (2003:07) pelos seguintes fatores internos:

⁶ - Os intelectuais e/ou líderes de que falamos são os dirigentes que formulam as ações e os temas, bem como as táticas e estratégias do movimento. Queremos enfatizar a importância desses, nas três principais fases de luta: na fase de preparação da luta, na ocupação e na fase de funcionamento do assentamento. Destacamos para esse estudo, a fase de funcionamento do assentamento.

- a) Os valores compartilhados pelos participantes na ação coletiva devem ser a solidariedade, a honestidade, a reciprocidade e a confiança em contraposição ao individualismo.
- b) As normas informais de conduta dos integrantes que empreendem uma ação coletiva remetem a que os indivíduos cumpram seus compromissos, sejam disciplinados e respeitados pela comunidade, e apresentem uma conduta democrática e capacidade de escutar os outros.
- c) Os sistemas formais de regras que regem as relações no interior da organização que empreende a ação coletiva devem ter bem definidas as noções de direito e dos deveres dos indivíduos que formam a organização. As regras de distribuição de custos e benefícios derivados da ação coletiva e as normas que permitem minimizar os problemas de corrupção.
- d) Os mecanismos existentes dentro da organização para assegurar o cumprimento dos acordos, compromissos e regras formais que regem as relações no interior da organização. A discussão se dá pela necessidade de contar com diferentes tipos de incentivos, econômicos e simbólicos de reconhecimento no interior da comunidade, junto com uma adequada estrutura de sanções possíveis de aplicar, para assegurar o cumprimento de normas e regras.
- e) A existência de líderes capazes de conduzir o desenvolvimento coletivo para contribuir não só no êxito da ação coletiva, mas também para a sustentabilidade. As organizações devem efetuar mudanças nas lideranças por novas gerações no momento adequado.

O autor ainda conclui dizendo que as ações coletivas se desenvolvem em um novo contexto, mais individualista, mas que devem nascer de uma mobilização coletiva, para dar respostas às necessidades individuais de pobreza que não encontram solução no marco do individualismo proposto pelo neoliberalismo econômico. No meio rural as ações coletivas se dão num novo cenário, onde deve existir a capacidade de negociar com outros atores da comunidade e do território em prol do desenvolvimento (Berdegué, 2003).

Seria um desenvolvimento em que as ações coletivas possam levar as pessoas a ter liberdade de expressarem seus desejos, não só aqueles relacionados com a produção, mas também religiosos, culturais, etc. Um desenvolvimento, então, enquanto liberdade, diria Amartya Sen citado por Abramovay (1998), que seria o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas. Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os

indivíduos tenham capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.

No cotidiano dos assentamentos, alguns autores têm denunciado (Brenneisen, 2002, Navarro, 2003, entre outros) que não é essa prática que se desenvolve nos assentamentos do MST. Os assentados não possuem tanta liberdade de escolher, o que com certeza compromete esse desenvolvimento de forma amigável.

Sabemos que a estratégia básica do MST é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que pressiona os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse. O sucesso desses empreendimentos depende muito da presença das lideranças que são, geralmente experientes politicamente e possuem capacidades de organização.

De acordo com Gohn (1997), na organização do MST observam-se vários pressupostos clássicos da esquerda tradicional, destacando-se a necessidade de uma estrutura orgânica com direção, coordenação, comissões, departamentos e núcleos. A direção deverá ser constituída pelos melhores e mais bem selecionados entre os militantes. Por isso, dado que as massas apenas se mobilizam sozinhas, em função do imediato, e não se organizam politicamente, cabe grande responsabilidade aos dirigentes na condução das lutas dessas massas. Afirma-se nos documentos do movimento que “quanto mais a massa se apega aos símbolos, aos líderes, e à organização, mais ela luta, mais se mobiliza e mais se organiza” (Como organizar a massa, MST, 1991 citado por Gohn, 1997).

Concordamos com Gohn quando diz que o movimento padece por dificuldades internas e que a rigidez das diretrizes programáticas tem encontrado entraves para ser assimilada pela massa dos agricultores:

Alguns erros básicos da esquerda ainda são repetidos, como o de desconsiderar o peso da tradição e dos costumes no meio popular e tentar implantar práticas novas porque são coletivizantes. Exemplo nesse sentido são algumas cooperativas de comercialização dos produtos. A base da economia rural brasileira sempre foi a família. O meio social por excelência é o convívio com os parentes. E não existe tradição de produção cooperativa no norte do país. A tensão entre o projeto dos líderes do MST e os projetos dos próprios trabalhadores revela que o processo de vivência em um assentamento envolve condições objetivas e subjetivas, dadas tanto pela conjuntura material/econômica e política como pelo universo cultural das pessoas de uma região (GOHN, 1997:150).

Na fase de preparação da luta e de acampamento há uma homogeneização de interesses entre os trabalhadores rurais, quando o papel dos líderes centra-se nos aspectos questionadores do modo de produção capitalista que promove a privatização da terra e não permite que esse espaço seja partilhado por quem nele trabalha. No entanto, o panorama altera-se quando se passa dessa fase da preparação e acampamento, em que as famílias estão unidas para conquistarem a terra para a fase do assentamento em que ocorre a posse individual da terra. Nesse período, quando se negocia o projeto coletivo, os assentados tem se mostrado um pouco apáticos à idéia dos líderes do movimento.

Segundo Kleba (1994), isso acontece em função de que os líderes que atuam como representantes das demandas dos assentados não abrangem como tal a totalidade destes, em função de sua pequena estrutura e de posições ideológicas que nem sempre condizem com a heterogeneidade da população assentada.

Como problema maior para a organização coletiva da produção, podemos citar a lógica do camponês, de tomar decisões sozinho, de não precisar prestar contas de seu trabalho para ninguém, de definir seu próprio horário. Quer dizer, uma coisa é aquilo que é trazido pelos líderes do MST até os trabalhadores rurais, outra é a ideologia camponesa inserida num contexto cultural e histórico determinado (Lazzaretti, 2003).

Outra questão diz respeito aos tipos de trabalhadores rurais que vivem dentro dos assentamentos, nem todos têm origem agrícola, alguns nunca trabalharam na terra e por isso mesmo podem ser mais suscetíveis a aprendizagem coletiva de novas formas de trabalho.

Gostaríamos de reafirmar que, mesmo admitindo que a ação coletiva possa ser a soma das ações individuais em um determinado contexto social, nossa posição teórica de análise é a mesma de ALMEIDA (1999:39) “de que a ação coletiva é resultado de uma manifestação de atores sociais ou de grupos que se constituem enquanto sujeito coletivo”. Nesse ponto concordamos com Ostrom (1992) e Sabourin (1999) de que a ação coletiva é um processo iterativo e uma construção social decorrente dos processos de aprendizagem coletiva, a partir das trajetórias sociais dos indivíduos e da sua experiência construída no seio dos grupos. No caso dos assentamentos, as novas formas de organizarem-se, promovidas geralmente por intervenção externa, vieram para sobrepujar-se ou justapor-se às formas preexistentes de organização rural nordestina, marcadas pela reciprocidade camponesa.

De acordo com Sabourin (2003a), a lógica da dádiva e da reciprocidade pode ser verificada em todas as sociedades humanas depois que Levi-Strauss mostrou como as estruturas elementares do parentesco estão ordenadas pelo princípio de reciprocidade. Segundo Levi-Strauss citado por Sabourin (2003a), a sociedade humana emerge e se mantém,

se reproduz, graças a esse processo de reconhecimento recíproco assegurado pelas estruturas de reciprocidade, muitas vezes apenas interpretadas como mecanismos de dádiva/contra dádiva.

Segundo CAILLE (1998:76), o paradigma da dádiva aplica-se “a toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade e comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade”.

Temple (1999), propõe considerar a reciprocidade como a reprodução da dádiva. Ele distingue assim o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: “a operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos” (TEMPLE, 1999:03).

Nesse sentido, Sabourin afirma que “até nos projetos de reforma agrária, as famílias de sem terra assentadas na periferia de Recife, muitas vezes assimiladas a um tipo de *lumpen* proletariado agrícola, atuam e se expressam em função de lógicas de dádiva e de reciprocidade oriundas de raízes camponesas reivindicadas como mostra o belo trabalho de Maria Nazareth Wanderley no livro coordenado por José de Souza Martins (2003)” (SABOURIN, 2003a:02).

Completa o autor dizendo que, de fato, as políticas públicas, entre outras, e o modelo social e produtivo da reforma agrária no Brasil ignoram a diversidade das lógicas e o princípio de reciprocidade, persistindo, apesar dos fracassos, em propor apenas o desenvolvimento do intercâmbio capitalista, baseado na acumulação material e na concorrência para o lucro.

Temple (1999) lembra que em todas as sociedades humanas encontram-se as duas lógicas econômicas (intercâmbio e reciprocidade da dádiva), cada uma sendo mais ou menos desenvolvida segundo as prioridades dos homens: privilegiar o interesse privado ou os valores humanos. Além do valor medido pelo equivalente da moeda no marco das prestações de intercâmbio, recorre-se também a outros valores como confiança, responsabilidade, equidade, prestígio, amizade e honra, que geram diversas formas de equivalência materiais e ou simbólicas no caso das relações reguladas pela reciprocidade.

Ostrom (1998) situa a construção social de instituições capazes de normatizar e regular a gestão de recursos coletivos no marco de grupos de agentes heterogêneos com interesses rivais em que dá ênfase especial às normas de reciprocidade. Para ela a reciprocidade, a confiança e o prestígio, identificados como princípios no coração da ação coletiva, correspondem ao mesmo tempo a regras sociais e a valores humanos. Ostrom considera esses valores como “naturalmente” dados e intrinsecamente inseridos nos grupos sociais. Porém a

produção e a reprodução desses valores depende da tensão entre princípios de intercâmbio e de reciprocidade e da polarização das prestações econômicas entre esses dois modelos.

Para Sabourin (2003a), os fatos e exemplos observados nas diversas sociedades rurais confirmam a diferença e até a contradição dialética entre a lógica econômica da reciprocidade e aquela do livre-câmbio. Cada uma dessas lógicas pode ser verificada na realidade ou nos diversos contextos. De fato, diz o autor, hoje em termos de desenvolvimento rural ou regional, não se trata de reivindicar a exclusividade de uma dialética ou de outra, mas sim de chamar para uma dupla referência. Afirma assim, que o reconhecimento político e público da economia de reciprocidade permitiriam traçar uma interface de sistema e abrir um debate entre os partidários de uma ou outra lógica para tratar da natureza das organizações camponesas ou locais, da delegação de poder, das normas e dos princípios de gestão dos bens comuns ou públicos e dos recursos naturais.

A proposta para tal debate é reconhecer que não existe apenas a proposta capitalista do livre-câmbio, mas sim a tentativa de diferenciar as duas avaliando a existência de estruturas de reciprocidade e de dádiva como uma possível interpretação de alternativas que nem sempre contemplam todas as organizações, em especial as do meio rural.

O estudo recente intitulado “O reconhecimento público dos novos atores coletivos no Nordeste”, realizado por Sabourin et alii (2004), mostra em três casos estudados que há uma complementaridade entre apoio público a ação coletiva dos agricultores em nível local de alocação dos recursos e dos meios de produção. Os autores colocam em evidência a importância do reconhecimento público dos atores coletivos, o papel de apoio, orientação ou pelo contrário, de freio a essas dinâmicas territoriais e multifuncionais que a ação pública pode desempenhar. Ou seja, os autores mostram que nas experiências estudadas existem dispositivos coletivos funcionando essencialmente na base de prestações gratuitas nascidas dos sistemas de ajuda mútua. Essas prestações não mercantis estão fundadas em regras de reciprocidade e de redistribuição de origem camponesa.

Malagodi, Menezes & Silva (2003), também reforçam esta tese ao estudarem assentamentos na Paraíba, mostrando que a sustentabilidade nos assentamentos está ainda muito ligada a rendimentos econômicos presos às velhas formas de relações trabalhistas entre donos de usina e assalariados e que os assentamentos abrem a possibilidade da recriação da agricultura familiar, apoiada na organização coletiva dos assentamentos. Recuperar a cultura camponesa reprimida pela modernização é um dos desafios segundo os autores e a aprendizagem coletiva passa ser um dos fatores fundamentais para haver essa recuperação.

Para Sabourin (2003b), contrariamente às profecias de Olson quanto à degradação da ação coletiva, os camponeses nordestinos, principalmente de regiões mais pobres, estão sabendo encontrar modos de gestão comum das reservas de água e dos fundos de pasto sem comprometer sistematicamente o acesso a esses. Ou seja, estão vencendo aquilo que os comprometeu no equilíbrio ambiental, a modernização da agricultura.

Os estudos realizados por Sabourin em algumas comunidades sertanejas do Nordeste deixam claro e confirmam que, por um lado, “os produtores criam, adaptam e trocam conhecimentos técnicos e, por outro, que a observação mútua e o diálogo representam um importante papel quanto à inovação agrícola e organizacional” (SABOURIN, 2003:150)⁷.

Para Menezes, Sabourin & Tonneau (2004), no Nordeste do Brasil parte-se de uma configuração específica da agricultura familiar de origem camponesa: “existe ainda uma agricultura familiar com características camponesas, integrada, até pouco, parcialmente, aos ciclos comerciais de exportação (fumo, cana de açúcar, café, algodão, sisal, mamona, etc) e, portanto, em evolução constante” (MENEZES, SABOURIN & TONNEAU, 2004:03).

Desse ponto de vista, parece ser parcial a análise de Olson, pois, como os estudos destes pesquisadores do Nordeste mostram, existem práticas de ações coletivas baseadas fundamentalmente na reciprocidade e nos valores éticos (confiança, justiça, responsabilidade, amizade) e não apenas no interesse individual material.

Sob este ponto de vista, novamente queremos esclarecer que partimos de uma idéia e de um conceito expresso por Olson e que privilegia o interesse nas ações coletivas e que não necessariamente é nossa visão. Por isso que buscamos em outros autores, como em Touraine, a visão mais centrada na idéia do resgate do indivíduo enquanto sujeito coletivo. A referência a Olson no princípio da nossa discussão, não deixa de ser provocativa e ao mesmo tempo polêmica.

Olson afirma que as revoluções marxistas que ocorreram foram provocadas por pequenas elites conspiradoras que tiraram “proveito” de governos fracos durante períodos de desorganização social. A ação de classe marxista assume, segundo o autor, o mesmo caráter de qualquer outro esforço de um grande grupo latente para atingir suas metas coletivas. Uma classe nos termos marxistas seria um grande grupo de indivíduos com um interesse comum e cada membro desta classe achará vantajosa a ação coletiva para si se todos os custos ou

⁷ - Entre as diversas teorias que tentam explicar as lógicas que regem o comportamento dos indivíduos e dos grupos, as mais importantes são o individualismo metodológico, o holismo e o paradigma da dádiva ou reciprocidade.

sacrifícios necessários para atingir a meta comum forem assumidos por outros que não ele (Olson, 1999).

Ora, talvez não seja bem assim, pois Marx realizou a crítica do sistema capitalista, quando demonstrou os mecanismos de exploração do homem pelo homem. O caráter de classe que Marx invocou para si quer, ao contrário, mostrar que, quanto mais isolados os indivíduos forem e quanto mais individualistas se manterem, pior será sua condição de explorado na sociedade capitalista. Isto quer dizer que todos têm que assumir o risco ao se envolverem em ações coletivas pois, somente a partir delas pode-se criar um novo ambiente entre os trabalhadores. Mas por que invocar a reciprocidade camponesa pergunta Sabourin (2003a)?, “Porque a lógica do sistema de reciprocidade não considera apenas a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade” (SABOURIN, 2003a:06).

Talvez esteja aí a principal limitação de Olson ao querer explicar todas as ações coletivas com vistas apenas a interesses individuais. Sua análise pode ser útil como ponto de partida e para verificar os interesses das ações coletivas em sociedades dominadas pela lógica do intercâmbio, com extremo peso da concorrência e da competitividade, como é o caso dos grupos empresariais e outros grupos sociais norte-americanos. Apesar dos desenvolvimentos recentes da análise da ação coletiva na produção agrícola no sul do Brasil a partir de Olson, achamos pouco provável que essa interpretação da ação coletiva possa ser adaptada às organizações de assentados, que é o caso que estamos estudando. Portanto, torna-se necessário verificar como ocorrem essas ações nos assentamentos.

Como nos diz Assis (2004), esse pensamento de Olson dominou e privilegiou a análise das ações coletivas a partir de um viés que concentrava força no comportamento coletivo, nos determinantes estruturais e nos aspectos psicológicos dos indivíduos.

De certa forma, este discurso universalista, encapsulou a análise e quando menos, criou limites que impediam uma visão mais clara sobre a emergência de novas formas de ação coletiva, bem como o potencial dessas na direção de conflitos antagonistas. Esta visão também passava uma noção de que ações de protesto e, no limite, os movimentos sociais constituíam formas de comportamentos desviados (ASSIS, 2004:37).

Toda essa versão analisa a ação coletiva apenas em termos da lógica da interação estratégica e dos cálculos de custo-benefício. Seria uma ação coletiva centrada em interesses puramente racionais.

Para nós o que importa é ver essa transformação entre o ator individual em membro de um ato coletivo no processo de produção da ação coletiva, ganhando identidade nova, que não é só sua mas que ganha existência enquanto parte do coletivo.

Não queremos fazer como Olson que começa sua teoria pelos indivíduos e termina com esses. Por isso, estudou grupos de interesses destacando o papel dos líderes. Segundo Cohen (1985), Olson errou em caracterizar aqueles que se mobilizam nas ações coletivas como indivíduos desorganizados, porque eles se organizam em grupos de solidariedade.

De acordo com Cohen e Arato (1992) citados por Gohn (1997a), na teoria de Olson, que se encaixa dentro da Teoria da Mobilização de Recursos, os pressupostos são estes: os movimentos sociais devem ser entendidos em termos de uma teoria de conflito da ação coletiva; não há diferença fundamental entre ação coletiva institucional e não-institucional; ambas as ações envolvem conflitos de interesses construídos dentro das relações de poder institucionalizadas; as ações coletivas envolvem a busca racional de interesses pelos grupos; demandas e reivindicações são produtos permanentes das relações de poder e não podem explicar a formação dos movimentos; os movimentos formam-se devido a mudanças nos recursos, na organização e nas oportunidades para a ação coletiva; o sucesso de um movimento envolve o reconhecimento do grupo como ator político ou o aumento de benefícios materiais e, finalmente, a mobilização envolve organizações formais em ampla escala, burocráticas e com propósitos especiais. Concluem os autores que organização e racionalidade são palavras chave nessa abordagem.

Esta teoria, de acordo ainda com a autora acima, exclui da análise política a problemática das relações entre as classes sociais, o sistema de dominação e as formas de reprodução do capital e da força de trabalho e, também, ignora um mundo de problemas decorrentes do universo de relações sociopolíticas e culturais dos atores, amalgamados por uma dada cultura política.

Por isso, concordamos com a crítica feita por Gohn (1997a), de que esta teoria se ausenta de uma análise do contexto social e político; desconhece as políticas públicas e o papel do Estado na sociedade em geral e junto aos movimentos sociais em particular; ignora o caráter das lutas dos atores, assim como as experiências de lutas sociais anteriores vivenciadas por eles e omite o papel da cultura nas ações coletivas em geral, e nos movimentos em particular.

Por isso, lembrando as idéias de Crozier e Friedberg (1977), de que a ação coletiva é organizada não sendo um fenômeno natural como parecem expressar as idéias de Olson, mas sim uma construção social, cuja existência levanta problemas e cujas condições de surgimento

e reprodução precisam ser explicadas. Em outros termos diz Sabourin (2003), trata-se de compreender a elaboração e adaptação dessas construções sociais que são as regras, as normas e as convenções.

A idéia norteadora do pensamento do MST, como já colocada anteriormente, é a marxista-leninista. É a partir do pensamento de Marx e Engels e Lênin que o movimento impulsiona sua vontade de transformação social. Para Olson, a idéia marxista que expressa essa vontade coletiva é a idéia de classe social conforme definida anteriormente.

Marx falava de classe social em termos da posse da propriedade produtiva. O interesse das classes é econômico, para cuja promoção se servirão de todos os métodos disponíveis, incluindo a violência. Assim, como classe é egoísta, também o é o indivíduo, diz Olson analisando o pensamento de Marx. Inclusive, segundo o autor, “Marx não sentia nada além do desprezo pelos socialistas e outros que pressupunham uma natureza humana benevolente. Grande parte do interesse pessoal egoísta que Marx via a seu redor ele o atribuía ao sistema capitalista e à ideologia burguesa” (OLSON, 1999:118).

A expressão de uma consciência racional, diz Olson (1999), e uma identificação do indivíduo com os interesses de sua própria classe, chegou a dar a Marx o qualificativo de possuir uma visão utilitarista e racionalista, através da qual vê os indivíduos com interesses próprios egoístas e classes com interesses próprios egoístas agindo para atender aos seus interesses.

Portanto, diz Olson (1999), a posição de Marx sobre a ação coletiva pode ser entendida a partir da consciência dos membros que participam da ação e que pode variar, chegando, inclusive, a pôr de lado o seu interesse de classe em favor do interesse individual.

Touraine (1998), formula a idéia de que a igualdade e a diversidade não são incompatíveis e que pelo contrário são interdependentes e que essa combinação conflitual dá o direito de cada indivíduo combinar livremente sua participação no universo instrumental com a manutenção, a reintegração e reconstrução permanente de sua identidade pessoal e coletiva.

Por isso que, por outro viés de investigação científica, o francês Alain Touraine desenvolve uma teoria dos grupos sociais dentro da abordagem do chamado paradigma dos Novos Movimentos Sociais. Touraine está enquadrado no movimento epistemo-sociológico denominado “Sociologia da Ação”. A Sociologia da Ação desloca seu olhar para os elementos internos da transformação histórica tendo no conflito e nos sujeitos conflitantes seu objeto central. A tônica da Sociologia da Ação são as situações conflituais, ambiente onde florescem o sujeito e a ação social, onde a história ganha dinâmica (Azevedo, 2003).

Alain Touraine (1989), criticando a noção de ação coletiva de Olson, afirma que a busca do interesse individual é contraditória em relação a uma ação coletiva, pois o interesse de cada um não é só aproveitar os resultados obtidos através de uma ação organizada, sem correr seus riscos, mas, sobretudo, a mobilização dos atores é importante porque se dirige aos seus valores, à sua solidariedade, às suas representações, ao mesmo tempo em que há interesses frequentemente difíceis ou impossíveis de serem definidos em si mesmos.

Analisando a formação dos movimentos sociais na América Latina, o autor pergunta como é possível passar da experiência pessoal à ação coletiva numa realidade em que a separação entre a vida privada e vida pública, ou seja, o pertencer a uma coletividade e o interesse individual, nunca é completa. Tal separação, segundo ele, não é concebível na América Latina, pois se traduz por uma certa privatização da vida pública, na qual as relações de família, de amizade, de compadrio, desempenham um papel importante. É o caso da importância dada às relações privadas e às relações familiares em que o autor cita o caso brasileiro dizendo que a cooperação é muito difícil economicamente entre indivíduos que não pertençam a sua família, ou seja, quando a parentela exerce influência que se traduz muitas vezes em nepotismo (Touraine, 1989).

Nesse sentido, Touraine define três modelos principais de movimentos sociais na América Latina: o da predominância dos conflitos sociais internos, o nacionalismo anticolonial e a ação revolucionária marxista-leninista. Para o autor, fora da vida pública (e aí para nós entra o caso do MST) o modelo marxista-leninista é o que teve maior impacto. Com efeito, concordamos que essa ação ou essa práxis assumida como modelo pelo MST se situa dentro de três planos de orientações de ação que marcaram parcialmente, segundo Touraine (1989), países como o Brasil e a Argentina. O primeiro deles é o das lutas econômicas e sociais, que se referem mais ou menos diretamente à luta de classes; o segundo é o do combate pela independência nacional contra uma dominação estrangeira e o terceiro o da integração nacional contra a segmentação da economia e o poder das oligarquias.

Da mesma maneira que caracteriza e define os modelos de ação coletiva na América Latina, Touraine também define claramente o que entende por movimento social no interior dos diversos sentidos dados. Para o autor, um movimento social é “um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética” (TOURAINÉ, 1989:182).

O principal problema, ainda segundo Touraine, é saber como podem constituir-se movimentos coletivos de importância central, indo além da defesa de interesses particulares e afirmando a capacidade de uma categoria específica para intervir na formação das políticas

gerais de organização ou de transformação da vida social. O que seria mais grave nessa transformação seria a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado, impedindo sua capacidade de ação coletiva autônoma.

Tendo em vista a produção da ação coletiva, o que nos interessa na obra de Touraine e em seu modelo analítico sociológico são as noções de conflito e principalmente de sujeito. Conflito como motor de transformação social que favorece o florescimento do sujeito e da ação social. O sujeito como uma categoria social que se constrói historicamente. Assim, o conflito é centrado não apenas em relações econômicas estruturais, mas em particularidades histórico-sociais que configuram modelos de oposição e os temas em disputa. O conflito, então, sujeito e diagramado por essas determinações sócio-culturais dinâmicas (Azevedo, 2003).

O sujeito social na Sociologia da Ação de Touraine que nos interessa é o sujeito coletivo, forjado na própria história interativa dos sujeitos.

Para Touraine, do mesmo modo que o movimento social, o sujeito enquanto uma categoria social ganha sentido quando encarna papéis sociais específicos identificados com sua historicidade:

Chamo sujeito esse esforço do indivíduo para ser um ator, ou seja, para agir sobre seu ambiente e criar assim sua própria individuação, que chamo subjetivação a partir do momento em que se torna um objetivo positivamente valorizado. Somente o indivíduo – que pode ser um ator coletivo – não tanto como consumidor ou participante de diversos tipos de organização, mas como sujeito, ou seja, em sua vontade de individuação pode constituir o princípio de mediação entre o mundo da instrumentalidade e o mundo da identidade, que não pode mais ser a ordem política ou social, como tinham pensando sucessivamente a filosofia política e a sociologia (TOURAINÉ, 1998:68-69).

O indivíduo torna-se sujeito não quando se identifica com a vontade geral e é o herói de uma comunidade, mas quando se liberta das normas sociais do “dever do Estado”. Nesta perspectiva a idéia de sujeito combina três elementos cuja presença é igualmente indispensável:

O primeiro é a resistência à dominação; o segundo é o amor de si pelo qual o indivíduo estabelece sua liberdade como a condição principal de sua felicidade e como um objetivo central; o terceiro é o reconhecimento dos outros como sujeitos e o conseqüente apoio às regras políticas e jurídicas que proporcionam ao maior número de oportunidades de viver como sujeitos (TOURAINÉ, 1996:172).

De acordo com Touraine (2002), durante muito tempo definiu-se a modernidade pela eficácia da racionalidade instrumental via ciência e técnica. Porém, segundo ele, essa visão de modernidade é apenas um lado da moeda que não nos dá uma idéia completa de modernidade, esconde a metade: a emergência do sujeito humano como liberdade e como criação, ou seja, a subjetivação. Por isso, não existe uma figura única da modernidade, mas duas, voltadas uma para a outra: a racionalização e a subjetivação.

Neste contexto, a modernidade se revela somente pela “interação crescente entre sujeito e a razão, entre a consciência e a ciência, por isso quiseram nos impor a idéia de que era preciso renunciar a idéia de sujeito para que a ciência triunfasse, que era preciso sufocar o sentimento e a imaginação para libertar a razão...” (TOURAINÉ, 2002:219).

Mas o sujeito, diz Touraine (1996), não se confunde com a razão individual nem tão pouco com o indivíduo singular já que é, antes de tudo, o processo pelo qual razão, liberdade e filiações estão associadas na vida do indivíduo, assim como na vida da coletividade.

Pensando na teoria que move a ação coletiva do movimento que analisamos e pensando como Touraine em um sujeito livre e autônomo, precisamos construir modelos de democracia que criem a necessidade de uma teoria da liberdade, do desprendimento, ao invés de uma teoria do empenho, freqüentemente transformada em militarização da ação coletiva numa época em que a bandeira vermelha do movimento operário flutuou mais vezes sobre as tropas que reprimiam os movimentos populares do que nas passeatas dos grevistas (Touraine, 1989). Desta forma concordamos com a hipótese de Touraine de que:

Somente o desaparecimento do que se chama sociedade ou de ordem social permite a combinação conflitual, mas necessária de uma vida social sempre mais reduzida a processos de mudança com um princípio de igualdade que não se apóia mais na fraternidade entre as criaturas de Deus, na razão, na realização do espírito da história ou no interesse geral do corpo social, mas no único direito de cada indivíduo de combinar livremente sua participação no universo instrumental com a manutenção, reintegração e reconstrução permanente de sua identidade pessoal e coletiva (TOURAINÉ, 1998:93).

Sendo assim, considerando o ambiente em que o sujeito contemporâneo pode aflorar num universo que nem a historicidade defendida pelo nacionalista de direita nem a do revolucionário de esquerda estão sendo capazes de dar conta, onde a vida privada está cada vez mais invadida e violada por modelos padronizados de consumo que identificam o ser com

o ter, é necessário o sujeito buscar um solo firme para cravar suas raízes e a dos outros, iguais ou diferentes.

Nesta perspectiva, Touraine afirma que teremos de ter uma definição estratégica e não normativamente orientada da ação social; o reconhecimento de que todos os atores têm suas particularidades culturais e psicológicas; o descobrimento, no ator individual ou coletivo, de um princípio de combinação de ambos e, enfim, a redefinição da democracia como política do sujeito (Touraine, 1998).

Embora Touraine tenha dedicado grande parte de sua obra ao estudo dos movimentos sociais, chegando inclusive a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo destes, o autor os vê limitados à subordinação da ação do Estado. As lutas históricas são vistas como conflitos sociais em situação de mudança e as modificações nos próprios movimentos são vistas como resultado da intervenção do Estado. Talvez aqui se expressa com muita nitidez o pressuposto básico do acionalismo: de que toda a ação é uma resposta a um estímulo social.

Neste sentido, Touraine não compreende os movimentos enquanto contestações que visam criar um novo tipo de sociedade, mas mudar a vida, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais (Gohn, 1997a).

Para Touraine (1999), nas lutas contemporâneas, o que é mais visível e mais forte é sua vontade de ruptura, de recusa, de denúncia. No entanto, a partir dessa rejeição de uma ordem que exclui, é necessário escolher-se entre dois caminhos:

O primeiro leva à formação de atores sociais autônomos, associando suas reivindicações particulares de grupos geralmente minoritários à defesa de princípios reconhecidos pela sociedade e mais precisamente de direitos; o outro conduz à dependência em relação a forças ideológicas e políticas que não crêem na formação possível de atores autônomos e se constituem elas próprias em vanguardas, cuja tarefa é dar um sentido, às vezes até mesmo uma organização, a simples "forças" ou "massas" incapazes de aceder à consciência de si (TOURAINÉ, 1999:71).

Isto significa dizer que, em termos de ações coletivas, o primeiro caso é fácil de compreender por se constituir basicamente por atos de transgressão. O segundo, que fala da dependência, deve-se à debilidade dessas ações que são construídas por pessoas (líderes) que se atribuem a função de definir o sentido do mundo para as massas. No MST esse sentido foi

definido no princípio pela Igreja da Teologia da Libertação e hoje pelos líderes ideológicos do marxismo-leninismo.

Nesse sentido, como diz o próprio Touraine (1999), o século XX foi dominado por regimes totalitários, que anunciavam a sociedade perfeita e o homem novo, para que possamos continuar a acreditar nessas utopias de conseqüências catastróficas. No entanto essa dominação ideológica que asfixia e deforma as ações coletivas nos mostrou a fragilidade de nossas sociedades, ameaçadas por sua própria desordem e pela destruição do seu meio ambiente.

Opomo-nos à proliferação das técnicas e ao liberalismo desenfreado, mas, igualmente, à obsessão identitária dos comunitarismos, que se impõem em nome da resistência à ditadura dos mercados. A defesa dos direitos culturais e sociais dos indivíduos e das minorias é, hoje, a finalidade positiva dos movimentos sociais que se opõem tanto ao reinado dos mercados quanto à dominação de movimentos de inspiração comunitarista (TOURAINÉ, 1999:72-73).

Um dos principais obstáculos à formação de movimentos como o MST é exatamente a intervenção dogmática e sectária de líderes, que, como diz TOURAINÉ (1999:95), “não acreditam na existência possível de atores capazes de definir objetivos positivos que não sejam os de suas posições ideológicas”. Líderes estes que vêem nos trabalhadores rurais apenas vítimas sofrendo um destino inexorável da injustiça da ordem social. “Essa ideologia retarda a formação dos movimentos sociais, mesmo quando lhes fornece um discurso que eles não são capazes de elaborar por si mesmos” (Idem: 95).

Outra questão importante retirada do pensamento de Touraine é a noção de projeto. Esta noção foi fundamental para Touraine criar uma teoria sobre os movimentos sociais⁸. A posição de Touraine a esse respeito pode ser assim sintetizada de acordo com Gohn (1997a):

Projeto é usado por Touraine num sentido teórico; não designa, portanto, uma coisa mas um conceito, um conhecimento. Este conceito não expressa o conhecimento de uma coisa, nem de um indivíduo, nem de uma propriedade de um indivíduo. O termo projeto expressa um tipo de ligação entre as propriedades observáveis de indivíduos. A noção de projeto refere-se ao fato de que, em uma situação dada, a possibilidade de o ator dar sentido as suas próprias condutas permanece sempre aberta, por oposição ao sentido já dado no sistema social (GOHN, 1997a:143).

⁸ - Esta noção de “projeto” foi muito utilizada nos estudos marxistas de Jean Paul Sartre, filósofo que atualmente segundo a Revista Veja de 14/09/2005 foi superado como pensador e enterrado como ideólogo por defender insistentemente em sua época o regime bolchevique e o comunismo soviético.

Esta noção de projeto de Touraine refere-se ao direito de cada indivíduo de combinar livremente sua participação no universo instrumental com a manutenção, a reintegração e reconstrução permanente de sua identidade pessoal e coletiva. Aplicando esta idéia de Touraine para os assentamentos do MST, significa a possibilidade de os indivíduos (assentados) serem respeitados pelas suas diferenças na forma de agir e pensar, combinando igualdade e diversidade de maneira que possam assegurar sua liberdade.

De acordo com Gohn, observa-se que o mérito da abordagem de Touraine está na importância conferida aos sujeitos na história, ou atores, como ele os chama, como agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não como simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção. Na realidade, diz a autora, “Touraine já se distanciava das explicações do marxismo ortodoxo ao enfatizar o papel dos indivíduos, e não da classe social, como atores na categoria projeto” (GOHN, 1997a:143).

Finalmente, para Touraine citado por Gohn (1997a), quando trata de movimentos sociais, diz faltar a esses unidade nas ações; eles são frágeis, heterogêneos, dilacerados internamente e tendem à fragmentação. Será que o MST é assim? Veremos nos capítulos posteriores se essa interpretação de Touraine se aplica a este movimento.

1.4 OUTRAS PISTAS TEÓRICAS INTERPRETATIVAS: MICHEL FOUCAULT, PIERRE BOURDIEU E MAX WEBER

Além do pensamento de Olson e Touraine, acreditamos que para entender a problemática em questão e, como já expressamos anteriormente, este trabalho não segue apenas um caminho teórico interpretativo, queremos mostrar que outros autores com outras abordagens da realidade social podem nos dar grandes contribuições para o entendimento do fato social pesquisado ou desta ação social que se materializa, como diz Caume (2002), na objetivação e subjetivação dos sujeitos e das relações sociais idealizadas, criando uma realidade para o que toma como objeto.

É importante salientar que este não é um estudo aprofundado da sociologia de Foucault, Bourdieu e Weber, nem possui tal pretensão. Muitos autores já realizaram esta tarefa. Pretendemos aqui apenas resgatar desses autores idéias que possam nos dar de um

modo geral, histórico e metodológico uma melhor orientação para a abordagem do fenômeno em questão.

1.4.1 A noção de poder em Michel Foucault

O pensamento de Michel Foucault nos dá elementos e pistas importantes para entender as relações de poder no fenômeno da ação coletiva. Principalmente quando nos propomos analisar as relações de poder nos assentamentos de reforma agrária e as teorias que embasam os discursos totalizantes e universais dos movimentos sociais.

Mesmo após 20 anos de sua morte, Foucault continua no centro da vida intelectual não só na França como em muitas regiões do mundo. Além de ser um filão histórico largamente explorado, a obra de Foucault é também um quadro de referência política. Ou seja, Foucault possui, como diz Eribon (1996), contextos tão diferentes, que às vezes nos perguntamos se os mil Foucault que vemos surgir em todos os países, em todos os continentes, são compatíveis entre si.

O que importa no caso é retirar destes mil Foucaults o que é importante para entendermos as relações de poder nos assentamentos de reforma agrária na Paraíba. Não é porque fala de poder que a obra de Foucault nos interessa, mas porque o que diz sobre o poder foge das tradicionais análises, entre elas as estruturalistas do legado marxista. O poder das classes sociais, a derrubada de uma classe por outra, tudo imerso num ambiente macro onde os atores e/ou sujeitos não aparecem com seus discursos e práticas. Na versão marxista, somente os intelectuais orgânicos do partido têm voz e vez.

O que Foucault dará de contribuição ao nosso trabalho está no seu método de análise da realidade social através das relações de poder, quando os diversos saberes, entre eles, o dos excluídos são recolocados na história. Seria contar a trajetória sócio-histórica e cultural dos assentados a partir dos próprios assentados, dando vazão ao discurso não conhecido e não reconhecido como o discurso competente.

De fato, em *Genealogia e Poder* de 1976, publicado na *Microfísica do Poder* (Foucault, 2004), Foucault fala do efeito inibidor próprio das teorias totalitárias e globais (marxismo) e que produzem um efeito de refreamento da crítica. Quer dar estatuto ao caráter local da crítica, que não quer dizer, segundo ele, empirismo obtuso, ingênuo ou simplório, oportunismo, permeabilidade a qualquer empreendimento teórico. “O caráter essencialmente local da crítica indica na realidade algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma,

não centralizada, isto é, que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (FOUCAULT, 2004:169).

Além disso, Foucault pretendeu, com as pesquisas genealógicas, empreender uma análise histórica das condições políticas de possibilidades do discurso e analisar os efeitos do poder, método que utilizaremos em parte nesse estudo, principalmente no que se refere a esses efeitos.

Foucault, como herdeiro de Maio de 1968, viu que o poder exercido na sociedade não era apenas aquele poder macro exercido pelo Estado, mas sim aquele que se dissolve em diversas instâncias da sociedade e é exercido de forma constante dentro de microestruturas. O que queria Foucault era reativar os diversos saberes sempre vistos como ilegítimos ou desqualificados pelos cientistas. Para isso, teria que se ouvir o que disseram, por exemplo, sobre a história das prisões, não o discurso dos juristas, mas o discurso dos médicos, das nascentes humanidades, nos quartéis, nas escolas, nas fábricas, etc (Simioni, 1999).

Isto tudo para revelar à história os discursos antes vistos como incompetentes e, portanto, relegados ao silêncio. É contra esse efeito de poder que a centralização da verdade garante, que se insurge o projeto genealógico de Foucault. Ou seja, um projeto que pretende ouvir e compreender os saberes dominados, desqualificados, do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do delinqüente... (do assentado), que Foucault chama de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam (Foucault, 2004).

À insubordinação aos saberes postos como únicos, especializados em erudição e os saberes desqualificados das pessoas, é que se opõe o projeto genealógico de Foucault. Nesta genealogia é redescoberta a exatidão das lutas e a memória bruta dos combates entre esses dois saberes. Para essa genealogia acontecer foi preciso que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica.

Não é um empirismo nem um positivismo, no sentido habitual do termo que permeiam o projeto genealógico. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. As genealogias não são portanto retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências...trata-se da insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. Pouco importa que esta institucionalização do

discurso científico se realize em uma universidade ou, de modo mais geral, em um aparelho político com todas as suas aferências, como no caso do marxismo; são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater (FOUCAULT, 2004: 171).

O que Foucault quer fazer na sua proposta de genealogia é relativizar a ciência como único discurso verdadeiro, é mostrar que existem outras instâncias possíveis de conhecimento que não as instituídas. Como nos diz Simioni (1999), Foucault quer relativizar a verdade produzida pelos discursos tidos como legítimos recolocando-os como o que são: discursos entre outros discursos. E, por outro lado, diz a autora, ao fazê-lo já se está inserindo na história os saberes locais, tradicionalmente vistos pelas instâncias “competentes” como desqualificados ou ilegítimos. Com isso Foucault está realizando um terceiro objetivo: lutar contra os efeitos de poder que as verdades exercem.

Foucault se interessa pelas verdades que os discursos possibilitam. Isto porque em nome de tais verdades se exerce o poder, por exemplo, definir quem é revolucionário e quem não é, quem deve ser líder e quem deve ser tarefeiro no MST. O que se quer descobrir é que tipo de saber se desqualifica quando se chama uma pessoa de revolucionária e de tarefeira.

Foucault pergunta em *Genealogia e Poder*: que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem “menorizar” quando dizem: “Eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista”, qual vanguarda teórica-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas, circulantes e descontínuas formas de saber? Quando vejo seus esforços para estabelecer que o marxismo é uma ciência, não os vejo na verdade demonstrando que o marxismo tem uma estrutura racional e que, portanto, suas proposições relevam de procedimentos de verificação. Vejo-os atribuindo ao discurso marxista e àqueles que o detém efeitos de poder que o Ocidente, a partir da idade média, atribuiu à ciência e reservou àqueles que formulam um discurso científico (Foucault, 2004).

Apesar de as teorias do século XIX prometerem resolver o problema econômico da sociedade através das revoluções operárias e, portanto, os excessos de poder, Foucault, segundo Motta (2003), observa que o que o século XX descobre vai na direção contrária; pode-se resolver todos os problemas econômicos que se quiser, os excessos de poder continuam (é o caso da continuidade do stalinismo na guerra da Argélia). Isto demonstra que mesmo imbuído de boas vontades, a teoria marxista e os que as põem em prática continuam a produzir poder e a fazê-lo a qualquer preço em nome de uma suposta revolução que nem

mesmo eles sabem como fazê-la. Teorias estas que produzem verdades, e a verdade, segundo Foucault, é um dos efeitos do poder para que circule e intervenha nos corpos.

Tomando a idéia de poder de Foucault o que queremos nesta tese é desvendar como as relações de poder se exercem nos assentamentos do MST. O que buscamos no autor da *Microfísica do Poder* é exatamente como se dá esse exercício permanente de poder num lugar que teoricamente não deveriam existir tais relações e que, ao contrário, deveria se constituir num espaço de luta contra a dominação e o poder da sociedade capitalista.

Concordamos com Brenneisen (2002), quando diz que as análises de Foucault nos oferecem elementos para a compreensão de como se reproduzem as relações de poder no cotidiano dos assentamentos rurais face ao modelo organizativo que tem sido desenvolvido nesses locais. Ou melhor, nos dá um excelente suporte teórico para que possamos analisar as relações entre os assentados, superando as visões macroestruturais de classe para visualizarmos os embates de poder dentro das classes, que em seus discursos repelem as práticas que elas mesmas exercem.

Para nós, os assentamentos, sob esta ótica foucaultiana, constituem-se em espaços onde, segundo Caume (2002), os agentes diversos se embatem, traçam estratégias no sentido de legitimar ou subverter as posições ocupadas, estabelecendo-se uma luta pela produção e imposição da visão legítima. O assentamento torna-se palco de conflitos entre diferentes agentes sociais procurando tornar concretos projetos diferenciados para os assentados. Completamos esta idéia do autor dizendo que, nestes espaços, além do embate de agentes que tentam fazer de suas idéias as mais verdadeiras no contexto da disputa, estão outros agentes que não aceitam essas visões e que vivem em mundos diferentes com racionalidades próprias e que não são ouvidas.

Nesta trama de mundos e visões de mundo, está o olhar que hierarquiza e classifica os agentes das ações coletivas, prescrevendo o que devem e não devem fazer os assentados. Estabelecendo as punições e os prêmios aos “comportados” e mostrando qual a verdade a seguir. De outro lado, estão os que não aceitam a hierarquização e que se rebelam com o impositivo e que não querem ser disciplinados. Que não querem ser usados como força política e que só querem viver como uma coletividade em que seus direitos individuais sejam respeitados e não usados como oposição ao sistema e massa de manobra codificada como socialista. Realidade esta que não vivem e nem conhecem, mas que são invocadas em seus nomes como a salvação de suas vidas.

Foucault mais do que ninguém sempre foi contra estas institucionalizações de idéias globalizantes que nos tentam colonizar, disse ele:

Desde o momento em que a anti-psiquiatria ou a genealogia das instituições psiquiátricas tiveram início, há uns quinze anos atrás, algum marxista, algum psicanalista ou algum psiquiatra procurou refazê-las em seus próprios termos e mostrar que eram falsas, mal elaboradas, mal articuladas, mal fundadas? De fato, estes fragmentos de genealogias que fizemos permanecem cercados por um silêncio prudente. O que se lhes opõe, no máximo, são proposições como a de um deputado do partido comunista francês: “tudo isto está certo, mas não há dúvida de que a psiquiatria soviética é a primeira do mundo”. Ele tem razão. A psiquiatria soviética é a primeira do mundo. E é exatamente isto que nós lhe reprovamos (FOUCAULT, 2004:173).

A sociologia de Foucault é uma sociologia da ação que quer ver onde o poder se exerce e quer saber qual é a sua mecânica. Da mesma forma, queremos também buscar elementos para a compreensão do poder exercido pelos líderes do MST sobre os assentados. Como já explicitado, o poder está em toda parte e sempre acompanhado do saber. O saber dos mais preparados pelo MST, mais escolarizados e mais propícios a receberem com facilidade (remunerada) as idéias do movimento.

Mas esse poder/saber de que fala Foucault incide em nossas sociedades na forma de sistemas punitivos e que o autor compreende que “devem ser recolocados em uma certa ‘economia política’ do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos ‘suaves’ de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata, do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (FOUCAULT, 1993:28).

O corpo nesse sentido, diz Foucault (1993), só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Devemos admitir, diz o autor, que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas, efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder estabelece relações e se apóia em táticas e a técnicas de funcionamento. O que significa:

“...que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo... finalmente que não são unívocas, definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um de seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças...”(FOUCAULT, 1993:29).

Foucault chega a dizer em *Vigiar e Punir* que o poder enlouquece e que temos que admitir que o poder produz saber e não simplesmente favorecendo-o porque lhe serve ou aplicando-o porque é útil, porque saber e poder estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.

Em síntese, o que Foucault nos ensina e que certamente nos servirá de base para o estudo das relações sociais nos assentamentos de reforma agrária é que não existe algo unitário e universal chamado poder, mas formas díspares, heterogêneas, em constante transformação.

O que fica evidente na teoria foucaultiana é que existem formas diferentes de exercício de poder que não as do Estado e que “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2004:X). Que o poder tem suas formas locais e que se exerce em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado, seria a autonomia da periferia com relação ao centro.

O certo é que para Foucault o poder se dissemina por toda estrutura social e está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. O poder produz o real, produz domínios de objetos e rituais de verdade. Possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. É por isso que tem, segundo Foucault, como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (Machado, 2004).

O objetivo do MST em nível nacional é a construção do socialismo. Nos assentamentos o objetivo é tornarem produtivos tanto homens quanto a terra, objetivo econômico e político. Econômico porque quer tornar os assentamentos viáveis e auto-suficientes e político porque quer tornar os homens, que lá vivem, com capacidade de revolta contra o poder do capital. Eles produzem homens úteis para a produção e não dóceis, porque são preparados para lutar contra algo que os oprime. Então, quando o MST produz o revolucionário, produz um personagem coletivo, que é perpassado por relações de poder.

É claro que os assentados, por serem sujeitos e terem liberdade, possuem também capacidade para negociar as ações e os temas da ação coletiva, mas acreditamos, hipoteticamente, de forma temerosa e restrita a apenas alguns assentamentos mais organizados e onde a consciência e a aprendizagem coletiva se desenvolveu mais. Daí a importância de resgatar, no estudo de caso, as subjetividades dos assentados, inerentes a estas

relações contraditórias. Existiriam, quem sabe, práticas cotidianas de resistência que não são divulgadas, mas que são permanentes nas relações de poder em cada lugar e em cada assentamento diferente.

Portanto, o poder age para tornar os indivíduos submissos, tanto na luta pelo socialismo, como na luta contra o capitalismo. Para isso, o poder está investido em todas as relações sociais e acompanhado de um saber que é político e que não é neutro. Por isso, todos os líderes do MST são agentes de constituição de saber, devendo enviar aos que lhes delegaram um poder um determinado saber que aperfeiçoa as técnicas de disciplina em contato com a formação das “brigadas” revolucionárias do movimento.

Por outro lado, há a resistência destes sujeitos constituídos por relações de poder. O que torna tarefa urgente para nós é mostrar onde e quem exerce esse poder, tentando tornar visível o que é invisível, especificando quem o exerce e, conseqüentemente, quem enuncia os discursos e procurando ver nas representações dos indivíduos a que tipo de referência se dirigem e quais os significados que dão às suas visões de mundo.

Neste sentido, poderá ser útil também em termos teóricos a contribuição de Pierre Bourdieu para elucidar as tramas das relações de poder e os efeitos da dominação simbólica presente também entre os agentes da reforma agrária.

1.4.2 O poder simbólico em Pierre Bourdieu

O intuito de apresentar a noção de Poder Simbólico de Pierre Bourdieu é relatar os aspectos mais importantes de sua construção epistemológica para que nos dê subsídios a mais para entender e captar as relações de poder entre líderes e assentados nos assentamentos de reforma agrária coordenados pelo MST no estado da Paraíba. Diferente de Foucault que não precisa quem enuncia os discursos, Bourdieu diz que ao se reconhecer o poder devemos mostrar quem exerce esse poder.

Sendo assim, para Bourdieu, o poder se exerce de forma generalizada porque é reconhecido, ou seja, não é percebido enquanto tal, mas tem como parceiro o consentimento que advém do desconhecimento. A tarefa do sociólogo para Bourdieu, no que se refere ao projeto genealógico, é a de mostrar onde e quem exerce esse poder, reconstituir o campo dos agentes emissores dos discursos e a posição que cada um destes ocupa no espaço social em que se inscrevem, para se compreender a que tipo de poder se está referindo.

O papel da sociologia e do sociólogo é ser crítica(o), diz Bourdieu (1983). Por quê? Porque deve revelar as coisas ocultas e às vezes reprimidas, como a correlação entre sucesso escolar, que se costuma identificar com inteligência, e a origem social, ou melhor, o capital cultural herdado da família. São verdades que os tecnocratas e os epistemocratas, isto é, uma boa parte dos que lêem a sociologia e dos que a financiam não gosta de ouvir.

Desta forma, de acordo com Simioni (1999), Bourdieu se propõe a analisar o mundo como um composto de estruturas que escapam à consciência dos agentes, coagindo suas práticas e representações, e, concomitantemente, introduzir a dimensão genética destas práticas. Procura ver como, através de esquemas de percepção adquiridos, os *habitus*, os indivíduos participam da construção deste mundo, através de suas ações e classificações.

Continuando, completa a autora, importa, na óptica de Bourdieu, não reduzir o mundo social às representações que dele fazem os agentes, mas, ao contrário, ver nas representações o produto específico da posição que esses ocupam num espaço social constantemente em disputa. E, todavia, é preciso evitar a visão de que a prática desses mesmos sujeitos resulta diretamente das imposições colocadas pela estrutura social.

As representações e discursos proferidos nesses espaços referem-se mais a eles próprios que a uma estrutura social que se imagina estar em toda parte. Isto dito, compreende-se que as práticas e discursos dos agentes só adquirem significados quando referidos ao campo em que são produzidos, campo este no qual os participantes estão constantemente se posicionando e lutando para adquirir novas posições através da imposição de suas visões de mundo. Assim, o campo é tido como lócus de concorrência em que o indivíduo é ator, imprime sua marca, e não é meramente um suporte das estruturas (SIMIONI, 1999:114).

Então, compreender os discursos, para Bourdieu, significa por um lado vê-los como inseridos em um campo e, por outro, como produtos de agentes em luta pela imposição de suas visões de mundo como as únicas e verdadeiras.

Por outro lado, a visão que Bourdieu nos oferece sobre os intelectuais e/ou militantes nos serviu como ponto de partida para entendermos estes e seus papéis, bem como seus perfis dentro do MST e sua responsabilidade de arregimentar e conscientizar as massas de trabalhadores rurais para organizarem-se coletivamente e prepararem-se para o advento do socialismo.

Para Bourdieu (1983), a produção das representações do mundo social, que é uma dimensão fundamental da luta política, é o quase monopólio dos intelectuais.

É preciso levar a sério que os intelectuais são objeto de uma delegação de fato, delegação global e tácita que, como responsáveis dos partidos, torna-se consciente e explícita, mantendo-se, ao mesmo tempo global (as pessoas remetem-se a eles), e analisar as condições sociais em que esta delegação é recebida e utilizada... o problema dos porta-vozes é oferecer uma linguagem que permita aos indivíduos em questão universalizar suas experiências, sem no entanto excluí-los de fato da expressão de sua própria experiência, o que significa mais uma vez desapossá-los (BOURDIEU, 1983:50-51).

No MST, o que ocorre é que os militantes são considerados os intelectuais do movimento e assumem a função de produzir teoricamente para a organização. No fundo, eles são delegados de poder que transmitem a disciplina, os rituais e as formas de comportamento político e moral das massas. Sendo assim, traduzindo o pensamento de Bourdieu (1983) para nosso estudo, o importante é que o espaço onde é produzido o discurso sobre o mundo social (no nosso caso, os assentamentos) continue a funcionar como um campo de luta onde o pólo dominante (líderes) não esmague o pólo dominado (trabalhadores rurais assentados), onde a ortodoxia não esmague a heresia, porque, neste domínio, enquanto houver luta, haverá história, isto é, esperança.

Os intelectuais do MST, graças ao poder simbólico que possuem, são os enunciadores competentes das verdades sobre o mundo social. Isto, segundo BOURDIEU (1990:166), “é um crédito, um poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor reconhecimento”. É por isso que exercem poder, porque são reconhecidos enquanto tal.

Portanto, para Bourdieu, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (Bourdieu, 1989).

Então, esta dominação simbólica do que nos fala Bourdieu significa, de acordo com Simioni (1999), pensar que também mentalmente os indivíduos estão sujeitados ao poder dos outros. Isto também explicita que o poder é antes de tudo um poder simbólico, pois deriva das classificações que os homens fazem do mundo em que vivem. Classificações estas vividas

como naturais, espontâneas e que retiram sua força justamente deste fato, de serem reconhecidas enquanto tal. Ao adquirir força de verdade, impõem-se como orientadoras das práticas, ao passo que obscurecem suas origens.

Ou como o próprio Bourdieu retrata este poder:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989:14).

Enfim, a tarefa que Bourdieu nos coloca é de especificar quem exerce esse poder, de dizer o que é ou não é verdadeiro, porque o faz e de onde o faz. Isto faz de sua teoria uma importante ferramenta para analisarmos as relações de poder visíveis e invisíveis no campo dos assentamentos de reforma agrária.

1.4.3 A ação social em Max Weber como pista metodológica interpretativa

O pensamento de um clássico da Sociologia sempre é importante quando queremos tentar entender qualquer realidade social em qualquer parte do mundo. Por se tratar da sociologia weberiana, complexa e esclarecedora, queremos deixar claro como fizemos com relação a outros autores de suma importância sociológica, que não temos a pretensão de aprofundar um estudo sobre a mesma, mas tentar achar nela pistas interpretativas (metodológicas) sobre a ação coletiva que nos propomos a estudar. O que nos interessa entender do pensamento de Weber é sua noção de ação social e a investigação de valores subjetivos (sentido da ação) que norteiam as ações humanas, orientam comportamentos e atitudes e determinam os rumos do fluxo histórico.

Na Ética Protestante, Weber nos diz que “as peculiaridades mentais e espirituais adquiridas do meio ambiente, especial do tipo de educação favorecido pela atmosfera religiosa da família e do lar, determinaram a escolha da ocupação e, por isso, da carreira” (WEBER, 2003:39). Nesse sentido, Weber nega a idéia de uma totalidade (ao contrário de Marx) e se atém às perspectivas específicas do sujeito.

De acordo com Gertz (1997), devido à incompatibilidade política entre Weber e os marxistas alemães, até o final da década de 1980 a patrulha ideológica marxista desconfiava de qualquer intelectual que recorresse a termos weberianos, já que para eles o sociólogo era tido como o “Marx da burguesia”. Weber nega a idéia de uma totalidade (ao contrário de Marx) e se atém às perspectivas específicas do sujeito. Então, ao utilizar-se do pensamento de Max Weber para entender as ações coletivas e as subjetividades dos atores que fazem parte dessas ações em assentamentos de reforma agrária, incorre-se no risco de sermos estereotipados de antimarxista, de antimovimento social, etc. São estes dogmatismos e sectarismos políticos que pretendemos descaracterizar ao optarmos por um aporte teórico-metodológico, em que nos utilizamos de diversos autores clássicos da sociologia para entendermos as ações sociais do MST e dos assentados.

Os primeiros estudos de Weber figuram num cenário de transformações históricas profundas na Alemanha e talvez esta situação tenha contribuído para uma resistência intelectual, principalmente no campo da história e da sociologia, tanto ao historicismo quanto a interpretações de fundo naturalista. A resistência da aristocracia fundiária junker que representava um resquício da sociedade feudal, um parlamento atrelado e sem representatividade, a ausência tanto de um proletariado ativo como de uma burguesia capaz de lutar pelos seus interesses contradiziam as interpretações que pareciam adequadas para interpretar a história anglo-francesa (Giddens, 1998).

De acordo com Azevedo (2003), a obra de Weber figura num cenário com muitas contradições e transformações, não é à toa que seus primeiros estudos versavam sobre a estrutura fundiária. Ao investigar a situação agrária alemã baseada em latifúndios, tendo como centro o domínio junker, Weber encontra elementos para duvidar de um fluxo natural da história e dar crédito à idéia de uma sociedade articulada sobre uma estrutura de valores culturais mais sólidos e determinantes que supunham outras vertentes teóricas que estudavam a Alemanha da época.

Para Weber na obra organizada por Cohn (2002), o objeto por excelência, no qual se aplica o conhecimento sociológico, é o universo cultural. Pode-se entender cultura nessa referência como um complexo de atos simbólicos que se inter cruzam, parcialmente articulados, no qual sujeitos em interação social vivenciam ações e relações sociais que, através desses portadores, ganham sentido e são passíveis de compreensão. O mundo histórico é o mundo da cultura, dos valores.

De acordo com Cohn (2002), o nome de Weber está associado na literatura sociológica à formulação de um conceito básico para a análise histórico-social: o tipo ideal. Trata-se do

recurso metodológico para ensejar a orientação do cientista no interior da inesgotável variedade de fenômenos observáveis na vida social. “Por isso esses tipos necessitam serem construídos no pensamento do pesquisador, existem no plano das idéias sobre os fenômenos e não nos próprios fenômenos... pressupondo que a realidade social só pode ser conhecida quando aqueles traços seus que interessam intensamente ao pesquisador são metodicamente exagerados...” (COHN, 2002:08).

Desta forma, conforme Tragtenberg (1992), os tipos ideais são estabelecidos convencional e abstratamente. Citando Weber, o autor mostra como é o processo de obtenção de um tipo ideal: “obtem-se um tipo ideal, acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista, encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos que se encontram ora em grande número ora em pequeno número até o mínimo possível, que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista escolhidos unilateralmente para formarem um quadro de pensamento homogêneo” (Weber in TRAGTENBERG, 1992:XXV). O tipo ideal, então, surge como um método nas ciências histórico-sociais, cujo objeto é captar os fenômenos na sua singularidade.

O pensamento weberiano se interessa pela pesquisa social empírica e sempre procurou no interior das organizações políticas as causas sociais de seu apogeu e declínio. Também se caracteriza por não se limitar a uma postura contemplativa diante do processo que examina e que as referências e alusões a problemas contemporâneos se multiplicam nos seus textos: “Weber sempre escreve de forma crítica contra alguém de seu tempo” (COHN, 2002:08).

Outra característica importante do pensamento weberiano descrita por Cohn está na relação entre juízos de valor e conhecimento científico. Fica explícita em Weber a posição de que a adesão a determinados valores (éticos, estéticos ou de qualquer natureza) sempre está envolvida na seleção de um tema para análise, ainda que esta necessariamente seja despojada de valorações no seu desenvolvimento interno. Isto quer dizer que se aponta especialmente que noções como cultura e nação são conceitos de valor, que orientam a pesquisa e não podem ser neutralizadas ou eliminadas como simples juízos. Destaca-se, ainda, a dimensão política que se refere à luta pelo poder (COHN, 2002:18-19).

Para o autor acima citado, Weber combate a idéia de que a Ciência possa engendrar “concepções de mundo” de validade universal, fundadas no sentido objetivo do decurso histórico. “Esse sentido objetivo não existe, diz Weber, e por isso mesmo não existe uma ciência social livre de pressupostos valorativos. O que existe é a luta constante que extravasa o domínio da ciência, pela atribuição prática de um sentido ao mundo e pela sustentação diante das alternativas concretamente existentes” (COHN, 2002:21).

Por isso, a referência de Weber a valores no conhecimento científico e sua crítica à idéia de uma ciência social isenta de pressupostos, como também sua ênfase na validade do conhecimento obtido que se mede pelo confronto com o real e não com quaisquer valores ou visões do mundo.

Por conseguinte, para Max Weber, o objetivo da análise sociológica é a ação de indivíduos e que a sociologia é “individualista” quanto ao método, opondo-se claramente aos conceitos com referências coletivas utilizados em sociologia. Não que negava os fenômenos coletivos, mas tratava-se para Weber de mostrar que a ação primeira é efetuada por indivíduos. Por isso para ele nos estudos de fenômenos sociais não se pode presumir a existência já dada de estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco, ou seja, de um sentido independente daqueles que os indivíduos imprimem às suas ações. Neste ponto é importante destacar as contradições existentes na visão de mundo construído enquanto idéia de sociedade pelo Leninismo que está presente no projeto do MST e o sentido que os sujeitos dão às suas ações no seu transcurso.

Assim, Weber constrói uma realidade conceitual que vai demarcar sua sociologia: ação social, sentido, agente individual, relação social, conceito de ordem legítima, conceitos e tipos de associações, tipo ideal, dominação, etc.

Entre todos os conceitos weberianos, passamos a reconstrução de dois deles: a ação social e a noção de sentido (subjetividade), ambos implicitamente expressos na definição de Sociologia. Por Sociologia, entende Weber “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por ‘ação’ entende-se, neste caso, um comportamento humano sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação ‘social’, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 1994:03).

Estes são os objetivos da sociologia segundo Weber, afirmando que o sentido é dado pelo indivíduo e, sobre este, em que ele próprio não tem consciência ou um controle absoluto. Como captar então esse sentido mentado dos indivíduos nas ações coletivas? O instrumento escolhido por Weber é a construção de “tipos”, que seriam modelos de ação lógico-ideais que permitiriam uma forma de “observar” e “medir” a ação. Um tipo ideal⁹ consiste em enfatizar determinados traços da realidade até concebê-los na sua expressão mais pura e conseqüente que jamais se apresenta assim nas situações efetivamente observáveis (Cohn, 2002).

⁹ - Este conceito é amplamente discutido no texto “A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais” in: Cohn, Gabriel. Weber-Sociologia. São Paulo, Ática, 2002.

Ou melhor, de acordo com Azevedo (2003), o tipo ideal seria uma construção artificial engendrada logicamente que tem função de parâmetro avaliador entre uma conexão causal racional artificialmente montada e uma ação empreendida pelos sujeitos sociais a partir de seus recursos de planejamento e implementação.

Sendo assim, a sociologia pode ser vista como uma reconstrução ficcional rigorosa da realidade observada sempre com uma relação parcial (tangencial) entre o conteúdo conceitual construído pelo cientista e o universo empírico que o mesmo busca compreender. É natural, assim, que algumas ações sejam passíveis de maior compreensão que outras (AZEVEDO, 2003:28).

Nesse sentido, Weber (1994), identifica quatro modelos básicos de orientação para as ações: 1º) de modo racional referente a fins; 2º) de modo racional referente a valores; 3º) de modo afetivo, especialmente emocional e 4º) de modo tradicional.

Nas ações sociais racionais com respeito a fins e a valores, o sujeito busca articular o mais racionalmente possível a correlação entre meios, fins ou causas envolvidas. São as expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; estas ações facilitam a compreensão do investigador para captar e compreender tais valores ou fins.

Nas ações motivadas por um sentimento afetivo ou emocional o sujeito busca não o resultado da ação em situações futuras, mas em situações presentes quando os afetos ou estados emocionais atuais é que interessam. Nestas ações fica difícil a reconstrução lógica típica, inviabilizando a compreensão por essa via.

As ações tradicionais caracterizam-se por o sujeito acreditar em crenças consideradas legítimas, não por uma compreensão de seu significado, mas pelo valor da tradição em que se fundamentam e se apóiam desde sempre.

Tais comportamentos são flexíveis e podem variar. Um mesmo indivíduo, por exemplo, pode, em determinadas situações, agir orientado racionalmente e num outro, a partir de perspectivas tradicionais, acatar o carisma de um eventual líder que venha a seguir. Tal situação não invalida o esforço de compreensão sociológica, que, como já foi dito, preocupa-se com fragmentos da realidade e não com a história em seu processo geral.

Nesta perspectiva, o pesquisador busca captar as orientações de sentido. “Essas orientações podem se dar num grau mais endopático, como ocorre nas motivações

tradicionais ou racionalmente mais explícitas, como no caso das ações racionais” (AZEVEDO, 2003:29).

Estas ações, segundo Weber (1994), podem orientar-se por diferentes ordens. Essas podem ser, por um lado, motivadas por crenças de ordem tradicional ou carismática. Nelas, há a observância motivada pelo sentimento de pertença a um determinado grupo cujo desvio de determinadas ordens aceitas provocaria certas sanções indesejáveis. Por outro lado, podem ser motivadas por uma atitude racional. Esta procura evitar sanções previstas por codificações normativas racionalmente prescritas e outorgadas a partir de critérios previamente estipulados e garantidos por uma força pública de coerção.

Para Weber “toda ação, especialmente a ação social e, por sua vez, particularmente a relação social podem ser orientadas, pelo lado dos participantes, pela representação da existência de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos, “vigência” da ordem em questão” (WEBER, 1994:19).

A vigência da ordem em questão, significa, portanto, algo mais do que a mera regularidade, condicionada pelo costume ou pela situação de interesses, do decorrer de uma ação social. Na realidade, a orientação das ações com referência a uma ordem ocorre nos participantes por motivos muito diversos... uma ordem observada somente por motivos racionais com referência a um fim, é, em geral, muito mais mutável do que a orientação por essa ordem unicamente em virtude do costume, em consequência do hábito de determinado comportamento, sendo esta a forma mais freqüente da atitude interna. Mas esta por sua vez, é ainda mais mutável do que uma ordem que aparece com o prestígio de ser modelar ou obrigatória, ou conforme dizemos, “legítima”. As transições entre uma orientação puramente tradicional ou puramente racional referente a fins por uma ordem e a crença em sua legitimidade são, naturalmente, inteiramente fluidas na realidade (WEBER, 1994:19).

Como visto, estas ordens aparecem de formas isoladas e depuradas apenas em construções conceituais idealizadas tipificadamente. Na realidade, porém, ordens de sentido distintas podem conviver e um mesmo indivíduo pode observar e conviver com orientações de ordens distintas e até mesmo contraditórias. Entender e notar estas questões é muito importante para esse trabalho.

No tocante ao sentido das ações sociais que de acordo com Cohn desempenha papel central na sociologia weberiana, o problema diz respeito à ênfase de Weber no caráter

subjetivo do sentido da ação social¹⁰. De acordo com Cohn in Weber (1994), Weber queria evitar um sentido “objetivo”, já dado independentemente do curso de ação do agente:

Essencial em Weber, contudo, é que o sentido da ação não é algo já dado que de algum modo seja “visado” pelo agente como “meta” de sua ação, mas é a representação que ele, como agente, tem do curso da sua ação e que comanda a sua execução...para deixar claro que o que conta na ação e a torna efetiva não é o seu sentido sem mais mas o modo como o agente representa para si ao conduzi-la... no esquema analítico weberiano tudo passa pelas concepções ou representações que os agentes (sempre individuais, em última instância) têm dos motivos, meios e fins das ações sociais em que se envolvem. Daí a dimensão subjetiva da ação. E motivos, meios e fins têm, para o agente, caráter significativo. Daí a dimensão de sentido da ação (COHN in WEBER, 1994:XIV-XV).

Sendo assim, interessa, enfim, aquele sentido que se manifesta em ações concretas e que envolve um motivo sustentado pelo agente como fundamento da sua ação. Para Cohn (2002), do ponto de vista do agente, o motivo é o fundamento da ação; para o sociólogo, cuja tarefa é compreender essa ação (interpretando-a), a reconstrução do motivo é fundamental, porque, da sua perspectiva, ele figura como a causa da ação (grifo nosso).

Isto sugere que o sentido tem muito a ver com o modo como se encadeia o processo de ação, tomando-se a ação efetiva dotada de sentido como um meio para alcançar um fim, justamente aquele subjetivamente visado (pelo agente). Convém salientar que a ação social não é um ato isolado mas um processo, no qual se percorre uma seqüência definida de elos significativos (COHN, 2002:27).

O que Weber quer dizer com o conceito de sentido, segundo o autor acima, “é que somente através do sentido que podemos apreender os nexos entre os diversos elos significativos de um processo particular de ação e reconstruir esse processo como uma unidade que não se desfaz numa poeira de atos isolados. Realizar isso é precisamente *compreender* o sentido da ação” (COHN, 2002:28).

Para compreender o sentido da ação social temos que nos dispor a entender a importância fundamental da referência que Weber faz ao agente individual, pois ele é a única

¹⁰ - Weber (1994) enfatizava que a referência à compreensão do sentido, “sentido subjetivamente visado”, nada tem a ver com processos psicológicos que ocorram no agente, visto que o que se compreende não é o agente, mas o sentido da sua ação. Por isso é que Weber formula a exigência de que o recurso à compreensão se dê mediante um “distanciamento” do pesquisador em relação ao seu objeto e nunca através de algum procedimento de identificação empática com o agente em questão.

entidade em que os sentidos específicos dessas diferentes esferas da ação estão simultaneamente presentes e podem entrar em contato, ou seja:

Se as diversas esferas da existência correm paralelas, movidas pelas suas "legalidades próprias" e se está afastada a idéia de alguma delas ser objetiva e efetivamente determinante em relação às demais, a análise das relações entre elas (ou melhor, entre seus sentidos) só é possível com referência a essa entidade que as sustenta pela sua ação e é a portadora simultânea de múltiplas delas: o agente individual (COHN, 2002:29).

Assim, o nível sociológico da análise requer conceitos capazes de dar conta dessas regularidades de conduta como também do fato de que elas têm caráter coletivo no sentido de que muitos indivíduos agem significativamente de maneira análoga. Nesse ponto, o desdobramento realizado por Weber se encontra no conceito de relação social, que se refere à conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações.

Torna-se importante notar no pensamento de Weber, segundo Winckelmann (1994), que o sentido subjetivamente visado da ação social individual, mesmo sendo conceito definitório limite, não constitui um sentido isolado solitário; pelo contrário, coincidem nele, na maioria dos casos, o sentido objetivo e o funcional. Além disso, diz o autor, a orientação da ação abrange necessariamente o sentido a ser esperado do comportamento ou dos agentes participantes potenciais, pois toda ação social orienta-se, por definição, pela situação objetiva e por suas conexões de efeitos.

A ação individual e o sentido concreto são alimentados desde o início, com conteúdos e referências significativas objetivas. Além disso, precisamente esse estado intencional inicial subordina-se, na sua realização, ao processo sociológico: cada indivíduo é socializado junto com sua intenção e ação. Nas ações conjuntas, paralelas e contrárias de um ou vários indivíduos, acontecem inevitavelmente processos de modificação e fusão do sentido... o resultado da interação mostra, na maioria dos casos, um sentido modificado, por assim dizer, socializado, investido no resultado da ação conjunta social (WINCKELMANN, 1994: XXVII).

Nota-se o quanto a citação acima pode ser esclarecedora na interpretação da ação social ou das ações coletivas propostas pelo MST. Ou seja, os indivíduos, apesar de agirem de acordo com suas aspirações individuais, são sempre passíveis de socialização e modificação do sentido de sua ação quando envolvidos em ações conjuntas. Apesar do sentido

subjetivamente visado ser o mais importante num primeiro momento, pode com a socialização da ação social, adquirir outro sentido, modificado e interador.

O processo de socialização, então, significa, uma incorporação complexa do indivíduo, de suas intenções ou interações em relações ou associações sociais mais abrangentes. Isto pode decorrer de seus próprios interesses, do coletivo ou ainda como interesse para realizar outros fins. Para Winckelmann existe um escalonamento do conteúdo significativo dos processos, relações e regularidades sociais:

A intenção do indivíduo na ação social constitui a unidade inferior na escala conceitual; acima desta situa-se a estrutura de sentido interno às relações sociais, com seu equilíbrio interno. Acima delas, por sua vez, encontram-se os objetivos superiores de associações baseadas em acordos mútuos com estruturas mais ou menos soltas ou de associações (organizadas) cujos estatutos fixam finalidade específica. Mesmo nestas pode acontecer uma modificação de finalidade, em virtude de mudança do rumo da ação organizada, e isso independentemente da aprovação decidida ou tácita dos participantes ou associados (WINCKELMANN, 1994:XXVIII).

Isto significa que, com a integração progressiva em contextos de relações sociais, especialmente nos de caráter permanente, e mais ainda de organização em movimentos e associações, diminui, portanto, na maioria dos casos, a possibilidade dos indivíduos de fazer valer seus respectivos objetivos e finalidades subjetivas, desde que não consigam elevar estes a uma vontade de todos, permanecendo minorias.

Apesar de acenar para a relativa mudança de sentido dado pelos agentes em determinadas ações sociais, Weber deixa claro em seus escritos que o desenvolvimento das circunstâncias e os contextos da realidade social-histórica determinam o mundo ideal e as intenções de seres humanos, uma vez que estes, em virtude da experiência social, conhecem as circunstâncias e os contextos e por eles se orientam. Com referência a eles, portanto, formam, no conjunto deste mundo material, seus interesses materiais e ideais e desenvolvem afinal objetivos que partem do que é “dado” (ou do que consideram como tal) e de possibilidades objetivas (adequadas) inerentes a este “dado”, para conseguir, com meios apropriados, o objetivamente possível de formação e transformação da realidade, no sentido das respectivas metas. Nesse processo, os objetivos dos diversos indivíduos socialmente ativos são diversos, conforme a respectiva idéia sobre a situação inicial e a dos interesses (Idem, XXX).

Em suma, trata-se de perceber segundo Weber que os interesses determinam as ações sociais dos seres humanos e conseqüentemente o sentido da ação social. Acentuou Weber ainda, que o confronto com as cruéis necessidades da vida encontra correspondência de que as concepções e percepções de agentes humanos costumam ser determinadas de maneira significativa e em grande parte pela situação social, econômica e política em que eles se encontram. Por isso, a grande tarefa do cientista para Weber é desenvolver um saber nomológico, tanto dos contextos objetivos, expondo-se estes também de maneira quantitativa-teórica, quanto das intenções racionais e irracionais das ações, das orientações com vistas ao fim e dos processos dotados de sentido.

Portanto, a sociologia weberiana pode ser importante para a análise das ações coletivas no MST por se constituir como diz COHN (1979:148), “num poderoso instrumento de análise sempre que se trate de trazer a tona à dinâmica de interesses, de orientações da ação e de relações de força (poder) num momento particular de um processo em curso, sobretudo em situações de crise, ou seja, quando as legalidades próprias de diferentes esferas de ação apresentam descompassos que demandam decisões fortes de agentes sociais”.

1.5 HIPÓTESES E OBJETIVOS

Depois de caminharmos por diferentes percursos teóricos para tentarmos clarear nosso objeto de estudo, formulamos como hipótese geral deste trabalho que as ações coletivas produzidas nos assentamentos de reforma agrária do MST no estado da Paraíba são elaboradas a partir de compromissos ou alianças entre interesses materiais dos assentados, ações promovidas ou conduzidas pelo MST e formas de identificação coletiva dos assentados a essas representações comuns. Consideramos como hipóteses secundárias:

1ª) Os assentados do MST na Paraíba participam da elaboração das ações coletivas tendo como interesse a resolução de problemas econômicos e parcialmente por adesão ou identificação com os objetivos sócio-políticos maiores do movimento, como a transformação da sociedade;

2ª) Apesar do ideal de produção coletiva nas cooperativas do MST, os assentados, em geral organizam a sua produção de forma familiar e/ou individual.

Neste sentido, o **objetivo geral** deste trabalho é verificar como são produzidas as ações coletivas nos assentamentos de reforma agrária a partir das relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas entre os agentes sociais no âmbito dos assentamentos em estudo.

Examinaremos, em particular as relações estabelecidas entre líderes e não líderes assentados e o que, subjetivamente, estes pensam dessas ações, bem como o tipo de valores gerados por essas ações e relações.

Propomos assim os seguintes objetivos específicos:

1º) Apresentar e caracterizar os princípios teórico-ideológicos norteadores das ações coletivas do MST;

2º) Verificar e analisar como são decididas e colocadas em prática as principais ações coletivas das quais participam os assentados nos assentamentos do MST;

3º) Identificar quais são as motivações dos assentados não líderes e dos líderes e quais são as suas interpretações dessas ações coletivas;

4º) Identificar quais as formas de relações sócio-econômicas associadas a essas ações coletivas nos assentamentos estudados e quais os valores que produzem ou reproduzem.

1.6 METODOLOGIA

O método na pesquisa é um caminho pelo qual se chega a um determinado resultado. Método indica, portanto, estrada, via de acesso e, simultaneamente, rumo, discernimento e direção, ou nas palavras da filósofa Marilena Chauí, “método significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa; é um procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso” (CHAUI, 1994:354).

Nesse sentido, na construção desta tese de doutoramento, não caberiam, como escolha metodológica, categorias analíticas ou modelos teóricos unívocos (como por exemplo, a explicação dos problemas sociais a partir de sua base econômica como quer o marxismo) que certamente esconderiam mais do que revelariam o real na constituição desse processo.

Por isso, a análise feita neste trabalho caminha no sentido de evitar dar receitas prontas e teleológicas para o problema proposto, ainda mais levando em conta que analisaremos o objeto de estudo em espaços diferenciados com histórias também diferenciadas.

1.6.1 O recurso teórico metodológico

Como já explicitamos anteriormente, o objeto deste estudo é a análise da produção da ação coletiva em assentamentos de reforma agrária orientados pelo MST na Paraíba. O que se

busca entender é como são construídas as ações coletivas nestes assentamentos e as inter-relações estabelecidas entre líderes e assentados na produção destas ações, em particular, as relações de poder. Nesse sentido, daremos importância fundamental à idéia de sujeito individual e/ou construtor de realidades sociais e históricas na construção de ações coletivas. Queremos resgatar a idéia de sentido dado por esses sujeitos às suas ações, ou seja, o sentido mentalmente construído individualmente por esses sujeitos, não de ordem psíquica, mas aquele sentido de interação e efetivação de cada um deles na produção de ações coletivas.

Para esse objetivo se efetivar, procuramos construir passos para entender essa relação de forma teórica-científica. O primeiro recurso teórico foi a noção de ação coletiva a partir de um clássico contemporâneo que estudou o comportamento de tais ações baseando-se na lógica de pequenos e grandes grupos promotores de interesses comuns e/ou objetivos comuns. Por isso, foi de fundamental importância a idéia da “Lógica da Ação Coletiva” expressa por Mancur Olson, que analisa um paradoxo: apesar de existirem interesses coletivos dos grupos nas ações, pode prevalecer o interesse individual do “carona”. Essas são questões discutíveis, pois pensamos que não é só o interesse individualista/egoísta que prevalece nas ações coletivas. Há também inter-relações que favorecem o desenvolvimento de um capital humano não desprezível em toda essa trajetória e que, dentro do contexto da construção destas ações, os indivíduos acabam sempre aprendendo com os outros, apesar de nem sempre concordarem com todas as decisões. Isto faz parte das instituições democráticas, como é o caso do MST. Neste movimento, subordina-se tudo à vontade coletiva, pelo menos é o que demonstram alguns estudos sobre o comportamento democrático do mesmo¹¹. No entanto, há controvérsias quanto a estas relações. Autores como Zander Navarro (2003) afirmam que existe uma certa militarização do movimento e que nem tudo é democrático no MST.

Nossa pesquisa caminha exatamente na perspectiva de desvendar essas controvérsias teóricas para mostrar através dos indivíduos (assentados) do MST como é realmente construída essa democracia através das ações coletivas realizadas.

Para isso, recorreremos à idéia de indivíduo como unidade que abriga e executa sentidos socialmente engendrados e acatados no processo de existência social. Em outras palavras, como estes indivíduos mentalizam suas ações sociais. De que forma cada sujeito pensa, independente do conteúdo ideológico do MST, a sua vida imbricada numa idéia maior de transformação social. Nesse sentido, o recurso à sociologia weberiana e pós weberiana com Alain Touraine foi de fundamental importância para entendermos este processo. Em Weber

¹¹ - Ver Gohn (1997), Zanoni Gomes (2001), entre outros.

temos o arcabouço para a “compreensão” desses atos carregados de sentidos intersignificativos e, portanto, passíveis de inteligibilidade por parte do observador. Não que Weber despreze o coletivo, de forma alguma. Mas para ele é o indivíduo que dá sentido às ações humanas e, portanto, temos que procurar nele as respostas das ações sociais que estabelecem estas conexões entre indivíduos interagentes. Sendo assim, para Weber a cultura é um complexo de atos simbólicos que se inter cruzam, parcialmente articulados, nos quais sujeitos em interação social vivenciam ações e relações sociais que, através desses portadores, ganham sentido e são passíveis de compreensão.

No esquema metodológico weberiano e de acordo com esse modelo, o primeiro passo analítico é fazer uma descrição do objeto de estudo da maneira mais completa possível. Como sabemos, o objetivo da sociologia compreensiva é descobrir o sentido da ação social. O segundo passo analítico é a tentativa de compreender essa ação em seu desenvolvimento e efeitos.

Por outro lado, como já foi explicitado anteriormente, Alain Touraine com sua Sociologia da Ação, quer nos fazer entender o quanto é importante o sujeito individual na construção de ações coletivas e o quanto é importante ouvir esse sujeito imerso nessas ações.

Por isso, como um pós-weberiano, Touraine nos dá esse arcabouço teórico superando as noções de Weber, mostrando uma postura não resignada frente a qualquer espécie de dominação ou resignação na “jaula de ferro”. Para Touraine só há liberdade se houver a possibilidade de o sujeito no conflito afirmar sua identidade frente à dominação universal ou a racionalidades teleológicas. Por isso, observa o universal para resgatar nele o sujeito individual. É este sujeito que importa na Sociologia da Ação. Por isso, propõe uma sociologia intervencionista, prática, que dê conta de valorizar o indivíduo e seja comprometida com o mundo (empírico) das relações sociais.

Na análise das relações de poder entre líderes e não líderes, que são sujeitos conflitantes nos assentamentos de reforma agrária, as contribuições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu foram preciosas do ponto de vista teórico. Foucault destaca as nuances dos micro-poderes imersos nas mais diversas instâncias da sociedade para compreender os saberes dos dominados. Propõe ver nesses a insubordinação aos saberes que pretendem ser dominantes e homogêneos.

Em Bourdieu, importa a sua óptica de não reduzir o mundo social às representações que dele fazem os agentes, mas, ao contrário, ver nas representações o produto específico da posição que esses ocupam num espaço social constantemente em disputa.

Por outra parte, recorreremos aos trabalhos sobre organização dos agricultores familiares do Nordeste de Sabourin (1999, 2003, 2003a, 2003b), aos estudos sobre os assentamentos de reforma agrária de Caniello & Duque (2004), Ieno Neto (2005), Malagodi, Menezes & Silva (2003), Wanderley (1999), entre outros.

Também mobilizamos autores que analisam o perfil do MST, de seus líderes e dos assentados de um modo geral. Entre eles destacamos, Zander Navarro (1997, 2005), Martins (2003) na crítica ao modelo de organização dos assentamentos do MST, David Caume (2002), que nos mostra o quanto é ideológico a construção da categoria assentamentos rurais por parte do MST e Eliane Brenneissen (2002), que mostra os descompassos do modelo coletivo do MST com os ideais dos assentados nos assentamentos do Paraná, entre outros.

Para a descrição e discussão dos norteadores teórico-ideológicos do MST, analisamos nos arquivos o material produzido pelo MST entre os anos de 1984 a 2005: cartilhas, cadernos de formação, revistas, boletins públicos do movimento, livros, documentos internos (que circulam somente entre as pessoas de confiança do movimento) e textos publicados na página da Internet do movimento. Além disso, foi analisado o conteúdo de publicações recentes do MST apresentando as novas diretrizes do movimento (MST, 2005).

Enfim, enquanto referencial teórico metodológico nos preocupamos em confrontar os argumentos e as observações tanto de autores críticos como de autores a favor do MST para que pudéssemos tirar nossas conclusões dessa historicidade viva e dialética ou, como diz Touraine, no “enjeu” ou no “que está em jogo”.

É claro que não podíamos nos esquecer dentro desse arcabouço teórico-metodológico das idéias de um clássico como Karl Marx e os marxistas (Lênin, Kautsky, entre outros), que contribuíram para analisarmos a opção paradigmática de sociedade socialista proposta pelo MST e o papel do campesinato na ordem capitalista.

Enfim, entendemos como Caume (2002), que os assentamentos constituem um espaço de lutas e de disputas. Estas não estão configuradas apenas pela busca do monopólio da representação dos trabalhadores, mas também pelas intervenções dos diferentes agentes externos que rivalizam pela imposição de determinadas categorias de percepção e apreciação do mundo social. Os assentamentos constituem espaços onde diferentes matrizes discursivas tentam impor suas categorias de visão, classificação e hierarquização do mundo social. Sendo assim, investigar as práticas discursivas e não-discursivas do MST que procuram produzir a realidade do assentado e do assentamento constitui um dos focos condutores desta tese.

Gostaríamos de salientar que não é tarefa desta tese aprofundar todos os estudos dos autores demarcadores desse trabalho. Seria muita pretensão querer fazer isso. O que queremos é situar de um modo geral o projeto intelectual desses autores e metodologicamente utilizar estes modelos teóricos para orientar melhor a abordagem do objeto de estudo em questão.

1.6.2 A pesquisa de campo

1.6.2.1 A escolha dos instrumentos de coleta das informações e dos locais de estudo

O recurso metodológico central para a obtenção das informações nesse trabalho foram as entrevistas e a observação participante em reuniões, visitas aos assentamentos, à sede do Incra e à sede do MST. Para isto, preparamos três roteiros de perguntas semi-estruturadas com questões para os assentados, líderes dos assentamentos e líderes regionais.

O objetivo das perguntas era identificar os principais temas e as modalidades das ações coletivas na trajetória do assentamento, dando ênfase às ações elaboradas e colocadas em prática no ano de 2005 (ano da pesquisa de campo)¹², bem como identificar os tipos de relações entre assentados e líderes, resgatando os motivos que levam estes agentes a promover ações coletivas.

Desta forma, entrevistamos lideranças e trabalhadores rurais assentados em duas regiões do estado da Paraíba onde o MST liderou a luta pela terra e possui uma forte presença entre as lideranças devido à existência de sedes regionais próximas (Campina Grande, João Pessoa e Sumé). Esta proximidade faz com que haja uma incidência constante de líderes regionais nos assentamentos para colocar em funcionamento a prática política, social e econômica proposta pelo seu ideário teórico-ideológico.

Os dois assentamentos escolhidos para a pesquisa localizam-se no Cariri Paraibano (Mandacaru) e na Zona da Mata (Massangana III). Estes lugares foram escolhidos estrategicamente por serem assentamentos do MST. O Assentamento Massangana III, localizado no município de Cruz do Espírito Santo criado em 1996, apresenta boas condições

¹² - A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de agosto a dezembro de 2005.

gerais e o de Mandacaru, situado no município de Sumé e criado em 1999, está numa situação mais precária¹³.

O Assentamento Massangana III já era por nós conhecido¹⁴ o que facilitou o acesso às informações. O Assentamento Mandacaru foi escolhido em função das informações dadas pelos técnicos do INCRA em torno das diversas situações lá encontradas (terrenos impróprios para produção agrícola, conflitos entre líderes e assentados, etc) e por existir neste espaço alguns trabalhos acadêmicos já desenvolvidos por alunos das duas universidades federais da Paraíba e do grupo de pesquisa sobre agricultura familiar do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande.

Ao executarmos o roteiro de entrevista, apesar de solicitarmos os nomes dos entrevistados, garantimos a estes que suas identidades não seriam reveladas. A garantia deste anonimato nos possibilitou coletar informações e respostas mais sinceras pelo fato de os trabalhadores líderes e não líderes se sentirem mais confiantes de que as informações não seriam usadas para prejudicá-los. Desta forma, para identificarmos os entrevistados líderes na análise das entrevistas os denominamos como líderes de Massangana III, líderes de Mandacaru e líderes estaduais do MST. Quanto aos trabalhadores rurais assentados, identificaremos como assentado de Massangana III e assentado de Mandacaru. Para mais praticidade no texto da tese utilizaremos nomes fictícios, preservando assim a identidade dos entrevistados.

1.6.2.2 Pra onde ir?: a caminhada em busca das informações

A pesquisa que empreendemos nesta tese se insere dentro do que a ciência classifica como pesquisas qualitativas¹⁵. Estas usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Concordando com Haguette (1992), o objeto da metodologia qualitativa é enfatizar as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser. Sendo assim, estas metodologias adquirem uma importância fundamental em nosso trabalho, pois fornecem uma compreensão mais profunda de certos fenômenos sociais

¹³ - A caracterização dos assentamentos em estudo será detalhada no Capítulo 5 e 6.

¹⁴ - O Assentamento Massangana III nos serviu de base de pesquisa para a dissertação de mestrado defendida no PPGS da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2000, que resultou na obra "Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária" (Lazzaretti, 2003).

¹⁵ - A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão (Gaskel, 2002).

apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos.

Antes de empreendermos as entrevistas nos assentamentos, dedicamos um período para coleta de informações que pudessem nos ajudar a clarear o objeto de estudo, principalmente junto ao INCRA-PB e na sede do MST da Paraíba em João Pessoa. No INCRA-PB tivemos a oportunidade de colaborar na elaboração do Plano de Reforma Agrária da Paraíba (PRRA-PB). Também no INCRA resgatamos diversas informações sobre os assentamentos na Paraíba e definimos qual seria o segundo assentamento que tivesse características diferenciadas do primeiro. Através dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA's) e das informações dos técnicos, verificamos que o Assentamento Mandacaru era resultado da luta pela terra e organizado pelo MST. Por outra parte, as adversidades da região, como secas, terrenos impróprios para a agricultura e pobreza rural poderiam oferecer um diferencial na definição das necessidades de ações coletivas por parte dos assentados¹⁶. Também acreditávamos, hipoteticamente, que as dificuldades de viver e produzir naquele espaço favorecessem a aceitação das propostas mais ideológicas do MST.

A escolha de Massangana III deu-se por já sabermos que era um assentamento resultante da luta pela terra organizada pelo MST, de fácil acesso, do qual já dispúnhamos de informações históricas e que poderia ser interessante pesquisá-lo novamente para vermos as evoluções, rupturas e/ou continuidades decorrentes das ações coletivas antes engendradas e também por informações do próprio MST de que o assentamento estava passando por uma fase de conflitos internos muito intensos por causa da extinção das ações coletivas antes vivenciadas naquele espaço.

Para elaborar os roteiros de entrevistas, construímos perguntas que pudessem qualificar as ações coletivas desenvolvidas, as relações sociais entre os assentados, resgatando o sentido e a motivação atribuídos às suas ações sociais, bem como a visão dos não líderes e dos líderes sobre o funcionamento coletivo no assentamento e das propostas do MST. Elaboramos vários roteiros para testes nos assentamentos até fecharmos um roteiro que, de nosso ponto de vista e dos propósitos da pesquisa, fosse capaz de captar o essencial das informações necessárias.

No Assentamento Massangana III já éramos conhecidos dos líderes locais, e isto mais a confiança dos líderes estaduais facilitou a nossa entrada no assentamento novamente para a

¹⁶ - Também queremos deixar aqui registrada a importância de nossas participações nas reuniões do Grupo de Estudos Sobre a Agricultura Familiar da Universidade Federal de Campina Grande-PB (GPAF) na definição do Assentamento Mandacaru como local da pesquisa.

realização da pesquisa. Não tivemos problema em Massangana III para a coleta das informações.

Já em Mandacaru não tínhamos conhecimento prévio do assentamento e isso exigiu algumas conversas e uma certa autorização dos líderes estaduais devido ao clima de instabilidade reinante, já que o ex-presidente da associação, que é do MST, havia tido problemas com diversos assentados do movimento. Então, os dirigentes de João Pessoa entraram em contato com os líderes da regional de Sumé do MST e foi a partir deles que começaram nossos primeiros contatos com o Assentamento Mandacaru.

Na primeira visita que fizemos, tivemos que antes ter uma boa conversa com os líderes em Sumé para depois nos adentrarmos na pesquisa. Queriam saber do que se tratava o objeto de pesquisa e quais os objetivos do trabalho. Então, explicamos detalhadamente o propósito e o fim a que se destinava o trabalho. Foi muito tranquilo e todos concordaram em permitir que fizéssemos a pesquisa. O que atrapalhou um pouco foi no primeiro dia quando a líder do MST no assentamento não pôde nos acompanhar nos primeiros contatos com os assentados. Neste dia ocorreu um episódio em que um assentado queria nos cobrar para dar entrevista. Além de cobrar e nós nos negarmos a pagar, saiu dizendo para outros assentados cobrarem pelas entrevistas. A explicação que achamos para tal fato depois de conversas com líderes e outros assentados era de que aquele assentado era daquele jeito com todos que faziam pesquisa no assentamento, ou seja, queria ganhar uns trocados de qualquer jeito. Somente após a líder do MST nos acompanhar e nos apresentar aos assentados, que tudo transcorreu de maneira normal.

Com relação ainda à primeira visita, tivemos que nos hospedar na antiga sede da fazenda onde funciona agora a escola. Disseram-nos que a casa tinha uma boa estrutura. No entanto, a casa não tinha quase estrutura, faltava água, não havia camas para dormir nem tampouco ganchos para armarmos uma rede, muita muriçoca, etc.

Na segunda visita a Mandacaru, ficamos mais tempo, em torno de quatro dias no assentamento, onde convivemos com os assentados acompanhando-os em ações coletivas, em comemorações, em conversas informais na sede da fazenda e no pátio da sede, nas horas de lazer à noite, nas horas de intervalo das aulas na escola, etc.; tudo gravado e acompanhado por um diário de campo onde anotávamos o que observávamos. Na segunda estada nossa em Mandacaru, nos organizamos melhor e procuramos com antecedência saber em quais dias seriam realizados os trabalhos em grupo e quais as outras atividades que seriam realizadas coletivamente no assentamento. Estas informações nos foram passadas via telefone pela presidente da associação, pela tesoureira e pelo técnico agrícola do assentamento.

Ainda em Mandacaru tivemos acesso a documentos, especialmente as atas das reuniões da Associação dos assentados, nos quais procuramos identificar assuntos relacionados a trabalho em grupo ou alguma ação coletiva ou algo parecido. Pouca coisa foi encontrada nestes documentos a não ser propostas de trabalho em grupo direcionadas à limpeza da sede do assentamento. As principais informações foram obtidas através das entrevistas e das anotações no diário de campo. Gostaríamos de salientar que algumas histórias orais também foram capturadas com o objetivo de entender no presente o quanto é e está sendo importante o resgate da cidadania em comparação com a situação anteriormente vivenciada, muitas vezes de escravidão, maus tratos, subserviência e sem perspectiva pelos assentados. Em Mandacaru foram feitas 20 entrevistas gravadas com assentados não líderes e líderes.

Em Massangana III foram diversas as visitas. As primeiras idas ao assentamento foram para testar o roteiro de entrevista e as restantes para completar o trabalho de coleta das informações. No caso, este assentamento é mais próximo de nossa moradia, o que nos propiciava passar o dia por lá entrevistando e anotando informações no diário de campo e a noite retornávamos para casa. Além de extensas conversas com moradores mais antigos e com líderes no assentamento, procurávamos ficar bem atento na observação do que se passava no cotidiano dos assentados.

Foram seis visitas de dois dias cada até Massangana III para a obtenção das informações que achávamos necessárias. Além disso, fizemos outras duas visitas, devido ao fato de um líder do MST ter solicitado a nossa ajuda para elaborar um projeto de uma despoldadeira de frutas. Além de termos realizado 20 entrevistas com assentados não líderes e líderes, mantivemos diversas conversas informais direcionadas à aquisição de informações que pudessem nos fazer compreender a situação vivida no assentamento.

Em ambos os assentamentos foram realizados testes com o roteiro de entrevista. Num primeiro momento realizamos seis entrevistas em Massangana III e cinco entrevistas em Mandacaru. Com este teste vimos que o número de perguntas era grande, em torno de 43 para assentados não líderes e líderes. Então, nas visitas seguintes procuramos enxugar mais o roteiro, centrando as questões nos objetivos do trabalho e buscando, assim, uma objetividade maior nas respostas. Os roteiros seguintes foram se adaptando mais à realidade que observávamos, por isso procuramos reduzir o número de questões, porque muitas se assemelhavam e também procuramos centrar o roteiro final em pontos a serem focados. Então dividimos o roteiro em seis partes: identificação, trajetória histórica, ações coletivas desenvolvidas, representação comum das ações coletivas (visões, motivos das ações,

subjetividade), relações sócio-econômicas e os valores produzidos. O roteiro ficou então com 31 questões para os assentados não líderes e 38 para os líderes em Mandacaru e 21 questões para os assentados não líderes e 26 para líderes em Massangana III¹⁷.

Acompanhados destes roteiros, levamos uma espécie de guia que pudesse nos socorrer no registro de informações extras do assentamento como, por exemplo, o que achavam das ações coletivas mais gerais do MST e que ordem de importância davam a determinadas ações que elencamos (ocupar terras, ocupar prédios públicos, enfrentar fazendeiros, fazer marchas, lutar pelo socialismo e organizar-se em torno dos objetivos do MST).

O total de entrevistas nos dois assentamentos foram de quarenta e uma. Soma-se a isso as anotações no diário de campo e gravações que fizemos em conversas informais e captando histórias orais de assentados em Mandacaru. O caso que mais nos chamou a atenção foi o de um assentado que foi escravizado quando era morador na fazenda quando esta pertencia a seu antigo dono¹⁸. Procuramos, como nos diz Haguette (1992), fazer com que a história oral atendesse mais aos propósitos do autor, preocupando-se com a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre seu mundo. Também estávamos interessados em questões sociológicas que esclarecessem e confrontassem com outras informações para que nos fornecessem pistas sobre as subjetividades dos assentados em relação aos motivos em participar do MST.

Em Mandacaru algumas entrevistas foram feitas nas casas dos assentados e outras no local onde exerciam atividades coletivas¹⁹. Sendo que pedíamos permissão para os coordenadores dos grupos para que os assentados pudessem nos dar a entrevista. Algumas entrevistas feitas nos locais de trabalho foram feitas novamente nas casas dos assentados porque temíamos que o informante pudesse estar constrangido e não falasse de algumas questões mais a fundo, o que não se verificou.

¹⁷ - Os roteiros de entrevista encontram-se em anexo.

¹⁸ - Na história oral procura-se reconstituir, através da visão do sujeito envolvido, um período ou evento histórico, por exemplo, pedir a pessoas que participaram da Marcha dos "sem terra" a Brasília que contem como foi (Alves-Mazzotti & Gewandszajder, 2001).

¹⁹ - Procuramos sempre entrevistar os assentados líderes e não líderes dos dois assentamentos estudados de forma mais isolada possível, ou seja, sem ter mais pessoas junto na hora das entrevistas para que pudessem ser sinceros nas respostas. Também procuramos ouvir os mesmos assentados sobre os mesmos temas da entrevista quando estavam juntos com outras pessoas nas ações coletivas. Isto possibilitou notarmos se os discursos variavam em função da presença e/ou ausência de público. Para nós esta tática nos deu o termômetro de avaliar a dívida moral com o MST por parte dos assentados não líderes.

Em Massangana III todas as entrevistas foram feitas nas casas dos assentados sendo que algumas foram atrapalhadas pelo som alto dos bares próximos, chegando a ponto de algumas vezes parar a entrevista e solicitar ao dono que baixasse o som²⁰.

Em termos de seleção dos entrevistados, tanto em Mandacaru como Massangana III foram escolhidas aleatoriamente 15 famílias assentadas e 5 líderes. Em termos de liderança cinco representa um universo quase que total de líderes conhecidos nestes assentamentos. O número total de famílias é de 131 em Massangana III e 121 em Mandacaru.

Elaboramos, também, um roteiro de entrevistas (com 15 questões) para os líderes estaduais do MST em que procuramos focar questões que procuravam informações sobre a relação destes líderes com os assentados e como eram construídas as ações coletivas no estado da Paraíba pelo movimento, qual era a aceitação das ações propostas entre os assentados, se os assentados entendiam os discursos e os escritos do MST, se acreditavam na revolução socialista e de que forma? Neste caso, entrevistamos seis principais dirigentes do MST na Paraíba. Utilizamos nomes fictícios para preservar suas identidades e para que pudéssemos também colher informações mais sinceras possíveis, como no caso dos assentados.

A tabela a seguir ilustra nossa coleta de dados nos assentamentos e com os líderes estaduais do MST-PB.

TABELA 1 - COLETA DE DADOS NOS ASSENTAMENTOS E NA SEDE ESTADUAL DO MST

Assentamento/ Sede do MST	Total de famílias assentadas	Número de assentados entrevistados	Número de lideranças entrevistadas nos assentamentos	Número de líderes estaduais entrevistados	Total de entrevistas realizadas
Mandacaru	121	15	05	X	20
Massangana III	131	15	06	X	21
Sede estadual do MST-PB	X	X	X	06	06
Total geral	252	30	11	06	47

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

²⁰ - Em Massangana III desde a última pesquisa aumentou muito o nº de bares na agrovila do assentamento. De 2000 até 2005 cresceu de 1 para 9 o nº de estabelecimentos deste tipo. Impressionou-nos este aumento e a condição em que está a agrovila com gente bebendo o dia inteiro nos bares enquanto não se desenvolve nenhuma atividade produtiva em alguns lotes.

Todas as entrevistas que fizemos nos assentamentos e sede do MST foram gravadas e transcritas por nós. Isto foi importante, pois ao fazermos este exercício lembrávamos aspectos da entrevista como atos do entrevistado, ou seja, coisas que vão além das palavras e que nos fez reviver a entrevista.

A observação participante foi outra fonte de informações sobre a participação dos assentados em ações coletivas no Assentamento Mandacaru, já que em Massangana III estas ações estão no período analisado em fase de redefinições. Queríamos ver como se comportavam os assentados na vida em grupo. Ficamos face a face com os observados nas tarefas coletivas mais comuns como a limpeza do terreno da sede do assentamento e na confecção de cercas. Compartilhamos da vida ativa e dos sentimentos das pessoas nas práticas que executavam. Envolvemo-nos nas atividades com conversas e perguntas e ao mesmo tempo acompanhando o trabalho como observadores. Como já tínhamos ganhado confiança dos assentados, procuramos verificar nos trabalhos em grupo o envolvimento e o que os motivavam nessas atividades.

Também foi importante para a confecção desta tese a nossa participação em dois encontros estaduais do MST-PB em Campina Grande-PB (2004 e 2005) e as inúmeras visitas à sede estadual do MST em João Pessoa²¹.

1.6.2.3 A análise e tratamento das informações

Para analisar a produção e construção da ação coletiva nos assentamentos, procuramos garantir que toda interpretação estivesse enraizada nas próprias entrevistas, de tal modo que quando o texto ficasse pronto pudessemos justificar as conclusões. Para isso, foram considerados os critérios mais significativos entre os diversos itens do roteiro de entrevista. A nossa grade de análise contemplou mais especificamente:

- A trajetória histórica anterior ao assentamento: onde morava antes de ser assentado, que tipo de trabalho exercia, como vieram morar no assentamento e se participaram da luta pela terra;
- Como agricultor assentado, quais as ações coletivas desenvolvidas. Neste aspecto realçamos o porquê de fazer parte do MST, como ingressaram no movimento, se decidiam ou não o que era colocado em prática no assentamento, quem pensava as ações a serem desenvolvidas, se

²¹ - Nestas visitas à sede estadual do MST na Paraíba, participamos de diversas atividades junto com o movimento. Em uma delas ajudamos a fazer projetos na área de aquisição de máquinas para aumentar a produção nos assentamentos, além de auxiliarmos na orientação de monografias de alunos do MST que fazem cursos em São Paulo e também darmos algumas orientações metodológicas para projetos e ainda aulas para um militante que fez seleção de mestrado. Enfim, foram múltiplas as atividades em que nos envolvemos na sede do MST e que nos ajudaram a clarear diversos aspectos referentes ao nosso objeto de estudo.

conheciam o objetivo das idéias destas ações, o significado de ser assentado pelo MST, a relação entre líderes e assentados e se desejavam ter outra profissão que não a de agricultor;

- Sobre a representação comum das ações coletivas, ou seja, as visões expressas na subjetividade dos assentados procuramos analisar qual a motivação em participar de ações coletivas, como cada assentado percebia sua participação, o que significavam as ações coletivas e
- Sobre as relações sócio-econômicas e os valores produzidos, ressaltamos o que mudou em termos de qualidade de vida após participar de ações coletivas e a avaliação sobre as formas de organização individual e familiar e a coletiva.

Para os líderes nos assentamentos contemplamos os seguintes critérios:

- Quem escolheu o assentado para ser líder;
- Qual o objetivo de ser líder;
- Como viam a participação dos assentados nas decisões;
- Como eram suas relações com os assentados;
- Qual a idéia de sociedade que tinham;
- Qual o sentido pessoal que cada um dava às suas ações como líder.

Para os líderes estaduais destacamos:

- A trajetória anterior;
- O tempo de liderança de cada um;
- O papel de um líder no MST;
- Como são construídas as ações coletivas que são colocadas em prática nos assentamentos;
- Como os assentados compreendiam as propostas teórico-ideológicas do movimento e o ideal da revolução socialista e o que a reforma agrária significava neste contexto e
- Que outras aspirações tinham na vida.

Para a análise das informações colhidas nas entrevistas, das observações registradas no diário de campo, documentos e demais dados captados durante a pesquisa de campo, servimo-nos do referencial teórico utilizado na construção do objeto de estudo como contraponto para uma possível explicação dos comportamentos sociais na produção da ação coletiva nos assentamentos em estudo e do MST. Estas análises levam em conta as hipóteses previamente apresentadas e os objetivos deste trabalho.

CAPÍTULO 2

MST: TRAJETÓRIA E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-IDEOLÓGICOS

Como já explicitamos anteriormente, o objeto em construção neste estudo é a análise da ação coletiva no MST, tendo como objetivo central verificar o papel dos líderes e as relações de poder estabelecidas entre estes e os assentados nos assentamentos em estudo e a subjetividade e/ ou o sentido dado pelos assentados às suas ações sociais neste contexto.

Destacamos, nesta parte, a relação do MST com a ampliação da luta pela reforma agrária no Brasil e o surgimento do movimento na Paraíba. Também apresentamos os princípios e as propostas de reforma agrária do movimento.

Neste capítulo pretendemos ainda evidenciar a trajetória histórica do MST e os pressupostos teórico-ideológicos de suas ações coletivas, dando ênfase à discussão do papel do campesinato no capitalismo expresso por Marx, Engels, Lênin e Kautsky, bem como ao papel das idéias e práticas de Ernesto Guevara La Sierna (Che Guevara), como grande inspirador dos líderes do MST.

Na análise dos pressupostos teóricos norteadores, utilizamos-nos de fontes primárias como documentos, cartilhas, jornais e textos produzidos pelo MST e de autores que já discorreram sobre a história do movimento.

2.1 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MST

A luta pela reforma agrária no Brasil é antiga, data do tempo dos escravos que, buscando uma alternativa à vida em cativeiro e constituindo quilombos, apossavam-se de terras ainda virgens e criavam sua forma própria de organização econômica, social e política. Desde a época da colônia e da escravidão, a aquisição de um pedaço de terra para produzir e morar se constitui em um sonho da maioria da população pobre do campo.

Também neste período, como relata Medeiros (1989), várias outras revoltas reivindicando um pedaço de chão para plantar aconteceram, além de constantes greves de

pequenos produtores, foreiros, moradores de fazendas e engenhos, empregados e subempregados contra a promulgação de algumas leis que feriam a autonomia dos trabalhadores rurais.

Em diversas partes do país no final do século XIX e início do século XX, houve movimentos de caráter messiânico que buscavam resolver situações de crise que afetavam determinados grupos sociais, através da criação de comunidades, lideradas por um “messias”, pessoa de grande legitimidade e carisma, que se considerava e era considerado capaz de implantar uma nova ordem social, normalmente de caráter igualitário. Foi o caso de Antonio Conselheiro, em Canudos, na Bahia e do monge José Maria, no Contestado (fronteira do Paraná com Santa Catarina) e de um grande número de beatos e grupos que percorriam o interior brasileiro, buscando a terra prometida. Como nos diz MEDEIROS (1989:12), “vistos como expressão do fanatismo religioso, esses movimentos nunca receberam reconhecimento político, embora tivessem mobilizado a preocupação dos governantes da época e chamado sobre si intensa repressão”.

Outras lutas radicais, espontâneas e localizadas, também fizeram parte do cenário da luta pela terra no Brasil. Entre elas podemos citar a luta dos posseiros da rodovia Rio-Bahia no final da década de 1940 até os anos 1950, Trombas e Formoso a partir de 1948 até 1962, no norte e sudoeste do Paraná entre as décadas de 1940 e 1950, sudoeste do Maranhão a partir da metade da década de 1950 e em São Paulo no Pontal do Paranapanema (lugar que hoje detém o maior número de conflitos envolvendo o MST) e Santa Fé do Sul entre 1950 e 1960.

Todas estas lutas foram travadas principalmente por terra e por direitos trabalhistas e tiveram seu auge até o ano de 1964 e contavam com três grandes organizações que lutavam pela reforma agrária: a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Todas estas organizações, a partir de 1950, tiveram apoio decisivo do Partido Comunista do Brasil para se organizarem e lutarem pelos seus direitos.

Com o golpe militar de 1964, estas lutas recrudesceram-se e passou-se por um período de intensa repressão sobre as organizações dos trabalhadores rurais. Para os militares era preciso combater o comunismo tanto no campo como na cidade. De acordo com Morrisawa (2001), as principais lideranças camponesas foram presas e exiladas, quando não assassinadas. Embora haja poucos registros a respeito, logo após o golpe, também os camponeses pertencentes a sindicatos, às ligas ou ao MASTER foram duramente perseguidos e/ou mortos a mando dos latifundiários, que agiam sob a proteção dos militares.

Os militares, através do presidente Marechal Castelo Branco, decretaram a primeira lei de reforma agrária no Brasil em quase quinhentos anos, denominada de Estatuto da Terra. Essa lei tinha um caráter progressista, mas jamais foi implantada. Ela vinha em resposta à necessidade de distribuição de terras como forma de evitar novas revoluções sociais, como a que acontecera em Cuba em 1959.

Segundo alguns historiadores da reforma agrária brasileira: Morrisawa (2001), Medeiros (1989, 2003), Brum (1988), entre outros, o Estatuto da Terra revelou-se como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. Enfim, o Estatuto da Terra não saiu do papel e a política agrária do regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. Ao mesmo tempo, o estatuto proposto pelos militares, apesar de parecer, por suas definições, como querendo modificar a estrutura fundiária e punir o latifúndio, nada mais fez do que promover uma política agrícola e agrária que priorizou a modernização tecnológica das grandes propriedades e a colonização de terras na região amazônica.

Apesar das organizações que representavam os trabalhadores terem sido colocadas fora de ação pela ditadura militar, várias lutas pela terra continuaram acontecendo, particularmente nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do país. Destaque-se neste período a grande influência da Igreja Católica como a única instituição capaz de fazer frente ao regime²² tanto nas cidades como no campo.

Foi muito importante neste período da ditadura a atuação organizativa da Igreja Católica através da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que se tornou uma instituição de nível nacional, apesar de sua atuação ter começado voltada à luta dos posseiros do Centro-Oeste e Norte. A CPT foi o principal escudo dos trabalhadores que lutavam por melhores dias no campo. Neste sentido, foi também um importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares e permanece até hoje como central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra. De acordo com GOHN (1997:143), “a pedagogia da igreja teve grande sucesso no meio popular porque, a princípio, soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de se expressar, valorizando sua fala, suas canções, poesias, sua cultura em síntese”.

²² - No início da década de 1960, a Igreja Católica criou as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que, já em meados da década de 1970, existiam em todo país. Baseadas nos princípios da Teologia da Libertação, elas se tornaram importantes espaços para os trabalhadores rurais e urbanos se organizarem e lutarem contra as injustiças e por seus direitos. Os teólogos da libertação faziam uma releitura das Sagradas Escrituras da perspectiva dos oprimidos, condenando o capitalismo, considerando-o um sistema anti-humano e anticristão.

Na década de 1970, particularmente no sul do país, de acordo com Morrisawa (2001), a situação dos trabalhadores rurais era crítica. A política de desenvolvimento da agroindústria, favorecida pelo regime atingiu em cheio grande número deles. Os que não optaram pelos projetos de colonização acabaram indo para as cidades, buscando empregos e subempregos de toda ordem.

Neste contexto, e com as decorrentes transformações provocadas pela modernização da agricultura, as formas de relacionamento no meio rural foram profundamente alteradas junto com a modificação do patamar tecnológico (uso intensivo de produtos químicos e a utilização de máquinas em detrimento da tração animal e da mão de obra manual). Esta modernização, que levou à exclusão de trabalhadores assalariados e à falência de pequenos proprietários e arrendatários, provocou um imenso êxodo rural no Brasil, principalmente no Sul. Este processo foi acompanhado de reações coletivas e de diversas formas de organização dos trabalhadores no campo. É neste contexto que surge o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

2.1.1 O surgimento do MST na Paraíba²³

A primeira ocupação de terras feita pelo MST na Paraíba foi no dia 7 de abril de 1989, quando cerca de 150 famílias de trabalhadores rurais, oriundos de nove municípios da região do Brejo Paraibano, ocuparam a Fazenda Sapucaia, de propriedade do fazendeiro Camilo Oliver Cruz, com 2.400 ha, no município de Bananeiras. A fazenda era uma área de antigos conflitos de terra onde viviam em torno de 40 famílias de assalariados agrícolas em disputa permanente com o fazendeiro, para que pudessem plantar para a sobrevivência numa área que, segundo o MST, era improdutiva. Os trabalhadores foram despejados de forma violenta, porém permaneceram acampados próximo à área até o dia 3 de setembro do mesmo ano. Como nada foi definido pelo governo em termos de desapropriação da área, as famílias juntaram-se a outras, totalizando 320 famílias, e ocuparam a Fazenda Maniçoba, no município de Esperança, onde permaneceram acampadas por um longo período, aguardando a emissão de posse da área.

²³ - A reconstituição histórica da trajetória do MST na Paraíba foi construída (além da bibliografia citada) a partir de entrevistas feitas pelo autor dessa tese com dirigentes estaduais e através de folhetos avulsos encontrados na sede estadual do MST em João Pessoa.

A constituição cronológica do movimento no estado foi configurada a partir das seguintes articulações, segundo a coordenação do MST na Paraíba:

1985 - participação de 25 lavradores no primeiro Congresso do MST em Curitiba-PR;

1986 e 1987 – discussão a respeito da articulação dos sem-terra com sindicatos de trabalhadores rurais que atuavam na luta pela terra (dessas articulações criou-se a secretaria estadual do movimento);

1988 – promoção de cursos de formação e articulação de base em diversos municípios do estado, entre eles: Piripirituba, Guarabira, Cuitegi, Lagoa de Dentro, Marí, Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. A mobilização durou seis meses, envolvendo aproximadamente 500 famílias;

1989 – realização de dois encontros de militantes de vários municípios do Brejo Paraibano. Participação, ao lado de entidades sindicais rurais, do dia do trabalhador rural em 25 de julho. Em agosto, participação no ato público contra a violência no campo em Alagoa Grande, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e diversos sindicatos de trabalhadores rurais;

1990 – diversos trabalhos de conscientização na região agreste, durante seis meses, que mobilizaram cerca de 100 famílias nos municípios de Boqueirão, Queimadas e Araras. Participação e promoção do ato público do 1º de maio em Campina Grande e

1991 – nos meses de janeiro a maio, realização de trabalho de base nos bairros de Campina Grande, entre eles: Catingueira, Bairro das Cidades, José Pinheiro, Pedregal e Ramadinha I e II. Deste trabalho, resultou, no final do mês de maio, a ocupação da Fazenda Boa Esperança em Campina Grande. Todas as famílias foram despejadas, provocando a ocupação da Praça da Bandeira, no centro da cidade, onde passaram quatro meses esperando uma resolução do problema. Como o governo nada resolveu, o movimento ocupou a área de pesquisa da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) em Lagoa Seca. Nesse episódio, foi fundado o comitê de apoio ao MST do qual participaram diversas entidades representativas da sociedade civil: Aduf, Aduelpb, Sindicato dos Bancários, Sintab, Cut regional, Sinteep, Sivepa e Cddh. Todas essas entidades, além do apoio político que prestaram, elaboraram documentos divulgando a situação agrária da Paraíba e também colaboraram como mediadoras nas audiências junto ao poder público.

De 1991 em diante, o MST-PB coloca-se, em termos de ação e mobilização, dentro da agenda do movimento em nível nacional, priorizando entre outras coisas o trabalho de formação de lideranças e o desenvolvimento de novas técnicas educacionais junto aos trabalhadores, já que estes em sua grande maioria são analfabetos e semi-analfabetos.

Segundo lideranças do movimento no estado, as duas entidades que mais contribuíram para a organização, apoio logístico e demais tarefas necessárias, foram a CUT e a CPT. A CUT apoiou diretamente nas ocupações, nas negociações e assessoria jurídica. A CPT com uma atuação mais direta desempenhou um papel importante em termos de defesa e de organização dos trabalhadores rurais.

A postura da CPT tem-se pautado desde o início de sua fundação pela defesa intransigente dos pobres do campo. Na Paraíba, ela chamava-se Pastoral Rural até 1988, ano em que se transformou de fato em Comissão Pastoral da Terra. À frente da CPT, destaca-se Frei Anastácio Ribeiro, hoje deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Outros agentes da hierarquia progressista da Igreja Católica que deram na Paraíba testemunho de sua opção aos pobres do campo são D. José Maria Pires e D. Marcelo Carvalheira.

Apoiando os movimentos sociais e populares, a CPT luta em defesa da democratização da terra, contra a fome e a miséria e pelo direito à cidadania plena para os trabalhadores do campo. Ela coloca-se a favor de lavradores, posseiros e índios, participando de negociações entre estes e os órgãos da terra, o poder executivo e proprietários, além de ocupar espaços importantes nos meios de comunicação.

Para os trabalhadores e para o MST, a Igreja, através da CPT e o apoio por ela prestado, constitui, de um lado, a segurança e a certeza de que não estão sozinhos na luta e, de outro lado, a principal garantia de sobrevivência ao conflito, sobretudo quando a violência é muito grande (Moreira & Targino, 1997).

2.2 MST: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, PRINCÍPIOS E A PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA

O MST nasce e cresce do combate direto com as políticas autoritárias e excludentes do regime militar. É claro que o surgimento do MST tem suas raízes em experiências diversas que, em um dado momento, entrecruzaram-se. Mas seu surgimento se dá basicamente pelo crescimento econômico do país, a modernização de sua base produtiva, a inserção de novas tecnologias, o desenvolvimento da sociedade de consumo de bens e produtos de massa que trouxeram também o aumento da pobreza e da miséria, e não o seu contrário, como se poderia esperar (Gohn, 1997).

De acordo com Medeiros (1989), a origem dos sem terra foi a exclusão de todo um conjunto de trabalhadores do processo de modernização pelo qual passou a agricultura do Sul

do país e que resultou na impossibilidade de reprodução social de setores de pequenos agricultores familiares. Conforme Grzybowski (1990), a origem do MST está associada às ações de resistência e às ocupações de terras por grupos de trabalhadores rurais de algum modo excluídos pelas transformações em curso na região Sul e precariamente reintegrados na produção.

Recusando a proletarização (e isto é muito importante para compreender o movimento), no campo ou na cidade, e não podendo mais reproduzir a pequena produção na fronteira agrícola (para eles o Mato Grosso e Rondônia), devido aos recursos técnicos e financeiros requeridos e aos conflitos aí existentes, para os descendentes de colonos que se identificam hoje como sem-terra restou a iniciativa da luta pela terra. Filhos de colonos, parceiros e arrendatários, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e mesmo um significativo contingente de lumpen do campo, que vaga pela região, constituem a base inicial do movimento (GRZYBOWSKI, 1990:23).

Organizados em torno da luta pela terra, esses agricultores expropriados pela modernização tecnológica não tinham outra opção para retornar ao campo como pequenos proprietários rurais. Restou a luta pela terra. Sendo assim, como assinala Coletti (1998), várias lutas localizadas anunciavam o surgimento de um novo movimento de luta pela terra no Brasil: em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979, 110 famílias ocuparam as glebas Macali e Brilhante; em Campo Êre, Santa Catarina, em 1980, ocorre a ocupação da fazenda Burro Branco, no Paraná, mais de dez mil famílias, que teriam suas terras inundadas pela construção da barragem de Itaipu, organizaram-se contra o estado; em São Paulo, ocorreu a luta dos posseiros da Fazenda Primavera e nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários lutaram pela permanência na terra.

Para desmobilizar a luta dos trabalhadores, a política agrária da ditadura militar (1964-1984) espelhava o interesse do governo em esvaziar os conflitos por terra em todo o Brasil. A idéia centrava-se nos chamados projetos de colonização que tinham como objetivo a colonização na região amazônica. Os militares justificavam dizendo que era para “levar homens sem terra para terra sem homens”. Para o MST, em plena fase de gestação, a luta era a conquista da terra na terra, ou seja, tratava-se de resolver os problemas agrários brasileiros assentando as famílias em seus estados de origem.

Esses movimentos localizados ganharam apoio incondicional da Igreja Católica através da CPT que promoveu diversos encontros regionais de trabalhadores rurais e suas

lideranças. Tudo isto resultou no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel no Paraná. Nesse encontro foi fundado o MST como um movimento nacional de luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais. No ano seguinte, em 1985, em Curitiba-PR, o MST realizaria seu 1º Congresso Nacional.

Desta forma, o MST foi se constituindo enquanto um movimento nacional promovendo ocupações de terras improdutivas e lutando por reforma agrária “na lei ou na marra”, slogan herdado das lutas das ligas camponesas no Nordeste.

Os sem-terra imputaram um sentido político e religioso à sua luta, isto se revela no fato de denunciarem a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantissem o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários. Segundo GRZYBOWSKI (1990:24), “os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa, ocupando áreas e, sobretudo, organizando acampamentos”. De acordo com o autor, criaram situações de fato, obrigando o Estado a intervir, através de juizes, policiais, INCRA e políticos. A não ser nas ocupações, os sem-terra não são hostilizados diretamente pelos grandes proprietários. A pressão deles é feita, sobretudo, através de suas organizações.

O sem-terra é por definição, um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do movimento sem-terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e de exclusão social decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar sua identidade. A afirmação política como “sem-terra” dá base para reivindicar junto ao Estado o direito à terra. Diferentemente dos posseiros, os sem-terra não se opõem diretamente ao direito vigente da terra, mas à estrutura agrária e ao processo de desenvolvimento que os exclui. O que querem é ter a terra no local de origem, no seu mundo social e cultural, e isto eles afirmam como um direito. Trata-se, no fundo, do direito de se reintegrar como camponeses nesta sociedade (GRZYBOWSKI, 1990:56-57).

A luta dos sem terra leva em conta não apenas o direito pela terra, mas também o questionamento das condições de produção e comercialização que exprime a sua inserção na divisão do trabalho. Enfim, trata-se de reconhecerem-se enquanto sujeitos históricos inseridos na produção capitalista e não apenas sujeitos carentes de um pedaço de chão para plantar.

Os sem-terra criaram uma identidade social que exprime a sua inserção na divisão social do trabalho: como agricultores familiares produtores de leite, soja, macaxeira, abacaxi, etc. Nesta condição, construíram solidamente uma estrutura organizativa em todo o Brasil e que faz “inveja” a qualquer outro movimento social no mundo. Seus detratores rendem-se à

forma como o movimento aprimora a organização de suas bases e de sua liderança. Além disso, chama a atenção para a maneira como o MST criou estratégias ao longo de sua existência como formas de luta através de lemas oficiais do movimento.

- 1979 a 1984 – “Terra para quem nela trabalha”
 - 1984 – “Terra não se ganha, se conquista”;
 - 1985 a 1988 – “Sem reforma agrária não há democracia”;
 - 1986 – “Ocupação é a única solução”;
 - 1989 a 1994 – “Ocupar, resistir, produzir”;
 - 1995 a 2000 – “Reforma agrária: uma luta de todos”.
- (SCHERER-WARREN, 2002:249).

De acordo com a autora acima, cada fase representou a expressão simbólica de transformações em suas estratégias de luta e de mobilizações. O significado destas bandeiras de luta como, por exemplo, “Terra para quem nela trabalha”, permitiu aos mediadores construir junto às populações rurais (tradicionalmente bastante legalistas), a idéia de acitação de ocupação de propriedades rurais que não cumpriam suas funções sociais. As outras bandeiras expressaram também em momentos diferenciados a autonomia do MST, distinto da Igreja (espaço de conscientização), de partidos políticos (disputa de cargos governamentais) e sindicatos (mais burocratizados).

Atualmente, os objetivos do MST são expressos em três lemas: a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. “Na prática do movimento este objetivos vêm sendo desdobrados numa multiplicidade de ações coletivas que vão das reivindicações para conquistas imediatas, à luta por direitos de cidadania e transformações sócio-político-culturais a médio prazo e à realização de um projeto utópico num tempo histórico mais longo” (SCHERER-WARREN, 2002:255).

A estratégia básica dos sem-terra é a ocupação de terras improdutivas, públicas e particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse. Alguns grupos tiveram sucesso nesta estratégia, outros, porém, permaneceram por vários anos acampados sem nada obter... disso resulta que temos a presença do MST em acampamentos e assentamentos (Gohn, 1997).

Estas formas incisivas de luta na promoção de acampamentos e nas ocupações são resultado de um esforço enorme de organização coletiva fundamentados em princípios organizativos marxistas-leninistas.

A partir de 1985, ano de seu 1º Congresso Nacional, o MST expandiu-se pelas demais regiões do país e, no final da década de 1990, estava organizado em 23 estados. O movimento, entendendo que sua luta é uma luta pela reforma agrária, tinha que necessariamente se estender por todo o território nacional. Sua palavra de ordem era então: “Ocupar é a única solução”.

Durante essa longa caminhada o MST enfrentou inimigos duros e bem armados, além de protegidos pelo Estado. Entre eles, a União Democrática Ruralista (UDR), conglomerado de latifundiários anti-reforma agrária e a favor da explícita defesa da propriedade privada da terra com base em milícias armadas. Além da UDR, a própria polícia, a inoperância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o modelo econômico neoliberal, entre outros, constituíram-se em fortes barreiras para o avanço das forças em defesa da reforma agrária no Brasil.

Outra estratégia do MST durante seus primeiros anos de vida foi a busca do trabalho coletivo como forma de enfrentar a política individualista que vigorava na produção do campo mesmo entre pequenos agricultores familiares. Já nos primeiros acampamentos, como relata Morrisawa (2001), o MST levou a experiência do trabalho coletivo expressas na cooperação agrícola nos assentamentos como forma de enfrentar as dificuldades, principalmente a baixa ou nenhuma escolaridade dos trabalhadores rurais. Isso fez com que o movimento priorizasse a educação dos acampados e dos assentados como fator primordial para o sucesso de sua empreitada histórica.

Para Gohn (1997), a educação, em suas diferentes dimensões – escolar, de adultos, política, sindical, etc –, tem um lugar central no MST. A autora relata os pontos principais da proposta do movimento na área de educação formal, escolar, que são:

A escola de um assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural; a criança deve ser capacitada para a cooperação; a direção da escola deve ser coletiva e democrática; a escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento; o ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade; o coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno; o professor tem que ser um militante; a escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística pela luta popular; e a escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética (GOHN, 1997:146).

Como explicitado, a proposta do movimento é bastante política, pois a educação se configura num meio para atingir a transformação social.

Entre os desafios organizativos internos do MST, a direção nacional lançou via Internet no ano de 1998 os desafios internos que o movimento deveria se precaver no documento denominado “A Reforma Agrária e o MST”. Nas entrelinhas desse documento aparece o MST como herdeiro das Ligas Camponesas, que foi a organização similar mais parecida que existiu nas décadas de 1950-1960. Segundo o documento, foram ouvidas as lideranças históricas das ligas, “onde se procurou aprender o máximo de seus erros e acertos” (MST, 1998:05).

Os movimentos sociais da América Latina serviram também de suporte experimental para a construção do alicerce do MST. “Da soma de nossas origens com o que aprendemos da experiência dos demais, foi possível aplicar no MST um processo organizativo que procurava aplicar alguns princípios, que estão na base de nosso movimento social nacional, apesar das diferenças regionais de nosso país e das enormes dificuldades que isso resulta” (MST, 1998:05).

Nesse sentido, o movimento apresenta nesse mesmo documento, como resultado de vários anos de organização, os seguintes princípios que foram aplicados, segundo o MST (1998:05-06):

- **Vinculação permanente com as massas:** não é possível organizar um movimento social sem um trabalho permanente de base e de enraizamento nas massas, na nossa base social;
- **Luta de massa:** nunca nos iludimos com as boas vontades do governo ou autoridades de plantão. A reforma agrária somente avançaria na luta, e, sobretudo com lutas de massa, em que o povo se envolvesse no maior número possível. Não há outro caminho de mudança social, sem que o povo esteja organizado e mobilizado. As negociações com o Governo são necessárias e importantes, mas elas fazem parte de uma correlação de forças só se alterando favoravelmente ao povo se este povo lutar e demonstrar sua força. Fazer negociações sem mobilização popular é perder o jogo antecipadamente;
- **Divisão de tarefas:** todas as atividades dentro do movimento sempre foram realizadas pelo maior número possível de pessoas, e na forma de comissões;
- **Direção coletiva:** todas as instâncias do movimento, desde as comissões de base, dentro de um acampamento, até as instâncias nacionais são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder;
- **A disciplina:** nenhuma organização social, por menor que seja, nem mesmo um time de futebol, funciona se não houver um grau de disciplina, que é, na essência, a existência de **regras coletivamente discutidas e respeitadas** pelos indivíduos que quiserem fazer parte delas. Por isso, sempre tivemos claro que o crescimento do MST dependeria de métodos de

trabalho que incorporassem a disciplina, o respeito às decisões coletivas como princípio organizativo fundamental e

- **Formação de quadros:** nenhuma organização poderá ter sucesso se não preparar seus próprios quadros, ou seja, se não preparar com estudo e motivar nossa base, animá-la e conscientizá-la, através de símbolos de nossa cultura, de nossos valores, de que é necessário lutar, e de que é possível haver uma sociedade diferente, uma sociedade mais justa e fraterna.

Mais abaixo, no mesmo documento, aparece claramente no subtítulo “A proposta de reforma agrária do MST”²⁴, a proposta de reforma agrária do movimento. No documento, o MST resigna-se de equívocos cometidos no início da trajetória, falando da visão simplista que tinham de reforma agrária. “Achava-se que a reforma agrária era unicamente a distribuição de terras e a destruição do latifúndio. Portanto, se cada camponês organizado no MST conseguisse ter acesso a terra, poderia assim, resolver o problema de sua família, do futuro de seus filhos e contribuir com a sociedade mais democrática” (MST, 1998:06).

Para a liderança do movimento, o objetivo de acabar com o latifúndio na sociedade e distribuir a terra a todos que nela quiserem trabalhar é ainda um objetivo central e de uma importância fundamental. No entanto, a complexidade do problema agrário brasileiro, o avanço do capitalismo no campo, o processo de urbanização de nossa sociedade, a modernização das tecnologias, a dependência de nossa economia ao capital estrangeiro e a abertura do mercado e sua subordinação a interesses externos, trouxeram um grau de complexidade muito maior. Por tudo isso o MST elaborou o que chama de “Proposta de Reforma Agrária do MST” composta por três aspectos básicos e vários eixos de execução de acordo com o MST (1998:06-08):

a) O significado de uma reforma agrária na sociedade atual:

- Garantia de trabalho para todos os trabalhadores rurais, com distribuição de renda mais justa;
- Produção de alimentação barata, farta e de qualidade para toda a população, garantindo segurança alimentar para toda a sociedade brasileira;
- Garantia de bem-estar social e melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os trabalhadores brasileiros;
- Busca permanente de justiça social e de igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual;
- Difusão e prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas;

²⁴ - Este documento apresenta o resumo das propostas de reforma agrária do MST expressas na cartilha “Programa de Reforma Agrária” in: Cadernos de Formação nº 23, São Paulo, julho de 1995.

- Criação de condições objetivas para participação igualitária da mulher na sociedade;
- Preservação e recuperação dos recursos naturais, como solo, águas e florestas;
- Desenvolvimento da agroindústria e da industrialização no interior do país, descentralizando e gerando maiores oportunidades de progresso, renda e emprego, especialmente para a juventude.

b) A democratização da propriedade da terra como base fundamental

Implementar uma reforma agrária ampla que atinja todo o país significa democratizar a propriedade da terra. Os requisitos para esta transformação são os seguintes:

- Reorganização da propriedade das terras próximas às cidades, viabilizando o abastecimento de forma mais barata e o acesso à infra-estrutura social básica ou a sua construção;
- Definição de um tamanho máximo para a propriedade rural e das formas de propriedades existentes, dependendo da vocação natural e das perspectivas de desenvolvimento de cada região do país;
- Regularização da terra de todos os pequenos produtores familiares que vivem hoje, como posseiros;
- Democratização do acesso aos meios de produção necessários na agricultura;
- Controle pelo Estado e pelos trabalhadores, da extração da madeira e de outros recursos naturais para o benefício de toda população;
- Proibição de que os bancos, empresas estrangeiras e grupos econômicos que não dependem da agricultura, possuam terras;
- Garantia da propriedade da terra e de sua função social através de várias formas de titulação e legitimação, tais como: concessão de uso, propriedade definitiva, título coletivo;
- Proibição de cobrança de arrendamento da terra;
- Proibição da venda de lotes pelos beneficiários da reforma agrária;
- Democratização do uso e acesso às águas, em especial na região do Semi-árido nordestino, garantindo o uso coletivo por todas as comunidades para sua subsistência e produção;
- Penalização e retomada das terras mal utilizadas ou em dívida com impostos e
- Distribuição das terras públicas e devolutas (da união e dos estados).

c) Características básicas de um programa de reforma agrária

Além dos elementos já apontados, o MST defende um programa de reforma agrária que tenha as seguintes características básicas:

- Modificação da estrutura da propriedade da terra;
- Subordinação da propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;

- Garantia de que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;
- Desenvolvimento das agroindústrias cooperativas, disseminadas em todos municípios e assentamentos, visando melhorar a renda dos agricultores e gerar emprego para a juventude;
- Apoio à produção familiar e cooperativada, com preços justos, crédito acessível e seguro agrícola;
- Aplicação de um programa especial de desenvolvimento para a região do Semi-árido;
- Desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais, como um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
- Busca de um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida e acesso de todos à educação, cultura e lazer.

Estes princípios gerais que norteiam a luta pela terra e as propostas de reforma agrária são retirados de idéias e/ou esquemas ideológicos de natureza revolucionária e socialista. Orientados pelas idéias marxistas-leninistas e também de grandes revolucionários como Ernesto Guevara de La Sierna, vulgo Che Guevara, Mao Tse-Tung (líder da Revolução Cultural na China) e Fidel Castro (presidente de Cuba), entre outros, para citar os mais importantes, o MST ergueu os alicerces e os fundamentos de sua ideologia transformadora não só da situação de distribuição das terras no Brasil, mas também da produção de um mundo sem antagonismos de classes, ou seja, um mundo socialista onde a luta revolucionária constitui-se na ferramenta apropriada, segundo o movimento, para combater as desigualdades sociais e o *status quo* vigentes na sociedade capitalista.

2.3 AS BASES TEÓRICO-IDEOLÓGICAS NORTEADORAS DAS AÇÕES COLETIVAS DO MST

Como dito acima, o MST é um movimento com uma ação centrada em bases teóricas e ideológicas alicerçadas no marxismo-leninismo. Sua forma de agir procura não se basear em espontaneísmos gratuitos tanto no pensamento quanto na ação e que possam estar fora do controle do movimento e da ideologia adotada. Cada ato, cada fala, cada gesto é sempre orientado como um meio para atingir o fim maior que é a revolução e o socialismo.

O que nos propomos a mostrar e a desenvolver nesta parte da tese são os princípios teórico-ideológicos seguidos pelo MST e como esses princípios erigiram uma ideologia

radicalmente revolucionária dentro do movimento. É de todos conhecido que as obras de Karl Marx e Vladimir Lênin são as fontes teóricas inspiradoras do MST. No entanto, achamos necessário expor os problemas levantados por estes pensadores no que diz respeito ao papel do camponês na sociedade capitalista. O que nos interessa é compreender a visão de ambos os autores sobre o campesinato e seu papel revolucionário. Neste mesmo caminho e na esteira de Marx, entendemos que visualizar a compreensão de outros marxistas como Friedrich Engels e Karl Kautsky, que discutiram o papel do campesinato no capitalismo, é de suma importância para quem quer entender os escritos e as tendências organizativas do MST.

Por outro lado, temporalmente mais contemporâneo e também de suma importância é a forte influência do ideal revolucionário do pensamento de Che Guevara ao movimento. Por isso, faz-se necessário para entender um pouco da prática do MST conhecermos como o pensamento de Che Guevara está presente de forma importante nos documentos do movimento refletindo-se nos comportamentos diários de sua militância.

2.3.1 Marx, Engels, Kautsky e os camponeses

Considerando que estamos analisando um movimento social, no caso camponês, a visão de Marx sobre o assunto e o papel que deveria desempenhar este estrato da sociedade na transformação social é de suma importância para que possamos compreender o tipo de visão que possui o MST na sua trajetória histórica em defesa da revolução e do socialismo. A visão de Marx, Engels e de Kautsky sobre o assunto, bem como posteriormente a de Lênin, são as mais importantes em termos da formação ideológica do MST.

De acordo com o MST (1999), o marxismo nada mais é que a ciência da história em desenvolvimento. Para o movimento, falar do marxismo “significa dizer que o marxismo é uma ciência inesgotável, que se alimenta da própria realidade”.

É preciso entender porém que as condições objetivas da realidade não são somente o desenvolvimento das forças materiais, mesmo os elementos subjetivos (organização, consciência) se tornam objetivos, pois este precisam se tornar concretos para que a transformação aconteça. Sendo assim, o marxismo não é sinônimo de afastamento da realidade representada pela cultura, religião arte, língua, costumes, etc. Tudo isto faz parte da vida objetiva da sociedade e constitui a consciência social do povo (MST, 1999:46).

Segundo Marx na obra “História Crítica da Teoria da Plusvalia” citado por CASTRO & DIAS (1981:184), “os proprietários da simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda do solo, isto é, os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção”. Nota-se que existiria na concepção de Marx duas classes capitalistas, uma que vive da exploração da força de trabalho urbana, a classe industrial, e outra que vive da exploração do trabalho e da renda da terra no meio rural, a latifundiária. A terceira classe são os assalariados que vendem sua força de trabalho em troca de um salário para se reproduzirem socialmente. E os camponeses não aparecem como classe, pois deveriam ser aliados naturais de classe do operariado urbano.

Sendo assim e acreditando na existência destas três classes sociais, a grande discussão feita por Marx a respeito do campesinato encontra-se na obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” de 1852. Nesta obra, Marx nos mostra o papel político desempenhado pelo campesinato naquele momento e a caracterização de sua situação econômica sobre os fatos que marcaram a luta de classe na França até o golpe de Estado de Luís Bonaparte:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo...Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais...Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe (MARX, 1985:277).

Para Marx, então, os camponeses não são uma classe, mas são aliados naturais do proletariado urbano. Os camponeses, segundo ele, viviam arruinados por dívidas e hipotecas e nesta situação foram transformados em “trogloditas”, pois “a ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-a no caldeirão alquimista do capital” (MARX, 1985:280).

Desta forma, continua Marx, “a pequena propriedade não mais está abrangida no que se chama pátria, e sim no registro das hipotecas. Isto fez com que o próprio exército francês fosse composto pelo que Marx chamava de “flor do pântano do lumpen-proletariado”²⁵ camponês” (MARX, 1985:282).

Esta abordagem de Marx sobre o camponês no 18 Brumário é, segundo Abramovay (1998), carregada de um profundo ceticismo. “Naquilo que os economistas clássicos viam a expressão mesma da evolução da humanidade, o desenvolvimento do comércio, Marx enxerga o drama da socialidade e conseqüentemente da personalidade fragmentada, alienada, tanto mais distante de si mesma e dos outros homens quanto mais próxima deles através deste vínculo desmorteador que é o mercado” (ABRAMOVAY, 1998:33). Ou seja, neste desenrolar da tragédia, continua Abramovay, e sob este prisma, nada mais lógico que os camponeses quando mencionados apareçam como espécies fatalmente condenadas à diferenciação e conseqüentemente à eliminação social.

“(...) o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado” (MARX citado por ABRAMOVAY, 1998:35).

Para Abramovay (1998) e Malagodi (1993), do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, mas campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. “A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n’O Capital é logicamente impossível. A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx”²⁶ (ABRAMOVAY, 1998:35-36).

Se o campesinato era um grupo de bárbaros para Marx até uma etapa de suas análises sobre o capitalismo, nas cartas endereçadas à revolucionária russa Vera Zasúlich, este via uma perspectiva diferente e hegemônica do campesinato na Rússia como importante ator na

²⁵ - O exército segundo Marx era composto em grande parte de *remplaçants*, ou seja, aquele que, antigamente, na França e na Bélgica, substituía os jovens recrutados pelo exército.

²⁶ -Para Abramovay (1998:35), “é impossível encontrar na estrutura d’O Capital um conceito de camponês... o campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo das categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo”.

desintegração do Tzarismo e com um papel fundamental na revolução. MARX citado por ABRAMOVAY (1998:39) dizia que “desta vez a revolução vai começar no Leste, que foi até agora a fortaleza inquebrantável e o exército de reserva da contra-revolução”. A comunidade camponesa ou MIR (comunidade territorial com governo próprio e a principal proprietária legal das terras possuídas ou utilizadas por suas unidades domésticas), era vista por Marx como a única que se havia conservado em escala nacional até aqueles dias. Na verdade, Marx via no MIR a passagem de um modo de produção individualista para um coletivo: “por un lado la propiedad comum da la tierra le permite transformar directa y gradualmente la agricultura parcelaria e individualista em agricultura colectiva...” (MARX & ENGELS, 1980:37).

Desta forma, Marx chega a seguinte conclusão em uma carta à Vera Zasúlitich de 8 de março de 1881:

Los estudios especiales que he hecho de ella, y cuyos materiales he buscado em las fuentes originales me han (llevado a este resultado) convencido de que esta comuna es el punto (de partida) de apoyo natural de la regeneración social em Rusia (para la regeneración de la sociedad rusa). Pero (claro está, hay que empezar por ponerla em condiciones...) a fin de que pueda funcionar como tal, sería preciso eliminar primero las influencias deletéreas que por todas partes la acosan, y a continuación asegurarle las condiciones de um desarrollo espontáneo (MARX & ENGELS, 1980:59).

A conclusão a que Marx vai chegar é que a organização da Comuna Camponesa na Rússia era o sinal de uma revolução operária no ocidente e que ambas se completavam e que a propriedade comum podia ser o ponto de partida de uma evolução comunista.

O importante ao assinalar esta visão de Marx sobre os camponeses é que essa não vem de encontro somente a uma visão negativa que o autor tinha destes enquanto classe. Para Marx a expressão da propriedade privada se encontra aliada à propriedade fundiária que, em contraponto à propriedade camponesa, esta última apresenta-se como decadente e perdendo espaço tanto em relação a grande propriedade como ao capital (Malagodi, 1993).

De acordo com Shanin citado por Archetti (1981), os camponeses, na obra de Marx, pertencem aos tempos antigos e medievais nos *Gundrisse*, ao passado mais imediato da Inglaterra em “O Capital”, mas são centrais à análise da história política atual da França e ao futuro político da revolução proletária em países de maioria camponesa.

Nesse sentido, a verdadeira preocupação de Marx, de acordo com Lowy (1997), era em relação ao esgotamento da natureza pelo capital e a conseqüente destruição do “ser” dos camponeses:

Cada progresso da agricultura capitalista é um progresso não somente da arte de explorar o trabalhador, mas ainda na arte de espoliar o solo; cada progresso na arte de aumentar sua fertilidade por um tempo, um progresso na ruína de suas fontes duráveis de fertilidade. Mais um país, os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, se desenvolve com base na grande indústria, mais este processo de destruição se realiza rapidamente. A produção capitalista apenas desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social esgotando ao mesmo tempo as duas fontes de onde brota toda riqueza: a terra e o trabalhador (MARX citado por LOWY, 1997:27).

Em suma, o pensamento de Marx foi revolucionário e continua a influenciar inúmeros movimentos que lutam pela igualdade e pela liberdade na sociedade capitalista. E a crítica de Marx e do marxismo ao capitalismo pretende, segundo Giannotti (2000), superar as ciências positivas, que se imaginam isentas de juízos de valores e que, pelo contrário, seu pensamento rejeita a mera justaposição da moral à ciência, procurando descobrir no âmago da racionalidade capitalista aquele empuxo capaz de transformá-la por dentro e por inteiro e, desse modo, pavimentar um caminho para emancipar o gênero humano desse vale de lágrimas.

Esse vetor revolucionário, fundindo teoria e prática, enuncia-se lapidariamente na décima primeira tese sobre Feuerbach: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo”. Cumpre não esquecer que o marxismo como movimento teórico-prático se inicia com um manifesto, responsabiliza a luta de classes pelo devir da história e interpreta esse conflito, a partir do século XVIII, como a contradição entre capital e trabalho que deveria de se resolver conforme os pólos, acirrados pelo combate contínuo, se tornassem tão simples e puros que o lado negativo, o proletariado, nada tendo a perder a não ser suas próprias cadeias, terminasse sabendo exercer o positivo inscrito em sua negatividade. A contradição se resolveria inaugurando, de certo modo necessário, novo estágio da humanidade, graças a “uma luta que cada vez termina com a transformação de toda a sociedade ou a derrubada de todas as classes em luta (MKP,4,462). Em suma, o comunismo anunciaria a verdade da luta de classes, processo de superar os conflitos passados a fim de desenhar aquela totalidade que configura uma história universal a englobar na sua presença a arquitetura do passado (GIANNOTTI, 2000:09-10).

Sendo assim, caminhando na mesma esteira de Marx, outro marxista e co-autor de Marx, Friedrich Engels, vai tecer consideráveis elaborações a respeito do camponês. Na obra, “O problema Camponês na França e na Alemanha” publicada em 1894/1895, Engels vai traçar um diagnóstico marxista a respeito do problema camponês na França e na Alemanha. Começa dizendo que o camponês só se tem manifestado como fator de poder político através de sua apatia, cuja origem está em seu isolamento da vida real. E essa apatia é o apoio com que contam a burguesia corrupta de Paris, Roma e os déspotas da Rússia.

Para Engels, o desenvolvimento do modo capitalista de produção matou o nervo vital da pequena exploração na agricultura, que decaiu e marcha, irremediavelmente, para a ruína. Neste sentido, Engels colocava a importância do partido socialista na luta pelo poder político em ir ao campo e transformar-se ali numa potência. O papel do partido seria mostrar “o lobo que se esconde sob a pele de cordeiro do grande latifundiário disfarçado de amigo dos camponeses” (ENGELS, 1985: 226).

Sendo assim, o camponês era visto por Engels em condições cada vez mais difíceis:

Os impostos, as colheitas ruins, as partilhas de heranças, os litígios atiram os camponeses, um após outro, nos braços do usurário; com isso, as dívidas alastram-se cada vez mais e cada camponês individual se vê progressivamente submerso por elas. Em resumo, nosso pequeno camponês, como todo resto de um modo de produção já caduco, está irremediavelmente condenado a desaparecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário (ENGELS, 1985:228).

Para Engels, nessa situação, o camponês deveria interessar-se pela propaganda socialista, mas não é o que acontece. O que o impede de aliar-se aos defensores dos trabalhadores é o instinto de propriedade que trazem no sangue. De acordo com Engels, quanto mais difícil se torna a luta por seu pedaço de terra ameaçado, tanto mais violento é o desespero que se aferra a ele.

Nota-se que a posição de Engels é levada ao pé da letra pelo MST (mais do que as posições de Marx) em suas cartilhas, principalmente na maneira como o movimento defende a orientação de a propriedade parcelar para a propriedade coletiva, pois, de acordo com Engels, a missão dos socialistas é de orientar “face aos pequenos camponeses, a sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo...” (ENGELS, 1985:237).

A idéia de Engels era de que por conta da coletividade os camponeses repartiriam os frutos do trabalho proporcionalmente às terras trazidas ao fundo comum, ao dinheiro fornecido antecipadamente e ao trabalho com que tiverem contribuído. Da aplicação desta

idéia, resultaria, segundo o autor, o emprego comum das parcelas e o cultivo em grande escala da área total, tendo sobras de uma parte das forças de trabalho que antes se utilizavam ali. Esta economia de trabalho, conclui, constitui precisamente uma das principais vantagens da grande lavoura. Enfaticamente diz Engels:

Em tudo isso, o fundamental, hoje e em qualquer época, é que os camponeses compreendam que só poderemos salvá-los e conservar em suas mãos a posse de sua casa e de suas terras, através de sua transformação em propriedade e exploração coletivas. É precisamente a exploração em bases individuais, condicionada pela propriedade individual, que leva a ruína os camponeses. Se se aferrarem a essa exploração individual, serão inevitavelmente desalojados de suas casas e de suas terras – e seu modo antiquado de produção será substituído pela grande exploração capitalista. Assim se apresenta o problema: aparecemos nós e oferecemos aos camponeses a possibilidade de implantarem, por sua própria iniciativa, a grande exploração – não para servir aos capitalistas, e sim para servir a seus próprios interesses, isto é, coletivamente (ENGELS, 1985:238).

Para Engels, jamais os socialistas poderiam prometer aos camponeses a manutenção da propriedade individual e da exploração individual da terra, face à arremetida avassaladora da produção capitalista. Então, o dever do partido socialista era de mostrar aos camponeses, constante e incansavelmente, que, enquanto o capitalismo dominar, sua situação continuará a ser absolutamente desesperadora:

Convencê-los da absoluta impossibilidade de conservar sua propriedade parcelar, como tal: infundir-lhes a certeza absoluta de que a produção capitalista passará por cima de sua antiquada e impotente pequena exploração, da mesma forma que um trem passa por cima de um pequeno carro de mão. Se assim agirmos, estaremos trabalhando no sentido da evolução econômica inevitável – e esta se encarregará de fazer com que os pequenos camponeses prestem ouvidos a nossas palavras (ENGELS, 1985:239).

Os camponeses acomodados e que sucumbem às pressões e vontades capitalistas (grandes e médios camponeses) serão fatalmente subjugados ante a concorrência das grandes fazendas capitalistas e da produção, a baixo preço. Contra essa decadência, “só podemos indicar um caminho: a reunião dessas economias em fazendas cooperativas, nas quais a exploração do trabalho assalariado será eliminada, progressivamente, a fim de poder convertê-las, pouco a pouco, em ramos iguais em direitos e deveres à grande cooperativa nacional de produção” (ENGELS, 1985:240-241).

De acordo com Engels era importante que esses camponeses compreendessem que era inevitável o desaparecimento de seu modo de produção e se dessem conta das conseqüências que daí decorreriam e que, portanto, viessem para o lado dos socialistas, que estes tratariam de facilitar suas vidas através da passagem a um novo modo de produção²⁷.

Marx e Engels falavam em produção coletiva com propriedade coletiva enquanto a realidade dos assentamentos é propriedade individual e familiar e a proposta do MST é a produção coletiva. Como entender isso?

Para Marx e Engels a realização do homem só é possível através da atividade produtiva e no tipo de atividade produtiva reside todo caráter da espécie. Ou seja, a realização do homem só é possível na medida em que este vê no trabalho a expressão da vida. Por isso, o trabalho para Marx e Engels deve ser visto como uma atividade e não como uma mercadoria. Empregaram a expressão “emancipação do trabalho” para mostrar que o trabalho em primeiro lugar é um processo de que participam igualmente homem e natureza e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Desta forma, atuando assim sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo modifica-se a si mesmo, ou seja, sua natureza.

A crítica de Marx e Engels ao capitalismo não é apenas na injustiça da distribuição da riqueza, mas também na perversão do trabalho, que se converte em trabalho forçado, alienado, sem sentido para o homem. Por isso lutaram até o fim de suas vidas pela abolição completa da sujeição do homem a uma única ocupação.

Para o MST, a evolução do trabalho individual nos assentamentos para o trabalho e produção coletivos é a forma de mudar as relações sociais fazendo com que, num sistema de cooperação, os assentados percebam-se como uma força somando-se à de outras para contribuir na construção de uma nova sociedade. A superação desta condição individualista no trabalho só se dá, segundo o movimento, pela compreensão dos vícios históricos da produção capitalista. “Para atacar estes vícios, é necessário utilizar formas participativas que possibilitem ir resolvendo aos poucos sem perder os companheiros” (MST, 2005:148).

Resta ao movimento compreender que antes de sua utopia socialista existe a realidade histórica. Isto significa dizer que a tradição histórica do campesinato brasileiro e/ou dos agricultores familiares é a da produção individual familiar como nos alerta Wanderley (1996). O grande desafio do MST diz respeito a este descompasso entre o que pretende sua direção e o que pretendem os assentados. Ou seja, como já alertamos em outro estudo (Lazzaretti,

²⁷ - Esta posição socialista de coletivização dos meios de produção e do trabalho está profundamente arraigada nas idéias do MST. Está é, segundo nossa leitura, a principal marca do marxismo neste movimento.

2003), o MST precisaria repensar a sua ideologia, tendo por base a cultura das famílias que não possuem os mesmos valores que os da direção.

Outro marxista que privilegiou a discussão dos problemas agrários de sua época e que de certa forma, concentrou-se segundo Abramovay (1998), mais nas relações entre agricultura e indústria, ou seja, na idéia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria, foi Karl Kautsky.

Em sua obra, “A Questão Agrária”²⁸, de 1899, Kautsky discorreu várias páginas para demonstrar da mesma maneira que Engels, a necessidade da cooperação camponesa. O autor dizia que o camponês tem no seu sangue um “fanatismo da propriedade” e que isso definia um fato bem conhecido: “o camponês ainda está mais preso à sua parcela do que o artesão à sua tenda. Quanto mais a população aumenta e se disputa o solo, tanto mais obstinadamente ele se apega ao seu pedaço de terra” (KAUSTSKY, 1980:148).

Segundo Kautsky, o que impede o camponês de cooperar-se é a desconfiança em função de sua própria situação, ou seja, as condições de seu trabalho e de sua vida o isolam ainda mais do que o artesão, desenvolvendo menos neste as virtudes sociais. Por isso, diz que seria vã a tentativa de fundar-se uma sociedade de produção agrícola em que os participantes não apenas trocassem as respectivas parcelas, mas a cedessem à comunidade, coisa, aliás, que não poderia ser imposta aos recalcitrantes.

Unicamente aqueles que só tem a perder os seus grilhões, unicamente os elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, podem estabelecer a produção cooperativa. Neles a luta organizada contra a exploração capitalista desenvolveu virtudes sociais, a confiança na coletividade dos camaradas, o devotamento à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei (KAUSTSKY, 1980:148).

No entanto, apesar das dificuldades impostas pela cultura camponesa que tem arraigada em sua mente a propriedade privada, resta um trabalho lento e difícil para poder passar da exploração artesanal ou camponesa à grande exploração cooperativa. Para Kautsky, será, por intermédio dos que não possuem, feita a passagem à produção cooperativa. Isto significa:

²⁸ - De acordo com Abramovay (1998), esta obra de Kautsky, um clássico, já foi vista como o livro IV d'O Capital. Por isso apresentamos o autor d' "A Questão Agrária", que também de certa forma, marcou o pensamento do MST.

Que só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses – não apenas idealmente, como hoje, mas de fato – à grande produção cooperativa... depois que as cooperativas socialistas (porque então não se poderá falar de cooperativas proletárias) tenham demonstrado sua vitalidade, que hajam desaparecido os riscos ainda hoje inerentes a qualquer empresa econômica, o camponês poderá perder o medo de proletarizar-se pelo abandono de seus bens, reconhecendo que a propriedade individual dos meios de produção só representa um obstáculo a nos barrar o caminho a uma forma superior de exploração, obstáculo de que se desembaraçará com prazer (KAUTSKY, 1980:149).

Em suma, Kautsky não acreditava que o camponês pudesse na sociedade capitalista passar à produção cooperativa. Mas isto, segundo ele, não significava simplesmente que a cooperação não poderia ser um meio para o camponês, no regime capitalista, de aproveitar as vantagens da grande exploração, a fim de consolidar e fortificar a sua propriedade, esta coluna diz ele, vacilante da sociedade contemporânea. Desta forma, continua Kautsky, compreendendo que só poderá se salvar por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses. Então, completa Kautsky, ela será socialista (Kautsky, 1980).

De acordo com Fabrini (2002), se os autores marxistas e o próprio Marx, por um lado, não vêem possibilidades de existência para o camponês com a intensificação das relações capitalistas, por outro, apontam o princípio do desenvolvimento desigual e da luta de classes para considerar a possibilidade de sua existência.

Neste sentido, veremos em Lênin um autor comprometido com a luta proletária no interior das relações capitalistas de produção e com o papel do campesinato. A inserção de Lênin nesta discussão faz-se importante porque, além de marcar teoricamente o pensamento vanguardista do MST, ele esforçou-se em querer demonstrar que o campesinato encontrava-se em um conjunto de forças heterogêneas dentro do quadro do mundo rural de sua época.

2.3.2 As idéias de Lênin e sua visão sobre o campesinato

Leninismo é o nome dado à doutrina defendida pelo russo Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lênin, que procurou adaptar a teoria marxista do século XIX à nova realidade do século XX.

Karl Marx defendia a revolução armada do operariado contra a burguesia, a tomada do poder e a construção de uma sociedade socialista. Marx dizia que isto só seria possível em um país onde o capitalismo já estivesse em um estágio avançado e onde o operariado, trabalhadores da indústria, tivesse uma mentalidade revolucionária. Lênin adapta estas teorias para a realidade da Rússia, um país agrícola, com vestígios de um sistema feudal e, segundo a perspectiva de Marx, sem as condições objetivas de ter uma consciência revolucionária. Lênin afirmava que a revolução pode ser possível em países atrasados e agrícolas, através da união dos trabalhadores da cidade e do campo e através da teoria da vanguarda do partido comunista. De acordo com essa teoria, o partido seria o responsável por tomar frente do processo revolucionário e guiar o povo para a revolução.

Lênin era um pensador e um teórico que se preocupava sobretudo com as conexões entre teoria e prática, sendo que o centro de suas reflexões se dava em torno do partido como mediador entre a teoria revolucionária e a prática política das massas. Em síntese, destacava o papel do partido enquanto vanguarda revolucionária e a importância do centralismo democrático para o sucesso da revolução.

Neste sentido, Lênin chama a atenção para a importância da organização e da unidade ideológica e revolucionária do movimento de massas:

O proletariado tem como única arma, na sua luta pelo poder, a organização. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado sob um trabalho servil para o capital, rejeitado constantemente nos "bas-fonds" da miséria negra, de uma incultura selvagem e da degenerescência, o proletariado pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente, uma força invencível por esta simples razão de que sua unidade ideológica, baseada sobre os princípios do marxismo, é cimentada pela unidade material da organização que agrupa os milhões de trabalhadores num exército da classe operária (LÊNIN, 1975:248).

Preocupado com os resultados revolucionários dos movimentos sociais que transcorriam na Rússia de seu tempo, Lênin dizia que a consciência socialista não surge espontaneamente do seio do movimento operário sindical. Ela depende de um conhecimento da totalidade social, conhecimento este que não aparece espontaneamente na massa. O conhecimento revolucionário gerado de fora é trazido para a massa proletária pela vanguarda

do partido, responsável pelo desencadear da consciência política socialista do proletário (Scherer-Warren, 1984).

Na obra “Que Fazer?”, escrita por Lênin, encontra-se a expressão deste conhecimento:

A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados: 1) a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social democrata; 2) a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; 3) se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos de população...pois para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporâneas, conhecimento na apenas teórico, como fundamentado na experiência da vida política....Para tornar-se um social-democrata, o operário deve ter uma idéia clara da natureza econômica, da fisionomia política e social do grande proprietário de terras, do dignatário e do camponês, dos estudantes e do vagabundo, conhecer seus pontos fortes e fracos, saber enxergar nas fórmulas correntes e sofismas de toda espécie com que cada classe e cada camada social encobre seus apetites egoístas e sua natureza verdadeira; saber distinguir esses ou aqueles interesses que refletem as instituições e as leis, e como as refletem (LÊNIN, 1986:55-56).

Para Scherer-Warren (1984) segundo Lênin, o conhecimento do agir político do conjunto das forças sociais implica, portanto, no conhecimento da totalidade das relações interclasses, bem como da posição relativa do proletariado (o seu particular) nesta totalidade. “Lênin crê que o proletariado, nas relações restritas de seu cotidiano com o patrão, será incapaz de apreender a totalidade das relações de classe numa conjuntura determinada, razão pela qual o movimento pré-socialismo requer uma vanguarda de revolucionários profissionais” (SCHERER-WARREN, 1984:45).

De acordo com Buber (1971), o êxito da revolução depende, segundo Lênin, de uma ação fortemente centralizada e isso encerra um conteúdo o qual não se pode menosprezar:

O que falta é que se trace, continuamente, o limite entre as necessidades dessa ação e as tarefas possíveis de formação descentralizadora da sociedade (que não redundem em prejuízo da ação), entre aquilo que exige a realização da idéia e aquilo que a própria idéia exige, entre as pretensões da vida política da revolução e os direitos de uma vida socialista incipiente (BUBER, 1971:126).

Esta concepção centralizadora de Lênin, segundo o autor acima, manifesta-se como uma tendência encontrada em Marx e Engels: “concepção de um centro absoluto da doutrina e da ação, do qual partem as únicas teses válidas e as únicas ordens decisivas” (Idem: 126-128).

Esta idéia centralizadora Lênin chamava de Centralismo Democrático, fonte de inspiração para o MST. Mas o que era o centralismo democrático leninista? O conceito foi desenvolvido por Lênin na transição dos séculos XIX-XX e exposto em duas obras fundamentais: *Que Fazer?* (1901-02) e *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás* (1904).

Numa polêmica contra o espontaneísmo e o economicismo, que limitavam o proletariado à luta por melhorias no quadro do capitalismo, Lênin defende um partido de tipo novo para disputar a liderança política da sociedade com as restantes classes e assumindo como objetivo o socialismo. Neste ponto radica a divisão da social-democracia russa em duas correntes: revolucionária (Bolcheviques) e reformistas (Mencheviques).

Lênin não inventou o centralismo democrático a partir de idéias abstratas ou voluntaristas. Tal como Marx inspirou-se na organização mais avançada do capitalismo: a grande fábrica, com a sua estrutura vertical e uma disciplina da produção facilmente assimilável pelo proletariado, que com ela se confrontava diariamente.

Para Lênin o que de modo espontâneo domina a classe operária, e por maioria de razões as massas camponesas, é a ilusão ideológica e a inorganização prática. O proletariado só pode, portanto, conquistar o poder e constituir-se em classe dominante arrastando a totalidade das forças populares e se uma parte dos trabalhadores mais lúcidos e combativos assumir, com intelectuais inteiramente envolvidos com a causa, a tarefa de edificar um partido revolucionário apto a desempenhar um papel de vanguarda, introduzindo no movimento a necessária clareza de visão e firmeza de organização. Um tal partido não pode constituir-se de baixo para cima, por uma simples federação de círculos preexistentes, com as suas ilusões burguesas e o seu anarquismo de seita. Só o pode ser de cima para baixo, a partir de um sólido núcleo organizador (Séve, 2001).

O problema surge quando a idéia acima denota uma maioria fazendo força enquanto uma minoria fica apenas olhando. Falam muito e nada fazem. É o que a tradição socialista costuma chamar de “centralismo burocrático”. Ou seja, alguns conseguem se instalar em posições de comando, em posições administrativas, em confortáveis gabinetes e escritórios, dão ordens, escrevem tratados, fazem teorias, enviam tudo lá de cima para que a maioria, cá embaixo, execute. Na maioria dos casos em que o centralismo foi utilizado como forma de organização, ele se transformou em sua versão burocrática (União Soviética e Alemanha Oriental são alguns exemplos).

Voltando a Lênin e sua idéia de centralismo, a história mostrou que a concepção de centralismo democrático permaneceu, tanto que é inteiramente usada pelo MST. No entanto, não permaneceu como algo feito de cima para baixo. De acordo com Domingues (2005), no livro “O Estado e a Revolução” de 1917, Lênin diz que a democracia dos trabalhadores tem que funcionar na base da mais ampla e intensa discussão antes de qualquer decisão. Para Domingues, as posições de Lênin mudaram. Mas na verdade, o centralismo democrático nunca foi uma fórmula rígida. Sempre foi uma maneira de combinar ampla discussão com ação unitária. Sempre levando em conta as condições concretas da realidade. Quando isso se transformou em uma fórmula, tornou-se “centralismo burocrático”.

Para exemplificar o que significa o centralismo democrático, Domingues (2005), nos cita o exemplo de outro autor marxista sobre o assunto:

Adelmo Genro Filho costumava explicar a necessidade de adotar o centralismo democrático com uma imagem didática. Trata-se de imaginar um grupo de pessoas que encontra uma grande pedra impedindo que sigam seu caminho. Se cada pessoa empurrar a pedra para um lado diferente, não vão conseguir movê-la. Será preciso que entrem num acordo, primeiro. Discutam e decidam com que força, ferramentas e em que direção o obstáculo deve ser afastado. Só depois disso devem, todas, iniciar a ação. Se ela provar errada, voltam a discutir e fazem nova tentativa (DOMINGUES, 2005:01).

Dentro deste contexto, Lênin vai tratar dos camponeses no interior do desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia:

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, na há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto, de desigual relacionamento entre as forças de produção e as relações sociais que se pode compreender a existência camponesa (FABRINI, 2002:79).

Esta desigual relação entre as forças produtivas da sociedade fez com que Lênin se referisse ao campesinato como uma “massa reacionária, apoiada em formas arcaicas e patriarcais de vida, na verdade a principal fortaleza do absolutismo” (ABRAMOVAY, 1998:39). Esta massa “disforme” precisava então de uma direção que a fizesse alcançar uma organização política, pois o atraso russo era segundo os leninistas não somente econômico,

mas sobretudo político. O MST compartilha com esta visão de Lênin de que o campesinato no Brasil precisa de uma direção e uma organização, pois não é organizado politicamente e, portanto, é atrasado. Neste sentido, o movimento lançou a Cartilha nº 4 chamada “Trabalho de Base” onde este trabalho se define “como um jeito de fazer política onde o militante coloca sua alma. É uma paixão carregada de indignação contra qualquer injustiça e cheia de ternura por todos que se dispõem a construir um mundo sem a marca da dominação” (MST, 1999a:22).

O objetivo político de Lênin enquanto dirigente da ala majoritária (Bolcheviques) do P.O.S.D.R (Partido Operário Social Democrata Russo) era de realizar um trabalho em torno dos camponeses pobres que, mesmo possuindo terra, vendiam também sua força de trabalho fazendo parte portanto, objetivamente, do proletariado. De acordo com ABRAMOVAY (1998:42), o que Lênin queria mostrar era “que o peso imenso das pequenas propriedades mostrava, era a massa de indivíduos paupérrimos que, embora possuindo um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para viver”. Este ponto de vista de Lênin acabou criando um verdadeiro paradigma marxista no estudo da questão agrária segundo o autor acima referido: “o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista²⁹” (Idem:42).

A idéia da diferenciação social de Lênin estava centrada na polarização rápida do meio rural russo representada pelos camponeses pobres e sem terra obrigados a vender sua força de trabalho em determinadas épocas do ano e pelos capitalistas rurais. Este debate iria influenciar diversos teóricos marxistas como se esta idéia fosse uma verdadeira lei da natureza (Shanin, 1980).

Agora, em que medida isto se tornou realidade para o cenário atual, contemporâneo? Será que a idéia da eliminação do camponês via transformação capitalista da agricultura tornou-se realidade? Sem dúvida, diz Shanin (1980), que a “diferenciação” exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou, muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa. As argumentações teóricas e fatuais em seu favor são válidas. Mas sua interpretação como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário não o é.

Concordamos com o mesmo autor quando diz que, à luz do que realmente encontramos hoje, tudo isso parece um grande exagero. Neste sentido pergunta Shanin: o que

²⁹ - O principal escrito de Lênin que reverencia este esforço de explicação sobre a “diferenciação social dos produtores” está presente na obra clássica “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” publicada em 1899.

significa tudo isso, em termos da suposição da transformação capitalista da agricultura camponesa? E responde:

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês, em maneiras já parcialmente exploradas por Kautsky (SHANIN, 1980:58).

Nesta explicação, Shanin cita o exemplo do Brasil, onde, como país capitalista, tem ocorrido um aumento absoluto do número dos camponeses, isto é, uma real recampesinização. Por isso, segundo ele, e obviamente “eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno da questão de seu não desaparecimento” (SHANIN, 1980:58).

Sendo assim, ao quebrar o Estado Burguês (objetivo nº 1 de Lênin), com a revolução de outubro de 1917 na Rússia, e após a tomada do poder pelos operários, Lênin dirigiu a abertura do II Congresso dos Sovietes. Neste congresso, Lênin anunciou as primeiras medidas revolucionárias, conforme um programa elaborado anteriormente. Entre estas medidas estava o Decreto da Terra que abolia a propriedade privada imediatamente e sem indenização, de acordo com REED (1967:145), este decreto prescrevia que:

Todos os domínios dos latifúndios e todas as terras pertencentes ao czar, aos mosteiros, às igrejas, com o gado e os cultivos agrícolas, prédios e outras dependências são postos à disposição dos Comitês da Terra locais e dos soviets distritais de deputados camponeses do distrito, até a reunião da assembléia constituinte. Qualquer dano causado à propriedade confiscada, que doravante pertence a todo povo é considerado como um crime grave, punível pelos tribunais revolucionários. Os soviets distritais de deputados camponeses do distrito tomarão as medidas necessárias para a observância da ordem mais estrita, na ocasião da transferência das propriedades agrárias, da determinação das dimensões das parcelas de terreno e de quais ficam sujeitas a confiscação, para a elaboração do inventário de toda a propriedade confiscada e para proteção revolucionária mais severa das explorações agrícolas, dos prédios, das benfeitorias, do gado, das provisões, etc. que passam para as mãos do povo etc. Para servir de guia na aplicação das grandes reformas agrárias, até a resolução final da Assembléia Constituinte deverá cumprir-se as instruções camponesas, que vão anexo, elaboradas de acordo com os 242 regulamentos dos

camponeses locais. As terras dos camponeses e dos cossacos que prestam serviço no exército não serão confiscadas (REED: 1967:145).

Para Lênin, a economia familiar do camponês era sinônimo de atraso e por isso era necessário extirpá-la, pois dizia que, enquanto houvesse pequenos camponeses, haveria na Rússia sempre a possibilidade sólida de retorno ao capitalismo. O que a história mostrou foi que a coletivização forçada nos campos da Rússia significou a eliminação física de camponeses na justificativa de que era para o bem do povo.

A resistência camponesa foi constante: matavam seu gado, inutilizavam suas ferramentas, rebelavam-se contra a ocupação das terras e contra a coletivização forçada. Esta, sim, foi realizada numa atmosfera de intimidação, violência e execuções. As perdas humanas foram consideráveis e aproximadamente 13 milhões de pessoas foram deportadas. A propriedade privada sobre a terra foi definitivamente abolida. Qualquer resistência era entendida como atitude contra-revolucionária (MARQUES & OSTERMANN, 2000:43).

Segundo Gomes³⁰ (1999), Lênin, depois de divulgar o Decreto da Terra, procurou explicar que a questão da divisão da terra não seria feita como anteriormente, sem a participação do povo, mas, ao contrário, a divisão seria decidida no próprio local, onde o tamanho dos lotes variaria de acordo com cada localidade e com a necessidade das famílias de camponeses.

Desta forma, de acordo com Hill (1967), Lênin afirmava no Decreto da Terra que as classes não se satisfazem com trapos de papel, mas com bens materiais. Na verdade, Lênin lançava a defesa da liberdade de comércio para o pequeno produtor e da produção de bens de consumo das cidades para serem trocados por produtos agrícolas. Antes de tudo, pensava Lênin, “o camponês deveria sentir-se garantido contra vendas compulsórias e requisições arbitrárias, ficando assim animado para desenvolver sua fazenda. Depois de pagar imposto proporcional, em espécie, o camponês deveria ter liberdade para vender o resto da sua produção a quem quisesse e onde achasse melhor” (HILL, 1967:147-148).

Agora, por que a questão agrária era tão importante na Rússia dos tempos pré-revolucionários de 1917? Porque exatamente a Rússia contava com uma população rural em torno de 80% da população total do país. Por isso, para os revolucionários da época,

³⁰ - O livro deste autor foi publicado pela editora Expressão Popular, editora que publica todos os livros do MST. O título do livro é “Lênin e a Revolução Russa”, sendo que este livro é leitura “obrigatória” para todos os militantes do MST.

principalmente Lênin, “marxista ferrenho”, a **cooperação na agricultura** vai ser outro ponto fundamental para impulsionar a economia russa. “A passagem do trabalho individual para o trabalho coletivo significaria a liquidação da diferença entre os tipos da base econômica de desenvolvimento na cidade e no campo. Para fazer esta aproximação era necessário desenvolver tecnologias adequadas” (GOMES, 1999:198).

Continua GOMES (Idem:198), “em 1916 escreveu Lênin: todas as nações chegarão ao socialismo, isto é inevitável; mas nem todas chegarão exatamente do mesmo modo, cada uma delas trará a sua originalidade...”. Isto obedecia a um plano de desenvolvimento do socialismo que destacava o poder do proletariado com base em três tarefas fundamentais: “primeira, criação de uma poderosa indústria socialista; segunda, passagem gradual das economias camponesas para uma grande economia socializada baseada na técnica mecanizada moderna; terceira, a realização da revolução cultural no país” (Idem, 1999:199).

A cooperação, além de ser gradual, era de fundamental importância política para a sustentação da ditadura do proletariado. Mas não se poderia esquecer que esta deveria proporcionar vantagens econômicas e sociais para os camponeses para que eles se sentissem atraídos pelo sistema de cooperação. O Estado, por sua vez, deveria entrar com o suporte econômico. De acordo com GOLIKOV citado por GOMES (1999:199), “é necessário organizar, conceder à cooperação meios do Estado que ultrapassem, ainda que pouco, os meios concedidos às empresas privadas, mesmo até ao nível dos concedidos à indústria pesada, etc”.

A tarefa para Lênin dos revolucionários era de fazer romper o enorme apego que o camponês tem em relação à propriedade privada da terra. Para isto acontecer, o desenvolvimento da cooperação seria o modo de superar esta consciência de propriedade privada dos camponeses. A cooperação, portanto, atrairia os camponeses porque lhes daria uma sensível vantagem material, facilitando a venda e a compra de produtos e proporcionando créditos em condições mais vantajosas:

A cooperação é boa e aceitável para os camponeses trabalhadores por lhes ser acessível e compreensível, por ter como base a combinação dos seus interesses pessoais com os interesses do Estado Socialista e por trazer uma vantagem econômica direta. É necessário estimular os camponeses com fatos, para que se agrupem em cooperativas. Dizia Lênin: “apesar de toda importância que se dá à agitação e à propaganda, na se pode esperar que o pequeno proprietário (o camponês), adira ao socialismo só pela persuasão. Os camponeses devem convencer-se, na prática, de que a sua organização em cooperativas lhes é vantajosa economicamente e que os métodos coletivos de direção da economia têm

vantagens ponderáveis e indiscutíveis” (GOLIKOV, citado por GOMES, 1999:200).

Como estrategista que era, Lênin compreendia que não era possível convencer de imediato os camponeses a irem para a cooperação. Dever-se-ia começar pelas formas de cooperação mais simples, principalmente na esfera das cooperativas de circulação de mercadorias e de créditos e, posteriormente, avançar para as cooperativas de produção (no caso do MST a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA)) onde a terra e os meios de produção são totalmente de cunho coletivo.

Para chegar a tal ponto da coletivização total, Lênin notava que o atraso cultural dos camponeses era um limitador para o avanço da cooperação. Por isso, construir o socialismo, para ele, significava elevar a cultura e a civilização das massas populares. Para Lênin, a cooperação e a revolução cultural eram inseparáveis. O atraso cultural era, segundo Lênin, consequência do burocratismo do Estado anterior.

Entre nós, as raízes econômicas do burocratismo são diferentes: o fracionamento, a dispersão do pequeno produtor, sua miséria, sua falta de cultura, a falta de comunicações, o analfabetismo, a falta de intercâmbio entre a agricultura e a indústria, a falta de ligação e interação entre elas...este é o preço que a classe operária deve pagar para libertar os camponeses deste atraso cultural (LENINE, 1980:659).

Enfim, a grande preocupação de Lênin com os camponeses estava ligada com a dispersão entre esses, porque estes quando se desuniam se aliavam economicamente e politicamente à burguesia. Sendo assim, tornavam-se inimigos dos anseios da classe operária revolucionária.

De acordo com Sherer-Warren (1984), Lênin é criticado pelo viés autoritário com que tratou da organização que decorria de uma super valorização da vanguarda. A estes ataques Lênin responde que as democracias burguesas têm iludido o povo com slogans de liberdade e igualdade. Enfim, diz a autora, se por um lado Lênin defende a necessidade da organização e da vanguarda para dar direção ao movimento da transformação social, por outro lado concebe como o verdadeiro produto da revolução o homem que se transforma com sua participação no processo revolucionário, dando origem a um novo homem – o socialista, o comunista. Em suma, completa Sherer-Warren, a revolução política só será vitoriosa para Lênin se for acompanhada por uma revolução cultural.

2.3.3 A atualidade do legado humanista de Che Guevara para o MST

“A revolução cubana tomou Marx onde este deixa a ciência para empunhar o fuzil revolucionário” (Che Guevara)

Do nosso ponto de vista, o maior legado revolucionário emprestado ao MST como norteador maior, depois de Marx e Lênin para a revolução, encontra-se no exemplo de vida e na dedicação a causa do povo deixado por Ernesto Guevara La Sierna, o Che Guevara. “Se quisermos uma referência de um militante ou dirigente, sem dúvida, devemos olhar para Che. Ele é um exemplo de superação dos próprios limites. E o fez não por vaidade pessoal ou por inconseqüente heroísmo, mas por um profundo amor à humanidade” (MST, 2005b:05).

Em 1997, no 30º aniversário do assassinato de Ernesto Guevara de La Sierna, mais conhecido mundialmente como Che Guevara, o MST lançou uma cartilha especial em homenagem a este pensador, ativista e defensor do proletariado. Para o MST (1997:07), “Che representa a síntese de um período histórico revolucionário de nosso continente. Suas idéias, seus ideais, sua prática, formaram a simbologia dos sentimentos e da prática de todo um movimento revolucionário, de várias organizações populares”. Esta expressão do significado de Che Guevara para o MST pode ser vista como a encarnação de um revolucionário perfeito que viveu intensamente, de forma coerente e cotidianamente, tudo o que pensava.

Entre os legados mais importantes deste revolucionário argentino está o humanismo que coloca o homem como o objetivo principal. Para Stédile (2001) o humanismo de Che Guevara e sua contribuição ao movimento podem ser assim resumidos:

A luta, o partido, a guerrilha, sempre são interpretados por Che como meios. O fim é alcançar uma sociedade de homens livres e fraternos. É por isso que, mesmo depois de tomado o poder, no caso de Cuba, continuava uma luta incessante pela construção de uma sociedade diferente. O humanismo guevariano aprofunda-se nos ideais de Marx e recupera a visão mais generosa do objetivo principal de uma revolução social. Ao contrário da prática de alguns partidos de esquerda, que transformaram a conquista do poder, o controle do Estado e o fortalecimento de sua organização num fim em si (STÉDILE, 2001:13).

O Humanismo de Che Guevara é assimilado pelo movimento na forma do exemplo individual da transformação de uma pessoa num verdadeiro revolucionário e no profundo sentimento de amor aos seus semelhantes. A frase mais usada nas camisas dos militantes do MST revela isso: “Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamas”.

Mas não é só isso que o movimento busca na trajetória de vida de Che Guevara. Os jeitos, os estereótipos da barba, do cabelo, da boina, etc são também assimilados pelos militantes mais orgânicos do MST e servem para representar o tipo ideal físico do revolucionário do movimento.

Para Löwy (2002), Guevara foi frequentemente comparado, e com razão, aos grandes revolucionários românticos do século XIX. Contudo, diz o autor, seria um erro acreditar que Che é um homem do passado, vestígio de outra época, um anarquista na era dos computadores. Muito pelo contrário, “é o profeta vingador das revoluções futuras, revoluções dos “condenados da terra”, dos famintos, dos oprimidos, dos explorados e dos humilhados dos três continentes dominados pelo imperialismo” (LÖWY, 2002:149).

Che Guevara, como diria Löwy, é o profeta armado da guerra revolucionária contra a oligarquia e os imperialistas, cujas obras sobre a guerrilha são apaixonadamente estudadas e discutidas nos liceus, nas universidades, nas fábricas e nos campos e inspiram a ação dos militantes revolucionários. É o caso explícito do MST.

A sugestão da cartilha lançada pelo MST em comemoração à morte de Che Guevara ocorrida em 8 de outubro de 1967 na Bolívia sugere que se homenageie Che em todas as escolas do movimento e nas cooperativas, principalmente se utilizando a parte que trata do “legado de Che” para fazer a seguinte reflexão entre os militantes: “Como nós militantes do MST estamos seguindo o legado do Che. E em que precisamos melhorar?” (MST, 1997:05).

Como falamos anteriormente, o principal legado de Che Guevara ao MST é a sua expressão humanista, ou seja, a forma como encarava a problemática do homem na sociedade. Porém, outros legados também são importantes para o movimento, resumidamente, destacamos estes de acordo com o MST (1997:18-23):

- 1) **Rebelar-se contra qualquer injustiça social:** Che defendia que a prática de toda pessoa que pretendesse ser revolucionário deveria ser a suficiente indignação para rebelar-se diante de qualquer injustiça social sentida contra qualquer ser humano em qualquer parte do mundo ou em qualquer circunstância.
- 2) **O latino americanismo:** a idéia da identidade latino-americana dos povos que habitam esse continente, apesar das diferenças culturais e étnicas, esteve presente no pensamento de Che. Sua idéia contribuiu para a compreensão de que as causas dos problemas sociais do povo nos diferentes países são as mesmas.
- 3) **O espírito missionário:** o espírito missionário presente no ideário de Che e na sua prática está baseado no sentimento da solidariedade, não da aventura. Contribuir para outras pessoas viverem melhor, sem jamais dar ordens, impor ou tirar algum proveito pessoal.

- 4) **O espírito de sacrifício:** a pior tarefa ou a pior missão sempre era assumida por Che para mostrar que o espírito de sacrifício não era moralista, falso ou religioso.
- 5) **O exemplo do trabalho:** o legado de Che sobre o trabalho é de que “ninguém pode pedir para outro fazer alguma coisa, sem fazê-lo primeiro”.
- 6) **O despojo dos bens materiais:** Che tinha hábitos franciscanos e contrapunha-se ao apego a bens materiais pela necessidade de o homem ter acesso aos conhecimentos, aos bens culturais, à educação e a uma vida solidária e igualitária, como base na felicidade.
- 7) **A crença na força das massas:** Che acreditava que só seria possível a vitória revolucionária, se conseguisse organizar um verdadeiro exército popular, de todo o povo.
- 8) **A relação dirigentes x massas:** defendia e praticava a necessária vinculação dos dirigentes com as massas. Teve uma prática antiburocrática, antigabinete, antivanguardista e anti-dirigista. Estar no meio do povo era o melhor caminho para errar menos.
- 9) **A formação de quadros:** defendia a idéia de que uma política de formação de quadros era vital para o processo revolucionário. Defendia que o quadro deveria ser altamente disciplinado, preparado tecnicamente e com amor ao estudo e aos conhecimentos científicos.

Estes são os legados da vida e da obra que Che Guevara, segundo o MST, deixou para todos revolucionários que querem construir a cada dia a melhoria do seu trabalho, na prática militante, nos estudos e na convivência com os seus. Para STÉDILE (2001:20), “a figura de Che está ainda tão presente em nosso meio, fundamentalmente pelo legado que nos deixou”. De acordo com o líder maior do MST, acreditar no legado de Che não significa querer copiar estratégias ou táticas para a tomada do poder utilizadas em Cuba ou na Bolívia. Cada país, cada povo, cada situação terá sua própria estratégia e táticas, determinadas pelas condições objetivas, subjetivas e pela correlação de forças existentes. Então, para STÉDILE (2001:20), acreditar em Che “é, sobretudo, alimentar permanentemente a possibilidade de fazermos a revolução. Fazer a revolução a cada dia. Pela nossa prática, pelo ânimo permanente da confiança em nossos ideais, e na certeza de que é possível derrotar os opressores e um dia construirmos uma sociedade mais justa e mais fraterna”.

Com relação à reforma agrária, Che Guevara tinha claro que nenhum governo era revolucionário se antes não tivesse feito a reforma agrária como primeira medida. Além disso, dizia Che segundo o MST (1997):

Não se pode chamar revolucionário um governo que diga que vai fazer ou que faça uma reforma agrária vaga; revolucionário é o governo que faz uma reforma agrária mudando o regime de propriedade da terra, não apenas dando ao camponês a terra que sobra, mas, principalmente,

dando ao camponês a que não sobra, a que está em poder dos latifundiários, e que é a melhor e a que rende mais e, além disso, a que foi roubada ao camponês em épocas passadas (MST, 1997:11).

Desta forma, a reforma agrária assumia um papel muito importante também para Che Guevara na transformação da sociedade capitalista para a socialista. Para ele, é na reforma agrária que se deveriam começar todos os governos revolucionários, porque o resto dos processos, como a industrialização, viria a reboque desta, mas nem por isso seriam mais simples e sim mais complexos, mas que dependem do primeiro.

Mais do que a importância da reforma agrária é o papel de despojamento da posse da terra que se deve empreender em torno do camponês. Segundo Che: “Quem ama a posse da terra é o que mais perfeitamente demonstra o que pode catalogar-se como espírito pequeno-burguês” (MST, 2005b:19). Desta forma, o camponês é visto como um ser pequeno-burguês que depressa deve aprender que não pode satisfazer o seu desejo de posse da terra sem quebrar o sistema da propriedade fundiária. Por isso, o percurso revolucionário deve ser, segundo Che, “através da união entre os operários e os camponeses, sendo que, os operários apóiam a reivindicação contra o latifúndio, mas, o camponês deve, beneficiado com a propriedade da terra, apoiar lealmente o poder revolucionário e o defender dos inimigos imperialistas e contra-revolucionários” (Idem, 2005b:19-20).

O legado de Che Guevara é tão importante para o MST que novamente em outubro de 2005, o movimento volta a lançar uma cartilha especial de comemoração aos 38 anos da morte deste revolucionário sendo apresentada pela cubana Aleida Guevara March, filha do revolucionário. Nesta introdução à recente cartilha sobre Che, Aleida destaca alguns trechos, segundo ela, os mais importantes para a luta revolucionária, deixados por seu pai e que para o MST é visto como crucialmente importante na transformação da sociedade.

O destaque dado por Aleida Guevara e que o MST tem feito prioridade é a superação do indivíduo através da elevação do nível cultural. Neste sentido, o movimento tem dado muita ênfase na formação de militantes de nível universitário, com o intuito de formar quadros mais comprometidos ideologicamente com sua consciência, que deve caminhar sempre ligada “ao estudo dos fenômenos sociais e econômicos que dirigem esta época e a ação revolucionária” (MST, 2005b:07). Segundo Aleida, “é necessário elevar-se o nível técnico da classe trabalhadora para que não seja usada ou enganosamente manipulada” (MST, 2005b:08). A idéia da elevação cultural dos revolucionários e dos trabalhadores está condicionada à formação de quadros que sejam capazes de levar à prática tudo do que se necessita para a tarefa de criar uma sociedade mais justa. Para quê? Por quê? Segundo Aleida,

citando Che Guevara, estas razões são simplesmente porque “nós necessitamos elevar o nível cultural da classe trabalhadora para a partir daí, elevar seu nível técnico...”. E elevar o nível técnico é formar quadros:

Devemos dizer que um quadro é um indivíduo que alcançou o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretrizes emanadas do poder central, tomá-las para si e transmiti-las como orientação à massa, percebendo, além disso, as manifestações que esta faça de seus desejos e suas motivações mais íntimas. É um indivíduo de disciplina ideológica e administrativa que conhece e pratica o centralismo democrático e sabe valorizar as contradições existentes no método para aproveitar ao máximo suas múltiplas facetas; que na produção sabe praticar o princípio da discussão coletiva e decisão e responsabilidades únicas; cuja fidelidade está provada e cujo valor físico e moral foi evoluindo ao compasso de seu desenvolvimento ideológico, de tal maneira que está sempre disposto a enfrentar qualquer debate e a responder com sua vida pelo bom andamento da revolução. É um indivíduo com capacidade de análise própria, o que lhe permite tomar as decisões necessárias e praticar a iniciativa criadora de modo que não se choque com a disciplina (MST, 2005b:09).

Neste entendimento empreendedor da elevação cultural dos militantes, a real capacidade de um revolucionário mede-se pelo saber encontrar táticas revolucionárias adequadas em cada mudança de situação, em ter presente todas as táticas e em explorá-las ao máximo. Por isso, o MST resgata de Che Guevara a idéia dos possíveis proveitos que um movimento deve tirar de um processo eleitoral. Citando Che, segundo o MST, “seria um erro imperdoável subestimar o proveito que o programa revolucionário pode tirar de um dado processo eleitoral”. Mas Che adverte:

Seria também imperdoável limitar-se apenas ao eleitoral e não ver os outros meios de luta, inclusive a luta armada para conquistar o poder que é o instrumento indispensável para aplicar e desenvolver o programa revolucionário, porque, se não se alcança o poder, todas as demais conquistas são instáveis, insuficientes, incapazes de dar soluções necessárias, por mais avançadas que possam parecer (MST, 2005b:23).

No entanto, nada disso tem eficácia se não existir a organização. Em seu legado, Guevara ressalta o papel da organização como a chave que permite agarrar as iniciativas lançadas pelos líderes da revolução. “Se não existir a organização, as idéias, depois do primeiro momento de impulso, vão perdendo a eficácia, vão caindo na rotina, vão caindo no conformismo e acabam por ser apenas uma recordação” (MST, 2005b:17).

Neste sentido, o MST aproxima-se, juntamente com as idéias de Lênin, mais da formação de um partido do que propriamente de um movimento social. Existiria alguma diferença em termos dos objetivos propostos pelo movimento pensarmos esse como movimento social ou partido político?

Acredito que não, pois vejo o MST como um estrategista que se cobre com um manto de movimento social para esconder a formação de um partido de organização de vanguarda como a forma mais propícia nos dias atuais para fazer valer, funcionar e defender-se dos inimigos.

Defendo que é uma discussão desnecessária ficar se interrogando se o MST é um movimento social ou um partido político. O que importa é entender sua organicidade, os seus objetivos e projetos para o futuro e o seu impacto concreto no caso da reforma agrária. Do mesmo modo, vejo a reforma agrária como uma tática usada para se organizar. Ou melhor, vejo a reforma agrária como um meio para atingir o fim maior que é a revolução. Mas uma coisa é certa para nós a partir da investigação que fizemos em grande parte dos documentos do MST: o movimento aproxima-se mais de um partido em termos organizacionais do que propriamente de um movimento social a cada dia que passa, como demonstra a cartilha lançada recentemente sobre Che Guevara, na qual o papel do partido é ressaltado através da seguinte expressão do revolucionário argentino:

O partido é uma organização de vanguarda. Os melhores trabalhadores são propostos por seus companheiros para integrá-lo... Nossa aspiração é a de que o partido seja de massas, mas isto quando as massas tiverem alcançado o nível de desenvolvimento da vanguarda, isto é, quando estiverem educadas para o comunismo... O partido é o exemplo vivo..."
(MST, 2005b:17).

Em síntese, o legado de Che Guevara para o MST se traduz no exemplo que este construiu enquanto um revolucionário que honrava o que dizia e que mostrava isso de forma prática no cotidiano da vida. A figura de Che Guevara foi odiada pela “direita” e polemizada pela “esquerda”, mas idealizada pelos movimentos sociais de libertação, como o MST, principalmente na América-Latina. Estudar o pensamento de Che Guevara é estar entendendo grande parte do pensamento do MST.

Neste sentido, na próxima parte desta tese apresentaremos o pensamento do MST colocado em prática em suas ações coletivas amparado nos pressupostos teórico-ideológicos acima expostos pelos diversos autores inspiradores e a tentativa da possível recíproca conexão entre ambos.

CAPÍTULO 3

O IDEÁRIO TEÓRICO-IDEOLÓGICO COMO MODELO DE ATUAÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS DO MST

Nesta parte do trabalho, queremos descrever as idéias colocadas em prática pelo MST e sua doutrina. Por isso, queremos caracterizar de uma forma geral, a incidência do pensamento marxista-leninista nos documentos publicados e não publicados (documentos internos) pelo movimento. Desta forma, primeiro discutiremos se o MST é ou não um movimento social nos termos desta expressão definida classicamente por alguns autores e em seguida apresentamos alguns trabalhos mais relevantes sobre estudiosos desse movimento no Brasil. Os trabalhos de autores que estudaram o Movimento Sem Terra no Brasil se tornam interessantes, primeiro por analogia ao nosso e segundo para fazermos um contraponto com nosso estudo para visualizar uma contribuição nova e diferenciada desses autores.

Ainda, daremos ênfase a alguns aspectos organizativos como a cooperação agrícola, e a noção de revolução cultural do movimento e a influência dos valores e da mística no ritual ideológico do movimento. Por fim, situaremos essa proposta no contexto da realidade agrária brasileira e a reforma agrária e na política de assentamentos, bem como os novos discursos do MST.

Seguindo a metodologia weberiana, queremos nesta parte do trabalho descrever nosso sujeito do estudo (o MST) em suas múltiplas faces, discursos, atores e práticas.

3.1 O MST É UM MOVIMENTO SOCIAL?

Para responder a esta questão, procuramos as definições do que é um movimento social e compreendemos que o MST é um movimento social. Para este estudo, utilizamos a definição de Scherer-Warren (1984:20) de movimento social como “uma ação grupal transformadora (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a

orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”.

Também utilizamos a noção de movimento social expressa por Touraine que a relaciona à democracia e à defesa dos direitos humanos fundamentais e não propriamente à noção de luta de classes. Pois, para Touraine, a noção de luta de classes conduziu mais diretamente à ação revolucionária do que às instituições democráticas. Segundo Touraine (1996):

A substituição dessa noção pela noção de movimento social anuncia que uma sociologia do ator e, até mesmo, do sujeito histórico está tomando o lugar de uma teoria da história e que uma sociologia da liberdade substitui uma sociologia da necessidade. Com efeito, um movimento social se apóia sempre na libertação de um ator social e não na criação de uma sociedade ideal, de alguma forma natural, ou a entrada no fim da história ou da pré-história da humanidade... os defensores da luta de classes falam das contradições entre capitalismo e proletarização, e pretendem destruir e negar a negação; por isso, fazem apelo à tomada do poder do Estado. Pelo contrário, o movimento social é civil e é uma afirmação, antes de ser uma crítica e uma negação. É a razão pela qual pode servir de princípio de reconstituição refletida, discutida e decidida, de uma sociedade baseada em princípios de justiça, liberdade e respeito pelo ser humano; aliás, é exatamente neles que a democracia se apóia (TOURAINÉ, 1996:85).

A noção de movimento social adotada por Touraine é que este é “um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética” (TOURAINÉ, 1989:182).

Então compreendemos que o MST é um movimento social, até porque não é reconhecido legalmente enquanto um partido político e do que se têm notícias, em estudos sobre o MST, nada se sabe se esse possui alguma denominação clandestina de partido político revolucionário.

Isso pode ser visto tanto nos estudos sobre este movimento social como nas declarações de líderes como João Pedro Stédile que, em entrevista à Revista Cadernos do Terceiro Mundo, nº 197 de nov/dez de 1996 define o que é o MST: “Nos consideramos um movimento social que luta pela reforma agrária e por transformações sociais. O MST tem um caráter popular, em que qualquer um pode ingressar; um caráter sindical, quando lutamos por preços agrícolas, por crédito. E também um caráter político, porém não partidário... o nosso objetivo é mudar a política econômica”. Em outra entrevista concedida à Revista Veja de 06/08/1997, o líder mais popular do movimento afirma que a tarefa maior é a organização dos

excluídos e que a maioria dos militantes do MST são cristãos pela formação nas comunidades eclesiais e socialistas por causa da tradição histórica dos trabalhadores. “Não existe nada mais moderno que sonhar com o socialismo” diz Stédile nesta entrevista.

Na mesma entrevista à Revista Veja, Stédile explicita o projeto do MST: “o fundamental é a organização de massas. Em toda história da humanidade só o povo organizado em mobilização de massas fez mudanças profundas... somos um movimento de massas que luta pela reforma agrária e pelo socialismo”.

Do ponto de vista teórico, a obra da professora Maria da Glória Gohn, denominado “Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos”, apresenta-nos os diversos paradigmas de movimentos sociais e apresenta um conceito de movimento social utilizado na bibliografia geral das ciências sociais: “do ponto de vista teórico, a análise da bibliografia geral nas ciências sociais usualmente inclui os movimentos sociais como uma seção dos estudos sóciopolíticos e tem como denominador comum analisá-los dentro da problemática da ação coletiva... na realidade, a temática dos movimentos surge como objeto de estudo com o nascimento da própria sociologia” (GOHN, 1997a:327-328).

Scherer-Warren (1984), na busca de um entendimento e da compreensão a respeito das ações de grupos sociais em suas buscas de libertação social, nos diz que na sociedade, tanto no plano individual quanto no plano grupal, as relações sociais são mediadas por relações de poder. E, dentro deste entendimento, afirma que “quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social”³¹ (SHERER-WARREN, 1984:09).

Neste sentido, segundo SHERER-WARREN (1984:12), “na sociologia acadêmica o termo movimentos sociais surgiu com Lorenz Von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como do movimento proletário francês e do comunismo e socialismo emergentes”. Sendo assim, confirmando o que Gohn nos disse anteriormente, o nascimento da temática de estudo sobre os movimentos sociais se confunde com o próprio nascimento da Sociologia.

Desta forma, como nos apresenta Gohn (1997a), o MST como movimento popular rural cresce e aparece a partir de 1979, com uma sólida organização que dirige o movimento em âmbito nacional e impõe as diretrizes gerais, diretrizes essas que muitas vezes encontram

³¹ - Esta autora fala em libertação como uma busca, uma utopia que dá sentido ao viver, mas que de forma absoluta é, sociologicamente, um absurdo (Idem: 09).

dificuldades para se operacionalizar devido às diferenças culturais entre as populações rurais de norte a sul do país. Em termos de estratégias segundo a autora, o movimento muda também suas principais diretrizes programáticas e altera sua filosofia política.

Na origem, nos anos 70, o MST esteve associado a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Nos anos 80 passou a contar com dirigentes ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e ao PT (Partido dos Trabalhadores), e a fundamentar seu projeto no socialismo marxista. Nos anos 90, sem abandonar de vez seus ideais socialistas, o MST redefine suas estratégias para se inserir numa economia de mercado, tornar seus assentamentos produtivos, voltados para o mercado externo e não apenas para o consumo de subsistência (GOHN, 1997a:305).

Nos caminhos que o MST trilhou estrategicamente durante sua existência, sempre se manteve fiel aos dois principais objetivos de sua luta: a reforma agrária e o socialismo. Isto pode ser visto no documento interno publicado em julho de 2001, em que há duas perguntas fundamentais expressam as duas grandes causas do MST: “**Primeira:** Qual é nossa grande causa? A libertação do proletariado. **Segunda:** Quais os caminhos para chegar a esta causa? Já selecionamos dois pela nossa história; a reforma agrária e o socialismo” (MST, 2001: 244).

Alguns autores não concordam que o MST seja um movimento social. É o caso do estudioso do movimento e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul o professor Zander Navarro. Este afirma em entrevista recente ao Jornal Estado de São Paulo que:

“O MST não é um movimento social, no sentido sociológico, e, menos ainda, popular. É apenas uma organização, e pequena do sistema político. Somente quem desconhece o mundo rural, onde prevalecem o conservadorismo e a tradição, é que pode julgar que a radicalidade discursiva dos dirigentes do MST tenha alguma atratividade política. As famílias rurais mais pobres aderem à organização por várias razões, entre as quais o fato, pouco conhecido, de constituírem uma ampla rede de parentesco que sustenta socialmente boa parte das iniciativas do MST. Mas há outras razões, como a legitimação simbólica recebida de setores católicos, o cálculo feito pelas famílias sem-terra entre o constrangimento transgressor da maioria das ações e seu potencial benefício final e, é claro, a necessidade e a pobreza em que vivem imersas. Trata-se, portanto, de uma organização política. Quanto à autonomia em relação aos partidos, o PT particularmente, este é outro mito cuidadosamente cultivado, pois o MST é, de fato, fundador do partido em dezenas de municípios e seus militantes principais são participantes ativos da vida partidária” (NAVARRO In: JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/03/2005).

Discordamos da posição de Zander Navarro, por visualizarmos sociologicamente o MST como um movimento que busca a libertação das camadas sociais mais desprivilegiadas na sociedade e, nesta busca, criou uma práxis, um projeto, uma ideologia e uma direção que lhe conferem, a condição de ser reconhecido como um movimento social.

Se adaptarmos o conceito anteriormente citado de Scherer-Warren (1984), para o conjunto do MST, diríamos que este está direcionado para uma ação grupal transformadora da sociedade tendo por base a reforma agrária, voltado para a realização de um objetivo que é a transformação da sociedade capitalista para uma sociedade socialista, sob a orientação de princípios valorativos comuns da ideologia marxista-leninista e, sob uma organização diretiva, no caso definida e inspirada nos princípios revolucionários leninistas do centralismo democrático, com um papel bem definido dos militantes e líderes do movimento.

Na prática, os objetivos do MST podem ser vistos em sua home page (www.mst.org.br). Segundo Scherer-Warren (2002), os objetivos vêm sendo desdobrados numa multiplicidade de ações coletivas que vão das reivindicações para conquistas imediatas, à luta por direitos de cidadania e transformações sócio-político-culturais em médio prazo e à realização de um projeto utópico num tempo histórico mais longo.

Sendo assim, entendemos que o MST configura-se como movimento nos termos das quatro categorias sociológicas explicadas no conceito de Scherer-Warren (1984).

3.2 ALGUNS ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO, PODER E SUBJETIVIDADE NO MST

Nesta parte deste capítulo, o objetivo é apresentar a idéia de alguns autores que tratam da temática da organização no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, apontando evidências que nos levem a refletir e apreender a natureza e o sentido mentado da ação coletiva proposta e colocada em prática nos assentamentos de reforma agrária.

Partindo da premissa de que o MST é um movimento social com características descritas por Scherer-Warren (1984), ou seja, composto de uma práxis, um projeto, uma ideologia e uma direção e organização, queremos rapidamente mostrar como este movimento constrói sua ação coletiva e sua ideologia que dá a direção geral das ações colocadas em prática. Portanto, o que nos interessa nos textos dos autores que estudam o MST são as características da organização interna do movimento, para detectar como se dá a produção da

ação coletiva, averiguando de que forma são construídos os temas e as ações sociais e em que medida ocorre a participação dos sujeitos, os assentados, na elaboração desses³².

Zimmermann (1989), ao estudar os desafios da organização interna de um assentamento rural, mostrou que o MST somente valoriza as formas modelares de organização no assentamento e que, apesar de os agricultores individuais terem comprometimento com continuidade da luta pela terra, contribuindo financeiramente conforme o estabelecido pelo movimento, há uma discriminação com quem não trabalha coletivamente. Outro fato importante ressaltado no trabalho da autora é com relação ao poder decisório, que, segundo os assentados, fica concentrado em determinadas pessoas a quem chamam de “cúpula”.

Da mesma forma, ao estudar os limites das estratégias familiares e organizativas em assentamentos do MST, Bergamasco & Norder (1996a) dão uma contribuição importante ao debate sobre a ação coletiva do MST, ao discutir os limites do estabelecimento de relações sociais amplamente coletivizadas nos assentamentos de reforma agrária. Para os autores a Cooperativa de Produção Agropecuária (expressão do modelo superior de organização preconizado pelo movimento) representa uma ruptura completa com as bases familiares de produção agropecuária. Apesar de o movimento rever essa questão em seus encontros e não adotar uma postura de iniciar o processo de cooperação pela total coletivização, ainda assim a CPA é uma finalidade. Os autores concluem que as dificuldades para a difusão do modelo de CPA proposto pelo MST pode estar expressando, na prática, a conflitualidade entre o coletivismo, reforçado pelo movimento, independente da experiência de vida dos agricultores e o controle que a família terá sobre a produção e/ou a capacidade decisória que o “titular do lote” terá no interior da organização coletiva.

Navarro (1997), apresenta um rol de sete teses sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. Neste trabalho, o autor mostra os problemas da construção político-ideológica de modelos que antecipam ex-ante as formas de ação coletiva do MST.

Destacamos três problemas levantados pelo autor que para nós aparecem como importantes em relação à efetividade da ação coletiva do movimento:

O primeiro diz respeito ao caráter revolucionário do movimento que a tantos fascina. As idéias socialistas do movimento inspiradas no marxismo-leninismo como potencialidade política transformadora da sociedade inexistem no imaginário social dos sem-terra,

³² - O importante na reflexão dessa questão é sempre ter em vista o conceito de ação coletiva proposto no início da tese e a noção de sujeito proposta por Touraine.

interessados, isto sim, em encontrar uma saída para a falta de oportunidades de trabalho e para os limites do acesso à terra em uma sociedade tão espantosamente desigual como a brasileira;

O segundo diz respeito à agenda de demandas e ações que é válida por todo o território nacional. Influenciado pela tradição da cultura política de esquerda, procurou tornar-se um movimento nacional, as vezes não contemplando a enorme diversidade social, cultural e econômica do país e

3º) O terceiro é que a forma de organização privilegiada nos assentamentos do MST é motivada por uma visão centralizada de estruturação social das novas áreas reformadas, em que os assentados não encontram canais de expressão.

Partindo da importância das trajetórias sócio-históricas e culturais dos assentados como facilitadora ou inibidora da construção da ação coletiva ou organizada, na nossa dissertação de mestrado (Lazzaretti, 2003), que estudou uma associação e uma cooperativa de produção agropecuária (CPA) em um assentamento na Paraíba, confirmamos a hipótese de que nos assentamentos de reforma agrária predomina o trabalho familiar das famílias assentadas com relação à gestão, ao uso e à posse da terra.

Um dos grandes desafios das ações coletivas diz respeito exatamente a esse descompasso entre o que pretende a direção do movimento e os assentados. Ou seja, precisaria ser repensada a ideologia do MST tendo por base a experiência das famílias que não possuem os mesmos valores que os da direção, pois de acordo com o Censo de 1996, a exploração individual nos assentamentos representa 86,59%.

Carvalho (1998), estudou as diversas formas de associativismo nos assentamentos de reforma agrária no Brasil verificando que o sucesso econômico está presente nos assentamentos que, historicamente, combinam diversas formas de associativismo a condições edafo-climáticas e de mercado favoráveis. Deste estudo concluiu-se que é desaconselhável a elaboração e mais ainda a adoção de modelos de associativismo para os trabalhadores rurais de áreas oficiais de reforma agrária. Isto, segundo o autor, em função de que não há, por parte dos assentados, a necessidade efetiva de formação de associações. Além disso, quando as associações são formadas de fora para dentro, são bastante remotas as possibilidades de sucesso de tal empreendimento.

Outro fator levantado por Carvalho que impede muitas vezes a organização coletiva nos assentamentos é de ordem subjetiva. Os sem-terra após serem assentados vêem a possibilidade de se livrarem da situação de subalternidade de antes, quando tinham patrão, através da posse do lote individual. Esse desejo de ser liberto é perpassado pela organização do lote através do trabalho familiar. Segundo o NEAD/IICA (2000), ao analisar os resultados

do trabalho de Carvalho (1998) afirmaram que, se somando essas restrições subjetivas àquelas objetivas, constata-se que a possibilidade do associativismo econômico colaborar na gestão interna dos assentamentos e na potencialização do trabalho nas áreas é “subliminarmente afastada”.

BRENNEISEN (2002:64-95), fez uma análise sobre as relações de poder, dominação e resistência na relação entre os trabalhadores rurais assentados e o MST no oeste do Paraná. Neste trabalho, foram discutidos alguns aspectos da formação do cooperativismo pelo movimento e sua respectiva orientação político-ideológica.

A autora analisou um artigo publicado pelo MST no caderno de formação intitulado “Elementos sobre a teoria da organização de campo” de autoria de Clodomir Santos Morais, e identifica que as idéias contidas neste caderno expressam o contorno das estratégias coletivistas do movimento.

Algumas conclusões desse documento são importantes para esta tese no que se refere a compreensão dos sujeitos envolvidos no modelo político-ideológico do MST e no papel das lideranças.

Para Morais o comportamento ideológico camponês caracterizado como isolacionista, individualista e personalista, constitui-se como entrave à organização social coletivizada. Para o ideólogo do MST, o tipo ideal de trabalhador mais apto à organização coletiva é o assalariado agrícola, desqualificando o semi-assalariado e o lumpem.

Ao contrário dos camponeses, os assalariados do campo tendem naturalmente à organização social porque, além de trabalharem socialmente organizados, operam dentro da complexa divisão social do processo produtivo, característica da grande empresa capitalista. Esta, desde o momento que contrata o operário agrícola, lhe imprime uma consciência da eficiência da ação coletiva na elaboração de um produto ou na realização de uma atividade ou ação (MORAIS, 1986:14).

A compreensão de que os assalariados rurais são mais inclinados a organização contradiz e muito a própria formação do movimento, cuja base, segundo Lazzaretti (2003), Brenneisen (2002), entre outros autores, é composta de ex-agricultores pauperizados, favelados urbanos, desempregados em geral, ex-moradores, parceiros, rendeiros, ou seja, por uma gama de sujeitos excluídos social e politicamente em função do processo excludente do desenvolvimento capitalista na sociedade. Essa desqualificação tenta esconder muitos erros políticos estratégicos na escolha de seus integrantes nas diversas regiões do país,

principalmente quando se nota através dos estudos feitos que muitos integrantes do MST nunca haviam trabalhado no campo antes de serem assentados.

Desqualificando o camponês, a dedução de Moraes é que eles não são dados à organização, uma vez que ficam esperando pelas iniciativas dos líderes. Assim, não são os líderes que concentram o poder, mas são os camponeses que delegam poder a eles.

A implementação deste ideário do “assalariado agrícola revolucionário” prevê ainda o combate ferrenho aos vícios subjetivistas (Moraes, 1986) dos sem-terra que seriam o aventureirismo e a auto-suficiência gerados pela visão idealista das formas artesanais de trabalho. Esta classificação teria segundo Brenneisen (2002) um endereço certo: impedir as pessoas de se manifestarem livremente contra o estabelecido pela direção.

Em suma, o comportamento “individualista” do camponês é o principal alvo das críticas. Com isso, não se pretende mudar o modelo adequando-o à cultura dos camponeses, mas, pelo contrário, o que se pretende é alterá-la, adequando-a àquele modelo.

Caume (2002), estudou a “tessitura do assentamento de reforma agrária”, os discursos e as práticas de enquadramento social buscando deslindar as relações de saber/poder que produzem imagens e discursos que instituem a “realidade” dos assentamentos. A idéia do autor foi de esmiuçar os efeitos de poder decorrentes da teia discursiva que (re) constrói permanentemente esse espaço social e os indivíduos que nele vivem. O que o autor tentou mostrar em seu trabalho foi a tentativa de desembaraçar o emaranhado discursivo que produz efeitos de verdade, o que ele chama de imbricamento da verdade (diferentes saberes) com relações de subordinação dos indivíduos.

Caume, nos diz ainda que o assentamento e o assentado emergem como efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais. O autor quer dizer que os agentes envolvidos na construção do que chamamos de assentamento de reforma agrária são agentes com discursos “não próprios”, construídos por ideologias e discursos agenciados por outros que os instituem como códigos e práticas normativas que desejam orientar e objetivar as condutas humanas.

O assentamento torna-se o lugar da disputa, palco de conflitos entre diferentes agentes sociais procurando tornar concretos projetos diferenciados para os assentados. Na verdade, Caume quer dizer que o assentamento é o lugar da disputa entre visões de assentamento e de reforma agrária. É onde de fato ocorrem e se defrontam as diferentes estratégias que pretendem serem hegemônicas sobre a melhor forma de organização sobre a disputa entre ações coletivas e disputas políticas nas organizações internas de cada assentamento.

Fabrini (2002), estudou o projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos. Neste estudo, Fabrini diz que o projeto do MST está sustentado num arcabouço teórico que reconhece a superioridade operária e as modernas relações de produção para construir um território favorável ao processo revolucionário. A pesquisa do autor denota que os camponeses nos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento do MST. Segundo o autor, os camponeses nos assentamentos procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados, como núcleos de produção, grupos coletivos, associações e grupos de vizinhança, marcados por relações de solidariedade, dentre outras formas.

Zanoni Gomes (2001), investigou os assentamentos de reforma agrária a partir da óptica da subjetividade enquanto uma maneira de ver e construir o mundo, ou seja, a constituição do sujeito enquanto construção de si mesmo na relação com o outro e não como constituição de uma identidade. Para a autora, na construção da luta e no assentamento a resistência está presente, sem excluir situações de submissão, entendendo que quem resiste também se submete. Mas são as situações de resistência que permitem a emergência de subjetividades singulares, de práticas que investem na construção de novas possibilidades de vida, de novas relações.

A autora entende subjetividade “como uma maneira de ver e construir o mundo, e não como um elemento de superestrutura, reflexo do que se costuma chamar ‘condições objetivas’, ela é ao mesmo tempo produzida e produtora das relações sociais como uma construção essencialmente fabricada e modelada no registro social, no plano das forças, podendo ser assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares, o que não significa confundi-la com a individualidade” (ZANONI GOMES, 2001:42).

A idéia de Zanoni Gomes exclui a análise dos sujeitos da construção da luta e do assentamento a partir da óptica que enfatiza o domínio do capital. Esta lógica exprime, segundo ela, a redução do sujeito a uma única dimensão, a da exclusão/inclusão.

Portanto, para Zanoni Gomes, não é a perda da terra nem as condições que a geraram que constituem o núcleo central da análise, mas os componentes de subjetividade contidos nas estratégias que os pequenos produtores assentados empreendem para se reconstruir num novo tempo de vida e de trabalho.

Depois de apresentar alguns estudos sobre o MST em assentamentos de reforma agrária, suas estratégias organizativas, relações de poder e subjetividade na construção de suas ações coletivas podemos perceber a diversidade de trajetórias, experiências, interesses, desejos e projetos de vida. Os estudos dão clarividência de que não existe homogeneidade de

interesses entre os assentados, poucas expectativas comuns e diferentes apropriações da ideologia do movimento.

Nosso estudo parece ter algumas similaridades com os apresentados acima, porém se diferencia quando pretende mostrar que os assentados do MST na Paraíba participam da elaboração das ações coletivas tendo como interesse a resolução de problemas econômicos e parcialmente por adesão ou identificação com os objetivos sócio-políticos maiores do movimento, como a transformação da sociedade. Além disso, a questão da subjetividade aparece num outro viés de investigação diferenciado de alguns autores e semelhante ao de Zanoni Gomes (2001). Nossa metodologia de análise compreende a subjetividade como o “sentido” que as ações sociais tem para os sujeitos coletivos. Isto questiona a concepção teórica que não contempla o agente individual na consyituição das práticas sociais.

Isto não quer dizer que o sentido subjetivamente visado (nos termos weberianos) da ação social individual, constitui um sentido isolado, pelo contrário, o sentido só adquire relevância porque está contextualizado a uma situação social. Além disso, a orientação da ação abrange o sentido a ser esperado do comportamento ou dos agentes participantes potenciais. Pois toda ação social orienta-se, por definição, pela situação objetiva e por suas conexões de efeitos.

O que pretendemos dizer é que, apesar de querermos apreender a subjetividade dos assentados como diferencial de outros trabalhos que estudam as ações coletivas, isso se faz exatamente para mostrar que, as intenções do indivíduo, estão contextualizadas em objetivos de associações baseadas em acordos mútuos com estruturas mais ou menos soltas ou de associações (organizadas) cujos estatutos fixam finalidade específica.

O que importa então, para nós, é ver nesta interlocução de interesses entre assentados líderes e assentados não líderes (com a construção ideológica do MST) o comportamento das personalidades ditas coletivas e como nesse fazer-se coletivo expressam-se as vontades individuais, concepções e os motivos meios e fins das ações sociais (ações coletivas) em que se envolvem. Para nós não importa que o sentido já esteja “pronto” antecipadamente na mente dos líderes antes mesmo até de realizar as ações. O que importa é qual o sentido representado pelos assentados não líderes e individualmente pelos assentados líderes nos assentamentos em estudo.

É como nos diz Winckelmann (1994), que é da essência do processo de socialização e de todo enredamento do indivíduo nele, que intenções e ações são levadas a operar no conjunto das circunstâncias sociais e do processo permanente de societarização. Se não fosse assim, diz o autor, não existiria o problema específico da Sociologia. O resultado da interação,

conclui, mostra, na maioria dos casos, um sentido modificado, por assim dizer, socializado, investido no resultado da ação social. E, finaliza, os domínios do sentido, que se iniciam com o indivíduo como agente social e se tornam cada vez mais abrangentes, podem levar, comparadas àquela situação inicial, a uma transformação máxima do sentido e dos resultados das ações.

Pode ser isto que esteja ocorrendo nos assentamentos do MST. Um sentido perpassado pela formação ideológica do movimento e pelos sentidos atribuídos dos sujeitos. As relações de poder vão exatamente nos dar o termômetro desta dinâmica, pois poder-nos-ão nos dizer até que ponto avançou o entrecruzamento entre as motivações e interesses dos assentados com a ideologia do MST nos assentamentos. No fim de tudo, poderemos afirmar ou negar se é apenas pelo interesse a determinação das ações dos seres humanos aliadas às situações políticas, sociais e econômicas em que se encontram.

Por isso, nosso papel é analisar o contexto em que estão inseridas as práticas sociais conduzidas pelo MST. A dinâmica do “lugar” e do grupo estudado e os antecedentes históricos de cada indivíduo e/ou família poderão nos dar a “temperatura” para compreendermos as finalidades pensadas pelos assentados (líderes e não líderes) com relação às suas ações coletivas.

3.3 A PRESENÇA DO IDEÁRIO MARXISTA-LENINISTA NOS ESCRITOS DO MST: ORGANICIDADE, MÉTODO E CONSCIÊNCIA

A formação de quadros e o desenvolvimento da cooperação agrícola no MST são inspirados profundamente pelas idéias de Marx e de Lênin. Neste sentido, escolhemos discorrer sobre três idéias e/ou elementos organizativos que aparecem freqüentemente nas cartilhas, escritos e livros do movimento e que se referem às questões de formação e da cooperação: a organicidade, o método e a consciência. Anteriormente, expomos as idéias de Marx e Lênin como os fundamentais autores da construção do ideário teórico-ideológico do MST e, agora, o papel nesta parte do trabalho é identificar algumas destas idéias imersas no ideário político-ideológico do movimento, bem como de outros pensadores revolucionários que estão presentes nos escritos e práticas desta organização e/ou deste movimento social.

A estrutura organizacional do MST se fundamenta na premissa leninista do centralismo democrático e quando o movimento fala do assunto o invoca para referir-se à

necessidade de organicidade³³. É de se perguntar: Por que um movimento ligado a camponeses procura em teorias revolucionárias marxistas-leninistas seu ponto de apoio já que ambos os teóricos inspiradores relegaram ao mesmo campesinato um papel secundário nas obras que escreveram e na revolução que fizeram? Marx e Lênin propuseram uma organização revolucionária para vencer o capitalismo, e isto torna-se uma fonte inspiradora para o MST.

Para Lênin, necessitava-se fazer a revolução com no mínimo uma centralização política de uma organização de uma vanguarda de revolucionários profissionais, de dirigentes preparados, além da unidade e disciplina. Segundo BRENNEISEN (2002:89), “isto porque, segundo as concepções de Lênin, as massas não estavam preparadas para governar, necessitando, portanto, de um período de transição, onde se daria o processo de reeducação, tarefa a ser realizada pela vanguarda dirigente”.

Lênin condenava a força do hábito dos trabalhadores, pois achava que estes hábitos (que no MST são chamados de vícios como o das “formas artesanais de trabalho”) eram a força mais terrível que existia no sentido de ligar as massas às idéias de propriedade privada, coisa muito presente segundo ele nos camponeses.

As idéias que o MST prega aproximam-se das de , no entanto este queria formar um partido; e o MST, o que é? Um partido ou um movimento social? Já defendemos que é um movimento social que se apega às idéias de Marx e Lênin para organizar as massas. Para os líderes do movimento, é necessário obedecer aos princípios revolucionários de seus formuladores porque esses princípios vão dar uma correta consciência social aos assentados e aos que lutam pela terra. Isso está claro quando vemos o que escrevem os líderes nacionais do movimento como Ademar Bogo no livro “Lições de Luta pela Terra” quando invoca o Marx da Ideologia Alemã e diz: “encontramos nos textos de filosofia de K. Marx e F. Engels que ‘não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas o seu ser social que determina a consciência’. Sendo assim, nossa preocupação deve ser a de organizar corretamente os ‘seres assentados’ para que venham a ter correta consciência social” (BOGO, 1999:102).

A influência de Lênin em termos teóricos ao ideário do MST também pode ser vista nas obras citadas como as mais importantes por Bogo (2005), tais como: *As tarefas dos Sociais Democratas Russos* (1897), em que Lênin reafirma que havia uma profunda relação entre as tarefas democráticas e os socialistas e orientava qual deveria ser o papel do partido e

³³ - Para o MST o significado e o conteúdo da organicidade abrange: ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias, formar militantes, ter o controle político do espaço geográfico, implantar os círculos orgânicos, se manter permanentemente vigilante, afastar os inimigos e acumular forças (MST, 2005:88). Esta obra recentemente lançada é o mais novo manual de organização do Movimento Sem-Terra.

O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (1899), em que apontou as contradições existentes no campo e no desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Porém, suas obras que mais influenciaram o MST na questão da organização são: *Que Fazer?*, *Um Passo à Frente e Dois Passos Atrás* e *as Duas Táticas da Social Democracia*. No livro “Que Fazer?”, o quarto capítulo traz o texto denominado “O trabalho artesanal dos economistas e a organização dos revolucionários”, em que Lênin aprofundou a crítica sobre as contradições da visão economicista, alertando que seus adeptos queriam conferir à luta econômica um caráter político e, por isso, defendiam que não havia necessidade de se ter uma organização centralizada. No caso, isso seria submeter a consciência à espontaneidade, que representava uma doença de crescimento do movimento. Nesta obra, o MST vai se espelhar para fazer a crítica ao trabalho chamado artesanal dentro dos assentamentos.

É fundamental, diz BOGO (1999:131), “efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação”. Em seguida cita Lênin para reforçar esta idéia:

A espontaneidade não está presente em movimentos que lutam apenas temporariamente, mas também naqueles que lutam apenas por objetivos imediatos. Como nos diz Lênin, no seu livro “Que Fazer?”, escrito em 1902. “...tomadas em si mesmas, estas greves constituíam uma luta sindical, mas não ainda social-democrata; marcavam o antagonismo entre operários e patrões; porém, os operários não tinham, e não podiam ter, consciência da oposição irreduzível e de seus interesses com toda a ordem política e social existente, isto é, a consciência social-democrata. Neste sentido, as greves após 1890, apesar do imenso progresso que representaram em relação aos tumultos, continuavam a ser um movimento essencialmente espontâneo (BOGO, 1999:132).

Este método de trabalho artesanal, segundo Bogo (2005), baseava-se mais no entusiasmo do que na qualificação de seus executores. Esta “doença”, diz o autor citando Lênin, do uso de métodos artesanais não residia apenas na falta de preparação, mas na estreiteza do conjunto do trabalho revolucionário, o que impedia de se chegar a uma boa organização.

Na construção da organicidade, o movimento ressalta a necessidade da organização com capacidade de tomar as iniciativas e agir organizadamente com métodos eficientes.

Destacamos aqui na construção da organicidade do MST apenas um exemplo, o da criação das brigadas³⁴ ao estilo leninista de organização das massas operárias. Lênin insistiu muito nessa questão, a da valorização da organização dos operários, mas insistiu mesmo foi na organização dos revolucionários. Na obra “Que Fazer?” estabelece os fundamentos das razões necessárias da organização dos revolucionários que dependeriam de cinco pontos: 1º) não seria possível um movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes; 2º) quanto mais a massa se integrasse à luta, maior seria a necessidade de ter essa organização; 3º) a organização deveria ser composta por pessoas que fizessem da atividade revolucionária a sua profissão; 4º) pelas condições do país, quanto mais restringissem a organização aos revolucionários profissionais, tanto mais difícil seria o trabalho da repressão; 5º) isso ajudaria a atrair pessoas de outras classes para a militância (Bogo, 2005).

Com relação à organização das brigadas, de acordo com o MST (2005:89), “após longo processo coletivo de análise e debates realizados nos últimos anos, constatamos nossa fragilidade orgânica e tomamos a definição política de implantar uma nova organicidade no MST, reestruturar a organização de base juntamente com as instâncias, compondo-as a partir de alguns passos”. Os passos são os seguintes (MST, 2005:89-90):

- 1º) Inicia-se pela constituição de brigadas de até 500 famílias. Para cada brigada é eleito um dirigente estadual.
- 2º) Cada brigada tem sua direção própria, formada por um dirigente estadual mais um dirigente para cada 50 famílias ou para cada 5 núcleos, e mais um representante de cada setor. Este coletivo forma o comando político da brigada.
- 3º) Criação dos núcleos de família. Um núcleo é formado por dez famílias e é coordenado por uma mulher e um homem.
- 4º) Organização dos setores em cada brigada. Cada setor tem um representante para cada 50 famílias que formam o coletivo do setor na brigada. A brigada deve discutir quantos setores deve criar (frente de massas, formação, educação, produção, finanças, comunicação, cultura, gênero, saúde e outros).
- 5º) Formação da coordenação da brigada. Dela deve participar a direção, mais os coordenadores e coordenadoras dos núcleos.
- 6º) Criação de uma secretaria para cada brigada.

³⁴ - As brigadas são uma certa quantidade de famílias que o dirigente do movimento vai dirigir. As brigadas variam de tamanho, podendo ser composta de 200 a 500 famílias.

Mais a frente, nesta mesma obra, o movimento mostra o método adequado da constituição das brigadas, de funcionamento dos núcleos e dos setores estaduais (coordenação estadual, cursos, etc.).

No livro recentemente lançado pelo movimento intitulado “Método de Trabalho e Organização Popular”, aparece a discussão do **método** que o movimento deve adotar para melhorar o trabalho de organicidade dentro de dois objetivos: o tático e o estratégico. Para o MST (2005:07), “o método é a capacidade de se colocar no lugar exato os elementos e requisitos para se construir o caminho que nos leva a um determinado fim. Este fim, podemos estabelecer como objetivo determinado, podendo ser um objetivo intermediário de longo prazo. Ou então poderíamos chamá-los de objetivo tático e objetivo estratégico”.

Espelhando-se na teoria de Tse-tung (2005), o método deve ser encarado como algo adaptado dependendo do objetivo e da situação em que se encontra a realidade. Em sua teoria, Mao Tse-tung colocava como papel dos intelectuais na busca de objetivos revolucionários a necessidade do engajamento em trabalhos práticos e teóricos na realização de questões práticas importantes para desse modo atingir o objetivo.

Na organização, o método se constitui de duas diretrizes básicas e dois eixos que orientam a sua aplicação que são segundo o MST (2005:08-09):

- AS DIRETRIZES

A) Política ideológica – significa sua definição de classe e clareza do rumo que deve ser seguido. Isto porque o método tem o objetivo de nos levar a um determinado lugar ou a um lugar ideologicamente antecipado. Ele orienta o rumo que deve seguido para chegar àquele objetivo estabelecido.

B) Técnica organizativa – nenhum método pode ser abstrato. Deve ser profundamente concreto em suas funções técnicas e na prática organizativa. Os métodos somente se desenvolvem e comprovam sua eficiência na medida que forem aplicados sobre uma determinada realidade para transformá-la, de acordo com esta visão antecipada que se tem do objetivo.

- OS DOIS EIXOS

Podemos compreender os dois eixos como sendo aqueles que sustentam o peso para “transportar” o método e que se constituem em:

A) Elementos estruturantes

São as partes constitutivas do método que, alinhadas, compõem a estrutura do método como: estudo, domínio da realidade pró e contra, decisões políticas, definição de objetivos,

estabelecimento de metas, análise das conseqüências, checagem permanente, plano e contraplano, avaliações, etc.

B) Requisitos orgânicos

É o lado do método que irá garantir o objetivo estabelecido. É o que se coloca como fundamental antes da partida. Imaginem quais devem ser os requisitos orgânicos para um avião decolar. Na checagem feita pelos pilotos se verifica se ele pode ou não decolar. Por exemplo, um requisito fundamental é o combustível que já deve ter sido colocado no tanque antes de ir para a pista. Assim como uma marcha deve ter seus requisitos para poder iniciar, caso contrário ela pode “cair” como o avião.

Mais adiante no mesmo texto, o movimento expressa como entende o método dentro do movimento da realidade, inspirados na visão da dialética materialista de Marx. Utilizam como exemplo a preparação de uma marcha pelo movimento. A marcha que o movimento fez de Goiânia a Brasília no ano de 2005 tem recebido elogios por sua excelente organização³⁵. De acordo com o MST (2005:09-10), “a dialética é o conjunto de contradições e movimento interno que existe em todas as coisas. Nada é estático e tudo se relaciona, se tomarmos como referência uma ação que vise alcançar determinado objetivo de sensibilizar a sociedade para a reforma agrária, apontada pela linha política anteriormente elaborada”.

Os requisitos orgânicos inicialmente podem ser os aspectos correspondentes à preparação de uma marcha como: criação de coordenações e equipes que cuidarão da: preparação da base, da busca de alimentos, segurança, infra-estrutura, divulgação, busca de apoio, marcação de pontos de parada, carro de som, ambulância, bandeiras etc. Ou seja, deve-se garantir tudo o que é indispensável para a marcha começar bem. Mas a realidade política muda mais rapidamente que a realidade material, por isso é preciso prestar atenção nas transformações que vão acontecer. Já quando iniciarmos a preparação da marcha veremos que aparecerão coisas que não estavam previstas. São novos requisitos orgânicos que o movimento interno fez aparecer. Podemos citar como exemplo a prisão de alguns coordenadores. Um dos requisitos será a contratação de advogados (MST, 2005:09-10).

Dentro do desenvolvimento de ações, pela lógica de seu próprio desenvolvimento interno, também, segundo o MST, podem aparecer bloqueios originados pelo próprio movimento contraditório das coisas. O exemplo dado pelo movimento é novamente o da

³⁵ - Sobre a Marcha Nacional pela Reforma Agrária no ano de 2005, o MST elaborou um “livreto” com 63 páginas onde mostra a estrutura organizativa da Marcha e orientações gerais. Neste livreto publicado em Março de 2005, vemos como o movimento, inspirado em seus “gurus” ideológicos é realmente organizado (in: MST, 2005a, Caderno Mutirão).

marcha, em que pode ocorrer a não aceitação das rádios locais a darem divulgação ou de campanhas contrárias para que ninguém apóie com alimentos e com a própria participação. Neste caso, para o MST, este desbloqueio só será possível se “os elementos estruturantes, de análise e domínio da realidade estiverem sempre presentes no decorrer da ação como os dois eixos de um carro, estão sempre onde o carro está. Isto porque é normal quando se está em meio a uma ação somente pensar nas coisas práticas e menos nas análises e avaliações” (MST, 2005:12).

Outro elemento presente nas cartilhas, livros e materiais didáticos elaborados pelo movimento é a noção de **consciência**. Parafraseando Marx e depois o citando, nos diz BOGO (1999:108), “todo ser social é um ser político, pois sua tarefa fundamental no mundo é formar a sociedade e viver nela. Na mesma medida em que o ser humano faz a sociedade, formará sua personalidade e seu caráter através da convivência e de todas as influências sociais. Acontece que muitas pessoas não têm consciência disso”. Citando Marx da Ideologia Alemã, o MST entende consciência da seguinte forma:

A consciência, portanto, é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de mais nada, mera consciência do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável, com o qual os homens se relacionam de maneira puramente animal e perante o qual se deixam impressionar como o gado; é portanto uma consciência puramente animal, da natureza (MST, 2005:84).

Esta citação de Marx da Ideologia Alemã tem o objetivo de formar nos militantes do MST o empreendimento da construção de uma nova consciência. Esta consciência deverá nascer da experiência já acumulada por outras pessoas, tendo contornos de uma formação cultural. Posteriormente, esta mesma consciência social vai se desenvolvendo através do aprendizado, despertando em cada ser humano uma vocação profissional. O MST chama de consciência social e faz parte de um relacionamento natural entre pais e filhos e colegas de trabalho contribuindo na formação da conduta e do caráter de cada ser humano.

O que importa depois desse passo é elevar a consciência social para uma consciência política. Esta só será apreendida a partir da compreensão de cada um do seu papel na sociedade. “Ela se forma através da convivência, mas eleva-se a partir do estudo, da elaboração de objetivos a serem alcançados, e das responsabilidades assumidas

conscientemente de desenvolver atividades que levem todas as pessoas a terem dignidade, praticando valores e se colocando a serviço das transformações necessárias para o progresso e bem-estar da humanidade” (BOGO, 1999:109).

Carregando esta noção para os assentamentos pode-se considerar que consciência social “é tudo aquilo que fazemos para garantir a sobrevivência ao relacionar-mos com a natureza e com a comunidade. Mas como é uma nova realidade que se forma a partir do assentamento, muita coisa nova ainda está fora da consciência social..., portanto, através dos atos que praticamos diariamente é que desenvolveremos esta consciência” (Idem:109).

Os graus de consciência política foram resumidos pelo movimento nos textos apresentados pelo Laboratório Organizacional de Empresa coordenado por Morais, que são, segundo o MST, três: o grau de consciência ingênua, de consciência crítica e o grau de consciência organizativa.

No primeiro caso, referente à consciência ingênua, os indivíduos se dão conta de seus problemas ou de sua miséria, mas não chegam a identificar os fatores responsáveis, ou seja, as causas. Em geral, atribuem sua miséria e seus problemas a um fatalismo, à natureza, à vontade de alguma divindade, a Deus. Chegam a imaginar que os pecados dos homens ou o destino de cada um determina sua miséria. No segundo caso, a consciência crítica, os indivíduos já identificam os fatores responsáveis por seus problemas, por sua miséria, identificam os latifundiários, os fazendeiros, a polícia e o Estado como elementos sociais que os agridem. Até aqui o grau de organização continua sendo frágil e quase não existe. Mas apenas quando os grupos com um grau de consciência crítica experimentam durante muitos anos a ineficácia de suas formas artesanais de organização, ou ainda quando recebem dos operários das grandes empresas a consciência organizativa, é que eles conseguem criar estruturas eficientes e capazes de responder aos objetivos do grupo (MST in MORAIS, 1986:19).

Estas três categorias escolhidas (consciência, método e organicidade) para mostrarmos as referências teórico-ideológicas na atuação política do MST são importantes porque refletem o grau de organização que possui o movimento e dá a este um “status” de movimento social organizado. Isto porque constrói e elabora a necessidade de uma consciência crítico-organizativa para seus militantes e membros, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos e, principalmente, serve para mostrar a sociedade de um modo geral, que não é um movimento “baderneiro” como a imprensa costuma noticiar. Tudo isso amparado em teorias que se fizeram respeitadas historicamente pela humanidade e, acima de tudo, mudaram diversas sociedades que viviam sob a égide do capitalismo.

3.4 A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS DO MST: DOS COMPORTAMENTOS IDEOLÓGICOS À SUPERACÃO DOS VÍCIOS ARTESANAIS DE PRODUÇÃO

É na cooperação agrícola que o MST tenta colocar em prática seu modelo marxista-leninista de sociedade e sofre as mais severas críticas por “impor” uma visão de organização da produção, segundo seus detratores, não coerente com a tradição camponesa brasileira.

Começaremos esta parte da tese com perguntas do tipo: Qual seria, então, a forma da agricultura camponesa? E no que esta destoa dos procedimentos organizativos do MST? E como o MST vê estas formas camponesas de produção? Para depois respondermos em qual proposta o movimento se inspira para organizar a produção nos assentamentos.

Iniciamos, então, pela questão, ou seja, por entender o que significa o campesinato?³⁶. Segundo Wanderley (1996), a agricultura camponesa é uma agricultura familiar, uma vez que se funda na relação entre propriedade, trabalho e família, possuindo particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito à forma de produzir, aos objetivos da atividade econômica e às experiências de sociabilidade.

Esta noção está fundamentada na associação entre a unidade de produção e as necessidades do consumo do grupo doméstico, idéia defendida por Alexander Chayanov (1888-1930), professor de um importante instituto de agronomia na Rússia e expoente de um grupo de economistas agrícolas conhecidos por pertencerem a Escola da Organização da Produção que tentavam insistentemente contribuir para que os camponeses pudessem melhor gerir os recursos disponíveis.

Henri Mendras, identificou cinco traços característicos camponeses, que são: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de relativa autarquia; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (Wanderley, 1996).

O modelo de cooperação que o MST quer colocar em prática nos assentamentos que não condiz com o modelo camponês baseado no trabalho familiar. Nossa posição teórica

³⁶ - Não temos interesse em aprofundar noção teórica que envolva uma discussão sobre o que é o campesinato. Não é esse o interesse da tese nesta parte, e sim apresentarmos o modelo de cooperação e no que este se difere enquanto idéia do MST deste sentido de camponês clássico.

concordando com Wanderley (1996) é de que para a realidade paraibana as mudanças que estão ocorrendo se dão na forma de continuidade.

É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional. No entanto, parece-me importante sublinhar, é que estes "novos personagens", ou pelo menos uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade. Com efeito, suas estratégias de reprodução se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro (WANDERLEY, 1996:08).

Evidentemente, diz Wanderley (1996), que é preciso considerar, antes de tudo, que o campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente seu quadro colonial, que se perpetuou como uma herança após a independência, da dominação econômica, social e política da grande propriedade, a marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. Concordamos com a autora e enfatizamos que no caso a região nordeste foi uma grande herdeira deste processo.

Como anteriormente discutimos e apresentamos, o Movimento Sem-Terra possui organicidade, pressupondo "a eliminação dos aspectos espontâneos e ingênuos da consciência dos camponeses" (BOGO, 1999:134). Assim, é necessário que os camponeses se organizem coletivamente.

Segundo o MST, um movimento de massas somente vai diminuir a espontaneidade dos camponeses quando aperfeiçoa sua estrutura de organização interna e adquire consciência de classe e, portanto, consciência de sua existência, sabendo de onde veio e para onde vai, ou seja, tendo um projeto para o futuro. Somente é possível evoluir no movimento, conforme Bogo (1999), se superar os aspectos ingênuos da consciência social, estabelecendo formas de convivência e de produção que elevem a qualidade da consciência, integrando ao movimento dos camponeses pessoas que possuam capacidades intelectuais e conhecimentos científicos, para que se possam, nesta integração, evoluir-se nos aspectos orgânicos elevando a qualidade do movimento e da organização interna.

O MST é dirigido por profissionais que querem construir uma história diferente daquela que outros movimentos camponeses erigiram. É claro, o MST sempre respeitou e até aprendeu com outros movimentos no campo e na cidade, mas a principal característica dele é

que “só conseguiu sobreviver como movimento porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas por lutar por terra, esse movimento já teria terminado” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:35).

Os inimigos dos camponeses clássicos eram as intempéries, dos camponeses do MST, segundo FERNANDES & STÉDILE (2001:36), “são os latifundiários e o Estado, que não democratizam as relações sociais no campo, não leva o desenvolvimento para o meio rural. Este Estado está imbuído de interesse de classe”. Acreditamos que o MST soube compreender e incorporar na sua ideologia e na sua doutrina esse componente político.

Alguns autores tomam hoje a definição de camponês e como encaram esta questão no Brasil, como é o caso de Ricardo Abramovay que questiona a existência do camponês e o que temos hoje é uma agricultura familiar. No MST não participa apenas o camponês, pois é um movimento que “não se fechava e não se fecha em um movimento camponês típico, no qual só entra quem pega na enxada” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:33)³⁷.

É difícil entender o MST a partir da nossa autodefinição. Percebemos que, com esse caráter de movimento camponês, ele era sui generis. Desde o início, todas as formas de luta que desenvolveu foram de massas, o que trouxe para dentro dele três características fundamentais. A primeira foi a de ser um movimento popular, em que todo mundo pode entrar. Nesse caráter popular, tínhamos ainda uma subdivisão. De um lado, popular no sentido de que dentro da família camponesa vai todo mundo. Participam o idoso, a mulher e as crianças. Nesse ponto, ele se diferencia do sindicato, porque, tradicionalmente, somente o homem, adulto, participa das assembleias sindicais. Percebemos que aí residia a nossa força, pois o homem, além de ser machista, é conservador e individualista. O movimento, na medida em que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe, que numa assembleia de sem-terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o mesmo poder, tem vez e voz e se sente valorizado. Outra subdivisão do caráter popular é que desde o início, talvez pelo trabalho da Igreja, fomos poucos sectários. Ou seja: somos um movimento camponês que tem essa raiz da terra, essa ideologia em que entra todo mundo que queira lutar pela reforma agrária. Ninguém fica pedindo atestado de atuação (FERNANDES & STÉDILE, 2001:32).

Sendo assim, o movimento concebe o camponês definindo-o como “produtores simples que trabalham a terra como proprietários, parceiros, arrendatários, ocupantes,

³⁷ - O Jornal Nacional exibido pela Rede Globo de Televisão no dia 26/09/2005 mostrou um recente acampamento do MST no Rio Grande do Sul onde a maioria dos acampados era proveniente da indústria calçadista do estado que estavam desempregados.

posseiros, etc, utilizando para isso seus próprios meios de produção e decidindo sobre o consumo e a distribuição dos produtos” (MST in MORAIS, 1986:08).

Entrando na terceira questão apresentada (antes de detalhar o processo de cooperação do MST), vimos que para MST in Morais (1986), o processo produtivo no qual se insere o camponês apresenta um caráter orgânico do processo produtivo artesanal no qual o indivíduo começa e termina o mesmo produto. No caso, o camponês “desmata”, “destoca”, limpa, ara, semeia, etc, colhe e consome ou destina ao mercado o resultado de seus esforços pessoais. Em alguns casos divide parte do trabalho com sua esposa ou com algum diarista que contrata.

A produção do camponês é a produção simples e pessoal em que ele mesmo utiliza sua própria força de trabalho. No processo produtivo da banana, da batata, do feijão, do algodão, do arroz, etc, um camponês intervém desde o começo até o final, tal como o artesão (um alfaiate, por exemplo, que desenha, corta, costura, passa ferro e recebe o pagamento de seu trabalho) que começa e termina o produto sem dividir com outros (como na indústria de roupas) o processo produtivo (MST in MORAIS, 1986:09).

Estes aspectos fazem com que a visão do camponês seja pessoal no que se refere à forma de trabalho. Além disso, o camponês geralmente vive no campo com outros camponeses que trabalham cada um por si sem nenhuma vinculação produtiva.

A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês, determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu comportamento ideológico no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação (sindical, cooperativa, etc) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participações sociais (MST in MORAIS, 1986:09).

O MST in Morais (1986), ressalta que, quando os camponeses resolvem fazer uma cooperativa ou associação, não tarda que em pouco tempo estas organizações sofram deformações em seu funcionamento. Desaparece o processo produtivo que teoricamente deveria estar socialmente dividido e o presidente ou alguns dos diretores passam a realizar todas as funções e tarefas que corresponderiam a outros associados.

É aí que entra a idéia inovadora de organização do MST, que quebra com a perspectiva em torno de um líder na qual os que se associam a uma associação ou cooperativa o fazem em função de um indivíduo e não em função de uma organização estruturada. Isto

segundo o MST, é reflexo exatamente do “processo produtivo individual (unifamiliar) que o camponês desenvolve e que determina a visão personalista como uma das características de seu universo cultural e das superestruturas sociais que abarca” (MORAIS, 1986:09-10).

Por isso, o MST tem sido insistente na chamada superação dos “vícios artesanais” herdados, como já dissemos, de um processo produtivo simples, no qual a auto-suficiência prescinde da análise, o espontaneísmo exclui o planejamento e a distribuição é quase nula. Daí a tendência à centralização de funções e a permanente propensão de tomar para si tarefas que outras pessoas ou dirigentes podem e devem realizar.

Segundo o MST, estes “vícios” travam a organização social de forma coletiva. Para Brenneisen (2002), que estudou os laboratórios organizacionais de campo do MST que prescrevem toda esta discussão das formas artesanais de trabalho como vícios, diz que o autor dos laboratórios, Clodomir Moraes, classifica estes vícios de “oportunistas” e “subjetivistas”. Neste sentido, de acordo com a autora, “o autor engendra a mais superficial e por isso extremamente maniqueísta classificação de pessoas e comportamentos, oferecendo o terreno propício para uma verdadeira ‘caça as bruxas’, ou seja, um terreno propício para rotular comportamentos, eliminar divergências e, por que não, excluir aqueles que ousarem divergir” (BRENNISEN, 2002:78-79).

Não concordamos com a visão de Brenneisen, por duas razões:

1º) A autora fala da redução da história cultural dos camponeses. Nós sabemos que os assentados do MST na sua grande maioria possuem trajetórias históricas e sociais diferenciadas e que, como colocado acima, o movimento “aceita” as mais diversas categorias sociais no seu meio e não só os que sabem pegar na enxada. Portanto, como movimento social, busca formar o comportamento dos agricultores em cima de alguma coisa, no caso, ancorado na ideologia socialista e na organicidade do centralismo democrático.

2º) Os estudiosos do MST têm de ter um olhar mais profundo deste movimento, coisa que criticamente não demonstram. O MST é organizado, não é um partido político nem uma organização com fins passageiros. É um movimento social que luta contra o estado burguês e, portanto, um movimento que é movido por ações coletivas. Notamos durante as diversas experiências que tivemos em assentamentos que na unidade e na disciplina que pregam, têm-se originado diversos comportamentos camponeses como a solidariedade, a amizade, troca de dias de serviço, mutirão, etc. Isto será comprovado ou não nos capítulos seguintes com a pesquisa de campo.

No documento do laboratório organizacional da empresa aparecem exemplos de alguns vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho que são de forma resumida caracterizados da seguinte maneira segundo o MST in Moraes (1986):

- 1) Individualismo: o individualista é o tipo oportunista que acredita apenas no indivíduo e sempre o coloca em plano superior à organização. Ao defender o indivíduo, o individualista tem presente a defesa de seu próprio interesse;
- 2) Personalismo: este também está sempre cuidando de seus interesses pessoais. Sempre atribui a si os êxitos conseguidos ou os frutos de um empreendimento ou de uma ação. É o que sempre diz “eu fiz”, ao invés de “nós fizemos”.
- 3) Espontaneísmo: o espontaneísta é resistente ao planejamento dos trabalhos ou de ações e muito menos age conforme um plano de trabalho. Ele prefere realizar as tarefas que lhe são agradáveis ou mais convenientes como também as realiza no momento que mais lhe agrada ou que mais lhe convém.
- 4) Anarquismo: o anarquista reage à organização das coisas ou das ações. Não controla nem contabiliza os recursos. É um homem desorganizado.
- 5) Imobilismo: o imobilista é um tipo de oportunista que deliberadamente não se mexe para nada. Seu lema é fazer onda para não afundar sua canoa de interesses pessoais. Quanto mais calado e quieto permanecer, menos trabalho lhe toca.
- 6) Comodismo: o comodista é o tipo de oportunista que procura sempre se acomodar ou estar bem com todo mundo quando surgem situações conflitivas.
- 7) Sectarismo ou radicalismo: o indivíduo sectário ou radical é aquele tipo de oportunista que se sente torturado pela aparente lentidão com que amadurecem as condições necessárias para a realização das ações fundamentais e decisivas da empresa.
- 8) Liquidacionismo: o liquidacionista é aquele tipo de oportunista que habilmente busca liquidar ou suprimir uma ação que possa prejudicar seu interesse pessoal.
- 9) Aventureirismo: o aventureiro, como todos os demais subjetivistas, nunca consulta a realidade na qual vai se basear a ação, tampouco mede as conseqüências ou os resultados da ação.
- 10) Autosuficiência: a autosuficiência tem origem no **subjetivismo** do indivíduo com grande dose de **ideologia artesã**. O indivíduo autosuficiente tem resposta para tudo, não ignora nada, não pergunta nada, nem pede nenhuma explicação e nunca tem dúvida. O autosuficiente tanto superestima como subestima a realidade e em qualquer desses casos ele age baseado na irrealidade de seu próprio subjetivismo. Os autosuficientes são mais freqüentes entre os artesãos intelectuais e entre os camponeses.

Em seguida, a apresentação destes vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho o MST apresenta as formas para combater estes vícios, que são três segundo o MST in Moraes (1986):

1) A vigilância: a vigilância tem como objetivo manter a unidade e a disciplina dos grupos. A vigilância é exercida não de forma policalesca, duvidando de tudo e de todos. A vigilância é exercida zelando-se pelo fiel cumprimento dos princípios da empresa, das técnicas organizativas e por meio da crítica. A nível ideológico, a vigilância se efetua fazendo ver de forma organizada, aos associados que manifestam vícios que atentem contra a unidade e a disciplina, o dano que podem causar a empresa.

2) A crítica: a crítica constitui um instrumento que permite capacitar as pessoas, harmonizar a ação das organizações, objetivando conseguir maior rendimento do trabalho e por estas razões deve ser estimulada e exercida com a frequência necessária. A crítica só pode ser considerada quando se apontam as causas dos erros e se sugere medidas para superá-las.

3) A reunião: a reunião é um mecanismo em que se exercita o trabalho coletivo ou associativo em qualquer nível, quer seja de base, de assembléia ou de comitês dirigentes e intermediários da empresa. Toda reunião só atingirá seu objetivo se for organizada com base em cinco partes: preparação, informativo com balanço crítico, plano de trabalho, distribuição e controle.

Desta forma, o MST consegue através da organicidade e da preparação organizada promover inúmeras discussões que objetivam superar o que o movimento chama de vícios ou desvios ideológicos determinados pelas formas artesanais de trabalho.

Sendo assim, chegamos agora à exposição das formas de cooperação promovidas pelo MST e às suas respectivas inspirações.

Nos princípios de origem do MST, o debate que se fazia sobre cooperação era pelo viés idealista cristão. Não era uma visão cientificamente elaborada. Ocupar terras e distribuir terras simplesmente não resolvia o problema. Foi preciso que a base do movimento, no caso assentados, começasse a enfrentar problemas reais do tipo mecanizar lavouras, mudança do padrão técnico do trabalho, acesso ao crédito, etc. Isto tudo porque no Sul, onde o movimento começou, os reintegrados à produção tinham em suas mentes aquela visão da enxada e do arado para resolver os problemas de produção. Segundo Fernandes & Stédile (2001), os primeiros assentamentos conviveram com o fim do crédito subsidiado. Tanto é que a primeira luta do MST ligada à produção foi pelo crédito subsidiado. Em outras palavras: um crédito especial para a reforma agrária.

Em 1988 com a implantação dos laboratórios organizacionais da empresa feita por Clodomir Moraes, foi assimilado pelo movimento que somente com a divisão do trabalho se

poderia aumentar a produtividade, ou seja, “o camponês precisava compreender que só a divisão do trabalho vai aumentar a produtividade e, portanto, aumentar a renda e o bem-estar, e que só a divisão do trabalho vai permitir elevar a sua consciência social de camponês individualista para um sujeito que percebe que é apenas mais um no sistema social” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:98).

Amadurecendo durante o período de 1988 a 1990 através de discussões, sistematizações e estudos, o movimento lança sua visão sobre cooperação num caderno de formação sobre o “Sistema cooperativista dos assentados” (SCA), Caderno nº 5 do MST. O SCA é um setor do MST que tem como objetivos gerais construir e implantar a estratégia geral do MST. Os objetivos específicos do SCA são: proporcionar militantes/dirigentes e criar condições materiais para a luta; desenvolver a consciência política na base; construir sua organicidade; engajar-se na sociedade seja fazendo articulação política e/ou ajudando a organizar outros segmentos e vivenciar novos valores.

A finalidade do SCA é estimular e massificar a cooperação agrícola dentro dos assentamentos, em suas várias formas, integrando neste processo os assentados individuais. A proposta se resume em construir um novo cooperativismo no Brasil que se caracteriza por ser: alternativo, diferente e de oposição.

Desta forma, o movimento entende a cooperação como uma forma das pessoas se ajudarem para fazerem determinada tarefa. Em outras palavras, é o jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho. “Antigamente, cada pessoa fazia tudo sozinho. Mas, com o desenvolvimento da sociedade, a humanidade descobriu a necessidade de se ajudar. Começaram ajudando as pessoas com problemas de saúde, trocando dias de serviço (na colheita, por exemplo), fazendo mutirões (ou puxirões), trabalhando juntos, e assim foram dividindo o trabalho entre muitas pessoas. Isto se chama **cooperação**” (MST, 1998a:21).

Então para o MST, a cooperação agrícola “é a introdução dessa divisão social do trabalho, de forma cooperada. É o jeito de juntar ou somar esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas, comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto. E chegar até o ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto” (MST, 1998a:21).

Esta concepção de cooperação está amparada na busca do desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. “A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto, deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo” (MST, 1998a:22).

Para Morrisawa (2001), a partir de uma visão abrangente de que a saída individual é fatal para o assentado, o MST combina a organização da moradia, o agrupamento das famílias em núcleos de base e a promoção da cooperação como forma de criar uma nova estrutura social no assentamento. Vivendo próximas, em agrovilas ou núcleos de moradia, organizadas em núcleos de base, as famílias são estimuladas a solucionar seus problemas de forma conjunta.

Existem razões para que o movimento exerça o trabalho de cooperação. Algumas delas estão expressas no ideário teórico-ideológico em que o MST acredita. Porém outras razões de ordem prática são colocadas como fundamentais para o convencimento dos assentados a cooperarem-se. São elas segundo MORRISAWA (2001:231-232):

- RAZÕES ECONÔMICAS:

- a) aumento do capital: quando reúnem suas pequenas sobras ou reorganizam o capital que já possuem ou mesmo aplicam coletivamente os empréstimos feitos junto aos bancos, os assentados conseguem obter mais crédito para a aquisição de bens necessários ao aumento da produção;
- b) obtenção de crédito: os bancos costumam exigir que o solicitante de empréstimos comprove possuir três vezes o valor que está solicitando. Por isso, individualmente nenhum assentado possui este valor, é preciso que um coletivo reúna seus bens e suas pequenas sobras para poder obter créditos visando à aquisição de bens necessários ao aumento da produção;
- c) aumento da produtividade: com a divisão social do trabalho, cada trabalhador fará menos atividades ou atuará em apenas uma linha de produção, mas com mais habilidade e qualidade;
- d) racionalização da produção de acordo com os recursos naturais: é muito difícil aproveitar corretamente as potencialidades de solo e de clima em um esquema familiar individual onde o assentado tem de produzir um pouco de tudo para sobreviver. Com a cooperação agrícola é possível aproveitar ao máximo o solo e o clima, produzindo para o mercado apenas os produtos apropriados a ele; e
- e) desenvolvimento da agroindústria: a mão-de-obra disponível da racionalização da produção pode ser utilizada em unidades agroindustriais de pequeno e médio porte voltadas à transformação dos produtos da lavoura e da criação.

- RAZÕES SOCIAIS:

Além da aproximação das moradias, com acesso facilitado à infra-estrutura básica, como estradas, água e energia elétrica, a cooperação agrícola facilita a educação das crianças

e dos adultos, agilizando a conquista e a construção desse importante equipamento social. Também o acesso ao transporte coletivo e ao atendimento à saúde são favorecidos pela cooperação.

- RAZÕES POLÍTICAS:

A cooperação leva o assentado a participar das lutas específicas (vinculadas às suas necessidades imediatas) e das lutas gerais da sociedade como um todo. Num sistema de cooperação, os agricultores percebem-se como uma força que, somando-se à de outras categorias, pode contribuir para a construção de uma nova sociedade.

As razões da cooperação são ancoradas em princípios como o de que a cooperação deva ter um papel educativo, deva ser massiva e evoluir das formas simples para as mais complexas³⁸. Estes princípios dão origem às formas de cooperação que são desenvolvidas nos assentamentos atualmente, como o mutirão, a troca de dias, a troca de insumos, até formas mais intensas de entre-ajuda, como grupos semicoletivos, os condomínios de animais e os grupos coletivos. Apesar de nem todas essas experiências serem legalizadas, quando o são, são chamadas de associação ou cooperativa.

As associações são de diversos tipos como de aquisição de animais, máquinas ou implementos agrícolas; de comercialização (compra e venda de produtos agropecuários); de beneficiamento da produção (armazenagem, farinheiras, serrarias, moinhos, etc). Em geral a produção ocorre no lote familiar e a associação presta algum serviço de interesse comum. Em alguns casos serve apenas para a representação política dos assentados.

Quanto às cooperativas, destaca-se a de prestação de serviços que é um desdobramento da associação. No caso, quando a atividade dos assentados cresce, eles buscam normalmente criar um agente econômico com uma maior capacidade de agir no mercado regional. Além disso, presta serviços de assistência técnica, fornece insumos agrícolas e serviços de máquinas, repassa crédito, etc.

No entanto, as mais avançadas formas de cooperação que o MST tenta colocar em prática são as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA's). Estas, segundo MORRISAWA (2001:233), "são um tipo de cooperativa em que os fatores de produção (a terra, o trabalho e o capital) são administrados coletivamente. Sua propriedade e produção são sociais, pois os donos são os trabalhadores e as sobras são repartidas entre si conforme o trabalho aportado de cada um. Em geral, esta cooperativa se reduz a um pequeno número de famílias variando de 10 a 60".

³⁸ - Segundo o MST, a cooperação pode começar com as formas mais simples (mutirão) e ir se tornando mais complexa, até chegar às superiores, em que a terra, o trabalho e o capital são administrados de forma coletiva.

As CPA's são o "sonho de consumo" e/ou a prioridade dos líderes do MST, pois estas se espelham nas formas de produção que tem como matriz teórica o marxismo-leninismo. O objetivo principal de uma CPA é o de atingir a plena agroindustrialização, com base na implantação de projetos dessa natureza no interior dos assentamentos.

De acordo com Brenneisen (2002), em maio de 1992, foi criado um setor específico, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab), com sede na cidade de São Paulo. Este setor, segundo a autora, congrega as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), as Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CCPS) e as CPA's, além dos grupos coletivos e as associações e tem como principais atribuições: realizar planejamentos e estudo de mercado, representar as cooperativas frente a organismos nacionais e internacionais e viabilizar atividades de importação e exportação.

Qual o modelo mais adequado de cooperação? Só a realidade das regiões brasileiras vai dizer. Um dos principais líderes do MST, João Pedro Stédile, quando perguntado sobre qual seria o mais adequado sistema de organização da produção nos assentamentos, respondeu:

Estamos criando um sistema misto. Não no sentido que é misturado, mas superior aos dois. O nosso objetivo, que está no programa agrário, é uma etapa superior aos modos camponês típico e capitalista. O que assimilamos do capitalismo é a divisão do trabalho, não com objetivos capitalistas. O capitalismo se utiliza da divisão do trabalho para explorar as pessoas. A divisão do trabalho foi nascendo com o processo natural de desenvolvimento das forças produtivas... Considero nossa proposta de divisão do trabalho superior porque, do ponto de vista econômico, a renda da produção é dividida entre todos. Isto nem no capitalismo e nem o camponês fazem (FERNANDES & STÉDILE, 2001:109-110).

Portanto, a idéia do MST é incentivar cada vez mais a criação das formas de cooperação a modo CPA em que se encontra, segundo o movimento, a superioridade organizativa dentro dos assentamentos.

3.5 A REVOLUÇÃO CULTURAL NOS OBJETIVOS DO MST

A questão cultural é vista pelo MST não apenas enquanto atividade cultural relacionada à tradição musical, do teatro e da pintura. Na verdade, o movimento compreende a cultura como algo mais abrangente e muito importante na trajetória rumo à reforma agrária e

ao socialismo. A cultura possui uma importância para o movimento numa relação direta com as atividades cotidianas, os hábitos, os costumes, as tradições e as inovações, enfim: diretamente relacionada com a vida das pessoas.

Entender estes aspectos relacionados ao papel que representa a cultura para o MST é, antes de tudo, entender o papel maior que esta se circunscreve dentro do mundo hegemônico capitalista e burguês que valoriza apenas as coisas da cidade³⁹.

Para BOGO (2000:04), “a reflexão da cultura está relacionada à prática de nossos valores enquanto indivíduos comprometidos com o bem estar social de todos, comprometidos com os princípios da justiça, da igualdade e do bem comum. É relacionada com os valores sociais, coletivos, que nosso movimento defende, que precisa estimular e propagar no meio rural”.

Este entendimento do papel da cultura pelo MST tem sido fundamental para a implementação do sistema cooperativista do movimento. Esta visão está ancorada em movimentos feitos por trabalhadores rurais que tiveram grande importância na transformação da China capitalista para uma China socialista a partir de 1958. Começados pelo chamado “Grande Salto Adiante” (1958-1960), pela Revolução Cultural (1966-1976) e pelos reajustamentos e reformas socialistas de mercado (iniciados em 1978), estes movimentos resultaram em uma revolução agrícola na China. “As áreas rurais foram transformadas num mercado florescente para a produção industrial e, ao mesmo tempo, foram industrializadas, abrindo campo para a introdução da ciência e da tecnologia em larga escala na agricultura” (MST, 1998b:05).

É neste modelo chinês que o MST busca sua inspiração para a criação das brigadas responsáveis pelos mais diversos níveis de organização, como foi no caso da China, onde as “brigadas de produção, em geral, corresponderam a uma ou algumas cooperativas, a quem pertenciam os meios de produção mais importantes, como oficinas de reparos e fábricas rurais de porte pequeno e médio” (MST, 1998b:18).

A revolução cultural chinesa é tão inspiradora para o MST que esse lançou um caderno especial sobre o cooperativismo na China, no qual mostra a função que desempenhou esta revolução no movimento de massas daquele país. De acordo com o MST (1998b:24), “a revolução cultural chinesa consistiu num poderoso movimento de massas, dirigido por Mao Tse-tung e pelos defensores do aperfeiçoamento das relações de produção socialistas, através

³⁹ - O MST tem apenas uma obra teórica que trata da questão cultural que é o “MST e a Cultura” apresentada no Caderno de Formação nº 34 publicado no ano 2000, escrito todo por Ademar Bogo, teórico e líder do movimento.

da ação e da luta ideológica e política”. Coletivização, igualitarismo e democracia direta eram os grandes referenciais. Desenvolvimento ininterrupto das relações de produção socialistas baseadas nos ganhos iguais e no modo igual de vida independente do nível alcançado pelas forças produtivas era, segundo o MST, a forma mais segura de liquidar completamente o sistema de exploração de classes.

A cultura é então, para o MST, não apenas aquilo que está ligado com a arte. Mas tudo que se transforme em melhoria da organização social, como, por exemplo, as escolas, as marchas, o método de fazer reuniões e assim por diante. Há hábitos, dizem os dirigentes do movimento, “que repetimos há dezenas de anos e não percebemos que prejudicam nossa saúde. Às vezes o jeito de trabalhar, andar, relacionar-se, perceber as coisas, solucionar problemas, etc, não ajudam a melhorar a existência social, por isso dizemos que precisamos fazer uma revolução cultural, que nada mais é que colocar as coisas em outra ordem” (BOGO, 2000:06).

Para o MST, o significado da origem da palavra cultura está vinculado ao cultivo da terra e, por decorrência, ao trabalho.

Verificando na história que a divisão social do trabalho se deu justamente quando os seres humanos descobriram a agricultura e passaram a cultivar sementes, da produção destas sementes é que dependia a existência das comunidades primitivas. Logo chegamos a uma conclusão muito simples, que cultura, trabalho e existência estão interligados. Por isso definimos que cultura é tudo o que fazemos para produzir nossa existência (BOGO, 2000:08).

Citando o exemplo de Marx sobre a diferença entre o pior arquiteto e a melhor das abelhas, Bogo (2000), vai dar o contorno deste entendimento dizendo-nos que o trabalho produz cultura através do relacionamento, afetividade, convivência, desenvolvimento da consciência social, etc. “Por isso é que se divide em produtivo e improdutivo. O primeiro cria objetos materiais, o segundo possibilita o surgimento do conhecimento, da organização social, formação e educação ideológica. Isto tudo relacionado à cultura” (BOGO, 2000:10).

Os “sem terra“, então, nesse entendimento, deixa de ser uma categoria social para tornar-se nome próprio, quando identifica um grupo social que decidiu ser sujeito para mudar de condição social através da organização política, forjando daí sua própria identidade, com ideologia e valores.

De acordo com BOGO (2000:49), “é necessário então resgatar o entendimento do que é revolução e unificá-lo entre os trabalhadores para que nos ajude a compreender a revolução

cultural que procuramos desencadear internamente no MST”. E, citando Florestan Fernandes da obra “O que é Revolução?”, alerta para a importância inclusive dos termos para se fazer uma revolução. Conforme Florestan Fernandes:

Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas (FERNANDES in: BOGO, 2000:49).

A importância da compreensão dos termos e da definição dada sobre isso por Florestan Fernandes opera dentro do MST enquanto uma força que vai transformar este entendimento teórico em ação revolucionária. Revolução significa, para o MST, “o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais” (BOGO, 2000:51-52).

A revolução então deve acontecer como um nascimento. Uma verdadeira revolução popular é para o movimento como um processo complicado e doloroso, de morte da velha ordem social e nascimento da nova ordem social, do novo estilo de vida de dezenas de milhões de homens. A revolução aparece para o movimento como uma luta de classes e como uma guerra civil aguda, furiosa e encarniçada, no dizer do autor acima.

Neste sentido, a participação das massas no processo revolucionário, indo além da pura luta econômica, processa uma transformação **subjetiva** que determinará a razão de participar em preparação do corpo e da mente para fazerem-se presentes nas ações que empurram a revolução pra frente.

É desta forma que a subjetividade vai adquirindo importância e se desenvolvendo como a vontade, indignação, organização e a consciência, de acordo com as condições objetivas encontradas na realidade como a exploração, fome, miséria e crimes. Sem criatividade não há revolução. Neste momento, as duas condições tanto subjetivas quanto objetivas, se unem em uma só objetividade, ou seja, tudo tem que tornar-se objetivo, estar em condições de realização (BOGO, 2000:34).

Por isso, para o MST a reforma agrária está ligada diretamente à revolução por duas razões:

A primeira por ela estar no campo das “reformas” onde obrigatoriamente deve impulsionar a revolução para frente através da luta pelas necessidades imediatas dos trabalhadores Sem Terra e da sociedade. A segunda razão está vinculada a este concebimento antecipado da sociedade socialista que pretendemos construir, onde a propriedade privada sofrerá mudanças profundas na forma de sua existência. Por isso é preciso iniciar a sua reformulação agora já na conquista da terra, para que o novo modelo de reforma agrária sirva para preparar as bases de um novo modelo de propriedade e de agricultura na sociedade emergente. É neste sentido que a reforma adquire um caráter ideológico, reforça e aguça as contradições do capitalismo (BOGO, 2000:60).

A pergunta que se faz é: primeiro se faz a revolução ou primeiro a revolução cultural? Teoricamente a revolução cultural só seria possível após a tomada do poder pela classe trabalhadora. No entanto, para o MST, os trabalhadores devem criar o máximo de consciência possível para o anúncio do projeto histórico que se transforma em consciência crítica ao mesmo tempo em que se prepara para a sua realização. Isto significa que, durante as ações levadas a efeito pelo movimento, como as contra o latifúndio e o Estado, desenvolvem-se “ações culturais” que servem para construir a existência com elementos da velha cultura e que faz com que a massa perca o contato com a forma de vida capitalista e burguesa criando assim novos conceitos e novas práticas de vida.

Então para o MST, é possível fazer a revolução cultural antes da revolução para a tomada do poder capitalista. “Afirmamos então ser possível realizar a revolução cultural no campo, antes mesmo de conquistar o poder do estado no país, porque já estamos ou temos potencial de produzir nossa existência de forma independente, dentro de nossos territórios conquistados, fazendo ali não só plantações de árvores, mas uma nova cultura com novas relações” (BOGO, 2000:68).

O MST chama de pilares as referências básicas que fundamentam a revolução cultural do movimento colocadas em marcha. Estes pilares básicos são em número de dez: a autodeterminação, a inter-relação entre as espécies, a continuidade histórica, a arte de fazer o belo, a linguagem, o conhecimento, a imaginação, a utopia, o cuidado e a luta de classes. Desta forma, em síntese, pode se dizer segundo o MST, representado por BOGO (2000:91), que a cultura representa:

- Tudo o que o ser humano imagina, sente e faz para produzir sua existência em sintonia com as demais espécies de vida;
- O desenvolvimento da cultura em uma organização como o MST deve estar em sintonia com os objetivos estratégicos para que, de fato, se consiga implementar as mudanças estruturais

que se pretende. Este esforço deve transformar-se em valores permanentes conformando comportamentos em novas condutas;

- O trabalho é considerado elemento central no desenvolvimento da cultura e na construção de um novo ser humano;
- A arte, a estética e demais expressões devem estar a serviço da educação ideológica dos trabalhadores. Cada vez mais devem ser incentivadas pelos militantes e dirigentes;
- Devemos intensificar a preocupação em resgatar os valores culturais e experiências históricas de gerações passadas como exemplo de criação cultural, que sirvam para educar as gerações atuais.

Assim, estes elementos de busca só serão possíveis se o movimento insistir na consciência e criar referências organizativas e principalmente promover ações que objetivem aglutinar pessoas em torno da realização de objetivos comuns e/ou de ações coletivas conscientes. Para o MST, isso só será possível se o país se livrar do “lixo” cultural que há séculos vem copiando dos estrangeiros.

Acreditamos que a discussão da cultura e da revolução cultural no MST é uma forma de resistência e de enfrentamento ao poder. O que dificulta o diálogo cultural do MST com a sociedade, talvez, seja esta idéia de socialismo. Dizer que o MST é um movimento atrasado por causa disso é uma tática da burguesia. Mas se o movimento tem princípios, não pode negar sua utopia. É preciso manter a coerência do movimento, mesmo tornando-se antipático para a sociedade. O MST, muitas vezes, perde espaço político importante por isso. Mas, ou ele mantém sua coerência e seus princípios, ou ganha parte da simpatia da sociedade, daqueles que gostam do movimento por aquilo que ele fala e perde a simpatia dos que gostam dele por aquilo que ele fala.

3.6 A PRODUÇÃO DOS VALORES E DA MÍSTICA NO RITUAL IDEOLÓGICO DO MST

A partir da segunda metade da década de 1990, o MST começa a ter outras preocupações que não só as econômicas dentro dos assentamentos. Pode-se dizer que o movimento coloca pela primeira vez como preocupação a dimensão subjetiva dos indivíduos dentro das ações e objetivos da organização.

No Caderno de Formação do MST nº 26, publicado em 1998, de autoria de Ademar Bogo, com o título “A vez dos valores”, aparecem estas novas preocupações não ligadas mais às diretrizes estruturalistas que até então dominavam as discussões do movimento. O texto

tem a preocupação de valorizar a dimensão subjetiva dos indivíduos nos assentamentos. “A força do exemplo se torna não somente admiração, mas referência. E se materializa em virtudes que se reproduzem por séculos. Para estas virtudes, que se conformam em valores, é que devemos dar atenção nos próximos anos” (MST, 1998c: 06).

A prioridade do movimento passa a ser o ser humano enquanto agente capaz de criar novos valores como a solidariedade, a beleza, a vida, o gosto pelos símbolos, o gosto em ser povo e a defesa do trabalho e do estudo. Neste sentido, os valores produzidos e reproduzidos pelo MST nos assentamentos decorrentes das relações sócio-econômicas associadas às ações coletivas são um dos objetivos específicos a ser analisado nos estudos de caso.

Desta forma, para o movimento, a solidariedade passa a ser entendida como algo a ser descoberto e que foi desestimulada pelo egoísmo capitalista. “A solidariedade é um valor que o egoísmo capitalista aos poucos desestimulou” (Idem, 1998c:06). Neste sentido, o movimento incentiva seus militantes com os exemplos das doações em que o MST teria sido salvo pela solidariedade da sociedade e pela opinião favorável à reforma agrária.

Quanto a outras iniciativas para a mudança do ser humano está a beleza enquanto símbolo do bem estar. “Nossos assentamentos devem ser verdadeiros jardins. A beleza física é que deve chamar a atenção. Ali deve ter árvores, flores, frutos, água limpa, casas bonitas e limpas, roças bem cuidadas, pastos bem formados, animais bem tratados e pessoas saudáveis e bem alimentadas” (MST, 1998c:09). Nesta parte, que trata do embelezamento dos assentamentos, encontramos a estipulação de cotas de árvores a serem plantadas, o que revela o caráter impositivo e normativo do número de árvores a serem plantadas. Isso, segundo o movimento, tem de ser uma regra para que a geração futura de filhos e netos possa imitar a geração presente. Segundo CAUME (2002:161), “a meta de embelezar os assentamentos constitui um contraponto aos adversários da reforma agrária que produzem dizibilidades e visibilidades marcadamente negativas a respeito desses espaços sociais: baixa produção agrícola, fome, miséria, abandono e um espaço físico e social considerado esteticamente feio”.

Os símbolos serão então as representações materiais destas utopias. “Devemos desenvolver o gosto pelos nossos símbolos que nos dão unidade, como: a bandeira, as ferramentas de trabalho, materiais de estudo, o hino do MST e tantos outros locais dentro dos assentamentos” (MST, 1998c:13). É obrigatório ter a bandeira em cada casa, nas mochilas de cada militante e em vários locais dentro dos assentamentos. Também nos produtos industrializados pelo movimento deve aparecer o símbolo do MST. O movimento já recebeu várias críticas com relação à colocação do símbolo nos produtos, entre elas a de que não se

pode identificar marca com ideologia. Mas o movimento tem respondido que “nossa ideologia já é uma marca, que tem na sociedade mais de oitenta por cento de aprovação” (Idem,1998c:14).

Outro valor importante e considerável em nossa opinião é o “gosto de ser povo”, no qual o MST rechaça a importação de idéias de que tudo que é de fora é melhor do que tem no Brasil. “Em nada somos inferiores aos imperialistas. Podemos não falar inglês, mas interpretamos os gestos de dominação e falamos uma só língua em todo o Brasil. Podemos não ter a Disneylândia, mas temos a Amazônia, a maior reserva florestal e animal do mundo. Temos o melhor futebol, temos as melhores praias, temos as melhores terras, temos os melhores climas, temos o povo mais bonito e mais alegre do planeta” (Idem, 1998c:18).

Por último, o MST entende que a defesa do trabalho e dos estudos são valores fundamentais para o desenvolvimento do ser humano. A idéia do MST é integrar todos ao trabalho independente de faixa etária. Parece-nos que o movimento ainda não pensou nos idosos que não têm mais condições de trabalho e que necessariamente tem direito a aposentar-se e não trabalhar mais. Quanto aos estudos, o movimento diz que “devemos ter amor pelos estudos. Conhecer todas as coisas. Desenvolver formas de organizar a produção e a sociedade, que ajudem a melhorar o tempo em que vivemos” (Idem,1998c:20). Quer dizer, o estudo sempre está condicionado à produção e não aparece como condição de extrapolar os gostos e sim somente como disciplinador em função do projeto ideológico do movimento. David Caume resume bem este controle disciplinar feito pelo movimento em relação à educação nos assentamentos:

A escola é entendida como instrumento de difusão do projeto político do movimento, pois cabe ao professor, também, dar condições para que os alunos tomem decisões cada vez mais acertadas e coerentes com a vida do assentamento e com os princípios do MST. Processo disciplinar onde as crianças devem ser educadas para uma vigilância constante, não apenas de si mesmas, mas dos próprios colegas para que aprendam a superar os desvios e oportunismos dos colegas. A escola representa, assim, um dispositivo onde se articulam práticas discursivas e não-discursivas que visam conformar e orientar padrões de conduta e formas de pensar consideradas desejáveis entre os agricultores dos assentamentos de reforma agrária diretamente vinculados ao MST (CAUME, 2002:152).

A meta da geração de novos valores pelo movimento em seus assentamentos, principalmente naqueles que desenvolvem a cooperação agrícola na sua forma mais avançada, as CPA's, parecem dar vazão aos sentimentos mais interiorizados da consciência humana, ou seja, parecem dar a oportunidade aos assentados de não pensarem somente em produção,

organização, revolução, etc, mas de terem a possibilidade de desenvolverem outras idéias e de pensarem em outras dimensões da vida. Enfim, de poderem colocar suas intenções reais com relação a seus futuros, de não dogmatizarem tudo o que fazem e fazerem fluir suas vontades e representações do mundo. Ou seja, os assentados não têm oportunidade de visualizarem o verdadeiro gosto e intenção de suas ações sociais, ou melhor, num sentido individual, de subjetivação, dar caráter significativo aos motivos, meios e fins de suas vidas. Não foram pensados assim estes valores, mas colocados presos ao controle ideológico do movimento.

Nesta perspectiva, na busca de “novos valores”, encontraria, segundo Caume (2002), na prática da mística do MST uma de suas principais materializações. A mística tem um sentido político-social para o MST, pois, segundo Boff no Caderno de Formação nº 27, no texto “Alimentar nossa mística” ela aparece agindo sempre como uma utopia, ou seja:

Aquela capacidade de projetar potencialidades do real, novos sonhos, modelos alternativos e projetos diferentes de história. Geralmente são os grupos oprimidos os portadores de novas visões, aqueles que, embora derrotados, nunca desistem, resistem firmemente e sempre de novo retomam a luta. O que os move são os sonhos de uma realidade nova. Por isso desfatalizam a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras (BOFF in MST, 1998d:37).

Neste sentido, a mística agiria como um motor secreto de todo o compromisso, daquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, daquele fogo interior que alenta as pessoas dentro da monotonia das tarefas quotidianas e permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. “É a mística que nos fez antes aceitar uma derrota com honra do que buscar uma vitória com vergonha, porque é fruto da traição aos valores éticos e resultado das manipulações e mentiras” (BOFF in MST, 1998d:38).

A mística seria constituída de práticas que influenciam a emotividade dos militantes e assentados do MST e tem, sobretudo, um sentido disciplinar, pois está ligada intimamente aos valores e utopias do movimento. A mística inclusive deve ser usada, segundo o movimento, para afastar os sentimentos individualizantes nos assentamentos. Sentimentos daqueles que conquistaram a terra e que querem trabalhá-la de forma individual. Por isso, segundo o MST (1994), deve-se recorrer à mística para conquistar os assentados individuais para o trabalho coletivo. “Os individuais enxergam o MST como uma entidade de fora. Não se sentem parte dessa organização. Por isso devemos recuperar a mística do MST, da luta, talvez a partir da cultura e da religião para trabalhar com os individuais” (MST, 1994:08).

No entanto, muitos agricultores provêm de experiências coletivas fracassadas e temem ter que delegar responsabilidades para alguém que volte a ser seus novos patrões. Por isso não integram o passo primeiro da ação coletiva que é a delegação de responsabilidade. Na verdade, o que o MST faz é discriminar as formas individuais de trabalho, o que é chamado de “discriminação das formas de cooperação não baseadas na coletivização”⁴⁰ (Kleba (1994) e Bergamasco & Norder (1996a)).

Então, desta forma, a mística serve para muitos fins sem muitas vezes levar em consideração os desejos dos indivíduos e os motivos que estes têm de não trabalharem conforme as normas do movimento. Por isso a mística assume para o MST um caráter de alimento ideológico e de ritual. Para Fernandes & Stédile (2001), ela é até mais do que isso:

A mística só tem sentido se faz parte da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos, Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação (FERNANDES & STÉDILE, 2001:130).

A mística, como todas as outras questões, está relacionada aos ideais do MST e se constitui num sentimento que emerge como uma espécie de certeza afetiva de que aquilo com que se sonha irá de fato se realizar, apesar das adversidades e graças ao poder de transformação das camadas populares organizadas. Segundo Melo (2003), entende-se que este processo se constitui como uma espécie de síntese e/ou de mediação entre:

A compreensão cognitiva do significado abstrato do projeto social pelo qual o movimento se propõe a lutar e que pretende construir; e o investimento afetivo, motivacional, necessário para romper com o imobilismo e impulsionar o engajamento concreto em ações que permitam materializar tal projeto (MELO, 2003:115-116).

Mas o que vem a ser a mística no entender do MST? Segundo MORRISAWA (2001:209), a mística, no contexto dos sem-terra, “é um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas”. Neste sentido, segundo FERNANDES & STÉDILE (2001:132), “em qualquer organização social, em qualquer movimento social, não é o discurso que proporciona a unidade entre as pessoas na base. O que constrói a unidade é a

⁴⁰ - Sobre esta questão, ver meu estudo sobre “Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária”, Edunioeste, Cascavel, 2003.

ideologia da visão política sobre a realidade e o uso de símbolos, que vão costurando a identidade. Eles materializam o ideal, essa unidade indivisível”. Isto significa que a mística está ligada ao uso de bandeiras, músicas, hinos, palavras de ordem, ferramentas de trabalho, etc, que fazem com que os militantes vejam nestes a representação da resistência e da identidade dos sem-terra. No dizer de um militante, “sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano aí está se manifestando a mística” (MORRISAWA, 2001:209).

De acordo com o MST (2001:231-237), a mística do movimento surgiu a partir de três vertentes:

1ª) Da natureza contemplativa da vida camponesa: o camponês por natureza é um ser místico. Carrega em si seus mistérios e os relaciona com os mistérios da natureza. Consegue manter diariamente a expectativa da realização do futuro imediato, orientando-se geralmente pelos ciclos da colheita.

2ª) A música e a poesia: a música e a poesia estão ligadas a alguma coisa que tenha relação íntima com sua vida ou o trabalho, a religião e à festa. Contam alguma tragédia ou estabelecem uma relação íntima entre o ser humano e a divindade ou ainda mantém viva a memória regional ligada às festas ou a religião.

3ª) A devoção: a mistura da natureza contemplativa do camponês, da tradição musical e da prática religiosa que tem origens distintas acaba jorrando água que correm na mesma direção e se mistura dentro do MST, agora para regar uma causa comum, entre todos os participantes, compondo este mosaico da consciência social.

Em todas as vertentes da mística do MST, existem elementos que engrandecem a tradição camponesa em termos de sua relação com a natureza e da tentativa de decifrar seus enigmas. Porém, o movimento nessa construção acaba criando a necessidade de ter um camponês com uma nova mística relacionada à luta política. Já não é mais uma simples relação do homem com a natureza. Para o movimento, o camponês é desinformado e imediatista, então precisa descobrir a partir desta realidade a consciência de que esta sua condição deva ser levada para a luta política para que as coisas sejam vistas de forma mais prática.

O que o MST quer fazer é uma transformação deste caráter contemplativo tradicional do camponês, quando a relação homem-natureza é algo naturalmente estabelecido. O movimento então cria um novo camponês contemplativo, que seria aquele que:

Na luta política é uma pessoa que saiu de si, que não tem mais tempo para se olhar, mas estende as mãos e deixa que o outro o leve onde bem quer. O contemplativo é homem de uma só idéia, de um só programa, concentrado num só ponto. Contemplativo é aquele que, na variedade e na sucessão dos acontecimentos humanos, descobriu o sentido da história, o verdadeiro motivo de tudo, a explicação última e final daquilo que se move e acontece... o contemplativo é como o guerrilheiro que só fala a você do mundo novo em direção ao qual caminhamos (MST, 2001:233).

Comentando a citação que mostra a recriação do novo camponês revolucionário pela nova mística da contemplação, o MST diz que é “nisto que se transforma um Sem Terra após entrar na luta. Desenvolve a mística por esta característica contemplativa. Como o movimento da história não pára, é nela que a mística se alimenta e é por isso que as pessoas também querem continuar” (MST, 2001:233-234).

Parece-nos novamente uma visão dogmatizada do MST com relação à natureza do camponês. Desqualifica-se a relação do camponês com a terra e seus instrumentos de trabalho para realçar algo que está longe do seu entendimento e tudo que não tem viés revolucionário e socialista é desvio e “vício”.

Então, continuando o que diz o texto sobre a manifestação da mística no MST, vemos neste que, na visão do movimento, o camponês para se expressar precisa participar da luta política e engrandecer sua consciência pela busca de conhecimentos (conhecimentos esses, revolucionários, de estratégias, de táticas, etc):

Os lutadores sem terra, na medida em que descobrem sua missão histórica, buscam a superação dos vícios e desvios. Despertam para leitura e a busca de conhecimentos que engrandecem a consciência. Preparam o corpo para as atividades. Gastam tempo no convencimento das pessoas para seguirem o mesmo caminho. Enfrentam longas distâncias a pé para levar notícias e informações aos seus semelhantes na luta e na condição social... Apesar de sabermos em parte quem somos, ainda não sabemos o que podemos vir a ser. É na busca de entender este mistério que os sem terra seguem em frente, como forma de agradecer à bondade da terra, pelo resgate do corpo, e torná-lo instrumento de luta para edificar sobre esta mesma terra uma sociedade socialista (MST, 2001:241-242).

O MST continua a bater na “tecla” dos “vícios” artesanais de trabalho e nos “desvios”, questões debatidas na década de 1980 e implementadas via Laboratório Organizacional da Empresa, não entendendo que a organização social do camponês é baseada no trabalho familiar autônomo, que não tem patrão, que não precisa prestar contas de seu

trabalho para ninguém, ou seja, é dono do seu próprio tempo, quer dizer, uma coisa é aquilo que é trazido pelo MST até os trabalhadores rurais, outra é a ideologia camponesa inserida num contexto cultural e histórico determinado. Então, na visão do MST, o agricultor familiar que não se encaixa no perfil da organização proposta pelo movimento é considerado reacionário e pequeno burguês. Por isso concordamos com Navarro (2005), quando diz que:

Somente quem desconhece o mundo rural, onde prevalecem o conservadorismo e a tradição, é que pode julgar que a radicalidade discursiva dos dirigentes do MST tenha alguma atratividade política. As famílias rurais mais pobres aderem à organização por várias razões, entre as quais o fato, pouco conhecido, de constituírem uma ampla rede de parentesco que sustenta socialmente boa parte das iniciativas do MST. Mas há outras razões, como a legitimação simbólica recebida de setores católicos. O cálculo feito pelas famílias sem terra entre o constrangimento transgressor da maioria das ações e seu potencial benefício final e, é claro, a necessidade e a pobreza em que vivem imersas (NAVARRO, 2005:02).

Sendo assim, para o MST, a mística deve facilitar a aceitação da ideologia do movimento pelos assentados. Neste sentido, a mística reflete a idéia de que “é uma coisa do coração, do sentimento, alimentada por esta esperança de alcançar aquele sonho, ideal, objetivo, seja lá o que se queira, o que importa é que isto se transforme numa causa consciente, que se passa a viver por ela e por causa dela” (MST, 2005:111).

A mística, como podemos ver, só pode ser melhorada se pensada em seus aspectos ideológicos, quando a dança, as encenações, cantos, poesias, exposições fotográficas, etc, vão dar o alimento para a luta pelo socialismo. Portanto, a mística desempenha para o MST, segundo Bogo (1999), o papel de uma energia misteriosa que toca a todos e que aos poucos vai mudando a cada um e lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. “Esta energia que nos anima para seguir em frente é que chamamos de ‘mistério’ ou de ‘mística’. Sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano aí está se manifestando a mística” (BOGO, 1999:126-127).

A mística, em suma, retomada por novos significados, diferentes da prática pastoral dos primórdios da formação do movimento é incentivada como um contraponto à visão racionalista da vida e da ciência que faz com que as pessoas não se expressem e tenham vergonha de falar. Sendo assim, a mística tem o papel de auxiliar na luta pela mudança social, pois somente o discurso racional não convence.

Fomos ensinados a ter vergonha de falar e de expressar os sentimentos e a esperança que carregamos dentro de nós. Tem gente que acha que isso é sentimentalismo e que não nasce da razão. Por isso, na hora de conversar e de convencer usam explicações frias e insossas; fazem reuniões secas, chatas e cheias de discursos teóricos; realizam mobilizações sem entusiasmo e sem garra. Dão a impressão de que é errado pôr tempero em nossas atividades. O resultado é que pouca gente se convence. A experiência mostra que a lógica dita racional, só é assimilada quando a pessoa já foi conquistada pela confiança em alguém que encarna o projeto popular. O coração decide mais porque é o centro de nosso sentir, do nosso fazer e do nosso pensar (MST, 1998d:10-11).

Assim, compreendemos que a mística é mobilizada para construir estruturas simbólicas que correspondem a relações de reciprocidade em torno de um sentimento, ou de uma palavra de união. Essas estruturas têm capacidade de gerar valores éticos: solidariedade, equidade, amizade, confiança, etc, além de contribuir para construir uma nova identidade coletiva de sem terra ou de assentado.

3.7 ASPECTOS DA REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA E A REFORMA AGRÁRIA PARA O MST

No começo deste capítulo, expusemos a proposta de reforma agrária dentro da trajetória histórica do MST. O que queremos mostrar agora é a compreensão que o movimento tem da reforma agrária, como é seu programa de reforma agrária e os diversos elementos que envolvem esta discussão no contexto da realidade agrária brasileira.

Começaremos então a falar do Brasil de uma maneira geral, para entender os porquês da discussão da necessidade ou não de uma reforma agrária. Primeiro é necessário constatar que o Brasil é um país com grande potencial para a atividade de agricultura, com terras férteis e mão-de-obra abundante. No entanto, as terras brasileiras estão mal distribuídas. Isto, por fatores históricos, quando os imóveis rurais se concentraram nas mãos de poucos, determinando-se o latifúndio monocultor. Esta história começou com as capitânicas hereditárias e se estendeu até os dias de hoje⁴¹. Este talvez seja o principal problema da nossa agricultura com influência na oferta de empregos e na qualidade de vida no campo.

Nesta conjuntura, em que milhões de famílias não têm um pedaço de chão para plantar, entra a discussão da necessidade ou não de uma reforma agrária no Brasil. No

⁴¹ - Achamos que não é necessário dissertar sobre a história da distribuição de terras no Brasil, porque isso se encontra em diversos livros sobre a história econômica brasileira. Um exemplo é o livro clássico de Prado Júnior (1976) "História Econômica do Brasil" da Editora Brasiliense.

entanto, como nos diz Sampaio (2001), a abundante literatura recente sobre os problemas do campo brasileiro relegou a reforma agrária a um segundo plano. Para a maioria dos autores, trata-se de uma proposta historicamente superada. O capitalismo, afirmam, resolveu, sem alterações estruturais, os problemas que a reforma agrária se propunha a resolver.

A necessidade da reforma agrária já foi amplamente discutida entre diversos estudiosos brasileiros desta questão. Graziano da Silva, por exemplo, num texto publicado em 1987 polemizou dizendo:

Os objetivos das propostas de reformas agrárias burguesas elaboradas antes de 64 foram, em grande parte, superadas pela própria modernização da agricultura brasileira nesses últimos 20 anos. Criou-se um amplo mercado interno para a indústria nascente; aumentou-se a produção e a produtividade; o campesinato tradicional diferenciou-se gerando não apenas um "novo camponês tecnificado" mas também empresas familiares de um lado e proletários de outro; o grande capital se territorializou integrando interesses urbanos e agrários nos novos complexos agroindustriais, e rompeu-se a velha dicotomia mercado externo/interno que unificava a dinâmica da agricultura brasileira da época do complexo rural e dos complexos cafeeiros (GRAZIANO DA SILVA, 1987:49).

Posicionando-se contra ou favor da reforma agrária e deixando de lado posições extremadas de autores que discutem este tema, o certo é que não ter feito a reforma agrária até hoje no Brasil tem seguramente causado enormes problemas econômicos e sociais para o país e para provar isso não precisamos nem de estatísticas. Como dizem Palmeira & Leite (1997), "a tendência predominante entre os autores – hoje, provavelmente em razão da forte demanda por terra da parte de organizações de trabalhadores rurais, mais do que há alguns anos atrás – é no sentido de equacionar o problema em termos de uma reforma agrária 'social' ou de uma reforma agrária 'parcial' ou ainda de alguma combinação das duas" (PALMEIRA & LEITE, 1997:03).

Além de um certo abandono da discussão, fazer a reforma agrária tem sido visto apenas como distribuir terras, em um lugar ou em outro e, quando isso ocorre, só o é em função da pressão de movimentos sociais organizados. Foi assim em toda a história do Brasil. Nada foi feito em termos concretos para efetivar as diversas leis e planos de reforma agrária construídos. A sociedade também sempre pouco pressionou, pois, nunca teve claro a real necessidade de uma reforma deste tipo que poderia segundo nossa visão, mudar significativamente as questões sociais e econômicas das populações de baixa renda.

A reforma agrária como dissemos não é só distribuir terras em um canto ou em outro, é antes de tudo democratizar a terra, mudar a estrutura fundiária do país e redesenhar nosso mapa da posse dos imóveis rurais. Também, fazer reforma agrária é o Estado contribuir na organização da produção, fazendo com que surjam cooperativas, associações, agrovilas que tenham integração com a agroindústria, sempre visando aumentar a produção e qualidade dos alimentos, além de fazer-se um planejamento específico para cada região. Outro aspecto importante de uma reforma agrária é a necessidade de criar políticas agrícolas para manter o agricultor no campo. O governo deve dar estímulos, crédito rural e propiciar a intervenção de técnicos que desenvolvam novas maneiras alternativas de produzir no campo. No caso do Nordeste, é necessário distribuir lotes em regiões próximas a rios ou que tenham a possibilidade de abastecimento de água e/ou democratizar de verdade a água, que é de poucos.

Em suma, fazer a reforma agrária pressupõe, não apenas vontade, mas acima de tudo um olhar diferente sobre a miséria das populações rurais e estabelecer, como diz no Estatuto da Terra de 1964 no seu artigo 16, como objetivo da reforma agrária “um sistema de relações entre o homem, com justiça social, com progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.

De acordo com o site [http://veja.abril.com.br/reforma agrária](http://veja.abril.com.br/reforma-agraria) de 2005, existem 371 milhões de hectares prontos para a agricultura no país, uma área enorme, que equivale aos territórios da Argentina, França, Alemanha e Uruguai somados, mas só uma porção relativamente pequena dessa terra tem algum tipo de plantação. Cerca da metade destina-se à criação de gado. O que sobra é o que os especialistas chamam de terras ociosas. Nelas não se produz 1 litro de leite, uma saca de soja, 1 kg de batata ou um cacho de uva, por exemplo. Por trás de tanta terra à toa esconde-se outro problema agrário brasileiro. Até a década passada, quase a metade da terra cultivável ainda estava nas mãos de 1% dos fazendeiros, enquanto uma parcela ínfima, menos de 3% pertencia a 3,1 milhões de produtores rurais.

De acordo com o professor José Vicente Tavares da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em comparação com os vizinhos latino-americanos, o Brasil é um campeão em concentração de terra. Não sai da liderança nem se comparado com países onde a questão é explosiva como Índia ou Paquistão. Juntando tanta terra na mão de poucos e vastas extensões improdutivas, o Brasil montou o cenário próprio para atear fogo ao campo. É aí, segundo o professor José Vicente, que nascem os conflitos, que nos últimos vinte anos fizeram centenas de mortos ([http://veja.abril.com.br/reforma agrária](http://veja.abril.com.br/reforma-agraria)).

Em todas as situações, ainda que os pequenos proprietários não conseguissem produzir para o mercado, mas apenas o suficiente para seu sustento, a reforma agrária já seria uma saída, pelo menos para a miséria urbana. Segundo o site acima citado, apesar de a política de assentamento não ser uma alternativa barata porque o governo gasta até trinta mil reais com cada família que ganha um pedaço de terra, a criação de um emprego urbano custa R\$ 40.000,00 e na indústria R\$ 80.000,00. Só que esses gastos são da iniciativa privada, enquanto, no campo, teriam de vir do governo. É investimento estatal puro, mesmo que o retorno, no caso, seja alto. De cada R\$ 30.000,00 reais investidos, estima-se que R\$ 23.000,00 voltem a seus cofres após alguns anos na forma de impostos e mesmo de pagamentos de empréstimos adiantados. Para promover a reforma agrária em larga escala, é preciso muito investimento público.

Para Sampaio (2001), quando posto em perspectiva histórica, o monopólio da terra pelo latifúndio e pelas grandes empresas agrícolas constitui o principal determinante das brutais assimetrias existentes na sociedade brasileira, bem como um dos fatores responsáveis pelo caráter dependente e subdesenvolvido de nossa economia. Por isso, para o autor, a reforma agrária é importante para corrigir estas distorções.

A tarefa fundamental da reforma agrária é essencialmente política. O desafio primordial consiste em criar condições econômicas, sociais, políticas e culturais para que todos os brasileiros que vivem no campo – sejam como trabalhadores assalariados, sejam como pequenos proprietários de terra, sejam como proprietários organizados em cooperativas – possam participar em condições de relativa igualdade do desenvolvimento nacional (SAMPAIO, 2001:01).

Acreditamos que o que falta para impulsionar a reforma agrária no Brasil é uma interpretação mais profunda do momento em que vive a economia brasileira. Está faltando uma reflexão sobre o papel que a reforma agrária pode ter nesse contexto. E essa falta é exatamente vinculada ao papel da agricultura familiar e/ou camponesa como se convencionou falar⁴². Os agricultores pobres são os beneficiários da reforma agrária. Quando se fica apenas no emergencial, ou seja, apenas na distribuição de um pedaço de terra ali outro acolá, não se vê o papel da reforma agrária no processo de distribuição de renda, no poder político e na transformação do campo.

⁴² - Preferimos chamar como Wanderley (1996) de agricultor familiar o portador de uma tradição camponesa que lhe permite adaptar-se às novas exigências da sociedade. No caso brasileiro é complicado falar de um agricultor familiar de uma forma geral, pois são diversas as situações regionais e, portanto incorpora uma enormidade de situações específicas e particulares.

Normalmente, subestima-se a importância que a redistribuição da posse e uso da terra exercem nas alterações do poder político nas áreas rurais. É o caso, por exemplo, de cidades como no sul, especificamente no Paraná onde a cidade de Lindoeste, no oeste paranaense, só se tornou município por causa dos assentamentos de reforma agrária e também modificou a relação de poder local onde os assentados elegeram vereadores e o vice-prefeito da cidade. Outro exemplo é o Rio Grande do Sul, onde a reforma agrária tem produzido situações em que o poder passa de determinados setores, como o dos pecuaristas, para agricultores familiares com significativos reflexos na vida política de algumas regiões, o exemplo é o município de Bagé-RS.

Para Gorender (2004), uma reforma agrária no Brasil não pode deixar de considerar como prioridade a linha de desenvolvimento camponês, o que significa a distribuição da terra dos latifúndios para exploração familiar. Para este autor, com apoio creditício, técnico e comercial do Estado, desvencilhada da pressão latifundiária, a exploração familiar camponesa florescerá e beneficiará a economia do país numa escala hoje inimaginável. Mas, continua, a reforma agrária nas condições brasileiras deverá ter uma outra linha paralela ao desenvolvimento camponês: a linha de transformação das grandes empresas agrárias e pecuaristas em grandes explorações coletivizadas: cooperativistas ou estatais.

Essa visão defendida por autores de linha mais socialista não tem tido muito efeito e força em termos de políticas públicas que se transformem em políticas de reforma agrária. Segundo Carvalho (2003), o que vigora no país é uma contra-reforma agrária que foi eficazmente implantada nos últimos quatro anos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A contra-reforma agrária não aponta para a ruptura do monopólio senhorial sobre a terra ou para a transformação da estrutura latifundiária (monopólio da terra, relações sociais, sistema de poder e ideologia patrimonialista). Procura satisfazer esporadicamente a demanda social por terras e garantir a preservação histórica dessa estrutura, desviando a pressão social e política dos trabalhadores rurais sem-terra sobre a terra em situação de latifúndio. A contra-reforma agrária tem como objetivo estratégico submeter os desejos e aspirações de reforma agrária dos trabalhadores rurais sem terra aos interesses de classe dos setores dominantes do campo (CARVALHO, 2003:01).

Esta política de contra-reforma agrária sempre foi a tônica das iniciativas governamentais de todos os governos até hoje na história do Brasil. Segundo Carvalho (2003), as estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de 1992 e 1998, evidenciam essa prática de contra-reforma agrária. Através dos supostos

programas de reforma agrária do governo federal, diz o autor, 18 milhões de hectares de áreas de latifúndios foram transformados em parcelas de terra de pequenos proprietários rurais familiares. Nesse mesmo período a área total controlada pelos imóveis rurais acima de 2.000 hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares. Manteve-se ou aumentou discretamente o grau de concentração da terra no país nesse período, ao mesmo tempo em que os dirigentes da área agrária do governo anterior (F.H.C) afirmavam através dos meios de comunicação de massa que o governo federal estava realizando a maior (contra) reforma agrária do mundo.

Assim, para Prado Filho & Sampaio (2005), é preciso não confundir reforma agrária com a política de fazer assentamentos rurais para reduzir tensões sociais localizadas. No caso brasileiro atual, dizem os autores, a reforma agrária, ou seja, a solução do Estado para a “questão agrária” concreta que entrava no desenvolvimento do país compõe-se de suas partes indispensáveis e complementares: assentamento de famílias sem terra em grandes propriedades desapropriadas nas regiões em que se manifestam de forma aguda os defeitos da estrutura agrária e viabilização técnica e financeira da agricultura familiar, nas regiões em que ela já está implantada. Só nessa perspectiva, apontam os autores acima, pode-se fugir da armadilha das análises que privilegiam os aspectos “economicistas” ou “sociais” da questão agrária, a fim de definir claramente as funções que correspondem à reforma agrária em um projeto de construção nacional. Estas funções seriam, segundo PRADO FILHO & SAMPAIO (2005:05), as seguintes:

- redistribuir renda, riqueza e poder no campo, de modo a criar um clima sócio-econômico e cultural propício ao desenvolvimento equilibrado da exploração dos recursos agrícolas e florestais do país;
- criar escassez relativa de força de trabalho em toda a economia, a fim de forçar aumentos de remuneração dos assalariados;
- aumentar exponencialmente a produção de alimentos, a fim de sustentar uma demanda várias vezes superior à atual – resultado automático de um processo efetivo de distribuição de renda e
- viabilizar a agricultura familiar, mediante formação de assentamentos e apoio técnico, financeiro e comercial (preços) as milhões de unidades familiares já existentes.

Então, falar da possibilidade de implementar tais iniciativas e funções à reforma agrária é falar da pressão de movimentos sociais para sua realização. Segundo CARVALHO (2000:08), “as diversas lutas sociais pela democratização da posse da terra no Brasil, seja através da reforma agrária seja através da luta de resistência dos posseiros de terras devolutas e ou públicas como os trabalhadores rurais, os quilombolas, os ribeirinhos, os pescadores

artesanais com terra e os extrativistas, apesar de terem obtido conquistas isoladas não conseguiram alterar o quadro de dominação econômica, política e ideológica exercida pelo monopólio da terra no país”.

A luta do MST insere-se neste processo de tentativa de democratização da posse da terra e pela mudança do modelo econômico imposto aos trabalhadores rurais no país. A história do movimento, segundo Stédile (2000), passou por diversos períodos na luta pela reforma agrária. Primeiro de 1979 a 1983, período em que se desenvolveram lutas localizadas, ou seja, ocupações massivas de terras em várias regiões e estados. Nesse período foi importante a contribuição da CPT que através das discussões ajudou a desencadear a necessidade de criar um movimento nacional constituído em 1984. De 1984 a 1989, foi o período de consolidação do movimento em nível nacional, sua ampliação para quase todos os estados do Brasil, e sua afirmação como uma corrente específica de forma de luta pela reforma agrária no Brasil. Depois, de 1990 a 1994, foi o período em que o movimento foi reprimido enquanto organização social e foi considerado um período de resistência. De 1994 a 2000, foi o período em que o movimento passou a enfrentar não apenas o latifúndio como inimigo principal da reforma agrária, mas o modelo econômico neoliberal, em que as elites abandonam o projeto nacional e passam a modernizar a agricultura via complexos agroindustriais multinacionais.

No dias de hoje, segundo observamos junto às direções nacionais e estaduais e no site do movimento (www.mst.org.br), a luta do MST está ligada à reforma agrária associada ao combate à ideologia neo-liberal, bem como vinculada a ações de solidariedade, melhoria da qualidade de vida e ambiental, respeito às diversidades identitárias e culturais, valorização da estética, culto a símbolos culturais e políticos e, sobretudo, a participação no destino da sociedade em seu caminho para a realização da justiça social e da paz.

Para Stédile, a reforma agrária só virá pela capacidade das massas de se mobilizarem. “Se tivermos forças de lutar e de mobilizar muita gente, a reforma agrária avançará, caso contrário, não alteraremos a correlação de forças na sociedade” (STÉDILE, 2000:24). Neste sentido, o MST tem elaborado propostas em seus cadernos de formação e em textos escritos por líderes e intelectuais colaboradores que apresentam sua proposta de reforma agrária.

Apesar da constatação de que o Brasil possui graves problemas econômicos e sociais, resultantes da forma como distribui a propriedade da terra e da forma como organiza sua produção na agricultura, o Estado não conseguiu através de diversos planos e leis realizar uma reforma agrária que saia do papel e contemple a grande massa de famílias pobres que esperam um pedaço de terra onde possam no mínimo tirar seu sustento. Em torno desta constatação, o

MST acredita que “a solução para estes problemas, ou seja, para construir uma sociedade mais justa e mais igualitária, com menos pobres e ricos: é preciso fazer a reforma agrária” (MST, 2005a:25).

A defesa da reforma agrária pelo movimento é feita com base em parâmetros da realidade agrária brasileira, afirmando que o atual modelo de desenvolvimento econômico agravou ainda mais os problemas estruturais, sociais e econômicos da população rural. Esta defesa insere-se dentro dos objetivos estratégicos do MST desde sua fundação como movimento nacional no I Encontro Nacional realizado em janeiro de 1984, em Cascavel/PR, que são:

Os objetivos estratégicos do MST são basicamente três: - a conquista da terra para quem nela trabalha; - a reforma agrária, compreendida como terra para todos os sem terra do Brasil e com mudanças estruturais nas formas de organização e propriedade na agricultura brasileira; - a transformação da sociedade, caracterizada como uma sociedade sem explorados e exploradores (MST, 1984:14).

No primeiro documento elaborado oficialmente pelo MST como resultado do I Encontro Nacional, não aparece ainda esta idéia socialista que o movimento adquiriria mais tarde. As primeiras teses do movimento se inspiram menos em ideários socialistas e mais em necessidades concretas dos sem terra. “Terra para quem nela precisa e trabalha” simplifica o que tinham em mente os primeiros trabalhadores rurais que fundaram o MST. Aquelas 100 pessoas que se reuniram pela primeira vez de forma organizada em 1984 com representantes de vários estados brasileiros (Acre, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pará, Roraima, Santa Catarina, Bahia e Goiás) tinham em mente apenas a preocupação com as conseqüências mais imediatas provocadas pela modernização da agricultura como o êxodo rural e a concentração de terras, bem como a violência no campo. Não aparecem nos resultados escritos deste encontro, preocupações em construir o socialismo. A idéia de transformar a sociedade capitalista em socialista viria mais na frente, no Plano Nacional do MST de 1989 a 1993. Primeiro, então, o movimento preocupou-se com a reconquista da terra: “a situação de opressão e exploração a que cada vez mais são submetidos os lavradores e os sem terra e suas lutas de defesa, fazem com que esses comecem a agir contra o projeto dos latifundiários que querem se apropriar de toda a terra, e em vez de só se defender, começam uma luta de reconquista da mesma” (MST, 1984: 17).

Posteriormente, no Caderno de Formação nº 17 de junho de 1989, o movimento apresenta seu primeiro Plano Nacional quinquenal em que se encontram as primeiras análises

mais conjunturais da situação agrária brasileira. Neste, o MST afirma que, no Brasil, a reforma agrária compreendida como um conjunto de medidas que favorecem a quem trabalha na terra e como uma mudança profunda e ampla na estrutura de propriedade da terra não interessa à burguesia e ao sistema econômico vigente. Portanto, a realização de uma ampla reforma agrária está vinculada à mudança do atual sistema econômico e terá, necessariamente, um caráter socialista.

Nota-se que só depois de algum amadurecimento organizativo o movimento passa a dar uma caracterização mais nítida dos fins da reforma agrária. Ou seja, a reforma agrária seria um dos meios para atingir os fins que é a mudança do modo de produção social. O movimento diz, nesta cartilha de 1989 que, na conjuntura do desenvolvimento capitalista em que se vivia naquele período, impunha-se a necessidade de transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista. “Desta forma, a luta pela terra se transforma numa luta pela reforma agrária. As ocupações e outras formas massivas de luta pela terra, vão educando as massas para a necessidade da tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico: o socialismo!” (MST, 1989:10).

Mais do que discutir o tipo de reforma agrária e as especificidades do meio rural brasileiro onde existe uma diversidade enorme de situações em que se encontram as populações rurais, o movimento tem a preocupação permanente em mostrar que seu objetivo principal é a tomada do poder do estado e que a luta por terra é apenas uma estratégia política para alcançar esta mudança. Por isso, devemos compreender que o MST não é um movimento apenas camponês e sim um movimento social que possui também em suas fileiras outros segmentos de trabalhadores, com objetivos que não passam somente por reformas no meio rural, mas que, a partir delas, acredita somar esforços em torno de uma aliança entre operários e camponeses para fazer a reforma agrária avançar com uma finalidade mais geral que é favorecer toda classe trabalhadora. Por isso, o movimento afirma que se deve “entender e respeitar as diversas formas concretas de luta pela terra e pela reforma agrária, articulando-as para que deixem seu estágio corporativo e adquiram força social e caráter político e estratégico para toda classe trabalhadora” (MST, 1989:12).

Vista como o meio fundamental para atingir o fim maior que é a revolução socialista, a reforma agrária vai ganhar um documento pensado por militantes e intelectuais amigos do MST e apresentado pela primeira vez como um programa agrário do movimento. Isto foi publicado no Caderno de Formação nº 23 de 1995, que apresenta a síntese da visão que possuem sobre o tipo de reforma agrária, as transformações sociais que querem para o meio rural brasileiro e o sonho de mudanças. O documento vai expressar um conhecimento mais

elaborado da realidade agrária brasileira e a necessidade de transformar o mundo no sentido de construir uma sociedade mais justa, igualitária e socialista.

Este caderno de formação é colocado como um roteiro para estudo e um guia do futuro possível a ser construído. Sendo assim, parte para um diagnóstico do desenvolvimento do capitalismo no campo onde constata a subordinação da agricultura brasileira à lógica do capital em que, dentro desta perspectiva, “a busca do lucro como objetivo principal da produção agropecuária trouxe um processo permanente de concentração da propriedade da terra, dos meios de produção e da própria produção” (MST, 1995:07).

Em seguida, o MST culpa o Estado como principal agente dessa dinâmica do desenvolvimento capitalista na agricultura na busca de objetivos da política econômica, nas mudanças induzidas do padrão tecnológico e na alteração das relações sociais no meio rural. A consequência desse processo de desenvolvimento levado a efeito pelo Estado estaria no desigual desenvolvimento da agricultura espalhado pelas regiões do país, na exclusão do processo em que apenas uma minoria participou e foi beneficiada e na reprodução de formas de organização e de relações sociais consideradas atrasadas (parceiros e posseiros) e avançadas (assalariamento puro, capital industrial chegando na agricultura).

Depois de apontar o indutor principal dos problemas no campo brasileiro, o MST apresenta e caracteriza o que considera as classes sociais do campo e as tendências das relações sociais nesse espaço. Para o movimento, existiriam oito classes sociais no meio rural brasileiro: a burguesia agrária, a pequena burguesia, arrendatários capitalistas (a classe dominante), os trabalhadores rurais, os assalariados rurais, os trabalhadores sem terra, os semiproletários e os camponeses ou pequenos produtores familiares.

As tendências das relações sociais no campo entendidas dentro deste espectro de classes podem ser assim resumidas segundo o MST (1995:13):

- Uma contínua tendência ao êxodo rural, especialmente de jovens, diminuindo o número absoluto de trabalhadores no campo, e diminuindo ainda mais seu peso relativo sobre o total da mão-de-obra no país;
- Um aumento do assalariamento;
- Uma diminuição da sazonalidade do trabalho agrícola, reduzindo os períodos do ano sem trabalho na agricultura, em função da integração à agroindústria e da diversificação das atividades agropastoris;
- Maior integração dos produtores familiares à agroindústria;
- Maior seletividade e especialização entre os produtores familiares integrados a agroindústria;

- Diminuição dos produtores familiares que se dedicam à produção de grãos e outros produtos em que a grande propriedade tem ganho de escala;

- Reprodução dos pequenos produtores familiares nas regiões de fronteira agrícola e em regiões onde ainda predomina a produção de subsistência;

- Divisão da família entre o trabalho agrícola e o assalariamento na indústria. Nas regiões rurais urbanizadas e industrializadas parte dos trabalhadores continua morando no meio rural, mas, se assalaria nas indústrias e

- Mudanças tecnológicas que levarão a um aumento acelerado na produtividade do trabalho no meio rural.

Estas tendências são vistas como aceleradoras de futuros problemas agrários como a concentração da terra, a forma de utilização da terra, sobre o que se produz no campo, o êxodo rural e a migração, as condições de vida e de trabalho, o modelo tecnológico a ser adotado, a dominação política ideológica, a dominação cultural e educacional, a concentração da água no semi-árido do Nordeste, as políticas agrícolas, a comercialização e a industrialização. Para resolver tudo isso, apresenta-se um programa agrário chamado “A reforma agrária necessária” que tem os seguintes objetivos de acordo com o MST (1995:20):

- garantir trabalho para todos, combinando com distribuição de renda;
- produzir alimentação farta, barata e de qualidade a toda população brasileira, em especial nas cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade;
- garantir o bem estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros, de maneira especial aos trabalhadores e, prioritariamente aos mais pobres;
- buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, social, político, cultural e espiritual;
- difundir a prática dos valores humanistas e socialistas, nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero;
- contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direitos iguais;
- preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas, etc, de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável; e
- implementar a agroindústria e a indústria como o principal meio de se desenvolver o interior do país.

Dentro destes objetivos algumas medidas necessárias devem ser tomadas para alcançá-los, entre elas a necessária democratização da propriedade da terra e dos meios de produção e

mudanças no sistema econômico com a supremacia do trabalho sobre o capital. Destaca-se aí, a necessidade de um programa especial do governo que trate de irrigação e combate à seca no Nordeste. Para esta região, o MST (1995:25) acha necessário ter uma atenção especial que vise:

- distribuir aos camponeses as terras próximas a rios, açudes, canais e barragens existentes construídas com recursos públicos, bem como às margens dos rios perenes da região (São Francisco, etc);

- implementação de um amplo programa de irrigação que viabilize a agricultura permanente na região, beneficiando os pequenos agricultores;

- implementar agroindústrias e pequenas indústrias que fixem o homem na região e tragam o desenvolvimento;

- captação de água e construção de reservatórios nas regiões sem alternativas, com recursos públicos;

- democratização do uso das águas de reservatórios construídos com recursos públicos

- e
- garantia de compra de toda a produção.

Finalizando o programa de reforma agrária, o MST apresenta os dois mecanismos necessários para a implementação do programa. Conforme este documento para alimentar esse programa e torná-lo realidade, há a necessidade da existência de dois fatores básicos: 1º) a mobilização popular e 2º) a ação do Estado democrático e popular. Desta forma, para o MST somente com a construção de um amplo movimento popular que reúna os milhões de explorados e interessados nas mudanças na sociedade, poderá se alterar a atual correlação de forças e viabilizar o programa proposto. Para isso, é necessário massificar, ampliar a participação popular cada vez mais nas lutas e mobilizações. As conquistas atuais de assentamentos, associações, cooperativas e organizações sociais fazem parte do processo de mobilização e acúmulo de forças para realização de uma reforma agrária ampla.

Bem como, para que tais mudanças ocorram, torna-se necessário que o Estado, com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico) seja o instrumento fundamental de implementação das propostas. Seguramente, segundo O MST, deverá ser um Estado diferente do atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem comum.

Por isso, de acordo com Stédile (1994), a reforma agrária deve ser socialista e, por isso, deve descentralizar a propriedade e se organizar necessariamente de forma a priorizar a propriedade coletiva dos meios de produção.

Hoje não adianta mais ter só terra. É preciso ter a propriedade dos tratores, dos armazéns, dos trens que conduzem a produção. Não adianta mais o cara pegar só um pedacinho de terra e dizer: "tá feito a reforma agrária". Necessariamente com esse desenvolvimento que o capitalismo teve no campo, uma reforma agrária tem que abranger a propriedade coletiva de todos os meios de produção que afetem a agricultura. E por isso, ela adquire um caráter anticapitalista. Não é só a propriedade da terra que está em questão, mas está em questão a propriedade de vários meios de produção (STÉDILE 1994:318-319).

Mais adiante, no mesmo texto, vemos que o líder maior do MST aponta a impossibilidade de fazer a reforma agrária na sociedade capitalista. “Então nós imaginamos que vai ser impossível implantar o socialismo no Brasil se não fizer a reforma agrária, ao mesmo tempo em que não se consegue a reforma agrária sem implantar o socialismo” (STÉDILE, Idem:321). Parece-nos que esta afirmação dá o tom da luta do MST de uma maneira geral, ou seja, o projeto do movimento é antes de tudo ter na reforma agrária, como dissemos anteriormente, um motivo político para a mobilização e consciência da classe trabalhadora para gerar um amplo movimento de massas para a derrubada do Estado burguês. Isto quer dizer que tudo que se faz em termos de reforma agrária no Brasil serve apenas para um aliciamento organizativo dos trabalhadores e que nenhuma reforma agrária é possível se não for feita num outro tipo de Estado onde o sistema seja coordenado pelos próprios trabalhadores. A tradução desta idéia fica clara quando Stédile diz:

Eu acho que nós devemos ter a consciência de preparar a classe trabalhadora sabendo que essas mudanças, que são necessárias, não serão dadas de mão beijada, nem na base do voto, nem de uma maneira simplista e fácil, devagarinho – um ano elegemos um vereador, outro ano elegemos prefeito e um dia, sem que a burguesia se dê conta, nós estamos no poder. Eu duvido que desse jeito cheguemos ao poder. No máximo chegaremos a administrar algumas prefeiturinhas por aí. Mas na hora do pega, eles aparecem com o dinheiro e com toda força que a burguesia tem (STÉDILE, 1994:321-322).

Então, a reforma agrária para o MST tem que ser necessariamente socialista, “porque a reforma agrária atinge os interesses da burguesia, e se atinge os interesses da burguesia como classe, obviamente que ela tem que ter um caráter socialista” (STÉDILE, 1994:320). Essa visão socialista da reforma agrária é entendida também em cima de uma realidade tão diversificada que é a brasileira, pois o próprio movimento tem clareza da diversidade regional que o país incorpora.

O problema da agricultura é tão amplo e tão complexo, que evidentemente vai-se ter que levar em conta as realidades regionais. São impressionantes as diferenças regionais que existem num país continental como é o Brasil. Evidentemente que a reforma agrária vai ter que se adequar às características de cada região. Mas necessariamente ela vai ter um caráter socialista (STÉDILE 1994:320).

Diante deste quadro, uma reforma agrária hoje para o MST parece ser apenas um paliativo, pois considera que o problema agrário não será resolvido nas condições capitalistas em que se encontra o Estado e a propriedade da terra no Brasil. Então, resta entendermos que, para o movimento, enquanto isto não acontece, o negócio é ir organizando, acumulando forças e preparando o exército revolucionário de camponeses e trabalhadores urbanos que se incorporam ao movimento para a derrubada do Estado burguês e capitalista.

Para nós parece um pouco utópica esta idéia, pelo menos nas condições de hoje. Basta entrarmos nos assentamentos e veremos que o discurso revolucionário anda bem longe de uma consciência revolucionária. Acreditamos que a luta do MST deve ser respeitada, mas também não podemos fechar nossos olhos e num surto socialista acreditar que os assentados entendem estas idéias que os líderes pregam. Aliás, nem os líderes nos assentamentos têm clara esta proposta. Nos capítulos posteriores, mostraremos esta situação e como ela se comporta nos assentamentos estudados.

Retomando a discussão sobre a necessidade da reforma agrária e o que ela representa para o Brasil segundo o MST, encontramos na cartilha de 2005 da Marcha Nacional pela Reforma Agrária um balanço feito pelo movimento sobre a realidade agrária brasileira nos dias atuais. Aglutinando os dados de pesquisadores da realidade agrária, o MST critica o modelo de desenvolvimento agrícola caracterizado como modernização conservadora (a modernização da agricultura), implementado, a partir dos anos 1950, que aprofundou os problemas estruturais da agricultura brasileira. Vamos apresentar, de forma sintética, os 13 pontos diagnosticados pelo movimento como sua última posição oficial sobre os problemas da realidade agrária brasileira. De acordo com o MST (2005: 27-36), são estes os principais aspectos de nossa realidade agrária hoje no Brasil:

1º) A concentração da propriedade da terra: a área total dos imóveis cadastrados no INCRA como propriedade privada é de, aproximadamente, 420 milhões de hectares. Há outros 200 milhões de hectares de terras públicas (na região amazônica em geral impróprias para a agricultura), 102 milhões de hectares mantidos como áreas de conservação ambiental e 128 milhões de hectares de áreas indígenas. Há 4,2 milhões de imóveis rurais cadastrados. Desse

total, as propriedades menores que 25 hectares somam 2,4 milhões de imóveis (57,6% do total de imóveis) e ocupam 26,7 milhões de hectares (6% da área total). Já as propriedades com áreas superiores a mil hectares – menos de 70 mil propriedades – representam apenas 1,6% do total dos imóveis, mas ocupam 183 milhões de hectares, ou seja, 43,5% da área total cadastrada. As pequenas propriedades – as que possuem menos de 200 hectares – representam 92% do total das propriedades agrícolas e ocupam apenas 29,2% da área total do campo. Já as grandes propriedades, as que possuem área superior a 2 mil hectares – cerca de 32 mil propriedades -, representam 0,8% das propriedades e ocupam 31,6% da área total⁴³.

2º) Área cultivada: apesar das dimensões continentais do país, das condições geográficas e climáticas favoráveis a agricultura, na safra de 2003/2004, dos 420 milhões de hectares cadastrados, apenas 48 milhões de hectares foram cultivados para a produção agrícola (fonte: Confederação Nacional da Agricultura – CNA, balanço 2004, perspectivas 2005, Brasília dez/2004 mimeografado). E o pior, diz o MST, a maior parte dessas áreas e as melhores terras foram destinadas apenas para cultivo de soja, cana e algodão. Tudo para exportação. Somente para esses três produtos foi aumentada a área cultivada. Para o restante dos produtos a área cultivada está estagnada há mais de 20 anos e tende a cair.

3º) Inviabilidade dos pequenos agricultores: de acordo com o Censo Agropecuário, de 1986 a 1996, houve o desaparecimento de 942 mil estabelecimentos agrícolas. Desse total, 96% possuía área inferior a cem hectares.

4º) Subsídio agrícola: de 1970 a 1985, os subsídios agrícolas totalizaram US\$ 31 bilhões. Uma média de US\$ 2 bilhões anuais. Depois de 1985, praticamente os subsídios deixaram de existir. Somente os países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destinam anualmente a quantia de US\$ 360 bilhões para subsidiar a agricultura. Subsídio agrícola diário de um bilhão de dólares para a agricultura dos países membros da OCDE.

5º) Venda de máquinas agrícolas: na década de 1980, em média, eram comercializados 65 mil tratores por ano na agricultura brasileira. Passados mais de 20 anos, no ano passado, com toda propaganda da mídia, a indústria vendeu ao redor de 40 mil tratores e teve de exportar 30 mil. Ou seja, a agricultura de exportação não interessa nem para a indústria nacional, que não consegue aumentar seu mercado interno de máquinas agrícolas, que está a vinte anos estagnado.

⁴³ - Estes dados foram apresentados no XII Encontro Nacional do MST – São Miguel do Iguaçu/PR, 19 a 24 de janeiro de 2005 pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira no texto mimeografado chamado “Barbárie e Modernidade: as Transformações no Campo e o Agronegócio”.

6º) Empregos no campo: as pequenas propriedades agropecuárias (com menos de 200 hectares) geram mais de 14,4 milhões de empregos, ou seja, 86,6% do total de empregos gerados no campo, enquanto que as grandes propriedades, com áreas superiores a 2 mil hectares, responde apenas com 2,5% dos empregos gerados no campo (dados do texto do prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira).

7º) Tecnologia no campo: os defensores do agronegócio costumam dizer que a grande propriedade gera poucos empregos porque é altamente mecanizada e, conseqüentemente, seria uma grande consumidora de tratores, máquinas e implementos agrícolas. É apenas um mito para esconder a realidade. Enquanto na grande propriedade o número de tratores representa apenas 8,2% do total, nas pequenas propriedades esse índice é de 63,5%. Mas, apesar das pequenas propriedades deterem o maior percentual de tecnologia em tratores, máquinas e veículos, há uma má distribuição desses bens no meio rural. Apenas 11% do total de estabelecimentos agrícolas possuem tratores. Nas propriedades agrícolas com área inferior a 10 hectares, há um trator para cada 37 estabelecimentos. Nas propriedades com área superior a 10 mil hectares, há 6 tratores para cada estabelecimento (dados do texto do prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira).

8º) Importações agrícolas: antes do governo Fernando Henrique, o maior gasto com importações agrícolas ocorreu em 1993: US\$ 2,8 bilhões. De 1995 a 1999, a média anual com essas importações saltou para US\$ 6,8 bilhões.

9º) Produção de alimentos per capita: em 1995, a produção de grãos foi de 522 kg/pessoa. Em 1999, essa média caiu para 503 kg/pessoa.

10º) Financiamento para o campo: a distribuição do crédito rural entre os agricultores também revela as injustiças que há na agricultura e no meio rural brasileiro. Os grandes fazendeiros receberam em média, no último ano agrícola, ao redor de 37 bilhões de reais de empréstimos. Cerca de dez empresas transnacionais e grandes empresas de exportação agrícola pegaram no Banco do Brasil nada menos do que 4,5 bilhões de reais. Já os pequenos agricultores podem tirar créditos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O governo Lula aumentou os recursos do PRONAF, mas eles receberam apenas 3,7 bilhões de reais. E, entre os 4 milhões de pequenos agricultores, somente 1,2 milhões tiveram acesso a esse crédito. Ou seja, apenas 30% dos pequenos agricultores têm crédito no banco, e mesmo assim eles recebem menos do que 10 empresas multinacionais exportadoras de produtos agrícolas.

11º) Produção agrícola: em todos os produtos agrícolas, a pequena propriedade tem índice de produção superior aos das grandes propriedades. A única exceção é a lavoura de cana-de-

açúcar. Apenas alguns exemplos: na produção do leite, as pequenas propriedades respondem com 71,5% do total e as grandes propriedades com 1,9% do total. Suínos: a pequena propriedade responde por 87,1% da produção e a grande propriedade por apenas 1,7%. Bovinos: 37,7% na pequena propriedade e 21,8% na grande propriedade. Na produção de café, a pequena propriedade responde por 70% da produção (dados do texto do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira).

12º) Renda total na agricultura: as pequenas propriedades rurais são responsáveis por 53,5% da renda total gerada no campo, enquanto que o latifúndio gera apenas 15,4% da renda total.

13º) População sem terras: há no meio rural brasileiro, cerca de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terras. É um contingente populacional de, no mínimo, 16 milhões de pessoas. O agronegócio não gera empregos, não distribui renda. O que fazer com estas pessoas? Empurrá-las para as cidades, quando não há mais demanda de mão-de-obra? Empurrá-las para os confins das fronteiras agrícolas – região norte do país – para serem vítimas das cercas e das armas assassinas dos latifundiários e madeireiros?

Independente das estatísticas apresentadas pelo MST e dos dados apresentados, o fato é que no Brasil existem graves problemas agrários que devem ser enfrentados pelos governos sem favorecer um ou outro campo em conflito, no caso, sem terras e latifundiários. A reforma agrária não distributivista seria um meio de enfrentar estes desajustes agrários históricos. Mas fazer uma reforma agrária pressupõe rever o seu caráter, ou seja, diferente do modelo capitalista. Ao invés de priorizar a individualização, tentar outras formas de organização que tenham como viés outros tipos de apropriação e distribuição da riqueza.

Para nós, não tem sentido termos as terras deste país nas mãos de poucas pessoas e muito menos ainda ter uma agricultura exaltada pela sua exportação vultuosa de alimentos enquanto milhares de pessoas passam fome tanto no meio rural quanto nas grandes cidades. Que sentido tem nos lisonjearmos de sermos grandes exportadores de grãos e frutas, se temos milhões de famílias que passam fome? Aliás, se tivéssemos apenas um brasileiro passando fome por causa desta política agrícola que favorece o agronegócio e de uma política agrária que favorece o latifúndio, já teríamos motivos suficientes para não nos vangloriarmos. Por isso concordamos com Plínio de Arruda Sampaio quando diz que:

O monopólio da terra por um reduzidíssimo número de grandes proprietários não constitui somente uma fonte de poder econômico, mas uma fonte de poder social e político que sujeita a população rural e dá origem ao círculo vicioso da miséria. Para romper a dinâmica perversa que produz miséria, distorce e destrói a natureza, é essencial desconcentrar a terra e nisto consiste a essência da reforma agrária.

Essa dominação é que precisa ser rompida, e é essa ruptura o fator determinante da quebra da lógica do sistema de dominação fundado no monopólio da terra por um círculo reduzidíssimo de grandes proprietários (SAMPAIO, 1997:120).

Por isso, concordamos com o MST de que hoje a reforma agrária é uma necessidade dos trabalhadores rurais sem terras, dos pequenos proprietários rurais, dos posseiros, dos assalariados rurais e dos povos indígenas, e que busca atender, prioritariamente, os interesses da população brasileira e do país enquanto nação. Enfim, a reforma agrária é necessária para a construção e consolidação de um Brasil soberano e socialmente mais justo.

Neste sentido, desenvolveremos na parte seguinte deste capítulo a maneira como tem sido vistos por muitos estudiosos os assentamentos de reforma agrária e alguns de seus resultados em termos de contribuição para a reforma agrária, bem como veremos também como o MST organiza seus assentamentos e o que pensa destes espaços.

3.8 A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E O MST

A forma assentamento surge como uma resposta recente do Estado às ocupações pelos trabalhadores rurais que foram expulsos de suas terras ou se tornaram desempregados. De uma forma geral, segundo BERGAMASCO & NORDER (1996a:07), “os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Apesar da notoriedade alcançada pelos assentamentos, o debate em torno dessa política só ganhou importância a partir da metade da década de 1980, década em que se expande o número dessas experiências, resultantes da pressão exercida pela luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra. Na realidade, a reforma agrária só assumiu importância para o país quando os agentes necessitados criaram suas próprias organizações e seus próprios mecanismos de pressão frente à ineficácia estatal para resolver o problema.

Para Bergamasco & Norder (1996a), os assentamentos possuem, entre outras coisas, um valor estratégico na medida em que fornecem elementos para uma avaliação da pertinência da proposta de reforma agrária e da reestruturação da propriedade fundiária no Brasil.

Para nós parece um pouco precipitado poder fazer objeções sobre o papel dos assentamentos na necessidade de uma reforma agrária ou não no Brasil. Isso porque a reforma agrária que é feita no Brasil não é propriamente uma reforma agrária e sim uma reforma fundiária que alivia as pressões por terra. Assim, em diversos assentamentos não há uma necessária infra-estrutura social e produtiva muito menos crédito facilitado para os agentes ou qualquer serviço de assistência imediata como a saúde, por exemplo. Isto tem como conseqüência a incidência do abandono dos lotes adquiridos pelos trabalhadores beneficiados pela reforma agrária em diversos assentamentos pelo país. O certo é que, existindo ou não uma reforma agrária de acordo com o sonho das organizações dos trabalhadores, o processo legalmente existe e é um verdadeiro laboratório para observação privilegiada de múltiplas experiências.

Segundo Medeiros (2003), grande parte dos assentamentos existentes hoje no Brasil é produto da intervenção do governo federal, que, segundo a Constituição Brasileira, detém o monopólio do poder de desapropriação por interesse social. No entanto, diz a autora, há também uma quantidade não desprezível de assentamentos criados pelos governos estaduais mediante compra de terras ou uso de terras públicas. Ainda existem, embora pouco significativos em termos de quantidade, aqueles criados por prefeituras municipais.

Quanto à origem dos trabalhadores assentados, estas são diversas: posseiros que a partir de um determinado momento viram seu direito à terra questionado por proprietários ou pretensos proprietários; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para compra de um pedaço de terra, optaram por acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, que têm de ser realocados em razão da construção de usinas hidrelétricas que exigem o alagamento de vastas áreas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho e há muito tempo vivendo fora das propriedades; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação e aposentados urbanos e rurais que viram no acesso à terra a possibilidade de garantia de moradia e um complemento de renda (Medeiros, 2003).

O programa de assentamento se baseia, de acordo com Neves (1997), numa concepção de mudança do comportamento dos supostos beneficiários ou na construção orientada dos assentados. Também, segundo a autora, altera os padrões de sociabilidade e de formas de

organização política em que o associativismo aparece como um fim em si mesmo ou como forma privilegiada. Existe uma substituição dos paradigmas do saber prático e incorporação de técnicas viabilizadas em parte pelo uso do crédito subsidiado, fazendo com que o assentado seja visto como agente em mutação que deve encontrar novos parâmetros de estruturação social.

O assentado socialmente é concebido como um “sem raiz”, ser ambíguo que se socializa num mundo em transformação ou de conversão, cujas marcas mais deléveis derivam dos objetivos do processo e da legislação. Por ser uma construção intelectual qualificada pela modelagem e re-socialização, o assentado é forjado como um modo geral de ser (NEVES, 1997:75).

Apesar das dificuldades encontradas para a realização da reforma agrária no país, a política de assentamentos rurais tem-se mostrado como a saída para diversas populações que antes viviam na miséria e no subemprego. É certo que a reforma agrária tem sido feita a conta gotas e só tem acontecido em lugares onde a pressão exercida pelos movimentos é muito forte. No entanto, e apesar disso, segundo PALMEIRA (1994:08), “os assentamentos onde foram implantados geraram rendas maiores para seus beneficiários do que aquelas geradas em atividades equivalentes em outras formas de exploração na mesma área”.

Segundo o relatório da FAO (órgão das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação), que apresentou um levantamento da situação sócio-econômica dos beneficiários da reforma agrária no Brasil em 1992, o programa de assentamento de populações de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo INCRA tem-se revelado eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem do campo.

Apesar das limitações dos assentamentos em termos de infra-estrutura social e econômica, a pesquisa mostrou que os beneficiários da distribuição de terras geraram em média uma renda mensal por família equivalente a 3,70 salários mínimos por família, valor este, superior a média de renda possível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores rurais no campo (ROMEIRO et alii, 1994:65).

Estas conclusões da FAO refletem e reforçam ainda mais a necessidade e a legitimidade da reforma agrária como medida de extrema importância para a superação da pobreza social e econômica que atravessa o país, principalmente nos dias de hoje.

Em abril de 1999, a FAO e o INCRA elaboraram outro documento mostrando os fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e a

conclusão revela que os problemas intrínsecos aos projetos de assentamentos de reforma agrária estão intimamente vinculados às propostas de desenvolvimento da agricultura familiar e às respectivas políticas destinadas ao seu fortalecimento. Portanto, diz o documento, “a superação dos limites apontados neste estudo terão o resultado esperado quando a agricultura familiar for uma prioridade dos governos (federal, estadual e municipal), e os atores sociais conseguirem efetivar um processo organizativo da produção, comercialização e, principalmente, industrialização da produção familiar” (BITTENCOURT *et alii*, 1999:59).

Esta pesquisa mostra que as propostas governamentais de reforma agrária via assentamentos está muito aquém de uma verdadeira reforma agrária que contemple uma política agrícola e outros fatores indispensáveis à estruturação dos assentamentos no país. A pesquisa aponta para aquilo que LEITE & MEDEIROS (1997:04) já diziam sobre as intervenções fundiárias no Brasil: “as intervenções fundiárias quando acontecem são antes de mais nada, pontuais, dispersas, desarticuladas, seguindo muito mais a lógica da possibilidade de obtenção de terras, segundo a gravidade dos conflitos existentes e/ou a importância e capacidade de se valer dos interesses envolvidos”.

Desta forma, a pesquisa acima intensifica a idéia que em outro estudo já apontávamos sobre os impactos das políticas de assentamentos, em que constatamos que “a omissão pública nas condições de reprodução das unidades sócio-econômicas, nos assentamentos, reforça o caráter que este mesmo Estado tem dado à questão agrária, ou seja, de fazer reforma agrária somente com a pressão dos movimentos sociais e sem um compromisso verdadeiro de mudar a estrutura fundiária do país” (LAZZARETTI, 2003:46).

É aquilo que nos diz FERRANTE (1997:73), “o Estado legaliza a desapropriação da área de terra, mas sem investir nela o capital necessário – dentro de um planejamento de longo prazo – põe efetivamente em risco as perspectivas da produção/productividade... cabe acrescentar que a priorização de investimentos por parte do Estado nas áreas de assentamento é uma seqüência de equívocos”.

Sendo assim, outra pesquisa realizada entre 2000 e 2001 por Heredia *et alii* (2002), sobre a análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil indica que a reforma agrária no Brasil só tem sido executada e colocada em prática em função da magnitude dos conflitos sociais que brotam em torno da luta pela terra que acabaram forçando ações desapropriatórias do Estado, culminando na criação de vários assentamentos num mesmo município ou em municípios próximos. Segundo a pesquisa “esse processo deu origem às manchas analisadas pela pesquisa, algumas das quais se constituindo quase que em verdadeiras ‘áreas reformadas’, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas e, por si

só, criando uma nova dinâmica na região em que se inserem” (HEREDIA, *et alii*, 2002:107-108).

Segundo Heredia *et alii* (2002), as mudanças operadas pela presença de assentamentos são bastante variadas, em função dos contextos específicos em que esses se geraram, da densidade de projetos existentes, das trajetórias dos assentados e da diversidade regional das políticas públicas. Para os autores:

*Em certa medida, a criação dos assentamentos acarretou redistribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais geralmente já residentes na própria região, mas não alterou de forma radical o quadro de concentração de terra, no âmbito das manchas: as alterações na estrutura agrária são visíveis somente no plano local. A experiência de luta pela terra, a existência do assentamento como espaço de referência para políticas públicas, a precariedade da infra-estrutura, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de novas demandas, propiciando a afirmação de novas identidades e interesses, o surgimento de formas organizativas interiores ao projeto (e também mais amplas) e a busca de lugares onde se façam ouvir. Com isso, os assentamentos acabam trazendo mudanças na cena política local, com a presença dos assentados nos espaços públicos e nas disputas eleitorais (HEREDIA *et alii*, 2002:108).*

A constatação da pesquisa acima não foge muito daquilo que já dizíamos anteriormente da importância dos assentamentos de reforma agrária como dinamizadores de realidades locais em que o peso político dos assentamentos torna-se de grande importância eleitoral e de redeseñadores de novos distritos e municípios. Isto somado à mudança no padrão produtivo e crescimento educacional de regiões.

Para Palmeira & Leite (1997), a constituição de um assentamento (em diversos casos, de mais de um assentamento no âmbito de um mesmo município) normalmente já acarreta a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder. Se, se trata de área de conflito fundiário, quer envolvendo resistência, quer ocupação de terras, o simples fato de ocorrer uma desapropriação e um assentamento significa segundo os autores:

- reconhecimento do conflito por parte do Estado, que se concretiza na sua intervenção mediante desapropriação;
- alteração nas relações locais, uma vez que se trata de graus diferenciados de negociação com o proprietário que pode ou não ser membro da elite local, mas que, de qualquer forma, implica em uma cunha que se insere nas relações até então prevalecentes; e

- o envolvimento de uma série de agências públicas, voltadas à implantação e viabilização do(s) assentamentos(s): INCRA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, etc (PALMEIRA & LEITE, 1997:51-52).

Além disso, segundo estes autores, a constituição do assentamento inaugura uma nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção, etc) e reflexos, que se somam às vezes à disputa, com outras comunidades locais, potencialmente não beneficiadas por atenção pública especial. Palmeira & Leite referendam também aquilo que dissemos anteriormente sobre o papel dos assentamentos no desenvolvimento econômico dos municípios. Como exemplo, citam o caso da Fazenda Reunidas: “Em Promissão, SP, a Fazenda Reunidas, com mais de 600 famílias assentadas, tem contribuído com parcela superior a 50% da receita total da cidade” (PALMEIRA & LEITE, 1997:52).

Outras conseqüências das políticas de assentamentos têm sido colocadas por diversos autores, como GÖRGEN (1996:11), que diz que, em alguns assentamentos, a produção está acima dos melhores índices do país, e em todas as regiões está acima da média. “Um exemplo é a Fazenda Branca aqui no Rio Grande do Sul, hoje Assentamento Farroupilha: nos 2605 hectares, havia apenas 600 cabeças de gado e somente quatro pessoas trabalhando. Hoje, existem 112 famílias, 550 pessoas, produção de 36 mil sacas de milho, 4 mil sacas de feijão e 1500 cabeças de gado, então não dá pra comparar”.

Pesquisas recentes têm mostrado que os assentamentos representam uma importante alternativa de trabalho e acesso à terra. Com a criação do assentamento, torna-se possível para essa população (que é originária do próprio município ou de municípios vizinhos) centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento econômico no próprio lote, associando às atividades aí desenvolvidas várias outras, muitas delas também relacionadas com a existência do assentamento (Heredia *et alii*, 2002). Outra grande constatação da pesquisa acima é com relação à produção dos assentamentos que tem influenciado a pauta produtiva local. Segundo a pesquisa, verifica-se que, de modo geral, os assentamentos inequivocadamente contribuem para diversificar as pautas de produtos agropecuários, introduzindo novos cultivos e incrementando significativamente a produção de alguns itens secundários das pautas locais.

Leite & Medeiros (2003), a partir de uma pesquisa realizada em seis estados do país, constataram, ao comparar os valores médios por lote obtidos nos assentamentos e os valores médios por estabelecimento encontrados nos municípios visitados, que nas áreas que passaram por um processo de modernização tecnológica da agricultura de forma mais intensa havia uma situação desfavorável dos assentamentos (como é o caso de São Paulo e, em menor

grau, no Mato Grosso). Nas áreas que sofreram transformações tecnológicas menos intensivas (RJ e RS), os projetos de reforma agrária acompanhavam o desempenho médio. Por fim, nas regiões de fraco desenvolvimento tecnológico, como Acre e Sergipe (neste caso especialmente nas regiões semi-áridas, onde se faz necessário o investimento em equipamentos de irrigação), a produção oriunda dos núcleos de reforma agrária tinha uma maior capacidade de geração de riqueza por unidade produtiva.

A pesquisa acima também mostrou que, em geral, os assentados comercializam parte importante de sua produção, chegando a 100% em alguns casos, como no Rio Grande do Sul, por exemplo. Essa produção parece alimentar as feiras locais, as vendas em pequenos armazéns, constituindo uma produção quase invisível, nem sempre captada pelas estatísticas oficiais porque é dispersa e, muitas vezes, irregular (Medeiros, 2003).

Concordamos com ABRAMOVAY & CARVALHO FILHO (1994:48), quando assinalam que os assentamentos representam uma forma de integrar os pobres rurais à vida econômica nacional e que: “trata-se de um meio não só de atenuar provisoriamente as condições de pobreza, mas de possibilitar a geração permanente de uma renda pela qual o trabalhador esteja inserido na produção e circulação nacional de bens enquanto produtor e consumidor”. Nesse sentido, a batalha de argumentos em torno da reforma agrária ganha uma dimensão que ultrapassa, em muito, aqueles que estão envolvidos na luta pela terra nos acampamentos. Trata-se de saber se os movimentos sociais no campo serão capazes de persuadir a sociedade brasileira de que a agricultura familiar pode ser um caminho para a articulação entre prosperidade econômica e distribuição de renda, segundo os autores acima.

Na verdade, trata-se de visualizar, na organização proposta, no caso o MST, quais as possíveis saídas que este tem criado para que o processo de assentamentos não retroceda a um nível de proletarianização semelhante ao que as famílias se encontravam antes de serem assentadas. No que pesem os fatos, segundo Bergamasco *et alii* (1999), no entanto, os assentamentos criados nos últimos 20 anos estão longe de conformar o que se poderia chamar de um processo efetivo de reforma agrária, se entendermos por tais transformações significativas mudanças na estrutura fundiária. Quando muito houve mudança local, como é o caso de alguns municípios do Pontal do Paranapanema.

Este, a nosso ver, é o grande desafio do MST, provar que a reforma agrária via assentamentos não é sinônimo de atraso, mas uma das faces da luta contra a desigualdade econômica e social e que pode ir se constituindo numa das ferramentas de construção da “efetiva democracia, baseada na possibilidade de contínua expansão e criação de direitos” (MEDEIROS, 2003:95).

Sendo assim, o MST tem organizado os assentamentos a partir de uma discussão anterior iniciada já na fase de acampamento. Segundo Fernandes & Stédile (2001) esta discussão parte do entendimento de que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária e que:

A política de assentamentos, em si, não é uma conquista. Ela é resultado do confronto, da luta de classes. Mas os assentamentos, sim, são conquistas, verdadeiras áreas liberadas, conquistadas pelos trabalhadores. Por isso devemos aproveitar o máximo, para que, embora sejam parciais e enfrentem muitas dificuldades, essas áreas de assentamento sejam um acúmulo de forças para a continuidade da luta pela reforma agrária mais ampla. Por isso é importante os assentados continuarem organizados no MST (FERNANDES & STÉDILE, 2001:163).

De acordo com Caume (2002), na busca de lucros estratégicos de diferentes dimensões (controle político, viabilização econômica, construção de um “novo homem” e de uma “nova mulher”), através de múltiplas técnicas e procedimentos, o MST intervém nos assentamentos no intuito de construir e modificar tanto as relações sociais que se (re) produzem nesse espaço social, quanto as percepções que os indivíduos tem de si mesmos.

Desta forma, “os assentamentos emergem como espaços geográficos que devem ter um controle político e da vida social considerado necessário para manter a articulação entre todas as famílias para dar respostas políticas rapidamente, para produzir e autosustentar as lutas, quadros e o MST, para extrair novos quadros, para integrá-los à luta estratégica” (CAUME, 2002:107).

Sendo assim, o MST torna os assentamentos exemplos para a sociedade de que a vida social e pessoal pode ser regida por novos valores e relações. Seria a mística fundada em valores e inserida em práticas simbólicas e materiais que implicam num comportamento eticamente válido para o movimento. Estes objetivos fazem os indivíduos colocarem seus desejos e motivações abaixo dos interesses maiores que devem ser os do MST.

Esta compreensão do movimento no que diz respeito à organização dos assentamentos está esboçada no último trabalho escrito pelo MST sobre esta questão e publicado no ano de 2001. Nesta obra aparecem as sete ações que permitem criar condições para a modificação do meio social, do assentamento, as quais, segundo o movimento, “implicará decisivamente na conduta e na consciência da futura família assentada” (MST, 2001:73). Procuraremos resumir estas ações e comentaremos algumas delas para que possamos entender a forma como o MST compreende estes espaços chamados assentamentos. Segundo o MST (2001: 73-106), as sete ações são as seguintes:

1) O controle político sobre o projeto de assentamento e a divisão da área:

A partir de algumas experiências reais das novas formas de organização dos assentamentos o movimento percebeu que o controle sobre a elaboração do projeto de assentamentos e o respectivo corte da área deverá ter uma grande atenção, mas o mais importante é ter o controle político do assentamento.

2) O sorteio em grupo de famílias:

O sorteio em grupo significa que cada família acampada deverá procurar outras famílias com as quais se identifica, organizando assim um grupo para que, durante o sorteio, este agrupamento de famílias fique reunido numa mesma localidade no futuro assentamento.

3) O processo de titulação:

Para se chegar ao título definitivo da terra existe um processo que se inicia com o cadastramento das famílias, passando pela autorização de ocupação, carta de anuência, etc. O INCRA deseja realizar isto em um ano. No segundo ano de assentamento todas as famílias receberão o título da terra e o carnê de pagamento dos custos que o INCRA teve para implantar aquele assentamento. O MST é contrário a essa iniciativa. Lembram sempre que o título ainda não é definitivo. Nas normas do INCRA, com base na Constituição Brasileira, tal título deverá ser intransferível por 10 anos. Mas só o fato de ser um título aguça a vontade daqueles que querem vender como também valoriza tal intenção.

O que interessa para o MST é entender como romper com a propriedade privada do lote da terra. Isso, segundo o movimento, só será conseguido mediante o Título de Concessão Real de Uso da Terra. Este garante a posse da terra para as famílias que desejarem ficar sobre ela, como também garantirá o uso pelos seus filhos e netos. A diferença é que, quando a família desistir da terra, ela receberá o valor adquirido que ela construiu com o seu suor e não será pago nada pela terra, visto que ela é um bem da natureza e, portanto, de toda a sociedade, não devendo ser objeto de compra e venda ou “negociata”.

Outra questão fundamental é titular o lote no caso do casal, em nome da mulher e do homem, e não apenas no nome do cadastrado. Para o MST, a figura do cadastrado reforça o machismo nos assentamentos. Inclusive, isto servirá no futuro, segundo os líderes do movimento, para que as companheiras possam comprovar a profissão de agricultora e se aposentar.

4) A organização da moradia:

A proposta da agrovila do INCRA desestimula a base do movimento em adotá-la por duas razões: a) a longa distância entre a agrovila e o lote onde ele(a) irá trabalhar e b) a

proximidade das casas da agrovila, onde geralmente os assentados reclamam das criações dos vizinhos que interferem no seu quintal.

Na região Centro-Sul as experiências negativas de agrovilas do INCRA inviabilizaram qualquer discussão com a base do MST sobre a organização da moradia, exceto nos casos dos grupos coletivos e cooperativas de produção agropecuária, quando a agrovila é uma necessidade.

A partir de experiências em estados como Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, o MST está organizando o que chamamos de Núcleos de Moradia e Núcleos Habitacionais. A diferença entre Núcleo de Moradia e Agrovila é que nos núcleos a casa dos assentados permanece em cima do lote, de forma que o parcelamento do assentamento permite uma aproximação das casas. Já o Núcleo Habitacional se difere do Núcleo de Moradia pelo fato de suas casas estarem agrupadas em determinado local, mas não necessariamente estão nos respectivos lotes das famílias.

O MST está experimentando nas regiões Norte e Nordeste, construir agrovilas únicas com um grande contingente de famílias. No Pará, por exemplo, há três assentamentos variando o tamanho entre 500 a 600 famílias, com uma agrovila cada qual. Em Pernambuco, no Vale do São Francisco, está se organizando uma única agrovila com mais de 600 famílias.

5) A organização dos núcleos de base:

Os núcleos de base serão organizados logo após se constituírem os núcleos de moradia/habitacional e ou agrovilas. Estes núcleos devem ter dois coordenadores, sendo composto por um homem e por uma mulher, para ficarem em pé de igualdade entre os sexos. Isto porque a presença feminina nos assentamentos é de muita importância em função da compreensão desta do conjunto do assentamento.

O método de trabalho é outro aspecto importante para evitar o “assembleísmo”, em que pouco se aprofunda a discussão e onde é corriqueira a manipulação de um ou outro “presidente” do assentamento. Portanto, todas as discussões importantes deverão ser submetidas aos núcleos, procurando construir-se um consenso das idéias neste espaço.

6) A organização da produção e da cooperação agrícola:

Ao aplicar a nova forma de organização dos assentamentos, o MST se deu conta de que os aspectos relacionados ao Plano de Produção são vitais para garantir os princípios constitutivos desta nova proposta. É a partir do Plano de Produção que o movimento deve definir a estratégia econômica das famílias e as formas de cooperação na produção a serem adotadas.

O Plano de Produção deverá levar em conta a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, ou seja, cada assentado deve ter no seu lote ou no coletivo várias espécies de frutas e verduras que são cultivadas em diferentes épocas do ano. Vários tipos de cereais que são necessários à alimentação humana e também animais e aves que garantam a carne, leite, queijo, banha, ovos, etc. Essas atividades necessárias para a boa alimentação familiar serão combinadas com atividades que terão o objetivo de produção e industrialização para abastecimento do mercado local e regional.

O importante é criar em cada pessoa o esforço do “pensar coletivamente o assentamento” e disto adequar o sonho de cada um ao potencial produtivo existente e a real necessidade de planificar as ações econômicas.

Desta forma, o movimento propõe a cooperação agrícola que facilitará às famílias viabilizar a subsistência e a produção para o mercado. Para isso as famílias devem estar organizadas para este debate. A idéia é eliminar as cercas internas dos lotes, adquirir máquinas e implementos agrícolas de forma associativa, chegando até mesmo ao grau de investimentos conjuntos na produção, como, por exemplo, a aquisição de equipamentos de irrigação para lavouras de café e de frutas. Desta forma, quem sabe, caminhando ao longo do tempo para a coletivização total das atividades econômicas no núcleo.

7) A formação como método de acompanhamento e qualificação da consciência:

A formação para o MST não é compreendida como apenas sendo referente ao fato de as pessoas se sentarem em bancos numa sala de aula ou barraco de lona para estudarem temas diversos. Ela é entendida a partir de dois níveis:

- a) Massiva: devemos retomar o método de formação massiva, que atinja todas as pessoas no assentamento através de cursos e brigadas de formação.
- b) Lideranças e militantes: a formação ideológica das lideranças e da militância deve ser pensada e articulada para que as pessoas não venham a ser no futuro “freios” do desenvolvimento pleno da proposta do MST.

Para o MST a consciência de classe não se desenvolve naturalmente, exigindo um grande esforço de estudo, reflexão e ação. Só assim, através do envolvimento em uma luta mais longa do que a simples luta por crédito ou moradia se pode contribuir para a retomada da consciência social destas pessoas rumo a uma consciência de classe.

Após apresentados estes pontos que seriam a última posição do MST sobre a organização nos assentamentos (MST, 2005), requerem-se alguns comentários a respeito de algumas estratégias de organização colocadas em prática pelo movimento.

A população dos assentamentos apresenta enorme diversidade que não se revela através da categoria assentado, como nos diz Fabrini (2002). A generalização, diz o autor, não permite reconhecer as diferenças existentes no interior desta “categoria”. A diversidade apresenta-se unificada na fase em que estão reunidos espacialmente na ocupação da terra ou no acampamento. O acampamento surge como forma inicial de aproximação e socialização dos trabalhadores sem-terra que se manifesta com maior intensidade após a conquista da terra, no assentamento.

Nos assentamentos, de uma forma geral, existem diversos grupos com comportamentos distintos. Na Paraíba, há uma diversidade de trajetórias das famílias assentadas. Alguns já eram agricultores (meeiros, parceiros, sitiantes e/ou moradores), outros, trabalhadores rurais assalariados e outros nunca lidaram com a terra, pois moravam nas periferias das cidades, nesse caso, na maioria pequenos municípios com características rurais.

Então, esta diversidade de situações históricas das famílias contribui para que as propostas que o MST tem para a organização dos assentamentos enfrentem dificuldades.

A ocupação e a conquista da terra é o objetivo imediato de todos os sem-terra, pois, a partir da terra conquistada, desdobram-se novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento das relações capitalistas de produção, para plantar, colher, alimentar a família e quando houver sobra transportar e/ou comercializar em mercados locais próximos aos assentamentos. Isto seriam os objetivos e as ações que se ocupam da sobrevivência mínima das famílias assentadas.

Outras questões envolvem também o cotidiano dos assentamentos e implicam em uma dificuldade imensa em termos de implantação e aceitação por todos assentados. A partir da criação do espaço de socialização política no período de acampamento, as famílias entendem que tudo é “nosso”, mas quando conseguem a terra, a linguagem passa a denotar outro sentido, o do “meu”. Isto se complica já no controle político sobre o projeto do assentamento quando as discussões e brigas são acirradas pela busca do melhor lote. A distribuição dos lotes responde à lógica do sorteio, proposta do movimento ainda durante a luta pela posse da terra. Como tal prática adotada pelo MST não é aceita pelo INCRA, muitos dos desprivilegiados no sorteio de lotes mais distantes (pelo MST) e/ou com terras piores para plantio, recorrem a este expediente da legalidade do INCRA para poderem obter outro lote e não o do sorteio. Isso tem gerado muitos conflitos.

A titulação da terra tem trazido diversos problemas políticos para o MST. Muitos donos de lotes, após obterem o título do INCRA em dois anos, acabam vendendo o lote e/ou trocando, por exemplo, por um carro velho, por uma casa na cidade, etc. Isto tem trazido

conseqüências políticas muito ruins para o movimento, pois esta é a principal arma que os latifundiários tem contra o movimento para mostrar para sociedade que a reforma agrária não dá certo.

A organização da moradia é outro grande problema nos assentamentos. O INCRA propõe a agrovila como forma de racionalizar custos. No entanto, estudos recentes têm mostrado que esta questão da agrovila realmente tem sido muito problemática nos assentamentos. No Nordeste as agrovilas são muito comuns e para o MST são bem absorvidas pelos assentados sem criarem problemas. Porém, não é isso que alguns estudos demonstram. Um estudo recente de Caniello & Duque (2004), feito em 11 agrovilas na região do Cariri Paraibano, mostrou que nenhum dos assentados entrevistados individualmente prefere as casas construídas no sistema de agrovilas. Um dos grandes problemas apontados é o do relacionamento. Um dos depoimentos da pesquisa revela esta situação: “Eu tô achando que tinha sido melhor na parcela do que na agrovila, mas já tinha a questão da energia, da água... Pergunta: Você achava melhor por quê? Porque tinha mais condição, livrava de conversinha, o que desgraça mais uma pessoa dentro da agrovila é a picuinha, muita conversinha, às vezes tem uma pessoa boa, às vezes tem outra mais ignorante...” (CANIELLO & DUQUE, 2004:11).

Outra questão levantada pela pesquisa sobre o problema das agrovilas é aquele apontado pelo próprio MST como só existindo no Norte e Centro-Sul, ou seja, o afetamento da questão produtiva. A distância seria um dos grandes problemas levantados pelo assentados na pesquisa de Caniello & Duque (2004). Isto desconfirma a idéia do MST de que este problema não existe no Nordeste.

Para Caniello & Duque, a agrovila é um modelo de moradia que traz grandes inconvenientes para os camponeses do Cariri Paraibano, seja em função dos transtornos para a sociabilidade, seja em função de questões produtivas, seja em virtude mesmo de questões culturais.

Obviamente, esses “conjuntos”, como classificou a agrovila um de nossos informantes, são altamente incompatíveis com um modo de vida baseado na autonomia e cuja rusticidade, evidentemente privativa no cotidiano, se vê arrastada pelo contato “obrigatório” com um vizinho cuja casa está a menos de 5 metros de distância. Como disse uma das alunas da Unicampo quando debatíamos a questão, “quando eu estou no sítio trabalhando, posso andar esfarrapada, não tem problema, mas na agrovila tenho que botar uma roupinha melhor” (CANIELLO & DUQUE, 2004:12).

Para os autores acima, no caso do estudo realizado no Cariri Paraibano, a principal conclusão a que chegaram foi de que “o sistema de moradia em agrovilas é contraditório ao *ethos* camponês, na medida em que estabelece um modelo urbano de relações sociais e dificulta o desenvolvimento do sistema produtivo característico do campesinato da região” (Idem, 2004:13).

Esta questão das agrovilas nos assentamentos é muito polêmica. Caume (2002), diz que a idéia de criação de agrovilas reflete determinados intuitos, não exclusivamente de natureza econômica, mas também política. Para o autor, “as agrovilas refletem a busca da organização do território que possibilite a emergência e o desenvolvimento não só de determinadas formas de organização da produção (a produção coletiva), mas também de específicos modos de sociabilidade e subjetividade. Constitui-se em uma técnica de governo do assentamento que possibilite e incentive precisas formas de conduta e comportamento social” (CAUME, 2002:134).

As agrovilas tornam-se importantes no Nordeste, segundo o MST, porque estrategicamente permitem quebrar o isolamento social das famílias e cria laços de integração comunitária. Como já mostrado no estudo das agrovilas do Cariri Paraibano, o que se intenta é criar uma espécie de urbanização de moradias no seio do meio rural e formas de sociabilidade particulares ao modo de vida camponês. “É a idéia da superação das formas de “consciência camponesa” e desenvolvimento de uma “nova consciência baseada em novos valores” (CAUME, 2002:135).

Outros problemas decorrentes da forma como o MST organiza seus assentamentos podem ser vistos na proposta de cooperação agrícola já discutida e apresentada anteriormente no ponto 3.4.4. Esta questão representa um dos maiores debates entre os assentados e as lideranças do MST, bem como entre os líderes e os inimigos do movimento e estudiosos do MST. Isto porque para o movimento existe uma convicção doutrinária de que a cooperação agrícola representa a alternativa ao inelutável desaparecimento da agricultura familiar. Neste sentido, segundo Caume (2002), o MST assumiria a tarefa de criar as condições subjetivas (isto é, as formas de pensar e a vontade dos assentados) para a implantação das cooperativas de produção.

A partir de um diagnóstico das “condições subjetivas” presentes no assentamento (poucos quadros qualificados, baixo nível de consciência da massa, baixa capacidade administrativa), o MST assumia o papel de vanguarda política que conscientizaria a “massa despolitizada”. Assumia-se a necessidade de uma “política ativa de conhecimento da companheirada sobre as vantagens, dificuldades e principalmente a

necessidade da cooperação agrícola”. Neste sentido, a proposição de formas cooperadas de produção agrícola está articulada não apenas a objetivos econômicos, mas também a todo um processo de reeducação do assentado, buscando transformar valores, formas de pensar e comportamentos considerados inadequados (CAUME, 2002:132).

Combinando a discussão sobre as agrovilas e a cooperação agrícola, que são para nós os principais pontos de “estrangulamento” nas discussões a respeito da organização nos assentamentos do MST, vemos que o movimento não “arreda pé” destas duas conjunções: agrovila incentivando novas formas de sociabilidade e reinventando as subjetividades pelo trabalho coletivo via cooperação agrícola e vice-versa.

Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local de moradia. Dessa constatação veio a compreensão de que seria fundamental que os assentamentos tivessem agrovilas próximas aos lotes do trabalho. A agrovila é um elemento de aglutinação importante para o desenvolvimento social da comunidade (FERNANDES & STEDILE, 2001:100).

3.9 A INTEGRAÇÃO DO MST À VIA CAMPESINA: NOVOS DISCURSOS

O MST desde seu surgimento sempre teve uma vocação internacionalista e latino-americana. Os maiores exemplos disso foram as trocas de experiências com outras organizações da América Latina, expressas através da Coordenação Latino-Americana de Organizações de Trabalhadores do Campo (CLOC).

A partir das mudanças que ocorreram no mundo em meados dos anos 1990 com a expansão do desenvolvimento do capitalismo financeiro, internacional e neoliberal, que expandiu também a mesma forma de explorar os agricultores de todo o mundo, o MST compreende que os agricultores da Índia, Japão, EUA, México, África do Sul e Brasil, entre outros, enfrentam os mesmos exploradores, ou seja, a Monsanto, a Cargill, a Nestlé, etc.

Isto, para o movimento, significou uma guinada estratégica, integrando-o a uma luta mundial, levando-o a um intercâmbio internacional com outros movimentos e organizações do campo denominado Via Campesina.

A Via Campesina surge do intercâmbio internacional entre os movimentos e organizações do campo. Ela é uma articulação internacional dos movimentos camponeses de todo mundo. Ela cresce a cada dia e hoje já temos organizações em 87 países, em todos os continentes. Recentemente na última assembléia tivemos a adesão da União de Agricultores Árabes, que reúne organizações camponesas de 16 países, com 330 milhões de agricultores na sua base (STÉDILE, 2003:06).

Resumindo a idéia do líder do MST João Pedro Stédile, a Via Campesina representa a união e a unidade internacionalista para enfrentar a mesma intenção do capital internacional sobre os trabalhadores da agricultura de todo mundo.

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Está formada por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada.

A Via Campesina teve origem em abril de 1992, quando vários dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa reuniram-se em Manágua, Nicarágua, no contexto do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas (UNAG). Em maio de 1993, foi realizada a Primeira Conferência da Via Campesina em Mons, na Bélgica, durante a qual foi constituída como organização mundial e foram definidas as primeiras linhas estratégicas de trabalho, bem como suas estruturas.

No Brasil, segundo Carvalho (2005), a Via Campesina é formada pelo MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab) e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A Via Campesina Brasil tem como entendimento que um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento do campesinato é o respeito à diversidade e à biodiversidade que inclui todos os bens da natureza, os ecossistemas, as culturas dos povos, enfim, todas as formas de vida vegetal, animal, as relações humanas e econômicas, os hábitos e culturas, sendo ela nossa própria forma de vida como campesinato.

A entrada do MST na Via Campesina significa uma mudança em alguns de seus projetos que até então eram mais centrados em questões pontuais ligadas ao funcionamento de Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA's) com produção coletiva total em seus assentamentos para cooperativas de serviços. Além disso, como diz Carvalho (2005), o MST

após integrar a Via Campesina vai optar por um discurso em torno de um projeto camponês internacionalista e moderno centrado principalmente em quatro prioridades:

- 1ª) Articulação e fortalecimento da integração com outros movimentos camponeses;
- 2ª) Incidir nos centros de poder e decisão dos governos e organismos multilaterais para reorientar as políticas econômicas e agrícolas que afetam os pequenos e médios produtores;
- 3ª) Fortalecimento da participação das mulheres nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais e
- 4ª) Formulação de propostas sobre temas importantes como: reforma agrária, soberania alimentar, produção, comercialização, pesquisa, recursos genéticos, biodiversidade, meio ambiente e gênero.

Por suposto, as novas dinâmicas e novas configurações da questão agrária em curso apresentam novos debates como é o caso dos organismos laboratorialmente modificados. Nesta discussão o MST, junto com a Via Campesina, torna-se estratégico. Toda a questão da qualidade do alimento, cada dia mais discutível, dos recentes casos da vaca louca e da gripe do frango faz com que a natureza volte ao centro do debate do devir histórico e, com isso, traz para o centro da cena uma série de sujeitos sociais que se acreditava estarem fadados à extinção e que emergem dos campos, cerrados, florestas, mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes (Porto-Gonçalves, 2002).

Assim, “a questão agrária se urbaniza e faz sentido uma internacional camponesa, como a Via Campesina, da qual o MST é um dos principais protagonistas. Há assim, uma linha que aproxima tanto a Monsanto ao McDonald como, contraditoriamente, os agricultores franceses ao MST, aos camponeses e indígenas hondurenhos, aos zapatistas, aos cocaleros, aos mapuche, aos indigenatos equatorianos, mexicanos, aos piqueteros, aos sem tetos...” (PORTO-GONÇALVES, 2002:13).

Por outra parte, o MST, aderindo a Via camponesa, não modificou de maneira sensível seu discurso interno, suas palavras de ordem e seus conteúdos de educação e formação das bases. Em particular, não houve uma reflexão ampla e interna sobre o que poderia ser o modelo camponês moderno para o século XXI (Carvalho, 2005) como isso aconteceu em outros movimentos integrantes da Via campesina Brasil (em particular o MPA e a PJR). Por exemplo, não houve um esforço de crítica a visão anterior e as qualificações do camponês como freio da revolução mediante a pequena produção artesanal. Tal virada, mesmo se ela pode aparecer como positiva e mais adequada à realidade do público da reforma agrária no Brasil, foi essencialmente uma adequação do discurso para o exterior, sem muito debate interno (pouco na Paraíba por exemplo, mesmo no seio do núcleo dirigente estadual). Este

exemplo permite duvidar tanto da sinceridade e da coerência do novo discurso como da democracia interna do MST.

CAPÍTULO 4

A HISTÓRIA AGRÁRIA, AS LUTAS NO CAMPO E OS ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA

A proposta deste capítulo é apresentar rapidamente como se constituiu o desenvolvimento rural no Nordeste que influenciou a história agrária da Paraíba para tentarmos entender o comportamento dos assentados nos assentamentos em estudo. Isto permitirá estabelecermos uma ligação entre a história agrária do estado e a possível influência desta no comportamento dos assentados. Também queremos mostrar alguns condicionantes recentes da história agrária da Paraíba e as lutas no campo que possam ter influenciado a organização do MST.

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE

Segundo Fávero & Dos Santos (2002), o desenvolvimento consiste na instauração, expansão e universalização da lógica do capital, de modo que ele é definido como um processo de homogeneização dos espaços (urbanização), das estruturas e dos modos de produzir (industrial). Nesta concepção, cada país e cada região se situam num determinado ponto de uma suposta linha do desenvolvimento, de modo que as estratégias para o progresso precisam considerar as suas particularidades. Ainda dentro desta concepção, o desenvolvimento é primordialmente econômico, o que pode resultar no desenvolvimento social, político e cultural.

Desse modo, num país como o Brasil, marcado por profundos contrastes, precisa-se, segundo os autores acima, de um planejamento para o desenvolvimento que parta de um diagnóstico que evidencie esta situação, pois o desenvolvimento rural nordestino não pode se confundir com o desenvolvimento rural do resto do país⁴⁴.

⁴⁴ - Não é nosso objetivo elaborar um diagnóstico sobre o desenvolvimento rural do Nordeste, mas apenas mostrar de forma rápida as fases deste desenvolvimento no contexto mais geral das políticas para desenvolver a

De acordo com Albuquerque Júnior (1999), para se entender esta trajetória necessita-se voltar pelo menos até o início do século XX, quando se começou a fazer a “invenção” da região. Segundo o autor, o Nordeste foi sendo identificado com a seca e, posteriormente, com a pobreza endêmica. É assim que nasce e cresce o Nordeste seco e pobre, um Nordeste que é pobre porque é seco.

Para Fávero & Dos Santos (2002: 58-60) é essencialmente na tensão entre a revolta e a acomodação que se podem buscar os indícios e os marcos mais importantes que fundam essa história. Para estes dois autores esta história pode ser ordenada nos seguintes períodos:

- 1) **Fase hidráulica** – teve início no começo do século XX e estendeu-se até os anos 1950; no plano institucional, destaca-se a criação do IOCS, depois substituído pelo IFOCS e, finalmente, pelo DNOCS; no plano das ações, caracterizou-se pela construção de açudes e por um discurso político em favor da irrigação; a pobreza rural existente na região era atribuída, sobretudo, a causas naturais, de modo que o problema seria resolvido através do combate à seca;
- 2) **Fase de transição para o desenvolvimento** – teve início ainda durante os anos 40 e se estendeu até 1959; no plano institucional, foram criadas a CHESF e a CVSF, depois substituída pela CODEVASF; desde então se propagam na região o discurso desenvolvimentista, a idéia de desenvolvimento regional e a crença de que a ação planejadora do estado era essencial para impulsionar o desenvolvimento; as ações concentram-se no Vale do rio São Francisco, que deveria ser transformado seguindo o modelo americano do Vale do rio Mississipi;
- 3) **Fase de modernização reformista** – é também chamada a fase desenvolvimentista, que se estende entre 1959 e o “golpe de Estado” de 1964; ela foi marcada pela emergência de um processo pioneiro de planejamento regional, incluindo a criação da SUDENE, que sinaliza em direção a uma certa descentralização política e administrativa; o relatório do GTDN intitulado “Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” foi o marco de início desta fase; desenvolve-se a idéia de que a pobreza é um problema sócio-econômico que pode ser vencido através de medidas políticas;
- 4) **Fase de modernização conservadora** – vai de 1964 a 1985 (período da ditadura militar), quando as secas voltaram a serem encaradas como um dos determinantes principais da pobreza regional; é a fase do chamado desenvolvimento rural integrado e

região. Uma proposta de um diagnóstico para a região Nordeste pode ser vista na obra de Fávero & Dos Santos (2002).

da emergência dos “grandes projetos” de desenvolvimento, tais como o PROTERRA, o POLONORDESTE e o projeto SERTANEJO; em seguida, estes projetos foram substituídos por outros, como o Projeto Nordeste, além dos projetos São Vicente e Padre Cícero; neste período, as ações voltaram a serem centralizadas no governo federal, de modo que se centraliza o desenvolvimento regional; a pobreza (um problema social) passa a ser vista como uma questão central a ser vencida através de ações baseadas no planejamento técnico e

- 5) **Fase do chamado “desenvolvimento sustentável”** – este é o modelo dos anos 90 e que se prolonga até hoje; o caráter eminentemente social dos programas da fase anterior é novamente substituído por outro, de cunho mais econômico; nesta fase, entende-se que o desenvolvimento é fundado nas idéias de descentralização, participação e privatização, de modo que o estado planejador é substituído pelo estado parceiro; nesta mesma perspectiva, ou em nome da descentralização, desencadeia-se um processo de estadualização e de municipalização das políticas e das ações.

Em síntese, para os autores acima, pode-se dizer que a ação do Estado durante o último meio século visando o desenvolvimento rural do Nordeste tornou-se cada vez mais presente na região, o que não significa dizer que se tenha criado um modelo e um sistema de intervenção. A marca dos modelos passou mais por continuidades, descontinuidades e rupturas do que propriamente por algo fixo, duradouro e favorável aos atores principais do desenvolvimento rural nordestino, ou seja, a longa história do desenvolvimento rural no Nordeste foi fluindo conforme as vontades no plano político.

Passa-se facilmente da centralização para a descentralização, programas são transferidos de um órgão para outro, de um político para outro, interrompem-se ou abandonam-se programas e obras, faz-se denúncias, sindicâncias e outros tipos de ações, mas sem perder o fio condutor: acompanhar a onda ideológica do momento (FÁVERO & DOS SANTOS, 2002:65).

Nessa construção, que obedecia mais aos planos políticos de grupos no poder, “a intervenção estatal processava-se através de uma multiplicidade de órgãos e instituições públicas, de diferentes escalões, que agiam sempre independentemente na formulação de programas e na implementação de atividades” (FÁVERO & DOS SANTOS, 2002:65).

Desta forma, como nos diz Andrade (1998), em versão atualizada de sua obra escrita nos anos 1960, analisando o Nordeste atual, observa que este sofreu, nos últimos quinze anos, uma grande mudança quanto à fisionomia e à aceleração das relações entre suas várias áreas;

dialeticamente, porém, observando-se a manutenção das velhas estruturas de dominação e de exploração das camadas mais pobres pelas mais ricas, vemos que ele continua estagnado. Para o autor:

O desenvolvimento da tecnologia beneficiou os que controlavam o processo de acumulação, feito através da concentração da riqueza e da acentuação dos desníveis sociais. Parece até que o pensamento de Guido de Lapeduza, em seu livro "O Leopardo", foi inspirado no que ocorreu na região "é necessário que as coisas mudem para que fiquem como estão" (ANDRADE, 1998:227).

Neste sentido, Andrade (1998), aponta um cenário ecológico e social catastrófico para a região em termos das mudanças ocorridas no desenvolvimento da agricultura, ou seja, com a modernização e as grandes transformações das últimas décadas, principalmente com o avanço da cultura da soja e do desenvolvimento da cultura irrigada, foi acontecendo um intenso desmatamento, que se fez de forma impiedosa nas áreas aonde as florestas nativas vinham sendo preservadas até a segunda metade do século XX.

Do ponto de vista social, segundo o autor, o problema também é grave. Com a modernização e o grande investimento de capitais através do processo de neoliberalização da sociedade e da economia, não interessa aos órgãos governamentais manter o sistema caboclo de cultura da terra por pequenos posseiros e, conseqüentemente, estes são desalojados dos "sítios" que ocupavam por várias gerações. A força de trabalho é substituída por assalariados imigrantes, que trabalham apenas durante os períodos de plantio e colheita ou por colonos financiados por entidades públicas. Desta forma, os primitivos habitantes do meio rural migram para as cidades, tornando-se mendigos ou trabalhadores assalariados sazonais, agravando o problema da qualidade de vida urbana (Andrade, 1998).

Nesse sentido concordamos com Fávero & Dos Santos (2002:65) "de que a impressão que se tem é de que a história oficial dos programas e projetos oficiais de combate à seca e pobreza no Nordeste do Brasil é uma história de insucessos".

Sendo assim, visualizamos a "saída" para o Nordeste da mesma forma que Andrade (1998), que coloca que nesta região os processos de neoliberalização da sociedade só podem ser detidos por uma reforma agrária forte e consciente, como a preconizada pelo MST. Isto supõe uma grande distribuição de terras em lotes familiares, integrados em cooperativas, que procure deter a expansão dos latifúndios, ou uma reversão das classes que mantêm o sistema de poder nos dias atuais.

4.2 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PARAIBANO

A estrutura agrária atual da Paraíba é um produto de seus condicionantes históricos, ou seja, da formação do espaço agrário do estado a partir das diversas situações em que se colocaram, de um lado, o latifúndio e, do outro, os trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida. Então, para entender a atualidade da confecção deste espaço agrário é preciso que nos desloquemos historicamente para períodos anteriores à atual história agrária do estado para que possamos compreender esta evolução e seus respectivos processos dialéticos de estruturação.

Desta forma, mais do que necessário, acreditamos ser imprescindível apresentar estes períodos históricos de formação do espaço agrário paraibano para que tenhamos a condição de entender como se formou a atual conjuntura que contribuiu para a formação da luta pela reforma agrária e conseqüentemente dos assentamentos rurais no estado. Então, descrever e apresentar a história agrária da Paraíba no contexto deste capítulo surge como possibilidade de compreender o comportamento das relações sociais e econômicas e a construção e/ou produção das ações coletivas nos assentamentos de reforma agrária nos dias atuais.

Sendo assim, para compreendermos o significado das lutas dos trabalhadores rurais marcadas pelo sofrimento, pela violência e pela vontade de ter um pedaço de chão para trabalhar e sustentar suas famílias, temos que, antes de tudo, direcionar nosso olhar para os antagonismos que sempre se fizeram presentes na estrutura de classes da sociedade paraibana. Nestas diferenciações, acreditamos, encontra-se o âmago da exploração e da miséria, que até hoje podemos assistir tanto na cidade como no campo paraibano.

4.2.1 As usinas de açúcar e os trabalhadores assalariados

Para traçarmos um perfil da história agrária da Paraíba, começamos pelas fortes mudanças sociais e econômicas que começaram a ocorrer no território a partir da extinção dos antigos engenhos e do nascimento das usinas de açúcar.

As usinas surgem no contexto de crise dos engenhos de açúcar e constituem-se em um segmento apoiado pelo Estado que sofre resistência dos antigos donos de engenho. Na verdade esta categoria nova que surge no início do século XX, era mais modernizadora em termos de produção do açúcar. A melhoria da indústria açucareira era um imperativo econômico segundo Andrade (1998). “O açúcar bruto, de inferior qualidade, produzido pelos

engenhos bangüês, não podia competir no mercado internacional e muitos proprietários já vinham procurando, desde 1870, aperfeiçoar suas instalações industriais a fim de produzir um açúcar de melhor qualidade” (ANDRADE, 1998:101).

Na Paraíba as primeiras usinas que surgem são no Baixo Paraíba. A mais antiga é a Usina Santa Rita, fundada em 1910 por Arquimedes C. de Oliveira com o nome de Usina Cumbe. Esta foi adquirida mais tarde em 1922, por Flavio Ribeiro Coutinho, responsável pelo mando de todas as terras de usinas no litoral e que irá, durante longos anos, exercer o poder político e econômico regional dando origem a uma das mais fortes oligarquias rurais do estado também conhecida como “Grupo da Várzea” (Moreira & Targino, 1997).

De acordo com Ieno Neto (2005), as usinas consolidam o sistema de morada, que era o principal fornecedor de mão-de-obra para a atividade canavieira. No entanto, diz o autor, na medida em que elas se fortalecem e se expandem, passam a invadir com cana-de-açúcar as terras cedidas aos moradores, foreiros e lavradores. Parte desta população, completa o autor, transforma-se em trabalhadores assalariados da cana.

As usinas impõem o processo de monetarização das relações de trabalho através do assalariamento da força-de-trabalho para uma grande massa de trabalhadores rurais. Além disso, introduz a sazonalidade do emprego, pelo uso de fertilizantes químicos e do aumento da mecanização, o que faz com que em alguns períodos do processo produtivo diminua a quantidade de mão-de-obra utilizada e, conseqüentemente, alargando, nesse período, o desemprego (IENO NETO, 2005:56).

Para piorar a situação de quem sonhava em obter um pedaço de terra para plantar as usinas acentuaram a monocultura e agravaram a concentração de terras. “As usinas representavam o capitalismo industrial que chegava à Paraíba” (MELLO, 2002:166).

Segundo MOREIRA & TARGINO (1997:63-64), as usinas também promoveram as seguintes mudanças significativas nas relações de trabalho:

- a) A retração de formas tradicionais de trabalho. Em um primeiro momento, a Usina consolida o sistema morador, que era o grande fornecedor de mão-de-obra para a lavoura canavieira. No entanto, à medida que ela se fortalece e se expande, começa a disputar as terras que estavam cedidas aos moradores, aos foreiros e aos lavradores. No bojo deste processo estão presentes a expulsão dos moradores e a eliminação da categoria de lavradores. Uma parcela desta população expulsa e expropriada converte-se em trabalhadores assalariados da cana;

- b) Expansão do assalariamento. Com o sistema Usina, avança o processo de monetarização das relações de trabalho via assalariamento da força-de-trabalho;
- c) O surgimento da figura do fornecedor de cana. A dominação da Usina sobre o engenho fez surgir essa figura na paisagem açucareira nordestina. É o senhor de engenho que, perdendo o controle do processo de produção industrial do açúcar, restringirá sua atividade à produção da matéria prima para fornecer à Usina, vinculando-se a esta econômica e juridicamente;
- d) Da intensificação da sazonalidade do emprego, pela introdução do uso de fertilizantes químicos e do aumento da mecanização e
- e) Da substituição do senhor de engenho pelo usineiro, figura social completamente diferente daquela.

Os estímulos dados pelo governo federal através do Programa de Apoio à Produção de Alcool (PROALCOOL) a partir de 1975 fizeram com que a produção canavieira na Paraíba crescesse à sombra de subsídios governamentais e do mercado regulamentado. Isto provocou uma grande expansão no plantio de cana no estado e o conseqüente abuso do uso do solo. Porém, o corte do subsídio estatal a partir de 1980 até 1986, apesar de não ter diminuído a produção, provocou aos poucos o desestímulo ao plantio da cana e o início de uma crise no setor.

No entanto, como apontam Moreira & Targino (1997), as conseqüências da crise canavieira e das usinas podem trazer graves problemas ao emprego rural. Isto porque, segundo os autores, a expansão da cana expulsou o trabalhador da terra, mas não cortou a sua vinculação com a atividade agrícola. Parte significativa dos trabalhadores expulsos continuou vinculada à agricultura na condição de assalariado. Na Paraíba, de acordo com os autores acima, a substituição da cana-de-açúcar pelo pasto plantado já pode ser observada em alguns municípios como Sapé e São Miguel de Taipú.

4.2.2 A criação de gado e o surgimento dos fazendeiros

A procura de animais de tiro em função da expansão da atividade açucareira, o paulatino aumento do consumo de carne nos engenhos e centros urbanos em emergência e os conflitos entre criadores e lavradores foram responsáveis, segundo Moreira & Targino (1997), pela separação das atividades canavieira e pecuária.

O gado já era uma importante peça no trabalho nos engenhos, pois, como a mão-de-obra negra, era bastante disputado porque os trapiches e engenhos movidos por bois traziam grande desgaste e exigiam um número considerável de cabeças em porção semelhante ao da escravidão ocupada. Neste sentido, havia uma necessidade de expandir os rebanhos para longe do litoral onde se pudesse também avançar na conquista do território estadual e efetivar a penetração econômica no interior.

Seguramente o mais importante da História da Paraíba, o século XVIII assinalou a integração da capitania, ou seja, a ocupação do território. Isto se positivou quando os colonos, sempre usurpando as terras indígenas, chegaram a Bananeiras, na fronteira do brejo com o Rio Grande do Norte, e a Cuité, na serra, em 1760. Esta última região, arrebatada aos surucus, foi devassada em busca de sal e aguadas para o gado (MELLO, 2002:81).

A penetração do criatório para o interior deu-se através dos chamados caminhos do gado. “Estes caminhos ou trilhas acompanhavam o percurso dos rios que adentravam para o interior” (MOREIRA & TARGINO, 1997:68). De acordo com estes mesmos autores, se no Litoral o engenho foi a unidade fundamental da organização social, econômica e cultural, na região semi-árida foi a fazenda que desempenhou tal função.

Os trabalhadores das fazendas, chamados de vaqueiros e agregados, para prover sua alimentação costumavam derrubar trechos de matas existentes e cultivar, sobretudo, o milho, o feijão e a mandioca nos leitos secos dos rios aproveitando a umidade oferecida (lavoura de vazante). As instalações das sedes das fazendas eram de grande pobreza se comparadas com as instalações dos engenhos. Quando o proprietário morava na fazenda, a casa era coberta de telhas e ao seu lado ficavam as casas dos vaqueiros e agregados, quase sempre cobertas de palha, ou currais de pau-a-pique, e em frente ficava o pátio, isto é, um campo amplo de onde se retiravam todas as árvores e onde se concentravam as reses trazidas para os currais⁴⁵ (Andrade, 1998).

As fazendas desempenharam uma importante função no desbravamento do interior paraibano, mais particularmente na região semi-árida e entre suas características destacamos segundo MOREIRA & TARGINO (1997:71):

- a) A instalação de grandes domínios latifundiários com baixa densidade populacional e econômica;
- b) baixo nível de capitalização;

⁴⁵ - Esta mesma “igualíssima” posição organizativa da sede da fazenda relatada por Andrade (1998), nos lembrou um de nossos assentamentos em estudo, Mandacaru, no Cariri Paraibano.

- c) organização do trabalho combinando trabalho livre e escravo;
- d) a atividade pecuária permitiu o acesso a exploração e a propriedade da terra aos homens pobres livres; e
- e) relações com o mercado. Neste caso mais com o mercado interno do que com a metrópole.

4.2.3 O surto algodoeiro e o capital estrangeiro no estado

Não foi somente de gado que viveu a região semi-árida da Paraíba. A produção do algodão para a produção de tecidos também foi um ciclo econômico importante na formação do espaço agrário do estado. Foi com o crescimento do progresso técnico da indústria têxtil inglesa e o conseqüente aumento da demanda no mercado internacional, e durante a guerra de independência americana, com o afastamento dos Estados Unidos do mercado mundial, que o algodão passou a ocupar uma posição de destaque no cenário da economia paraibana. PINTO (1977) citado por MOREIRA & TARGINO (1997:74) diz que já fazia parte das instruções da coroa portuguesa em 1797 ao governador da Paraíba “animar e promover as culturas já existentes e cuidar em aumentar as culturas de açúcar, tabaco e algodão”.

O algodão expandiu-se por todo território paraibano, disputando terras e braços até mesmo com a cana-de-açúcar, em plena Zona da Mata... se, no Litoral, o algodão conquista terras e braços à cana, dependendo das conjunturas de mercado, é no Sertão e também no Agreste que ele assume posição hegemônica no sistema de uso do solo regional (MOREIRA & TARGINO, 1997:75).

Com o surto algodoeiro no Sertão, instalaram-se também grandes unidades estrangeiras de beneficiamento da fibra e do caroço. Entre elas a SANBRA e a ANDERSON CLEYTON. Para os historiadores como Mello (2002), Moreira & Targino (1997), Andrade (1998), entre outros, a presença destas empresas estrangeiras conjugadas com algumas nacionais foi muito importante para a economia regional, em virtude das ligações que mantinham com a lavoura. Estas empresas investiam capital para o cultivo e a colheita e ainda compravam o algodão na folha, prática que, segundo estes historiadores regionais, representava um sistema de exploração extremamente danoso ao produtor.

Para Mello (2002), o acontecimento mais importante da economia paraibana do século XIX ficou por conta da progressão do algodão.

Já por volta de 1830, os viajantes estrangeiros que visitaram a Paraíba, como o inglês Henry Koster, percebiam a “onda verde dos algodões” descendo do sertão, em busca das terras acatingadas do agreste e vales úmidos da Zona da Mata. Em consequência, o vale do Paraíba já era invadido pelo algodão, em Pilar e São Miguel do Taipu. A Paraíba convertia-se em unidade de economia algodoeira, daí porque, em 1922, relatório revelara que somente a capital e Cabedelo não produziam a malvácea (MELLO, 2002:117).

De acordo com Moreira & Targino (1997), além da exportação e do suprimento da matéria prima para a indústria têxtil regional, o algodão era também usado para atender às necessidades das famílias em relação a tecidos rústicos e redes, produzidas em teares manuais, presentes em quase todas as fazendas, bem como outros itens, como pavios de lamparinas, cordões, linha para costura, etc.

Para Andrade (1998:144), “o algodão era uma cultura mais democrática que a cana-de-açúcar. Não só os grandes proprietários, utilizando mão-de-obra escrava assalariada, cultivavam-no, como também pequenos proprietários, foreiros e moradores”. As vantagens da produção do algodão para o pequeno agricultor eram grandes, pois podia conciliar com a cultura de subsistência permitindo produzir em uma mesma área, com um só trabalho de preparação da terra e de limpeza das culturas, o alimento e o produto comercial.

A cultura do algodão tomou conta da Paraíba no início do século XIX, a ponto de a agricultura de subsistência ser trocada pela algodoeira em algumas regiões como o Brejo.

A fase inicial das culturas de subsistência haviam sido substituídas pela algodoeira, já em 1815, a ponto de haver, na primeira metade do século XIX, só na vila de Areia, quatro bolandeiras, além das localizadas em outros povoados e sítios. Ai o algodão, apesar de ter contra ele os inconvenientes das chuvas excessivas, das friagens e das pragas que prejudicavam as safras pendentes, foi mais compensador do que a cana até meados do século. Só então iniciou o terceiro ciclo econômico do Brejo paraibano, o da cana-de-açúcar, sucedendo o algodão, da mesma forma que este sucedera ao das lavouras de subsistência (ANDRADE, 1998:147).

Na caatinga agrestina paraibana, também segundo o mesmo autor acima, o algodão se alastrou de tal forma que as propriedades rurais aí localizadas chegaram a rivalizar com os engenhos de açúcar, não somente pelo número de escravos que chegaram a possuir e pelas construções, como pelas vantagens e lucros que dava o exercício da indústria.

Em suma, o surto algodoeiro na Paraíba trouxe para esta região o desenvolvimento têxtil com o surgimento de fábricas de fiação e tecelagem. Um exemplo de uma grande

fábrica têxtil instalada na Paraíba foi a dos irmãos Lúndgren (donos da rede de lojas Casas Pernambucanas) com o nome de Companhia de Tecidos Rio Tinto em Mamanguape.

Em síntese, para Moreira & Targino (1997), além da demanda externa, outros fatores explicam a expansão do algodão no interior da Paraíba em especial no Sertão:

- a) Ele representou uma nova fonte de renda para o produtor sertanejo, sendo considerado durante séculos “o bezerro do pobre”;
- b) podendo ser cultivado em associação com as culturas de subsistência, foi explorado tanto pelo grande proprietário como pelo pequeno e por aqueles produtores que não detinham a posse legal da terra como foreiros e parceiros e
- c) pelo fato do seu restolho ser utilizado como alimento para o gado no período mais seco do ano, transformou-se numa atividade complementar da pecuária.

Cabe salientar que a produção semi-árida constituída pelo tripé gado-algodão-culturas alimentares sempre teve no elo culturas alimentares sua maior fraqueza continuando até hoje.

4.2.4 Alguns condicionantes recentes da história agrária da Paraíba

Todos historiadores da história agrária da Paraíba, entre eles Andrade (1998), Mello (2002), Moreira & Targino (1997), Varela (2003), entre outros, estão de comum acordo que o perfil da distribuição fundiária no estado é resultado de um longo e penoso processo que vem desde a colonização, passando pela Lei de Terras de 1850 e estendendo-se até os dias de hoje após passar pelo surto modernista da agricultura.

Os que esperavam da modernização agrícola na década de 1970 a possibilidade de reversão deste quadro se enganaram, pois esta somente agravou o problema.

Neste período, os estabelecimentos agropecuários do Estado sofreram um ligeiro declínio: passaram de 169.667 em 1970, para 167.482 em 1980, o que representou uma redução da ordem de 1,3%. Esse resultado é devido aos estabelecimentos com menos de 20 hectares que, no período em foco, viram declinar o seu número em mais de quatro mil unidades. Inversamente o índice de concentração da terra aumentou onde a área ocupada pelos estabelecimentos maiores de 500 hectares, que equivalia a 33,3% da área agrícola total em 1970, passou a representar 34,5% em 1980 (MOREIRA & TARGINO, 1997:178-179).

Segundo Varela (2003), a modernização que se esperava atingir todos os estabelecimentos agrícolas na Paraíba, porque foi patrocinada pelo governo federal,

beneficiou, apenas fortemente, a atividade canavieira e pecuária, levando a uma reorganização na sua estrutura agrária com graves efeitos sociais e econômicos.

Não diferenciada de outras regiões do país, mas com menos intensidade no Nordeste, a modernização beneficiou somente os grandes proprietários e conduziu à ruína os pequenos. Um contingente enorme destes pequenos proprietários foi conduzido à falência e à hipoteca de suas terras aos bancos.

Os efeitos desta configuração foram diretamente sentidos na estrutura fundiária do estado. O censo agropecuário de 1995-1996, conforme relata Varela (2003), dá uma mostra disso:

No que concerne à atual composição da estrutura fundiária, o número total dos estabelecimentos rurais é de 146,5 mil aproximadamente, com pouco mais de 4.109,3 mil de ha, o que corresponde a 72,9% da área do Estado, acrescentando que cerca de 263,2 mil ha daquelas áreas foram considerados inaproveitáveis, ou seja, 6,4%. A distribuição dos estabelecimentos por área informa a mesma tendência concentradora da sua estrutura ao longo do tempo, haja vista que dos 101,4 mil estabelecimentos inferiores a 10 ha, correspondentes a 69,2%, detêm apenas 293,0 mil ha, ou seja, 7,1% da área total, com a insignificante área média de apenas 2,9 ha, enquanto no outro extremo, os estabelecimentos superiores a 500 ha, da ordem aproximadamente de 1,3 mil, 0,9% do total, ocupam uma área de 1.335,7 mil ha, com uma participação no conjunto de 32,5%, alcançando uma elevadíssima área média de 1.040,2 mil ha... ressalta-se ainda, o desaparecimento no período 1985 a 1995, de 56,7 mil estabelecimentos rurais, sendo que 46,6 mil são de menos de 10 ha, ou seja, 82,2% deles (VARELA, 2003:126).

Esses dados acima apresentados dão uma mostra da concentração fundiária recente no estado e evidencia um recrudescimento grandioso das pequenas propriedades rurais. Talvez isto explique um pouco o porquê de o MST ter encravado suas idéias e ações aqui na Paraíba, ou seja, pela criação de um número excessivo de famílias de sem terras resultantes da concentração fundiária decorrente dos processos de políticas públicas falhas e do favorecimento sempre do grande latifundiário em detrimento do pequeno agricultor.

As relações de trabalho no campo também sofreram grandes modificações com a adoção do modelo de acumulação adotado pela Paraíba a partir da década de 1970. A expansão do trabalho assalariado foi acompanhada pelo processo de expulsão/expropriação de milhares de produtores diretos. O que vale dizer que o assalariamento do campo se deu em detrimento de algumas formas tradicionais de trabalho.

De fato, enquanto os empregados assalariados passaram de 73.833 em 1970 para 166.584 em 1980, o que representou um crescimento médio de

125,6% no período, o trabalho familiar apresentou um crescimento negativo da ordem de 2,7% (-0,3% ao ano), os parceiros subordinados reduziram-se em 27,9% (-3,2% ao ano) e os moradores e agregados sofreram uma retração da ordem de 71,7% (-11,9% ao ano) no mesmo período. Merecem destaque os empregados assalariados temporários, com um crescimento superior ao verificado para o total de assalariados (162,1% no período; 10,0% ao ano) e os empregados assalariados permanentes com um crescimento da ordem de 52,5% no período (MOREIRA & TARGINO, 1997: 259-260).

Da mesma forma, como também nos mostra Varela (2003), as informações censitárias demonstram que, do período de 1985 a 1995, o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários caiu de 763.963 mil para 479.987. Este decréscimo expressivo de 62,8%, segundo o autor, é reflexo da modernização conservadora do campo e da política agrária adotada pelo governo, que vem deteriorando progressivamente a qualidade de vida dos pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Como bem demonstra Ieno Neto (2005), o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Paraíba e a expansão da atuação organizada da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em todo o estado, na década de 1990, têm na crise de emprego rural e na crescente dificuldade de acesso à terra para morar e trabalhar sua legitimidade junto aos trabalhadores vítimas dessa situação.

4.3 AS LUTAS NO CAMPO PELA REFORMA AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS NA PARAÍBA

A história da luta por reforma agrária na Paraíba não começa com o MST. Ela tem antecedentes históricos importantes como é o caso das Ligas Camponesas e de outras organizações de trabalhadores rurais que tinham o mesmo interesse: reformar a estrutura fundiária do estado e mudar as relações de poder inerentes a essa⁴⁶.

As Ligas Camponesas que tiveram sua origem no estado de Pernambuco na década de 1950 foram marcadas em seu princípio pela vitória que tiveram os trabalhadores organizados e apoiados pelo advogado Francisco Julião, na desapropriação do engenho Galiléia, o que conseguiram do governo pernambucano em 1959. Isto fez com que as ligas se projetassem nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade

⁴⁶ - Apesar de existirem lutas anteriores às das ligas no estado, nosso propósito é dar destaque às lutas no campo a partir da organização das Ligas Camponesas, que foi a maior organização de trabalhadores rurais na Paraíba até a fundação do MST.

da reforma agrária. Apesar de expandir-se para outros estados do Nordeste (Alagoas), foi na Paraíba que as ligas tiveram maior importância na luta pela reforma agrária, além de Pernambuco.

Na Paraíba, as ligas estiveram presentes nos municípios de Sapé, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita. Tal como em Pernambuco, a base social dessas ligas era constituída por foreiros e moradores que lutavam contra a expulsão da terra, da cobrança do cambão e dos aumentos do foro (Medeiros, 1989).

Na liderança destas ligas, ganhou peso a figura de João Pedro Teixeira⁴⁷ um dos fundadores da maior Liga Camponesa do Brasil, a de Sapé, com mais de 10 mil filiados. Em 1962, João Pedro foi assassinado por um fazendeiro da região, fato que deu às ligas da Paraíba repercussão nacional e internacional. Andrade (1998), afirma que o nome das Ligas Camponesas teve tanta aceitação na Paraíba que o vocábulo “camponês” era usado para identificar os seus associados.

Segundo Medeiros (1989), em 1962 e 1963 os conflitos se intensificaram na Paraíba, as ligas se expandiram rapidamente e a violência recrudescceu, atingindo até mesmo os filhos de João Pedro, ainda crianças, e outros trabalhadores envolvidos em demandas, como foi o caso da chacina de Marí, em janeiro de 1964, ocasião em que diversos trabalhadores foram assassinados num confronto com a polícia.

Andrade (1998), relata um dos episódios mais sérios ligados a todas as Ligas Camponesas que se deu na Paraíba, envolvendo associados das ligas e o proprietário de um latifúndio de 15.000 ha no Engenho Miriri:

A maioria dos moradores dava um dia de “cambão” por semana ao proprietário como aluguel de um sítio de meio hectare. Alertados de que um dia de “cambão” por semana equivalia a 52 dias anuais e que os salários correntes destes 52 dias representavam Cr\$ 6.240,00, importância que em dois anos correspondia ao valor da terra que lavravam, despertaram os agricultores, passando a pleitear o direito de pagar o foro em dinheiro. Eliminava-se assim o “cambão”. O proprietário não aceitou a proposta, ameaçando expulsar os moradores que fossem filiados às ligas. Surgiram daí divergências entre moradores e vigias do Coronel, resultando até o dia 07 de março de 1962 lutas em que dois capangas haviam sido mortos a foice e a machado; um administrador ferido; um vigia desaparecido com um balaço na coxa, e dois camponeses fulminados por tiros de “38” (ANDRADE, 1998: 269-270).

⁴⁷ - Coincidência ou não o fato é que o atual líder do MST no Brasil chama-se também João Pedro.

As ligas neste período lutavam por mudanças nas relações de trabalho tradicionais, caracterizadas pela moradia e pelo aforamento de terras. O rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para plantio próprio dos trabalhadores ou por aumento considerado abusivo do foro, criou as condições para a emergência dos conflitos e conseqüentemente para expansão destas (Medeiros, 1989).

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, as lutas no campo entraram em refluxo. Houve uma intensa perseguição e repressão às organizações dos trabalhadores rurais com o fechamento das sedes das ligas. Alguns líderes, como a viúva de João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, tiveram que abrir mão de suas identidades (mudar de nome) para não serem assassinados (Idem, 1989).

Apesar deste recrudescimento das lutas, os pequenos produtores não estavam isolados na luta pela terra. A eles se juntaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), os Sindicatos Rurais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT-PB) e mais recentemente nos anos 1980, o MST, conforme exposto no Capítulo 2.

Paralelamente à organização dos trabalhadores rurais, os grandes proprietários de terra também se organizam no estado e promovem o aliciamento de trabalhadores clandestinos de outras regiões para substituírem os que faziam greves. A ação armada também se faz presente e se constitui no principal aparato de intimidação aos trabalhadores. Em 12 de agosto de 1983, foi assassinada a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, quando à frente de uma campanha salarial com 34 ações trabalhistas encaminhadas à justiça. Por falar em justiça, esta também se omite. Segundo Moreira & Targino (1997), esta omissão se manifestava através da não fiscalização dos instrumentos de medidas de produção, das sentenças produzidas na Justiça do Trabalho, conferindo legalidade em níveis salariais muito baixos e da não fiscalização do cumprimento do dissídio coletivo pela Delegacia Regional do Trabalho.

De acordo com Ieno Neto (2005), a partir de 1985, com a Nova República e o avanço da organização dos movimentos dos trabalhadores sem terra, a luta pela reforma agrária se expandiu na Paraíba, como em todo o Brasil, chegando a beneficiar, até julho de 2003, 11.055 famílias, com a desapropriação de 189 mil hectares de terras pelo INCRA, o que corresponde a 3,5% da área total do estado.

Conforme resgata Varcla (2003), entre 1970 a 1996, a Paraíba foi palco de 194 conflitos de terra, distribuídos em 55 municípios. Para este autor:

A luta pela terra no estado não se restringe mais à luta para não deixá-la, ela se dilata na luta cotidiana para entrar na terra. São os expropriados latos que apesar de terem suas raízes no campo foram expulsos e levados ao desemprego involuntário ou mesmo ao lumpemproletariado, mas, que muitos daqueles não perderam a esperança de um pedaço de terra e da edificação de uma nova sociedade mais equânime. Esses trabalhadores há décadas, deixaram a consciência ingênua – o idiotismo da vida rural – em que viviam, e agora com a liderança do MST aguçaram uma consciência crítica, adquirindo não só uma real visão social, mas também política da questão, suplantando-se e propugnando com uma nova consciência crítica-organizada por uma reforma agrária que leve a um novo modo de produção e, que obviamente, substitua o modelo sócio-econômico vigentes, mediante um projeto democrático de desenvolvimento social para o país (VARELA, 2003:138-139).

Concordamos com o autor acima sobre o fato de que o MST tem sido um dos grandes responsáveis pela organização e politização dos demandantes por reforma agrária e dos assentados na Paraíba⁴⁸. No entanto, não visualizamos, no estudo que fizemos em dois assentamentos do estado, uma visão tão crítica assim sobre a sociedade por parte dos assentados do movimento. Controvérsias à parte, neste momento queremos apenas resgatar a história das lutas no campo na Paraíba e a situação dos assentamentos para no capítulo final voltar à discussão destas questões que se referem à consciência dos assentados e suas subjetividades expressas nas entrevistas feitas por esta pesquisa.

De fato o MST é um dos mais importantes movimentos sociais de luta pela terra na Paraíba. O INCRA, que deveria ter a função de realizar a reforma agrária, sempre age a reboque das necessidades colocadas pelos movimentos sociais que atuam no estado, dentre os quais destaca-se a CPT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e o MST. As críticas maiores feitas ao órgão referem-se aos serviços prestados aos projetos de assentamento denotadas, segundo VARELA (2003:149-150), “pelo retardamento das implantações e pelo baixo desempenho dos projetos”. Sobre o envolvimento do INCRA nos projetos de reforma agrária no estado completa o autor:

A ineficiência do Incra sem dúvida nenhuma é agravada pela falta de empenho dos recursos financeiros e pelo não envolvimento notório da maioria dos seus superintendentes com a reforma agrária. Para constatar isso, basta observar o tratamento dispensado aos pequenos produtores rurais quando estes se refugiam no Incra – local criado para tratar de seus interesses após serem expulsos dos lugares onde moravam e trabalhavam – eram dali rechaçados pela Polícia Federal por

⁴⁸ - Também quem desempenha uma importante missão na tarefa de politização e conscientização dos trabalhadores rurais na Paraíba é a CPT.

solicitação do órgão local com a anuência do órgão central (VARELA, 2003:150).

Neste sentido, a conquista da reforma agrária e conseqüentemente dos assentamentos pode ser vista como resultado da pressão dos movimentos de luta pela terra, sendo que a situação atual dos assentamentos na Paraíba denota mais uma óptica de resistência dos pequenos produtores do que propriamente uma preocupação governamental com a qualidade da reforma agrária. Isto porque grande parte deles encontra-se em situações precárias, como veremos mais adiante.

A tabela a seguir apresenta o número de assentamentos existentes na Paraíba distribuídos de acordo com a entidade que presta assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos.

TABELA 2 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS EXISTENTES NA PARAÍBA DE ACORDO COM A ENTIDADE PRESTADORA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Entidade	Número de assentamentos
CPT	58
COAGEP*	12
EMATER**	24
FETAG	30
INCRA	49
MST	33
TOTAL DE ASSENTAMENTOS	206

Fonte: INCRA-PB, 2006.

* Cooperativa de Apoio às Organizações de Gestão e Produção Ltda.

** Empresa Paraibana de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Como observamos na tabela, somando-se o número de assentamentos dos três principais movimentos (CPT, FETAG e MST) que lutam pela terra e pela defesa dos trabalhadores rurais na Paraíba, percebemos que estes mantêm o controle da assessoria técnica, social e ambiental nos assentamentos de reforma agrária do estado, ou seja, em 59% dos assentamentos. Isto nos leva a concluir que a maioria da assistência técnica prestada nos assentamentos é terceirizada, pois o INCRA e demais entidades como Emater que deveriam prestar esta assistência não a fazem. Na verdade além da assistência técnica prestada pelos

movimentos, os dados acima sugerem também o controle político e social e ambiental das áreas reformadas por estas entidades.

A pesquisa feita pelo INCRA, CPT, Centro de Documentação Popular (CEDOP) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) talvez seja o melhor documento produzido sobre a realidade qualitativa em seus mais diferentes aspectos no que se refere aos assentamentos paraibanos. Este trabalho, coordenado por Genaro Ieno Neto e Thomas Bamat, representa ao nosso ver, junto com o brilhante trabalho da professora da UFPB, Emília Moreira (Por um Pedaco de Chão), as principais referências para qualquer estudo sobre assentamentos rurais na Paraíba.

O livro de Moreira (1997), rastreia todos os conflitos de terra no estado e nos dá um mapa das diversas situações vividas na implantação dos projetos de assentamentos⁴⁹. Além disso, o trabalho teve como objetivo “resgatar a história da luta dos trabalhadores, contribuir com a divulgação da sua realidade, do seu sofrimento, do seu desamparo, das suas perdas, das suas conquistas, das suas alegrias” (MOREIRA, 1997:29).

Na obra desta autora, podemos ver com facilidade que a questão agrária na Paraíba não se diferencia da do resto do Brasil, ou seja, continua sem solução. Notamos e comungamos com a autora de que a reforma agrária, como relatada na história dos assentamentos estudados, foi feita apenas como medida paliativa e que os diversos planos e discursos sobre tal tem-se limitado apenas a apagar “fogo de palha”, quer dizer, apenas para amenizar conflitos.

No entanto, uma questão ficou clara e transparente no estudo de Moreira (1997), a aquisição de um pedaço de chão para morar e trabalhar só foi obtida mediante a ação dos movimentos sociais e que a reforma agrária que foi feita até aquele momento da pesquisa (e até hoje) nunca atingiu a base da concentração da propriedade da terra. Denota ainda uma conclusão importante e muitas vezes não “sentida” pelas autoridades que tratam do assunto e mesmo pela própria sociedade, muitas vezes, alienada desta discussão: “A reforma agrária se constitui, ao nosso ver, um instrumento de extrema importância para a melhoria da distribuição de renda no Brasil” (MOREIRA, 1997:36).

Num mesmo viés investigativo ao da autora acima, a pesquisa coordenada por Ieno Neto & Bamat publicada em 1997 e transformada em livro no ano de 1998 nos dá um panorama geral sobre a qualidade de vida nos assentamentos paraibanos a partir dos perfis dos

⁴⁹ - Esta pesquisa foi publicada em 1997, portanto não constam os assentamentos mais recentes como os que estudamos para a realização desta tese, no caso, Mandacaru e Massangana III.

assentados, da infra-estrutura dos assentamentos, da vida econômica, os serviços de saúde, educação, organização, participação política, subjetividade e gênero.

Nesta pesquisa temos um retrato do modo de vida e das condições sociais, econômicas e culturais dos assentamentos paraibanos. Os dados da pesquisa colhidos durante o ano de 1997 foram obtidos a partir de uma amostra correspondente a 20% dos assentamentos com tutela do INCRA e completa o quadro elaborado pelo primeiro Censo Nacional sobre os assentamentos rurais no país.

Por exemplo: a grande maioria dos assentados já morava e trabalhava no campo, antes de serem assentados; a vida é dura nos assentamentos, onde falta água, escolas adequadas e postos de saúde, no entanto, tem-se conseguido produzir o necessário para a sobrevivência e, em algumas áreas, mais do que isso; os trabalhadores têm necessidade de apoio e assistência técnica eficiente. Outros dados de nossa pesquisa – uma renda familiar média equivalente a mais de 300 reais por mês e o abandono dos assentamentos por somente cerca de 10% dos assentados – variam dos dados divulgados pela imprensa (Veja, 25/jul/97, pp. 32-33) via o censo do INCRA (IENO NETO & BAMAT, 1998:15).

Esta pesquisa⁵⁰ trouxe dados para os órgãos responsáveis pela reforma agrária no estado no intuito de promover mudanças nos assentamentos. No entanto, o que nos parece é que os resultados da pesquisa não sensibilizaram estes órgãos e não provocaram muitas mudanças nesta realidade.

Sobre esta pesquisa, o que queremos é mostrar as principais ações propostas a partir do diagnóstico feito da realidade nos assentamentos para termos um perfil das necessidades apontadas, para, mais adiante, vermos em pesquisas e diagnósticos subseqüentes como esta realidade se comportou.

Neste sentido, as ações possíveis para estimular iniciativas novas que possam melhorar o processo de reforma agrária na Paraíba e a vida nos assentamentos são as seguintes, segundo IENO NETO & BAMAT (1998: 247-250):

1) Ações e iniciativas do Estado/INCRA-PB

- Assistência técnica constante e de qualidade, incluindo orientações sobre a comercialização e sobre o uso de agrotóxicos;
- mais crédito, em tempo hábil, para a produção;
- uma política de preços mínimos para a produção, que garanta preços mais justos;
- solução rápida para os problemas de abastecimento de água e irrigação;

⁵⁰ - Os resultados desta pesquisa podem ser vistos na obra de IENO NETO & BAMAT (1998).

- promoção de pequenas indústrias que beneficiem a produção rural (polpa de frutas, olaria para a produção de tijolos e telhas);
- novas propostas de regulamentos (estrutura das associações, definição de parceleiros) que facilitem a participação de todos, homens e mulheres, na vida organizada dos assentamentos e
- aumento do módulo rural para os assentamentos futuros.

2) Ações do estado da Paraíba/INTERPA

- Atenção e apoio urgentes para os assentamentos com precária qualidade de vida; e
- redução de impostos sobre produtos básicos, como o inhame.

3) Ações/iniciativas da CPT

- Reflexão junto aos homens e mulheres assentados sobre os comportamentos, as atitudes, as crenças, os valores, os códigos culturais e religiosos tradicionais e as estruturas que discriminam a mulher e impedem o desenvolvimento e a contribuição de todos (as) à vida nos assentamentos, assim como fora deles;
- acompanhamento nas discussões que objetivam descobrir formas de se conviver com as diferenças, visando à manutenção e fortalecimento da união e do espírito comunitário nos assentamentos, a solidariedade entre os trabalhadores na luta pela reforma agrária e uma articulação estratégica, em longo prazo, entre os assentamentos e
- apoio para a formação de grupos de mulheres e de jovens, nos assentamentos, uma vez que esses grupos poderiam renovar a forma e o conteúdo da vida social organizada nos assentamentos.

4) Trabalhadores assentados

- Fortalecimento da união e sentido de comunidade dentro dos assentamentos, entendendo que “união” exige que se aprenda a trabalhar com idéias e propostas diferentes e, por isso mesmo, todos devem e podem participar de qualquer decisão sobre o assentamento;
- mais reflexão a respeito dos objetivos e finalidades do trabalho comunitário, lembrando que existe muito trabalho e, portanto, existe a necessidade da contribuição de todos, conforme a capacidade e interesse de cada um;
- necessária revisão da estrutura das associações, para ampliar a participação e responsabilidades dos assentados;
- iniciativas organizadas para enfrentar o problema da comercialização da produção dos assentamentos, como, por exemplo, a venda diretamente ao consumidor urbano, à merenda escolar, a outros órgãos públicos, exigindo de prefeituras e governo do estado políticas adequadas para isso;

- reivindicações organizadas e articuladas entre os assentamentos frente às prefeituras municipais e o governo do estado da Paraíba para: inclusão dos assentamentos no Programa de Agentes Comunitários de Saúde; melhores serviços nos postos de saúde; ações voltadas, especialmente, para o grupo materno-infantil, os jovens e à saúde do trabalhador; assim como maiores recursos para as escolas, melhor capacitação e salários dignos para os professores(as), cursos de alfabetização para adultos nos assentamentos;
- maior atenção ao tratamento da água de consumo próprio, construção de privadas, vacinação de crianças e no uso de agrotóxicos e
- reflexão sobre a importância das escolas como lugar de formação de crianças, jovens e adultos, para o trabalho e à vida de um modo geral.

Vale salientar que a mesma pesquisa denotou que a participação dos assentados em ações coletivas se deu com mais frequência no período anterior ao assentamento, ou seja, na fase de luta pela terra e que, por exemplo, o número de participantes na organização da associação nos assentamentos é menor do que o da luta pela terra.

Em relação aos líderes, a pesquisa aponta maior capacidade crítica destes em relação à base, sendo que os líderes reconhecem que há uma diminuição da união no assentamento após a conquista da terra.

No que diz respeito à subjetividade nos assentamentos, a pesquisa mostra que há diferenças nos interesses por parte de líderes e não líderes nos assentamentos. Para a liderança interessa mais, em ordem de importância, a luta, a reforma agrária, a terra, o trabalho, a família, o companheiro, a solidariedade, a propriedade e o socialismo. Já para os assentados não líderes, esta ordem de prioridade já não é a mesma com relação aos mesmos valores: primeiro vem a família, depois, terra, trabalho, luta, reforma agrária, companheiro, propriedade, solidariedade e socialismo⁵¹.

Acreditamos que pesquisas feitas como a acima citada desencadearam reações nos movimentos de luta pela terra no sentido de pressionar o governo federal e as instâncias públicas responsáveis pela reforma agrária a realizar novos projetos e planos para os assentamentos no Brasil.

Em outra pesquisa recente desenvolvida por Ieno Neto (2005), que teve como objeto de estudo o Projeto Lumiar⁵², analisando o desenvolvimento nos assentamentos atingidos por

⁵¹ - Veremos através de nossa pesquisa que, nos assentamentos que estudamos do MST, o socialismo também assume posição inferior na subjetividade dos assentados líderes e não líderes, ao contrário da visão dos líderes estaduais que só priorizam em seus discursos o socialismo.

⁵² - O Projeto Lumiar foi criado em 1997 devido à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra durante o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e tinha como objetivo melhorar a assistência técnica

este projeto na Paraíba, vemos que uma das características básicas dos projetos governamentais é a emergência na construção de programas que visam atender os beneficiados pela reforma agrária em função da pressão dos movimentos sociais. Por isso que geralmente projetos desta natureza possuem, como no caso do Lumiar, caráter de transitoriedade e provisoriidade, sendo que assim que “baixa a poeira” da pressão dos movimentos esses são desativados⁵³. Ou seja, não há um compromisso real de continuidade dos planos, projetos e programas oficiais para a reforma agrária.

O caráter emergencial dado ao Projeto Lumiar foi uma estratégia governamental para romper seu compromisso no momento que lhe fosse conveniente... sua conseqüente desativação é indicativo de que a reforma agrária do Estado brasileiro só avança na medida exata da capacidade de pressão política dos movimentos sociais vinculados à luta pela terra. Esse é um dos motivos pelos quais o Lumiar, como resultado dessa capacidade de pressão política, foi desde seu início, um campo de luta (IENO NETO, 2005:339).

A análise do Projeto Lumiar na Paraíba feita por Ieno Neto (2005) revela que em alguns assentamentos o fortalecimento da figura do presidente nas associações cria uma concentração de poder não estranha aos assentados, que reproduz de uma forma ou de outra as relações sociais históricas de mandonismo existentes na formação do espaço agrário paraibano. Esta postura presidencialista e de poder nas associações acaba por dividir os assentamentos e provocar a criação de outras organizações internas e/ou a não participação dos assentados em órgãos coletivos e ações coletivas.

No Projeto Lumiar, como assinala Ieno Neto (2005), o movimento indicou um membro formal para a equipe de supervisão, além de indicar técnicos para comporem as equipes técnicas para atuarem nos assentamentos sob sua tutela política, não se interessando pelo que ocorria em outros assentamentos acompanhados pelo projeto. Para nós, esta posição é um pouco contraditória para um movimento que prega a união de todos os trabalhadores na luta pela reforma agrária e o socialismo.

A análise que a experiência do Projeto Lumiar indica, segundo Ieno Neto, é de que a luta pela sobrevivência da família a partir da terra requer, como condição necessária à sua eficácia, a construção de novas relações sociais, produtivas e ambientais que superem as relações tradicionais de submissão, dependência e desqualificação da agricultura familiar.

nos assentamentos de reforma agrária. Neste sentido, quem deseja conhecer mais a fundo a essência deste projeto ver em IENO NETO (2005).

⁵³ - Destaca-se que o Projeto Lumiar teve duração curta (1997-2000).

O que a análise da experiência do Projeto Lumiar na Paraíba indica é que a construção dessas “novas relações” se dá a partir das possibilidades reais que os assentados têm de experimentar situações concretas de organização e produção formuladas por eles, ou por agentes externos, desde que os assentados tenham condições de estarem avaliando criticamente essas situações durante todo o seu desenvolvimento (IENO NETO, 2005: 335).

Em síntese, pareceu-nos que o Projeto Lumiar foi uma experiência positiva para os assentados, movimentos sociais, INCRA e demais participantes do processo. O que chama a atenção é que, por ser um projeto propositivo e ter uma dimensão que contemplava muito dos interesses dos agentes da reforma agrária, foi extinto prematuramente. As causas desta extinção não é objeto deste estudo, mas talvez se explique por aquilo que dissemos anteriormente, apenas existiu por pressão dos movimentos sociais e não por uma necessidade sentida das autoridades e da sociedade para mudar o rumo da reforma agrária na Paraíba e no Brasil.

CAPÍTULO 5

A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO ASSENTAMENTO MANDACARU

5.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ASSENTAMENTO MANDACARU⁵⁴

O Assentamento Mandacaru, antiga Fazenda Feijão, localiza-se no município de Sumé-PB, na microrregião Cariris Velhos ocupando uma área de 4.384,0114 há. O acesso ao Assentamento Mandacaru é realizado partindo-se de João Pessoa pela BR-230 em direção ao sertão do estado até o Km 170. De Campina Grande pela BR-412, percorre-se uma distância de 110 km aproximadamente, chegando-se ao município de Sumé, deste segue-se à esquerda pela PB-214, percorrendo-se aproximadamente 17 Km até a sede do imóvel.

A região onde se localiza o Assentamento Mandacaru tem um clima de caráter heterogêneo apresentando grande variabilidade dependendo da localização considerada. A região em que se localiza o imóvel está segundo o INCRA-PB situada no tipo de clima Bsh – semi-árido quente, com precipitações pluviométricas médias anuais muito baixas e com uma estação seca que pode atingir 11 meses. O que caracteriza o clima da região é a grande irregularidade de seu regime pluviométrico, que depende das massas de ar que vêm do litoral e do oeste do estado.

De acordo com a geomorfologia, o referido assentamento encontra-se inserido no Planalto da Borborema, que se constitui no mais importante acidente geográfico da região Nordeste, exercendo na Paraíba um papel de particular importância no conjunto do relevo e na diversificação do clima. O Assentamento Mandacaru ocupa a porção da superfície do Planalto da Borborema, cujo nível é definido como mais baixo, com altitudes variando de 400 a 500 metros.

No tocante aos recursos hídricos do assentamento, existe um suporte hídrico que atende satisfatoriamente as necessidades da área, composto por dois poços, um amazonas e um artesiano, uma cisterna, uma caixa d'água e dez açudes bem distribuídos em todo o

⁵⁴ - As informações para a construção do histórico e caracterização deste assentamento foram retiradas da pesquisa de campo e do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mandacaru (INCRA-PB, 2001).

ímovel, os quais captam um volume d'água bem significativo para uma região onde o período de estiagem dura em média oito meses por ano.

Quanto aos solos identificados no assentamento, verifica-se a predominância de solos Litólicos Eutróficos, Vertissolos e Bruno não Cálcico Vértico. Registra-se também a presença de muitos calhaus (rocha dura) de quartzo, roados, desarestados na superfície do solo e presença de afloramentos de rocha, além de algumas inclusões de regossolo eutrófico, solonetz solodizado e planossolo solódico eutrófico.

O assentamento é dividido em 121 lotes familiares com 28,8 ha em média para cada lote e possui uma área de reserva legal de 876,8 ha das 4.384 ha existentes. A população gira em torno de 400 a 500 pessoas, com 3 a 6 membros por família. Em termos de produção a base é o roçado onde se plantam feijão e verduras para subsistência. Também se destaca no setor produtivo a caprinocultura com a criação de bodes e cabras para o consumo de carne e leite das famílias assentadas. A produção agrícola e animal são quase que totalmente destinadas ao consumo próprio da população assentada. Os excedentes, que são mínimos, são destinados às pequenas feiras locais na cidade de Sumé.

A localização das casas de moradia foi organizada em forma de agrovila, que no total são quatro, assim denominadas pelos assentados: Primeira Vila, Sede, Coremas e Lamedor. Esta ordem dos nomes é a mesma ordem que segue a estrada que corta o assentamento desde a entrada para quem vem do município de Sumé até o fim dos limites territoriais que culmina com a Agrovila Lamedor. Até novembro de 2005 apenas as casas de moradia da Agrovila Sede possuía energia elétrica. No entanto, o material para a instalação no restante das moradias já se encontrava em fase de implantação com postes erguidos e fios sendo puxados.

Quando da criação do assentamento, uma parte dos assentados morou em casa de tijolos da Sede, outra em casas de taipa e a grande maioria em barracos de lona, até vir o primeiro recurso para edificação das moradias definitivas no ano de 2001. No princípio, a ocupação das casas que já existiam na fazenda foi feita via um sorteio. As condições de higiene e saneamento básico até o ano de 2001 eram, segundo o INCRA-PB (2001), precárias. A água para beber da maioria dos assentados provém de um açude com duvidosa qualidade da água.

No que diz respeito às construções disponíveis no assentamento, estas compreendem as habitações, áreas de lazer e infra-estrutura básica de apoio às atividades desenvolvidas. Sobre a infra-estrutura básica existente no assentamento na época da entrada das famílias, ver Boxe nº 1.

BOXE Nº 1 - INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES ENCONTRADAS NA ÁREA DO
ASSENTAMENTO MANDACARU

- 1- Um curral de madeira serrada com várias divisórias;
 - 2- Um brete de madeira serrada;
 - 3- Um curral de pau-a-pique para ovelhas;
 - 4- Duas garagens;
 - 5- Dois galpões para máquinas e equipamentos;
 - 6- Uma igreja com sacristia;
 - 7- Um depósito para máquinas;
 - 8- Seis armazéns;
 - 9- Três currais de madeira tipo faxina;
 - 10- Dois currais de madeira serrada;
 - 11- Um cocho de alvenaria coberto;
 - 12- Uma balança com a casa;
 - 13- Noventa e quatro porteiras de madeira serrada;
 - 14- Seis cochos em alvenaria, descobertos;
 - 15- Dois aviários;
 - 16- Doze tanques em alvenaria e cimento para água;
 - 17- Duas baias, uma para bovinos e a outra para eqüinos;
 - 18- Dez barragens de pequeno e médio porte;
 - 19- Dois poços, um amazonas e outro artesiano;
 - 20- Duas caixas d'água suspensas em alvenaria de cimento;
 - 21- Uma cisterna em alvenaria de cimento;
 - 22- Dois cata-ventos desativados;
 - 23- Um tanque para lavar roupas e abastecimento d'água dos animais;
 - 24- Um trator com carroção de madeira;
 - 25- Uma grade de discos com sete discos;
 - 26- Um carroção de madeira;
 - 27- Três carros de boi com pneus de borracha; e
 - 28- Uma máquina farrageira elétrica.
- *Instalações complementares: 48.661,97m de cercas internas, com 2, 3, 4, 5, 7 e 8 fios de arame farpado; e 15.500m de cercas externas, com 7 fios, também de arame farpado.
- *Estradas internas: 48.584m de estradas municipais internas ao seu perímetro, além de mais 48.270m de estradas vicinais.
- *Extensão da rede elétrica: 564m.

Fonte: INCRA-PB (2001).

O período inicial do assentamento foi marcado por muitas dificuldades (que veremos no tópico seguinte), pois não existiam ainda recursos de investimento e de infra-estrutura. A maioria dos novos moradores do assentamento era desprovida de quaisquer recursos, até mesmo para a alimentação básica. De acordo com um dos assentados e líder do assentamento:

Aqui mesmo alimento era difícil demais, a sorte mesmo era que os companheiro dava umas bolacha pra gente, uns pão, pão de padaria né? Tinham dó da gente e dava, todas as quinta-feira, então adepois nós pegamo conhecimento com o gerente daqui, que é seu Chico, aí ele liberou pra nós pegar uns peixinho no açude (Fernando, líder de Mandacaru).

De acordo com os assentados foi muito importante neste período inicial do assentamento o papel que desempenhou o MST na coesão do grupo e na promoção de discussões que permeavam a necessidade de união de todos, como no período de acampamento.

5.2 OS ATORES DA AÇÃO COLETIVA NO ASSENTAMENTO MANDACARU

Para que tenhamos uma visão geral dos atores entrevistados no Assentamento Mandacaru, procuramos listar algumas características destes para compreendermos, entre outras coisas, suas trajetórias anteriores e desta forma produzimos um perfil dos líderes e não líderes deste assentamento e uma comparação entre ambos os segmentos.

5.2.1 Perfil dos assentados não líderes e líderes entrevistados no Assentamento Mandacaru⁵⁵

Para compreendermos melhor os atores que produzem e colocam em prática as ações coletivas no Assentamento Mandacaru, traçamos um perfil destes destacando algumas características como a idade, o local de nascimento, onde moravam anteriormente, estado civil, grau de escolaridade, a ocupação anterior, entre outras.

Cabe salientar que foram entrevistados 15 assentados não líderes e 5 assentados líderes ligados ao MST. As entrevistas foram realizadas no ano de 2005. Todos os entrevistados pertencem à associação (ASSEMA) que é dirigida pelo MST e que é responsável pela organização da ação coletiva no assentamento.

BOXE Nº 2 - PERFIL DOS ASSENTADOS NÃO LÍDERES ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO MANDACARU

- 1) **Idade:** entre 18 e 69 anos, sendo que 3 assentados possuem menos de 30 anos, 3 assentados entre 33 e 39 anos, 2 assentados entre 42 e 45 anos, e 7 assentados com idade entre 55 e 69 anos.
- 2) **Local de nascimento:** Monteiro-PB (4 assentados), Camalaú-PB (2), Sumé-PB (6), Prata-PB (1), Viçosa-AL (1), e Santa Cruz-PE (1).
- 3) **Cidade que morava anteriormente:** Brasília-DF (1 assentado), Camalaú-PB (3), Sumé-

⁵⁵ - A diferenciação do líder para o não líder nos assentamentos se dá pelo cargo que assumem na entidade representativa (associação) e pelas responsabilidades legadas pelo MST a algumas pessoas que se identificam e são reconhecidas pelos outros como divulgadoras dos ideais ideológicos do movimento.

PB (8), Riacho da Roça-PB (1), Prata-PB (1), Monteiro-PB (1).

4) Estado civil: casado (11 assentados), solteiro (4).

5) Grau de escolaridade: segundo grau completo (3 assentados), primeiro grau completo (2), semi-analfabeto (4), analfabeto (6).

6) Ocupação anterior: motorista de ônibus (1 assentado), agricultor (5), servente de pedreiro (1), assalariado agrícola (4), empregada doméstica (1), dona de casa (1), desempregado (2).

7) Motivo pelo qual veio morar no assentamento: por temer a violência urbana (1 assentado), para possuir um pedaço de terra onde pudesse trabalhar para si e a família e prosperar (11), para ensinar no assentamento (1), por causa da família que já era assentada (2), por causa de um conhecido que já era assentado (1). *Um assentado teve dois motivos, por isso que tem 16 respostas.

8) Desde que ano é assentado: 1999 (8 assentados), 2000 (2), 2001 (2), 2002 (1), 2005 (2).

9) Por que apóia o MST: porque acha justa a causa da reforma agrária (7 assentados), não soube responder (3), por admiração e satisfação por ter conseguido a terra (5).

10) Relacionamento com os líderes do MST no assentamento: ótimo (2 assentados), muito bom (3), bom (9), regular (1).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

A maioria dos entrevistados tem uma idade superior a 40 anos.

Quanto ao local de nascimento, as entrevistas indicam que a grande maioria é natural do estado da Paraíba (13 assentados) e que apenas dois entrevistados são de outros estados. Também a pesquisa nos mostra que a maioria não nasceu no município onde se localiza a sede do assentamento (9 assentados).

Com relação à cidade que moravam anteriormente ao assentamento, a maioria respondeu que eram provenientes de cidades do estado da Paraíba (14 assentados), e somente 1 entrevistado morava anteriormente em uma cidade fora do estado da Paraíba, mais precisamente em Brasília-DF.

O estado civil da maioria dos entrevistados assentados é casado (11 assentados), sendo que são solteiros apenas 4 assentados.

Quanto ao grau de escolaridade a pesquisa nos revelou que os assentados não líderes entrevistados possuem pouca instrução formal, sendo que apenas 3 assentados possuem segundo grau completo, 2 assentados possuem primeiro grau completo e o restante (10 assentados) são semi-analfabetos e analfabetos.

Com relação à ocupação anterior, 9 assentados trabalhavam na agricultura em lotes da família ou para outros na forma de meeiros, parceiros ou arrendatários. Do restante dos entrevistados, 4 tinham outras ocupações não agrícolas e 2 estavam desocupados.

A pesquisa nos mostra que a maioria dos assentados entrevistados, 11, veio morar no assentamento motivados pelo desejo de possuir um pedaço de terra para trabalhar para si e a

para a família assegurando a alimentação da família, a escola para os filhos, o acesso à saúde, entre outras coisas. O restante alega como principal motivo outras causas como a família já estar assentada ou um amigo (4 assentados).

A maioria dos assentados da entrevista disse residir no assentamento desde sua criação em 1999 (8 assentados), 5 assentados vieram morar no assentamento entre os anos de 2000 e 2002 e somente 2 entrevistados se instalaram como assentados no ano de 2005.

Quando perguntados por que apoiavam o MST os entrevistados em sua maioria responderam que era porque achavam justa a causa da reforma agrária (7 assentados), outros (5 assentados) disseram que era porque admiravam o movimento e por se sentirem agradecidos (dívida moral) por terem conseguido a terra. O restante, 3 assentados, não soube responder ou precisar um motivo.

Os entrevistados assentados não líderes consideram que o relacionamento com os líderes do MST no assentamento varia em sua quase total maioria de bom a ótimo (14 assentados), e somente um entrevistado considerou regular por causa do relacionamento anterior com o ex-presidente da associação.

BOXE Nº 3 - PERFIL DOS ASSENTADOS LÍDERES ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO MANDACARU

- 1) **Idade:** entre 28 e 47 anos, sendo que 2 assentados líderes possuem menos de 30 anos, e 3 entre 38 e 47 anos.
- 2) **Local de nascimento:** Poções-BA (1 assentado líder), Monteiro-PB (2), São João do Tigre-PB (1), Sumé-PB (1).
- 3) **Cidade que morava anteriormente:** Monteiro-PB (2 assentados líderes), Sumé-PB (1), João Pessoa-PB (1), Camalaú-PB (1).
- 4) **Estado civil:** casado (4 assentados líderes), solteiro (1).
- 5) **Grau de escolaridade:** superior completo (1 assentado líder), segundo grau completo (1), segundo grau incompleto (1), primeiro grau incompleto (1), analfabeto (1).
- 6) **Ocupação anterior:** agricultor (2 assentados líderes), dona de casa (1), professora (1), cobrador de ônibus (1).
- 7) **Motivo pelo qual veio morar no assentamento:** por intermédio de um amigo que era do MST (1 assentado líder), por causa da família que já era assentada (2), ajudou a construir as casas no assentamento e recebeu o convite do MST (1), por admirar a luta do MST (1).
- 8) **Desde que ano é assentado:** 1999 (3 assentados líderes), 2003 (1), 2004 (1).
- 9) **Por que apóiam o MST:** por admiração e dívida moral por ter conseguido a terra (3 assentados líderes), porque acha justa e admira a causa da reforma agrária (2).
- 10) **Relacionamento com os assentados:** muito bom (3 líderes assentados), bom (1), regular (1).
- 11) **Quem o escolheu para ser líder:** foi indicado pelos assentados e aprovado em assembléia (3 assentados líderes), foi indicado pelos líderes do MST no assentamento e aprovado em assembléia (2).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

O Boxe nº 3 revela que a idade dos assentados líderes está entre 28 e 47 anos, sendo que 2 assentados líderes possuem menos de 30 anos, e 3 entre 38 e 47 anos. Desta forma, percebemos que a maioria dos líderes no assentamento possui mais de 38 anos, ou seja, possuem uma idade semelhante a maioria dos assentados.

Em relação ao local de nascimento dos líderes assentados, as entrevistas nos mostram que a maioria é natural do estado da Paraíba (4) e que apenas 1 entrevistado é natural de outro estado.

Quanto às cidades que moravam anteriormente ao assentamento, verificamos que todos os assentados líderes de Mandacaru são provenientes de cidades do estado da Paraíba.

O estado civil da maioria dos entrevistados assentados líderes é casado (4), sendo que somente 1 é solteiro.

Quanto ao grau de escolaridade a pesquisa nos revelou que entre os assentados líderes 1 possui o ensino superior completo, 1 possui segundo grau completo, 1 segundo grau incompleto, 1 primeiro grau incompleto e 1 é analfabeto. Estes dados demonstram que estes líderes possuem uma escolaridade “média” se pensarmos que 2 deles estão entre o nível médio completo e superior.

Com relação à ocupação anterior, 2 assentados líderes trabalhavam na agricultura em lotes da família, do restante dos entrevistados 3 tinham outras ocupações não agrícolas, o que demonstra que a maioria dos líderes era menos ligada às atividades agrícolas e, portanto, mais urbana, ou seja, não possuía tradição de trabalho na agricultura.

A pesquisa nos mostra que a maioria dos assentados entrevistados líderes veio morar no assentamento por causa da família já estar assentada ou por causa de um amigo assentado que era do MST (3), 1 assentado líder veio morar no assentamento porque era pedreiro na construção das casas dos assentados e recebeu convite do MST e 1 assentado líder por admirar a luta do MST pela reforma agrária.

A maioria dos assentados líderes reside no assentamento desde sua criação em 1999 (3), sendo que 2 vieram morar no assentamento entre os anos de 2003 e 2004.

Quando perguntados por que apoiavam o MST, os líderes em sua maioria (3) responderam que era porque admiravam o movimento e por se sentirem agradecidos (dívida moral) por terem conseguido a terra. O restante (2) porque acham justo e admiram a causa da reforma agrária.

A maioria dos entrevistados assentados líderes considera que o relacionamento com os assentados de Mandacaru varia de bom a muito bom (4) e somente 1 entrevistado considerou

regular, apontando como motivo das aversões com alguns assentados que diz atrapalharem o movimento por serem individualistas.

Sobre quem os escolheu para serem líderes no assentamento, 3 dos entrevistados líderes disseram que foram indicados pelos assentados e aprovados em assembléia, e 2 foram indicados pelos líderes do MST no assentamento e aprovados em assembléia.

5.2.2 Comparação entre os perfis dos assentados não líderes e líderes entrevistados no Assentamento Mandacaru

Nesta parte do trabalho apresentaremos uma comparação entre os perfis dos assentados não líderes e líderes do Assentamento Mandacaru, objetivando mostrar as possíveis diferenças e semelhanças entre estes.

Com relação à idade, os assentados líderes estão numa faixa etária menor do que os assentados não líderes. O fato de os assentados líderes serem mais jovens vai ao encontro com a orientação mais atual do MST, que privilegia (não excluindo os demais assentados) as pessoas mais jovens para a condução das táticas e estratégias nos assentamentos, talvez pelo fato de o movimento pressupor que os jovens possuem mais vitalidade e mais disposição para o aprendizado.

Quanto ao local de nascimento, a maioria dos assentados líderes e não líderes nasceu na Paraíba. No caso deste assentamento os articuladores da ocupação privilegiaram o assentamento das famílias com base em trabalhadores que são originários da região, bem como para coordenar o assentamento foram escolhidos trabalhadores rurais que também eram da região por conhecerem bem as peculiaridades do local.

Quanto ao estado civil, a maioria dos líderes e não líderes é casada. Esta constatação nos leva a entender que o MST tem privilegiado na ocupação dos lotes das áreas de reforma agrária famílias já constituídas, o que reforça o ideal do movimento pela defesa da agricultura familiar.

Com relação ao grau de escolaridade, percebe-se que os líderes possuem um grau de escolaridade bem acima dos assentados não líderes. A explicação para esta diferença é o incentivo dado pelo MST às lideranças para que participem de projetos educacionais tipo a Universidade Camponesa, no intuito de se aperfeiçoarem para elaborarem projetos e servirem de professores do ensino básico no assentamento.

No tocante à ocupação anterior, notamos que a maioria dos assentados não líderes possuía uma tradição ligada à atividade agrícola, enquanto que os assentados líderes em sua maioria não exerciam atividades agrícolas anteriormente ao assentamento. Esta constatação reforça a tese de que no MST não é assentado somente quem tem tradição agrícola, mas sim quem quer produzir e viver da terra.

Quanto aos motivos pelos quais vieram morar no assentamento, denotou-se que os assentados não líderes em sua maioria vieram morar no assentamento motivados pelo desejo de possuir um pedaço de terra para trabalhar para si e para a família enquanto que os assentados líderes na sua maioria vieram morar no assentamento a convite da família ou de um amigo que já eram assentados. A explicação para os motivos dados pelos assentados não líderes ressalta a importância da reforma agrária em regiões onde a população é pobre e necessita de um pedaço de chão para plantar e garantir a reprodução familiar. No caso dos líderes, a influência de familiares e conhecidos foi decisiva no fato de virem morar no assentamento até para exercere atividades não diretamente produtivas.

A maioria dos assentados não líderes e líderes veio morar no assentamento desde sua criação. Isto significa que nem todos os assentados não líderes e líderes participaram da luta pela terra. Esta constatação pode ser importante para explicar a possível falta de uma ligação mais orgânica com os princípios teórico-ideológicos do MST por parte de alguns assentados.

Quanto ao apoio ao MST, os assentados não líderes o justificam em sua maioria por dois motivos, o primeiro por acharem justa a causa da reforma agrária e o segundo motivo por admiração e por agradecimento ao movimento por terem conseguido a terra (dívida moral). Já a maioria dos assentados líderes apóia o MST por admiração e por se sentirem agradecidos por terem conseguido a terra (dívida moral). Nota-se que tanto os não líderes bem como os líderes apontaram em comum o apoio ao MST mais por dívida moral por terem conseguido a terra do que por identificação ideológica com o movimento.

No tocante ao relacionamento entre assentados não líderes e líderes, de uma forma geral, ambos os segmentos o consideram de bom a ótimo. Isto se explica, neste caso específico, em função da mudança de postura dos líderes pertencentes à nova direção da associação do assentamento (ASSEMA) a partir do ano de 2005. A explicação do bom relacionamento entre não líderes e líderes do MST está na postura dos atuais dirigentes da associação que respeitam mais as opiniões dos assentados.

Sendo assim, após apresentarmos os perfis dos entrevistados do Assentamento Mandacaru e a comparação entre ambos, procuramos a seguir elencar uma tipologia das ações coletivas desenvolvidas nesse assentamento.

5.3 OS TIPOS DE AÇÕES COLETIVAS DESENVOLVIDAS PELO MST EM MANDACARU

Elaborar uma tipologia das ações coletivas produzidas e colocadas em prática no Assentamento Mandacaru serve para podermos ter presente quais as ações que foram desenvolvidas bem como situarmos estas em cada período histórico específico.

5.3.1 Período inicial: ocupação e formação da entidade representativa

No período inicial do assentamento foram elaboradas as ações basicamente relacionadas a reuniões para conscientização e trabalho de base. Estas ações facilitaram aos primeiros assentados o entendimento da importância da luta pela reforma agrária e também da necessidade de organizarem-se depois da conquista da terra. Estas ações geraram a união do grupo para enfrentar os despejos e foram importantes para manter também uma unidade inicial para o apoio ao MST nas lutas por terra no estado.

Também estas favoreceram a união para constituição da primeira organização do assentamento, a associação. Estas ações propiciaram um questionamento crítico dos assentados com relação à forma de gestão da entidade associativa. A partir da prática participativa em reuniões e assembleias os assentados passaram a não aceitar a forma de direção da associação conduzida pelo MST. A causa desta não aceitação foi a centralização administrativa da entidade que se dizia e se apresentava como democrática.

Basicamente as ações iniciais até o ano de 2005 se resumiram a reuniões e assembleias, não tendo ações mais práticas em termos de organização de grupos de trabalho. Apenas tiveram algumas iniciativas pouco significativas como a construção de cercas, não produzindo valores de solidariedade, mas apenas conhecimentos novos sobre a prática administrativa. Ao contrário, provocou mais individualização no assentamento entre as famílias.

5.3.2 Período atual no assentamento (período da pesquisa - 2005)

Os tipos de ações coletivas desenvolvidas pelo MST junto aos assentados podem ser divididos em:

a) Ações coletivas desenvolvidas fora do assentamento: participação em encontros estaduais do MST e ocupações da Sede Estadual do INCRA. Nestas ações coletivas somente os líderes de Mandacaru participaram. Estes líderes através da participação nestas ações passaram a conhecer melhor como o MST se organiza e produz suas estratégias e táticas para pôr em prática suas ações.

Isto gerou um acúmulo de conhecimentos (por exemplo, como fazer reuniões, aprofundar o método de direção, como desenvolver a prática de valores, como construir a organicidade no MST, como constituir uma brigada, entre outras coisas) e um engajamento maior às idéias teórico-ideológicas do MST por parte das lideranças do assentamento, pois os líderes, participando destas ações, passam a compreender melhor o funcionamento do movimento e esta participação faz com que estes se envolvam de forma prática assumindo um compromisso maior para com esse, ou seja, a experiência vivenciada por estes faz com que adquiram mais consciência organizativa sobre o coletivo.

Também propiciou às novas lideranças um aprendizado teórico, adquirido, por exemplo, através da leitura de textos que são feitos em grupos de estudo, que ensinam como se organizar internamente nos assentamentos, entre outras coisas, e prático, como por exemplo o aprendizado de como delegar tarefas e poderes na organização da luta de classes como mecanismo para projetar e formar militantes.

Estes aprendizados tiveram como consequência uma reavaliação da forma de promover novas ações coletivas no assentamento, pois a prática capacita e forma e é acompanhada de reflexão e estudo que passa necessariamente por um processo de avaliação, não se limitando ao mero cumprimento de tarefas, mas envolvendo o pensar, o planejar, o refletir, o executar, a responsabilidade e a tomada de decisões.

b) Ações coletivas dentro do assentamento:

b.1) Ações coletivas em forma de reuniões para organizar núcleos de trabalho coletivo: propiciaram a formação de núcleos de trabalho em diversas frentes no assentamento, destacando-se as hortas comunitárias, o trabalho na construção de cercas, preservação ambiental e limpeza dos açudes. Nessas ações, a participação dos assentados se deu de forma quase que total. Isso fez com que se sentissem úteis, valorizados e se empenhassem mais no cumprimento das ações. Da mesma forma, a aglutinação das famílias em reuniões gerou

também uma aprendizagem sobre uma representação coletiva e a possibilidade de promover um trabalho conjunto, bem como produziu valores tais como a integração entre as famílias e a amizade.

b.2) Mutirões e ajuda mútua:

b.2.1) Mutirão para limpeza do lixo acumulado nas agrovilas: propiciou uma educação ambiental por parte das famílias que participaram desta ação, que a cada trinta dias organizam-se para limpar o lixo que fica nas quatro agrovilas. Participam em torno de 15 famílias apenas, apesar de serem todas convocadas para tal tarefa. Esta ação demonstra que para os assentados a limpeza do assentamento não é prioridade em função talvez da pouca conscientização da importância da preservação do meio ambiente em que vivem. No entanto, esta ação teve como consequência a criação de um ambiente mais saudável e agradável nas agrovilas, o que tem (deu mais qualidade de vida a todos os assentados) despertado nos que não participam desta ação a vontade de participar também, pois estão visualizando as melhorias que esta vem provocando no assentamento.

b.2.2) Ajuda mútua para construção de cercas nas divisas do assentamento e recuperação das paredes dos açudes: são cinco grupos de famílias contendo cada um em torno de dez a vinte pessoas, que realizam estas ações. Esta ação tem gerado laços de solidariedade entre os assentados e despertado a consciência destes para a necessidade de preservar as reservas de água disponíveis na área. Por ser um lugar de secas constantes e por ser a água fundamental para a sobrevivência de todos há uma mobilização maior em torno desta ação.

De um modo geral, as primeiras ações coletivas no assentamento foram mais vinculadas a reuniões e assembléias para criação de temas e proposições a serem desenvolvidas, mas que não saíram praticamente do campo das idéias. Entre os temas e proposições tratadas destacamos a criação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) no assentamento e a criação de uma área de trabalho coletivo. Estas proposições vinham ao encontro às idéias teórico-ideológicas do MST e não produziram efeitos práticos por não serem bem aceitas pelos assentados. Esta não aceitação deveu-se à falta de experiência anterior na participação em organizações e pelo receio de serem mandados por alguém novamente como eram antes de ser assentados.

Com a mudança na delegação de poder e responsabilidade a partir de abril de 2005 quando foi eleita uma nova diretoria na associação, as ações foram construídas de formas mais pontuais, ou seja, apenas algumas ações foram priorizadas (a limpeza do assentamento, construção de cercas, limpeza dos açudes e horta) para que, segundo as novas lideranças da associação, estas ações pudessem ser construídas de maneira que não sobrecarregassem os

assentados com muitas atividades, permitindo assim a estes uma melhor compreensão das tarefas que estavam sendo praticadas. Para a atual presidente “o povo não entende muitas coisas ao mesmo tempo”, por isso, necessita-se priorizar certas ações que não tirem muito o tempo dos assentados de seus lotes e que possam gerar um aprendizado que envolva a todos para garantir o futuro no assentamento.

Na verdade, nesta nova etapa de promoção de ações coletivas, os líderes do MST na associação, entendendo a dinâmica dos assentados, almejam que estes adquiram a consciência de resolução de seus problemas aos poucos, ou seja, com uma aprendizagem coletiva gradativamente construída.

5.4 A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA EM MANDACARU

Realizar um estudo num assentamento de trabalhadores rurais requer um olhar anterior que descortine os processos que tornaram viáveis àquelas famílias estarem ali produzindo e sobrevivendo sob determinadas condições materiais e humanas. Tentativas de trabalhos coletivos, centralização de poder, moradia em agrovilas, etc, tudo faz parte de um mundo muito diferente do vivenciado anteriormente por estes novos moradores. Por isso, há a necessidade de voltarmos à formação deste assentamento para tentar descobrir na história anterior destes sujeitos que ali se encontram algumas explicações de comportamentos, aceitação, revoltas e mesmo determinadas situações de imobilidade por parte dos assentados.

Acreditamos que a organização anterior e a trajetória sócio-histórica e cultural dos assentados podem nos “dar o termômetro” de alguns comportamentos ali presentes e que definem bem a forma da participação ou não em ações coletivas. As ações coletivas desenvolvidas nos assentamentos são influenciadas pelas práticas de organização anterior mediadas pelos movimentos sociais.

Desta forma, procuramos resgatar os processos históricos iniciais de ocupação do Assentamento Mandacaru e suas primeiras tentativas de organização para passarmos no momento seguinte a analisar diretamente o objeto construído na relação proposta desta tese, pois compreendemos que os processos históricos iniciais de ocupação e formação do assentamento estão intimamente ligados com a produção das ações coletivas circunscrita à realidade a ser analisada.

5.4.1 O período de organização para a ocupação do assentamento

O Assentamento Mandacaru é um projeto de reforma agrária relativamente recente, pois foi iniciado no ano de 1999. Neste sentido, as ações coletivas desenvolvidas também estão ainda em processo de gestação, porque este tipo de processo, o da ação coletiva ou organizada, envolve, como nos diz Crozier & Friedberg (1977), uma construção social cuja existência coloca diversos problemas, a começar pela explicação das suas condições de emergência e de permanência. No mesmo sentido, Mercoiret (1995), observa que os processos organizativos dependem muito dos indivíduos que os criam e o contexto em que estão inseridos (cultural, histórico e político).

Sendo assim, partimos do pressuposto de que as ações coletivas desenvolvidas nos assentamentos de reforma agrária têm uma relação estreita com a história de organização social do período anterior ao assentamento.

Desta forma, em termos de experiência organizacional, o Assentamento Mandacaru revelou tentativas de organizar-se em torno de um projeto definido pelo MST em função de suas instâncias estaduais e nacionais.

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Mandacaru (INCRA, 2001), em maio de 1999 ocorreu a primeira ocupação da Fazenda Feijão seguida de despejo trinta dias depois, sendo alegada a necessidade de fazer a vistoria. Os agricultores sem terra juntaram-se aos ocupantes da Fazenda Nova Floresta (hoje Assentamento Novo Mundo) durante um período de vinte dias, voltando novamente a ocupar as terras da Fazenda Feijão depois deste período e sendo novamente despejados, desta vez por ordem judicial. Ao sair da fazenda, passaram entre dez e quinze dias em um hotel abandonado na entrada da cidade de Sumé, voltando a ocupar a área até uma nova ordem judicial para que se pudesse fazer a vistoria. Após o término da vistoria (cerca de quinze dias) houve uma nova ocupação, estando os assentados até hoje dentro dos limites da fazenda.

Com a imissão de posse em 03 de novembro de 1999, criou-se o Assentamento Mandacaru. Para os novos moradores do local, ter um pedaço de chão para plantar e ser dono da terra representou a saída para enfrentar as dificuldades de sobrevivência por que passavam. “Eu tinha vontade de entrar e ser dono de um pedacinho de terra, aí quando o movimento através de um companheiro Antonio Magro me convidou pra vir aqui acampar eu vim pra cá” (Fernando, líder de Mandacaru).

A organização das famílias para a ocupação da Fazenda Feijão foi de curta duração, mais especificamente de setembro de 1998 a maio de 1999, quando alguns líderes do MST de

Pernambuco e da Paraíba junto com um simpatizante do movimento e sindicalista que era funcionário dos Correios⁵⁶ dedicaram-se a organizar trabalhadores da região do Cariri para a ocupação de áreas ditas improdutivas pelo movimento. Estas áreas localizavam-se nos municípios de Monteiro, Sumé, Camalaú e circunvizinhança. Segundo um dos assentados, a organização para a ocupação da área de Mandacaru se deu da seguinte forma:

Foi mais ou menos no dia 20 de setembro de 1998, nós começamos a se encontrar na Prata, nós queríamos fazer uma organização para ocupar uma propriedade lá, mas nós queríamos alguém que indicasse né, nós tínhamos conhecimento do Movimento dos Sem Terra, mas não tinha os conhecimento de chegar. Aí Bruno que trabalhava nos correios na época lá, tinha essa organização já tentando pra área do Cariri. Foi quando nós o procuramos, então a partir do encontro lá na cidade de Prata, aí articulamos e o pessoal do MST de Pernambuco e Paraíba veio pra ajudar na organização aqui que ninguém tinha conhecimento como se mobilizar pra ocupar a terra (Breno, assentado de Mandacaru).

O depoimento do assentado Breno denota que foram poucos os trabalhos de organização inicial para a ocupação do Assentamento Mandacaru. Mostra também que a emergência da ocupação se deu em função do abandono da fazenda pelo proprietário que se interessava mais por agiotagem do que por fazer a fazenda ser produtiva.

Ele era um agiota oficial, dono de factore em Campina Grande e proprietário de edificios e quer aquele resultado imediatista que é uma factore com juros no dia-a-dia com lucros absurdos e não queria saber de lucros e nem de atividades da terra, mas mesmo assim, tivemos resistência muito grande desse cidadão (Bruno, sindicalista dos Correios-PB).

Na verdade, o trabalho inicial para a ocupação da Fazenda Feijão começou através de reuniões com grupos de famílias liderados pelo Sindicato dos Correios na pessoa de Bruno e pelo militante ligado ao Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais de Sumé-PB, Antonio Magro⁵⁷. Estes trabalhos de base para a organização dos sem terra aconteceram no período de setembro de 1998 a maio de 1999, sendo que a organização para a ocupação durou em torno de um mês em função de que muitas famílias que foram recrutadas para se organizarem para a

⁵⁶ - O funcionário dos Correios chama-se Bruno, natural de João Pessoa-PB, e atualmente reside no sítio da família em Sumé. É membro do Sindicato dos Correios e por fazer parte de um partido de esquerda o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que comanda este sindicato e que tem como posição segundo Bruno o "apoio total à reforma agrária", colaborou na organização e recrutamento de pessoas para a ocupação da Fazenda Feijão. Bruno também ajudou a organizar os trabalhadores rurais para ocupações nos municípios de Sapé e Santa Rita na Paraíba.

⁵⁷ - Antonio Magro hoje é membro do MST e por problemas internos ao movimento foi deslocado para a militância no estado de Pernambuco.

ocupação não compareciam às reuniões de conscientização e trabalho de base segundo a direção estadual do MST⁵⁸. A área da Fazenda Feijão foi escolhida por causa das condições estruturais que apresentava. Segundo Bruno, isto “abriu os olhos dos líderes porque tinha açudes propícios para produção de alimentos de subsistência familiar e de caprinos que é a grande alternativa do semi-árido” (Bruno, sindicalista dos Correios-PB).

O papel deste funcionário dos correios foi de fundamental importância na ocupação da Fazenda Feijão. Bruno, que chegou em 1996 no município de Sumé juntamente com outros sindicalistas, criou um fórum de discussão no sindicato em torno da questão agrária na Paraíba. Segundo seu depoimento este fórum não deu certo em função das entidades como a CPT e CUT regional “puxarem cada uma para o seu lado” a forma de organizar os trabalhadores rurais na região.

Desta forma, cada um “olhando para seu umbigo” como disse Bruno, só em 1998 conseguiram organizar nas cidades de Monteiro e Serra Branca alguns trabalhadores que se disponibilizaram a enfrentar uma luta pela reforma agrária na região.

Porque nós trabalhadores urbanos é diferente dos trabalhadores rurais né, nós temos os nossos fóruns, nossos congressos, aquelas divergências que muita gente conhece a partir dos trabalhadores, a partir da causa operária do PSTU, e alguns independentes, mas que acredito que não são independentes, tem sempre uma ligação, mas convergem um único ponto que me chamava a atenção que é a reforma agrária, nesse ponto não tinha discussão e nós do sindicato do correio tomamos uma posição em apoio total a reforma agrária e eu pelo sindicato dos correios fui indicado para esta missão (Bruno, sindicalista dos Correios-PB).

Vê-se claramente pelo depoimento de Bruno que este foi destacado pelo sindicato para organizar os trabalhadores nesta região. Como sabia da influência e do papel do MST no estado em termos de organização e luta pela reforma agrária, ele convidou as lideranças do movimento para se juntar numa cruzada de levantamento de áreas “improdutivas” na região do Cariri e de organização dos trabalhadores rurais.

É interessante notar que o PSTU era dissidente do Partido dos Trabalhadores (PT), que é muito ligado aos militantes do MST. Aqui vemos o porquê em determinados momentos a liderança estadual do movimento tentou desqualificar o sindicalista Bruno como um dos iniciadores da organização para a ocupação de Mandacaru. Uma das líderes chegou a dizer que este “não batia bem da cabeça”.

⁵⁸ - O número de pessoas envolvidas na ocupação foi em torno de 60, segundo o MST-PB.

Interpretando esta expressão, compreendemos que o MST não quer até hoje abrir mão de que a iniciativa da ocupação de Mandacaru tenha sido feita pelo movimento. Segundo uma líder, “nós é que ocupamos”, mas se esquece de dizer que ocupar é um fato pontual e organizar anteriormente gera a ocupação. Para nós, ficou claro que quem começou os trabalhos para o mapeamento e localização deste assentamento para ocupação foi mesmo Bruno. Basta ver isto no depoimento que segue de um dos assentados de Mandacaru.

Vimos junto com Bruno, ele nos trouxe, ficamos na casa de seu Antonio Magro, e ele já tinha conhecimento, que ele tinha articulação no Cariri (Breno, assentado de Mandacaru).

Notamos na pesquisa que muitos trabalhadores que hoje são assentados, não se envolveram na construção tática da ocupação do atual Assentamento Mandacaru. O próprio MST se envolveu pouco no início, já que foi chamado para se engajar na luta por iniciativa de sindicalistas da região. Para o MST o não engajamento das famílias na preparação e na luta de ocupação deve-se ao fato de este assentamento ser o primeiro feito no município de Sumé-PB, contrariando as tradições culturais vinculadas à defesa da propriedade da terra na região. Para Bruno, “a ocupação dessa propriedade foi um estupro na região, era uma virgindade acontecer um fato desse na região onde nós resistimos”.

A não participação dos moradores empregados da fazenda no acampamento para a ocupação da Fazenda Feijão foi outro fato que nos chamou a atenção na pesquisa. Segundo eles, a não participação deu-se principalmente por medo e por não saber direito o que ia acontecer. Segundo um dos ex-moradores e atualmente assentado:

Eu acompanhei o processo de vistoria de negociação e fiquei acompanhando o acampamento quando eles negociaram, aí veio o cadastramento até que os morador era majoritário ia ser os primeiro a cadastrá, mas uns dizia que não aceitava e outros dizia que nós tinha direito... conversa vai, conversa vem aí veio o Incra e até que nós nos cadastramos (Draúzio, assentado de Mandacaru).

Com o praticamente abandono da fazenda pelo proprietário, que se interessava por outras atividades que não a terra, os moradores que estavam na Fazenda Feijão pouco dificultaram a entrada das famílias quando da ocupação da fazenda. Draúzio, um dos moradores e ex-capataz da fazenda, acompanhou todo o processo de ocupação e os respectivos despejos que houveram e deu total apoio aos novos moradores.

Eu assisti todo o processo né, eles ocuparam a propriedade. No dia que eles ocuparam eu tava na feira, aí eu encontrei um caminhão da fazenda, daí eu andava num trator da fazenda, voltei e perguntei pra eles e aí perguntei quem era o chefe e aí eles disseram: oi aqui não tem chefe nenhum, somo pai de família e tamo aqui pra ter terra pra trabalhá e aí eu pedi vocês volte e fiquem ali naquela casa que tem ali (sede) que eu vou avisá o dono. Eles ficaram e fizeram o despejo e voltaram novamente e aí fizeram o despejo de novo (foram cinco) e aí passaram uma temporada pra fazer o processo né de vistoria (Draúzio, assentado de Mandacaru).

Segundo a direção estadual do MST, os moradores que eram em número de três não mostraram qualquer resistência à ocupação da fazenda pelo movimento e pelos líderes sindicais. Talvez a explicação disso seja o desleixo que o proprietário tinha com a área e por tratar mal os moradores. “Eles humilhava nós. Hoje nós vive aqui no céu num lugar desses. Se o caba fizesse por onde ele batia na gente” (Nicolau, assentado de Mandacaru).

Os moradores,tiveram um comportamento decente, vale salientar que aceitaram de forma decente e com respeito a gente e também fomos recíprocos para com eles, é tanto que esses moradores foram integrados aqui dentro do assentamento (Bruno, sindicalista dos Correios-PB).

A arregimentação de ocupantes na Fazenda Feijão se deu de modo tradicional ao que o MST tem feito no estado da Paraíba, ou seja, chamando o pessoal desempregado e com vontade de trabalhar na terra e integrado geralmente à instituições ligadas a Igreja e/ou sindicatos. Na verdade, de acordo com os líderes regionais do MST de Sumé, cada um que se prontificava a assumir o ônus da luta pela terra deveria “arrumar” outro (ou outra família) em situação semelhante para engajar no movimento. Este princípio caminha de acordo com a idéia maior do MST nacional, de que para fazer parte da luta pela reforma agrária e ser assentado não precisa ter pegado no cabo da enxada em sua ocupação anterior (ver Cap. 2).

Quanto ao sustento das famílias no período de ocupação, este veio basicamente do apoio do MST e do Sindicato dos Correios, que financiaram a formação de uma estrutura para a ocupação.

Financeiramente, inclusive com estrutura, com carro não é, com panfletos, com material, mantendo o alimento para os trabalhadores aqui assentados, sem falar que alguns comerciantes, do comércio de Sumé... fizemos campanha de alimentos para manter, a gente sabia e tinha certeza que seria pouco recolhido, mas o trabalho político era o mais importante (Bruno, sindicalista dos Correios-PB).

Esta ajuda do sindicato segundo alguns assentados que participaram da luta pela terra, foi fundamental, pois garantia a não desistência das pessoas em função principalmente da alimentação conseguida. Nota-se que neste período houve participação conjunta do MST e sindicalistas da região no plano da organização política dos trabalhadores⁵⁹.

5.4.2 O período inicial no assentamento e a primeira organização

A maioria dos assentados do Assentamento Mandacaru era proveniente da região do Cariri, dos municípios de Sumé, Monteiro, Camalaú, Prata e arredores e na sua grande maioria eram trabalhadores rurais empregados nas fazendas da região de forma temporária e outros eram desempregados nestas cidades ou trabalhadores urbanos como empregadas domésticas, motorista de ônibus, pedreiros, etc.

Estes trabalhadores foram recrutados pelo movimento sem terra em reuniões feitas nestes municípios através de líderes do movimento e, como já afirmamos anteriormente, por líderes sindicais da região.

As casas de moradia inicialmente encontradas na área, em número de onze, eram casas onde moravam os antigos moradores da fazenda e que também serviam para abrigar trabalhadores rurais que executavam serviços temporários na fazenda. Estas casas são de precárias condições e são conjugadas umas nas outras, tem piso irregular e não possuem estrutura de saneamento básico. A ocupação de algumas destas casas foi feita inicialmente por sorteio e outras por necessidades mais prementes de alguns ocupantes que tinham famílias mais numerosas e que se encontravam em condições mais adversas. O restante das famílias ficou em barracas de lona no assentamento até sair o recurso para construção das demais moradias.

Quanto às condições econômicas das famílias deste assentamento, na sua totalidade não dispunham de recurso para investir seja em moradia ou em produção. O estado de pobreza era muito grande e até mesmo itens básicos como fogão, geladeira, guarda-roupas e outros essenciais de uma casa, estes não possuíam.

⁵⁹ - Por um lado, as entrevistas com os assentados denotam a participação inicial de organização dos trabalhadores para a ocupação da Fazenda Feijão pelo MST, mas começada pelos sindicalistas, coisa que o MST através de seus líderes estaduais contestam dizendo que quem organizou desde o início a ocupação foi o movimento.

Constatamos que, por ter energia elétrica somente na área da sede da antiga Fazenda Feijão, desde a ocupação, apenas três casas possuem geladeira e os fogões são na maioria de tijolos e funcionam à lenha. Isto mostra que a situação do início do assentamento até o ano de 2005 (ano da realização da pesquisa de campo) pouco tinha mudado em termos de melhorias econômicas para as famílias.

Quanto ao maquinário disponível, estes não existem e os agricultores afirmaram que não possuem dinheiro para comprar, além de que as terras não favorecem a utilização de máquinas para o cultivo do solo, com exceção de alguns poucos trechos, o que justifica o não investimento.

Em termos gerais, as condições econômicas deste assentamento são extremamente precárias. O que ainda facilita a vida destes produtores é o grande manancial de açudes existentes que fornece água para o consumo humano e animal e para irrigar algumas pequenas hortas e ainda propicia a pesca para o consumo. Isto até o momento é o que mantém a subsistência necessária para que as famílias não passem fome no local.

Em termos de famílias assentadas, no início foram sessenta, e posteriormente no período de 2000 a 2002, o movimento completou o previsto de famílias para aquela área, segundo os técnicos do INCRA, que seria de 121. Estas famílias que vieram a completar a população do assentamento não tiveram participação na luta pela terra neste local. Este restante de famílias foi recrutado pelo MST nas vilas pobres das cidades da região e eram compostas por pessoas que tinham o mesmo perfil das primeiras, ou seja, eram empregados domésticos, trabalhadores rurais temporários, etc.

As dificuldades enfrentadas pelos novos donos da área foram muitas. A principal foi e continua sendo a falta de recursos para investimento e infra-estrutura, principalmente para a construção das casas de moradia.

Até agora nós só recebeu o fomento que foi de 1.400, reais e um dinheirinho da construção das casa, mas o crédito investimento é o que nós mais espera, ao menos pra nós cria uns trocinho né. Começar a fazer a vida, esse daí nós não tivemos a chance de pegar ainda nada, ainda tem muitos companheiros aqui se arrastando ainda, quem mora aqui dentro tem um salariozinho um aposento ainda vai tapeando, pra um que não tem que nem eu, o ganho que eu tenho aqui dentro, é os 50 reais que é do Fome Zero, e uns reais da menina que forma 65 reais, tem mês que é o dinheiro que nós arruma pra feira, pra fazer a feira de 60 reais, pra fazer a feira pra eu e ela e a menina, pra três, ai não dá, mas mesmo assim nós vai tapeando (Fernando, líder de Mandacaru).

Este retrato da falta de recursos para investir no assentamento fez num primeiro momento com que as famílias se desdobrassem entre um plantio de subsistência e o emprego como diarista em fazendas próximas. Também como o assentamento era povoado por “algarobas”, árvores que resistem a secas e produzem uma boa madeira para carvão, as famílias começaram a desmatar o assentamento, derrubando estas árvores e queimando para fazer carvão e vender para atravessadores de cidades próximas. A queima da Algaroba que ainda é prática no assentamento até os dias de hoje rende em torno de R\$ 90,00 mensais em média para cada família que exerce esta atividade⁶⁰.

Este problema, o da falta de recursos de investimento que assola Mandacaru até a atualidade, tem sido a principal queixa dos assentados para a falta de prosperidade na área.

Tem muita gente se sair o projeto eu acredito que melhora, chance tem de aumentar tem, porque aqui tem um bando de homem, que se todo mundo fosse trabalhar em beira d'água, não precisava estar mexendo com carvão, mas também não é bem assim, se você vai pra uma vazante, você planta hoje, é com 90 dias que você vai colher, e se você não tiver outro recurso, a sua barriga não vai esperar 90 dias né? Agora se tiver uma ajuda, está faltando só um empurrãozinho pra um dia a gente andar pra frente (Fernando, líder de Mandacaru).

A causa imediata principal segundo os assentados para a não obtenção de recursos via projeto é a falta de organização para agilizar o parcelamento da área. Isto, segundo as famílias, dificultou até o ano de 2005 a aprovação de projetos. Isto porque o parcelamento só foi concluído no ano de 2005, mais especificamente no mês de setembro.

Eu gosto muito daqui, pra gente sobreviver aqui tem que ter muita força de vontade, porque eu vejo muitos que já vieram e já voltaram porque a vida aqui é muito difícil, porque esse tempo todo aqui não saiu nenhum projeto, nem nada, a renda que existe aqui no assentamento é fazer carvão, até agora não saiu projeto nenhum... isto porque o tempo todo foi assim, só promessas e aí o pessoal não quer mais vir na assembléia porque estão cansados de promessa... Eu acho a coisa aqui muito desorganizada, eles falam vamos se unir, vamos se organizar, mas é difícil se organizar aqui, porque quando eles falam, vamos se unir eles falam assim que união é tudo que a gente ver e comunicar os outros porque o assentamento é de todo mundo, que todo mundo tem o mesmo direito e eu não acho que isso seja união, eu acho que tem muita gente que se importa com a vida dos outros, eu acho que desse jeito aqui nunca vai pra frente (Mara, assentada de Mandacaru).

⁶⁰ - De acordo com os dados do INCRA que constam no PDA de Mandacaru elaborado dois anos depois do assentamento das famílias, “a cobertura vegetal da área do assentamento, necessita urgente de cuidados especiais, voltados principalmente para seu uso racional, implantação de sistemas de manejo sustentado da caatinga e recomposição da flora, para posterior exploração da área” (INCRA, 2001).

As dificuldades de organização⁶¹, se pensarmos na maneira como o MST, preconiza este processo, está ligada a pouca experiência anterior com o trabalho coletivo e a não participação em ações coletivas, a não ser por parte de algumas pessoas durante o período de ocupação da fazenda.

A Associação dos Assentados de Mandacaru (ASSEMA) foi criada no ano de 2000 com o objetivo de aglutinar os interesses dos assentados e promover ações coletivas entre as famílias no assentamento. Na verdade, o objetivo do movimento não era de criar uma associação, mas sim uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) que pudesse gestar já de início trabalhos coletivos com a conseqüente coletivização da área do assentamento.

Porém isto não foi possível devido a não aceitação das famílias, que queriam trabalhar individualmente. Isto, segundo um dos líderes dos assentados, deve-se a uma questão cultural: “eu ouço bastante aqui uma história que as pessoas eram mandadas pelo coronel, e agora que tem sua própria terra, não querem ninguém dando ordem, seria mais ou menos isso” (Sávio, líder de Mandacaru).

A tradição do trabalho familiar pode ser uma das explicações para a não aceitação do trabalho coletivo na área, mas segundo uma assentada e líder do MST no local, “o MST é que não tem muita noção da realidade local e da situação histórica das famílias e quer, de certa forma, ‘empurrar’ o coletivismo goela abaixo dos assentados”.

O MST estadual quer que sejam efetuadas as coisas tudo de uma vez (cultura, educação, etc). O entendimento do assentamento é que sejam feitas as coisas cada uma de uma vez. Um setor de cada vez, por exemplo, a saúde. O MST não tem noção da realidade do assentamento. Primeiro há a necessidade de ir devagarinho, não encher o povo na escola de temas do MST porque o povo não entende. Na verdade o povo tem que entender o porquê das coisas, por exemplo, de preservar o meio ambiente (Elvira, líder de Mandacaru).

Em outra parte da entrevista com essa líder do MST, falando dos problemas históricos da ASSEMA, esta disse que as pessoas têm dificuldades em acreditar na associação e ver nela uma real defensora de seus direitos, por causa da antipatia criada pelo ex-presidente da entidade que a dirigiu por dois mandatos. “O ex-presidente queria meter goela abaixo os princípios do MST”. Isto seria segundo ela, algo inaceitável para quem conhece a realidade

⁶¹ - Na verdade não existe uma falta de organização e sim um sentido atribuído a este processo pelos agricultores familiares da maneira como estes histórica e culturalmente organizam suas atividades orientados pela busca da autonomia e trabalho familiar.

dos assentados, ainda mais que não havia um trabalho de conscientização, apenas reuniões onde se colocava a necessidade de produzir áreas coletivas e pensar numa coletivização total do assentamento.

O que os assentados queriam é que alguém agilizasse o parcelamento da área para que pudessem pegar dinheiro de projetos e financiar o criatório de bodes, gado, galinhas, etc, e/ou alguma atividade na agricultura próxima aos açudes, no caso nas chamadas vazantes.

Por outro lado o ex-presidente, se defendendo, diz que a questão do funcionamento da associação e a falta de organização dos assentados se dá por motivos de falta de interesse.

Porque eu vejo a maioria deles esperando alguém pra dizer vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, como se fossem obrigados a fazer. O que eu vejo aqui rapaiz é que o pessoal, os assentado, eles gostam de se individualizar, são pessoas que a gente já tentou fazer projeto de Mandala, a gente começou com 11 família, a partir daí o pessoal começou a fazer hortaliça, ia muito bem, mas aí o pessoal foi desistindo, no final sobrou só 3 pessoas, acho que falta interesse, um espírito de coletividade (Sávio, líder de Mandacaru).

Esta explicação da falta de interesse dos assentados, denotada por este líder acima, não corresponde à realidade. O que constatamos é que interesse é o que os assentados mais têm, principalmente em mudar de vida e prosperar economicamente. A posição deste líder reflete uma visão fechada em termos da implantação da ideologia do movimento que quer criar uma participação que não faz parte da cultura das famílias. Ou seja, a tradição dos assentados não é uma tradição de participação em instituições como a associação. Foram sempre mandados por alguém e pouco participaram de iniciativas que possibilitassem serem eles mesmos os autores do andamento da vida dentro do assentamento. Também, o medo de serem hostilizados e/ou serem novamente submetidos a novos padrões, no caso a diretoria de uma associação, muitas vezes, distancia-se das práticas sociais do grupo.

A afirmação do líder Sávio está na suposição de que o pouco trabalho de organização feito pelo MST proporcionou a estes assentados, consciência e organização, e se estes não agem coletivamente, para este líder a explicação é por falta de interesse. Talvez a idéia do líder é de que a pobreza e o trabalho feito pelo MST junto aos assentados deveria levá-los a um nível elevado de ação coletiva. Particularmente não concordamos com esta idéia e vemos a não participação em primeiro lugar pela cultura anterior dos assentados e segundo pela forma como o MST colocava no assentamento até abril de 2005, esta participação embasada na tentativa de construir uma cooperativa de produção agropecuária onde se queria coletivizar

todas as terras no assentamento. Também a não participação reflete os ideais de autonomia camponesa das famílias.

Ou seja, o primeiro presidente que assumiu a ASSEMA do ano 2000 até abril de 2005 tinha como política a centralização das decisões em nome do movimento e conseqüentemente, em nome de uma idéia revolucionária leninista. Como nos disse uma assentada sobre este assunto: “Eles falava de democracia e de que se reuni é importante, mas eles é que decide tudo” (Mara, assentada de Mandacaru). É aquilo que Touraine fala dos dirigentes políticos revolucionários e dos intelectuais da América Latina, “aos dirigentes políticos e aos intelectuais cabe revelar nas vítimas o sentido da dominação e combater esta última, apoiando-se no Estado ou tomando-o! Tal é a lógica revolucionária” (TOURAINÉ, 1999:120).

Esta lógica revolucionária foi muito usada pelo MST em Mandacaru durante os cinco primeiros anos de assentamento. O movimento esquecendo que os assentados não possuíam lógicas coletivas baseadas em seus princípios teórico-idcológicos queria que o discurso da vontade coletiva se impusesse, menosprezando muitas vezes as criatividadees pessoais e, portanto, a capacidade de cada indivíduo de ser o sujeito de sua própria vida, contra os instrumentos do trabalho, da organização e do poder da coletividade.

Os assentados reclamavam muito do presidente que nada fazia em prol das famílias e que não tinha transparência em seus atos. “Porque o pessoal não acreditava mais no presidente da associação, que tem o aluguel de uns pasto e tem muita gente aí que fala que não sabe em que ele aplicou o dinheiro, porque ele não explica direito onde está colocando o dinheiro...” (Roberto, assentado de Mandacaru).

No caso, os assentados viam uma prosperidade maior no presidente que se dizia líder do MST e de alguns membros da diretoria enquanto o restante das famílias continuavam sem prosperar, ou melhor, não conseguiam ver na associação um sinal de que suas vidas pudessem mudar para melhor, como, por exemplo, conseguir ajuda de projetos, máquinas para arrumar a estrada, etc. Emblemática no caso foi a rejeição deste presidente até mesmo pelos outros líderes do MST no assentamento que também alimentavam uma certa desconfiança em relação ao presidente porque este não prestava conta do dinheiro da associação.

O problema aqui foi que repetiram o presidente e este não presta conta aos assentados que tem que prestar atenção, aí ficam revoltados, se ele tivesse prestado contas, acho que ficaria tudo mais unido, porque assim, tudo pra começar deve começar com a associação (Joana, líder de Mandacaru).

O que acontece é que o líder do MST que administrou por um longo tempo a associação era um militante preparado, além de ter uma formação de técnico agrícola e experiência em liderar ocupações do movimento. O presidente então, que era do MST, de um lado pensava na sua lógica revolucionária e esquecia muitas vezes que só se constroem idéias e só se organiza as pessoas após um longo período de amadurecimento político e muita discussão. Também não procurava voltar-se às conquistas materiais no assentamento, elementos que são importantes para os assentados quando se pensa nas diversas dificuldades presentes neste local. O que os assentados queriam é que o presidente viabilizasse melhorias, apoios e recursos de projetos. Como disse um dos assentados: “Seis anos com o MST aqui e nunca adquiriu nada pra gente aqui, apenas eles quer levar” (Valdecir, assentado de Mandacaru).

Não se pode esquecer da história de vida dos assentados que não tinham uma trajetória identificada com ideais de luta e de organização coletiva. Num primeiro momento, pois os assentados só vêem interesse na associação quando esta ajuda a resolver algo dos inúmeros problemas materiais da instalação. A identificação com ideais coletivos é algo que só pode ser construído ao longo do tempo com um trabalho de educação proporcionando uma aprendizagem coletiva a partir da experiência prática compartilhada.

Neste sentido, para os assentados de Mandacaru, a experiência de organização coletiva, se revelou negativa nos primeiros cinco anos de funcionamento da associação. Entre as dificuldades encontradas estão a falta de recursos para investir e as desconfianças em relação ao ex-presidente. Assim em 2005 os assentados criaram uma nova associação vinculada ao projeto Dom Hélder sob a custódia política do governo federal. Com a ajuda do Sebrae e de técnicos governamentais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um grupo de famílias que saiu da ASSEMA (em torno da metade das famílias assentadas) e buscou ajuda financeira do governo para a consecução de projetos.

Esta experiência, num primeiro momento se revelou positiva porque houve algumas mudanças em termos de aquisição de bens coletivos para o assentamento. É o caso, por exemplo, da construção de três caixas para reservatório de água para todas as famílias do assentamento. No entanto, esta experiência associativa nova também não prosperou, pois os recursos prometidos pelos projetos não saíram. Em conseqüência, a maioria das famílias após a saída do ex-presidente da ASSEMA e por notarem os reflexos positivos da nova política adotada pela nova presidente, está voltando a filiar-se nesta associação.

5.4.3 Centralização de poder e a produção de ações coletivas

O histórico das famílias hoje assentadas em Mandacaru revela que poucas tiveram experiência de trabalho coletivo ou de participação em alguma ação coletiva a não ser alguns durante o curto período de ocupação da Fazenda Feijão.

A constatação, da pouca ligação dos assentados com atividades coletivas no período anterior ao assentamento está ligada ao curto trabalho de base feito pelo MST durante esta fase. No entanto, algumas lideranças foram forjadas no assentamento e procuraram desempenhar o papel de interlocutoras do ideário teórico-ideológico do movimento.

Como já afirmamos anteriormente, o MST tentou em Mandacaru criar aquilo que é sua premissa básica de organização, a organicidade. Baseados em princípios leninistas esta organicidade está fundamentada como afirmamos no Capítulo 3 deste trabalho, no combate as fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que o movimento passe, sem mudar de natureza, para a organização das massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica que lhe dê sustentação.

Na construção desta organicidade, o movimento ressalta a necessidade da organização com capacidade de tomar as iniciativas e agir organizadamente com métodos eficientes. Esta organicidade está baseada num método que tem como objetivo e fim último colocar como papel dos intelectuais do movimento a produção de ideais revolucionários.

Nesta concepção notadamente instrumentalizada de revolução vão agir os líderes do MST em Mandacaru no período de formação do assentamento até mais ou menos o início do ano de 2005.

Esta visão está embasada em princípios que tem como fundamento formar a consciência social e tem como pressuposto a formação de uma conduta e de um caráter em cada ser humano. O que importaria no caso é elevar a consciência vulgar impregnada de senso comum entre os assentados para uma consciência política (ver Cap. 3 sobre esta concepção de consciência).

No caso seria necessário transformar os produtores rurais de Mandacaru de sujeitos sem consciência em sujeitos politicamente organizados, e o mais importante, ressignificar sua cultura tradicional, baseada no trabalho familiar para uma outra forma de comportamento mudando drasticamente seu relacionamento com o mundo e sua forma de produzir.

Amparado nestes princípios é que a produção de ações coletivas vai tentar se estruturar nos primeiros anos da história destas famílias em Mandacaru que nada entendem de revolução e muito menos de trabalho coletivo.

Para os líderes de Mandacaru tratava-se de trabalhar a consciência ingênua que os trabalhadores rurais tinham, estabelecendo formas de convivência e de produção que elevassem a qualidade da consciência.

Nesta incumbência estava o líder Sávio que dirigiu a organização maior do assentamento, a associação, durante dois mandatos. Sua função era de estruturar uma organização que criasse a possibilidade de convencer os assentados de que a melhor opção seria trabalhar coletivamente no assentamento.

Como já apresentamos anteriormente, este líder diz que os assentados não gostam de trabalhar de forma coletiva e que segundo ele não existe neste assentamento um espírito de coletividade. Mas, o que questionamos é: Será que este espírito de coletividade não é algo que demora a ser construído e que pela trajetória anterior destas famílias não é assim tão fácil de ser erigido? Quando este líder afirma que as pessoas no assentamento precisam de alguém para mandar está expressando que tipo de visão?

Devemos partir, então, para analisar como são produzidas as ações neste assentamento para responder mais tarde se este líder tem razão em sua argumentação ou se ela está impregnada de componentes ideológicos ou de interesses pessoais.

Aos entrevistados perguntamos se existiam ações coletivas em Mandacaru desde a fundação do assentamento e as respostas dadas possibilitaram aos poucos entendermos as dificuldades em promover tais ações e o porquê destas dificuldades.

As respostas recaíram sobre a figura do ex-presidente, porque os assentados não confiavam na sua pessoa, pois este possuía um discurso que pregava a organização coletiva, mas em contrapartida ao discurso, só fazia valer seus interesses particulares. Um exemplo foi um acordo feito durante a gestão do ex-presidente em que iria se alugar o assentamento para colocar um gado e que acabou segundo um assentado da seguinte maneira:

Na época do presidente eles falô com o pessoal a respeito de um gado alugado aqui dentro da fazenda aí foi a maioria votô tal, começô e esse gado ficou aqui dentro, começô com mais de cem cabeças de boi né, e agora acho que tem a metade, isso fez com que ele alugava o gado aqui dentro e pegava o dinheiro, administração fraca demais que tinha que mostrá pro povo o que estava fazendo com este dinheiro, porque acho que é de todo mundo né, e ninguém via, a administração falava que consertô uma cerca ali, outra ali, despezasinha do gado... (Kleber, assentado de Mandacaru).

Este acordo informal feito pelos assentados e por quem estava delegado de poder para resolver uma questão que iria favorecer a todos revela que nas comunidades rurais, as relações

sociais são baseadas na confiança e na honra de cumprir o compromisso oral. Quando isto é quebrado, a tendência é de que as relações sociais se individualizem a ponto de cada um fazer as coisas por si só. O assentado Kleber revelou que em função deste favorecimento pessoal do presidente da associação, não poderia confiar em ninguém no assentamento e que segundo ele: “o melhor amigo que tenho no assentamento é minha mãe”.

Outro assentado reforçou a afirmação de que o ex-presidente se beneficiava pessoalmente da associação.

O povo cobrava o dinheiro da associação, ele diz que o dinheiro da associação não tem, a associação tava falida, como que tá falida se todo os sócios paga tudo e os que não tavam pagando é por causa do gado que tava aí de aluguel porque esse dinheiro aí, eles fazia o que eles qué né, pegava dinheiro é pra botar gasolina, pra viajar...Porque este homem só embromou a gente, criando os bichim dele, cabra leiteira que nem ele tem pra aí e tem outro bocado lá no terreno do pai dele (Roberto, assentado de Mandacaru).

A atitude tomada pelo ex-presidente revelou-se como uma traição aos assentados, que passaram a não confiar mais em acordos e/ou propostas vindas da associação. Reforçou também as iniciativas individuais. Segundo um assentado, as ações coletivas não deram certo durante a gestão de Sávio porque “a administração era muito curta e ele só puxava o lado dele” (Valdecir, assentado de Mandacaru).

Além disso, alguns assentados chegaram a dizer que os objetivos de Sávio eram puramente políticos, pois objetivava ser vereador em Sumé. “A verdade a gente diz logo, ele é candidato a vereador, pode até ganhar, mas eu mesmo não voto nele” (entrevista dada por um assentado no ano de 2004 à equipe do GPAF/UFCG, ano em que se realizaram eleições para prefeitos e vereadores no Brasil). E esta intenção se confirmou, pois este se candidatou a vereador obtendo poucos votos no assentamento e não se elegeu.

Neste período, então, anterior a nossa pesquisa de campo e com outra direção na associação ligada ao MST em Mandacaru, poucas iniciativas de ações coletivas foram efetivadas. As ações que foram feitas contaram com a participação de poucas pessoas e tiveram um caráter transitório, pois se perdeu a credibilidade no líder que representava os interesses dos assentados e em parte na direção estadual do MST, do qual este se dizia delegado de poder para representar o movimento. Também outra explicação foi a falta de recursos que fez com que as famílias tratassem da sobrevivência e isto exigia um empenho muito grande principalmente no trabalho com a produção de carvão.

Quando tinha uma cerca caída tinha um coletivo pra ir consertar e muitos diziam que não iam porque tem que cuidar do carvão, senão cuidar do carvão não tem o quem comer (Mara, assentada de Mandacaru).

As dificuldades, então, para produzir ações coletivas esbarraram em dois problemas iniciais no assentamento: a falta de confiança no ex-presidente da associação e a falta de recursos que motivassem os assentados a desenvolverem alguma atividade que pudesse unir as famílias.

Na verdade, o que deu para perceber com relação às atitudes do ex-presidente é que o mesmo não soube respeitar as diferenças existentes nas formas de agir e de pensar dos assentados e procurou em cima do discurso da união e da ação coletiva proposto pelo MST dizer de forma desqualificatória, que os assentados não tinham vontade própria.

Isto revela aquilo que Foucault chama de normatização, ou seja, no caso além de não ter legitimidade (moral) suficiente para impor determinada visão, este líder fazia do discurso do MST uma arma de poder no qual se fazia respeitado pelos líderes estaduais do movimento, mas que na prática local a intenção era a submissão e aceitação de suas práticas organizacionais pelos assentados.

A partir da mudança da direção da associação, novas perspectivas se abriram em torno da produção de ações coletivas. Após o término do segundo mandato do presidente Sávio, assume em abril de 2005 uma nova diretoria na ASSEMA. Esta nova diretoria se elegeu também fiel às propostas do movimento.

5.4.4 O rompimento das estratégias ideológicas na produção de ações coletivas

A nova direção da ASSEMA vai concentrar forças em organizar os assentados e criar núcleos de trabalho coletivos. Tratava-se de corrigir os erros cometidos pela condução do ex-presidente e restabelecer a confiança dos assentados no MST. Esta tarefa exigia métodos mais democráticos e uma transparência administrativa que colocasse como prioridade a aquisição de recursos (projetos) e a promoção de ações coletivas que fossem mais adequadas à realidade dos assentados.

Neste sentido, a primeira tarefa para a representação dos assentados foi de atraí-los para a participação. Para isso, a produção de ações coletivas calcou-se em táticas, que

segundo a presidente Elvira, “não significava passar a mão na cabeça dos assentados, mas ser franca quando há erros e dizer isto pra eles”.

Estas táticas caminharam no sentido da educação para a produção de ações coletivas. Esta educação basicamente é expressa através do lema “educação coletiva”. Isto segundo a direção da ASSEMA pode ser traduzido como “produção coletiva e também organização de coletivos para organizar o assentamento”.

Nós formamos grupos de famílias, por enquanto agora são 40 famílias envolvidas, cada núcleo tem coordenador dentro, esses coordenadores fazem trabalhos coletivos (Elvira, líder de Mandacaru).

Apesar de a presidente da ASSEMA colocar que há um número bem expressivo de participação das famílias, vimos que são poucas que efetivamente participam das tarefas escolhidas para serem realizadas coletivamente. Mesmo assim constatamos a existência de quatro núcleos com mais ou menos em torno de dez famílias cada, registrado nos documentos internos da associação.

Na verdade estes núcleos funcionam na forma de mutirão e ajuda mútua em torno da limpeza do assentamento (preservação ambiental), construção de cercas e limpeza das paredes dos açudes, bem como uma pequena horta comunitária que funciona precariamente.

O que se percebe é que está se tentando um começo de trabalho bem básico e condizente com a trajetória dos agricultores da região, ou seja, nada de coletivo total e nem professar discursos de que sem participar de coletivos o assentamento não prosperará.

A idéia básica é construir a união aos poucos. A experiência anterior mostrou que os assentados não entenderam e não estão muito interessados em promover ações que fiquem somente reduzidas a “reunismos” e “assembleísmos”. Querem resultados concretos. Ou seja, procuram incentivos, não só econômicos, mas também sociais, como, por exemplo, querem ser notados como produtores e explicitarem suas virtudes como tal, possibilidade que o ex-presidente de certa forma não proporcionava. Esta questão, no nosso entendimento, deriva do fato de que as pessoas gostam de ser observadas no que fazem e isto pra elas é um incentivo. É este incentivo que buscam num lugar onde mal conseguem ganhar a vida.

Por isso, a estratégia, em longo prazo, é de “não forçar a barra” e ir aos poucos trabalhando ações coletivas que respeitem as práticas culturais dos grupos (vida esta que estão acostumados culturalmente a levar).

Desta forma, fomos verificar como são produzidas estas ações pela liderança do MST, e se de fato havia alguma mudança com relação às iniciativas anteriores que foram frustradas

e que provocaram uma apatia em termos participativos dos assentados às propostas do MST expressas na condução da ASSEMA pelo líder Sávio.

Num primeiro momento alguns assentados negavam que houvesse algo de coletivo acontecendo porque estavam com um certo receio da experiência anterior.

Olhe, real mesmo é quase nada porque o povo aqui é muito desunido e segue por conta própria. Eu por exemplo a gente convida e aí chega um dia e começa e aí não vai (Paulo, assentado de Mandacaru).

A expressão deste depoimento caminha na linha do mais ou menos “eu quero, mas os outros não querem”, o que significa uma certa tendência no assentamento de apontar para os outros a falta de iniciativa para trabalhos comuns. Talvez a explicação para a não participação maciça dos assentados pudesse estar nas decisões em torno de que ações coletivas deveriam ser colocadas em prática.

A escolha dos tipos de ações coletivas a serem desenvolvidas teve grandes mudanças quando comparada com o período anterior de gestação destas ações. Antes, só se fazia reuniões e as coisas não saiam do papel. Agora, os assentados, por vivenciarem uma nova forma de participação mais parecida com seus estilos de vida, ou seja, aquela coisa mais comunitária e sem interferência nas suas privacidades familiares e de produção nos lotes, vão acreditando mais nas propostas do MST e gradativamente pegando confiança no movimento.

O motivo está, como já dissemos, na forma como a líder Elvira e seus companheiros de chapa na ASSEMA encaminham as formas de decisões e escolhas das ações coletivas. Ou seja, pelos assentados não terem muitas iniciativas próprias para criarem ações por conta, Elvira e sua diretoria têm feito um trabalho de corpo a corpo no assentamento ouvindo as angústias, anseios e perspectivas dos assentados. Com isso, a associação tem-se aproximado mais dos assentados e adquirido um voto de confiança para encaminhar temas e ações sem serem praticamente questionados.

5.4.5 As decisões e as práticas das ações coletivas sob uma nova delegação de poder

De acordo com os líderes, as ações colocadas em prática em Mandacaru passam antes pelo crivo de assembléias e reuniões com grupos de famílias. Estes encontros são sempre marcados pelos dirigentes da associação depois de terem ouvido as expectativas dos assentados.

Neste sentido, perguntados sobre quem decidem quais serão as ações coletivas a serem colocadas em prática no assentamento, os assentados responderam:

Quem decide é uma moça (Elvira). Nós participa é claro, mas todo primeiro sábado tem assembleia (Paulo, assentado de Mandacaru).

Sempre vem alguém e diz que tem pra fazê coisa né e a gente também busca né porque vai do interesse do assentado, porque senão tivé a participação do agricultor ninguém vem trazê pra nós (Vargas, assentado de Mandacaru).

É os assentados junto com a direção (Nino, assentado de Mandacaru).

Em prática mesmo a Elvira dá sugestão e em prática coloca os próprios assentados (Tarcísio, assentado de Mandacaru).

Os depoimentos ilustram muito bem a recepção mais democrática de ações por parte dos assentados em função do trabalho feito pela nova presidente e sua diretoria. Não podemos esquecer e nem perder de vista que aquelas propostas coletivistas do MST não são nem cogitadas no assentamento pelos novos líderes da ASSEMA. Ao nosso ver, isto tem dado certo e acontece porque estes líderes são novos na militância e ainda não absorveram todo o discurso revolucionário do movimento. Outra hipótese que levantamos é de que isto acontece também pelo discernimento que possuem os novos líderes em ver que não têm condições de implantar trabalhos que não são do dia-a-dia da vida dos assentados. “Eu acredito que as propostas do movimento aqui pra Mandacaru só será possível daqui uns 10 anos”, disse Elvira em conversas informais durante a pesquisa. Isto, realçou ela, “se continuar na liderança pessoas que compreendam a forma de vida dos assentados, não os que se enchem de leitura da revolução e vem aqui enfiar goela abaixo”.

Perguntados aos assentados que participam de ações coletivas sobre os objetivos destas ações e se estas contemplam seus interesses, responderam:

Eu acho que o futuro destas ações é para o bem de todos e o objetivo é preservar aquela área que ta assim se acabando eles vão e tentam reconstruir a mesma (Tarcísio, assentado de Mandacaru).

Eu fiquei em dúvida agora, eu não sei (Josealdo, assentado de Mandacaru).

Não sei não (Gilberto, assentado de Mandacaru).

Não senhor (Mário, assentado de Mandacaru).

Pelas respostas nota-se que muitos não sabem ao certo quais os objetivos das ações coletivas, mas participam porque acreditam que alguma coisa possa mudar em suas vidas mesmo não tendo certeza do quê.

Isto reforça o trabalho democrático e positivo que está sendo feito pelos atuais líderes, que não impõem a forma de escolha e de decisão sobre as ações. Também, pôde ser notado que apesar de os líderes pensarem anteriormente as ações que são decididas em assembléias, os assentados acatam porque estas ações não colocam em risco seu patrimônio e suas idoneidades.

Na verdade, o que ocorre também é que os assentados possuem uma dívida moral com o MST. Muitos não concordam com as ações nacionais do movimento, mas defendem o movimento porque este lhes trouxe vida nova e cidadania.

Eu concordo com o MST numa coisa outras não. Esse negócio de ir a Brasília quebra prédio público lá eu não sou de acordo não. Acho que deveria procurar uma forma mais ampla assim mais pacífica pra poder conquistar o Governo, não desta forma que eles fazem. Eu acho errado ocupá fazenda e queimá as coisa, eu acho errado, esse é meu ponto de vista (Cláudio, assentado de Mandacaru).

Pra mim significa muito ser do MST porque antes eu não tinha nenhum pedaço de terra e nem uma casa para morar e hoje eu tenho terra, tenho casa, tenho tudo (Elenir, assentada de Mandacaru).

O primeiro depoimento acima reflete a coerência dos novos líderes em não tratar de questões ilegais e “não normais”, diríamos assim, de acordo com a trajetória destes assentados. Ilegal seria pedir para que os assentados apóiem ocupações do INCRA, etc, e “não normais” seriam promover ações dentro do assentamento ligadas ao que o MST chama de combate aos vícios artesanais de produção, ou melhor, querer promover ações coletivas com fundo socialista de forma impositiva. O segundo depoimento mostra que, para quem nada tinha, ter o que tem hoje faz com que tenham uma dívida eterna de agradecimento ao movimento que os colocou na condição de donos de um pedaço de terra pra plantar.

Neste sentido, a liderança da associação tem se mostrado realista se olharmos do ponto de vista dos assentados, já que estes querem que algo mude no assentamento, mas, de forma a contentar seus interesses.

Para isso acontecer o caminho tem sido trilhado de forma a mostrar, segundo os líderes, que os assentados se preocupando apenas individualmente e/ou sozinhos torna mais

difícil a prosperidade no assentamento. Então, a tarefa é ir convencendo os trabalhadores de forma democrática, mas, sempre tendo em conta de que não se pode abandonar a idéia de criar ações que envolvam a todos para a melhoria do assentamento.

Sobre o relacionamento com a nova direção e os novos líderes, os assentados responderam na sua maioria que possuem um bom relacionamento.

São ótimos, são boas (Tarcísio, assentado de Mandacaru).

Nóis se damo bem (Mango, assentado de Mandacaru).

Pra mim tudo bem, bem tudinho com todos (Valério, assentado de Mandacaru).

Eu até me dou bem com o pessoal, só alguns que não é muito chegado, mas tem uns que a gente se dá bem (Elenir, assentada de Mandacaru).

Enfim, apesar de lenta e gradual, a produção de ações coletiva está tendo êxito, principalmente pelo bom relacionamento entre assentados e líderes, que, como já dissemos anteriormente, estão preocupados em construir ações de acordo com a trajetória destas famílias e não de acordo com uma idéia pré-concebida de ação coletiva tal qual o MST muitas vezes tenta aplicar⁶².

5.4.6 As motivações e interpretações das ações coletivas: a subjetividade dos assentados

Como explicitado anteriormente no início deste trabalho, uma das questões que interessam para este estudo são as concepções ou representações que os agentes sociais (individuais) têm dos motivos, meios e fins das ações coletivas em que se envolvem.

Sendo assim, a subjetividade está ligada ao sentido visado pelos sujeitos às ações, o que não é um reflexo da orientação do MST.

Neste sentido, interessa-nos mostrar como os assentados de Mandacaru representam estas ações coletivas, os motivos e interpretações, como suas vidas mudaram participando destas ações e se a profissão de agricultor foi escolhida por opção ou pela falta de outra possibilidade de fazer o que mais gostam.

⁶² - É bom salientar que os conflitos que existem atualmente não são entre assentados e lideranças e sim acontecem mais no nível das novas lideranças do assentamento com as idéias do MST estadual, conflitos estes em torno das estratégias de produção e participação em ações coletivas.

Desta forma, com relação ao motivo que leva os assentados entrevistados a participarem das ações coletivas dentro do assentamento, a maioria (8 assentados) revelou participar porque considera que estas trazem melhorias para si e para todos. Também, acham que coletivamente as dificuldades são superadas com mais facilidade.

É porque através delas, da coletividade, é que podemos mudar alguma coisa e trazer algo de melhor pra dentro do assentamento (Nino, assentado de Mandacaru).

A minha participação eu acho que é um a mais que está passando força pro pessoal (Tarcisio, assentado de Mandacaru).

Porque aqui o trabalho com uma família só é mais difícil de que pra 15 e 15 faz mais rápido e adianta mais o serviço (Valério, assentado de Mandacaru).

É que assim nós tamo ajudando, tamo coisando com as obrigações da gente e é benefício da gente mesmo (Nicolau, assentado de Mandacaru).

É porque junta gente e aí fica mais fácil (Ermeto, assentado de Mandacaru).

Dos demais assentados, quatro participam porque vêem os outros participando e se sentem motivados a participarem e também porque consideram que tais ações quando são produzidas resultam na união do assentamento.

Porque vejo os outros daí vou agir (Mango, assentado de Mandacaru).

Porque eu tô unida com eles e isso é uma grande coisa (Márcia, assentada de Mandacaru).

É porque eu gosto de trabaia mesmo e aí quando vejo uma turma trabaiaando aí que eu gosto mesmo (Elenir, assentada de Mandacaru).

Do restante, 2 assentados não participam e 1 tem como motivação a limpeza do assentamento.

Eu não vou porque só o caba trabaia e os outros ficam na rua (Josealdo, assentado de Mandacaru).

Não dá certo não porque uns não faz nada (Gilberto, assentado de Mandacaru).

É pra não ter tanta sujeira. Acho isso muito importante (Edimilson, assentado de Mandacaru).

Os depoimentos dos assentados de uma forma geral demonstram que a grande maioria se sente motivado em participar de ações coletivas e que poucos (2 assentados) no universo da pesquisa dizem não participar de ações coletivas. A maioria que diz participar das ações coletivas pelos motivos acima expostos diz também que esta participação trouxe mudanças em suas vidas.

De qualquer maneira sempre muda né porque quando você está em qualquer coisa sempre muda alguma coisa né. Muda porque você vive com mais gente junto e aí parece que vai melhorá (Vargas, assentado de Mandacaru).

Muda porque passa a pensar de outra forma e aí outros objetivos aparecem melhor para ter resultados (Nino, assentado de Mandacaru).

É bom, então o caba trabaiando junto é união né (Mango, assentado de Mandacaru).

Muda porque a gente tem que participa de tudo né. A gente tem que participá porque é uma melhoria pra gente né (Márcia, assentada de Mandacaru).

O que vimos neste resultado da pesquisa é que os entrevistados na sua grande maioria estão motivados a participarem de ações coletivas e que isto tem trazido novas formas de pensar a resolução dos problemas no assentamento.

Neste sentido, procuramos verificar se a profissão que exercem é a que realmente gostam. Ou seja, estar exercendo a profissão de agricultor é a opção que os assentados queriam ter na vida ou foi a falta de outra oportunidade profissional que fez com que virassem agricultores. Por isso perguntamos se a profissão de agricultor é a que o entrevistado havia projetado para seu futuro.

Sobre a profissão que escolheriam para seu futuro caso pudessem optar, a pesquisa nos mostra que a maioria dos assentados entrevistados (10) continuaria a ser agricultor, o restante (5 assentados) escolheria outras profissões e/ou outras atividades profissionais que são as seguintes: professor, pedreiro, líder do MST, tocador de sanfona ou pianista e médico.

Entre os que escolheram a profissão de agricultor para o seu futuro as respostas foram:

É essa mesma porque eu sempre fui nascido na agricultura, mesmo meu pai criou todo mundo na agricultura, pra mim nunca pensei em partir pra outra profissão não (Vargas, assentado de Mandacaru).

Eu não queria, mas é essa mesma porque eu já tô no fim da minha vida (Mango, assentado de Mandacaru).

No começo não, mas agora... eu não estudei e aí eu não pensava em ser outra coisa não (Elenir, assentada de Mandacaru).

Escolheria nada. O cara pode me dar o emprego que tem lá em Sumé ou em Campina Grande que eu não vou. Eu prefiro estar aqui dentro plantando criando meus bicho, eu não gosto de rua (Nicolau, assentado de Mandacaru).

É minha vida todinha, eu gosto mesmo disso (Mango, assentado de Mandacaru).

Dos assentados que escolheriam outras profissões as respostas foram as seguintes:

Eu sonhei outras coisa mas não consegui ser. Em São Paulo eu trabalhei 15 vezes de servente de pedreiro, aí nas derradeira vez eu consegui minha classificação de pedreiro (Edimilson, assentado de Mandacaru).

Rapaiz eu queria ser outra coisa mais não consegui. Eu queria ser um tocador de sanfona, um pianista, uma coisa assim. Cada um tem uma vocação pra alguma coisa né. Eu tenho 3 sanfona, comprei um violão era o meu sonho, aprender a ler também era a minha invocação. Fui pra escola bati a cabeça, mas não consegui. Por isso que eu digo aprendê a ler e tocar sanfona não é pra qualquer um (Cláudio, assentado de Mandacaru).

Eu penso outra profissão né, eu sou novo quem sabe mais pra frente né, médico (Gilberto, assentado de Mandacaru).

Não eu sempre sonhei assim mais pro lado do estudo. Eu nunca tive objetivo assim de escolher uma profissão, mas sempre eu tive uma expectativa de lidar com as pessoas, eu acho que futuramente vou fazer o vestibular e ser professor (Tarcísio, assentado de Mandacaru).

Os depoimentos acima ilustram os diversos interesses dos assentados em termos do que fazem e gostariam de fazer no futuro ou mesmo a chance de não ter tido outra opção antes de ser assentado. A pesquisa mostra e os depoimentos ilustram que um número significativo de entrevistados se pudesse não seria agricultor.

5.4.7 A motivação e interpretação dos líderes de Mandacaru para as ações coletivas: a busca de um sentido

Da mesma forma que anteriormente, mostraremos as diversas motivações e interpretações que os assentados líderes do MST têm das ações coletivas e de seus papéis

enquanto líderes no assentamento, bem como se a profissão de agricultor é a que gostariam para seu futuro.

Os líderes do MST procuram nos assentamentos de reforma agrária é sempre produzir imagens e discursos que instituem uma “realidade idealizada” do assentamento. A tentativa das lideranças seguindo o modelo teórico-ideológico do movimento é reconstruir o espaço social e os indivíduos que nele vivem.

Para isso, recorrem à produção de “verdades” e esquecem muitas vezes que a realidade do assentado não é compatível com a visão e o saber do líder e muito menos com a ideologia do movimento. Para nós, isto faz parte da democracia que pressupõem não só coesão social, mas também conflitos e negociações em torno das disputas simbólicas e materiais. No entanto, o respeito às diferenças é fundamental para que se efetivem processos democráticos.

Ao invés de o assentado e o assentamento emergirem através de relações naturalizadas e organizadas via aprendizagem coletiva, o que acontece é que são “obrigados” a absorverem dos líderes as construções discursivas do movimento. Tornam-se assim, agentes com discursos às vezes “não próprios”, mas construídos por ideologias que nunca fizeram parte da sua vida.

Por isso, verificar esta visão dos líderes do MST em Mandacaru sobre a produção de ações coletivas e as nuances de seus comportamentos no assentamento pode nos dar um possível clareamento deste descompasso entre o que pensam e reproduzem e, de outro lado, uma possível desmistificação desta visão. Queremos verificar se as lideranças impõem a ideologia antes de tentar entender o assentamento e o assentado como ponto de partida das práticas sociais. Por isso que entendemos que a análise sociológica weberiana possa contribuir para entender os diversos significados que os assentados atribuem às ações coletivas. Weber coloca que as realidades nem sempre são as mesmas e/ou iguais.

No caso do Assentamento Mandacaru, existiram práticas discursivas e construtivas da ideologia coletivista do MST durante os seis primeiros anos do assentamento, o que levou mais a desconstruir uma possível união entre os assentados do que propriamente uni-los. No entanto, após a mudança de lideranças do movimento as ações coletivas se tornaram mais facilmente aceitas por todos no assentamento. De fato houve uma abertura para a produção de ações coletivas mais próximas à realidade dos assentados, e construídas ouvindo os anseios, dúvidas e necessidades das famílias.

Então, ao invés de se levarem adiante ações que não condiziam com a realidade dos assentados, os novos líderes a partir de abril de 2005 rompem com a estratégia coletivista do movimento e passam a adotar uma tática mais molecular, de diálogo de proximidade para

fazer crescer no assentamento um espírito coletivo construído em longo prazo e de acordo com a realidade.

Neste caso, surgiu entre os líderes aquele princípio que evoca Touraine quando fala que “é preciso, pois, indicar como o sujeito pessoal recebe um conteúdo social concreto e, conseqüentemente, pode se tornar um princípio de organização democrática da vida social e também um princípio de formação de uma ação coletiva” (TOURAINÉ, 1998:81).

Assim, como Touraine, acreditamos que esta transformação deva ser feita através da passagem do sujeito isolado para a relação entre indivíduos reconhecidos ou mais exatamente se reconhecendo mutuamente como sujeitos. Trata-se segundo Touraine (1998), desde logo e antes de tudo, do reconhecimento institucional e real do direito de cada um de combinar estratégias com o mundo vivido.

O que acontece é que ao invés de os novos líderes do movimento serem os agentes civilizadores do assentamento, estes deixam de colocar as palavras de ordem do movimento antes dos interesses dos assentados. No entanto, cabe ressaltarmos que ainda pode-se perceber que no Assentamento Mandacaru a visão ideológica do MST continua presente em líderes antigos como Sávio. Este ainda desqualifica o andamento das ações coletivas por achar que estas e os agentes envolvidos estão desqualificados e que os assentados não têm conhecimento de nada e não estão dispostos às ações coletivas. Por isso, perguntado sobre como vê a participação dos assentados nas decisões do assentamento este, respondeu que:

Não são boas não. O pessoal não tem conhecimento de decisão. Às vezes até uma discussão muda o pensamento do pessoal.

Porque eu vejo a maioria deles esperando alguém pra dizer vamos fazer isso.

Não é tão difícil, eu acho que é só falta de interesse (Sávio, líder de Mandacaru).

Em outro momento perguntamos a este mesmo líder qual o sentido que este dava às suas ações como líder, e este respondeu:

Significa que eu sou um camarada compromissado né. Tem que tá adquirindo conhecimento e passando pro povo e tal (Sávio, líder de Mandacaru).

Este depoimento reforça a forma centralizadora de administração que Sávio fez durante as duas gestões frente a ASSEMA, sendo que ele próprio diz quando perguntado sobre quem ajudava a pensar as ações durante o tempo em que esteve na direção, que “sempre é a direção que pensa e coloca os temas e discute”.

Da mesma maneira quando perguntamos se a idéia de socialismo que este prega no assentamento como reflexo das idéias teórico-ideológicas do MST era bem aceita pelos assentados ou era distante do entendimento dos mesmos, ele respondeu:

É dificuldade da maioria dos assentado. Porque a maioria dos assentados não conhece o socialismo. É essa dificuldade que a gente tem o conhecimento e facilidade e os assentado não tem e essa dificuldade que fica difícil de implantar este sistema. Eles não sabem definir as coisas (Sávio, líder de Mandacaru).

Parece que este líder não aprendeu com a experiência, não conseguindo perceber que na mente dos assentados esta idéia socialista é inexistente. Não a idéia de ação coletiva, mas a idéia de estereotipação de organização. Como a pesquisa demonstra, os assentados estão se “afinando” com a nova direção da ASSEMA, exatamente porque os novos líderes não massificaram a forma organizativa coletivista do MST. Eles viram que as coisas só se constroem naquela realidade de forma lenta e gradual para construir projetos familiares e coletivos de acordo com as suas necessidades.

De outro lado, os novos líderes do MST no assentamento e que agora presidem a ASSEMA denotam uma motivação e uma interpretação diferentes para a promoção e produção de ações coletivas em Mandacaru.

Entre os cinco líderes entrevistados no assentamento, um foi Sávio e os outros quatro foram os novos diretores da ASSEMA todos membros do MST. Os novos líderes disseram que o motivo pelo qual acreditam e lutam pela produção e implantação de ações coletivas está relacionado à melhoria para si e para todos no assentamento, a união, a organização, a aprendizagem e porque individualmente acham, que as pessoas tem mais dificuldades em prosperar.

Eu acho que eu fazendo parte do coletivo tô fazendo o meu dever. Tem gente que diz eu não vou não vale nada. Eu pra mim onde tem união tem tudo (Fernando, líder de Mandacaru).

A motivação é assim a vitória, sabe os problemas que a gente tem no dia-a-dia vai enriquecendo nosso dia-a-dia, vai se fortalecendo quanto a

maneira de lutar de seguir adiante de ver o amanhã (Elvira, líder de Mandacaru).

Eu sinto vontade de ajudar a organizar (Joana, líder de Mandacaru).

É como eu digo eu acho mais fácil, é mais organizado, a gente tá ali conversando e trabalhando e assim passa o tempo fazendo as coisas junto (Jacinto, líder de Mandacaru).

Sendo assim, notamos pelos depoimentos acima que o sentido e/ou motivos dados pelos líderes às ações coletivas caminham na perspectiva de uma interação para produzir futuramente uma nova visão de ação coletiva em que a socialização das decisões e a perspectiva de aprenderem juntos vão contra a idéia de uma ação com fins puramente individuais. É aquilo que Weber (1994) nos diz quando se opõem a personalidades coletivas que refletem e agem por si mesmas, ao estilo, por exemplo, do líder Sávio.

Parece-nos que os novos líderes da ASSEMA e do MST, ao se confrontarem com o mundo objetivamente concreto e em virtude da experiência anterior centralizada, que não obteve ressonância positiva entre os assentados, reconheceram as circunstâncias e os contextos e por eles se orientaram. Não se trata para estes líderes construir um mundo objetivamente correto, verdadeiro, mas um mundo operado dentro de um contexto social que exige flexibilidade e respeito às trajetórias históricas e culturais dos assentados.

Sendo assim, interpretam as ações coletivas como algo importante em suas vidas, pois segundo uns destes líderes “uma andorinha só não faz verão como diz o ditado né” (Fernando, líder de Mandacaru). Isto significa dizer que as ações coletivas trouxeram mudanças em suas vidas também, e não só na dos assentados. Esta mudança pode ser vista desde a participação em reuniões e nas demais atividades que fazem parte do que chamam de “educação coletiva”.

Mudaram bastante porque antigamente eu ia fazer uma coisa às vezes eu tava errado, mas pensando que tava certo né. Ninguém me orientava. Mas no coletivo um orienta o outro... aí é melhor trabalhar com os outros (Fernando, líder de Mandacaru).

Muda principalmente através do que aprendi na Unicampo que me ensinou a ser mais ligada e participar mais porque antes eu não participava de nada. A gente aprende a desenvolver nosso trabalho melhor no sentido que tem que participar (Joana, líder de Mandacaru).

Continua da maneira que estou indo em busca de novos horizontes, em busca dessa luta no que for preciso estarei ao lado (Elvira, líder de Mandacaru).

Mudaram, é mais fácil de trabalhar (Jacinto, líder de Mandacaru).

Nesta óptica, quanto ao papel e o objetivo de serem líderes no assentamento, os quatro líderes responderam que:

Pra mim é tudo. Fica até mais fácil de organizar um acampamento e o assentamento. Pra convida os pessoal pra i no coletivo (Fernando, líder de Mandacaru).

Ser líder é fazer aquilo que o povo precisa. Vou trazer isso, vou fazer isso e aí leva pra assembléia e aí aprova a proposta e é isso se gostaram aceita ou não (Jacinto, líder de Mandacaru).

É alcançar mais alguma coisa aqui dentro, tentar organizar mais porque ta um pouco desorganizado (Joana, líder de Mandacaru).

Eu não sei qual é o objetivo de ser líder, mas meu objetivo é trabalhar em coletivo. Se eu for fazer alguma coisa né, eu juntamente com as pessoas, que seja decidido coletivamente e não eu só (Elvira, líder de Mandacaru).

As falas apontam todas para a direção dos ideais do movimento, evidenciando que o fim último do ideal de um líder, para estes líderes de Mandacaru são os assentados e o assentamento.

Quanto à profissão que gostariam de exercer, se pudessem escolher, para seu futuro, dois disseram que continuariam a serem agricultores, um que queria ser líder nacional do MST, um, músico profissional, e, outro agrônomo.

Estas opções refletem que somente dois dos entrevistados líderes continuariam a exercer no futuro a mesma profissão que exercem hoje, demonstrando que realmente possuem aptidão agrícola, no entanto três entrevistados apontaram para outras profissões que não a de agricultor para exercerem no futuro caso pudessem escolher, isso demonstra, talvez, que somente continuam a exercer a atual profissão devido à falta de outra oportunidade.

5.4.8 As relações sócio-econômicas e os valores produzidos pelas ações coletivas

Quando nos referimos a valores oriundos das relações sociais e econômicas deste assentamento, estamos nos referindo como nos diz Sabourin (2006), a valores fundamentais e

universais, reconhecidos em todas sociedades e civilizações, mesmo de maneira diversa, como a confiança, responsabilidade, justiça, reputação, amizade, etc.

Em comunidades recentes como é o caso do Assentamento Mandacaru onde as ações coletivas ainda encontram-se em fase de estruturação e de embrionamento, os valores humanos produzidos pelo início das ações coletivas, constituem bases importantes para uma futura e possível organização. Uma boa convivência social gera valores humanos como a solidariedade, que permitirá aos assentados num futuro próximo, não só gerarem qualidade de vida nos assentamentos, maior autonomia para o consumo das famílias, mas também talvez negociar melhor sua integração social à economia local.

A experiência de trabalho conjunto ou a realização de ações coletivas em Mandacaru, inicialmente geraram mais repulsa entre os assentados do que propriamente novos conhecimentos ou novos aprendizados. A partir de 2005, com as novas experiências produzidas a partir de um novo olhar e de uma nova direção no assentamento, os assentados começaram a acreditar mais nas ações coletivas e também a participar mais.

Salienta-se, em particular, como consequência, a melhora no relacionamento entre as pessoas como a principal mudança que houve no convívio social neste assentamento. Como os próprios assentados dizem e evidenciam em suas falas, a mudança principal está “no jeito de conversar com as pessoas”.

Os conhecimentos gerados ainda são difíceis de ser uantificados, mas já pode ser notada uma melhora nas relações de interconhecimento. Os assentados dizem que as ações coletivas propiciaram conhecer o “outro”, saber quem é seu vizinho, e que, quando “um dá uma mão, outro dá outra mão, a gente faz as coisa mais rápido” (Márcia, assentada de Mandacaru). Este é o principal conhecimento gerado até agora, ou seja, perceber de que precisam uns dos outros. É também um valor humano. Cabe ressaltar, que os assentados ainda não sabem precisar se as ações coletivas geraram algum conhecimento técnico, se referindo apenas às mudanças no relacionamento.

No caso do Assentamento Mandacaru, a produção e a prática de ações coletivas tem propiciado entre os assentados (líderes e não líderes), a possibilidade de interagirem para que possam gerir a sobrevivência ainda que de forma parcial, sem depender do Estado para tudo que precisam. A autonomia assim produzida constitui um valor coletivo. É o caso, por exemplo, dos mutirões de limpeza e da construção das cercas que fazem a divisa entre os lotes e do assentamento com outras propriedades vizinhas.

Neste contexto, a associação (ASSEMA), que representa os interesses dos assentados, se mobiliza para produzir ou preservar bens comuns ou bens públicos no sentido de assumir funções de interesse geral para os assentados.

Estas funções, como no caso dos mutirões de limpeza e da ajuda mútua para a construção de cercas, se inserem na herança das práticas camponesas como formas de relacionamento comunitário necessárias aos seus sistemas de produção e a sobrevivência dos seus membros.

Sabourin (2003a, 2005), identifica diferentes formas de ajuda mútua ou mutirão em comunidades rurais no Brasil, principalmente no Nordeste: a) as que têm a ver com o acesso a bens coletivos ou manejos de bens comuns como construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas; b) os convites de trabalho a varias famílias da comunidade em benefício de uma delas, geralmente entre compadres e comadres. Essas relações de reciprocidade geram valores humanos de amizade e de confiança.

Nos mutirões de limpeza nota-se muito o crescimento deste relacionamento. Nas conversas informais que tivemos com os assentados durante o descanso dos que estavam envolvidos neste mutirão, percebemos que ficavam com expressão de satisfeitos por estarem executando aquela tarefa, e também sorriam uns para os outros, se abraçavam às vezes e soltavam frases do tipo “rapaiz, que coisa linda tudo arrumadinho”. Da mesma maneira, já combinavam encontros para depois da limpeza para “tomar umas canas” e falar do dia de trabalho.

Nesta relação que vimos em Mandacaru, encontramos aquilo que Sabourin (2005), diz quando fala do mutirão nas comunidades rurais, evidenciando o “compartilhamento do trabalho”. No “compartilhamento do trabalho” cada um dá para a comunidade e recebe dos outros. Por exemplo, quando todos os membros da comunidade mobilizam-se para realizar um trabalho beneficiando a um agricultor (no caso de Mandacaru, a construção de cercas em cada propriedade), trata-se de um compartilhamento bilateral. Outra variante do compartilhamento corresponde ao mutirão mobilizando o conjunto dos membros do grupo local ou da comunidade para tarefas comunitárias, por exemplo, para construir uma escola, uma cisterna ou uma estrada, cavar ou limpar açude comunitário. Esta estrutura produz amizade, mas também confiança e justiça entre os membros que participam.

Parece-nos que estas duas descrições feitas pelo autor acima são as que mais caracterizam os trabalhos desenvolvidos via ação coletiva conforme a tipologia antes descrita

e encontrada em Mandacaru. Apesar de existirem ainda alguns pequenos conflitos⁶³ com relação à necessidade de práticas coletivas no assentamento em função da não participação da maioria das famílias, concordamos com Menezes (2006), de que os interesses individuais e os conflitos são constituintes das relações de reciprocidade. Assim, diz a autora, “as relações de reciprocidade são compreendidas como um jogo de negociações entre os interesses individuais e as regras, valores e expectativas da coletividade” (MENEZES, 2006:19).

Sendo assim, para os assentados de uma forma geral, a participação em ações coletivas (tanto na construção delas como na prática) está sendo uma forma de se integrarem em atividades para o bem comum e pessoal e de se conhecerem melhor. Em termos de vantagens econômicas estas relações ainda não podem ser medidas, mas, com certeza, se continuar neste caminho, este assentamento poderá surpreender pelas maneiras e formas de integração comunitária e pelos valores que estão sendo produzidos e reproduzidos.

Para os assentados que compartilham de ações coletivas, estas têm mudado suas vidas de uma forma ou de outra:

De qualquer maneira sempre muda né. Muda porque você vive com mais gente junto e aí parece que vai melhorá (Vargas, assentado de Mandacaru).

Apesar de o depoimento deste assentado apresentar algumas incertezas quanto ao futuro desta relação pactuada em que está envolvido, é perceptível que existe uma esperança de que, com mais gente, mais proximidade entre os assentados, a situação no assentamento vai melhorar. Percebe-se, então, que a prática de ações coletivas pelo menos psicologicamente reproduz um efeito positivo da participação nestas ações.

O mesmo assentado, perguntado no que melhorou sua vida desde quando começou a participar de ações coletivas, respondeu que “melhorou só no conhecimento, mais amizade e conhecimento da coisa”, ou seja, ainda estas ações não apresentaram satisfatoriamente como todo mundo espera, resultados econômicos, mas estes resultados sociais já podem ser considerados de grande valia se visualizarmos o universo de interesses e de heterogeneidade das famílias assentadas.

⁶³ - Os conflitos existentes se dão em função da necessidade que os líderes do MST colocam em torno da participação em ações coletivas. Para o movimento existe uma obrigação de haver participação, o que para os assentados não se constitui enquanto uma realidade muitas vezes necessária, pois, estão preocupados apenas com seus lotes e com a reprodução da sua família.

Assim, os aspectos levantados pelos assentados com relação às mudanças trazidas pela produção e prática de ações coletivas são o resultado mais rápido dos serviços feitos, a amizade e também a aquisição de novos conhecimentos.

Mudou bastante participar de ações coletivas porque a gente tem uma visão diferente e que através da coletividade funciona mais rápido... melhorou bastante, novos conhecimentos (Nino, assentado de Mandacaru).

Mudou muitas coisas. O meu jeito de conversar com as pessoas e lidar com várias pessoas entendeu (Tarcisio, assentado de Mandacaru).

É bom então o caba trabaiano junto é união né. Porque é melhor né, é alegria e dá prazer de fazer um serviço (Mango, assentado de Mandacaru).

O trabalho rende mais que sozinho (Valério, assentado de Mandacaru).

Eu não conhecia ninguém e aí depois que eu conheci a vida ficou melhor, a gente conhece melhor as pessoas. É bem melhor (Márcia, assentada de Mandacaru).

As ações coletivas mudou muito. Se eu ficasse sozinho eu não ia conhecê as outras pessoas. Antigamente os fazendeiro não deixava a gente nem cria uma cabra, se inventasse de cria uma galinha eles botava nós pra fora. A gente era escravo danado. Agora ficô bom demais... (Nicolau, assentado de Mandacaru).

Eu converso com as pessoas e tenho a oportunidade de ver um bocado de irmão reunido aqui no assentamento (Edimilson, assentado de Mandacaru).

Nem todos os assentados vêem as ações coletivas como algo que esteja funcionando de forma a mudar em algum sentido suas vidas, e, alguns reclamam ainda do individualismo dos companheiros de trabalho.

Sempre tem uns esperto uns que trabaia e outros não. Por enquanto meu amigo não mudou nada. Nada de positivo só promessa. Porque é como eu digo, aqui os caba faz tempo que dizem que vai sai projeto e nada. Tem uns assentamento aí bem mais pequeno e já saiu um bocado de coisa já (Josealdo, assentado de Mandacaru).

Tem um desenvolvimento mais melhor. Melhorou, assim vai conversando com os outros e tal e aí vai, mas tem uns que são cabeça dura. Porque o caba quer fazer um acordo com eles e eles não quer. Eles só pensam neles (Gilberto, assentado de Mandacaru).

A concepção e efetivação de projetos é uma discussão muito comum e presente entre os assentados e ela aparece nas falas sempre interligada à participação nas ações coletivas. Muitas vezes notamos que a participação em ações coletivas acontece porque, por trás desta aparente predisposição a participar, está o interesse em conseguir recursos de projetos. Isto porque a maioria dos assentados, pelo baixo grau de escolaridade e pelas dificuldades práticas de entender a burocracia, delega o pedido destas necessidades aos líderes o movimento.

Para os líderes do assentamento, as ações coletivas produziram conhecimentos novos e uma nova visão do mundo. Para eles, a participação e integração social dos assentados, melhoraram muito depois de começarem a existir estas ações.

A gente aprende a desenvolver nosso trabalho melhor no sentido que tem que participar (Joana, líder de Mandacaru).

Foi ver como é o Brasil, como é a região, as pessoas. Porque as pessoas só vê você quando tem dinheiro, quando tem alguma coisa. E a partir do momento que eu me vi aqui eu me vi sozinha porque as pessoas se afastaram de mim porque eu era militante do MST (Elvira, líder de Mandacaru).

Mudou porque a gente tem os encontros, a gente tem visitas, palestras, seminários, então enquanto existe este tipo de eventos sempre é um coletivo. Porque a gente tem mais conhecimento, mais capacidade, através destes encontros, destes coletivos (Sávio, líder de Mandacaru).

Desta forma, mais do que simples arranjos comunitários para viver bem no assentamento, as ações coletivas estão também gerando e reproduzindo para outros assentados, valores até então não muito presentes na vida pré-egressa das famílias. A sensação de pertencimento é uma delas, ou seja, os assentados denotam nas entrevistas que depois de participarem das ações, o lote individual não é mais o único interesse. Outro aspecto importante apresentado pelas falas foi o aumento da amizade durante os trabalhos coletivos, o que para nós possibilitará a facilitação e aceitação de futuras novas frentes de ações coletivas.

O que está acontecendo em Mandacaru é aquilo que Touraine fala sobre os princípios de organização democrática da vida social, ou seja, a transformação, que é a passagem do sujeito isolado para a relação entre indivíduos reconhecidos ou mais exatamente se reconhecendo mutuamente como sujeitos: “trata-se de dialogar com o outro o reconhecendo como sujeito e de se reconhecer assim a si mesmo como sujeito” (TOURAINÉ, 1998:82).

CAPÍTULO 6

A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO ASSENTAMENTO MASSANGANA III

6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III⁶⁴

O Assentamento Massangana III situa-se na Mesorregião da Mata Paraibana e foi promovido pelo INCRA. O assentamento fez parte do imóvel rural denominado “Engenho Massangana”, constituído por três áreas diferentes com os nomes de Massangana I, Massangana II e Massangana III. Está localizado a 16 Km da sede do município de Cruz do Espírito Santo-PB. O acesso ao imóvel, a partir da capital do estado, é feito inicialmente pelas rodovias federal BR-230 e PB-004, que liga os municípios de Santa Rita a Sapé-PB. Pela BR-230, sentido João Pessoa-Campina Grande, percorrem-se 46 Km para chegar ao imóvel, haja vista que a citada BR passa à margem desse.

O assentamento é composto por 131 lotes familiares, mais uma área comunitária de 15 ha. A localização das casas de moradia foi organizada em forma de agrovila (de acordo com a proposta do MST). O assentamento possui energia elétrica, dois poços coletivos (com duas caixas de água de 5.000 e 12.000 litros), um galpão para armazenagem, uma escola, uma sede para a associação e uma igreja.

A área é de 816 ha, dividida em lotes de 5,7 ha por família aproximadamente. A população total gira em torno de 500 pessoas, com 2 a 6 membros por família em média. Em termos de produção, a base é a mandioca, comercializada com intermediários que compram a produção antes mesmo do plantio.

As condições climáticas se caracterizam por clima úmido ou nordestino quente, de seca média, com apenas 5 a 6 meses considerados secos. O total pluviométrico anual oscila de 774 a 973 mm, para os anos considerados normais e de 585 a 958 mm, para os anos secos.

A vegetação primitiva era a floresta tropical Atlântica e foi totalmente devastada pela cultura da cana-de-açúcar, culturas de subsistência e pastagem natural e artificial. O relevo

⁶⁴ As informações para a construção do histórico e caracterização deste assentamento foram retiradas da pesquisa de campo e do documento denominado “Aptidão Agrícola da Área de Massangana I, II, III” (INCRA-PB, 2000).

apresenta-se de plano a ondulado. Dos solos, estima-se que 80% são de textura argilosa e arenosa.

Apesar de a exploração agrícola anterior ter sido a cana-de-açúcar, os solos apresentam aptidão de boa a regular para a pastagem plantada, a exploração de culturas de subsistência e com alternativa para as culturas permanentes.

As experiências anteriores de trabalho na agricultura da maioria dos assentados eram essencialmente no corte da cana associadas com trabalho urbano em épocas fora do ciclo agrícola da região.

Recursos financeiros ainda não existiam quando da entrada no assentamento. A primeira decisão tomada pelos assentados foi a repartição da terra conquistada em forma de lotes individuais para cada família. Do total de 817 ha desapropriados, cada família ficou com 5,7 ha. O restante da terra, em torno de 15 ha, ficou como reserva para uma exploração em futuros trabalhos coletivos. Os lotes que cada uma das famílias recebeu foram sorteados, ou seja, não houve favorecimento, com ressalva aos antigos moradores da fazenda, que detinham instalações no imóvel e que preferiram permanecer no mesmo local. Sobre as instalações e edificações que já existiam no imóvel, ver Boxe nº 4.

BOXE Nº 4 – INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES ENCONTRADAS NA ÁREA DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III

- | |
|--|
| <p>1. Uma casa de alvenaria de $8,0 \times 13,8 = 110,40$ metros quadrados;</p> <p>2. Uma casa de taipa de $5,50 \times 10,40 = 57,20$ metros quadrados;</p> <p>3. Um galpão de alvenaria de $8,10 \times 2,70 = 21,87$ metros quadrados;</p> <p>4. Um galpão aberto de $6,40 \times 14,10 = 90,24$ metros quadrados;</p> <p>5. Um depósito de taipa de $6,40 \times 7,30 = 46,72$ metros quadrados;</p> <p>6. Uma casa de alvenaria conjugada de $12,10 \times 8,30 = 102,02$ metros quadrados;</p> <p>7. Uma coqueira coberta de telha de $11,60 \times 4,50 = 52,20$ metros quadrados;</p> <p>8. Um cocho de cimento de 5,43 de comprimento por 0,67 de altura.</p> <p>* Instalações complementares:</p> <p>— 190 metros de cerca de três fios, com estacas de madeira branca, em precário estado de conservação.</p> <p>— Construções Hidráulicas:</p> <p>— Um açude, com aproveitamento da BR-230 para ser utilizado como barragem;</p> <p>— Um poço em alvenaria, com 11 m de profundidade, com 1,75 de diâmetro, todo revestido de tijolo.</p> <p>* Cultura permanente:</p> <p>— Cana-de-açúcar: 470 ha;</p> <p>— Eucaliptos: 1 ha.</p> <p>* Estradas internas:</p> <p>20.000 metros de estradas internas levantadas em estado de conservação de precário a regular.</p> |
|--|

Fonte: INCRA-PB (2000).

Os agentes externos que influenciaram nos trabalhos de organização inicial do assentamento foram o INCRA e o MST. O INCRA com uma intervenção legalizada procurou se opor ao MST. O papel do INCRA na área era de fiscalizador. Este queria promover o desenvolvimento do assentamento criando uma associação como mera mediadora dos interesses do Estado. Segundo os líderes do MST, o INCRA jogou os trabalhadores contra o movimento, o que mais tarde teve repercussões negativas, tanto no processo de sociabilidade interna, como no desenvolvimento da ação coletiva organizada.

O MST, ao contrário, queria constituir uma associação que, acima de tudo, não se vinculasse ao INCRA e que tivesse o papel de divulgadora dos ideais socialistas de reforma agrária no campo. As propostas e/ou encaminhamentos do INCRA foram sempre bem aceitos pela maioria dos assentados, tendo em vista que esse órgão prometia recursos. De outro lado, as propostas do MST só obtiveram uma real ressonância a partir de 1998, quando foi criada a cooperativa após um “racha” da associação.

Esse período de entrada no assentamento foi marcado pela disputa entre o MST e o INCRA na condução dos processos de organização dos assentados. Esses agentes, cada um defendendo sua política, procuraram em meio às disputas fazer com que os trabalhadores assumissem suas propostas, subestimando, muitas vezes, a coesão social do grupo que se formava.

Atualmente as formas de organização são todas em torno da Associação dos Produtores Rurais de Massangana III. Até 2001, algumas famílias estavam reunidas em uma associação, outras na forma cooperativa (Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA) e um grupo de famílias não era filiada a nenhuma das duas organizações. No entanto, a partir de 2001 com o fechamento da cooperativa todas as famílias buscaram filiação na Associação. Atualmente as 131 famílias são filiadas à Associação.

6.2 OS ATORES DA AÇÃO COLETIVA NO ASSENTAMENTO MASSANGANA III

Para termos uma visão geral dos atores entrevistados no Assentamento Massangana III, listamos algumas características destes, para desta forma produzirmos um perfil dos líderes e não líderes deste assentamento e uma comparação entre estes.

6.2.1 Perfil dos assentados não líderes e líderes entrevistados no Assentamento Massangana III⁶⁵

Para compreendermos melhor os atores que produzem e colocam em prática as ações coletivas no Assentamento Massangana III, traçamos um perfil destes destacando algumas características como a idade, o local de nascimento, onde moravam anteriormente, estado civil, grau de escolaridade, a ocupação anterior, entre outras.

Este perfil foi construído tendo como base as entrevistas realizadas no assentamento no ano de 2005. Foram entrevistados 15 assentados não líderes e 6 assentados líderes do MST. Cabe salientar que todos os entrevistados pertenciam à cooperativa, que foi a única instituição do assentamento que produziu ações coletivas. Nossa pesquisa se ateve a priorizar somente os atores que realmente estiveram envolvidos em ações coletivas no período após a criação do assentamento, conforme já explicitamos na metodologia desta pesquisa.

BOXE Nº 5 - PERFIL DOS ASSENTADOS NÃO LÍDERES ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO MASSANGANA III

- 1) **Idade:** entre 33 e 61 anos, sendo que 3 assentados possuem menos de 40 anos, 6 entre 40 e 49 anos, e 6 entre 50 e 61 anos.
- 2) **Local de nascimento:** Santa Rita-PB (2 assentados), Itambé-PE (2), Cruz do Espírito Santo-PB (4), Natal-RN (2), Pedras de Fogo-PB (1), Sapé-PB (2), Paulista-PE (1), Barra de Santa Rosa-PB (1).
- 3) **Cidade que morava anteriormente:** Santa Rita-PB (4 assentados), Itambé-PE (2), Cruz do Espírito Santo-PB (5), Mamanguape-PB (1), Pedras de Fogo-PB (1), São Paulo-SP (1), Barra de Santa Rosa-PB (1).
- 4) **Estado civil:** casado (13 assentados), separado (1), viúvo (1).
- 5) **Grau de escolaridade:** segundo grau completo (2 assentados), primeiro grau completo (2), primeiro grau incompleto (9), analfabeto (2).
- 6) **Ocupação anterior:** assalariado agrícola (10 assentados), agricultor (2), empregada doméstica (3).
- 7) **Motivo pelo qual veio morar no assentamento:** para possuir um pedaço de terra onde pudesse trabalhar para si e a família e prosperar (14 assentados), por causa da família que já era assentada (1).
- 8) **Desde que ano é assentado:** 1996 (15 assentados).
- 9) **Por que apóia o MST:** por admiração e reconhecimento por ter conseguido a terra (9 assentados), porque acha justa a causa da reforma agrária (5), não soube responder (1).
- 10) **Relacionamento com os líderes do MST no assentamento:** ótimo (1 assentado), bom (7), regular (4), ruim (3).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

⁶⁵ - A diferença entre líderes para não líderes em Massangana III se dá em função do reconhecimento de algumas pessoas no assentamento que divulgam os ideais do MST e são por isso respeitadas como pessoas influentes do movimento na área e/ou exerceram cargos de direção na cooperativa.

O Boxe nº 5 nos mostra que a idade dos entrevistados não líderes está entre 33 e 61 anos, sendo que 3 assentados possuem menos de 40 anos, 6 entre 40 e 49 anos, e 6 assentados possuem entre 50 e 61 anos. Conforme tais dados, percebemos que a maioria dos entrevistados possui idade superior a 40 anos.

Com relação ao local de nascimento, os dados de campo nos mostram que a maioria dos assentados entrevistados (10) é natural do estado da Paraíba, e o restante (5), é de outros estados. Também de acordo com a pesquisa somente 4 entrevistados nasceram no município sede do assentamento.

Quanto à cidade que moravam anteriormente ao assentamento, a maioria respondeu que era proveniente de cidades do estado da Paraíba (12), e o restante de cidades de fora do estado (3).

O estado civil da maioria dos entrevistados (13) é casado, dos demais 1 é separado e 1 é viúvo.

O grau de escolaridade dos assentados entrevistados não líderes revela que 2 possuem o segundo grau completo, 2 o primeiro grau completo, e a grande maioria (9), não completaram o primeiro grau e, 2 são analfabetos. Estes dados revelam que o grau de escolaridade dos assentados entrevistados em Massangana III é baixo.

No que se refere à ocupação anterior, 10 eram assalariados agrícolas, 2 eram agricultores e, 3 eram empregadas domésticas. Estes dados nos revelam que a maioria possuía uma tradição de trabalho agrícola.

De acordo com a pesquisa, 14 assentados vieram morar no assentamento motivados pelo desejo de possuir um pedaço de terra para sustentar a família. Somente 1 assentado veio morar no assentamento pelo fato da família já estar assentada.

A totalidade dos assentados entrevistados (15), reside no assentamento desde o ano de criação do assentamento, ou seja, desde o ano de 1996.

Ao serem perguntados porque apóiam o MST, a maioria dos assentados não líderes entrevistados, diz apoiar por admiração e dívida moral (9), 5 porque se identificam com a luta pela terra e acham justa a causa da reforma agrária e 1 não soube precisar o motivo.

Quanto ao relacionamento com os líderes do MST no assentamento, os entrevistados na sua maioria (7) o consideram bom, 1 assentado disse que é ótimo, 4 regular e 3 ruim.

BOXE Nº 6 - PERFIL DOS ASSENTADOS LÍDERES ENTREVISTADOS NO ASSENTAMENTO MASSANGANA III

- 1) **Idade:** entre 23 e 50 anos, sendo que 1 assentado líder possui 23 anos, 3 entre 39 e 46 anos, e 2 entre 48 e 50 anos.
- 2) **Local de nascimento:** Cruz do Espírito Santo-PB (1 assentado líder), Paulista-PE (1), Pilar-PB (1), Goiana-PE (1), Barra de Santa Rosa-PB (1), Santo Antônio da Platina-PR (1).
- 3) **Cidade que morava anteriormente:** Cruz do Espírito Santo-PB (1 assentado líder), Itambé-PE (2), João Pessoa-PB (1), Barra de Santa Rosa-PB (1), Santo Antônio da Platina-PR (1).
- 4) **Estado civil:** casado (5 assentados líderes), solteiro (1).
- 5) **Grau de escolaridade:** segundo grau completo (1 assentado líder), primeiro grau completo (2), primeiro grau incompleto (3).
- 6) **Ocupação anterior:** assalariado agrícola (3 assentados líderes), professor (1), agricultor (1), militante do MST (1).
- 7) **Motivo pelo qual veio morar no assentamento:** para possuir um pedaço de terra onde pudesse trabalhar para si e a família e prosperar (5 assentados líderes), por causa da família que já era assentada (1).
- 8) **Desde que ano é assentado:** 1996 (6 assentados líderes).
- 9) **Por que apóia o MST:** porque acha justa a causa da reforma agrária (4 assentados líderes), por admiração e dívida moral por ter conseguido a terra (2).
- 10) **Relacionamento com os assentados:** bom (1 assentado líder), regular (2), ruim (3).
- 11) **Quem o escolheu para ser líder:** foi indicado pelos assentados e aprovado em assembléia (5 assentados líderes), foi indicado pelos líderes do MST e aprovado em assembléia (1).

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005.

Os dados sobre a idade dos assentados líderes entrevistados em Massangana III revelam que estes possuem entre 23 e 50 anos, sendo que 1 possui 23 anos, 3 entre 39 e 46 e 2 entre 48 e 50 anos. Desta forma, constatamos que a maioria dos assentados líderes possui entre 39 e 50 anos. Isto mostra que a idade dos líderes é inferior a maioria dos assentados entrevistados.

Com relação ao local de nascimento dos líderes assentados, as entrevistas mostram que a metade dos assentados líderes (3) nasceu na Paraíba e a outra metade (3) em outros estados do Brasil.

Quanto à cidade em que moravam anteriormente, a metade respondeu que era proveniente de cidades do estado da Paraíba, sendo que a outra metade da liderança é proveniente de outras cidades fora do estado.

O estado civil da maioria dos entrevistados líderes é casado (5), e somente 1 é solteiro.

Quanto ao grau de escolaridade a pesquisa mostrou que, entre os assentados líderes, 1 possui o segundo grau completo, 2 o primeiro grau completo e, 3 não concluíram o primeiro grau. Estes dados mostram que o nível de escolaridade dos líderes é baixo neste assentamento.

Em relação à ocupação anterior, os dados da pesquisa revelam que 3 assentados líderes eram assalariados agrícolas, 1 agricultor, 1 professor e 1 militante do MST. Percebe-se então que a maioria dos assentados líderes possui tradição de trabalho agrícola.

Os dados da pesquisa nos mostram que os motivos de os entrevistados líderes virem morar no assentamento são em sua grande maioria (5), para possuir um pedaço de terra para plantar e viver com a família, e 1 veio residir por causa da família que já estava assentada.

Todos os assentados líderes residem no assentamento desde o ano de sua criação, ou seja, desde o ano de 1996.

Ao serem perguntados por que apoiavam o MST, os líderes alegaram em sua maioria (4), o fato de se identificarem e acharem justa a causa da reforma agrária defendida pelo movimento e, (2) por admiração e dívida moral por terem conseguido a terra.

Quanto ao relacionamento que os líderes mantêm com os assentados, somente 1 assentado líder o considerou bom, o restante (5), considera que o relacionamento varia de regular a ruim.

Os assentados líderes foram escolhidos em sua grande maioria (5), pelos assentados e aprovados em assembléia realizada no assentamento, sendo que 1 assentado líder foi indicado pelos líderes estaduais do MST e aprovado na assembléia.

6.2.2 Comparação entre os perfis dos assentados não líderes e líderes entrevistados no Assentamento Massangana III

Ao compararmos os perfis dos assentados não líderes e líderes de Massangana III nota-se que existem algumas diferenças e semelhanças que definem estes assentados.

Quanto à idade, notamos que os líderes estão numa faixa etária menor do que os assentados não líderes. A explicação para esta diferença de idade está em uma das orientações dadas pelo MST que privilegia (não excluindo os demais assentados) as pessoas mais jovens para a condução das táticas e estratégias nos assentamentos. A participação de líderes mais jovens está ligada ao trabalho feito pelo movimento em suas escolas nos acampamentos e assentamentos onde há um investimento massivo em educação. Nestes espaços, ensina-se a disciplina contra os valores burgueses da sociedade capitalista e onde estes são estimulados a participarem da mística que valoriza passagens históricas das revoluções comunistas com cenas heróicas protagonizadas por figuras como Ernesto Guevara La Sierna (Che Guevara).

Em relação ao local de nascimento a maioria dos assentados não líderes nasceu na Paraíba, já dos assentados líderes metade nasceu na Paraíba. Isto denota que o MST não possui líderes apenas locais e que muitos deles são deslocados de um estado para outro, principalmente para trocas de experiências.

Quanto ao estado civil, percebe-se que tanto não líderes e líderes em sua maioria são casados. Isto significa que nos assentamentos predomina na distribuição dos lotes, famílias constituídas (pai, mãe, filhos). Isto reforça a idéia de que nos assentamentos o MST tem dado prioridade à formação de uma agricultura familiar.

Quanto ao grau de escolaridade, nos dois segmentos, de não líderes e líderes, percebemos que é baixo. Isto surpreende porque geralmente espera-se que os líderes devam possuir um grau de escolaridade maior como é caso de outros assentamentos, pois estes exercem funções que exigem um grau de estudo formal maior e de conhecimentos em geral mais amplos, como, por exemplo, elaborar projetos.

Com relação à ocupação anterior, comparativamente, notamos que tanto assentados não líderes, quanto líderes, em sua maioria, possuem uma tradição de atividade agrícola anterior. Isto significa que a maioria dos entrevistados deste assentamento sempre esteve ligada à agricultura antes de ser assentada. Este fato contraria e desmente o que costumeiramente a mídia divulga sobre os sem terra, dizendo que a maioria destes nunca trabalhou na terra e que não tem conhecimentos de práticas agrícolas.

Tanto os assentados não líderes quanto os líderes, em sua maioria, vieram morar no assentamento pelo mesmo motivo, ou seja, possuir um pedaço de terra para plantar e sustentar a sua família. Isto denota um dos ideais camponeses presentes neste assentamento, ou seja, a garantia da reprodução familiar. Bem como demonstra a importância que deve ser atribuída ao MST, pois este é um movimento que através da luta organizada faz a reforma agrária proporcionando além da terra para plantar, a dignidade e a esperança de um futuro melhor para milhares de famílias de origem camponesa.

Todos os entrevistados não líderes e líderes vieram morar no assentamento desde a sua criação. Esta constatação é importante porque no caso destes entrevistados, todos tiveram um aprendizado coletivo dentro das idéias teórico-ideológicas do MST. Isto pode ser uma explicação para que não tenham desistido dos lotes, ao contrário de outros assentados não tão fortemente ligados à ideologia do movimento que já não mais residem no assentamento.

Quanto ao apoio ao MST, os assentados não líderes o justificam em sua maioria por admiração e dívida moral. Já a maioria dos assentados líderes apóia o MST pelo fato de se identificarem e acharem justa a causa da reforma agrária defendida pelo movimento. A

explicação para esta diferença de motivos está no fato de que os assentados líderes possuem uma afinidade ideológica maior em função de que participavam de atividades orgânicas do movimento ao contrário dos assentados não líderes.

No que diz respeito ao relacionamento entre assentados não líderes e líderes, de uma forma geral ambos os segmentos o classificam como regular e ruim. Esta péssima relação traduzida nas respostas dos assentados não líderes e líderes se deve, ao nosso ver à situação conjuntural que envolveu o fim da cooperativa, como veremos mais adiante.

Após as exposições acima dos perfis dos entrevistados não líderes e líderes do Assentamento Massangana III, e, da comparação entre ambos, apresentaremos a seguir uma tipologia das ações coletivas desenvolvidas neste assentamento.

6.3 OS TIPOS DE AÇÕES COLETIVAS DESENVOLVIDAS PELO MST EM MASSANGANA III

Para visualizarmos quais as ações coletivas que foram desenvolvidas, bem como para situá-las em cada período histórico específico, elaboramos uma tipologia destas ações produzidas e colocadas em prática no Assentamento Massangana III.

6.3.1 Período inicial

No período inicial do assentamento, ou seja, nos primeiros meses quando estavam assentados, houve ações coletivas na forma de troca de dias de serviço (ajuda mútua) apenas entre algumas famílias, o que o MST chama de “coletivo rudimentar”, onde cada grupo de três famílias trocava com outro grupo o trabalho de capina, roçado e organização do lote para o primeiro plantio. Isto era organizado pelos líderes estaduais do MST e os líderes do movimento no assentamento.

Estas ações geraram conseqüentemente a união de um grupo de 24 famílias que mais tarde fundaria a cooperativa. O restante das famílias do assentamento nunca mais praticou qualquer ação coletiva.

6.3.2 Ações coletivas no período da cooperativa (1999-2001)

6.3.2.1 *Ações coletivas no roçado de feijão e na produção de mudas de caju*

As ações coletivas que envolveram o plantio, a colheita e a comercialização de feijão e o plantio de mudas de caju para a venda foram todas feitas nos 7,5 ha de área destinados às tarefas de trabalho coletivo da cooperativa no Assentamento Massangana III. Estas ações coletivas eram discutidas anteriormente com todos os 24 sócios da cooperativa e coordenadas por quatro pessoas pertencentes cada uma a um dos quatro grupos de seis famílias. Não existia uma divisão do trabalho entre homens e mulheres, ou seja, às vezes participava dos grupos tanto um representante masculino como uma representante feminina das famílias sócias. O trabalho era feito durante cinco dias da semana sendo que cada dia trabalhava um grupo diferente por sorteio. Eram trabalhos em forma de mutirão.

6.3.3 Ações coletivas fora do assentamento

Destas ações somente os líderes do MST do assentamento e os sócios da cooperativa participavam. As principais ações de que participavam os líderes e os sócios da cooperativa eram referentes a participações em encontros estaduais do movimento, reuniões na sede do MST em João Pessoa, em ocupações e criação de outros assentamentos, e em invasões da sede do INCRA na capital do estado.

6.4 CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA EM MASSANGANA III

6.4.1 Primeira fase: a organização para a ocupação

A ocupação das terras de Massangana III⁶⁶ iniciou-se por intermédio do trabalho feito pelo MST nos municípios paraibanos de Cruz do Espírito Santo, Santa Rita, Sapé, Itambé e Pedras de Fogo. O movimento organizou, através de um trabalho de base, cerca de 60 famílias de trabalhadores desses municípios para ocupar a área no dia 18/05/1995. Muitos dos

⁶⁶ - O nome anterior da fazenda permaneceu depois da área virar assentamento.

trabalhadores eram cortadores de cana-de-açúcar na região, e outros eram desempregados e/ou faziam biscates nas cidades referidas e nunca tinham trabalhado no campo.

O imóvel pertencia à Usina Santana S/A, que foi declarada em falência pelo juiz de direito da Segunda Vara da Comarca de Santa Rita no ano de 1994. Além disso, segundo o documento do INCRA (1995), “o imóvel não vinha cumprindo satisfatoriamente os pressupostos básicos do Estatuto da Terra, tendo em vista que a empresa Santana, não convive harmonicamente, com os trabalhadores e suas respectivas famílias”. Portanto, a área foi declarada improdutiva. O dono, sabendo da situação, após a primeira ocupação, mandou semear mudas de cana-de-açúcar por 193 ha espalhadas pela fazenda, dando a impressão de que era produtiva. Isto provocou uma reação de protesto e indignação no MST, que de pronto ocupou a área novamente.

Após a ocupação, houve imediatamente um despejo realizado pela polícia militar, que obrigou as famílias a retornarem aos municípios de origem. Depois de cinco dias, as famílias foram até a sede do INCRA/PB onde ficaram quatro dias acampadas em frente ao prédio, solicitando providências quanto ao assentamento. O INCRA deslocou-as para um assentamento denominado Água Fria, no município de Mamanguape, onde permaneceram por oito meses. Passado esse período, reocuparam a área de Massangana III em 04/02/1996, instalando-se no “Mato de Eucaliptos” à beira da BR-230 (nome dado pelos trabalhadores ao único espaço com mato no assentamento), onde resistiram à ação de despejo até receberem a emissão de posse em 25/05/1996. Esta foi dada depois da inspeção do INCRA na área e da constatação de que a fazenda era improdutiva, tendo em vista que menos de um terço da terra era explorada. Isso aconteceu um ano e sete dias após a primeira ocupação.

Às sessenta famílias que inicialmente ocuparam a área somaram-se mais quarenta famílias de moradores que residiam em Massangana III. No entanto, o INCRA, achando que a área era muito grande para apenas cem famílias, encampou mais trinta e uma de um outro acampamento próximo ao assentamento, totalizando 131 famílias assentadas.

A maior parte das sessenta famílias que participaram diretamente da luta para a conquista da terra não tinha prática de militância em movimento social. Alguns trabalhadores rurais sentiram-se até enganados pelo Movimento Sem Terra quando da ocupação, porque este prometia um pedaço de terra, mas não falava o quanto era difícil a sua obtenção, como bem relata o assentado abaixo:

Cheguei por aqui, não tinha nada do que prometeram. Fiquemo na chuva, no sereno com tudo. Ai arrumei uma lona, fiz minha barraca, ai

fui buscá a minha família prá morá na barraca. Outro dia foi um despejo brabo, Virgem Maria, um monte de menino correndo... passsemo uns dia no INCRA e disseram que iam dá a terra (Lauro, assentado de Massangana III).

Durante este período, houve muitas dificuldades entre os trabalhadores para conviverem juntos, as condições sanitárias eram péssimas e, principalmente, havia muito medo que ocorresse violência policial contra eles.

A grande lição que ficou da época do acampamento foi a experiência da luta e a certeza de que sem ela nada se consegue. Esta constatação pode ser vista no seguinte depoimento: “Até que foi bom, não me arrependi do que fiz. Já fizemo nossa casinha já, pra quem não tinha mais nada...” (Lauro, assentado de Massangana III). Entre outras coisas, ficou expresso o sentimento de irmandade e de união durante o estágio de pré-assentamento. De certa forma esse sentimento é característico do processo de acampamento, onde todos compartilham as mesmas necessidades e sentem os mesmos problemas. “Na fase de sem terra as diferentes categorias de trabalhadores rurais se homogeneizam, pressupondo identidade de interesses e vontade comum para a ação política que empreendem” (ZIMMERMANN, 1989:03).

Segundo depoimentos dos assentados, o MST contribuiu muito para a união dos trabalhadores durante o acampamento. O movimento promovia discussões e falava da necessidade de manterem-se unidos antes e depois do assentamento. Nessa etapa da luta, o movimento organizou uma coordenação no acampamento, composta de 6 membros⁶⁷, que tinha como função manter os trabalhadores unidos, organizar a segurança, informar os órgãos de comunicação e, fundamentalmente, participar como representante dos acampados nas negociações com o INCRA. A escolha dos coordenadores foi feita pelas próprias famílias que ali se encontravam acampadas. Para a maioria dos assentados, o MST foi muito importante para que pudessem acessar a terra, como denota o depoimento seguinte:

Eu vou dizer, se não fosse o MST, eu não tava aqui não. Eu vou dizer, se não fosse o MST, eu não tinha saído de onde eu vim. Por minha conta eu não vinha. Eu não ia arriscá ficá numa fazenda dessa arriscado a levá um tiro, o cabu sozinho... Tem que vim com uma arruma né (Adelino, líder de Massangana III).

⁶⁷ - Esses seis membros escolhidos para coordenar o acampamento eram pessoas que já tinham militado esporadicamente junto ao MST.

Outra questão importante desse período, que merece destaque, foi o apoio dos moradores da fazenda aos acampados. Eles ajudaram na estruturação logística, dando alimentos, água, etc. A única ressalva foi com relação ao engajamento na luta. As quarenta famílias que residiam na área só aderiram de fato ao processo após a desapropriação. Isto se explica por já estarem numa situação mais “cômoda”, que no mínimo lhes garantia a sobrevivência, pois possuíam um lote de mais ou menos 6 ha cada um para plantar na fazenda⁶⁸. A outra explicação é simples. Não tinham experiência de participação em movimento social. No entanto, quando houve a oportunidade de assegurar a posse legal de um lote de terra, reivindicaram suas participações. “Eu já era morador e quando o povo chegaram, eu morava aqui no assentamento, e quando desapropriou eu engajei também no meio do pessoal” (Pedrosa, assentado de Massangana III).

De certa forma, os antigos moradores não tinham como se engajar na luta, pois eram empregados da fazenda. Dependiam da terra que plantavam para viver, além de terem o compromisso de pagar o foro. Portanto, receavam sofrer represálias por parte do dono. Outro motivo do seu não engajamento foi a inexistência de um trabalho de base do MST com eles pela dificuldade de contato e acesso a estes.

Vários antigos moradores preocupavam-se muito com seu destino quando da ocupação final. Uma das preocupações foi com o emprego, caso as famílias dos ocupantes conquistassem definitivamente a terra. Eles (é claro) não sabiam que, como moradores, tinham prioridade em ficar na área de acordo com o INCRA. Eles já possuíam benfeitorias (casas de taipa, hortas, etc), o que facilitaria num primeiro momento as suas permanências. Decidiram ficar no pedaço de chão que já trabalhavam, caso contrário, a outra opção era não ter para onde ir.

Eu morava aqui, né, então foi no tempo que o pessoal quer dizê que invadiu né, teve invasão de terra então é claro que eu nascido e criado aqui não ia ficá de fora. Eu ia prá onde? Tinha que fica aqui mesmo. Não tinha pra onde í, pensei aqui mesmo vou morrê (Jairo, assentado de Massangana III).

Com a desapropriação da área, as famílias assentadas depararam-se com uma nova realidade a ser construída. A coordenação do acampamento permaneceu como organizadora

⁶⁸ - Os moradores que estavam na área arrendavam lotes da fazenda, em média de 6 ha, que pagavam com foro ao dono da fazenda.

das primeiras ações por 15 dias. Nessa etapa, iniciaram-se as discussões para se fundar a primeira organização formal do assentamento: a associação.

Do período de fundação do Assentamento Massangana III até o período da pesquisa de campo no ano de 2005, muitas transformações ocorreram neste assentamento. Entre elas destacamos como principal a extinção da Cooperativa de Produção Agropecuária de Massangana III (COOPRAMA), ligada e dirigida pelo MST e que produzia ações coletivas neste assentamento.

Para entendermos os processos atuais de produção e/ou ruptura na produção de ações coletivas neste assentamento precisamos entender como foram construídas as ações coletivas anteriores ao período da pesquisa e as contradições inerentes a este período.

6.4.2 A criação das primeiras organizações e os conflitos iniciais

Nos primeiros meses de assentamento, os assentados, ainda sob a coordenação dos líderes que coordenaram o acampamento, criaram, por influência tanto do INCRA como do MST, a Associação dos Produtores Rurais de Massangana III. Após a fundação, houve eleições para compor a primeira diretoria, sendo que se apresentaram duas chapas concorrentes. De um lado a chapa representando os interesses do MST e de outro a chapa representando os interesses do INCRA. A vencedora da eleição foi a chapa que representava os interesses do MST.

Inicialmente o mandato da diretoria, previsto pelo estatuto, era de três anos, mas posteriormente um acerto informal foi feito para que a primeira diretoria fosse renovada depois do segundo ano de condução. Este acerto deu-se em função de os assentados compreenderem que a primeira diretoria deveria dirigir a entidade na forma de um primeiro teste, e que para isso dois anos seriam suficientes.

No entanto, problemas políticos começaram a aparecer na entidade já no primeiro ano de direção fazendo com que o presidente e o vice renunciassem, assumindo o tesoureiro da instituição. A causa imediata foi política, pois havia um descompasso entre o presidente e o vice, que representavam os interesses ideológicos do MST e o tesoureiro que não concordava com estas propostas.

Segundo Heleno, que foi o primeiro presidente da associação, a principal causa dos problemas políticos iniciais na associação foi a não aceitação da proposta do trabalho coletivo. “Nas assembleia, eu propunha um trabalho coletivo e apenas umas 30 família

aceitava e o resto dizia que não ia dar certo” (Heleno, líder de Massangana III). Realmente o que se detectou foi que a grande luta do ex-presidente era em favor da implantação do trabalho coletivo nos moldes das Cooperativas de Produção Agropecuária do MST, coisa que a grande maioria não aceitava.

Um dos problemas levantados pelos assentados para a não aceitação desta proposta mais vinculada a trabalhos coletivos no assentamento está ligado à falta de criação de uma consciência coletiva, anterior a ocupação.

Esta mentalidade prá cá no Nordeste assim ela é muito difícil. Eu sei que lá pro Sul isso aí é mais usado, se trabalha mais assim, agora prá cá no Nordeste existe muito mais dificuldade. Aqui nunca foi trabalhado isso com as pessoas então quando joga aquilo na cabeça da pessoa é como se fosse assim um choque, sabe, não houve interesse de trabalhá isso com o pessoal cedo antes de se agrupá (Lauro, assentado de Massangana III).

A expressão do assentado quando se refere ao trabalho coletivo, proposto pelo movimento como “um choque”, se justifica em função da cultura camponesa do Nordeste, caracterizada pela cultura individual familiar no trabalho agrícola.

É importante notar que já na gênese da Associação começam a aparecer diversas dificuldades para a implantação da ação coletiva. Isto pode ser explicado pela trajetória anterior das famílias, que não tinham uma história de participação deste tipo e isto inclusive foi marcante até nas participações dos assentados nas primeiras assembléias, que era mínima. Para o técnico do MST no assentamento neste período, as ações coletivas não se implementaram porque segundo ele a causa principal é a origem dos assentados.

A individualidade no assentamento tornou-se muito forte, primeiro pela origem do pessoal, grande parte são cortadores de cana, então são pessoas que tão pra ser mandadas, infelizmente é assim, não tem auto-estima, autonomia pra resolver os problemas que têm (Técnico de Massangana III).

Para nós este depoimento do técnico reflete uma postura militante que estigmatiza aqueles assentados que não participam de ações coletivas devido às suas origens. A origem por si só não explicaria a não participação destes, o problema para nós é a orientação política do MST, que não compreende as trajetórias sócio-históricas e cultural dos assentados.

Mesmo assim, durante um curto período quando entraram no assentamento, algumas famílias trocaram dias de serviço como forma de organizar os lotes para o primeiro plantio.

Esta experiência durou apenas três meses, após isto, todos voltaram a trabalhar cada um por si, novamente. Segundo o líder Heleno, esta curta experiência de trocas de dias de serviço foi a base a partir da qual, no período seguinte, quase as mesmas famílias se juntaram para formar a cooperativa.

Sendo assim, com a mudança de direção na associação, mudaram-se também as posturas. O novo presidente (ex-tesoureiro) comportou-se como um capataz do assentamento⁶⁹, privilegiando com favores os membros da diretoria e provocando um distanciamento quase que total entre os assentados e a direção da associação além de romper com o MST estadual e local (líderes do assentamento). A prática da ameaça e da violência foi outro artifício usado pelo novo presidente para manter-se no poder. No caso, o privilégio dado aos membros da diretoria passou pela confecção de projetos de investimento antes dos outros assentados, bem como o atendimento de transporte e utilização do trator que fazia parte da associação. O rompimento com o MST era favorável para o novo presidente, pois assim poderia exercer a delegação de poder sem a tutela do movimento.

Paralelo a estes acontecimentos, o MST procura se organizar através de seus líderes no assentamento e funda uma nova organização que pudesse colocar em prática a idéia de produção de ações coletivas. Neste sentido, o novo grupo que se formou em decorrência da fragmentação da diretoria da associação solicitou em assembléia da associação no dia 13 de maio de 1998, uma parte da área de terra coletiva do assentamento para desenvolver grupos de trabalho coletivo.

Neste sentido, este grupo dissidente consegue através de um acordo a metade da área coletiva do assentamento, ou seja, 7,5 ha que seria destinada dali pra frente a atividades somente coletivas. Foi dessa forma que no dia 11 de junho de 1998, fundou-se a Cooperativa de Produção Agropecuária de Massangana III (COOPRAMA) com trinta e uma famílias associadas.

Com a saída das 31 famílias da associação a coesão social que os assentados esperavam desta, não foi correspondida tendo em vista a prática social do presidente. A associação manteve-se apenas com uma interlocução com o INCRA para obter vantagens materiais. Nesse sentido, não se revelou uma representante do grupo que supunha defender.

A nova organização, ao contrário, tinha no MST sua principal referência. Já no início teve algumas desistências, no caso 7 famílias que não acreditaram na cooperação pelo motivo da descrença na organização coletiva devido à tentativa anterior com a associação que foi

⁶⁹ - Esta postura de capataz assumida pelo novo presidente não foge de suas origens, já que antes de ser assentado o mesmo exercia esta função numa outra propriedade em que trabalhava.

muito marcada por desapontamentos e desilusões. Estas sete famílias se individualizaram, ou seja, não ficaram nem na associação e nem na cooperativa.

Para o novo grupo, o rompimento com a associação se explicou por dois motivos fundamentais: queria fomentar o trabalho coletivo, coisa que o outro grupo das cem famílias não queria e, ainda, queria melhorar a qualidade de vida pelo trabalho em conjunto. Para isso, a associação representava um estacionamento neste processo.

Para o MST a criação de uma CPA em Massangana III despontava, como os próprios documentos do movimento dizem, como uma forma superior de organização da produção baseada em princípios de organicidade e de contraposição ao sistema capitalista.

As estratégias da nova organização montada pelo MST centraram-se em duas frentes de produção: a dos lotes individuais nas quais as sobras dos sócios eram comercializadas e a do trabalho na área coletiva.

Em termos de resultados econômicos até o ano de 2000, a cooperativa ainda não tinha desempenhado um papel que se mostrasse diferente comparando com a associação. No entanto, vários projetos tinham sido elaborados no intuito de garantir a construção de um galpão às margens da rodovia BR-230 e a compra de um caminhão.

O que havia de bastante positivo até este período foi a integração entre os sócios da cooperativa e um avanço em termos de aprendizado no trabalho coletivo que favoreceu os trabalhadores de forma a promover mais diálogo e inovação em termos da produção, o que possibilitou novas fases de aprendizagem coletiva após um salto qualitativo.

Quanto ao funcionamento da cooperativa, a relação entre os coordenadores e os demais cooperados até o ano de 2001 foi muito boa. Segundo os cooperados nas assembléias não havia brigas ou conflitos, somente dúvidas por parte dos sócios sobre o funcionamento da cooperativa. O problema segundo alguns assentados sócios apenas residia em como entender a organização burocrática de funcionamento da mesma.

Por outro lado, a associação seguiu com cem famílias sócias, tutelando estas, de forma paternalista e com favores que foram desde o uso de máquinas até a confecção de projetos a aqueles que apoiavam o presidente. Portanto, mantendo uma relação social fechada limitando a participação das pessoas e garantindo ao quadro administrativo o exercício da direção em função da ação de um quadro legítimo em virtude do poder concedido, referindo-se à realização de uma ordem vigente e controlando a ação dos participantes de uma forma impositiva.

6.4.3 Novas práticas sociais: a produção da ação coletiva na cooperativa

Como afirmamos anteriormente, as cem famílias que continuaram sócias da associação do Assentamento Massangana III permaneceram tuteladas pela direção da entidade que os representava e não desenvolveram ação coletiva. As práticas na associação se reduziram à aceitação de tudo o que o presidente decidia e a um individualismo entre os assentados, em que cada família produzia no seu lote sem haver interlocução entre seus possíveis interesses.

A única possibilidade de intervenção e participação direta dos sócios da associação era nas assembléias e, mesmo assim, nestas, ninguém podia “abrir a boca”, sob ameaça de ficar sem acesso a projetos ou de ser agredido.

Nas reuniões só tem briga rapaiz, tem um cara aí que dá de facçãozada no povo, dá empurrão, o povo não procura seus direitos e daí eles pegam e batem na cara dos trabalhadores (Melo, assentado de Massangana III).

Esta forma autoritária de conduzir a associação construiu uma imagem de uma representação negativa da entidade. Isto teve reflexos também na representação dos sócios quanto ao trabalho coletivo. A partir do momento que o presidente se isola dos sócios, dá a entender que ninguém é unido e tudo se decide apenas por algumas pessoas.

Na cooperativa, ao contrário, as 24 famílias sócias passam a desenvolver uma nova dinâmica de relacionamento no assentamento. A aprendizagem coletiva que tiveram durante a fase de acampamento e também durante a fase de rompimento com a associação propiciou forjar uma experiência coletiva na prática, demonstrando que a apreensão de novos conhecimentos só se deu de fato por meio de situações conflituosas, que favoreceram experiências práticas de união e solidariedade, como também de organização e de tomada de decisão.

O líder Heleno, ex-presidente da associação, que vai ser o grande responsável pelas novas práticas sociais em torno da produção de ações coletivas, assume a coordenação geral da cooperativa e passa a fazer valer os ideais teórico-ideológicos do MST. Quer dizer, Heleno como um líder do MST no assentamento, encontra neste pequeno grupo de 24 famílias a possibilidade concreta de afinidade e aceitação dos ideais do movimento. Neste sentido, sobre a importância de produzir ações coletivas este líder afirma que:

Aqui em Massangana III até hoje, eu acredito que o individualismo não levou ninguém a lugar nenhum. Tanto que tá aí a prova, nós peguemo

dois custeio individual e não conseguimos pagá... e a única saída pro pequeno é trabalhar em coletivo (Heleno, líder de Massangana III).

Da mesma forma, Heleno vai ser o referencial de liderança para o MST no assentamento, pois ele será o responsável e o indicado para participar de reuniões, organizar os assentados para participar dos encontros do MST no estado e o principal articulador do movimento no assentamento. Inclusive, foi o líder escolhido para ajudar o movimento em outras ocupações, como foi o caso da ocupação do hoje Assentamento Mandacaru no município de Sumé no Cariri Paraibano.

Na época do início da cooperativa eu participei por indicação do MST, da ocupação de uma fazenda em Sumé... é hoje Mandacaru o assentamento. Eu ajudei a levá o pessoal no caminhão pra entrá na fazenda e ficá unido pro despejo que teve. Fiquei três dia por lá ajudando o povo se organizá até vim o pessoal da coordenação estadual (Heleno, líder de Massangana III).

Nota-se que o principal líder do MST em Massangana III foi Heleno, pois sempre se destacou como um defensor do MST, desde sua militância anterior no estado de Pernambuco, experiência esta que lhe deu suporte para se sobressair no papel de líder.

Depois de criada a cooperativa, a decisão das propostas e encaminhamentos feitos mudou muito com relação à associação em que tudo era decidido pelo presidente. As próprias regras de convivência foram mudadas segundo Heleno.

Às vezes tinha algum atrito na associação e quando nós trouxe o pessoal prá cooperativa a gente pediu que alguns vícios ficassem de fora. Pra pessoa tomar uma cachacinha tem que tomar limitado, passar a noite fora, briga no assentamento, etc, a gente não permitia essas coisa pra não atrasá o processo (Heleno, líder de Massangana III).

A partir desta relação mais democrática no relacionamento interno entre os sócios da cooperativa, as ações coletivas começaram a acontecer mesmo sem visualizarem grandes possibilidades de obtenção de lucros em curto prazo. Isto porque as famílias continuaram a trabalhar nos seus lotes de forma individualizada e apenas dedicavam-se a dividir o trabalho nas 7,5 ha da área coletiva. A idéia do MST era começar um trabalho coletivo sem “ferir” de certa forma a propriedade individual, a autonomia camponesa e/ou familiar, e, aos poucos ir convencendo as famílias de que a perspectiva futura era coletivizar todos os lotes.

Desta forma, as famílias se organizaram para produzirem feijão, colhendo já na primeira safra em 1999, 500 kg, que foram destinados à venda nas feiras locais de cidades

próximas. O lucro não foi dividido, mas empregado na compra de insumos e materiais necessários para o próximo plantio. Num segundo momento, dedicaram-se a produzir mudas de caju para vender nas feiras⁷⁰.

Na verdade, a forma de participação inicial na cooperativa foi mais no intuito de ambientar as famílias ao trabalho coletivo e fomentar a produção de outras ações coletivas. O lucro nas atividades agrícolas era considerado como algo secundário. Isso porque a idéia dos líderes do MST estava principalmente dirigida para a socialização dos meios de produção e não se davam conta de que precisavam produzir resultados concretos, pois trabalhar “só por amizade” poderia comprometer a situação de continuidade de exercício de ações coletivas para o futuro.

As famílias sentiam-se primeiramente muito animadas com o trabalho coletivo e com a possibilidade de prosperarem, tanto é que apostavam que no futuro pagariam suas dívidas e prosperariam economicamente. Depoimentos⁷¹ que colhemos da época de funcionamento da cooperativa mostram bem esta visão:

Eu pensava no futuro porque se o caba não pensa no futuro o caba vai só pra baixo. E na cooperativa tem futuro. O futuro é pra gente podê paga o que tá devendo e trabalhando em conjunto. De outra maneira não tem não (Robinson, assentado de Massangana III).

A fala acima mostra como os sócios compreendiam a cooperativa e as ações coletivas produzidas por ela, ou seja, não viam nada como experimental e sim com o desejo profundo de melhorarem de vida.

Neste sentido, perguntados na época como eram decididos as ações coletivas e os encaminhamentos das práticas destas ações, os assentados sócios da cooperativa responderam que:

Tudo é na reunião, na assembléia né (Silvia, assentada de Massangana III).

Eles explica tudo né, faz estudo com a gente, é tudo eles aqui porque a gente não entende nada de cooperativa ainda (Mirta, assentada de Massangana III).

⁷⁰ - Sobre os lucros da venda das mudas de caju, aliás, a única atividade que realmente rendeu lucros na cooperativa, trataremos de apresentá-la em outra parte do texto onde mostraremos as discontinuidades na produção da ação coletiva em Massangana III.

⁷¹ - Durante o ano de 1999 e 2000 realizamos uma pesquisa sobre ações coletivas nas organizações existentes em Massangana III que resultou no livro intitulado: “Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais”, publicado no ano de 2003.

Toda vez que tem reunião a gente vai. Tem um negócio pra fazer a gente vai. O que eu posso lhe dizer é isso mesmo (Rogério, assentado de Massangana III).

Os depoimentos acima mostram que existia um relacionamento estável entre líderes e assentados na cooperativa e que tudo caminhava para ter um “final feliz”. Para os assentados a questão era mudar de vida, prosperar. Para os líderes, era produzir visões e/ou representações socialistas nos sócios e mostrar que trabalhar coletivamente seria a saída para os problemas de todos, pelo menos no futuro um dia seria. Aí que residiu o equívoco dos líderes do MST.

As relações entre os líderes e assentados na produção de ações coletivas até 2001 eram democráticas, tudo se resolvia no diálogo e não havia reclamação por parte dos sócios da cooperativa de que algo era imposto. Mas nada havia mudado em termos econômicos para os assentados até aquela data. Alguns assentados perguntados na época sobre os resultados econômicos da prática de ações coletivas na cooperativa diziam:

O resultado ainda a gente não viu. Mas pra mim tá melhor que antes sabe (Rogério, assentado de Massangana III).

De início a gente tá achando que vai dá certo né, até agora não teve muito benefício porque é nova, começou agora pouco (Pedrosa, assentado de Massangana III).

Rapaiz eu quero ficar melhor. Rapaiz tudo depende da gente e do trabalho tudo em coletivo pra vê se leva pra frente (Jairo, assentado de Massangana III).

Nota-se, pelos depoimentos, que todos estavam esperançosos em melhorar de vida fazendo parte de ações coletivas. No entanto, a desunião começa a aparecer no final do ano de 2001, como veremos a seguir.

6.4.4 O rompimento na produção de ações coletivas

O ano de 2001 foi decisivo na ruptura da produção de ações coletivas em Massangana III e no fim da COOPRAMA. O grupo de famílias pertencentes à cooperativa tinha tudo para dar prosseguimento e ampliar as ações que poderiam influenciar e contagiar os demais assentados que estavam na associação e que viviam individualizados e subjugados por um

poder autoritário de uma administração do tipo mandonista e coronelística. No entanto, o grupo rompe-se abruptamente.

As entrevistas denotaram diversas causas apontadas para o fim da cooperativa e conseqüentemente das ações coletivas que estavam se desenvolvendo e se gestando no assentamento. Pelo lado dos líderes do MST no assentamento, as explicações foram as seguintes:

Esta cooperativa não existe mais porque o presidente dela era uma pessoa que ele não tinha visão de vê a cooperativa crescer. Por sinal eu me baseio assim de gente que é forasteiro do meio do mundo não se une a ele. Não se une porque ele não tem visão. Quem tá dentro da área a tendência daquela pessoa é trabalhar e crescer, mas quem é ambulante que vive acolá, aquilo ali não tá pensando em crescer não. Passa 5 anos aqui e passa 5 no Recife vai pra São Paulo passa 10 anos lá, não tá pensando em crescer não. Então é o mal do presidente daqui (Adelino, líder de Massangana III).

É falta de interesse mesmo e dinheiro porque o pessoal achava que trabalhando coletivamente ia inricá e outros achava que era trabalho escravo né, porque cada um quer ser livre né, e as pessoas que trabalham coletivo é obrigação e tem que cumprir aquilo ali, então o pessoal acha só porque tá na área de assentamento não deve satisfação a ninguém, então não quer ter compromisso acaba saindo fora (Helena, líder de Massangana III).

Rapaiz é o tipo de coisa, às vez um se desgosta e aí fica fazendo... e aqui no assentamento existe uma metade das pessoas que não gosta do movimento e aí ficam dizendo "vocês ficam trabalhando prá cooperativa não tem futuro, aí quem tem futuro é só o presidente, o pessoal do MST" e daí começa um vai levando fora e vai tirando os outros né (Bino, líder de Massangana III).

Pelo visto, nas entrevistas dos líderes há um conflito nas explicações do fim da cooperativa e das ações coletivas. Talvez a explicação plausível para este conflito entre os líderes resida na aplicação feita do dinheiro que ganharam da venda de mudas de caju. Foram vendidas 84 mil mudas de caju produzidas pelo coletivo na área destinada para este fim. Estas mudas renderam 44 mil reais para a cooperativa, dos quais 10 mil reais foram destinados para investimento, 30 mil reais foram para a compra de um caminhão, e o que sobrou, ou seja, 4 mil reais foram divididos entre todas as famílias sócias.

Até aí tudo normal se não fosse o incidente criado pelo favorecimento da filha do presidente da cooperativa (que também é assentada hoje). No caso, este passou autoritariamente um lote que era da cooperativa para o nome da filha com o argumento de que esta ajudava nos trabalhos coletivos e tinha direito a este lote. No entanto, verificamos através

da pesquisa que na verdade sua filha não era sócia da cooperativa, sendo apenas sua dependente e, portanto, não possuía os mesmos direitos dos sócios.

Outro agravante foi a venda do caminhão que tinham adquirido. Ao dividir o dinheiro da venda deste entre os sócios, o presidente, considerando que sua filha havia trabalhado mais que os sócios da cooperativa, novamente agiu de forma arbitrária, e na divisão do dinheiro destinou para esta uma quantia maior do que aos sócios, dando a ela 1.500 reais da venda que foi feita por 24 mil reais, enquanto os sócios receberam em torno de 930 reais. No caso, o presidente alegou que sua filha não teria recebido nenhum benefício financeiro anterior por ter participado dos trabalhos coletivos, no entanto novamente esqueceu-se de que ela não tinha direito nenhum, pois não era sócia da cooperativa. Segundo um dos líderes a causa final da cisão do grupo foi essa, como pode ser constatado em sua fala:

Aí tem um lote na cooperativa que tinha que botar no nome de alguém e aí botaram no nome da filha dele (Heleno) e aí na hora que vendemo o caminhão ele disse assim ói, o projeto de minha filha não teve retorno, e ela não vai ficá prejudicada por causa de vocês não, eu vou tirá o dinheiro do caminhão e vou dá a ela. E aí eu disse o que o caminhão tem a vê com a dívida dela? Dai ele disse eu não quero saber não, eu quero saber que eu vou tirá, pois quem tá com o dinheiro na mão sou eu. E aí pegou 1.500 reais e disse isso aqui é teu minha filha e o resto que ficou das muda de cajueiro o dinheiro ficou na conta da cooperativa também porque foi gastado tudo e não foi feito as planta da gente, e aí no outro ano nada chegou (Adelino, líder de Massangana III).

Para os sócios assentados a causa do fim da cooperativa e conseqüentemente das ações coletivas foram:

Rapaiz eu vô fica calado. Mas sabe por que acabou? Porque nós tava com investimento aí nós já tinha comprado caminhão, mas teve um companheiro que foi se desgostando e disse eu vô querê minha parte e vou sair. E a partir dai foi afracando e o chefe dava o total e aí fumo enfracando mesmo (Nicácio, assentado de Massangana III).

Porque é como eu lhe disse né, ambição deles mesmo (líderes), um queria ser mais que o outro e foi por isso que acabou (Robinson, assentado de Massangana III).

Ah, foi desunião mesmo e eles não quis mais porque foi desviando (Beti, assentada de Massangana III).

Os depoimentos dos assentados, e ex-sócios da cooperativa reforçam, em parte, a tese do líder Adelino, pois alguns denunciam que o fim da cooperativa e das ações coletivas no assentamento deu-se por corrupção e desvio de dinheiro.

A partir das várias interpretações de líderes e assentados, a explicação mais recorrente para o fim das ações coletivas em Massangana III está ligada intimamente à má administração da cooperativa que ficou praticamente nas mãos do tesoureiro e do presidente e ao baixo retorno financeiro, pois os sócios esperavam lucros rápidos e mudança de vida também rápida. Outra causa possível, é que o presidente que já era um líder do MST antigo e que tinha um bom aprendizado e uma boa retórica em suas falas, acabou concentrando o poder em suas mãos e a partir disso, começou a tomar decisões sozinho e a favorecer seus parentes no assentamento.

No entanto, cabe salientar que o presidente da cooperativa tem uma “boa visão empresarial da agricultura”, visto que hoje em Massangana III ele é o assentado, aparentemente, com melhores condições de vida, pois, além de seu lote, arrenda mais sete lotes de outros assentados e ainda emprega nos tempos de produção em torno de uns vinte assentados pagando-lhes como diaristas. Além disso, possui um mini-mercado no assentamento.

O que nos chama a atenção neste embaraço todo causado pelo fim do que o MST apostava que seria o exemplo de assentamento e de ações coletivas desenvolvidas na região do Brejo Paraibano, foi o fato de que o movimento não interviu numa possível reorganização da cooperativa, o que só veio a favorecer o presidente da cooperativa, pois esta posição tomada pelo MST deu o aval definitivo para as atitudes deste líder. Neste sentido, alguns líderes estaduais quando perguntados sobre o fim da cooperativa e das ações coletivas em Massangana III, sempre se mostraram favoráveis a este líder que para eles “é muito esperto e inteligente”.

Sob nosso ponto de vista, pelo perfil dos assentados de Massangana III, nota-se que não são predispostos ao trabalho coletivo da forma como o MST queria implantar. Para nós o trabalho coletivo e o desenvolvimento de ações coletivas neste assentamento só será possível via um trabalho de educação para o coletivo. Isto está claro até para os assentados que se dizem abandonados pelo MST e que nas falas dizem que “particularmente no coletivo aqui onde eu moro não funciona. Porque só se tiver um trabalho para capacitar os trabalhadores, tiver um trabalho de educação de como trabalhar no coletivo” (Ronaldo, assentado de Massangana III).

Ainda, o assentado Ronaldo diz algo importante sobre isso quando afirma que “o movimento não aplicou no coletivo quando fundou o assentamento, aí todo mundo só sabia o que era individualismo”.

Além disso, pensamos que, quando o movimento através de seus líderes internos teve a chance de realizar um trabalho coletivo e produzir ações coletivas, estas foram interrompidas por disputa de poder⁷², má administração, favorecimentos e perda de confiança dos assentados nos líderes do MST.

6.4.5 As motivações dos assentados não líderes e líderes para as ações coletivas

Para os assentados que participaram das ações coletivas desenvolvidas em Massangana III, resta uma esperança de que um dia possam voltar a realizar ações coletivas e se organizarem em busca de ideais comunitários que favoreçam a todas as famílias assentadas. Todos sabem que sozinho é muito difícil prosperar com um lote pequeno, falta de infra-estrutura, falta de investimento, entre outras carências. Para alguns assentados, o saldo da experiência em ações coletivas dos quais participaram no assentamento foi negativo, para outros foi de aprendizado e esperança, como podemos perceber nos depoimentos seguintes:

Pra mim não. Porque só dá inveja e ambição. Eu acho que o povo pobre não pode ver o cara com nada, é muita inveja, o caba tendo as coisa o outro já vai dizê que tá roubando, não dá certo não (Robinson, assentado de Massangana III).

Trabalhando individual como é meu caso agora, a gente bota o roçado, a gente vende aonde quer, vende a quem quer, não tem ninguém pra... (Melo, assentado de Massangana III).

O pessoal não acredita mais que se juntando resolve o problema (Tarik, assentado de Massangana III).

Aqui é tudo farinha do mesmo saco, prometeram uma coisa e fizeram igualzinho aos outro (Nicácio, assentado de Massangana III).

Sozinho não se consegue nada e com mais gente a coisa vai mais pra frente (Beti, assentada de Massangana III).

⁷² - As disputas de poder se deram basicamente entre dirigentes da cooperativa (tesoureiro e presidente) sobre a aplicação e gestão do dinheiro da entidade.

Porque a pessoa sozinha para produzir é mais difícil e junto facilita as compra dos insumo, comercialização dos produto, a gente vende em quantidade, facilita tudo (Ronaldo, assentado de Massangana III).

Pelo visto, nestes depoimentos dos assentados, na interpretação que possuem das ações coletivas de que participaram, fica claro para alguns que com o isolamento será difícil prosperar. Outros não querem ouvir falar em ações coletivas e acreditam que os pobres, como falam, não podem ver outros pobres prosperarem e desta forma pensam que “se alguém prospera numa atividade coletiva, a inveja acaba derrubando tudo que é produzido de bom por estas ações”, como disse o assentado Robinson. Outros ainda perderam a esperança, porque viam nos líderes do MST uma idoneidade inquestionável e com o tempo viram que não eram em quase nada diferentes dos líderes da associação.

Por outro lado, alguns líderes pensam que as ações coletivas são importantes, pois, entre outras coisas, aprenderam muito durante este período com cursos internos no assentamento organizados pelo MST. Outros já não acreditam em mais nada que possa se relacionar a trabalho coletivo em Massangana III e são céticos quanto ao assunto. Tais opiniões podem ser vistas nos depoimentos abaixo:

Olha tudo que eu sei em termos de planejamento foi através dos curso da cooperativa. Como administrar melhor, como ser mais humano. Como falar com as pessoas, em tudo né (Helena, líder de Massangana III).

Ave Maria, eu gosto até hoje muito porque foi a coisa que eu me identifiquei bastante (Maria, líder de Massangana III).

Achava bom né e não tinha discordância porque era tipo duma união de várias pessoas pra trabalhá junto (Bino, líder de Massangana III).

Aqui vai se difícil ter trabalho coletivo de novo, do jeito que foi ninguém mais acredita (Adelino, líder em Massangana III).

Ação coletiva aqui de novo não vai ser fácil (Telson, líder de Massangana III).

A afirmação do líder Adelino se concretizou de fato em Massangana III, pois depois que fechou a cooperativa, todas as famílias voltaram a filiar-se na associação e nunca mais a partir de 2001 houve sequer uma tentativa de criar qualquer ação coletiva no assentamento. Mais recentemente, no final de nossa pesquisa de campo no ano de 2005, o MST e seus líderes internos estavam articulando uma chapa para derrotar o atual presidente da associação

que tinha se perpetuado no poder junto com a mesma diretoria, apenas se revezando nos cargos.

Em geral pela visão dos líderes só será possível desenvolver ações coletivas se estas forem repensadas em função de outras estratégias que descartem a centralização do poder que fez com que as antigas ações não tivessem continuidade.

Para nós, em Massangana III existe um grande potencial para o desenvolvimento de ações coletivas para o futuro. O que vimos é que este período de individualização total no assentamento que marcou os anos de 2001 a 2005 está servindo para uma reflexão profunda dos líderes que já estão se articulando politicamente para ganharem a diretoria da associação e, segundo falam, voltar a pensar em estratégias coletivas na área destinada para esta atividade, desde a fundação do assentamento. O candidato a presidente que é ligado ao MST, quando perguntado sobre este assunto, disse:

Principalmente nas ações coletivas esse daí o pessoal até agora não se adaptô. Tem que dá uma educação pra eles melhor, pra como funciona a parte coletiva. Então isso aí nós precisamos, vamo até cobrar se eu chegar a presidente, do MST pra vim dá uns estudo. Dá umas informação pro pessoal sobre o coletivo, como que funciona, porque hoje uma pessoa sozinho jamais ela vai consegui. A não ser junto de coletivo (Jorge, líder de Massangana III).

A outra reclamação feita pelos assentados é de que o MST, no caso os líderes estaduais, abandonou o assentamento, ou seja, não aparecem mais para conversar com os assentados e propor alternativas de organização. O seguinte depoimento enfatiza esta situação:

Quando era acampado eles vinham todo dia na área né, conversando com os trabalhador, os trabalhador tinha eles como um líder né, aí depois quando fizeram o assentamento que a gente começou a contribuir, fizeram que nem uma galinha quando tem os pintinho, e aí os pintinho fica maior e aí abandona (Ronaldo, assentado de Massangana III).

Da mesma forma, a expressão da subjetividade dos assentados do MST com relação aos possíveis motivos e as representações que ficaram das experiências anteriores na participação em ações coletivas podem ser vistas assim:

Na minha idéia devia ser tudo unido, lutando pelo mesmo recurso e trabalho na agricultura, se uní pra venda e pra tudo (Tarik, assentado em Massangana III).

Porque tem muitos tipo de cultura que com mais pessoa no meio é melhor, não é isso? Porque uma pessoa só fica mais devagar (João, assentado de Massangana III).

Só se o MST trazer recurso pra organiza os projeto e que venha no inverno daí eu acredito mesmo (Alisson, assentado em Massangana III).

Hoje individualmente eu tô achando diferente porque a gente trabaiá a hora que quer, a gente sabe quais são os motivos de nosso trabaio, e tudo fica nas mão da gente. Antes no coletivo o pessoal não tinha esse sentimento. Uns era irresponsável e a gente tinha que trabaiá. Agora a gente tá sabendo, por exemplo “apurei tanto”, “não apurei nada”, eu tô achando bom (Nicácio, assentado de Massangana III).

Por um lado, existem sinais de que alguns agricultores ainda apostam e visualizam a união dos assentados em torno de ações coletivas. Mas nas entrevistas estas vontades nos pareceram mais como uma dependência do MST para conseguir projetos para que possam ter dinheiro para investir e plantar do que uma visão de que individualmente é difícil prosperar em pequenas unidades familiares. Por outro lado, há os assentados que dificilmente voltarão a participar de ações coletivas, pois suas experiências anteriores não foram bem sucedidas.

Torna-se necessário agora um trabalho educativo e a volta das lideranças do MST estadual a este assentamento, porque sem o retorno e a intervenção dos líderes estaduais fica difícil qualquer tentativa de produzir ações coletivas num ambiente em que a confiança precisa ser reestabelecida. Como disse uma assentada: “se o MST não voltar pra cá pra dentro é difícil nós trabaiá junto de novo” (Beti, assentada de Massangana III).

6.4.6 As relações econômicas e os valores sociais produzidos pelas ações coletivas

As relações econômicas desenvolvidas em Massangana III atualmente mostraram, através da pesquisa, que as famílias trabalham individualmente em seus lotes basicamente para a sobrevivência. Plantam feijão, mandioca e abacaxi, sendo que a mandioca e o abacaxi destinam-se a venda para atravessadores que levam estes produtos para as feiras dos municípios circunvizinhos ao assentamento. Nossa visão é de que nunca sairão da subsistência se não promoverem formas unificadas de produzir e/ou comercializar seus excedentes.

As respostas para esta individualização e as precárias condições de produzirem com mais eficiência podem ser vistas nas explicações que demos anteriormente, ou seja, não há um

preparo educativo e um aprendizado quando se trata de administrar bens coletivos. As tentativas de encaminhamento destas ações esbarraram (quase sempre) em corrupção, centralização de poder e favorecimento de alguns líderes.

Apesar disso, ao entrevistarmos assentados não líderes e líderes, procuramos resgatar nestes quais as lembranças que ficaram das ações coletivas e quais foram os valores e conhecimentos gerados e que ainda persistem e são reproduzidos no assentamento.

De uma forma geral, para os assentados não líderes as ações coletivas ficaram guardadas na lembrança como um tempo bom, que dificilmente pode voltar, mas sem deixar de acreditar nelas.

Eu tenho quatro diploma de administração. O MST fez curso de irrigação e implementação do trabalhador pra ter mais conhecimento do que plantá (Tarik, assentado de Massangana III).

Eu penso que o MST é uma equipe que pode voltá a trabalhá aqui e que eles querem melhorá e se juntando de novo temos chance de melhorá ainda (Alisson, assentado e Massangana III).

No tempo do MST e do coletivo a gente aprendeu tanta coisa. Eles passô pra gente o que a gente não sabia de plantá né e aí a gente foi crescendo. Se chega alguém aqui e fala alguma coisa de má do MST eu tô pronta pra debatê com ele. Eu não me importo nem se eu for pra cadeia eu debato (Cláudia, assentada de Massangana III).

Na época do coletivo discutia sobre questão de organização, questão de fazer membros do MST, também como organizá o trabalho e a plantação, essas coisa (João, assentado de Massangana III).

Porque a gente via o roçado todo plantado e aquilo animava a gente e a gente trabalha e brincava mais e hoje é cada um por si (Betí, assentada de Massangana III).

As falas acima reforçam o quanto foram importantes as ações coletivas desenvolvidas pelos assentados durante o período de existência da cooperativa. Possuem clareza que sozinhos têm poucas chances de prosperar e que precisam do MST estadual para lhes proporcionar novos aprendizados e novas formas de relacionamento social comunitário no assentamento.

De uma maneira geral sobre as ações coletivas, os assentados ficaram com uma boa impressão da forma como produziam e como se relacionavam, o que gerou valores como a amizade e o reconhecimento entre estes como sujeitos coletivos. Também ficou muito claro que neste período o aprendizado agrícola foi importante para todos os assentados através de

cursos que o MST promovia em Massangana III. Sobre as primeiras ações coletivas citadas na tipologia acima, poucos têm lembrança, mas disseram que foi através delas que um grupo se originou formando a cooperativa.

Para os líderes, os valores gerados pelas ações coletivas foram principalmente a inter-relação social com os assentados, a participação em cursos do MST estadual, entre outras coisas.

Foi um período importante porque a gente achava bonito o trabalho do pessoal junto. Eu participei em João Pessoa no Lima Penante de cursos do MST de militância em acampamentos. Em Bananeiras de um curso de formação de magistério para professores. O mundo de cursos que o movimento tinha eu participei (Maria, líder de Massangana III).

Eu só ia no curso dava uma passada escutava um pouco os professor falando e tal, mas não lembro, só sei que era bom pra nós (Bino, líder de Massangana III).

Eu fiz um curso de administração que durou 15 dias em Caruaru. Fiz um curso aqui no assentamento mesmo pra administração também que foi da UFPB. E fiz um curso pra plantação de abacaxi que veio de Sapé e fiz um curso pra criação de peixe, tudo pelo MST e pra incentivá o coletivo (Helena, líder de Massangana III).

Eu fiz vários curso neste período. Discutia a questão da luta né. E não desistir da luta né. Também a questão social dentro dos assentamentos, educação. A maioria dos cursos era como organizá o assentamento, saúde, educação, agricultura (Telson, líder de Massangana III).

Trabaiá coletivo tem vantagem, porque se você for roçá 6 hectare e colocá 15 ou 20 pessoas aquilo é um negócio que derrepentezinha você colhe com a mão de obra razoável, mas for unido (Adelino, líder de Massangana III).

As respostas dos líderes deixam claro que a grande vantagem do período de desenvolvimento de ações coletivas em Massangana III foi o aumento de seus conhecimentos sobre como organizar setores como a educação e a saúde, como exercer a militância política no movimento e como administrar organizacionalmente cooperativas. No entanto, apesar de todos estes conhecimentos adquiridos e das vantagens do aprendizado para o desenvolvimento de ações coletivas como saída para os agricultores familiares com pouco capital e pouca ajuda governamental, o resultado, como já foi dito de toda esta articulação coletiva, foi a predominância do trabalho familiar e dificuldades de organização de trabalho coletivo (individualização no assentamento das famílias, em que a lei que vigora é a do “cada um por si e Deus por todos”).

Aqui aparece uma contradição, por que gostavam e pararam então de participar de ações coletivas? Aparentemente parece uma contradição, mas não é. A resposta (como já explicitada no Item 6.4.4) para explicar esta situação está no fato de que os sócios da cooperativa perderam a confiança nos líderes do MST no assentamento por vários motivos, um deles é a questão do dinheiro que dizem ter sido desviado, outro é o favorecimento de parentes dos líderes, e, a falta de um retorno financeiro de curto prazo para os sócios.

Desta forma, percebemos que, apesar de obtermos respostas positivas dos ex-sócios da cooperativa quanto à produção e participação em ações coletivas, estas não tiveram uma continuidade a partir do momento em que começou a haver uma centralização de poder por parte dos líderes, uma má administração, a prática do fisiologismo por parte de alguns líderes e pelo baixo retorno financeiro.

6.4.7 Novos cenários: individualização e o papel dos líderes no contexto atual

Como nos diz Touraine (1998), o que une os seres humanos e os torna iguais entre si é que todos, independente dos seus níveis de renda ou de educação e do país em que vivem, são lançados num mundo de mercados e de técnicas que ultrapassa o seu meio de origem, seus valores e suas formas de organização e no qual cada um corre o risco de ser reduzido a viver acontecimentos fragmentados, a zigzaguear de uma situação a outra perdendo a unidade da própria personalidade.

Estas palavras de Touraine resumem um pouco a história dos assentados de Massangana III. Neste assentamento, como em outros assentamentos, as pessoas são lançadas a diversas situações que as confundem sobre que caminhos tomar e como compreender as novas situações e as ações de novos atores sociais no contexto (o que é certo e errado, sobre o que é moral ou imoral e assim por diante). Eram individuais e de repente passaram a ser coletivos. Eram coletivos e de repente passaram a individuais. Tudo isso, de certa forma coloca as pessoas no mínimo em dúvida sobre os valores que carregavam durante toda sua vida.

Talvez esta seja a explicação que os assentados não líderes dão a esta instrumentalização de suas vidas que ora é de uma forma e ora é de outra, nos termos Toureïnianos. O que é melhor para suas vidas? Talvez seja esta a pergunta que os líderes deveriam fazer emergir nos assentados. A teoria universalista que o MST prega através de

seus líderes nos assentamentos talvez não seja a melhor maneira de ensinar viverem juntos nas áreas reformadas.

Talvez estas idéias universalistas de coletivização aparecem para os assentados como insuficientes e mesmo como enganosas se não forem aplicadas a situações concretas. Concordando com Touraine (1998), vimos que a única defesa real dos assentados consiste em dar a eles a prioridade enquanto atores sociais e culturais concretos, pois, em última instância, em sua individualidade e liberdade pessoais estão suas definições enquanto seres sociais. No entanto, esta individualidade e liberdade não significam dizer que se reduzam ao individualismo, mas sim à possibilidade de reivindicarem seus direitos ou oportunidades iguais para todos.

A referência ao sujeito pessoal põe em evidência que toda ação libertadora é a afirmação de uma experiência, de uma cultura e, portanto, de uma solidariedade e mesmo de uma consciência de pertencimento tanto quanto a luta contra uma dominação. E quanto mais esta afirmação de identidade, esta defesa dos direitos subjetivos é direta e forte, menos a ação reivindicativa apela a um princípio transcendente como a razão, a história ou a nação (TOURAINÉ, 1998:74).

Reafirmamos que é através do reconhecimento do outro que poderemos ser reconhecidos mutuamente como sujeitos. Não é universalizar o outro da forma como vejo e represento o mundo, mas reconhecer as condições que o outro impõe em seu mundo vivido. Só assim se pode montar uma real estratégia para se conviver junto.

Neste sentido, os interesses dos assentados, devem antes de qualquer coisa, serem ouvidos para que os líderes modifiquem aquelas condições pré-fixadas e estabelecidas de comportamento e da forma como direcionam suas ações que muitas vezes não combina em nada com a vontade das famílias assentadas.

Por isso é que a grande maioria dos assentados depois de passar pela experiência em ações coletivas e de terem falado algumas vezes bem delas, não querem mais praticar estas ações. Ao serem perguntados se preferem realizar ações coletivas ou ficarem individuais responderam:

Particularmente acho que é melhor trabalhar no coletivo, mas aqui onde eu moro não funciona (Ronaldo, assentado de Massangana III).

Amigo conforme os coletivo porque acontece de ser importante e de não ser porque vamo vê os tipo de pessoa que trabaia né. Porque tem umas pessoa que trabaia tudo unido e têm outras que não né. Esse é o problema né (Cláudia, assentada de Massangana III).

Eu achava bom pela amizade né e também achava que ia ganhar mais. Mas tudo parou e eu não tenho mais vontade de fazer tudo aquilo de novo (João, assentado de Massangana III).

Pelos depoimentos, vê-se que, apesar de terem muitas vezes gostado de participarem da produção e encaminhamento de ações coletivas, restou apenas um saudosismo referente à participação em ações deste tipo. O que ouvimos nas conversas informais e na observação que fizemos em Massangana III, é que por lá as pessoas não tem interesse em voltar a produzirem ações coletivas.

Por isso, quando perguntamos aos líderes do MST no assentamento qual deveria ser o seu papel para ensejar ações coletivas (provocar uma saída do marasmo, do isolamento) e mesmo da situação econômica difícil por que passam as famílias em Massangana III, estes responderam:

O líder deve ser uma pessoa muito comunicativa, uma pessoa que veja o futuro pra frente, batalhe pelas outras pessoas, porque militante é aquele que vai articular as idéias dos agricultores né (Maria, líder de Massangana III).

O objetivo é querer melhorar mais as coisas né, porque o que existe hoje não se dá bem com você, aí querem penalizar, deixá você fora do projeto. E a gente não quer escolher povo nem idade a gente quer trabaiá pra todos (Bino, líder de Massangana III).

Olha o líder é pra encaminhar os outros trabalhadores né que não tem muito conhecimento. Eu acho que o líder tem que responder por aqueles trabalhadores que não tem acesso às fontes lá fora né, as entidades lá fora (Helena, líder de Massangana III).

Acho que líder é aquela pessoa que tem interesse, atenção. Na verdade a turma acaba entrando na terra confiando que vai conseguir alguma coisa e aí ela se torna um líder sabe (Telson, líder de Massangana III).

Ser líder no assentamento é a bem de trazer recurso, é, discutir com as entidades, trazê projeto, traze infra-estrutura, é pra isso que nós temo que buscá, onde recorrê a isso aí com o apoio do movimento e das outra entidade (Jorge, líder de Massangana III).

O que cada um tem que fazê aqui é cada um se empenhá no seu lote pra trabaiá, e não tem outro meio (Adelino, líder de Massangana III).

Os diversos depoimentos dos líderes expressam boa vontade de lutar pelos trabalhadores e encaminhar as demandas gerais mais necessárias no assentamento. Outros são mais utilitaristas e acreditam que o verdadeiro papel de um líder é apenas conseguir recursos

para os assentados. E um líder já não acredita mais em juntar as pessoas para efetivar a união e o trabalho em grupo via ação coletiva, apenas acha que cada um deve trabalhar no seu lote e cuidar da sua vida.

Atualmente, nenhum líder do assentamento participa mais de reuniões com a direção estadual do movimento. Durante a pesquisa de campo vimos uma movimentação para reunirem-se em torno da disputa pela associação. Perguntamos se, fora estas reuniões para a disputa da associação, reuniam-se também para pensarem os problemas do assentamento, e todos responderam que não.

Este estado de isolamento entre os assentados e entre os assentados com os líderes pode ser visto na degradação do assentamento com lotes sem plantação e criação de animais, ou seja, abandonados, como também, no arrendamento de lotes e no aumento significativo do número de bares que no ano de 2000 era apenas um e agora já são dez. Uma triste realidade que também constatamos é o aumento do consumo de álcool entre os assentados, com muitos deles presentes todos os dias nos bares escutando músicas altas e bebendo, o que de certa forma fez aumentar a violência no assentamento a ponto de um assentado entrevistado solicitar dos líderes, a criação de um posto policial no local.

O que eu peço pra eles fazê, mas eles acham dificuldade é trazê um posto policial aqui e aí eles dizem que não precisa e tal... mas não é meu amigo eu disse, isso é uma defesa porque onde tem polícia tem a paz. Tem cara bebendo aí, mas se tivê duas polícia não tem ninguém brabo. Então a polícia evita muitas coisa (Nicácio, assentado de Massangana III).

Outra situação que constatamos em nossa pesquisa é que grande parte dos pioneiros do assentamento que eram ligados à associação, já não se encontram mais assentados. Abandonaram os lotes porque não conseguiram economicamente se manter como produtores ativos, pois se endividaram e não conseguiram saldar as dívidas com o banco, feitas em função dos projetos de financiamento, como por exemplo, o de custeio e investimento.

A gente acredita que 40% do pessoal já foram embora né. O motivo da desistência é trabalho mesmo porque o pessoal trabalha e trabalha e não sai do vermelho e aí acaba desistindo e indo embora...

...bom a gente começou pegando dinheiro dos projetos no banco e os projeto não eram pagos, uma vez que não era pago as dívidas foi crescendo, agora chegou a hora de pagar as dívidas e o pessoal não tem dinheiro pra pagar as dívidas e aí estão acabando indo embora também. Fica difícil aí (Heleno, líder de Massangana III).

O que se percebe é que falta, por parte das lideranças, uma retomada da produção de ações coletivas como um mecanismo de promoção da união entre os assentados. Na situação em que se encontra este assentamento, torna-se necessário retomar aquilo que o próprio MST prega em suas cartilhas para os líderes, “organizar as massas” (ver Cap. 3), e isto só será possível se os líderes deixarem de lado interesses apenas pessoais, passando a produzirem ações coletivas como reuniões, cursos, orientação técnica e financeira para projetos, entre outras coisas, ou seja, criando situações que traduzam o interesse real dos assentados e não apenas os interesses ideológicos do movimento. Como disse um dos líderes de Massangana III:

Eu acredito que a solução seja curso de capacitação, é junta o pessoal e capacitá coletivamente. E com as perda que eles já tiveram que tem que fazê muito curso e botá na cabeça deles e explicando pro pessoal que o trabalho só tem avanço coletivamente. Enquanto o pessoal não tivé isto na mente nada vai pra frente (Bino, líder de Massangana III).

Esta situação faz com que os assentados procurem resolver seus problemas de forma individualizada. Cada um procura resolver seus problemas da sua maneira, inclusive recorrendo a alianças com políticos locais. Por exemplo, quando ocorrem problemas de saúde no assentamento, há um assentado que é ligado ao prefeito de Cruz do Espírito Santo e obtém favores deste, e se encarrega de providenciar o transporte das pessoas doentes para o hospital do município. Inclusive este assentado deixou transparecer na entrevista que tem interesses políticos futuros com estas ajudas.

No momento sou assentado e agricultor e faço socorro ao povo, no caso o caba tá doente, pego o “carrinho” e levo pro hospital, consigo médico com o prefeito, na base da saúde, o prefeito de Cruz do Espírito Santo é meu amigo, é amigo nosso aqui da região (Tarik, assentado de Massangana III).

Percebemos, então, que o desamparo do MST ao Assentamento Massangana III faz com que os assentados procurem alternativas individuais para resolverem seus problemas, ao invés, por exemplo, de juntarem-se e reivindicarem da prefeitura do município um bom posto de saúde para o assentamento.

Estas ações segmentadas levadas a efeito por alguns assentados, ao nosso ver, são prejudiciais à autonomia do assentamento, porque faz com que os assentados se tornem reféns de favores e de políticas paternalistas que só tem um interesse, conseguir o seu voto.

Com relação ao promotor da reforma agrária no estado, no caso o INCRA, este também tem pouco comparecido em Massangana III, apenas indo até ao assentamento quando há a necessidade urgente de resolver conflitos internos, como brigas e vistorias para repasse de lotes quando estes são abandonados e repassados para outros interessados em fazer parte deste projeto de reforma agrária.

CAPÍTULO 7
ANÁLISE COMPARATIVA DA PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA EM
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

7.1 A PRODUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NOS ASSENTAMENTOS ESTUDADOS

A produção de ações coletivas nos assentamentos Mandacaru e Massangana III foi construída de maneira diferenciada desde a ocupação até o período da pesquisa de campo (2005). Apesar de sempre tentar obedecer a uma mesma lógica que tinha por base os princípios de seus mediadores principalmente no período de ocupação e de assentamento inicial (ver Capítulos 5 e 6), estas ações tiveram aceitações, negações e variações de acordo com cada caso estudado. O que importa para nosso estudo é discorrer sobre a produção destas ações tendo em vista as orientações dadas pelo MST em cada assentamento estudado.

Para isto se concretizar, num primeiro momento, fazemos algumas comparações dos processos históricos de produção da ação coletiva (ocupação, período inicial, perfis dos atores e tipos de ações coletivas) em Mandacaru e Massangana III, para em seguida discorrermos sobre o sentido dado a estas ações pelos assentados líderes e não líderes do MST, procedendo a uma discussão a respeito do projeto do movimento para efetivar a organização da ação coletiva nos assentamentos e das relações de poder decorrentes disto, tendo como pressuposto nosso referencial teórico. Em seguida apresentamos uma reflexão sobre quê democracia construir nos assentamentos quando se fala em ações coletivas a partir da visão de alguns críticos do movimento e, por último, faremos um retorno às hipóteses previamente estabelecidas neste trabalho para enfim, expormos algumas conclusões gerais da discussão.

7.1.1 O processo de ocupação dos assentamentos estudados

De acordo com Fernandes (1998), ao referir-se à gênese e desenvolvimento do MST no Brasil, a ocupação da terra e o acampamento são condições de territorialização da luta pela

terra porque é dessa forma que os sem terra se movimentam e se mobilizam por todo o território nacional, questionando, por meio das suas lutas, o poder dos latifundiários.

Em ambos os assentamentos estudados houve luta pela terra para conquistar o assentamento definitivo. No entanto, neste período anterior ao assentamento, já houve diferenciais na maneira como foi conduzida a ação de ocupação em uma e outra área. No caso de Massangana III o processo de ocupação foi acompanhado mais de perto pelos líderes estaduais do MST e teve uma duração mais longa que culminou com uma politização maior dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra. Durante este período as sessenta famílias que vivenciaram os despejos e deslocamentos de um lugar para o outro, permaneceram juntas, criando um espírito de fraternidade maior em função da coordenação do MST que promovia reuniões, organizava a segurança do acampamento, fato que é muito importante nesta fase, além de coordenar de perto a ocupação.

No caso de Mandacaru não houve uma presença de lideranças estaduais do MST no início do processo de organização para a ocupação. Estas só viriam a participar e apoiar a ocupação no mês anterior à ação. Antes disso, o processo de recrutamento de pessoas para a organização da luta pela terra foi feito basicamente por sindicalistas ligados a um partido de esquerda (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU) que não possuía as mesmas posturas político-ideológicas defendidas pelo MST.

Se olharmos com atenção o período inicial de ocupação de ambos os assentamentos, veremos que este período anterior é muito importante em termos de continuidade e/ou ruptura na produção de ações coletivas nos períodos posteriores.

No caso, em Massangana III, o trabalho conduzido pela coordenação do MST com as sessenta famílias de acampados propiciou uma disposição maior destas para a criação de estruturas associativas ou coletivas no assentamento.

Já em Mandacaru, apesar da criação da associação (ASSEMA), os assentados não tinham a mesma compreensão e conscientização sobre o significado da luta pela terra e outros elementos como, por exemplo, o respeito à mística do movimento. Notamos que em Mandacaru os discursos dos assentados sobre alguns princípios que compõem a luta pela terra não incorporaram a ideologia do MST.

Em ambas as áreas ocupadas houve apoio dos moradores que já residiam na área. No caso de Massangana III isto foi muito importante pela representatividade do número de famílias lá instaladas. Em Mandacaru o apoio do ex-capataz da fazenda foi fundamental também para que as famílias se sentissem mais seguras quando da ocupação. Outro elemento a salientar, que para nós foi um componente fundamental no envolvimento em futuras ações

coletivas em ambos os assentamentos, é a parcela de sem terra envolvida durante a ocupação. Tanto em Massangana III como em Mandacaru foram apenas sessenta famílias que se envolveram na luta pela terra, ou seja, a maioria das famílias que iriam compor as novas áreas reformadas não teve praticamente nenhum envolvimento anterior com o movimento que os levou à conquista da terra.

De uma maneira geral, o período de ocupação em ambos os assentamentos ficou marcado pela forma desigual com que o MST envolveu-se na organização das famílias. Em Massangana III de uma forma mais presente e ideológica e em Mandacaru com uma presença mais circunstancial e com menos trabalho ideológico.

7.1.2 As ações coletivas na fase de assentamento: o período inicial

A luta pela terra, como é conhecida, possui duas fases: a da mobilização que culmina com o acampamento e a fase do assentamento onde ocorre uma cisão no modo de vida estabelecido anteriormente, de acordo com varios autores (Zimmermann (1989), Brenneisen (2002), Martins (2003a), Fernandes (1998), entre outros).

Neste contexto do assentamento, constroem-se ações coletivas e comunitárias como a formação de cooperativas e de associações, a criação de grupos de assentados para diversas atividades, núcleos de produção, grupos coletivos, núcleos de moradia, reuniões, etc. Concordamos com Fabrini (2004), que diz que nos espaços dos assentamentos as ações coletivas não se materializam exclusivamente no trabalho e na produção agropecuária, por meio da coletivização da terra, por exemplo.

As ações comunitárias entre os camponeses nem sempre apresentam conteúdo político de questionamento do ordenamento social regido pelo capital. Muitas delas não são ações caracterizadas por vínculos ideológicos e políticos, mas pela solidariedade entre as pessoas. O mutirão, movido mais pela solidariedade e espírito comunitário do que por um projeto de transformação social e motivado pelas mudanças políticas, é um exemplo (FABRINI, 2004: 132).

Quer dizer, nem tudo que os assentados fazem em termos de organização tem uma direção única e exclusiva contra a propriedade privada, o capitalismo ou forças que o representam. Nas manifestações dos assentados, quando se unem, a primeira motivação é raramente a idéia da necessidade de, por exemplo, mudar o sistema social.

Apesar de a luta pela terra apresentar dois momentos temporais e espaciais (uma dupla face), a do acampamento e a do assentamento, é necessário ressaltar que eles possuem relações que precisam ser consideradas em seu conjunto. Por isso achamos necessário apresentar como fizemos anteriormente, neste capítulo, a comparação na fase de ocupação entre os dois locais estudados, pois existem algumas diferenças entre os dois assentamentos que influem na produção de ações coletivas pelo MST e na legitimação (no aceite) destas pelas famílias na fase de assentamento.

A fase do acampamento produz uma certa homogeneização dos agricultores, dividindo tudo entre si, desde as pequenas tarefas até a alimentação. Já na segunda fase, a do assentamento, a homogeneização antes produzida cede espaço à heterogeneidade entre eles, a qual vai desde as trajetórias de vida e de trabalho, à diversidade das formas de produzir no assentamento, até as diferenças étnicas e culturais.

Isto significa que as práticas são diferentes entre os sujeitos da reforma agrária. Antes no acampamento, tudo “nosso”, agora no assentamento, tudo “meu”. Isto não necessariamente implica dizer que as famílias quando são assentadas deixam de manter vínculos de relacionamento. Mas é muito mais fácil manter uma homogeneidade quando os objetivos coletivos são dominantes, do que quando cada família passa a deter um pedaço de terra que se torna um patrimônio individual (fase de assentamento). É desta maneira que se configura a realidade após a conquista da terra na maioria dos assentamentos brasileiros. Sendo assim, as orientações do movimento na fase de acampamento são de fundamental importância na configuração das ações coletivas que serão desenvolvidas no período de assentamento⁷³.

Em termos de lógica da ação coletiva pode-se entender este processo de uma forma naturalizada pelas relações de produção capitalista, pois após satisfazer sua demanda e alcançar o seu objetivo que vai ao encontro a uma necessidade, que é a terra, os agricultores obtendo o benefício, encontram-se confrontados a necessidade de subsidiar a sua família a partir dessa terra, o que, para muitos não passa pelo coletivo. A aceitação de formas de trabalho ou de produção coletivas aparece mais no sentido de pagar o custo do provimento desse acesso a terra.

Quando analisamos os discursos dos assentados ao se referirem ao MST, notamos exatamente esta dívida apenas moral com o movimento e a busca deste como um meio para

⁷³ - Dependendo da forma, do número de famílias e do tempo em que ficam acampadas sob a coordenação do MST, muitas famílias tendem a aderir à ideologia do movimento ou não depois de assentadas. Isto significa dizer que é na fase de acampamento que o movimento procura disseminar sua ideologia de mudança social e isto acaba tendo aceitação e continuidade em muitos assentamentos por diversas famílias que se organizam em torno das formas modelares do MST, o exemplo é aqui o do grupo da cooperativa em Massangana III.

alcançar um fim, que são recursos e outras benesses para a família. Como diz o assentado Tarcísio, “eu não faço parte do MST por assim dizê, mas admiro muito o movimento porque consegue coisas prá gente” (Assentado de Mandacaru). A lógica expressa nesta fala é a do agradecimento, porque sabe que uma ação individual lhe teria permitido acessar a terra.

Nos primórdios do MST o trabalho comunitário foi efetuado por quadros de lideranças pertencentes à Igreja Católica, via a CPT, que consideravam as ações coletivas como a alternativa mais viável de vida nos assentamentos. A idéia era germinar um novo modo de vida que atendesse não só os aspectos econômicos, mas também o embrião de uma nova sociedade, com uma nova organização social centrada em aspectos teológicos.

A partir dos anos noventa, o movimento muda muitas de suas estratégias e visões de mundo saindo de um referencial mais religioso para um mais calcado na utopia socialista, priorizando uma idéia de coletivização total da terra nas táticas de entrada nos assentamentos, principalmente no Nordeste.

No entanto, nos casos estudados, estes anseios socialistas do MST muitas vezes não corresponderam às vontades e às expectativas da maioria das famílias assentadas. Tanto em Mandacaru como em Massangana III estas idéias não prosperaram. Após participarem da luta pela terra, com a conseqüente conquista do lote, o objetivo maior desses agricultores é de obter a posse individual da terra da maneira em que sempre foram acostumados culturalmente a entender o trabalho na terra, ou seja, de forma familiar. A autonomia se constitui num bem precioso para o assentado seja na forma de produzir, de comercializar e de se relacionar socialmente.

Esta idéia é reforçada pelo estudo feito por Menezes & Wolford (2005), ao examinarem o relacionamento entre terra e trabalho em assentamentos de reforma agrária da Zona da Mata Sul de Pernambuco e do Brejo paraibano. A argumentação das autoras é de que nestas regiões os assentados têm interpretações subjetivas sobre a melhor forma de organizar uma sociedade. Usando a expressão criada pelo historiador social E. P. Thompson, as autoras teorizam estas subjetividades como “economias morais”, que são os modelos ideais ou a ideologia que grupos de pessoas utilizam para definir a organização desejada de uma sociedade, colocando estas como importantes na divisão dos seus recursos produtivos tais como a terra e o trabalho. Para as autoras, “as expressões de uma dada economia moral são mais facilmente visíveis quando a posição política e econômica de grupos sociais são ameaçadas ou quando os recursos produtivos são considerados perigosamente escassos” (MENEZES & WOLFORD, 2005:02).

Ou seja, o que as autoras querem dizer é que nem sempre podemos, como faz o MST, taxarmos algumas iniciativas dos assentados como manifestação de uma falsa consciência, como quando estabelecem conexões paternalistas nos assentamentos. Às vezes, as formas em que as conexões paternalistas foram mantidas nos assentamentos, “representam uma face da estratégia mais geral de sobrevivência dos trabalhadores rurais... política paternalista não é simplesmente imposta de cima, ou manifestação da falsa consciência dos trabalhadores, mas antes, ela é uma ferramenta legítima que os assentados têm a sua disposição para acionar em condições de escassez e incerteza” (Idem: 04).

Por outro lado, no caso de Mandacaru do ponto de vista econômico não houve trabalho coletivo já de início. As ações se restringiram a reuniões visando principalmente à conscientização política para a construção de uma entidade organizativa que fecundasse a idéia do movimento em criar uma cooperativa na forma de CPA.

O MST queria implantar já de início uma CPA em Mandacaru, mas como a realidade não propiciava a constituição de uma organização deste porte (para o movimento este tipo de organização deve coletivizar todos os meios de produção), a saída foi criar uma associação que congregasse o interesse de todos sem gerar uma apatia e que permitisse ao movimento ir inculcando aos poucos nos trabalhadores seus ideais de sociedade.

Ao contrário, em Massangana III, algumas famílias já começam suas vidas de assentados, trocando dias de serviço e criando um coletivo rudimentar⁷⁴ (como se fala no movimento), no intuito de organizar os lotes com capina e plantação. Apesar da cultura do trabalho parcelar, as iniciativas de base feitas pelo movimento no período de acampamento foram fundamentais para que este tipo de ação coletiva fosse organizado.

Assim, existem muitas diferenças em termos de objetivos das famílias quando entram nos assentamentos. Tudo depende do tempo em que ficaram acampadas e do trabalho político organizativo feito pelo MST. Em Mandacaru este tempo foi curto e pouco mobilizador de ideais coletivos. Em Massangana III o tempo foi maior e as lideranças estaduais priorizaram o acompanhamento político nesta fase.

Em Massangana III houve uma coesão maior no período de acampamento conforme relatado no Capítulo 6. Já em Mandacaru a organização do acampamento foi mais breve e sem muito acompanhamento dos líderes estaduais. Esta constatação explica as ações coletivas no período inicial em Massangana III e a quase inexistência destas em Mandacaru.

⁷⁴ - Coletivo rudimentar é entendido pelo MST como algo não organizado em termos de divisão social do trabalho, ou seja, seria um trabalho “solto”, originado pelas necessidades imediatas advindas dos próprios assentados.

Em Mandacaru o período inicial deixou transparecer que os assentados estavam mais preocupados com a sobrevivência imediata, devido à falta de recursos para investir e pela pobreza das famílias, do que em se organizarem coletivamente. Os líderes do MST queriam que os assentados coletivizassem todos os meios de produção, idéia que não foi aceita (ver Cap. 5).

Segundo os líderes do MST em Mandacaru, apesar do pouco trabalho de conscientização e organização feito, este já seria suficiente para que as famílias aceitassem criar uma CPA. A pesquisa mostrou que esta visão dos líderes não é incorporada pelos assentados e que existe uma resistência por parte destes agricultores ao projeto de coletivização do movimento. O que existiu foi uma tentativa de imposição pelos líderes do movimento, de formas de organização que pretendiam serem exemplares: “No início o MST aqui quiseram fazê um coletivo, mas não deu certo porque os assentado só sabem trabaiá individual mesmo, eles não aceita dividi as coisa, cada um quer trabaiá no seu lote e aí não deu certo” (Mara, assentada de Mandacaru).

Em Mandacaru, como em diversos assentamentos pelo Brasil afora, o MST não potencializa as práticas coletivas do cotidiano ou as ações comunitárias para transformá-las em formas de organização coletiva. O movimento na maioria das vezes produz novas subjetividades (que veremos mais abaixo) nos assentados que não correspondem aos ideais desses grupos específicos. Isto provoca tensões e conflitos entre assentados e líderes do movimento.

Apesar da constatação da existência de uma dívida moral⁷⁵ dos assentados para com o movimento que os levou à conquista da terra, os assentados de Mandacaru não aceitaram o modelo apresentado pelos líderes na forma de CPA, e mais tarde também iriam descontentar-se da maneira como se conduzia a outra forma organizativa encontrada pelo movimento como alternativa à cooperativa, no caso a associação.

Em Massangana III, a conjuntura inicial do assentamento foi outra. Neste assentamento houve um acompanhamento político mais incisivo dos líderes do movimento que conseguiram conquistar ideologicamente um grupo de famílias. Este grupo, apesar de menor em termos quantitativos, possuía mais “entendimento” da necessidade de ações coletivas, o que favoreceu a aceitação das prerrogativas do MST. As “qualidades” (segundo as lideranças do movimento) desse grupo eram de natureza política, pois participavam mais assiduamente das discussões promovidas pelo MST. Estas famílias, inclusive, foram o

⁷⁵ - Esta dívida moral está claramente vinculada à conquista da terra e de outros benefícios adquiridos pelo MST no assentamento.

contraponto da disputa que houve com o outro mediador externo, no caso o INCRA, pelo controle político do assentamento.

Em Mandacaru, como já explicamos anteriormente, houve uma tentativa de imposição de ações coletivas que visavam à coletivização dos meios de produção. No entanto, não houve efetivamente até o ano de 2005 neste assentamento práticas de ações coletivas que fossem além de reuniões e assembléias.

7.1.3 Comparação entre os perfis dos atores da ação coletiva nos assentamentos estudados

A comparação entre os perfis dos assentados não líderes e líderes entrevistados em ambos os assentamentos, tem como objetivo apontar diferenças e semelhanças entre estes, para que possamos entender as características e o comportamento dos atores das ações coletivas em nossa pesquisa.

7.1.3.1 *Comparação entre os perfis dos assentados não líderes entrevistados nos assentamentos Mandacaru e Massangana III*

Quanto à idade dos entrevistados notamos que os assentados não líderes de ambos os assentamentos estudados em sua maioria possuem uma idade superior a 40 anos, sendo que em Massangana III há um número maior de assentados pertencentes a esta faixa etária. A explicação para esta diferença quantitativa em Massangana III talvez possa ser explicada pelo fato do assentamento ser mais antigo que Mandacaru. A consequência é a maior aprendizagem acumulada pelos assentados de Massangana III que propicia um maior dinamismo no entendimento e na capacidade de inovar.

Com relação ao local de nascimento, a maioria dos assentados não líderes de ambos os assentamentos é natural do Estado da Paraíba. No entanto, nota-se que em Massangana III existem pelo menos um terço dos entrevistados que nasceram em outros Estados. Isto se explica em parte por este assentamento ser um dos primeiros e também um dos mais importantes no Estado da Paraíba. Devia ser uma forma modelar de assentamento para o MST, por isso o movimento recrutou trabalhadores mais envolvidos com a luta pela terra de outros estados, visto que na Paraíba o movimento ainda estava se estruturando. A

conseqüência disso foi a maior dinamicidade de formas organizativas em Massangana III do que em Mandacaru.

A maioria dos assentados não líderes de ambos os assentamentos é casada, reforçando a tese de que o movimento privilegia o assentamento mais de famílias do que de pessoas solteiras. Isto vai de encontro à idéia de assentar e promover a agricultura familiar nas áreas reformadas. A conseqüência seria segundo o MST, o menor abandono dos lotes pelos assentados casados. Os solteiros, muitas vezes, por conta de algumas vicissitudes (falta de recursos, intempéries, etc) acabam abandonado mais facilmente os lotes.

Quanto ao grau de escolaridade a pesquisa revela que em ambos os assentamentos os assentados não líderes entrevistados, em sua maioria, possuem pouca instrução formal. No entanto, percebe-se que em Mandacaru o grau de escolaridade é menor do que em Massangana III, sendo que há um percentual maior de assentados que são semi-analfabetos e analfabetos. Esta característica da baixa escolaridade nos dois assentamentos reflete a realidade da educação no meio rural brasileiro. O maior grau de escolaridade em Massangana III deve-se a este ser um assentamento mais antigo e dispõe transporte escolar para a cidade sede. Neste local o MST tem priorizado a construção de escola desde o início do assentamento. Já em Mandacaru a escola do assentamento possui uma estrutura mais precária e o transporte escolar que viabiliza aos assentados estudarem fora do assentamento é recente. As conseqüências da baixa escolaridade se refletem na dependência dos assentados às entidades organizativas e/ou aos líderes.

Com relação à ocupação anterior, a maioria dos assentados entrevistados não líderes em ambos os assentamentos trabalhava na agricultura em lotes da família ou para outros na forma de meeiros, parceiros ou arrendatários. Nos dois casos, a maioria possuía uma tradição de trabalho agrícola. Cabe ressaltar que o MST se preocupa em assentar famílias que possuem tradição agrícola, mas que isso ideologicamente para o movimento não é fundamental, pois o que importa é mobilizar uma massa de trabalhadores com um objetivo maior, que é a transformação da sociedade via a revolução. As conseqüências desta arregimentação mais ideológica que vocacional nos assentamentos do MST fez com que em Massangana III houvesse um abandono maior dos lotes do que em Mandacaru.

Quanto aos motivos que fizeram os entrevistados não líderes virem morar nos assentamentos, a pesquisa revela que a maioria foi motivada pelo desejo de possuir um pedaço de terra para trabalhar para si e a família, e o restante em ambos os assentamentos veio morar pela influência de parentes e/ou amigos que já residiam no local. Em Mandacaru o segundo motivo é apresentado por mais assentados do que em Massangana III, demonstrando

que estes viram através dos parentes e/ou amigos, que ser assentado poderia significar a possibilidade de mudarem de vida, dar estudo para os filhos, ter acesso à saúde, entre outros motivos.

Com relação ao ano em que vieram residir nos assentamentos, a pesquisa de campo nos revela que a maioria dos assentados não líderes entrevistados em Mandacaru reside no assentamento de criação, já em Massangana III todos os assentados não líderes entrevistados residem no assentamento desde o ano de criação. O fato de em Mandacaru nem todos os assentados residirem no assentamento desde sua criação significa que nem todos participaram da luta pela terra. No caso de Massangana III, houve uma evasão maior dos lotes por parte das famílias que não pertencem e/ou são ligadas ao MST. Das famílias que eram da cooperativa não houve evasão e repasse dos lotes. Em Mandacaru, também o processo de evasão e repasse dos lotes foi baixo.

Quanto ao motivo pelo qual apoiam o MST, os assentados não líderes entrevistados em ambos os assentamentos apresentam em sua maioria dois motivos principais. O primeiro é a admiração e o agradecimento ao movimento por terem conseguido a terra (dívida moral); o segundo motivo é porque se identificam com a luta pela terra e acham justa a causa da reforma agrária. Nos dois assentamentos, o que se percebe é que o apoio ao MST deve-se mais por dívida moral pelo fato de os assentados terem conseguido a terra do que por identificação ideológica com o movimento (ver Cap. 5 e 6).

No que se refere ao relacionamento com os líderes do MST nos assentamentos estudados, a pesquisa nos mostra que em ambos os assentamentos a maioria dos assentados não líderes entrevistados consideram que este varia de bom a ótimo. Uma peculiaridade que observamos na pesquisa diz respeito ao fato de que no Assentamento Mandacaru quase que a totalidade dos assentados considera o relacionamento que mantém com os líderes de bom a ótimo. Isto não se repete no Assentamento Massangana III, onde há entre os assentados não líderes, um grande percentual que considera o relacionamento com os líderes regular e ruim. No caso de Mandacaru a explicação para este bom relacionamento deve-se às mudanças provocadas na maneira de interagir com os assentados por parte das novas lideranças a partir de 2005. Já em Massangana III, a relação mais instável entre estes segmentos deve-se às situações decorrentes do rompimento na produção de ações coletivas com o fim da cooperativa. Percebe-se que as conseqüências deste relacionamento em Mandacaru poderão propiciar um alto grau de envolvimento dos assentados em futuras ações coletivas. Em Massangana III, o instável relacionamento entre não líderes e líderes compromete o futuro envolvimento de grupos em torno da promoção de ações coletivas.

7.1.3.2 Comparação entre os perfis dos assentados líderes entrevistados nos assentamentos Mandacaru e Massangana III

Com relação à idade dos entrevistados assentados líderes dos assentamentos Mandacaru e Massangana III, verifica-se que em sua maioria é superior a 35 anos. Constatamos que em Mandacaru a média de idade é menor do que em Massangana III. A explicação neste caso está vinculada a uma estratégia do MST de renovação de suas lideranças privilegiando quadros mais novos de liderança nos assentamentos de reforma agrária, principalmente a partir do ano 2000 em assentamentos mais recentes como é o caso de Mandacaru. De fato, o Assentamento Mandacaru tem sido mais inovador em termos de novas idéias de ações coletivas vinculadas à realidade das famílias. Em Massangana III não houve renovação das lideranças, permanecendo as “velhas” estratégias organizativas atreladas a ideais que o movimento vem abandonando lentamente como a própria idéia de coletivização total das terras.

Quanto ao local de nascimento dos assentados líderes, os dados da pesquisa revelam que no Assentamento Mandacaru a maioria nasceu na Paraíba, ao passo que em Massangana III somente a metade é natural do Estado da Paraíba. No caso de Mandacaru nota-se que as lideranças são quase todas do próprio estado porque o MST privilegiou neste assentamento a estratégia de delegar a coordenação para pessoas da própria região em função de conhecerem bem as peculiaridades locais; já em Massangana III por ser um assentamento mais antigo o movimento assentou lideranças de outros estados para proporcionar um aprendizado mais rápido das práticas organizacionais do movimento, visto que no estado havia carência de pessoas mais experientes e preparadas para esta função. Neste ponto Mandacaru é beneficiado porque os líderes conhecem a realidade local e os comportamentos dos assentados em termos culturais locais. No caso de Massangana III, ocorrem muitas vezes conflitos em função da recorrência dos líderes a exemplos de organização de assentamentos de seus estados de origem. Neste caso aparecem falas soltas durante as entrevistas, como a do líder Adelino se referindo ao líder Heleno como “Um home que não qué crescer porque passa um tempo em Recife e depois volta pra cá e não tá pensando em crescer porque não é daqui” (Adelino, líder de Massangana III).

No que se refere ao estado civil, a maioria dos assentados líderes de ambos os assentamentos é casada. Esta constatação ilustra mais uma vez a estratégia do movimento em

dar prioridade ao assentamento de famílias ao invés de pessoas solteiras, promovendo a prática de uma agricultura familiar. Tanto em Mandacaru como em Massangana III a realidade da existência de uma liderança com família mostrou que estes se enraízam mais no assentamento e têm menos propensão a evasão e abandono dos lotes. Por outra parte as lideranças casadas tem menos facilidade para se deslocar muito freqüentemente para participarem de ações coletivas promovidas pelo MST estadual.

Com relação ao grau de escolaridade, os dados da pesquisa mostram que, em Mandacaru, os assentados líderes possuem uma escolaridade maior do que em Massangana III. Em Massangana III a educação formal é baixa porque desde o início do assentamento estes líderes já tinham uma baixa instrução formal e não se dedicaram a dar prosseguimento nos estudos, principalmente depois do fim da cooperativa. Isto se deve principalmente à concepção que o movimento adotava na época, que colocava como o essencial somente a prática e a vivência. Estes objetivos começam a serem mudados no final dos anos 1990. Por ser um assentamento mais recente, Mandacaru se insere na estratégia do MST de privilegiar líderes com grau de instrução formal maior, pois o movimento percebeu que o estudo e o conhecimento científico são importantes na condução da luta de classes.

Quanto à ocupação anterior que os assentados líderes possuíam antes de serem assentados, a pesquisa revela que em Mandacaru a maioria destes exercia atividades não agrícolas. No caso de Massangana III, a maioria exercia atividades ligadas à agricultura. De uma maneira geral, este fenômeno que ocorre de forma contrária em ambos os assentamentos. De fato para o MST não é importante se os líderes e os assentados exerciam ou não atividades agrícolas antes de pertencerem a seus quadros ou serem assentados. Este fato em Mandacaru é controverso porque poderia supor-se que os líderes seriam mais ideológicos sem entender as vontades dos assentados. Isto não ocorre atualmente no assentamento, precisamente porque os líderes são locais, por outra parte, os líderes de Mandacaru, tendo mais instrução escolar e até 3 anos de participação nos ciclos da Universidade Camponesa, no caso da nova presidente da associação, pode-se considerar que não são dependentes das palavras de ordem do MST.uco abertos ainda à ideologia do MST e por isso, entendem mais os anseios das famílias. Em Massangana III, o conhecimento das lidas agrícolas por parte dos líderes lhes dá um entendimento maior nas discussões que envolvem técnicas de plantio, inovação e compreensão da necessidade da aprendizagem coletiva.

No tocante aos motivos pelos quais os entrevistados líderes vieram morar no assentamento, a pesquisa revela que em Mandacaru a maioria veio morar no assentamento por causa da família e/ou de um amigo que já era assentado. Em Massangana III, a maioria dos

assentados líderes veio morar no assentamento motivada pelo desejo de possuir um pedaço de terra para plantar e viver com a família, além das necessidades do movimento. As diferenças entre os motivos dados pelos líderes em um e outro assentamento se explicam em função de que no caso de Mandacaru a ocupação se deu com menos presença do movimento e, a entrada de novos assentados depois da conquista da terra se deu mais em função de ligações familiares ou de amizade do que por identidade ideológica com o MST. Em Massangana III o ideal camponês e a esperança de um futuro melhor almejado pelos assentados líderes foram o que os levou a virem morar no assentamento. A consequência destes motivos em Mandacaru propicia uma unidade em torno de um suposto estado de igualdade de interesses entre líderes e assentados. No caso de Massangana III, a motivação ideológica dos líderes não concilia com a motivação dos não líderes e isto provoca conflitos.

Em relação ao ano que vieram morar nos assentamentos, a maioria dos assentados líderes de Mandacaru reside no assentamento desde sua criação, sendo que, no caso de Massangana III, todos os assentados líderes moram no assentamento desde sua criação. O fato de em Mandacaru nem todos os assentados líderes residirem no assentamento desde o ano de criação significa a não participação de todos na luta pela conquista da terra, o que em parte explica o fato de serem menos organicamente ligados ao MST. Ao contrário, em Massangana III, o fato de todos os assentados líderes morarem no assentamento desde sua criação faz com que estes valorizem mais a ideologia do movimento, como relata o líder Jorge: “Porque a gente via o trabalho do movimento e alguma condição melhor para os agricultores então eu me engajei no movimento” (Jorge, líder de Massangana III).

Sobre o porquê de apoiar o MST, os assentados líderes entrevistados de ambos os assentamentos apontam como motivos a admiração e agradecimento ao movimento por terem conseguido a terra e porque acham justa a causa da reforma agrária. “Eu apoio o MST por não ter terra onde morar e daí pelo menos consegue trabalhar no que é seu” (Joana, líder de Mandacaru). “Se não fosse o movimento eu não estaria aqui e hoje eu me sinto assentado aqui através do MST” (Bino, líder de Massangana III).

No entanto, a prioridade dos motivos apontados se inverte nos dois assentamentos. Em Mandacaru a maioria dos líderes tem como principal motivo a admiração por terem conseguido a terra, já em Massangana III a maioria aponta como principal motivo a admiração fato de se identificarem e acharem justa a causa da reforma agrária defendida pelo MST, como vemos no depoimento do líder Telson: “Dou muito valor a coletividade e de que democracia faz parte do socialismo e no socialismo do MST a prioridade é a reforma agrária” (Telson, líder de Massangana III). Como já apontamos anteriormente, isto se explica pela

ligação mais orgânica dos líderes do Assentamento Massangana III aos princípios teórico-ideológicos do MST.

No que diz respeito ao relacionamento dos líderes com os assentados nos assentamentos, os dados da pesquisa revelam que, em Mandacaru, a maioria dos líderes considera que este varia de bom a muito bom, e em Massangana III a maioria considera que este varia de regular a ruim. Em Mandacaru a explicação se deve ao bom relacionamento decorrente das práticas de liderança exercidas pelos novos líderes da associação (ASSEMA), a partir de 2005. No caso de Massangana III a instabilidade na relação entre líderes com assentados está associada ao fim da produção de ações coletivas com o término da cooperativa.

Sobre quem os escolheu para serem líderes nos assentamentos, a maioria dos assentados líderes entrevistados em ambos os assentamentos respondeu que foram indicados pelos assentados em assembléia. Este dado constatado nos dois assentamentos demonstra que a democracia está presente e é uma prática sempre em construção pelos sujeitos que convivem nesta realidade.

7.1.4 Os tipos de ações coletivas desenvolvidas

Nesta parte, temos por objetivo comparar as diversas ações coletivas levadas a efeito nos assentamentos estudados, entre elas destacam-se a construção de cercas e a limpeza dos açudes em Mandacaru e a plantação de mudas de caju na área coletiva de Massangana III. A idéia é mostrar as diferenças e/ou semelhanças na produção destas ações em ambos os assentamentos.

Para podermos realizar tal tarefa, deteremo-nos na comparação das ações coletivas desenvolvidas no período da cooperativa em Massangana III e no período que denominamos “atual” (2005) em Mandacaru.

Em Mandacaru, como em Massangana III, houve ações coletivas que se desenvolveram fora do assentamento e dentro do assentamento. As ações que foram desenvolvidas fora do assentamento tiveram alguns pontos em comum, como a participação em encontros estaduais do MST e ocupações da sede do INCRA. No que se refere às pessoas que participaram destas atividades, em Massangana III foram os líderes e os sócios da cooperativa e em Mandacaru foram apenas os líderes.

A explicação para a participação mais abrangente de assentados em Massangana III em ações coletivas fora do assentamento deve-se ao fato de que neste local houve um trabalho ideológico maior das lideranças estaduais do MST com os sócios da cooperativa, bem como dos próprios líderes no assentamento.

No caso de Mandacaru, por ser um assentamento mais recente, somente os líderes participaram, porque também estes desconheciam muito do ritual ideológico do movimento. Ou seja, precisavam engajar-se mais ao movimento para entender seu funcionamento e seus objetivos para ensinar estes aos assentados e desta forma, no futuro, provocar a participação de outros assentados em ações coletivas fora do assentamento.

No tocante às ações coletivas dentro do assentamento, em Mandacaru houve ações que se direcionaram mais para a aproximação entre as famílias e a manutenção da agrovila (reuniões, assembléias, construção de cercas, entre outras) do que propriamente ações com objetivos econômicos, como foi no caso de Massangana III onde foi criada uma área coletiva para a produção de mudas de caju. O objetivo do movimento era criar com estas ações um espírito de coletividade e reciprocidade nos assentados para, principalmente no futuro, colocar em prática os ideais de cooperação baseados na coletivização das terras e do trabalho.

Em Mandacaru, os líderes priorizaram ações que fossem aos poucos criando um espírito educativo vinculado à necessidade de preservar espaços de uso coletivo no assentamento, propiciando assim, também, uma representação coletiva na mentalidade dos assentados sem impor uma idéia pré-concebida de organização social. Estas ações se deram na forma de uma educação coletiva para organizar e preservar o assentamento: “Nóis estamos formando grupos de famílias que discutem questões como o devastamento do assentamento e tem que ter um pontapé inicial e aí os coletivos tomarão um novo rumo agora” (Elvira, líder de Mandacaru). Os líderes de Mandacaru procuraram identificar em conversas com os assentados o quê para eles era melhor em termos de uma ação que pudesse congregiar esforços no sentido de favorecer a todos. Isto porque notaram que o modelo de coletivização do MST não se adequava àquela realidade, pelo menos até 2005, e que os assentados não possuem um nível de aprendizagem coletiva. “É preciso melhorá, mas a gente só melhora a partir do momento que você vai num processo lento, a gente não melhora do dia pra noite. É uma aprendizagem” (Elvira, líder de Mandacaru).

No caso de Massangana III em função de haver uma identificação de um grupo com os princípios ideológicos do MST, a forma de promoção de ações coletivas se deu, poderíamos dizer, “pelo alto”, ou seja, na forma de uma experiência de coletivização total de uma área onde todas as famílias da cooperativa pudessem trabalhar. Neste caso, a organização destas

ações foi de forma coordenada. O funcionamento se deu através de duas frentes de trabalho, a dos lotes individuais e a do trabalho na área coletiva. Todas as famílias da cooperativa participavam, tanto homem como mulher e, existia um determinado número de horas de trabalho determinado para as tarefas na cooperativa, o restante do tempo trabalhavam em seus lotes individualmente. Este trabalho durou cerca de dois anos.

De uma maneira geral podemos observar que estratégias diferentes para a produção de ações coletivas foram utilizadas pelo MST nos assentamentos estudados. De um lado, vemos que em Mandacaru, por ser um assentamento mais recente e por estar sendo coordenado por líderes com pouca experiência na militância, a tutela e o controle ideológico não foi exercido de forma a enquadrar os assentados em projetos pré-estabelecidos.

As novas lideranças promoveram ações coletivas de acordo com as vontades e necessidades dos assentados ligados ao movimento. Os assentados que eram acostumados às relações de mandonismo do ex-presidente da associação (Sávio) e que também possuíam uma história de subserviência a coronéis e mecanismos de clientelismo originários da cultura local, aprovaram a forma como o movimento tem atualmente encaminhado as demandas do assentamento que exigem ações coletivas para serem resolvidas, por ser esta uma forma democrática. Isto pode ser um bom sinal para que se criem novas ações coletivas que demandem dos próprios sujeitos envolvidos.

Sintetizando comparativamente os tipos de ações coletivas desenvolvidas nos assentamentos estudados, vemos que no caso de Massangana III, o modelo cooperativista para os assentamentos rurais expressos nos Planos Nacionais do MST da década de 90 se fez presente como uma organização mais avançada com objetivos explicitamente ideológicos.

No caso de Mandacaru observa-se que as ações coletivas ainda estão dentro daquilo que o MST chama de coletivos rudimentares, ou seja, num nível baixo de organização, onde prevalecem os mais diversos vícios artesanais de produção e convivência social, segundo o movimento. Esta visão é a dos líderes estaduais e nacionais sobre as ações coletivas nos assentamentos, que não é a mesma visão expressa pelos líderes de Mandacaru atualmente, como pode ser visto no Capítulo 5 desta tese.

De uma maneira geral podemos concluir dizendo que as formas modelares de cooperação colocadas em prática em Massangana III na forma de CPA não deram certo em função das crises criadas pelos conflitos internos originados por práticas políticas conservadoras de lideranças que repetiram os métodos dos chefes, coronéis e patrões com os demais assentados. No caso de Mandacaru ocorreu o mesmo processo, mas por sorte c/ou desconfiança dos assentados, estes não aceitaram participar destas práticas não democráticas

até o mês de abril de 2005. A partir desta data, como já expressamos anteriormente, as ações coletivas começaram a ter êxito em Mandacaru devido ao sentido que estes (assentados) deram às ações e pelo respeito das lideranças às vontades destes.

7.2 O SENTIDO DAS AÇÕES COLETIVAS: A REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA PELOS ATORES

O objetivo desta parte do trabalho é mostrar o sentido que os assentados não líderes e líderes dão às ações coletivas que produzem e das quais participam em ambos os assentamentos estudados.

Desta forma, de acordo com a idéia de subjetividade expressa por Weber (1994), da representação que o agente tem do curso de sua ação, ou seja, de um sentido subjetivamente representado, para deixar claro que a importância na ação, como nos diz Cohn (1994), referindo-se a Weber, não é o seu sentido em si, mas o modo como o agente representa para si ao conduzi-la. Em última instância na concepção weberiana tudo passa pelas concepções ou representações que os atores têm dos motivos, meios e fins das ações sociais em que se envolvem.

Esta idéia de subjetividade realça a importância fundamental do sujeito enquanto um ente autônomo que decide e dá rumo às suas ações sempre enredadas umas nas outras. Chamamos sujeito aquele indivíduo que, de acordo com Touraine (1998), faz um esforço para ser um ator, ou seja, para agir sobre seu ambiente e criar assim sua própria individuação. No caso, esta idéia de individuação se define, de acordo com o autor, pela liberdade dos indivíduos dominados pela lógica de um poder e submetidos ao controle exercido por idéias absolutas contra a personalidade e a cultura.

O que defendemos nesta tese é que o indivíduo só pode ser um ator coletivo a partir do momento em que este tenha vontade própria e faça respeitar esta vontade nas ações e relações sociais de que participa, construindo assim sua identidade. Esta identidade envolvida, da mesma forma como pensa Touraine, “com seus interesses sociais, com sua herança cultural, sua personalidade individual, tentando ser diferentes uns dos outros, não sendo manipulados pelas mensagens e pelas pressões de uma sociedade de massa, autoritária ou não, delineando seu próprio percurso individual no tempo e no espaço” (TOURAINÉ, 1998:69-70).

A idéia de sujeito não define como nos diz Touraine (1998), o papel de um superego, menos ainda corresponde às figuras portadoras de valores, como o santo, o sábio ou o herói.

Sujeito se define pela igualdade entre nós somente porque somos diferentes uns dos outros. Por isso o autor questiona:

Se definimos a igualdade por nossas crenças comuns, encontramos facilmente minorias ou até mesmo maiorias que não as compartilham e que, por isso, consideramos como inferiores. Se definimos a igualdade pelo uso comum da razão, como poderíamos negar nossa desigualdade diante da capacidade de raciocinar? (TOURAINÉ, 1998:72).

Com o reconhecimento do ator como construtor do jogo de negociação entre igualdade e diferença, não queremos reduzi-lo a um individualismo, que o faz privilegiar o seu interesse próprio e egoísta. O ator referido no caso deste estudo concreto é aquele que combina as suas concepções produzidas em um mundo técnico-econômico que é comum a ele (mundo capitalista) e as suas referências ou seus envolvimento culturais que são diferentes do mundo que objetiva, que prega e defende o movimento social a que faz parte, no caso o MST.

Não é ser burguês partir da idéia de subjetividade como apontam muitos documentos elaborados pelo MST, principalmente aquele elaborado por Clodomir de Moraes, e que é uma orientação mestra para o movimento. Para o MST seguindo as orientações de Moraes, “a característica básica do vício subjetivista que se manifesta é reflexo de uma subideologia gerada pela visão idealista determinada pelas formas artesanais de trabalho (característica do trabalho camponês)” (MORAIS, 1986:14).

Partimos do pressuposto que estas idéias de combate ao subjetivismo que se manifestam segundo o movimento em comportamentos do tipo individualista, espontaneísta, anarquista, aventureirista, de auto-suficiência, etc, se enquadram em doutrinas baseadas em concepções de criações de identidades homogêneas construídas a partir de um ideário político-ideológico que pretende modelar a consciência dos membros do movimento.

Como os indivíduos motivam-se a participar de ações coletivas mediadas por lideranças do movimento? Para nós há um conflito nesta relação. Existe aí, no caso dos assentamentos estudados, mais uma dívida moral do que propriamente uma aliança construída organicamente e conscientemente entre estes indivíduos e seus representantes. A realidade se apresenta menos na forma de um compromisso com a transformação social, ideal do MST, e mais como agradecimento pela conquista de um bem que garanta a sobrevivência do assentado e da sua família.

Percebe-se na fala dos assentados uma resistência que se traduz aos poucos em descontentamentos com a idealização do mundo criada pelos líderes do movimento. A idéia

do movimento (lideranças) é estrategicamente construir o assentamento e o assentado idealizados na sua versão de transformação social. Como nos diz Caume (2002):

Discursos articulados a técnicas e formas de intervenção material que, em sua positividade, visam não apenas direcionar e enquadrar as formas de organização e estruturação do assentamento (espacial, produtiva, política, etc), mas também construir subjetividades de homens e mulheres que ali vivem e se relacionam, conformando determinadas sociabilidades e específicos modos de pensar, agir e sentir (CAUME, 2002:105).

O MST em Mandacaru queria que os agricultores criassem uma CPA onde fossem coletivizados todos os meios de produção. No entanto, isto não foi aceito. Pelas narrativas descritas no Capítulo 4, nota-se que os assentados queriam trabalhar coletivamente, mas em trabalhos para melhorar a aparência do assentamento, cuidar dos mananciais de água, construir cercas para delimitar os terrenos, construir cercas na divisa do assentamento com outras propriedades e manter uma pequena horta comunitária. Ou seja, o desejo e a motivação destes agricultores estão aquém de qualquer projeto grandioso de mudança social. São relações comunitárias que se fazem emergir em situações em que o grupo avalia ou pratica uma ação coletiva.

No Assentamento Mandacaru, nota-se uma predisposição muito mais vinculada às atividades esporádicas no coletivo do que às atividades permanentes com grau de exigência formal. Praticar ações coletivas para os assentados de Mandacaru passa por um imaginário diferente das lideranças do movimento a nível estadual, por exemplo, que querem o socialismo no campo. Mas é importante salientar que o marcante neste assentamento é o ideal comunitário que começou a se gestar a partir de 2005, com líderes de pouca experiência militante, que estão vendo a realidade a partir do entendimento da vontade das unidades familiares e/ou dos indivíduos que as compõe.

São estes, os indivíduos, em primeira instância, que o movimento através de suas lideranças internas estão ouvindo em Mandacaru. Os assentados são agricultores cujo modo de vida é fundamentado na lógica familiar de trabalho, que têm a expectativa de que o acesso à terra lhes permita desenvolver suas práticas de produção, de comercialização e as suas relações de sociabilidade. Assim, resistem a modelos de trabalho que se distanciam de suas experiências anteriores no trato com a terra. Para os assentados, produzir ações coletivas e participar delas é de suma importância porque estas expressam a amizade, confiança, valorização interna e reconhecimento de que não são espoliados por patrões ou outros que sempre os exploraram.

Entendemos estas manifestações dos assentados de Mandacaru como uma consciência política no sentido de se manterem independentes em relação à organização mais ideológica do MST. Os líderes estaduais que denominam estes comportamentos de individualistas por não serem modelares. De uma maneira geral, que fazem uma leitura desta independência dos assentados como “derivada da relação entre ideologia e condições materiais, na qual o auto-interesse é uma sub-ideologia gerada pela propriedade privada dos meios de produção” (MENEZES & WOLFORD, 2005:07).

No caso do Assentamento Massangana III, um pequeno grupo de assentados teve uma incidência ideológica do movimento muito forte no período de luta pela terra e depois quando do assentamento definitivo. É uma situação diferenciada da anterior (Mandacaru), pois, neste caso, emergiram sujeitos coletivos no processo de luta pela terra onde foram criadas identidades coletivas num processo que teve continuidade/descontinuidade e acompanhamento do movimento após conseguirem a terra.

O MST preferiu “apostar” num pequeno grupo que se mostrava de certa forma, identificado com as propostas e idéias de ação coletiva difundidas pelo movimento durante a fase de acampamento. Quando foram assentadas as 131 famílias em Massangana III, o movimento ainda tentou criar uma consciência organizativa coletiva em todos os assentados, mas notou que apenas um pequeno grupo tinha esta identificação.

Talvez a orientação do movimento em querer implantar a todo custo uma CPA no assentamento tenha afastado alguns assentados da produção e participação de ações coletivas.

A questão é que o movimento não apostou nas famílias que ficaram na associação e dedicou-se e dirigiu-se apenas ao pequeno grupo da cooperativa. Pode ser que num primeiro momento o MST tenha acertado em concentrar-se num pequeno grupo para mostrar aos outros assentados que deveriam organizar-se da mesma maneira. A idéia do movimento era então, pelo exemplo dado, mostrar que todos deveriam organizar-se coletivamente e que a melhor maneira era procurar coletivizar tudo no assentamento.

Seguindo assim este caminho, o movimento descaracterizou as outras famílias e optou pela concepção de que a luta pela reforma agrária constitui-se num dos instrumentos para a luta de classes e que um importante elemento tático para isso seria a elevação da consciência das massas (ver Cap. 3) através da cooperação via CPA.

Esta idéia de transformação social criada pelo MST em Massangana III torna os assentamentos verdadeiros laboratórios de transformação das consciências. É necessário, a todo custo, criar identidades coletivas em espaços onde elas não existem. A construção do sujeito enquanto subjetivação ou de constituição de vontades próprias é esquecida. Ele

aparece submerso num mundo generalizante que só visualiza homogeneidades no processo de transformação social. Como dizem MENEZES & WOLFORD (2005:07), “é a velha idéia da substituição do ‘eu’ característico das subjetividades capitalistas pela do ‘nós’ da nova sociedade (socialista)”.

De acordo com Fabrini (2004), o que se verifica nos assentamentos coordenados pelo MST é que existe uma necessidade de superação das mentalidades e práticas dos assentados que se ancoram em suas trajetórias de vida. Isto pode ser visto no documento “O que levar em conta para a organização do assentamento”, elaborado em 2001 pelo movimento.

Os camponeses por serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses por organizarem o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tendem a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista (CONCRAB, 2001:07).

Segundo este mesmo autor, a eliminação das práticas de trabalho familiar e da propriedade privada nos assentamentos seria uma necessidade para o desenvolvimento econômico, social e político. A própria expansão das lutas e a realização da revolução socialista dependeriam da superação das características camponesas dos assentados.

Quando o MST não contempla os processos de subjetivação ou de individuação, submete os assentados a relações de força e dominação/resistência⁷⁶. Desta forma, a subjetividade que os assentados expressam é desqualificada e somente se valorizam os princípios que tanto constroem como são construídos pelas identidades coletivas pré-concebidas pelo movimento. São táticas fundamentadas teoricamente nos princípios marxistas de organização. Do ponto de vista sociológico entender a subjetivação dos assentados seria como nos diz Zanoni Gomes (2001), ao estudar assentamentos no Paraná, da seguinte forma:

Significa aprender a realidade não como estrutura, mas como processo, relação, heterogênesse; perceber a história sem caminhos pré-determinados, como acontecimento. Construída a partir de rupturas, bifurcações, irreversibilidade, relações que se constroem/desconstroem, num processo heterogênico e não-linear; ter presente que conservação e transformação, caos e ordem não são opostos que se excluem, mas duas

⁷⁶ - No ponto seguinte discutiremos esta questão quando trataremos das relações de poder nos assentamentos estudados.

faces de um mesmo processo: a desordem é criativa, transformadora, a processualidade da própria ordem (ZANONI GOMES, 2001:32-33).

Sem entender esta relação dialética presente nos assentamentos, de desencontros e heterogeneidades, o MST procurou nos dois assentamentos estudados, no caso da cooperativa e nos primeiros anos de gestão da Associação de Mandacaru (ASSEMA), criar novos modos de vida e novas subjetividades nos assentados. “É necessário ter um projeto de poder e para isso nos marcos do socialismo deve-se massificar a nossa proposta em todos os assentamentos” (Vladimir, líder estadual do MST-PB).

Esta estratégia de ação coletiva usada pelo MST tanto em Mandacaru como em Massangana III pode ser resumida no que disse um dos assentados: “Pra cá pro Nordeste é muito difícil... é como se fosse um choque na cabeça das pessoas” (Lauro, assentado de Massangana III).

No entanto, não é só no Nordeste que é difícil, como comprovam os estudos de Brenneisen (2002), Zanoni Gomes (2001), entre outros. Conforme Brenneisen (2002), há uma preocupação com a viabilidade econômica dos assentamentos (preocupação legítima dos líderes do MST) onde o modelo de CPA tem sido priorizado, mas o que se questiona é este modelo e a orientação político-ideológica.

Esta questão já foi muito discutida por intelectuais que estudam o MST, de reduzir a história cultural dos assentados a vícios que se manifestam em comportamentos e atitudes que prejudicariam o desempenho da empresa, no caso a CPA. O que importa para nós é ter em mente que ainda não foram superadas estas táticas pelo MST. O exemplo são os estudos de caso por nós investigados, dos assentamentos Mandacaru e Massangana III, onde existem líderes que tentam perpetuar essas idéias.

Independentemente destas controvérsias notamos que, no caso do Assentamento Mandacaru, reabrem-se novas possibilidades de produção e prática de ações coletivas. A estratégia organizacional do assentamento tem sido desenvolvida atualmente de maneira diversa à prática tradicional do MST, ou seja, tem se priorizado as representações e/ou os sentidos dados aos modos de vida que os assentados escolhem no dia-a-dia no espaço em que vivem. Na verdade, os líderes têm respeitado as vontades dos assentados e vêem que os ideais comunitários de solidariedade entre as famílias e vizinhos em ações do tipo mutirão e ajuda mútua tem sido a maneira mais correta para potencializar ações coletivas.

O alvo das críticas do MST que seria o comportamento individualista do assentado sai de cena em Mandacaru e dá lugar a construção de uma idéia de coletivo que está submetida

aos interesses puramente advindos dos indivíduos em primeiro lugar. Há uma desconstrução da forma tradicional do movimento organizar seus assentamentos dando lugar às vontades individuais. Nesta revolucionária forma de criar ações coletivas, o movimento tem ganhado adeptos que antes não faziam parte da associação e eram contra o MST.

Esta possibilidade de emergência de uma subjetividade singular em Mandacaru tem sido um elemento transformador nas relações que as famílias estabelecem em todas as instâncias da vida, sejam elas, pessoais, sociais e com a natureza.

A representação feita pelos assentados de Mandacaru quanto às ações coletivas, expressa uma subjetividade que não foge ao modo de vida anterior de como plantavam e lidavam com a terra. A expressão nova está em que aceitam erigir ações coletivas junto com o MST de forma a satisfazer necessidades coletivas e aos poucos também ir construindo uma nova subjetividade que não é a mesma da antiga relação patrão/empregado que viviam antes de serem assentados. Passa a ser uma relação construída com vistas a integrarem-se coletivamente para resolverem problemas econômicos e sociais.

Em Massangana III, as ações coletivas desenvolvidas pelo grupo da cooperativa também foram importantes na geração de valores humanos e sociais como a solidariedade, amizade e responsabilidade. Apesar de vigorarem as idéias e os princípios ideológicos do movimento, acreditamos que por ser um pequeno grupo e por terem vivenciado uma história anterior de organização, a relação entre o grupo e os líderes possibilitou uma interação que resultou em novas fases de aprendizagem coletiva.

No caso de Massangana III houve uma aceitação ideológica dos princípios do MST em função do trabalho intensivo das lideranças estaduais sobre o grupo da cooperativa, principalmente no primeiro ano de funcionamento, já que dali em diante o MST se retiraria completamente do assentamento.

Outra explicação para o relativo sucesso na produção de ações coletivas na cooperativa em Massangana III deve-se ao fato dos sócios não chegarem a ponto de coletivização de todos os meios de produção, apenas construíram ações tendo em vista o trabalho na área coletiva de modo a não afetar o desenvolvimento do trabalho nos lotes individuais.

A idéia dos líderes do MST era produzir na mentalidade dos sócios da cooperativa em Massangana III a visão e/ou a representação de que, se todos os meios de produção fossem coletivizados da mesma forma que nos 7,5 ha onde trabalhavam coletivamente, os problemas econômicos dos assentados iriam se resolver. A pesquisa mostrou que em Massangana III os

sócios da cooperativa se “encantaram” com as relações sociais advindas do trabalho coletivo. No entanto, num relativo curto espaço de tempo, romperam todo este processo.

Existia um certo romantismo enquanto todas as famílias trabalhavam na área destinada ao trabalho coletivo. De certa forma, interessavam-se em construir inter-relações sociais e estar na área coletiva trabalhando significava a possibilidade de também conseguir, via a cooperativa, favorecer-se de benesses que o MST sempre acaba dando a assentados que comungam de seus ideais coletivizantes do tipo socialista. Outra explicação está na possível dívida moral que este grupo têm com o movimento. No entanto, os agravantes de todo o rompimento foram a manipulação da liderança do MST, no caso o líder Heleno, que na lógica da defesa de interesses próprios acabou por favorecer também sua família, e a ausência de um acompanhamento daquela experiência inovadora na Paraíba pelos líderes estaduais.

No caso dos líderes, a representação feita a respeito da produção e participação em ações coletivas em Mandacaru denota que estas são importantes para o futuro do assentamento, acreditando que estas ações devam ser construídas a partir dos assentados vistos como os agentes que verdadeiramente sabem quais são as necessidades do assentamento.

Já em Massangana III, apesar de atualmente não existir nenhuma ação coletiva, os líderes do MST acreditam que elas são importantes, pois contribuem para o desenvolvimento social e econômico das famílias, porém, são céticos quanto à forma de encaminhamento dos processos passados e só dão crédito a possíveis ações se estas forem fiscalizadas diretamente pela direção estadual do MST.

Para nós, fica claro que, tanto em Mandacaru como em Massangana III, os líderes acreditam que possam ser desenvolvidas ações coletivas e que a continuidade destas depende muito do tipo de ação que for proposta. Isto porque as ações que tiveram como objetivo trabalhar coletivamente com vistas à produção de forma centralizada e amparada em pressupostos que necessariamente deveriam mudar as condutas dos assentados, não deram certo e não coadunaram com a realidade dos pequenos produtores rurais.

A abordagem dos líderes do MST na produção de ações coletivas, nos casos estudados, para nós deve-se pautar, concordando com Sherer-Warren (1997), mais em fundamentos centrados na lógica da mobilização, nos microfundamentos socioculturais, em relações específicas e contingentes, em processos sociais de duração mais curta, em territorialidades mais localizadas em conexões local-globais e em transformações pela resistência democrática.

Nos parece que antes de tudo, em ambos os assentamentos, privilegiou-se por parte do MST a tentativa de impor uma idéia de ação coletiva centrada num modelo teórico e prático único. No caso de Mandacaru esta tentativa fracassou durante a gestão do líder Sávio. Em Massangana III não houve uma preocupação em compreender as verdadeiras intenções dos sócios da cooperativa, ou seja, não se escutou a vontade dos atores e deixou-se tudo se dirigir em função de um modelo teórico unívoco numa realidade que todos sabemos, não comporta estes modelos. Outra explicação para o fracasso das ações coletivas do MST em Massangana III foi a “esperteza” de um líder que trabalhou discursando os ideais coletivos do movimento e que na prática favoreceu apenas interesses pessoais.

Foi talvez a tipologia organizacional que o MST privilegiou e escolheu para ser implantada nos assentamentos estudados até o período do líder Sávio em Mandacaru e na cooperativa em Massangana III que fez com que estas experiências fracassassem. No entanto, reforçamos novamente que no Assentamento Mandacaru as mudanças de postura da direção do MST no tratamento com os assentados e na forma como produzem ações coletivas, propiciaram resultados satisfatórios e convincentes para uma grande maioria de assentados.

É importante ressaltarmos que nos assentamentos estudados, os componentes de subjetividade emergem numa relação entre os assentados e os líderes do MST. Através destes atores é que se percebe que existe um antagonismo de lógicas e de prioridades de ação coletiva dentro de cada assentamento. Não são contradições entre estes e o Estado (contradições macro), mas contradições micro-sociais, entre líderes e assentados, no modo de construir pensamentos e ações, estratégias e lutas. Pois do lado, o dos assentados, existe um sentido de entendimento da importância da terra que é visto como a possibilidade da conquista da dignidade e da reprodução da família e do lado dos líderes é projetado como a mudança da estrutura e do sistema social.

Ressaltamos também, a importância do sujeito enquanto ator que vive nos assentamentos de reforma agrária como um foco indispensável no estudo de realidades do tipo “assentamentos de reforma agrária” e o cuidado que devemos ter, como diz Sherer-Warren (1997), quando estudamos ações coletivas rurais, de não nos prendermos a marcos teóricos fundamentados apenas na lógica dos condicionantes estruturais para se aprender a complexidade do real.

Para nós, o apelo ao respeito às subjetividades dos assentados vai ao encontro da idéia de Touraine quando se refere ao indivíduo, sujeito e ator da vida ao se dirigir à modernidade, na sua obra “Crítica da Modernidade”:

A modernidade se caracteriza pela passagem da subjetividade para a objetividade. Neste caso a idéia de sujeito, separada da idéia de natureza, tem dois destinos possíveis: ou ela se identifica com a sociedade e mais diretamente ao poder ou, ao contrário, ela se transforma em princípio de liberdade e de responsabilidade pessoais: “ser um sujeito pessoal defendendo seu direito individual ou coletivo de se tornar ator da sua própria vida, das suas idéias e das suas condutas”, ou, “viver livremente seus desejos individuais” (TOURAINÉ, 2002: 227-228).

Pensamos que o mundo das universalizações e da redução do sujeito às objetividades da ciência e das ideologias, torna este sem liberdade. O MST como um movimento social quer prender os indivíduos a estas amarras universalizantes, e muitas vezes não possibilita que o sujeito se torne um indivíduo positivamente valorizado.

Portanto, entendemos que para os assentados de Mandacaru e Massangana III se tornarem atores de suas próprias vidas, é necessário antes de tudo, serem respeitados em suas formas de pensar e em suas subjetividades, ou seja, na forma e no sentido que cada um vê o mundo. Isto significa propiciar a liberdade necessária para que nos assentamentos estudados as ações coletivas sejam formas que criem vínculos comunitários como um novo meio renovador e moderno de se relacionar nestes ambientes.

7.3 RELAÇÕES DE PODER NOS ASSENTAMENTOS ⁷⁷ : PODEREMOS VIVER JUNTOS?

Quando estudamos as relações de poder nos assentamentos coordenados pelo MST, procuramos deslocar esta análise das que colocam esta discussão apenas sob o ponto de vista do Estado. As análises de Marx sobre o poder, por exemplo, tem como diretriz central a dominação de classe. Neste caso fica explícito que a superação desta relação de classes só seria possível mediante a extinção de uma classe por outra. Ou melhor, pela dominação de uma classe sobre a outra.

A compreensão que temos sobre os aspectos que decidimos analisar neste estudo foge desta análise mais macro de poder como faz a perspectiva marxista. Não estamos deixando de lado a importância destas interpretações, mas, o que interessa especificamente para nós são as relações micro, ou seja, aquelas que se desenvolvem em todas as instâncias da sociedade e

⁷⁷ - Relações de poder e subjetividade estão intimamente ligadas neste estudo. A produção de ações coletivas pelo MST visa mudar as subjetividades que criam então relações de poder. No entanto achamos melhor separar a discussão para clarear alguns aspectos inerentes ao tipo de poder exercido nos assentamentos estudados.

que se reproduzem entre aqueles que lutam pela superação das contradições do capitalismo. Em particular queremos discutir como são construídas as relações entre os líderes do MST e os assentados nos assentamentos estudados.

No caso dos movimentos sociais em geral, e, incluindo o MST, os líderes nos assentamentos são vistos como os dirigentes do movimento e também como os “intelectuais”, que organizam as massas e produzem representações novas sobre a realidade em que vivem e o mundo como um todo. De certa forma, eles, os líderes são os portadores de novos saberes e de novos conhecimentos que se reproduzem a partir do aprendizado que adquirem na formação orgânica que o movimento lhes proporciona. Do outro lado, os assentados são os receptores destas novas mensagens trazidas pelos líderes que tem como objetivo criar novas subjetividades.

Temos que admitir que os líderes são detentores de um poder nos assentamentos e o poder nestas instâncias locais produz saber, pois conforme Foucault (1993), “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

Da mesma forma, Foucault, ao falar da relação de poder entre os intelectuais e as massas, coloca que:

O poder não está apenas nas instâncias superiores da censura, mas que se enterra muito profundamente, muito sutilmente em toda rede da sociedade. Eles próprios, intelectuais, fazem parte deste sistema de poder; a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso faz, ela mesma, parte deste sistema. O papel do intelectual não é mais o de se posicionar “um pouco à frente e um pouco ao lado” para dizer a verdade muda de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder ali onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento disso: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso” (FOUCAULT, 2003:39).

Amparados por concepções marxista-leninistas de organização, o MST em seu intuito revolucionário necessita centralizar e organizar as vanguardas de revolucionários para que reeduquem as massas para o advento do socialismo. Neste processo é que se dão os choques entre modelos adotados sem ter em vista a compreensão dos assentados. O objetivo do MST centrado em seus interesses estratégicos passa por uma “preocupação em enclausurar este espaço, em dar-lhe um sentido, um rosto, um significado. Há uma preocupação de marcá-lo com sonhos e ações humanas, de sedentarizar os homens, para construir uma nova sociedade e uma nova cultura” (ALBUQUERQUE JR., 1999:200).

Nesta construção revolucionária do movimento não há lugar para amadores, pois esta se construiu em cima de princípios organizativos, que entre tantos, destaca-se o da direção coletiva. Para o movimento o primeiro princípio é ter uma direção coletiva.

Movimento camponês com um presidente só tem dois caminhos: ou ele vai ser assassinado, ou vai ser um traidor. Para que ter um presidente se tu já sabes o destino? Todos os presidentes, mesmo os menos reformistas, podem ser facilmente cooptados, tanto para cima, para atender a vaidade pessoal, como para baixo, traíndo sua classe. Não nos faltam exemplos na história de lideranças que se aproveitaram da projeção conseguida junto às organizações sindicais ou populares para ocupar um cargo de deputado ou de prefeito. Há os que disputam e ocupam esses cargos para fazer a luta de classes avançar. Mas há os que os ocupam somente para proveito próprio. Estes, digo que foram cooptados para cima (FERNANDES & STÉDILE, 2001:39-40).

A citação acima nem sempre condiz com as atitudes e práticas colocadas aos assentados pelo MST em seus diversos assentamentos. Mas antes de julgar, é necessário ver que o movimento pelo menos a nível teórico condena práticas presidencialistas e autoritárias. No entanto, mesmo tendo este intuito, acaba por perder muitas vezes, o controle sobre seus representantes nos assentamentos. O que ocorre em determinados espaços é a falta de um preparo maior destes líderes que se perdem entre a ideologia do movimento e os interesses próprios e/ou familiares. Ou seja, nem mesmo o líder tem muito clara a compreensão de que nos assentamentos deva se criar exemplos para a sociedade de que a vida pessoal e social pode ser regida por novos valores e relações.

Sendo assim, a pergunta feita no título desta subseção da tese está ligada a estas duas dimensões colocadas na existência das realidades presentes nos assentamentos: a de novos agricultores familiares que não tinham terra e que agora são donos de um pedaço terra e a de um movimento social que quer organizar estes agricultores para a transformação da sociedade com base em teorias revolucionárias que são contra a idéia de proprietário e/ou propriedade privada.

Como resolver esta contradição na relação teoria e prática do dia-a-dia dos assentamentos? Como se comportam os líderes ao agirem ideologicamente e como os assentados reagem a este comportamento? Como entender a produção de ações coletivas capazes de colocar os interesses do MST acima das motivações e desejos dos assentados?

O que acontece é que nem sempre a decisão das ações coletivas colocadas em prática é democraticamente repartida entre assentados não líderes e líderes. Muitas vezes quem tem o

“saber ideológico”, carrega consigo pela própria experiência de vida, uma forma superior de tratar os outros, no caso, os iguais e/ou diferentes⁷⁸.

Verificando estas relações nos assentamentos estudados notamos que as exigências dos novos saberes instituídos têm se chocado com os hábitos e os prazeres buscados pelos assentados de uma forma geral. Nem todos (a maioria), querem pensar de forma a contrapor a realidade política e econômica que existe no Brasil. Suas trajetórias são marcadas pela luta por uma vida digna e valores éticos construídos no decorrer de uma longa existência sofrida como desempregados nas favelas, cortadores de cana, empregadas domésticas, etc, e não pela luta por projetos políticos que muitas vezes tem perspectivas diferenciadas de seus projetos de vida.

A valorização dos saberes científicos em detrimento de saberes do tipo “tradicional” e “empírico”, designados por Michel Foucault como saberes subjugados, talvez seja o aspecto fundamental da matriz discursiva levada a efeito pelos líderes do MST em seus assentamentos.

Este tipo de matriz discursiva se traduz naquilo que Foucault nos ensinou e que chamou de “indignidade de falar pelos outros”, ou seja, a representação de uma determinada idéia passa a dizer o que as pessoas devem falar e pensar. Nesta relação entre teoria e prática, Foucault ao falar dos prisioneiros deixa claro que:

Quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contra-discurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinqüentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinqüência (FOUCAULT, 2004:72).

Da mesma forma nos assentamentos, os assentados também têm uma teoria sobre como devem produzir ações coletivas. No caso, esta é que deveria ser ouvida em primeiro plano, e não uma teoria sobre a revolução. Acontece que a teoria pregada pelos líderes do MST nos assentamentos é segundo Caume (2002):

Colocada como uma “necessidade histórica”, como realidade mesma, e não como uma simples representação do mundo social que a ideologia do MST advoga. Nessa perspectiva, não se compreende que a realidade e a prescrição para sua conservação ou transformação não são mais do que construções sociais, imposições de visões de mundo, injunções de

⁷⁸ - No estudo que fizemos e publicado em Lazzaretti (2003), demonstramos que as trajetórias sócio-históricas e culturais dos assentados líderes e não líderes são fundamentais na aceitação ou não das ações coletivas nos assentamentos.

princípios de entendimento do mundo. Assim, a coletivização deve ser considerada como um dos elementos prescritivos decorrentes da visão do real que o MST procura difundir. O universo vocabular expresso em termos como “necessidade histórica” revela, em toda sua nitidez, o “efeito de teoria” e o objetivismo próprio à literatura de cunho marxista adotada (CAUME, 2002: 115).

São estas questões, que podem ser dirigidas ao MST na sua prática política e ideológica nos assentamentos. São estas relações que fazem com que a superioridade da análise científica da realidade social propiciada pelo marxismo, desqualifique os saberes tradicionais dos camponeses.

Por isso é que ouvimos de líderes ideológicos do MST, principalmente em Mandacaru do período da gestão do líder Sávio, que os assentados não sabem, não conhecem e por isso precisam de alguém que os guie. Nesta importância é que os discursos dos assentados são considerados fora da realidade e sem lógica. É contra este discurso que Foucault lutava dizendo que:

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica única que pretende depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 2004: 171).

Nesta perspectiva, as relações mantidas pelos líderes do MST nos assentamentos estudados se inserem de formas diferenciadas. Em Mandacaru os líderes que dirigiram a ASSEMA desde sua fundação até o ano de 2005 tiveram uma condução permeada pela atitude de prescrever ações coletivas desligadas muitas vezes do real interesse dos assentados. Por isso é que diziam que estes não tinham interesse, ou seja, na verdade desqualificavam estes interesses e /ou saberes.

Retomando e interpretando o que nos diz Touraine (1999), estes dirigentes de Mandacaru queriam “revelar” aos assentados o sentido da dominação em que estão envolvidos e não percebem, fazendo-os entender que é necessário lutar contra o Estado opressor para tomá-lo. Porém, este projeto não existe, como já afirmamos, na mentalidade dos assentados, o que eles almejam é uma vida melhor, com autonomia e possibilidade de empreender a sobrevivência para garantir a reprodução da família.

Por outro lado, notamos que o discurso ideológico produzido em Mandacaru até 2005 serviu muitas vezes para amparar líderes que faziam deste seu escudo para favorecimento pessoal. Neste sentido é que um dos assentados em determinado momento do trabalho dizia

que o melhor amigo dele no assentamento era a própria mãe em função de que não confiava em ninguém por ter visto no maior pregador da ideologia do MST, este favorecimento.

No entanto, esta relação social foi possível de ser modificada em Mandacaru tendo em vista a aceitação dos novos líderes do movimento (sem um aprofundamento ideológico das idéias revolucionárias do MST), de ver primeiro o que interessa aos assentados para depois num segundo momento promover ações coletivas que possam se mesclar às idéias do movimento.

Esta postura dos novos líderes consiste em admitir que existe no assentamento um mundo social de estruturas objetivas e, que é mais importante valorizá-las do que coagir as representações e ações dos assentados na sua cotidianidade, entendendo que isto pode transformar ou conservar tais estruturas dependendo de como vão interagir dialeticamente.

Bourdieu (1989), aborda esta questão do poder a partir da noção de campo, considerando o campo do poder como um “campo de forças” definido em sua estrutura pelo estado de relação de forças entre formas de poder ou espécies de capitais diferentes.

É um campo de lutas pelo poder diz Bourdieu (1989). Mas perguntamos: Poder para que e para quem? No caso especificamente de Mandacaru, os assentados não estão disputando poder com ninguém, o que houve foi uma imposição de poder e/ou uma relação de poder. Os poderes diferentes que estão em jogo neste assentamento são mais em função dos próprios líderes do que entre estes e os assentados. No caso, de acordo com Bourdieu (1989), um espaço de jogo, onde os líderes possuem visões diferentes e que apenas tem em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (cultural e educacional especialmente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, afrontando-se em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças. Isto se configuraria no que Bourdieu chama de poder simbólico ou poder invisível que só se pode exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem, neste caso os assentados.

No entanto, apesar dos assentados não estarem conscientemente disputando poder, a imposição de poder dos líderes cria relações de poder. Estas posturas não democráticas, clientelísticas e autoritárias nos assentamentos principalmente no que se refere à postura que tem sido adotada por lideranças e dirigentes na gestão das associações e cooperativas do MST, tem sido segundo Brenneisen, detectadas pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), órgão ligado ao movimento.

Muitos dirigentes ao assumirem a titulação de presidentes de associação, cooperativas, do assentamento, transformam-se e passam a ter práticas políticas conservadoras, repetem os métodos dos chefes, caciques, coronéis e patrões com os demais assentados. E alimentam na base essa dependência e essa relação (CONCRAB, citada por BRENNEISEN, 2002:266).

Estas posturas assumidas por determinados líderes do MST nos assentamentos também se reproduziram em Massangana III, onde no grupo dominado ideologicamente pelo movimento, se fizeram presentes.

Em Massangana III a cooperação se apresentava ao movimento com condições objetivas e subjetivas⁷⁹ de ser realizada como exemplo para todo o estado da Paraíba. As condições objetivas se caracterizavam pelo nivelamento das famílias que tinham todas o mesmo perfil econômico e social. Também se somando a isso, existia uma boa área de terra coletiva para exercer uma atividade econômica, bem como condições naturais propícias. Além disso, as ações coletivas iniciais, como reuniões, eram extremamente favoráveis, pois, não existiam conflitos.

Este pequeno grupo de famílias também dispunha das condições subjetivas, que são o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra. Desta forma, então, não faltava nada ao grupo da cooperativa para ter sido um exemplo de cooperação em Massangana III.

No entanto, como o próprio MST tem consciência, as duas condições devem andar juntas e quando só existem na aparência, o projeto tende ao fracasso. É bom salientar também que estamos estudando casos e desta forma não podemos combater ou condenar a experiência de cooperação do MST pelos nossos casos, pois a priori estudos de caso não podem ser generalizados.

Especificamente em relação a Massangana III, a situação foi um fracasso devido a várias causas já citadas, mas a mais importante a destacar foi a do descumprimento de regras coletivas por um dos ex-líderes da cooperativa. Segundo FERNANDES & STÉDILE (2001:42), “estando na organização de livre vontade, tem que ajudar a fazer as regras e a respeitá-las, tem que ter disciplina, respeitar o coletivo”.

Esta causa do rompimento na produção de ações coletivas na cooperativa gerou aquilo que o próprio movimento condena, ou seja, “o descompasso da direção com a vontade do povo” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:44). A prática de vinculação com as bases, que é

⁷⁹ - Segundo Fernandes & Stédile (2001), as formas de aplicação da cooperação agrícola do MST nos assentamentos devem apresentar estas condições para serem implantadas.

um dos princípios do movimento, foi rompida. O comportamento do líder mais importante da cooperativa foi contra os princípios do MST, tornando-se, como os autores acima chamam aos que se deixam cooptar pelo capitalismo quando assumem responsabilidades, vaidoso, personalista ou ideologicamente fraco.

O que ocorreu em Massangana III em termos de motivos que propiciou o fim da organização da cooperativa deu-se também pela falta da presença dos líderes estaduais no assentamento para controlar as ações dos líderes. Esta falta de acompanhamento criou um enfraquecimento natural da liderança e tornou-a suscetível ao “pecado da ganância”. Quando as coisas começaram a ficarem “soltas”, sem uma fiscalização do MST, abriu-se à prática da política conservadora por parte da liderança.

Neste sentido, o que se viu em Massangana III foi a extinção das ações coletivas orientadas pelo MST, por causa do favorecimento da representação. Neste caso, um indivíduo se tornou alvo de poder, que segundo Foucault (2004), é produtor de individualidade. Um indivíduo se tornou uma produção do poder e do saber. O que significa isto falando de Massangana III? Que o MST criou em seu líder um saber político em função da militância anterior e da experiência com organização que possibilitou a este um aprendizado real e prático que culminou em relações de desejo, poder e interesse, relações estas mais complexas do que o próprio MST imaginava que pudessem ocorrer no assentamento.

Desta forma se olharmos para os casos estudados, os líderes do movimento, no caso de Mandacaru, consideram a cultura da região individualista e que há falta de confiança entre as pessoas. De acordo com Menezes & Wolford (2005), esta visão dos líderes locais, deriva-se da leitura do movimento quanto à relação entre ideologia e condições materiais, na qual o auto-interesse é uma sub-ideologia gerada pela propriedade privada dos meios de produção, palavras escritas claramente no texto de Morais (1986).

No entanto, se pensarmos nas novas maneiras como os líderes a partir de 2005 estão praticando os princípios do MST em Mandacaru, se manifesta neste caso, um respeito às formas de pensar próprias das famílias ali instaladas. Isto denotaria uma possível mudança de postura que se estaria colocando em prática pelo movimento e/ou por pessoas ligadas ao movimento, mas que tem um desconhecimento de sua ideologia. Acreditamos que estas novas posturas dos líderes na discussão entre individualismo versus ações coletivas são extremamente significativas, pois deixando de lado modelos ideais a priori de organização social, política e econômica, estão criando uma nova sociabilidade nos assentamentos no país, onde o movimento começa a apreender a si mesmo perante o outro e, onde o outro se torna verdadeiro para o movimento descobrindo-se como sua própria condição de existência.

Ao contrário, em Massangana III, que adotou outros contornos de relacionamento mais coletivista e mais aberto à ideologia do MST, as relações sociais, políticas e econômicas se mostraram abertas e democráticas, mas se revelaram num empreendimento tendo em vista um meio e não um fim em si mesmo. As ações coletivas ali desenvolvidas, permeadas por esperanças acabaram por serem definidas em função de uma parte minoritária, ou seja, numa dimensão individual que teve como consequência prática, a escolha de outros homens, o que significa dizer que quando o líder Heleno escolheu a esperteza pessoal, “contaminou” outras pessoas, pois seu ato individual engajou todo o assentamento, que até a realização da pesquisa de campo não desenvolvia nenhuma ação coletiva.

Portanto, as relações de poder que existiram em ambos os assentamentos estudados não estão desvinculadas dos atos individuais dos homens. Atos estes camuflados em ideologias, mas direcionados por vontades humanas que interpretamos como verdades e ações que implicam uma subjetividade humana e/ou em última instância, uma vontade dos líderes que antes da ideologia tinham projetos próprios. Aqui queremos deixar claras as mudanças ocorridas em Mandacaru a partir de 2005 que obedecem também a subjetividades, mas num contexto em construção e engajamento de todos no assentamento.

7.4 O MST ENTRE O REAL E O ABSTRATO: QUE DEMOCRACIA CONSTRUIR NOS ASSENTAMENTOS E COM QUE IDEOLOGIA?

A idéia desta parte do trabalho é discutir algumas questões levantadas a respeito do modelo de subjetividade adotado nos assentamentos do MST, dar relevância à opinião dos líderes estaduais do movimento sobre a produção de ações coletivas nos assentamentos da Paraíba e discutir com alguns críticos contundentes do MST sobre a doutrina do movimento.

7.4.1 Subjetividade e escolha

Alguns estudos sobre assentamentos de reforma agrária coordenados pelo MST (Brenneisen (2002), Caume (2002), Fabrini (2004), Martins (2003a), entre outros), realçam os problemas do modelo agrário proposto adotado pelo movimento, embasado no combate severo à natureza do capitalismo. Estes estudos levam em conta as ambigüidades dos sujeitos

da reforma agrária e os percalços dos líderes apoiados “na doutrina superficial, improvisada e precária” (MARTINS, 2003a:10).

Diferentemente do que pensam estes estudiosos, acreditamos que a subjetividade expressa pelo MST nos assentamentos é reflexo da visão social, política e econômica de seus líderes que se encaixa dentro dos parâmetros clássicos definitórios de movimento social (ver Sherer-Warren (1984) e Touraine (1996)). Neste sentido, sermos críticos do MST é uma coisa e querer desqualificá-lo enquanto movimento social é outra.

A postura que tomamos é a de discutir as formas que este movimento social utiliza para implementar sua linha teórico-ideológica nos assentamentos, ou melhor, como o MST quer se fazer movimento via este ideário junto aos assentados. Como investigadores da trajetória do MST, pensamos que podemos humildemente contribuir para o movimento, levantando algumas dúvidas sobre as idéias colocadas em prática em termos ideológicos nos assentamentos.

Já foi por nós detalhado o ideário do MST no Capítulo 2 e 3 do trabalho e agora o que queremos, então, apoiados na experiência de campo *in loco*, refletir sobre a formulação teórica do MST e a prática a partir dos assentamentos estudados, em termos de ação coletiva.

Nossa postura não é de resignação frente ao pensamento ideológico do MST. Ela parte da idéia de que o conceito de subjetividade não determina o isolamento do homem em si mesmo, tornando-o incapaz da solidariedade com outros homens. Pelo contrário, acreditamos que a ação implica um meio e uma subjetividade humana.

A questão a ser pensada é a forma como esta subjetividade geral do movimento enquanto um ser que quer transformar revolucionariamente a sociedade é levada a efeito até a consciência dos assentados, ou seja, como a visão marxista-leninista de estruturação social não leva em conta a realidade dos sujeitos da reforma agrária e suas subjetividades.

Assim como Touraine e Weber, não acreditamos em valores universais absolutos, mas sim em construções histórico-culturais forjadas socialmente e tendo, portanto, um sentido atribuído pelos sujeitos em suas interações e disputas. Por isso é tão importante ouvir os atores sociais envolvidos na transformação histórica, no caso o assentado e os líderes do MST.

Para desempenhar esta tarefa é importante compreender o que está em jogo (*enjeu*) como diz Touraine. E isto só se faz compreendendo o pano de fundo histórico em que os movimentos se estruturam e interpõem-se, ou seja, o ambiente social e político onde e pelo qual os sujeitos estabelecem suas posições e suas disputas (historicidade).

Assim, compreendemos que, o que está em jogo, é uma disputa pelo controle da historicidade e, para nós, é isto que não entendem os críticos do MST. Bem como, do outro lado, estão os assentados que também não entendem esta disputa e acabam muitas vezes apoiando doutrinariamente o movimento ferindo suas próprias tradições e convicções sobre o mundo.

Nessas condições, o que o MST visa é transformar a ordem estabelecida tentando construir um sujeito coletivo que vá contra os valores e orientações gerais da sociedade e que questione a dominação social. O problema reside aí, somente aí. Por que? Respondemos dizendo que este projeto não está presente na subjetividade de cada assentado.

Talvez as dificuldades do MST se encontrem exatamente na falta deste entendimento. Não compreendem o universo da individuação de cada assentado. Não visualizam as trajetórias sócio-históricas e culturais como determinantes do desejo de cada um. Não entendendo isso, objetivamente o que aparece para o movimento é uma massa de camponeses que deve acreditar nos ideais propagados pelos seus líderes e necessariamente deve lutar contra todos que discordam destas idéias. É o caso de quando Moraes (1986), fala do combate aos vícios artesanais determinados pelos camponeses que relutam em trabalhar de forma individual: “ao defender o indivíduo, o individualista tem presente a defesa de seu próprio interesse...” (MORAIS, 1986:25). Ora, nada mais cultural do que defender seu próprio interesse. Aliás, interesse da família. Isto sempre foi a prática dos camponeses brasileiros. Como combater isso? Responde Moraes: “‘vigilância’, manter a unidade e disciplina dos grupos zelando pelo fiel cumprimento dos princípios da empresa, das técnicas organizativas e por meio da crítica” (Idem:33).

Objetivamente, nos casos estudados, isto é utopia. Na mentalidade dos assentados de Mandacaru e Massangana III estas idéias de empresa e de combate e crítica ao individualismo não existem. Mas por que o MST insiste nestas idéias? Porque é um movimento social com uma ideologia muito forte. Se isto dá certo é outra questão. Acreditamos que até num futuro distante isto possa vir a acontecer nos dois assentamentos, ou seja, criarem ideais socialistas, mas, por ora, a realidade se realiza muito mais para viverem de forma cultural e social de aproximação via a reciprocidade em ações mais pontuais como o plantio, a colheita, a limpeza dos assentamentos e/ou alguma atividade que venha de encontro ao bem estar de todos. Assim, é necessário que o movimento entenda que antes de tudo é necessário compreender os desejos individuais.

Para nós, não será o MST com sua ideologia leninista que vai teleologicamente dizer e definir o que é melhor para os assentados. O movimento poderá auxiliar, mas acreditamos que

somente o próprio assentado tem que escolher o que é melhor pra si e sua família. Como dissemos, talvez o movimento possa auxiliá-lo, mas nenhuma ideologia poderá indicar ao homem o caminho a seguir sem antes ele ter plena consciência do caminho que escolheu. Mesmo que existam sinais no mundo que façam com que os assentados escolham um caminho, ainda assim, é o “eu” quem escolhe.

Os assentados podem contar com os “camaradas” do MST (líderes) na luta, na medida em que esses “camaradas” estão engajados com eles numa situação concreta e comum, na unidade do assentamento, em um grupo de trabalho que, em linhas gerais, cada assentado possa controlar. Neste sentido, pensamos que não podemos contar com homens que buscam legitimar sua representatividade na bondade humana ou no interesse coletivo, já que o homem é livre e construtor de sentidos para suas ações. Desta forma, salienta-se o exemplo de Sartre sobre os movimentos revolucionários:

Não sei qual será o futuro da revolução russa; posso admirá-la e tomá-la como exemplo, na medida em que tenho provas, hoje, de que o proletariado desempenha, na Rússia, um papel que ele não desempenha em nenhuma outra nação. Mas posso afirmar que tal situação irá forçosamente conduzir ao triunfo do proletariado; devo ater-me ao que vejo; não posso ter certeza de que meus companheiros de luta retomarão o meu trabalho após minha morte para o conduzir à máxima perfeição, visto que esses homens são livres e decidirão livremente, amanhã, sobre o que será o homem; amanhã após minha morte, alguns homens podem decidir instaurar o fascismo, e outros podem ser bastante covardes ou fracos para permitir que o façam; nesse momento, o fascismo será a verdade humana e pior para nós; na realidade, as coisas serão como o homem decidir que elas sejam... não é preciso ter esperança para empreender (SARTRE, 1984:12-13).

Talvez a última frase dita por Sartre (“não é preciso ter esperança para empreender”) na citação, contemple uma possibilidade de engajamento dos assentados ao MST. Portanto, a realidade não existe a não ser na ação e nela é que talvez possa se apostar para que o conjunto da doutrina do movimento venha a ser empreendido pelos assentados, mas, acreditamos que antes disso, estes, devem apreender-se a si mesmos num processo de aprendizagem coletiva.

7.4.2 A visão dos líderes estaduais sobre as ações coletivas

Os líderes estaduais do MST são aqueles que tem a incumbência de organizar toda a agenda no que se refere aos temas e ações no estado da Paraíba em conformidade com as

diretrizes gerais aprovadas nos congressos nacionais do movimento. Estas funções vão desde a organização para a ocupação de prédios públicos e áreas para a reforma agrária até reuniões na sede em João Pessoa e sub-sedes no interior do estado. Ou seja, eles são responsáveis por todas as demandas gerais e específicas do movimento. Também, produzem os “direitos” dos trabalhadores segundo a ideologia do movimento e repassam estes aos líderes nos assentamentos sob sua tutela.

Sendo assim, produzem ações coletivas que se orientam pela lógica leninista de organização, que como já mostrada anteriormente, obedece ao centralismo democrático. Isto significa que quem decide os “direitos” dos assentados nem sempre são eles próprios, mas suas representações.

No caso da Paraíba, a característica dos líderes estaduais é similar a dos líderes do MST no restante do Brasil, não fugindo em nenhum momento da essência ideológica que dá as diretrizes para este movimento social. No entanto, algumas diferenças existem no tocante a origem destes líderes. Dos seis principais líderes entrevistados que atuam na Paraíba, a maioria veio de outros estados, como é o caso de Rosa, Vladimir, Ernesto e Karl⁸⁰.

Esta estratégia que o movimento usou se deu em função de que quando da expansão do movimento do Sul para o restante do país, necessitava-se de líderes mais experientes para iniciar a organização do movimento para este se tornar um movimento nacional. Segundo Fernandes & Stédile (2001), nos anos de 1981 a 1982 a partir de reuniões feitas junto com a CPT na Diocese de Goiânia-GO, “cresceu a convicção de que deveríamos construir um movimento nacional e romper com o regionalismo gaúcho, sempre muito cioso de si, que achava que sozinho podia ir longe” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:21).

Neste sentido, nada mais natural do que contar com a experiência de luta de militantes de outros estados para alargar as fronteiras territoriais do MST. É salutar citar que nas primeiras reuniões das lideranças do movimento a nível nacional esteve presente o Sociólogo José de Souza Martins que inclusive foi o autor desta idéia que influenciou os líderes nacionais como João Pedro Stédile. Segundo Fernandes & Stédile, afirmou Martins na época: “a luta pela terra no Brasil só terá futuro e somente se transformará em um agente político importante para mudar a sociedade se conseguir adquirir um caráter nacional e se conseguir organizar os nordestinos” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:21).

⁸⁰ - Utilizaremos metodologicamente nomes fictícios para os líderes estaduais para preservar suas identidades.

No entanto, o problema não é o fato das lideranças virem de outros estados. O problema que constatamos é a agenda nacional e o modelo de reforma agrária do MST serem colocados de forma homogênea para todos os estados. Isto inclusive tem sido motivo de grandes debates entre os chamados “amigos” do MST e os “inimigos” do movimento. Acreditamos que pelas diferenças regionais as agendas deveriam ser adaptadas às regiões, coisa que o movimento por sua ideologia não tem aceitado. Navarro (1997, 2003, 2005), condena esta postura do movimento dizendo que se trata de uma orientação no mínimo problemática devido a enorme diversidade social, cultural e econômica do país. Concordamos com o autor, pois, vemos que há muitas diferenças quando comparamos a região Sul com as regiões Norte e Nordeste, principalmente na racionalidade das famílias quanto ao desenvolvimento econômico nos assentamentos.

Desta forma, muitas vezes há “choques” entre estas idéias que querem ser colocadas em prática em termos de ações coletivas por líderes vindos do Sul com relação às famílias assentadas aqui no Nordeste. Mas, salientamos que estes “choques” ainda estão pelo que a experiência nos dois assentamentos estudados nos mostrou, a nível mais ideológico (em termos das idéias socialistas) do que na adequação de maneiras de produzir do Sul para o Nordeste.

Esta questão ideológica às vezes mais atrapalha do que ajuda o movimento na organização dos assentamentos. Nota-se que em Mandacaru o primeiro presidente da ASSEMA teve problemas porque insistia na doutrinação. Tanto em Mandacaru como em Massangana III a ideologia de alguns líderes foi uma forma de receberem apoio do movimento para ações desonestas e interesseiras.

Quando perguntamos para os líderes estaduais como era a relação destes com os assentados na Paraíba, transpareceu claramente estas premissas ideológicas como norteadoras das ações coletivas, bem como suas origens, como percebemos nos depoimentos seguintes:

Em todo movimento, em todos os estados você tem pequenos conflitos sim. Mas eu diria que é harmoniosa uma vez que independente de a gente estar ligado à atividade de agricultura ou não, porque o movimento não é apenas um movimento de agricultores, é um movimento de militantes que lutam pela reforma agrária e por um Brasil diferente (Vladimir, líder estadual do MST-PB).

A gente tem uma história aqui na Paraíba de líderes, dirigentes das direções, na verdade eles não são da Paraíba então, desde 1992 quando o MST se instalou aqui na Paraíba, ele teve o papel de criar novas lideranças aqui do estado né. Então, a relação dos dirigentes com os assentados é uma relação de companheirismo e, sobretudo de desafios,

ser companheiro é estar no mesmo lado da trincheira acima de tudo é um desafio (Karl, líder estadual do MST-PB).

Está claro que como o MST é um movimento social, estes líderes devem defender a ideologia deste movimento em primeiro lugar. No entanto, a realidade dos assentados muitas vezes não comporta estas idéias, e quando não gera conflito, gera o quietismo por parte destes.

Acreditamos a partir da realidade estudada que a ideologia quando é colocada de maneira vertical e a priori desta mesma realidade, não contribui para as mudanças sociais necessárias nos assentamentos. Os sentimentos e as necessidades dos assentados muitas vezes não se expressam em uma luta pelo socialismo e por mudanças profundas na realidade brasileira. Este descompasso assinala a falta de interlocução da teoria com a prática nos assentamentos.

Apesar disso, os discursos dos líderes estaduais tentam explicar esta contradição de forma a compreender que a realidade é uma coisa e a ideologia é outra e que tudo depende da construção contínua em longo prazo, para que os assentados aceitem que sua única saída é lutar contra a exploração capitalista. Perguntados se os assentados têm consciência das idéias teórico-ideológicas do movimento, responderam:

Bom isso é um processo de longo prazo, você não pode se você quer, se você me pergunta hoje, por exemplo, um assentado que tá cuidando de sua vaquinha lá no interior da várzea paraibana automaticamente ele faz a conexão da necessidade da reforma agrária que saia dos marcos do capitalismo uma vez que a ele não interessa mais fazer a reforma agrária e que passa pela defesa de uma política de Estado que vise não só a reforma agrária, mas, a mudança estrutural da sociedade, que define também automaticamente a mudança de um modo de produção, bom aí seria enganoso de minha parte, agora se você acredita de que a formação é um processo contínuo no ser humano, ininterrupto porque depois que você inicia na militância você vai gradativamente tendo acesso a mais informação, então eu diria que acredito nesta possibilidade que aos poucos a base vai tomando consciência e a consciência se forja na luta e não apenas no discurso político e não apenas no curso e não apenas na palestra (Vladimir, líder estadual do MST-PB).

Eu não posso te afirmar que ele tenha toda consciência, mas é levado pra ele essa proposta, a consciência é um processo de formação que a gente vem trabalhando muito em cima disso, então no início ele tem mais a necessidade do que propriamente a consciência (Frederico, líder estadual do MST-PB).

Estes dois depoimentos, reforçam que para os líderes estaduais a ideologia está acima de qualquer coisa, e é um processo que aos poucos pela formação política que o movimento dá via sua mística, vai sendo compreendido e adotado como uma nova forma de conviver nos assentamentos. No entanto, nos dois assentamentos não verificamos a ocorrência destas mudanças, com exceção dos novos processos de aprendizagem coletiva em Mandacaru, mas, é muito cedo para dizer que aquela experiência vá resultar nesta consciência revolucionária.

Sobre se acreditam na revolução socialista e como se deve chegar até ela, tendo como contraponto a realidade agrária brasileira e os assentamentos sob a coordenação do movimento afirmaram:

Eu acredito sem sombra de dúvida que o marxismo é o fio condutor desse processo né, mas nós temos que ter a audácia de construir uma proposta socialista própria, brasileira, latino-americana, e que pra nós hoje passa por várias frentes né, pela articulação dos movimentos sociais, pela articulação dentro destes movimentos e pela construção de um projeto diferente e automaticamente você tem conectado as duas coisas né. Você não conquista o poder sem um projeto e não tem o poder também sem ter um projeto. Então as duas coisas estão interligadas, então não tem como ter poder sem projeto e não há como ter projeto sem querer estar no poder. E o poder você vai conquistando dentro do processo de luta contínua, é nisso que a gente tem que apostar como marco maior da construção do socialismo né (Vladimir, líder estadual do MST-PB).

A revolução socialista como dizia CHE GUEVARA, façamos nós mesmos o homem do século XX né, e agora do século XXI, logicamente que acredito e luto e a minha militância é dedicada a isso. A gente construir uma nova sociedade. E a revolução socialista é o nosso grande objetivo e unir a classe trabalhadora como um todo (Karl, líder estadual do MST-PB).

Acredito que será um passo fundamental para que a sociedade seja igualitária (Ernesto, líder estadual do MST-PB).

Neste contexto ideológico das respostas dos líderes estaduais sobre o que pretendem da reforma agrária, vê-se um meio para conseguir um fim. Para o bom entendedor, meias palavras bastam para compreender que o “fim em si” da luta pela reforma agrária e da organização dos assentamentos é a revolução socialista. Não há motivos outros que não o revolucionário, por isso o MST possui uma práxis, uma ideologia, um projeto e uma direção e organização bem estruturados. A questão é saber se os assentados que estudamos conhecem estes temas.

Quando perguntamos aos assentados se sabiam desta estratégia do movimento de luta pelo socialismo e pela coletivização dos meios de produção, estes responderam: “Não sabia

não. Eu não sei o que é isso” (Cláudio, assentado de Mandacaru). “Na cabeça dos assentados não estão estas idéias, os assentados querem mais é produzir e viver da terra né por isso que a gente saiu das ponta de rua pra procura o sustento da família e não brigá e fazê revolução com os fazendeiros, eu acho que o MST está num caminho totalmente errado” (Heleno, líder de Massangana III).

Por isto, declarações como a do filho do líder maior do MST no Brasil, Miguel Stédile, à Revista Época de 07/07/2003 nº 268, de que o movimento “quer a socialização dos meios de produção e que vai adaptar as experiências cubana e soviética ao Brasil”, nos fazem ver que há uma distância muito grande desta idéia para a realidade dos assentamentos que estudamos na Zona da Mata paraibana e do Cariri. Os assentados nem de longe sabem o que significa isso, muito menos tem noção de socialismo ou de que a idéia do MST seja de coletivizar todos os lotes para que vivam bem e melhor. Este imaginário não existe em nenhum dos dois assentamentos a não ser na mentalidade de alguns líderes estaduais e locais.

Sobre as ações coletivas colocadas em prática nos assentamentos recaem estes pressupostos ideológicos dos líderes e da mesma forma como mostramos anteriormente, o discurso dos líderes estaduais não são incorporados linearmente pelos assentados de Mandacaru e Massangana III. Nos casos estudados, o movimento, com exceção de Mandacaru a partir de 2005, não faz o caminho de primeiro ir até aos assentados e perguntar o que acham prioritário para suas vidas. Ao contrário, reforçam a tese leninista de primeiro construir pelo alto, implementando suas idéias a partir de um pensamento a priori. O depoimento do líder estadual abaixo denota muito bem este descompasso e a visão leninista:

Pois é, não é diferente de outros estados, tu tem uma direção política, essa direção tem a tarefa de pensar, projetar as atividades, algumas delas de cunho nacionais ou mais amplas, outras de cunho mais locais que de fato há uma direção analisando a necessidade de implementar, e a partir daí se estabelece a vinculação com os dirigentes intermediários, com os coordenadores de brigadas que vão junto com a direção política implementar aquilo que a gente tratou como linha mais ampla de trabalho (Vladimir, líder estadual do MST-PB).

De uma maneira geral, esta postura ideológica leninista não tem sido entendida pelos assentados, mas, mesmo assim, a presença do movimento contribui para a resolução dos problemas mais imediatos dos assentados como a falta de recursos para investimentos e infraestrutura. Por isso é importante ter claro que o MST é um movimento social e, sendo assim, tem o aval para se comportar da forma como atua organicamente e isto tem permitido a milhares de famílias a possibilidade do retorno à terra e de uma vida melhor. O problema é

saber qual o efeito que essa idéia que o movimento prega de mudança social via revolução terá para a melhoria de vida dos agora “com terra” em longo prazo. Esta crítica discutiremos logo abaixo a partir do entendimento de alguns estudiosos do MST que apoiavam o movimento e que hoje são vistos como inimigos do mesmo.

7.4.3 Que ideologia ou democracia construir nos assentamentos?

O MST tem sido alvo ao longo dos anos de diversas críticas com relação à forma como implementa suas ações coletivas nos assentamentos. A trajetória inicial do movimento, que teve suas raízes calcadas no pensamento religioso elaborado pela CPT, expressava uma vocação ecumênica na qual os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores ligados à Teologia da Libertação discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. “A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “espera que tu terás terra no céu” para dizer pelo contrário, “tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra”” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:20).

Desta maneira, o pensamento do movimento foi direcionado em torno de uma visão teológica que procurava aliar a base do movimento à fé religiosa mesmo não tendo claro inicialmente que sua luta mais tarde seria uma luta de esquerda contra o Estado e contra o Capital.

Porém, apesar de incorporar a religiosidade na sua gênese, o passar dos anos leva o movimento a assumir uma postura em termos de escritos e ações, que o vinculam a uma idéia universalista de transformação social centrada no ideário marxista-leninista, fugindo assim dos princípios religiosos advindos da CPT.

Estas mudanças no perfil da produção da ação coletiva geraram críticas até mesmo de quem sempre esteve ao lado do movimento como é o caso de José de Souza Martins e Zander Navarro⁸¹, dois professores universitários com muita credibilidade nos estudos sobre movimentos sociais rurais no Brasil.

O professor José de Souza Martins como já afirmamos anteriormente, influenciou os primeiros líderes do MST através de suas assessorias prestadas a CPT no início da década de 1980. O professor Zander Navarro, que realizou sua formação acadêmica com base em

⁸¹ - Colocamos os dois professores como interlocutores na discussão em função de que atualmente assumem abertamente uma postura crítica ao MST e ao mesmo tempo são reconhecidos pelo movimento como os principais inimigos declarados de sua forma de agir e pensar ideologicamente.

estudos de caso nos assentamentos do MST, também tem sido um forte adversário da forma ideológica de cooperação que o movimento promove nos assentamentos. Devido a tais críticas estes dois estudiosos, que ajudaram praticamente a fundar o MST, hoje são considerados “inimigos” pelas lideranças do movimento.

Para o MST a tese em que se apóia o professor Zander Navarro é construída em cima de um estudo de caso sobre a cooperativa de Nova Ramada, no município de Júlio de Castilhos-RS e, portanto não pode ser generalizada, pois “se criamos uma forma de cooperação que não era adequada às condições objetivas e subjetivas daquele lugar, não significa que a forma está errada” (FERNANDES & STÉDILE, 2001:103).

Na verdade, as críticas feitas por Zander Navarro não se restringem somente ao estudo de caso citado por Fernandes & Stédile. A crítica é feita em cima da forma como o MST atua na organização dos sem terra na luta pela terra e dos assentados, sendo que o autor chama esta atuação de infantilismo político do movimento. Em síntese a crítica feita por Zander Navarro está relacionada ao MST enquanto uma organização política que em determinado momento de sua existência ao se desligar praticamente de suas bases ideológicas formadoras começa a atuar enquanto não mais um movimento social e popular e sim enquanto um movimento do sistema político.

A crítica negativa ao MST feita por Navarro, se dirige principalmente aos seus dirigentes, pelo fato destes preferirem manter um “aventureirismo pseudomilitar” que inebria suas mentes. Para Navarro é fácil fazer de pessoas sem qualquer base educativa, “aliadas”, pois, pertencem a famílias pobres e que nada tem a perder e acima de tudo ficam a margem de qualquer responsabilização, especialmente quanto ao uso de fundos públicos. “O MST não acredita em procedimentos democráticos, não se interessa pela transparência de sua organização e evita a responsabilização de suas ações, mas cobra tudo isto dos demais atores políticos” (NAVARRO, 2005:02).

Esta afirmação de que o MST não é democrático condiz com a realidade que estudamos. Apesar disso, os assentados visualizam o movimento de outra maneira e como mostramos anteriormente nos perfis dos assentados não líderes a relação que estes mantêm com o MST é democrática e de satisfação, como denotam os depoimentos abaixo:

O pessoal do MST são gente muito boa. São pessoas boas que ajuda a gente também. São tudo bom. Porque eles sempre traz melhoria pra gente, né (Márcia, assentada de Mandacaru).

Prá mim é um movimento muito bom. Não tem o que se fala dele não. Prá mim é ótimo, eles ouve a gente quando vem aqui (Robinson, assentado de Massangana III).

Minha opinião sobre o MST é que se não existisse o MST não existiria a reforma agrária (Ronaldo, assentado de Massangana III).

Continuando a sua crítica ao MST, Navarro diz que o movimento possui uma estrutura vertical semelhante a dos partidos políticos e que não é verdade que os grupos regionais do movimento tenham autonomia para decidir suas ações.

Para os líderes do MST é bem verdadeiro que o movimento tenha uma estrutura semelhante a um partido (leninista), mas seus depoimentos desmentem a formulação de Navarro quanto à falta de autonomia regional para decidir e colocar em prática suas ações.

As ações do movimento são pensadas pelo povo, aprofundadas na direção que é a coordenação estadual e retornada ao povo pra discutir e se concretizá (Frederico, líder estadual do MST-PB).

A gente só propõe ações levando em consideração toda formação sócio-cultural dos agricultores né, tendo em vista que os agricultores tem esta tendência de ações individuais, talvez seja a questão de quebrar o individualismo pra isso a gente tenta implementar em toda sua efetividade a ação coletiva (Karl, líder estadual do MST-PB).

Navarro, rebatendo uma crítica feita a sua postura por outro professor pesquisador dos movimentos sociais rurais (Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁸²) e considerado amigo do movimento, diz:

Não é possível realizar pesquisa social permanecendo apenas nos gabinetes da universidade ou ouvindo os fantasiosos discursos dos dirigentes do MST. Será que o ilustre professor imagina que famílias pobres se organizarão disciplinadamente, por um passe de mágica, para realizar uma ocupação de terra? Alguém, treinado e pago, obviamente organizou a ação. Esses são os militantes funcionários e se submetem rigidamente à direção nacional... isto se chama apenas a lógica da ação coletiva. Se fosse informado, por exemplo, saberia, que um deputado estadual eleito pelo MST produz automaticamente entre 15 e 20 novos militantes em tempo integral. Estes não obedecerão a nenhum comando? (NAVARRO, 2005:03).

⁸² - O Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira da Universidade de São Paulo (USP), teria afirmado em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo que é impossível qualquer trégua com o MST porque não se trata de uma organização com estrutura vertical tradicional, semelhante à dos partidos. Cada grupo regional teria autonomia para decidir suas ações.

Esta resposta crítica de Navarro desemboca em outra ainda mais contundente que diz respeito à proposta do MST de substituir o modelo agrário vigente por outro baseado na pequena propriedade familiar. Neste sentido, afirma o professor:

Os dirigentes sequer sabem sobre o que estão falando, inclusive porque sua visão de mundo é fruto de limitadíssima visão dogmática, e me causa espanto que autoridades e estudiosos atribuam importância maior às declarações oficiais do MST, como se relevantes fossem. Deixo apenas uma pergunta ilustrativa: como encarar seriamente uma organização que prega o socialismo e a ruptura com o sistema econômico, mas também prega a multiplicação da propriedade familiar e a ampliação da reforma agrária, que na história dos países mais avançados apenas serviram para enraizar definitivamente o próprio capitalismo? Francamente é um rosário de erros infundáveis (NAVARRO, 2005:04).

Entendemos a crítica de Navarro, no entanto, afirmações grosseiras como a de que o movimento prega a multiplicação da propriedade familiar em contraposição à idéia socialista de organização dos camponeses, é no mínimo uma falta de conhecimento da práxis e da ideologia do MST. Concordamos que o MST cresceu rapidamente e que muitas vezes seus líderes por serem de outras regiões do país, não possuem um conhecimento das diversas realidades do Brasil rural e que deveriam levar em conta os anseios e as variadas trajetórias culturais dos demandantes da reforma agrária.

De outro lado, José de Souza Martins, fala do “sujeito oculto da reforma agrária”, ou seja, “o sujeito que não chega com nitidez à consciência do assentado e menos ainda à do acampado, e que só se manifesta eventualmente quando a terra é objeto de transação” (MARTINS, 2003a:10). O sujeito, que para o autor, os agentes de mediação da luta pela reforma agrária (MST) ignoram, pois se o reconhecessem colocariam em risco a legitimidade e a coerência de suas idéias e de sua ação. Neste sentido, Martins expõem uma crítica aos percalços da militância apoiada na doutrina superficial, improvisada e precária.

Falo de um sujeito possível, estruturalmente dado, que governa sem se dar a ver, um sujeito que se determina por aquilo que nega, como é fundamentalmente o caso da renda da terra. Assentado também é titular de renda fundiária como o latifundista, mesmo que sua existência social se organize ainda a partir de mediações específicas e próprias de sua situação social e de classe e da dominância que nela tem o trabalho (MARTINS, 2003a:10).

A crítica endereçada ao MST por Martins é pertinente e relevante por um lado quando afirma que o sujeito da reforma agrária existe em função de uma justificação político-ideológica. Neste caso, todos temos o direito de criticar, pois na sociedade democrática se

permite um conjunto de exames e julgamentos. No entanto, não concordamos com a crítica de Martins no que se refere a generalização do projeto de renda da terra possível de extração pelos assentados através da venda de lotes ou arrendamento destes. Nesse caso, mesmo se tais práticas existem, elas não são na maioria dos casos objeto de especulação, mas frutos de fracassos ou de falta de alternativa. Portanto, achamos a crítica de Martins (2003), exagerada, pois, mesmo que o modelo da propriedade fundiária seja forte entre os pobres como entre os ricos, todas as proporções consideradas, o que constatamos na prática com nossa pesquisa de campo é que quem vende ou repassa lotes da reforma agrária nos assentamentos do MST é visto como um fracassado e, quem arrenda a terra em vez de cultivá-la passa por preguiçoso ou incompetente entre os assentados.

Dos casos que estudamos e Massangana III é o exemplo emblemático, o abandono e repasse de lotes não é um projeto calculado de captação de renda fundiária e sim consequência do fracasso de indivíduos e/ou famílias, como indica o depoimento seguinte:

O motivo de tanto pessoal ir embora aqui em Massangana III é porque o pessoal trabalha e trabalha e não sai do vermelho e aí acaba desistindo e indo embora (Heleno, líder de Massangana III).

A venda de lotes da reforma agrária e/ou arrendamento, expressa para Martins uma prática alienada, em que a alienação reside no desconhecimento da função desumanizadora da renda fundiária, enquanto mediação de relações sociais que não emancipam o homem das iniquidades que se apossaram de seus meios de vida e da sua vida.

Neste sentido, o autor remete sua crítica principalmente ao MST quando afirma que existem muitas “baboseiras ideológicas”, afirmações infundadas e propostas sem consistência. “Os trabalhadores sem terra movem-se numa busca difícil, seguem pautas que lhe são alheias, tateiam sem um referencial teórico consistente, orientados por grupos de mediação que têm graves carências teóricas e escassa sensibilidade para o propriamente teórico e interpretativo” (MARTINS, 2003a:22).

Concordamos com a tese de Martins neste ponto de que realmente em alguns assentamentos existe um descompasso no que prega o MST com relação à vontade dos assentados e que realmente o que conta para o assentado, não necessariamente é o que conta para os grupos de mediação, ainda que muitas vezes motivados por ideais de justiça social. De fato pode existir nos dirigentes uma ânsia própria de mudar pelos outros sem que os outros necessariamente compreendam ou até compartilhem a mudança na sua inteireza, ou sobretudo, sem que estejam indiscutivelmente de acordo com ela.

Portanto, fica a dúvida: Como organizar os assentados? É necessário haver uma ideologia para organizá-los? Que espécie de democracia seria viável para efetivar ações coletivas nos assentamentos? É preciso haver um tipo ideal de relacionamento e organização social?

Para responder a estas questões, acreditamos, teríamos que verificar as diversas realidades vivenciadas nos assentamentos brasileiros. Os dois casos estudados por nós constituem uma forma de vivência na experiência e subjetividade dos assentados. Cada um dos casos estudados é uma etnografia do vivido e da experiência pessoal e social de reordenar a vida, a partir da condição de assentado e proprietário de terra, em populações marcadas por histórias familiares de trabalho dependente, na grande propriedade fundiária, ou mesmo na marginalização social e na incerteza de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo.

Então, é necessário, antes do trabalho ideológico que para nós às vezes tem se colocado à frente das vontades e necessidades dos assentados, uma democracia nos assentamentos que contemple o reconhecimento da diversidade cultural, dizendo não à exclusão e, respeitando o direito de cada indivíduo a uma história de vida na qual se realize, ao menos parcialmente. Talvez um dos principais desafios de movimentos sociais como o MST seja o de intervir de forma a acreditar que os atores das ações coletivas possam ser capazes de definir estratégias a partir de suas visões de mundo em diálogo com as do movimento.

Do mesmo modo que o indivíduo precisa do outro para reconhecer a si, a democracia nas ações coletivas exige o conflito e a diferença. Como nos diz Touraine (1996), trata-se de aprender a viver junto com nossas diferenças, construir um mundo que seja cada vez mais aberto e possua também a maior diversidade possível. “Contra essa perda de sentido, devemos fazer apelo a uma concepção que defina a ação democrática pela libertação dos indivíduos e grupos dominados pela lógica de um poder, isto é, submetidos ao controle exercido pelos senhores e gestores de sistemas para os quais não passam de uma fonte de recursos” (TOURAINÉ, 1996:21).

Desta forma, a imposição de regras e normas de ordem moral e ideológica é incompatível com a democracia. As ações coletivas produzidas pelo MST nos assentamentos estudados só serão vigorosas na medida em que forem alimentadas por um desejo de libertação que, de forma permanente, apresente novas fronteiras, ao mesmo tempo longínquas e próximas, e que se volte contra as formas de autoridade e repressão que atingem a experiência mais pessoal.

7.5 RETORNO ÀS HIPÓTESES DO TRABALHO

Depois de comparações e discussões a respeito do objeto de estudo proposto, retomamos as hipóteses norteadoras para comprovação e/ou negação destas tendo em vista a realidade empírica e teórica apresentada. Também nesta parte apresentamos uma discussão geral sobre toda a construção do trabalho.

7.5.1 Afirmação ou negação das hipóteses?

Retomarmos as hipóteses significa um retorno ao caminho de onde partimos para investigar a produção das ações coletivas do MST no Brasil tendo como referência os estudos de caso na Paraíba.

Nossa hipótese geral formulada partiu da idéia de que as ações coletivas produzidas nos assentamentos de reforma agrária sob o comando do MST na Paraíba são elaboradas a partir de compromissos ou alianças entre interesses materiais dos assentados e formas de identificação coletiva destes a essas representações comuns.

Desta forma, surgiram nossas hipóteses secundárias que se fundamentaram primeiramente na idéia de que a participação na produção e elaboração das ações coletivas pelos assentados do MST na Paraíba tem como objetivo ou motivação principal a resolução de problemas econômicos e apenas parcialmente por adesão ou identificação com os objetivos sócio-políticos maiores do movimento, como a transformação da sociedade. A segunda hipótese secundária levantada foi de que apesar do ideal de produção coletiva nas cooperativas do MST, a maioria dos assentados, organiza a sua produção de forma familiar e/ou individual.

Sendo assim, de acordo com a nossa investigação, vimos que nossa hipótese geral pode ser em parte afirmada e em parte negada. Isto porque tanto em Mandacaru como em Massangana III devido a situações históricas concretas, os assentados se aliaram ao MST tendo em vista a possibilidade de proverem condições materiais para o desenvolvimento das atividades agrícolas, educacionais, etc, sendo que em Massangana III além da situação material também pela situação ideológica, no caso da cooperativa.

No caso de Mandacaru, do período de entrada das famílias no assentamento até o ano de 2005, os assentados mantiveram-se unidos em torno dos ideais políticos e sociais do MST

porque havia um interesse na obtenção de favorecimentos materiais para a implantação da infra-estrutura e investimentos nos lotes e na construção das casas de moradia, bem como em função de uma dívida moral pela obtenção da terra. De fato, esta interpretação condiz tanto com a teoria da economia moral de E.P. Thompson e James Scott, como com a análise da reciprocidade da dádiva de Temple e Sabourin. A partir do momento em que alcançaram estes objetivos de forma parcial, no caso, o lote e as moradias, houve um rompimento com os líderes do movimento na associação. Neste caso, participavam parcialmente das ações coletivas promovidas que eram em sua maioria na forma de reuniões. Ou seja, não havia uma identificação ideológica aos princípios teórico-ideológicos maiores do MST. É claro que esta falta de identificação foi explicada anteriormente nas partes antecedentes deste trabalho por inúmeras razões, a principal foi a concentração de poder e do favorecimento pessoal da liderança.

Conforme verificamos, a falta de uma identificação aos ideais reformistas de sociedade pregados pelo MST por parte dos assentados de Mandacaru até o ano de 2005 deu-se em função da forma autoritária com que foi conduzida a direção da associação. Inclusive, isto levou muitas famílias a desfilarem-se da entidade.

No entanto, a partir de 2005 quando novas lideranças assumem a direção da associação com objetivos um pouco fora das premissas do movimento, ou melhor, a partir de uma relação mais democrática que passou a ouvir os anseios dos assentados antes de priorizar a ideologia, começou a haver uma identificação maior dos assentados a alguns princípios do movimento, como por exemplo, o da necessidade da união entre todos para a melhoria da qualidade de vida no assentamento.

Neste caso, a limpeza do assentamento, bem como a construção de cercas, etc, são bons exemplos de envolvimento dos assentados com as propostas de ações coletivas do MST. Nota-se que para isto acontecer teve que se inverter a lógica de atuação do movimento, ou seja, primeiro ouvir as necessidades dos assentados para depois tentar adequá-las lentamente à ideologia de transformação social.

Em termos de produção coletiva, os assentados de Mandacaru ligados ao MST não se dispuseram a aceitar as propostas de coletivização encetadas do período de entrada até o ano de 2005 pelos líderes mais ideológicos do movimento. Somente a partir de 2005 começaram a haver de fato ações coletivas promovidas em consonância com os projetos das famílias, mas, todas sem ligação com atividades produtivas nos lotes, permanecendo desta forma a organização da produção de forma familiar e/ou individual.

De uma forma geral, notamos que ainda é cedo para afirmar que em Mandacaru os assentados venham a se identificar totalmente com os ideais do MST. A conclusão a que chegamos até aqui é de que as alianças construídas até agora entre assentados e movimento ainda se devem mais a uma dívida moral do que a um envolvimento e um engajamento ideológico. No entanto, a experiência mostra que em Mandacaru existe um grande potencial de produção de ações coletivas que pode ser afinado com a necessária solidariedade entre os assentados e com a ideologia do MST tendo em vista o respeito às subjetividades dos assentados por parte dos novos líderes.

Em síntese, Mandacaru confirma em parte a hipótese geral desta tese em função das alianças dos assentados com o MST por interesses materiais e contempla a confirmação das duas hipóteses secundárias. No entanto, a parcialidade na adesão das ações coletivas confirma a existência de formas de ação coletiva que são essencialmente mediadas pelos líderes.

No caso de Massangana III, constatamos que por haver uma identificação inicial advinda de um trabalho intenso das lideranças estaduais do movimento neste assentamento, iniciada a partir da fundação da cooperativa alicerçada na idéia de CPA, houve um arraigamento aos princípios ideológicos do MST tendo em vista a experiência coletivista na área de produção de mudas de caju. No entanto, esta ligação aos princípios de transformação social do movimento esteve fortemente vinculada ao trabalho de elaboração de projetos de infra-estrutura e investimento feito pelas lideranças no momento em que o grupo das 24 famílias se identificou com as propostas coletivistas, ao contrário do restante do assentamento que permaneceu ligado à associação como forma de preservar a autonomia familiar.

No entanto, as ações coletivas promovidas pelo MST cessaram em Massangana III quando as lideranças por motivos pessoais e familiares romperam com a formulação das regras coletivas, mostrando que muitas vezes a ideologia pode ser uma forma dissimuladora que alguns líderes usam para se aproveitarem utilitariamente das boas intenções dos outros.

Atualmente Massangana III não desenvolve nenhuma ação coletiva em função do mau exemplo dos líderes, mas muitos assentados que foram ligados à cooperativa ainda se identificam com os ideais do movimento e acreditam que se ficarem isolados tenderão a não terem um desenvolvimento social e econômico satisfatório para a manutenção de suas famílias naquela área. Isto, ao nosso ver, abre a possibilidade para que as lideranças estaduais do MST possam retornar ao assentamento e reiniciar discussões sobre as formas de produzir ações coletivas que caminhem de maneira parecida com o que está acontecendo em Mandacaru, ou seja, ouvindo os desejos e anseios dos assentados e retirando da liderança aqueles líderes com interesses puramente individuais.

De certa forma, em Massangana III o grupo que produziu ações coletivas confirma a hipótese geral deste trabalho, pois, além dos interesses materiais nas ações, houve formas de identificação coletiva dos assentados às representações comuns do coletivo e do MST. Mesmo apesar de hoje não existirem ações coletivas sendo desenvolvidas o motivo não se encontra no modelo sócio-político do MST, mas, principalmente nas atuações individuais dos líderes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST se constitui em um agente de transformação social da sociedade e isto já foi reverenciado por diversos pesquisadores brasileiros. No entanto, quando este movimento defende uma ideologia ou formas de organização e projetos marcados por essa ideologia, provoca relações de poder nos assentamentos em torno do posicionamento de líderes e não líderes com relação a essas formas de organização. Se essas relações de poder fossem, quer por via do centralismo, quer por via mais democrática, objeto de debate, de transparência e apenas mobilizadas no campo da reforma agrária, da produção agropecuária e do desenvolvimento dos assentamentos, não se teria muito a criticar. No entanto, quando o movimento cria um projeto revolucionário, baseado em discursos, ideologias e místicas, que não correspondem à realidade dos assentamentos de reforma agrária nem aos projetos de vida das famílias assentadas, não somente o MST se afasta da realidade das suas bases, mas utiliza suas relações de poder e dependência para outros fins, no caso alistando os sem terra e assentados afiliados num projeto político alheio. Assim construído este projeto utópico pode levar como o próprio sentido da palavra significa, a algo irrealizável, uma quimera e/ou uma fantasia.

Há, ao nosso ver, nos assentamentos que estudamos, um grande descompasso desta ideologia com os projetos materiais, sociais e políticos familiares ou coletivos dos assentados. Por um lado, observamos que acima de tudo, as famílias assentadas possuem uma motivação econômica e material, porque querem obter bens materiais apoiando ou mediante a ação do MST e por outro lado mantêm relações sociais e inclusive para organizar a produção material agropecuária. Também querem alcançar objetivos comuns que as mantêm ativas como produtoras rurais. De certa maneira, as ações coletivas passam a serem importantes para os assentados na medida em que não interferem demasiado ou de maneira contrária com a sua identidade histórica e cultural, por exemplo com sua maneira de cultivar a terra. Isto pode ser explicado pelas condições de vida anterior, ou seja, a grande maioria das famílias vivia em condições precárias e/ou subalternas. Neste sentido, a aposta em ações coletivas pode também

gerar o medo da perda do controle dos lotes e da autonomia familiar. Isto tem levado a uma vida nos assentamentos marcada por uma solidariedade limitada, o exemplo é Massangana III.

O fato de as lideranças terem quebrado as regras fundamentais centradas no interesse coletivo baixou a expectativa da aposta em ações coletivas em Massangana III. Em Mandacaru, ao contrário, as imposições e “desvios” de conduta dos líderes ideológicos até 2005, fez ressuscitar novas formas de solidariedade em torno da produção de ações coletivas desligadas da ideologia marxista-leninista do MST colocada em primeiro plano nos discursos.

O sentimento de “dívida” com o MST pode ter sido, no início, o primeiro motivo do desenvolvimento de ações coletivas em Mandacaru. Porém, acreditamos que passou a se dar mais em função do respeito dos novos líderes aos assentados do que unicamente por uma necessidade sentida pelas famílias. Nossas entrevistas mostram que o sentimento de dívida moral tem sido o principal aspecto de apoio ao MST em ambos os assentamentos, até porque esse sentimento é compartilhado entre a maioria das famílias assentadas.

No entanto, esta “dívida” expressa pelos agricultores entrevistados em Mandacaru devido a um sentimento de gratidão por terem conseguido a terra através do movimento, tem produzido uma adesão ativa e uma confiança maior para com o MST a partir de 2005. Ao contrário do período anterior, quando a adesão era mais passiva ou até de submissão.

Esta adesão ativa tem gerado uma contra-dádiva e um reconhecimento das ações e da luta do movimento por parte dos assentados, como demonstram os depoimentos abaixo:

Porque são ações que sempre é pra unir as pessoas. Igualdade social pra todos (Nino, assentado de Mandacaru).

Eu não faço parte assim dizê do MST. mas, admiro muito o movimento entendeu até porque sou um assentado do MST (Tarcísio, assentado de Mandacaru).

Porque ninguém faz isso pela gente né. E eles quando chega eles faz mesmo (Elenir, assentada em Mandacaru).

Significa que hoje a gente cria os bicho da gente e tem terra pra trabalhá e até hoje o MST é um povo bom, eu não tenho raiva de nenhum não (Nicolau, assentado de Mandacaru).

Nossas observações de campo, nos dias em que foram realizadas ações coletivas em Mandacaru, indicaram que a participação nessas ações está mudando a compreensão por parte dos assentados. O sentimento de dívida moral está sendo superado pela experiência coletivada solidariedade e da amizade que se está gerando conforme vimos nos rostos, nas conversas e no empenho do trabalho coletivo naquele assentamento. Isso inclusive despertou em

assentados que não participavam do trabalho coletivo e só observavam, um interesse em participar nas próximas ações, como podemos constatar pelos depoimentos de alguns assentados:

Com todos juntos tem um desenvolvimento mais melhor, assim vai conversando com os outros e tal e ai vai (Gilberto, assentado de Mandacaru).

Eu converso com as pessoas e tenho a oportunidade de ver um bocado de irmão reunido aqui no assentamento (Edimilson, assentado de Mandacaru).

Se eu ficasse sozinho eu não ia conhecê outras pessoa (Nicolau, assentado de Mandacaru).

É claro que em Mandacaru nunca foi discutida de forma incisiva a idéia de coletivismo dos meios de produção e do trabalho coletivo. No início se falava sobre esta idéia nas reuniões, mas, nunca se formalizou ou se praticou estas iniciativas a não ser numa pequena horta coletiva, diminuta experiência para servir como exemplo geral. Então, participar de ações coletivas em Mandacaru, foi no início, em função de uma dívida moral dos assentados para com o MST. Mas consideramos que essas práticas coletivas têm gerado relações sociais e mais coesão social, além de um melhor ambiente de convivência e de reconhecimento mútuo. Enquanto continuar assim sem a ideologia do MST, pensamos que terão condições de avançar para ações coletivas que possam tocar no principal problema que enfrentam que é a situação econômica. Mas há também o risco da manipulação e instrumentalização dos assentados por parte dos líderes se permanecer a idéia de que produzem e participam de ações coletivas por dívida moral.

A realização dessa pesquisa desvela o quarto objetivo específico deste trabalho, pois apesar de todos os problemas enfrentados na produção e na prática de ações coletivas, valores humanos ou éticos específicos como confiança, responsabilidade, justiça, reputação, amizade, etc, foram gerados.

A partir do princípio de reciprocidade, como assinala Sabourin (2005), é possível ter uma outra leitura teórica das prestações econômicas e sociais no mundo rural. Para Sabourin, “as relações de intercâmbio mediante o mercado capitalista dos bens e do trabalho existem, em todas as partes. O que importa é considerar qual é o princípio dominante e o projeto da sociedade ou do grupo em termos de valores privilegiados” (SABOURIN, 2005:05).

As experiências levadas a efeito nos assentamentos que estudamos, do tipo mutirão, troca de dias de serviço e mais coletivistas como em Massangana III, são ricas por

contribuírem para reproduzirem em seu bojo valores como a responsabilidade e a amizade. A noção de princípio de reciprocidade permite interpretar o sentido social e a lógica econômica construídos pelas comunidades dos assentamentos. Porém, as vezes, podem existir relações de reciprocidade assimétrica ou desigual. É o que acontece com as relações de clientelismo e paternalismo naturalizadas pela própria história dos assentados. Estas relações de reciprocidade desigual com relação aos poderes das oligarquias ou dos políticos locais são também formas de sobrevivência que restam como alternativa de manutenção e sobrevivência das famílias.

Assim, a produção de ações coletivas em Mandacaru está servindo como uma forma de conscientizar os agricultores de que é necessário urgentemente buscar alternativas de sobrevivência na área.

Apesar das relações de intercâmbio capitalista serem as mais propagadas e mais presentes na inserção econômica atual dos assentados, a valorização das relações de reciprocidade mesmo incipientes ou desiguais, têm gerado uma participação maior nas ações coletivas em Mandacaru. De certa maneira, e com a influência dos cursos da Universidade Camponesa, onde participaram varias liderança de Mandacaru, houve uma valorização da identidade camponesa e “caririzence”. Isto tem conseguido fazer com que algumas famílias busquem sua sobrevivência mínima em outras fontes não ofensivas à natureza, no caso a criação de bodes, galinhas e pequenas hortas.

Em Massangana III, a experiência atual do isolamento das famílias sem nenhuma forma de solidariedade ou de compartilhamento que possa levar a geração de valores humanos, tem favorecido a busca individual para a resolução de problemas econômicos e sociais. O aumento expressivo do arrendamento de lotes no assentamento e o fim da cooperativa são o sinal de que o trabalho coletivo do MST não foi traduzido em uma prática costumeira.

Em ambos os assentamentos ninguém entende, nem mesmo as lideranças, o que é a revolução socialista e nem luta para isso. Eles lutam pela sobrevivência, pela dignidade como verdadeiros cidadãos trabalhadores, pelo acesso a segurança e patrimônio. Como sempre foram dominados e manipulados pelo patrão, pelos políticos, pela Igreja, pelas ONG's, as vezes, não percebem uma relação muito diferente com relação ao MST, só que com o MST conseguiram a terra, então pouco importa os discursos, a ideologia e o ritual (mística).

Como já afirmamos anteriormente, continuam obedientes e submissos ao MST porque sentem uma dívida moral em função do poder de redistribuição do movimento e aceitam, portanto, certas relações de dominação e de paternalismo, mas com limitações marcadas pelos

fenômenos de resistência em participar de forma de organização não aceitas pela maioria ou no trabalho coletivo imposto pelo MST. No entanto, esta realidade está mudando, principalmente em Mandacaru onde a participação em ações coletivas está sendo mais ativa, autônoma e responsável por parte dos assentados.

Nos assentamentos estudados, os assentados não funcionam apenas na base de relações de intercâmbio capitalista, mas, também com padrões de reciprocidade com tipo de relações ainda presente no meio rural do Nordeste brasileiro, como assinala Sabourin (2005). A reciprocidade pode ser simétrica (ajuda mútua, compartilhamento de bens, manejo de recursos comuns) mas, também, desigual, assimétrica, reproduzindo as formas patronais, paternalistas e clientelistas típicas da política tradicional nordestina.

Neste sentido, o que é mais alienante? Essas relações de reciprocidades mesmo desiguais, mas que, apesar de tudo, garantem o acesso a terra, a segurança alimentar e a segurança de vida (proteção do patrão ontem e do MST hoje), assim como uma inserção social mesmo que subalterna na sociedade local, um estatuto de hombridade e a possibilidade de ascensão social para os filhos, advindas da reforma agrária? Ou as relações de intercâmbio capitalista, onde as relações de mercado e o assalariamento capitalista em condições de precariedade, levam à lumpenização e proletarização, ao êxodo rural, moradia em favelas nas periferias das grandes cidades, prostituição, roubo, enfim, à exclusão social e miséria?

Para nós, trata-se de retomar as perspectivas dos ideais de humanização criadas em Massangana III durante a existência da cooperativa e fortalecer as iniciativas em torno das ações coletivas em andamento no Assentamento Mandacaru.

Os valores criados por estas relações sociais construídos a partir da existência nos assentamentos de populações que antes não se conheciam devem ser enfatizados em termos de uma nova subjetividade gerada diretamente pelos sujeitos imersos em ambas as realidades. Trata-se, como nos coloca SABOURIN (2005:15), “de reverter a perspectiva econômica utilitarista por um enfoque econômico que tenha a preocupação com o outro, do bem estar do outro, por ser este ligado ao sentido e ao futuro da nossa própria existência”.

Desta forma, esta pesquisa procurou analisar como se dá o processo de produção de ações coletivas em assentamentos coordenados pelo MST na Paraíba. A relação construída como objeto de estudo se norteou na busca das possíveis relações de dependência e de poder existentes entre os líderes nos assentamentos e os assentados na produção destas ações.

Da mesma forma, procuramos captar o sentido e o significado subjetivos enfatizados na produção e efetivação das ações coletivas a partir dos assentados líderes e não líderes do MST nos assentamentos. Ou seja, buscamos ouvir o que estes pensam quando são chamados a

defender uma visão teórico-ideológica do mundo elaborada *a priori* e muitas vezes distante de suas realidades histórico-culturais.

Na opinião da grande maioria dos assentados, a reforma agrária é uma forma de os agricultores sem terra retornarem a uma vida digna, a uma condição de cidadão e não necessariamente à criação de uma identidade revolucionária. O assentamento cria a alternativa de saída da pobreza e possibilita uma integração social mais próxima de uma identidade comunitária, embora às vezes nem sempre possível de imediato.

Nos assentamentos misturam-se práticas e visões do mundo, as vezes divergentes. Uns vieram da cidade e não têm uma relação tão enraizada com a profissão de agricultor, alguns eram trabalhadores rurais que viviam em ambientes peri-urbanos, outros ex-moradores de fazendas. Como então conciliar estas diferentes origens num projeto comum de ação coletiva? Talvez este seja o importante papel que o MST assume, como um agente mediador externo que viabiliza uma homogeneidade pelo menos em nível de convivência nas áreas reformadas.

Os assentados entrevistados nesta pesquisa demonstraram terem muito mais interesses sociais e econômicos nas ações coletivas empreendidas do que a intenção de criarem vínculos coletivistas do tipo pregado pelo MST. Uma das dificuldades do movimento é exatamente esta tendência em querer criar vínculos teórico-ideológicos antes de buscar soluções para a sobrevivência econômica das famílias assentadas.

Para produzir ações coletivas nos assentamentos é preciso muito trabalho organizativo com as famílias. Um projeto que vise à emancipação dos agricultores nos assentamentos necessita partir de uma lógica que funcione ancorada no respeito, antes de tudo, centrado nas práticas e na identidade das famílias, ou seja, circunscrito não em modelos ideais (avessos à realidade), mas substanciados na condução democrática que fortaleça a possibilidade de escolha pelos assentados de suas prioridades.

As realidades dos assentamentos de reforma agrária nos dão vários exemplos de que projetos que são construídos de cima para baixo sem antes ouvir as idéias dos agricultores não dão certo e/ou são condenados ao fracasso. Por isso, deve-se antes de tudo, ouvir os atores da reforma agrária e não permitir que apenas os supostos interesses de mediadores sejam levados em consideração.

Nesta perspectiva, produzir ações coletivas nos assentamentos é muito importante quando de fato também se produz desenvolvimento e democracia através delas. Para isso acontecer, torna-se também importante levar em conta uma condição, a do respeito às trajetórias histórico-culturais dos assentados.

Para que se efetive essa condição, deve-se retirar qualquer pretensão emancipatória que veja nos assentados uma massa de camponeses que precisa de alguém para conduzi-los e torná-los agentes revolucionários. É necessário partir do respeito às vontades individuais e levar em consideração que a diversidade é a condição *sine qua non* para que não haja personalização do poder. É assim que o conflito, enquanto uma determinação constitutiva da democracia, pode ser trabalhado, de modo que, a partir da discussão e do confronto, os assentados possam encontrar a possibilidade de superá-lo.

A fragilidade deste corte ideológico do MST é ver na reforma agrária apenas um meio para alcançar outros fins que não são os almejados pelos assentados, no caso a revolução socialista. Por isso o movimento peca muitas vezes por assentar trabalhadores que não tem vínculo algum com o trabalho no campo e acaba recebendo críticas contundentes da sociedade. Pouco interessa quem sejam os despossuídos, o que importa é que possam fazer parte de uma massa revolucionária em potencial. Isto acaba por descaracterizar o MST enquanto um movimento social camponês.

Este projeto e esta forma de encarar o objetivo da reforma agrária, não incorpora-se nos projetos de vida delineados pelos assentados que entrevistamos nos dois assentamentos estudados. O que eles querem é produzir para sobrevivência de suas famílias e se possível algum excedente para comercializar nos mercados locais para obterem o que falta para a subsistência de seus lares. Neste sentido, acreditamos que o MST possa desempenhar um papel importante na produção de ações coletivas que venham a suprir a dependência econômica dos assentados com relação ao Estado e aos políticos locais.

Desta forma, pensamos que o movimento possa ser o grande intermediário da construção de saídas econômicas e sociais que busquem a melhoria da qualidade de vida dos assentados através de projetos alternativos de produção agrícola que priorizem não apenas a subsistência, mas a possibilidade de tornarem-se competitivos no mercado e acima de tudo superarem práticas clientelistas e autoritárias constituintes da sociedade rural brasileira.

O que o MST precisa desenvolver ao nosso ver é o combate às práticas de poder exercidas por alguns de seus líderes nos assentamentos que se locupletam de sua condição para favorecerem parentes e apaniguados políticos em detrimento da coletividade.

Por isso, nossa pesquisa procurou dar voz àqueles que realmente sempre foram silenciados pelas práticas de poder, seja, pelos antigos patrões, seja agora pelo MST. Para nós, ouvir os assentados foi a principal riqueza desta pesquisa, no entendimento de que todo e qualquer projeto deve acima de tudo não se curvar para qualquer tipo de iniciativa ideológica

que não leve em consideração os assentados que realmente são os sujeitos interessados em alguma mudança social.

Nota-se que em termos de produção de ações coletivas em ambos os assentamentos estudados, sempre se tentou primeiro adaptar a realidade ao modelo do MST. De um lado, no Assentamento Mandacaru esta prática não deu certo em função de que os assentados não aceitaram serem comandados em ações que retiravam a possibilidade de terem suas autonomias no processo produtivo, somente aceitando participar de ações que não ferissem esta autonomia, no caso, reuniões, limpeza do assentamento, construção de cercas, etc.

Em Massangana III, as ações coletivas desenvolvidas no período da cooperativa propiciaram um avanço em termos de aprendizagem coletiva em diversos aspectos, como na produção e na convivência social. No entanto, quando se rompeu o elo de confiança que era o que assegurava estas ações, a inércia tomou conta do assentamento destruindo qualquer possibilidade momentânea de voltarem a produzir ações coletivas.

Apesar de tantas dificuldades no processo de produção de ações coletivas ocorridas tanto em Mandacaru como em Massangana III, ficam lições bastante edificantes quando se pensa no futuro das famílias que coexistem nestes espaços. A primeira delas é que é necessário que se aglutinem em torno da promoção de ações em defesa de todos se querem continuar vivendo nestes espaços. A segunda se refere, ao controle das suas organizações e o combate ao “caciquismo”, prática que efetivamente destruiu grande parte da possibilidade de avanço democrático nestes assentamentos.

Por isso, entendemos ser necessário ao MST a renovação de suas estratégias de promoção de ações coletivas em torno do incentivo à educação nos assentamentos sob sua coordenação. Talvez esta seja a primeira revolução possível que o movimento deva fazer como prioridade, produzindo uma ampla luta pela garantia da educação formal e profissionalizante nas áreas de reforma agrária sob sua custódia política.

Talvez não seja nem o modelo de ação coletiva que o MST prega o grande problema dos fracassos organizativos nas áreas de reforma agrária. Dizemos isso porque, para os assentados, esta visão revolucionária não os atinge de forma a, digamos, destruir o sentido que dão à vida de agricultores. O maior problema é a falta de consciência do movimento em entender as diversas realidades que existem em cada assentamento. Para superar este entrave, é necessário serem construídas estratégias que partam das visões de mundo dos assentados em diálogo com as do movimento. Ou seja, para haver identificação é preciso um processo construído na interação entre assentados e mediadores.

O que chama a atenção nos casos estudados é a predisposição das lideranças de Mandacaru a partir de 2005 em mudarem a forma de condução estratégica no tocante aos objetivos maiores do MST. Ao invés de forçarem ideologicamente os assentados a se encaixarem em projetos *a priori*, seja pela dívida moral que possuem com o movimento, seja pela necessidade idealizada de transformação social, procuraram ouvir o que de prioritário e essencial querem e podem realizar os agricultores. E isso pode ser um exemplo para todo o MST brasileiro, de que antes de tudo é necessário promover a liberdade pessoal, a valorização pessoal, o reconhecimento do outro para depois produzir um novo nível de transformação que é a passagem do sujeito isolado, para a relação entre indivíduos reconhecidos ou mais exatamente se reconhecendo mutuamente como sujeitos.

Os agricultores de ambos os assentamentos que estudamos possuem um sentimento da dívida moral com o MST, no entanto, este sentimento é passível de entendimento quando pensamos que esta gratidão está presente em qualquer ente que não possuía nada de material e não era reconhecido socialmente e que passa a partir de alguém e/ou de uma instituição, dispor de uma melhor condição, tanto econômica, quanto social, ou seja, este sujeito adquire uma dívida de gratidão para com estes. Porém, as conseqüências desta dívida estão se transformando em adesão ativa, em reconhecimento de algumas ações políticas do MST e não mais enquanto sujeição a um novo tipo de padrão.

O caso de Massangana III é o mais complexo, pois não oferece muitas perspectivas de produzir ações coletivas que possam dar novos contornos ao desenvolvimento social e econômico daquela área reformada. No entanto, pelas informações que obtivemos depois da pesquisa de campo de que um grupo ligado à antiga cooperativa ganhou as eleições para a associação, renasce talvez a perspectiva de desenvolvimento de ações solidárias que fizeram daquele período anterior gerador de relações de reciprocidade consubstanciadas na amizade, responsabilidade e aprendizagem coletiva.

Na realidade, ao invés de procurar estabelecer táticas e estratégias socialistas para os assentados, o MST tem uma missão de construir novos parâmetros de relacionamento nos assentamentos baseados no respeito aos desejos de reconstrução permanente dos agricultores em torno de suas identidades que não são mais as do sem terra, mas sim as de agricultores com práticas costumeiras em constante procura de reforço de sua identidade pessoal e futuramente coletiva.

Para que isso se efetive, necessita-se de um projeto que tenha como foco central a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos, pois sem ela será impossível pensar-se em mudanças e em produção de ações coletivas de forma permanente. É claro que esta melhoria

da qualidade de vida deve passar por condições não predatórias em termos de desenvolvimento rural. Isto quer dizer que o desenvolvimento deve passar por uma sustentabilidade agro-ecológica e, acima de tudo, por experiências que respeitem o sentido dado por cada agricultor na tarefa de construir uma agricultura familiar centrada em marcos diferenciados do cunho capitalista, que tem crescido a cada ano no meio rural brasileiro através do incentivo ao agronegócio.

Enquanto houver um cidadão passando fome no Brasil é como se todos passassem e, para que se inverta esta realidade, é preciso que os assentamentos sejam modelos de produtividade e de relação social tendo em vista um único sentido: a humanização dos seres humanos. Nisto, o papel do MST tem sido de imprescindível importância na história política, social e econômica do Brasil. No entanto, apenas ser visto como um facilitador de retorno das milhares de famílias às atividades rurais não basta. É preciso que reveja as estratégias de consolidação dos seus assentamentos antes que as atitudes isoladas dos assentados sejam as únicas prerrogativas para se viver nas áreas reformadas.

Enfim, nossa pesquisa procurou explorar o sentido que os agricultores dão às suas atividades rurais e às suas relações com o MST e seus pressupostos teórico-ideológicos. Isso porque víamos com muita preocupação que o envolvimento dos assentados com o MST em suas ações coletivas era principalmente por dívida moral por terem conseguido a terra. Porém vimos que não é só isso. Outros objetivos se desenham além do “pagamento” de uma dívida moral pela conquista da terra, entre eles aparece a busca da interatividade com outros assentados, agricultores e com o movimento. Essas relações superam a busca racional por “ter”, procurando “ser” e contribuem para gerar valores humanos como a amizade, a solidariedade, a responsabilidade e a justiça. Os assentados mostram que é precisamente a partir do reconhecimento do outro e das necessidades materiais e espirituais do coletivo que podem emergir, de fato, soluções para seus problemas de existência e de convivência. Por isto, também as iniciativas de cooperação e de ajuda mútua são necessárias para que não voltem novamente a engrossar a triste estatística da miséria urbana.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é o de contribuir com o MST e os assentados para que reflitam sobre as formas como estão produzindo suas ações coletivas e principalmente colaborar com as ciências sociais para que este estudo sirva como facilitador para outros estudos correlatos que venham a edificar ainda mais a análise crítica dos processos de produção de ações coletivas nos assentamentos coordenados pelo MST no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo-Campinas, Editora Hucitec & Editora da Unicamp, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo & CARVALHO FILHO, J. J. de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. Reforma Agrária, Campinas, set/dez 1994, nº 24 (3):37-53.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. Experiência uma fissura no silêncio. Campina Grande, 1996, mimeo.
-
- . A invenção do Nordeste e outras artes. Recife, Massangana, 1999.
- ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo, Pioncira, 2001.
- AMMANN, Safira Bezerra. Idcologia do desenvolvimento de comunidade. São Paulo, Cortez Editora, 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. Recife, Editora Universitária da UPPE, 1998.
- ARCHETTI, Eduardo. Campesinado y estructuras agrárias em América Latina. CEPLAES, Quito – Equador, 1981.
- ASSIS, William Santos de. A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004, mimeo.
- AZEVEDO, Paulo Roberto. Exclusão e democracia. Porto Alegre, Tese de Doutorado em Sociologia/UFRGS, 2003.
- BERDEGUÉ, Júlio A. Estratégias de ação coletiva e melhoras das condições de vida das populações rurais. 2003. Texto retirado da Internet (<http://www.rimisp.cl>).
- BERGAMASCO, Sônia M. P. P. & NORDER, L. A. C. Estratégias familiares e organizativas: limites e controvérsias. Caxambu, XXXVI ANPOCS, 1996 (mimeo).

- _____. O que são assentamentos rurais. São Paulo, Brasiliense, 1996a.
- BERGAMASCO, Sônia M. et alii. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, Leonilde S. de, & LEITE, Sérgio. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.
- BITTENCOURT, Gilson (org.) Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília, abril de 1999, (mimeo).
- BOGO, Ademar. Lições da luta pela terra. Salvador, Memorial de Letras, 1999.
- _____. O MST e a cultura. Caderno de Formação nº 34, São Paulo, outubro de 2000.
- _____. (org.). Teoria da organização política. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983.
- _____. O poder simbólico. Lisboa, DIFEL, 1989.
- _____. Coisas ditas. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.
- BRENNEISEN, Eliane C. Relações de poder, dominação e resistência. Cascavel, Edunioeste, 2002.
- BRUM, Argemiro J. Reforma agrária e política agrícola. Ijuí, UNIJUÍ Editora, 1988.
- BUBER, Martin. O socialismo utópico. São Paulo, Editora Perspectiva, 1971.
- CAILLE, Alain. Don et association. In: Une seule solution: l'association. La revue du MAUSS semestrelle, 11, 1er trim., 1998, pp. 75-83.
- CANIELLO, Márcio & DUQUE, Ghislaine. Agrovila ou casa no lote: a questão da moradia nos assentamentos da reforma agrária no Cariri paraibano. XII Congresso Brasileiro de Sociologia – SBS, Belo Horizonte, 2004, (mimeo).
- CARVALHO, Horácio M. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil. Curitiba, IICA/MEPF, 1998. 46p., (mimeo).
- _____. A luta contra o monopólio da terra no Brasil. Curitiba, Junho de 2000, mimeo.
- _____. Governo Lula e a contra-reforma agrária no Brasil. São Paulo, Revista da ADUSP, nº 29, maio 2003, pp. 13-19.
- _____. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2005.

- CASTRO, Anna M. de & DIAS, Edmundo. Introdução ao pensamento sociológico. Rio de Janeiro, Eldorado, 8ª ed., 1981.
- CAUME, David. A tessitura do “assentamento de reforma agrária”: discursos e práticas de enquadramento social. Tese de Doutorado, Unicamp, 2002.
- CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo, McGraw-Hill, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- COHEN, Jean. Strategy or Identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. Social Research, nº 52, 1985, pp. 663-716.
- COHN, Gabriel. Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo, Editora Queroz, 1979.
- _____. Alguns problemas conceituais e de tradução em “Economia e Sociedade”. In: WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília. Ed. UNB, 1994.
- COHN, Gabriel (org.). Weber: sociologia. São Paulo, Ed. Ática, 2002.
- COLETTI, Claudinei. A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas, Editora da Unicamp, 1998.
- CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento. São Paulo, 2001.
- CROZIER, Michel. & FRIEDBERG, Erhart. L'acteur et le systeme. Paris, França, Seuil, 1977.
- DINIZ, Paulo Cesar O. et alii. O reconhecimento público dos novos atores coletivos no Nordeste. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2004.
- DOMINGUES, Sérgio. Centralismo democrático: entre a pedra e o caminho. www.espaçoacadêmico.com.br/052/52domingues.htm, 2005.
- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo, ALFA-ÔMEGA, vol. 3, 1985.
- ERIBON, Didier. Michel Foucault e seus contemporâneos. Rio de Janeiro, Zahar, 1996.
- FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. São Paulo, Revista Terra Livre, ano 18, nº 19, jul/dez 2002, pp.75-94.
- _____. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. Revista Geografia, vol. 13, nº 02, julho/dezembro de 2004.
- FÁVERO, Celso A. & SANTOS, Stella Rodrigues. Semi-árido: fome, esperança, vida digna. Salvador, Editora da UNEB, 2002.

- FERNANDES, Bernardo M. Gênese e desenvolvimento do MST. São Paulo, 1998.
- FERNANDES, Bernardo M. & STÉDILE, João Pedro. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FERRANTE, Vera Lúcia S. B. Assentamentos rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal?. In: Revista Raízes, ano XVI, nº 15, dezembro/1997.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, Vozes, 1993.
- _____. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2003.
- _____. Microfísica do poder. São Paulo, Graal, 2004.
- GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, Vozes, 2002.
- GENRO FILHO, Adelmo. Marxismo: filosofia profana. Porto Alegre, Editora Tchê, 1987.
- GERTZ, René (org). Karl Marx e Max Weber. São Paulo, Hucitec, 1997.
- GIANNOTTI, José Arthur. Certa herança marxista. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. Os sem-terra, ongs e cidadania. São Paulo, Cortez Editora, 1997.
- _____. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola, 1997a.
- GOMES, Oziel. Lênin e a revolução no campo. São Paulo, Expressão Popular, 1999.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: <http://www.ufsm.br/enev/pnf.htm> 2004.
- GÖRGEN, Sérgio. Reforma agrária, solução barata que dá resultados. Revista Mundo Jovem, São Paulo, julho de 1996, p.11.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Mas qual a reforma agrária?. Revista Reforma Agrária, ano 17, nº 1, abril/junho:11-60, 1987.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis, FASE, 1990.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis, Vozes, 1992.
- HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde S. de; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela, & LEITE, Sérgio (coords.). Impactos regionais da reforma agrária: um estudo

- sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ-NUAP/PPGAS/UFRJ, 2002. Relatório de pesquisa.
- HILL, Christopher. Lênin e a revolução russa. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- IENO NETO, Genaro. Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – o projeto Lumiar na Paraíba. João Pessoa, Tese de Doutorado em Sociologia, PPGS/UFPB/UFCG, 2005.
- IENO NETO, Genaro & BAMAT, Thomas (coord.). Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba. João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- INCRA. Levantamento preliminar do imóvel denominado Engenho Massangana. João Pessoa-PB, 1995.
- _____. Aptidão agrícola da área de Massangana I, II, III. Campina Grande, Atecel, 2000.
- _____. Plano de desenvolvimento do assentamento Mandacaru. Campina Grande, Atecel, 2001.
- _____. II Plano regional de reforma agrária da Paraíba. Superintendência do INCRA na Paraíba – SR18, outubro de 2005.
- _____. Diagnóstico dos projetos de assentamento. João Pessoa, janeiro de 2006.
- KAGEYAMA, Ângela (org.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural ao complexo agroindustrial. São Paulo, 1987, (mimeo).
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.
- KLEBA, John B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamento de reforma agrária. Reforma Agrária, Campinas, set/dez 1994, 24 (3):140-153.
- LAZZARETTI, Miguel Ângelo. Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel, Edunioeste, 2003.
- LEITE, Sérgio & MEDEIROS, L. S. de. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais. In: Revista Debates CPDA, nº 4, dezembro de 1997.
- LÊNIN, V. I. Que fazer?. São Paulo, Hucitec, 1986.
- LÊNIN, V. I. O trabalho artesanal dos economicistas e a organização dos revolucionários. In: BOGO, Ademar (org.). Teoria da organização política. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- LENINE, V. I. Um passo em frente dois passos à retaguarda. Santos, Editorial Estampa, 1975.
- LENINE, V.I. Sobre a cooperação. In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Ômega, Tomo III, 1980.

- LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. In: Revista Lutas Sociais, nº 3, 2º semestre 1997.
- _____. O pensamento de Che Guevara. São Paulo, Expressão Popular, 2002.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: Microfísica do poder, 2004, pp. VII a XXIII.
- MALAGODI, Edgard. Notas epistemológicas e metodológicas sobre a teoria dialética. Campina Grande, 1993, mimeo.
- MALAGODI, Edgard (org.). Assentamento de reforma agrária como alternativa para regiões rurais em crise. Campina Grande, 2003, mimeo.
- MARQUES, Adhemar & OSTERMANN, Nilse. Revolução russa: da construção à desconstrução da URSS. Rio de Janeiro, Editora Lê, 2000.
- MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária. In: Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre, UFRGS, NEAD, 2003, pp. 11-51.
- _____. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2003 a.
- MARX, Karl. O dezoito brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas, São Paulo, ALFA-ÔMEGA, vol. 1, 1985.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. El porvenir de la comuna rural rusa. México, Siglo XXI editores, 1980.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- _____. Reforma agrária no Brasil. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MELO, Denise Mesquita. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (org.). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, Vozes, 2003.
- MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba. João Pessoa, Editora A União, 9ª Ed., 2002.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Reciprocidade e campesinato: uma leitura de James Scott, Enrique Mayer, Antonio Candido e Emilio Willems. Campina Grande, PPGS/UFCG, 2006, mimeo.
- MENEZES, Marilda A. de & WOLFORD, Wendy. A economia moral em movimento: relações sociais e a produção de cana no Nordeste brasileiro. Trabalho apresentado no XXIX da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005.

- MERCOIRET, M. R. A organização dos produtores rurais. Montpellier, França, 1995, mimeo.
- MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Cadernos de Formação do MST, São Paulo, nº 11, 1986.
- MOREIRA, Emília. Por um pedaço de chão. João Pessoa, Editora Universitária, Vol I e II, 1997.
- MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa, Editora da UFPB, 1997.
- MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo, Expressão Popular, 2001.
- MST. Conquistar a terra. I Encontro Nacional dos Sem Terra, janeiro de 1984, Cascavel-PR.
- _____. Plano nacional do MST. Caderno de Formação nº 17, São Paulo, junho de 1989.
- _____. Como organizar os assentados individuais. São Paulo, julho de 1994.
- _____. Documento básico do MST. São Paulo, 1994/1995.
- _____. Programa de reforma agrária. Caderno de Formação nº 23, São Paulo, julho de 1995.
- _____. Che Guevara vive. São Paulo, Anca, 1997.
- _____. A reforma agrária e o MST. São Paulo, 1998, mimeo.
- _____. Sistema cooperativista dos assentados. Caderno de Cooperação agrícola nº 5, São Paulo, 2ª ed., junho de 1998a.
- _____. O cooperativismo na China. Caderno das Experiências Históricas da Cooperação, São Paulo, 1998b.
- _____. A vez dos valores. Caderno de Formação nº 26, janeiro de 1998c.
- _____. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. Caderno de Formação nº 27, março de 1998d.
- _____. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. Caderno de Formação nº 31, janeiro de 1999.
- _____. Trabalho de base. Cartilha nº 4, março de 1999a.
- _____. Construindo o caminho. São Paulo, Secretaria Nacional do MST, 2001.
- _____. A organicidade e o planejamento. Texto interno do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Encontro Estadual da Paraíba, Versão final corrigida, abril de 2004.

- _____. Método de trabalho e organização popular. Setor de Formação do MST, São Paulo, Fevereiro de 2005.
- _____. Marcha nacional pela reforma agrária. V Mutirão Nacional de Formação, São Paulo, 2005a.
- _____. O legado de Che Guevara: jornada de solidariedade e de trabalho voluntário. São Paulo, Maxprint, 2005b.
- NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e as lutas do MST. Petrópolis, Vozes, 1997.
- _____. O MST e a canonização da ação coletiva. Coimbra, Centro de Estudos Sociais - CES, Portugal, vol. 2, capítulo 6, 2003.
- _____. Ofensiva do MST será estorvo político para Lula. In: Jornal O Estado de São Paulo, 16/03/2005.
- NEAD/IICA. A dialética de formação e apropriação do capital social nos assentamentos da reforma agrária. Recife/PE, agosto de 2000.
- NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas. Niterói, EDUFF, 1997.
- OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. São Paulo, Edusp, 1999.
- OSTROM, Elinor. Crafting institutions for self-governing irrigation systems. ICS press, Institute for contemporary studies, San Francisco, 1992.
- _____. A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action. American Political Science Review, 92:1-22, 1998.
- ORENSTEIN, Luiz. A estratégia da ação coletiva. Rio de Janeiro, 1998.
- PALMEIRA, Moacir. A diversidade das lutas no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo, Loyola, 1994.
- PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. In: Revista Debates CPDA, nº 1, setembro de 1997.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. <http://osal.clacso.org>, 2002.
- PRADO FILHO, Danilo & SAMPAIO, Plínio de A. Cidadania. <http://www.intelecto.net/cidadania/plinio1.htm>, 2005.
- PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 37ª edição, 1976.

- REED, John. Os dez dias que abalaram o mundo. Lisboa, Edições Avante, 1967.
- REVISTA ÉPOCA. MST: os filhos querem revolução. São Paulo, Ed. Globo, nº 268/07 de julho de 2003.
- ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (orgs.). Reforma agrária, produção emprego e renda: o relatório da FAO em debate. Petrópolis, Vozes/Ibase/Fao, 1994.
- SABOURIN, Eric. Ação coletiva e organização dos produtores no Nordeste semi-árido. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVII, Foz do Iguaçu, 1999, Anais, Brasília: Sober, pp. 194-204. (Anais em cd-rom).
- _____. Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no nordeste do Brasil. Brasília, Embrapa-Cirad, 2003.
- _____. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. Revista Tomo, v. 7, 2004 (7) : 75-104.
- _____. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. Texto apresentado e publicado nas atas do Seminário Franco-Brasileiro de Pesquisa sobre Multifuncionalidade da Agricultura. Florianópolis, 24-27 de novembro de 2003b.
- Sabourin, Eric, DUQUE, Ghislaine, DINIZ, Paulo César O. O reconhecimento público dos novos atores coletivos no Nordeste. XXVIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2004.
- SABOURIN, Eric P., MENEZES, Marilda A., & THONNEAU, Jean P. Novos Agricultores familiares ou novas agriculturas camponesas? Análise a partir de exemplos no Brasil e na França. XI Congresso Mundial de Sociologia Rural, Thordheim, 25-30 de julho, Noruega, 2004.
- _____. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: A Diversidade na Agricultura Familiar. SCHNEIDER, Sérgio (org.). Editora da UFRGS, Porot Alegre, Série Estudos Rurais, 108-132, 2006.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. Duas lógicas paralelas na análise da agricultura brasileira. In: Dossiê questão agrária. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, vol. 11, nº 31, set/dez de 1997.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. Questão agrária e dilemas da formação nacional. Palestra proferida para estudantes da UNESP em 20/05/2001. site: <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformaagraria/plininho.html>
- SARTRE, Jean Paul. O existencialismo é um humanismo. In: Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, Editora da UFSC, 1984.

- _____. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. XXII Encontro da ANPOCS, 1997.
- _____. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SHERER-WARREN, Ilse & FERREIRA, José Maria C. Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal. São Paulo, Cortez Editora, 2002.
- SÉVE, Lucien. O que era realmente o centralismo democrático leniniano. www.Marxistas.org/português/seve/1999/03-01.htm, 2001.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.
- SIMIONI, Ana Paula C. Os efeitos dos discursos: saber e poder para Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Plural USP, 6:103-117, I sem., 1999.
- STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994.
- STÉDILE, João Pedro. O MST é um movimento social. In: Cadernos do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, nº 197, nov/dez 1996.
- _____. O povo tem raiva. In: Revista Veja, Editora Abril, edição 1507, ano 30, nº 31, 1997.
- _____. O modelo agrícola do governo inviabiliza a verdadeira reforma agrária. Curitiba, 2000, mimeo.
- _____. O legado de Che Guevara. In: PÉREZ, Manolo M. Che Guevara: contribuição ao pensamento revolucionário. São Paulo, Expressão Popular, 2001.
- _____. O governo precisa ter coragem de enfrentar o latifúndio. In: Revista Pucviva, São Paulo, maio de 2003.
- TAVARES, José Vicente. A importância da reforma agrária para o futuro do país. In: Veja on-line: <http://veja.abril.com.br/reformaagraria>.
- TEMPLE, D. Théorie de la réciprocité. <http://perso.libertysurf.fr/Dominique.temple>, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina. Campinas, Ed. da Unicamp, 1989.
- _____. O que é a democracia?. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- _____. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. Bauru, São Paulo, EDUSC, 1998.

- _____. Como sair do liberalismo?. São Paulo, Edusc, 1999.
- _____. Crítica da modernidade. Petrópolis-RJ, Vozes, 2002.
- TRAGTENBERG, Maurício. Atualidade de Max Weber. In: Weber, Max. Metodologia das ciências sociais. São Paulo, Cortez Editora, 1992.
- TSE-TUNG, Mao. Retifiquemos o estilo de trabalho no partido. In: BOGO, Ademar (org). Teoria da organização política. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- VARELA, Francisco. A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba. João Pessoa, Editora Idéia, 3ª ed., 2003. ✓
- WANDERLEY, Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Caxambu, XX ANPOCS, 1996, (mimeo).
- WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília, Editora da UNB, 1994.
- _____. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Martin Clairret, 2003.
- WINCKELMANN, Johannes. Prefácio à quinta edição de economia e sociedade. In: Weber, Max. Economia e sociedade. Brasília, 3ª edição, Editora da UNB, 1994.
- ZANONI GOMES, Iria. Terra e subjetividade. Curitiba, Criar Edições LTDA, 2001.
- ZAULI, Eduardo M. Grupos de interesse e ação coletiva: uma crítica formal a Mancur Olson. Rio de Janeiro, Revista Desafio, setembro/2000 (Internet: <http://www.ibase.org.br/~desafio>).
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Depois da terra, a conquista da cooperação. Brasília, Dissertação de Mestrado em Sociologia UNB, 1989.

ANEXOS

ANEXO – A

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSENTADOS LÍDERES E NÃO LÍDERES DO ASSENTAMENTO MANDACARU

- Perguntas para assentados líderes e não líderes

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Estado civil:
- 4) Número de filhos:
- 5) Nível de escolaridade:
- 6) Local de nascimento:
- 7) Onde morava antes de ser assentado(a)?
- 8) Que tipo de trabalho exercia antes de ser assentado(a)?
- 9) Como veio morar aqui no assentamento? Quando chegou?
- 10) Participou da luta pela terra? Como? O que faziam neste período em termos de ações coletivas?
- 11) Por que faz parte do MST? Como ingressou?
- 12) Quais as ações coletivas que são desenvolvidas aqui no assentamento?
- 13) Quem decide e quem coloca em prática as ações a serem desenvolvidas?
- 14) Quem ajuda a pensar estas ações? De que forma são feitas?
- 15) O Sr.(a) conhece o objetivo das idéias dessas ações?
- 16) O que significa para o Sr.(a) ser assentado(a) do MST?
- 17) Como é o seu relacionamento com os líderes aqui do assentamento? E do estado?
- 18) O Sr.(a) concorda com todas as ações propostas pelo MST? Por quê?
- 19) Se o Sr.(a) pudesse escolher, seria do MST e defenderia o que o MST defende?
- 20) O Sr.(a) participa das ações coletivas aqui no assentamento? Qual a motivação que o Sr.(a) tem para participar de ações coletivas?
- 21) Como o Sr.(a) pensa essas ações coletivas? O que o Sr.(a) acha de sua participação?
- 22) As ações coletivas mudaram sua vida? Por quê? De que forma?
- 23) Como o Sr.(a) pensa a sua vida hoje participando das ações coletivas?
- 24) Esta profissão que o Sr.(a) tem hoje é a que o Sr.(a) escolheu para seu futuro?
- 25) Se o Sr.(a) pudesse escolher, o que o Sr.(a) escolheria para fazer no futuro?
- 26) É o Sr.(a) que decide se as ações coletivas são boas ou ruins aqui no assentamento?
- 27) O Sr.(a) tem liberdade de escolha aqui no assentamento?
- 28) O que mudou em termos de qualidade de vida após o Sr.(a) participar das ações coletivas?
- 29) A sua relação com os outros assentados melhorou? Por quê?
- 30) O que aconteceu de novo na sua vida depois que o Sr.(a) começou a participar das ações coletivas?
- 31) Se fosse para o Sr.(a) ficar individual ou organizar-se coletivamente, qual seria a sua opção? Por quê?

- Perguntas complementares somente para os assentados líderes

- 32) Quem escolheu o Sr.(a) para ser líder aqui no assentamento? Como se deu essa escolha?
- 33) Para o Sr.(a) qual é o significado de ser um líder?
- 34) Como o Sr.(a) vê a participação dos assentados nas decisões aqui do assentamento?

- 35) Como é o seu relacionamento com os assentados? Existe algum conflito?
- 36) Como é sua relação com os líderes do MST na Paraíba?
- 37) O Sr.(a) poderia me dizer qual é sua idéia de sociedade?
- 38) Qual o sentido pessoal que o Sr.(a) dá às suas ações como líder?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ASSENTADOS LÍDERES E NÃO LÍDERES DO ASSENTAMENTO MASSANGANA III

- Perguntas para assentados líderes e não líderes

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Estado civil:
- 4) Número de filhos:
- 5) Nível de escolaridade:
- 6) Onde nasceu?
- 7) Onde morava antes do assentamento?
- 8) O Sr.(a) já havia trabalhado como agricultor(a) antes de ser assentado(a)?
- 9) Por que veio morar aqui no assentamento? Quando chegou?
- 10) Que motivos o(a) levaram a ingressar no MST? Como ingressou? Onde? Quando? Por quê?
- 11) Qual a sua opinião sobre o MST?
- 12) O Sr.(a) acha que se organizar coletivamente é importante? Por quê?
- 13) O Sr.(a) conhece alguma ação coletiva que é desenvolvida aqui no assentamento?
- 14) Aqui existia uma cooperativa (CPA) do MST, por que não existe mais?
- 15) Esta cooperativa desenvolvia ações coletivas, por que pararam estes trabalhos? O que na sua opinião foi a causa responsável pelo término das ações coletivas aqui em Massangana III?
- 16) O que é melhor para o Sr.(a): trabalhar coletivamente ou individualmente? Por quê?
- 17) O que motivava o Sr.(a) a trabalhar coletivamente? E hoje individualmente?
- 18) Ser agricultor(a) é a profissão que o Sr.(a) sonhou para seu futuro? Ou é outra?
- 19) Como é a relação aqui dos líderes do MST de Massangana III com os assentados? E com os líderes do estado?
- 20) Qual a sua opinião sobre os líderes do MST? Qual o papel que o Sr.(a) acha que eles devem desempenhar aqui no assentamento?
- 21) O que o Sr.(a) pensa do seu futuro como agricultor(a) aqui em Massangana III?

- Perguntas complementares somente para os assentados líderes

- 22) Quando acabaram as ações coletivas aqui em Massangana III? Por quê? Como foi este processo?
- 23) A que o Sr.(a) atribui em específico, o fim destas ações? Qual a causa principal?
- 24) Para o Sr.(a) aqui em Massangana III as ações coletivas tendem a não dar certo? Por quê?
- 25) Que motivação que o Sr.(a) tinha quando participava das ações coletivas que eram feitas aqui?
- 26) Qual o papel de um líder para o Sr.(a)?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS LÍDERES ESTADUAIS DO MST

- 1) Qual o seu nome?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Qual seu estado civil?
- 4) Qual o seu grau de escolaridade?
- 5) Qual o número de filhos?
- 6) O Sr.(a) é agricultor(a)? Já trabalhou na agricultura?
- 7) Há quanto tempo atua como líder no MST?
- 8) Qual o papel de um líder no MST?
- 9) Qual a sua opinião sobre o MST?
- 10) Qual a relação entre os líderes e os assentados na Paraíba? E entre os líderes?
- 11) De que forma são construídas as ações coletivas que são colocadas em prática nos assentamentos da Paraíba?
- 12) Para o Sr.(a) os assentados aceitam as ações propostas pelo MST no estado? E as idéias que vocês expressam em discursos e por escrito são entendidas pelos assentados?
- 13) Para o Sr.(a) os assentados tem consciência das propostas teórico-ideológicas do movimento?
- 14) O Sr.(a) acredita na revolução socialista? E como o Sr.(a) acha que se pode chegar ao socialismo? E, neste contexto, qual o significado da reforma agrária?
- 15) Se o Sr.(a) não fosse líder do MST, o que o Sr.(a) gostaria de ser na vida?

ANEXO – B

**MAPA DA PARAÍBA COM A LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS
ESTUDADOS**

